



Camilo Buss Araujo

Marmiteiros, agitadores e subversivos: política e participação popular em Florianópolis, 1945-1964

**CAMPINAS
2013**



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Camilo Buss Araujo

**Marmiteiros, agitadores e subversivos: política e participação
popular em Florianópolis, 1945-1964**

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva (orientador)

**Tese de Doutorado apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, para obtenção do Título de
Doutor em História, na Área de
Concentração de História Social.**

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELO ALUNO CAMILO BUSS ARAUJO, E ORIENTADA PELO PROF. DR.
FERNANDO TEIXEIRA DA SILVA. CPG, 18/11/2013**

**CAMPINAS
2013**

iii

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

Ar15m Araujo, Camilo Buss, 1981-
Marmiteiros, agitadores e subversivos : política e participação popular em Florianópolis, 1945-1964 / Camilo Buss Araujo. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Fernando Teixeira da Silva.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Partidos políticos - Brasil - 1945-1964. 2. Eleições - Santa Catarina. 3. Populismo - Brasil - História. 4. Trabalho e trabalhadores - Brasil - atividades políticas. 5. História Social. I. Silva, Fernando Teixeira da, 1963-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Marmiteiros, disturbers and subversives

Palavras-chave em inglês:

Political parties - Brazil - 1945-1964

Elections - Santa Catarina

Populism - Brazil - History

Work and workers - Brazil - political activities

Social history

Área de concentração: História Social

Titulação: Doutor em História

Banca examinadora:

Fernando Teixeira da Silva [Orientador]

Michael McDonald Hall

Claudio Henrique de Moraes Batalha

Antonio Luigi Negro

Murilo Leal Pereira Neto

Data de defesa: 18-11-2013

Programa de Pós-Graduação: História



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 18 de novembro de 2013, considerou o candidato CAMILO BUSS ARAUJO aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva

A blue ink signature of Fernando Teixeira da Silva is written over a horizontal line. The signature is highly stylized and cursive.

Prof. Dr. Michael McDonald Hall

A blue ink signature of Michael McDonald Hall is written over a horizontal line. The signature is cursive and includes the name "Michael M. Hall".

Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha

A blue ink signature of Claudio Henrique de Moraes Batalha is written over a horizontal line. The signature is cursive and includes the name "Claudio H. de Moraes Batalha".

Prof. Dr. Antonio Luigi Negro

A blue ink signature of Antonio Luigi Negro is written over a horizontal line. The signature is cursive and includes the name "Antonio Luigi Negro".

Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto

A blue ink signature of Murilo Leal Pereira Neto is written over a horizontal line. The signature is cursive and includes the name "Murilo Leal P. Neto".

AGRADECIMENTOS

Difícil agradecer a todos aqueles que fizeram parte da minha vida nestes últimos cinco anos e meio de tese. Ainda mais em um momento em que a fadiga da extenuante jornada se avoluma na medida em que se encerra o prazo. Certamente, as noites sem dormir influenciarão nos lapsos. Peço desculpas pelas ausências involuntárias.

Primeiramente, agradeço às duas pessoas que mais sinto falta nesses últimos tempos de abrasador trabalho de tese: à minha esposa Graci e à nossa querida Júlia. À Graci, pela paciência, companheirismo e por todas as experiências maravilhosas que passamos juntos. Nesses anos de trabalho, passamos por momentos difíceis, de perdas, mas vencemos todos eles com muito amor e cumplicidade. À Júlia, pela energia, pelo sorriso, pelo jeitinho meigo e pelas brincadeiras sempre inspiradoras. Enfim, por dar novo sentido à minha vida.

Ao meu pai e à Elô, pelos almoços e jantas regados a ótimas conversas. Por estarem sempre presentes, dispostos a ajudar naquilo que fosse preciso. Finda essa etapa, certamente cruzaremos madrugadas discutindo as questões políticas suscitadas pela tese ou pela mídia.

Ao meu padrinho Oswaldo, pelo incentivo à leitura e pelas conversas de cunho historiográfico e político que muito contribuíram para a construção deste trabalho.

Aos avós, tios, primos, sogra, cunhados, sobrinhas e seus respectivos cônjuges pelas festas e momentos de descontração.

Aos compadres Wladi e Gisele pela amizade de longa data.

Aos amigos feitos na universidade e na vida. No Réveillon na Praia da Daniela e no Bloco Carnavalesco Universitárias Peludas. Agradeço ao Caio, Simone, Rafinha, Maycon, Cunha, Marcão, Pereira, Disma, Karla, Rodrigo, Mano, Elaine, Nadinho, Vânia, Izomar (Negão), Laura. Se esqueci alguém, desculpe, não foi por mal, foi cansaço.

Ao Rafael da Cunha (Filhote) e ao Maurício (Morris), por dividir o apartamento e me aturar durante nossa estada Campinas. Foi um ano de leituras e muitas discussões “filosóficas”, envolvendo futebol, política e, às vezes, história.

Aos professores do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina que me ajudaram de inúmeras formas durante esses quase dois anos de concomitância entre a atividade docente e o doutorado. Ao diretor-geral e diretor de ensino, José Análio e Manoel P. T. R. dos Santos, por autorizarem meu afastamento durante um mês e meio para a finalização da

tese. Aos professores do instigante Projeto Córdoba por segurarem as pontas e compreenderem minhas ausências. Aos professores Karen Rechia, Fernando Leocino, Gláucia Costa, Tomás Fontán e Romeu Bezerra, por me substituírem nas quatro turmas de primeiro ano do ensino médio e nas três do oitavo ano do ensino fundamental, além é claro, das conversas bem humoradas na sala de História. Gostaria de fazer um agradecimento especial à professora Fernanda Muller (com trema), não apenas por assumir parte das minhas aulas, mas também pelo apoio fundamental nessas últimas etapas da tese. Seu conhecimento linguístico e das técnicas de formatação me ajudou quando tudo parecia caminhar para o caos.

Ao Avaí, por nesses cinco anos de doutorado subordinar incessantemente o nosso rival local e coloca-lo em seu devido lugar: o segundo time de futebol de Florianópolis. São esses portos-seguros de felicidade que nos ajudam a enfrentar as agruras da tese.

Aos professores do Cecult e da linha de História Social do Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp pelas discussões bem-humoradas durante e após as reuniões de linha. Aos professores Cláudio Batalha e Michael Hall pela contribuição na banca de qualificação. Aos professores Bob Slenes e Silvia Lara pelas aulas e conversas. À Flávia Peral pela paciência e disposição em resolver grande parte dos meus problemas burocráticos.

Ao professor Luiz Antônio Paulino, do Laboratório de Geoprocessamento da UFSC, pela elaboração do mapa de Florianópolis inserido como Anexo 1 deste trabalho.

Aos familiares do jornalista Manoel de Menezes, em especial à sua filha Kátia e à sua neta Maria Cláudia, por disponibilizarem os documentos do arquivo pessoal e pelas conversas informais que muito contribuíram para melhor compreender a personalidade do dono do jornal *A Verdade*.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelo apoio financeiro para a realização da pesquisa.

Gostaria de agradecer especialmente ao meu orientador, Fernando Teixeira da Silva, pela paciência e rapidez em ler o que escrevia. Pelas críticas e sugestões sempre argutas e fundamentais. Por sugerir caminhos, por compartilhar ideias, posicionamentos políticos e pelas tiradas bem humoradas. Considero-me seu orientando mesmo depois de terminada a tese.

Por fim, agradeço à minha mãe que desde sempre me acompanhou. Participou ativamente de toda a minha trajetória acadêmica, desde a escolha do curso de História, os primeiros trabalhos de disciplinas, o Trabalho de Conclusão de Curso, o mestrado e, agora, o doutorado. Leu tudo

que escrevi, rabiscou, criticou, elogiou e certamente foi fundamental na minha construção ao longo dessa caminhada. Durante o doutorado, compartilhou minha felicidade de ingressar como professor no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina. Sofreu com a minha dificuldade em conciliar a escrita da tese com o trabalho e partilhou das angústias dos prazos. Seria detentora de uma brilhante tese de doutorado caso os acidentes da vida não tivessem lhe arrancado esse e outros sonhos. Os eventuais méritos que essa tese tiver devem-se todos a ela. Obrigado!

RESUMO

Entre 1945 e 1964, o Brasil vivenciou um período de criação de partidos políticos e eleições diretas para os principais cargos dos poderes do executivo e legislativo. Foi também um contexto marcado pela euforia desenvolvimentista, por greves e por motins urbanos contra o aumento do custo de vida. O trabalhador na condição de eleitor tornava-se central para a conquista do poder público. Florianópolis, ao contrário de outras capitais ou de cidades com grandes indústrias, não tinha um grande contingente de operários. Sua dinâmica assentava-se na condição de centro administrativo do estado de Santa Catarina. Contudo, a ausência de uma classe operária em sentido “clássico” não significou a esterilização das lutas sociais. A partir da análise de fontes variadas – como jornais, pesquisas de opinião, dados eleitorais, documentos parlamentares – essa tese investigou os canais de diálogo estabelecidos entre classes trabalhadoras e grupos políticos. Verificou-se uma conjuntura mais complexa do que as tradicionais interpretações da história política catarinense. Alguns postulados que tomavam o estado como polarizado entre UDN e PSD, com um PTB fraco e restrito ao papel de “fiel da balança” no equilíbrio entre os dois maiores partidos, foram relativizados. Interpretações consagradas, tendo por base os resultados das eleições, afirmaram que Florianópolis apresentava “forte predomínio” do PSD. Todavia, a investigação das múltiplas experiências tecidas entre candidatos, partidos e trabalhadores, consubstanciada com a análise da distribuição dos votos dos candidatos por regiões da cidade, permitiu enxergar para além da prevalência de uma sigla. Lideranças políticas, lembradas posteriormente como “donos da cidade”, como Aderbal Ramos da Silva, nem sempre tiveram esse reconhecimento. Personagens taxados de “agitadores” ou “demagogos”, como Manoel de Menezes, foram forças políticas expressivas e, algumas vezes, colocaram em xeque o domínio dos chamados grandes partidos. A relação entre políticos e classes trabalhadoras florianopolitanas não foi e nem pode ser pensada como mera reprodução das movimentações nacionais tampouco como epifenômeno isolado em suas peculiaridades. A partir das relações entre o regional e o nacional, esse trabalho tentou compreender as instáveis alianças entre os atores sociais e os variados meios através dos quais as classes trabalhadoras inseriram a luta por direitos na pauta política da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Partidos políticos; Populismo; Eleições; Trabalhadores; História Social.

ABSTRACT

Between 1945 and 1964, Brazil experienced a period of political parties creation and of the establishment of direct elections for the most important positions of the executive and legislative powers. The period was also marked by developmentalist euphoria, strikes and urban riots against the rising on the living cost. The worker, recognized in the voter condition, became central to the achievement of public power. Florianópolis, unlike other capitals or cities with large industries, had no significant contingent of workers. The city's dynamic relied on the condition of administrative center of the state of Santa Catarina. However, the absence of a working class in the "classic" sense did not mean the sterilization of social struggles. From the analysis of various sources – such as newspapers, opinion polls, electoral data, parliamentary documents, this study investigated the channels of dialogues established between the working classes and political groups. It was verified a more complex conjuncture than the traditional interpretation of Santa Catarina political history. Some understandings of the state as polarized between UDN and PSD, with a weak PTB, restricted to the role of "true balance" in the equilibrium between the two major parties, were relativized. Interpretations based on the results of the elections equally affirmed that Florianópolis presented "strong predominance" of PSD. However, the investigation of multiple experiences woven among candidates, parties and workers, embodied with the analysis of the vote distributions of the candidate for city regions, allowed seeing beyond the prevalence of one acronym. Political leaders, such as Aderbal Ramos da Silva, later remembered as the 'city owner', was not always recognized. On the other hand, characters labeled as "troublemakers" or "demagogues", like Manoel de Menezes, were significant political forces, sometimes able to put into question the dominance of the so-called big parties. The relationship between politics and the working class from Florianópolis was not, nor can it be thought of, as mere reproduction of national movements, neither as epiphenomenon isolated in its peculiarities. Thus, from the relations between the regional and the national, the present work seeks to understand the unstable alliances between social actors and the various means by which the working classes inserted the fight for rights on the political agenda of the city.

KEYWORDS: Political parties; Populism; Elections; Workers; Social history.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1: O TRABALHADOR COMO “FIEL DA BALANÇA”: DISPUTAS POLÍTICAS NO LIMAR DA DEMOCRATIZAÇÃO, 1945-1950	19
1.1 COMÍCIOS E APARTES: A ELEIÇÃO DE 1945	19
1.2 “CADA UM DELES VÊ NO ADVERSÁRIO METADE DE SI PRÓPRIO”: O SURGIMENTO DE UDN E PSD..	33
1.3 TRABALHADOR, MARMITEIRO, COMUNISTA: OS RESULTADOS DE 1945	39
1.4 TRABALHADORES DIVIDIDOS: AS ELEIÇÕES ESTADUAIS DE 1947	50
1.5 “HOMENS DE COR” E TRÂNSFUGAS COMUNISTAS: A ELEIÇÃO DE NOVEMBRO DE 1947	79
CAPÍTULO 2: NEGOCIAR ALIANÇAS E DISPUTAR O VOTO DO TRABALHADOR: AMBIGUIDADES POLÍTICAS E RELAÇÕES SOCIAIS NO CONTEXTO DO SEGUNDO GOVERNO VARGAS, 1950-1954	95
2.1 – ARTICULAÇÕES NACIONAIS E BRIGAS REGIONAIS: OS BASTIDORES DAS ELEIÇÕES DE 1950	
95	
2.2 – “GOVERNO É GOVERNO ENQUANTO O POVO O QUISER”: O PRAGMATISMO POLÍTICO UDENISTA E A VITÓRIA ELEITORAL	117
2.3 – A FORMAÇÃO DAS OPOSIÇÕES NOS PLANOS ESTADUAL E NACIONAL	124
2.4 – O POVO RECLAMA: O SURGIMENTO DE <i>A VERDADE</i> E A IMPRENSA COMO CANAL DE POLITIZAÇÃO DAS DEMANDAS COTIDIANAS	131
2.5 – BRIGAS PÚBLICAS, DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO E O SUICÍDIO DE VARGAS	152
2.6 – “DORMI COMO PREFEITO E ACORDEI FEITO PALHAÇO”: AS ELEIÇÕES DE 1954	165
2.7 – FLORIANÓPOLIS NÃO É SÃO PAULO: OS RESULTADOS DE 1954	173
CAPÍTULO 3: UMA FLORIANÓPOLIS NEM TÃO PACATA: VIOLÊNCIA, LUTA POR DIREITOS E O CRESCIMENTO DOS “AGITADORES”, 1955-1958	181
3.1 – A DISPUTA DOS EXECUTIVOS ESTADUAL E NACIONAL EM 1955	183
3.2 – O “CONTRAGOLPE PREVENTIVO” E O ATENTADO NO MORRO DO CORTADO: TENSÕES POLÍTICAS NACIONAIS E LOCAIS	203
3.3 – IMPRENSA, PODER PÚBLICO E ASSISTENCIALISMO: ACUSAÇÕES E BORDEJOS EM FLORIANÓPOLIS NO FINAL DOS ANOS 1950	210
3.4 – DIREITOS EM PAUTA E AS DISPUTAS PELA REPRESENTAÇÃO POPULAR	218
3.5 – MENEZES INVADI A CASA DO PREFEITO: A DENÚNCIA CONTRA O ABRIGO DE MENORES, O BOLETIM ANÔNIMO E A “CAMPAÑA DE MORALIZAÇÃO DA CIDADE”	222
3.6 – DISPUTAS NO PSD CATARINENSE E AS ARTICULAÇÕES PARA O PLEITO DE 1958	236
3.7 – “O CONVAIR MANOBRAVA PARA ATERRISSAR QUANDO CAIU”: AS MORTES DE NEREU RAMOS, JORGE LACERDA, LEOBERTO LEAL E AS ELEIÇÕES DE 1958	242
3.8 – “O POVO CANTA A VITÓRIA DE MENEZES”: VENCEDORES E VENCIDOS DE 1958	250
3.9 – “O POVO PROTESTA CONTRA O CUSTO DE VIDA”: O QUEBRA-QUEBRA DE NOVEMBRO DE 1958 ..	263
CAPÍTULO 4: “A ‘RALÉ’ NÃO FEZ O SEU PREFEITO, PORÉM AJUDARÁ A ELEGER O PRÓXIMO GOVERNADOR...”: AS INCERTEZAS DAS DISPUTAS POLÍTICAS, 1959 E 1960	271
4.1 – 30 MIL CRUZEIROS PARA MATAR MENEZES? TENSÕES EM FLORIANÓPOLIS APÓS O QUEBRA-QUEBRA DE 1958 E A AGRESSÃO A ACÁCIO MELO	271
4.2 – SEIS CANDIDATOS A PREFEITO E NOVOS PROBLEMAS COM O ABASTECIMENTO DE CARNE	278
4.3 – UDN E PSD UNEM-SE CONTRA O “BAIXO POPULISMO”	288

4.4 – “A RALÉ NÃO FARÁ O SEU PREFEITO”: A DERROTA DE MENEZES E O RECADO DAS URNAS	300
4.5 – “CANÁRIO NA MUDA NÃO CANTA”: A CASSAÇÃO DO MANDATO E A PRISÃO DE MANOEL DE MENEZES	316
4.6 – DAS GRADES DA PENITENCIÁRIA PARA A CAMPANHA DE IRINEU BORNHAUSEN: ALIANÇAS E DISSIDÊNCIAS NO PLEITO DE 1960	325
4.7 – NEM “CRISTIANIZAÇÃO” NEM ABANDONO: OS RESULTADOS DE 1960 EM SANTA CATARINA	346
CAPÍTULO 5 – GOLPISTAS E SUBVERSIVOS: APOGEU E OCASO DA DEMOCRACIA, 1961-1964	355
5.1 – “SR. LEONEL BRIZOLA [...] O SEU PRIMEIRO PASSO CONTRA O ESTADO DE SANTA CATARINA ESTARÁ SENDO EXATAMENTE O SEU ÚLTIMO PASSO CONTRA SI MESMO E CONTRA O VALOROSO POVO GAÚCHO”: A RENÚNCIA DE JÂNIO E A CAMPANHA DA LEGALIDADE	355
5.2 – AVOLUMAM-SE OS “AGITADORES”: AS MOBILIZAÇÕES POPULARES, O REGIME PARLAMENTARISTA E AS ELEIÇÕES DE 1962	368
5.3 – “BASTA DE CONCILIAÇÃO!”: O PLEBISCITO E A POLARIZAÇÃO POLÍTICA	382
5.4 – O GOLPE EM NOME DA “DEMOCRACIA”	400
CONSIDERAÇÕES FINAIS: MEMÓRIA, POLÍTICA E HISTÓRIA	409
FONTES	415
REFERÊNCIAS	421
ANEXOS.....	427

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1:	4
Mapa com a localização das habitações no Centro de Florianópolis e no Continente	4
FIGURA 2:	135
Capa do jornal A verdade denunciando o aumento do custo de vida	135
FIGURA 3:	170
Propaganda de Manoel de Menezes de Menezes Filho para as eleições de 1954	170
FIGURA 4:	207
Capa do jornal A verdade que cobria a agressão sofrida por Manoel de Menezes	207
FIGURA 5:	223
Reportagem de A verdade sobre o abrigo de menores	223
FIGURA 6:	229
Capa do jornal A verdade sobre a participação do prefeito no boletim anônimo contra Manoel de Menezes	229
FIGURA 7:	232
“Sofri, passei fome, apanhei, mas me arranjei”: desenho de Manoel de Menezes.....	232
publicado em A verdade.	232
FIGURA 8:	328
Charge ironizando a candidatura de Irineu Bornhausen para o governo do estado.....	328
FIGURA 9:	383
Propaganda a favor do presidencialismo no plebiscito de 06 de janeiro de 1963.	383

LISTA DE TABELAS

TABELA 1:	91
Votação proporcional das legendas por distrito	91
TABELA 2:	177
Distribuição das cadeiras na Câmara de Vereadores de Florianópolis	177
TABELA 3:	197
Resultados da Eleição de 1955 em Florianópolis, em Santa Catarina e no Brasil	197
TABELA 4:	258
Votação para a Câmara de Vereadores por Zona Eleitoral	258
TABELA 5:	260
Votação para a Câmara de Vereadores por distrito da 13ª Zona Eleitoral	260
TABELA 6:	349
Votação comparativa para Vice-Presidente em 1960	349

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1:	90
Votação dos partidos em Florianópolis nas eleições de janeiro e novembro de 1947.....	90
GRÁFICO 2:	119
Votação dos candidatos à presidência da República em Santa Catarina	119
GRÁFICO 3:	178
Votação proporcional das legendas para a Câmara de Vereadores de Florianópolis	178
GRÁFICO 4:	181
Votação para a Presidência da República em Santa Catarina, em 1955	181
GRÁFICO 5:	195
Votação para a Presidência da República do Brasil	195
GRÁFICO 6:	196
Votação para deputado de Santa Catarina em 1955	196
GRÁFICO 7:	198
Resultado da Eleição de 1955 para Vice-Presidente do Brasil.....	198
GRÁFICO 8:	198
Resultado da eleição de 1955 para Governador de Santa Catarina	198
GRÁFICO 9:	199
Resultado da Eleição de 1955 para Vice-Governador de Santa Catarina	199
GRÁFICO 10:	308
Votantes por Distrito Eleitoral em Florianópolis	308
GRÁFICO 11:	311
Votação para prefeito no Distrito do Estreito, Florianópolis, 1959.....	311
GRÁFICO 12:	348
Votação comparativa para Presidente em 1960	348

LISTA DE ANEXOS

ANEXOS	427
ANEXO 1 - Mapa de Florianópolis.....	429
ANEXO 2 – Reportagens de A Verdade especulando sobre a prorrogação do mandato de Dib Cherem	431
ANEXO 3 – Tabela com a votação por seção eleitoral da 12 ^a	433
ANEXO 4 – Tabela com a votação por seção eleitoral da 13 ^a Zona Eleitoral de 1959.....	436
ANEXO 5 – Mapa de Santa Catarina por Zonas Regionais	441
ANEXO 6 – Lista de nomes do PCB registrados pela DOPS-SC.....	443
ANEXO 7 – Capa do jornal com a reportagem contra Manoel de Menezes	463
ANEXO 8 – Artigo de Jaime de Arruda Ramos contra a candidatura de..... Manoel de Menezes, Eleição de 1959.	465
ANEXO 9 – Transcrição do documento do Contra-Almirante Luiz Clóvis de Oliveira a Leonel Brizola durante a Campanha da Legalidade, 1961	467

INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2008, iniciei o período de pesquisa de fontes para esta tese. Após desembarcar no Terminal Integrado do Centro de Florianópolis (TICEN), caminhei cerca de 800 metros até a Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPSC), onde se encontra o acervo de periódicos catarinenses. Fazia calor. Subi os três andares de escada até o setor de obras raras. Deixei o material de pesquisa em cima de uma das mesas e fui retirar o suor das mãos e do rosto. Ao retornar, apresentei-me ao funcionário e iniciei os trabalhos. Solicitei o compêndio do jornal *A Gazeta* do terceiro trimestre de 1945. O objetivo era registrar reportagens que tivessem alguma relação com as questões políticas e sociais do período.

Ao folhear as primeiras páginas, enxerguei um informativo do Partido Social Democrático (PSD). Fiz o registro da data, do título e um breve resumo da reportagem. Preparei a câmera e bati a foto. Por inexperiência ou desatenção, esqueci-me de desabilitar o *flash*. Encolhi-me na cadeira esperando a reprimenda do funcionário. Não houve reação. Fui até a mesa dele e me desculpei pelo equívoco, disse-lhe que não foi intencional e que aquilo não se repetiria. A resposta foi um lacônico: “não tem problema”. Achei estranho não haver problema em disparar o *flash* da máquina fotográfica sobre documentos de tamanho valor histórico. Era apenas o primeiro sinal de que a experiência de pesquisa seria mediada pela política estadual de preservação de documentos – ou pela falta dela.

Durante os anos de 2009 e 2010 foram incontáveis os dias em que passei debruçado sobre os periódicos florianopolitanos. Havia traçado o objetivo de vasculhar todos os jornais da capital de Santa Catarina disponíveis e levantar informações que ajudassem a compreender como se davam as tramas político-eleitorais na cidade. Logo nos primeiros dias, percebi que seria inviável ler todas as edições de todos os jornais que circularam durante o período de 1945 a 1964. Escolhi acompanhar os anos de eleições, em especial, os meses anteriores e posteriores aos pleitos. Munido da câmera e do computador, passei a ler os jornais, fotografar as reportagens e fazer o registro. Em uma tabela no computador, anotava o número da foto, a data da reportagem, a manchete e escrevia um breve resumo do conteúdo, sem esquecer de destacar algumas palavras-chave. Foram feitos

aproximadamente 3.800 registros só dos periódicos em pouco mais de dois anos de pesquisa na Biblioteca Pública Estadual.

A escolha de iniciar o trabalho de coleta de fontes pelo acervo de periódicos da BPSC não foi fortuita. A forma como o conjunto de jornais era guardado passava a impressão de que cada página pesquisada poderia não estar mais ali em um futuro próximo. Além de não restringir o uso de *flash*, não se cobrava o uso de luvas nem de máscara. Os jornais ficavam armazenados em estantes ao lado das mesas de pesquisa, sem nenhum tipo de isolamento ou controle de temperatura. No verão, a sala ficava abafada e úmida. A instalação de ar-condicionado só foi acontecer quando a coleta de dados estava quase no fim.¹ A combinação da leniência quanto às normas de pesquisa com as condições de armazenamento das fontes ajudava a explicar o estado de conservação de muitos dos jornais pesquisados. Todavia, estas não eram as únicas dificuldades. O catálogo dos jornais disponíveis no acervo data dos anos 1980. Não houve atualização. Na página da BPSC na internet, ainda não há a lista dos jornais que a instituição possui. Para o pesquisador saber se o jornal pretendido faz parte ou não do acervo, é preciso dirigir-se pessoalmente à Biblioteca.

De certa forma, as condições de pesquisa encontradas não foram consideradas uma surpresa. Cheguei a ter um contato incipiente com os jornais dos anos 1950 em minha dissertação de mestrado. A ideia de fazer a tese de doutorado utilizando estas fontes partiu dessa experiência de pesquisa anterior. Ao estudar o Morro da Caixa d'Água nos anos 1950, localidade situada no Maciço do Morro da Cruz, próxima ao Centro de Florianópolis, observei uma série de diálogos entre moradores e figuras conhecidas da cidade. Chamou-me a atenção o discurso e as ações caritativas, que construíam a imagem do trabalhador, do pobre, do morador do morro como destinatário das atividades assistenciais encampadas por políticos ou por “benevolentes senhoras” da alta sociedade.²

Depois de concluído o estudo que deu origem ao mestrado, algumas questões persistiram. A principal girava em torno de como se davam as relações entre as classes

¹ Como a pesquisa com os jornais se encerrou em 2011, não posso afirmar que a Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina ainda apresente as mesmas condições de guarda dos documentos. No entanto, diante do quadro que acompanhei ao longo de mais de dois anos, acho pouco provável que tenha ocorrido grandes modificações.

² ARAUJO, Camilo Buss. *Os pobres em disputa: urbanização, política e classes populares no Morro da Caixa d'Água, Florianópolis – anos 1950 e 1960*. Florianópolis, 2006. 169 f. Dissertação (mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

trabalhadoras e os grupos políticos durante o período de redemocratização. Afinal, se, a partir de 1945, o poder político estava atrelado ao voto, o trabalhador, reconhecido na condição de eleitor, tornava-se central para a conquista do poder público. Portanto, as ações de assistência deveriam ser colocadas em uma esfera mais ampla, que desse conta da dimensão dialógica que envolvia as práticas políticas. Parecia-me evidente que a relação entre candidato e eleitor não poderia ser pensada como uma via de mão única, pautada na manipulação deste por aquele. Restaria, então, consultar a bibliografia e o arcabouço documental disponível de modo a matizar melhor como operavam os diálogos entre grupos políticos e classes trabalhadoras em uma cidade como Florianópolis.

Diferentemente das maiores capitais do país, Florianópolis possuía uma população reduzida e pouca relevância econômica. Em 1950, contava com 48.264 habitantes, dos quais 23.223 eram eleitores. Em 1960, ano da última eleição presidencial antes do golpe civil-militar de 1964, a capital de Santa Catarina contava com 72.889 habitantes entre os quais menos da metade, 33.909, votavam.³ À guisa de comparação, São Paulo tinha, no início dos anos 1960, 3.781.446 habitantes, ou seja, era equivalente a quase 52 Florianópolis à época.⁴

O porto de Florianópolis, que poderia ser um eixo de desenvolvimento econômico, apresentou movimento decrescente. Em 1940, entraram 643 navios. Duas décadas depois, em 1960, esse número caiu para 184.⁵ Para os urbanistas elaboradores do Plano Diretor de 1952, a deficiência das instalações portuárias, descritas como “trapiches que atualmente desempenham função de cais”, refletia o “atraso da indústria e do comércio”. Na visão deles, Florianópolis assentava-se na condição de centro administrativo do estado. Pela ausência de indústrias que alavancassem o desenvolvimento econômico, Florianópolis era uma cidade pobre. Para Edvaldo Paiva, Demétrio Ribeiro e Edgar Graeff, “o baixíssimo padrão de vida das classes menos favorecidas gerou a existência dos núcleos de malocas na

³ O número de habitantes de Florianópolis pode ser estudado a partir de: PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. O crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e na estrutura da cidade. In: _____. *Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC; Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte, 1991. p. 1. Disponível em: <http://www.arq.ufsc.br/urbanismoV/artigos/artigos_pj.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2013. Já o número de eleitores foi retirado de: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resenha eleitoral: nova série*. Florianópolis: TRESC, 2001.

⁴ IBGE. *VII Recenseamento Geral do Brasil: Censo Demográfico de 1960 – São Paulo*. Vol. 1, Tomo XIII. p. 82, 122.

⁵ PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. Op. Cit. p. 22. Disponível em: <http://www.arq.ufsc.br/urbanismoV/artigos/artigos_pj.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2013.

periferia do Centro urbano. Esses núcleos, que tomam em Florianópolis, como em outras cidades brasileiras (Rio, Recife, P. Alegre, etc.), a feição de verdadeiros aldeamentos primitivos, são a mais viva expressão urbanística de nosso atraso econômico”.⁶

Figura 1:
Mapa com a localização das habitações no Centro de Florianópolis e no Continente



Fonte: PAIVA, Edvaldo; RIBEIRO, Demétrio; GRAEFF, Edgar. *Florianópolis: Plano Diretor*. Prefeitura Municipal de Florianópolis, 1952. p. 15.

Em desenho, os urbanistas localizavam as regiões onde a cidade cresceu. Primeiramente, onde eles denominaram “vales”, representados pela letra “A”, tanto na Ilha – no Centro, a partir da Catedral Metropolitana e da Praça XV de Novembro – quanto na

⁶ PAIVA, Edvaldo; RIBEIRO, Demétrio; GRAEFF, Edgar. *Florianópolis: Plano Diretor*. Prefeitura Municipal de Florianópolis, 1952. p. 12-16.

parte continental – no início do distrito do Estreito. Em virtude da valorização dos terrenos, uma porção da população viu-se impelida a deslocar-se para regiões mais distantes, “B” – na Ilha, em direção à parte norte da península; no Continente, no Estreito e no distrito de Coqueiros. As classes mais pobres habitavam as ladeiras dos morros, “C”. De acordo com Victor Peluso Júnior, a abertura da Avenida Mauro Ramos, nos anos 1940, foi uma das principais intervenções do governo no plano urbano. A avenida ladeava a encosta da face oeste do Maciço Central do Morro da Cruz. Para sua construção, becos e vielas próximas ao atual edifício do Instituto Estadual de Educação foram fechados: “os ocupantes dessas artérias marginais mudaram-se para o morro ou para o Estreito”.⁷ Portanto, a partir dos anos 1940, parte dos trabalhadores urbanos, principalmente os mais pobres, viu-se pressionada a residir nos morros, próximos ao Centro, e no Estreito, na parte continental da cidade.

A importância dos empregos públicos na dinâmica econômica de Florianópolis aumentou a partir da década de 1930. Segundo Peluso Júnior, o movimento foi consequência da “política nacional voltada para as classes trabalhadoras e que no estado federado tomou o rumo assistencial”. As atividades governamentais dividiam-se em três eixos: “administração pública, legislativa, justiça”; “atividades sociais”; “defesa nacional e segurança pública”. Em 1940, a soma dos três correspondia a 32,5% da oferta de empregos de Florianópolis, em uma população ativa de 7.745 pessoas. Em 1950, os empregos públicos somavam 31,4% das vagas ocupadas pela população ativa a qual correspondia a 14.848 pessoas.⁸ Em 1960, manteve-se o mesmo percentual de 31,4% de empregos públicos, em uma população ativa de 21.799 pessoas. Sendo assim, as atividades governamentais corresponderam, durante o período de redemocratização, a cerca de um terço da oferta de empregos da capital de Santa Catarina.⁹

Nos anos 1950, aumentaram as atividades da construção civil, em sua maioria, vinculadas à administração pública. Grandes áreas na Ilha e no Estreito foram subdivididas para a construção de prédios e arruamentos. Exemplos disso foram as dependências do 5º Distrito Naval, implantadas nos anos 1950, a construção da Casa do Governador (1954), a

⁷PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. Op. Cit. p. 7. Disponível em: <http://www.arq.ufsc.br/urbanismoV/artigos/artigos_pj.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2013.

⁸ O aumento significativo da população no decênio 1940-1950 explica-se, segundo o autor, pela incorporação do distrito do Estreito ao município de Florianópolis, em 1943.

⁹ Ver: PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. Op. Cit. p. 24. Disponível em: <http://www.arq.ufsc.br/urbanismoV/artigos/artigos_pj.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2013.

Maternidade Carmela Dutra (1955) e o Hospital Celso Ramos (1966). Ainda na década de 1950, foram construídas as avenidas Othon Gama D'Eça e Osmar Cunha, ligando a área residencial, onde começavam a se estabelecer as pessoas de maior renda, no centro da cidade.¹⁰ Com o desenvolvimento da indústria da construção civil, moradores da zona rural e municípios limítrofes vieram para a capital, fixando moradia nas regiões da população de baixa renda.¹¹

Diante desse quadro, fica claro que a capital catarinense tinha uma economia incipiente se comparada a outras capitais. Os elaboradores do Plano Diretor de 1952 sugeriram que se fizesse um “moderno porto” na parte continental como atividade estruturadora do desenvolvimento da cidade, mas a ideia não foi levada adiante. Florianópolis desenvolveu-se escorada na função de centro administrativo do estado. Para entender as relações sociais e políticas estabelecidas, era preciso ter ciência de que não havia um grande contingente de operários trabalhando no “chão de fábrica”. A conjunção de uma forte ingerência do poder público na vida da cidade com a ausência de uma classe operária em sentido “clássico” poderia nos levar a concluir, apressadamente, que o controle do executivo municipal, estadual e federal, permitia a plena tutela dos governantes sobre a população. Contudo, o cruzamento de diferentes fontes e o acompanhamento de todos os pleitos disputados em Florianópolis entre 1945 e 1964 possibilitaram uma visão menos homogênea dos processos políticos. Como veremos no decorrer da tese, os trabalhadores urbanos deixaram claro que o jogo político seria dado mais pela negociação do que pela obediência a chefes políticos locais.

Ao lermos um trabalho acadêmico, analisamos o resultado final com pouca noção do esforço despendido para concretizá-lo. A narrativa e o uso das fontes parecem naturais. É difícil dimensionar as angústias com a escrita e as aflições com o aporte documental. Cada passo é uma escolha do pesquisador/autor – mas que poderia ser totalmente diferente. Saliento esta questão para afirmar uma obviedade, que serve para ilustrar o contexto em que foi feita a pesquisa: as expectativas do projeto nem sempre são correspondidas durante o “ato de ofício”. Nesse caso, minha experiência de pesquisa na Biblioteca Pública do

¹⁰ SUGAI, Maria Inês. *As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano. A via de contorno Norte-Ilha*. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. p. 69.

¹¹ PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. Op. 7. Disponível em: <http://www.arq.ufsc.br/urbanismoV/artigos/artigos_pj.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2013.

Estado de Santa Catarina havia deixado isso claro, pois me deparei com a falta de documentos importantes e a má conservação do acervo.

Concomitantemente à pesquisa nos jornais, fui atrás de outras fontes. Depositei boa parte das minhas expectativas em achar a documentação da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) de Santa Catarina. As informações trazidas por essas fontes poderiam me ajudar a identificar com mais detalhes as estratégias de luta dos trabalhadores de Florianópolis, bem como sua organização e mobilização no contexto político pré-1964. No entanto, o paradeiro da documentação do órgão catarinense continua um mistério. Alguns comentam que foi incinerada. Outros, que foi perdida durante um período intenso de chuvas nos anos 1980. Alguns materiais da DOPS-SC foram encontrados no Arquivo Público do Paraná, em Curitiba. Eram dois documentos enviados pelo departamento catarinense para a seccional do Paraná com listas de nomes de possíveis integrantes ou simpatizantes do comunismo em Santa Catarina. Os nomes listados abrangiam todo o estado. Alguns eram definidos como não pertencentes a nenhuma agremiação de esquerda e sem qualquer relato de atividade subversiva. Desse modo, o trabalho consistiu em analisar a lista, procurar os nomes dos “subversivos” citados pela DOPS-SC, copiar o registro e sistematizar os dados em tabela de forma a facilitar o cruzamento dessas informações com os nomes que apareciam nas notícias dos jornais e nos registros de candidaturas.

Em virtude da escassez de fontes, fui atrás de outros arquivos. Analisei as pesquisas de intenção de votos do IBOPE – principalmente aquelas que entrevistaram eleitores de municípios catarinenses. Digitalizei as atas das reuniões da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC). Procurei informações no Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil. Contudo, fui informado que nenhuma documentação com mais de 30 anos fora guardada. O Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina procedeu de forma similar. De acordo com o responsável pelo arquivamento dos processos, em 1998 houve o descarte de todos os documentos anteriores a 1980. No Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, encontrei grande quantidade de informações, principalmente sobre as atividades dos parlamentares cassados após o regime militar e sobre o processo que culminou na cassação do mandato de deputado estadual do jornalista Manoel de Menezes, em 1959. Parte dessa documentação ainda carece de melhor análise.

Diante da dificuldade em encontrar documentos, apeguei-me aos jornais e aos dados do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC). Apesar de organizado e com quase todo o acervo digitalizado, o TRE-SC só possuía os mapas de votação por seção eleitoral de algumas eleições. Em outras, havia apenas os resultados gerais do município, o resultado por zona eleitoral – Florianópolis abarcava a 12ª e a 13ª zonas eleitorais – ou por distrito. A partir do arcabouço documental disponível, restou-me analisar as estratégias de campanha veiculadas nos periódicos ligados aos diferentes partidos e a distribuição geográfica dos votos. Ou seja, observar em quais regiões da cidade os candidatos somaram mais votos e se era possível perceber como as classes trabalhadoras definiam suas preferências políticas.

Na medida em que lia as fontes, tentava compreender como as pessoas comuns, habitantes de uma cidade não industrial como Florianópolis, interpretavam as lutas políticas, locais e nacionais, e a partir de quais referências configuraram seu aparecimento no espaço público. Pesquisas feitas em cidades com grande densidade operária – como São Paulo, as cidades do ABC paulista, Santos, Porto Alegre e Rio de Janeiro – haviam demonstrado intensas atividades nos bairros e nos sindicatos, dando novos contornos às relações tachadas pejorativamente de “populistas”. Havia um consenso de que o período não foi destituído de conflitos, tampouco de lutas por direitos. As relações entre trabalhadores e políticos não poderiam ser pensadas como de subordinação das camadas populares por lideranças carismáticas. Enfatizava-se o paradoxo de criar, ao mesmo tempo, um movimento que pregava a harmonia de classes e procurava subordinar os interesses dos trabalhadores a interesses mais gerais (do Estado ou da nação, por exemplo), e o surgimento de uma cultura de resistência por parte da classe operária. Redefinia-se o conceito de populismo à luz das experiências dos trabalhadores durante o período de redemocratização.¹²

¹² Exemplos dessa perspectiva são os trabalhos de: FORTES, Alexandre (et. al). *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999; FRENCH, John D. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo-São Caetano do Sul: Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995; COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995; SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa. Operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade. 1937-1968*. São Paulo: Hucitec/Pref. Municipal de Santos, 1995; FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Caixas do Sul: Edusc / Rio de Janeiro: Garamond, 2004; NEGRO, Antônio Luigi. *Linhas de montagem. O industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo, 2004; PEREIRA NETO, Murilo Leal. *A reinvenção do trabalhismo no*

Nos últimos anos, principalmente após a publicação do livro organizado por Jorge Ferreira, *O populismo e sua história*, travou-se um conhecido debate em torno dos conceitos de populismo e trabalhismo.¹³ Ângela de Castro Gomes analisou a trajetória do conceito de populismo desde os tempos do Instituto Brasileiro de Economia Sociologia e Política (IBESP). Nos anos 1950, cunhou-se o termo para tentar explicar o sucesso eleitoral de Adhemar de Barros. Naquele primeiro momento, populismo remontaria a uma prática clientelista e ao reconhecimento da liderança política, cuja empatia junto aos trabalhadores estivesse assentada no seu carisma e não no partido. Desde então, o conceito foi apropriado das mais variadas formas, dentro da academia e fora dela, ganhando significados vários. Ao reconstruir seus usos e caminhos, Castro Gomes defendeu o ponto de vista de que o *populismo* havia se tornado um conceito permeado de imprecisões históricas e imbuído de carga pejorativa. Assim, a autora sugeriu o seu abandono e a adoção do termo *trabalhismo*, por não ser tão vago e por reconhecer o papel de sujeito dos trabalhadores na construção das configurações políticas e sociais do período.¹⁴

Na mesma seara, Daniel Aarão Reis afirmou que o conceito de populismo foi usado pelos militares após o golpe de 1964 para desqualificar a “tradição trabalhista” dos anos anteriores ao golpe. Ao encampar a proposta de substituição de *populismo* por *trabalhismo*, o autor argumentou que o conceito expressaria melhor aqueles anos de intenso diálogo entre Estado, sindicatos, Justiça do Trabalho e trabalhadores. *Populismo* estaria carregado de elementos pejorativos, induzindo-nos a pensar em manipulação de massas e ausência de

“vulcão do inferno”: um estudo sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo, a fábrica, o bairro, o sindicato e a política (1950-1964). São Paulo, 2006. 505 f. Tese (doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; FONTES, Paulo. *Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008; MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Niterói: Vício de Leitura, 1998.

¹³ Não é meu objetivo detalhar os meandros desse debate, pois isso tem sido feito com algum cuidado por historiadores. O objetivo é refletir sobre em que medida a discussão em torno dos conceitos de *populismo* e *trabalhismo* ajuda a compreender as relações sociais e políticas estabelecidas em Florianópolis durante a redemocratização. Alguns textos comumente citados sobre o debate em torno dos usos e abusos do conceito de *populismo* podem ser encontrados na coletânea de Jorge Ferreira. Para uma análise contrária à substituição de *populismo* por *trabalhismo* e uma discussão fundamentada em torno dos limites deste conceito, ver o “Epílogo” do livro de Alexandre Fortes: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas*. Caixas do Sul: Edusc / Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

¹⁴GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge. (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 17-57.

autoridade do Estado frente ao “caos social” que simbolizava a participação popular para os grupos conservadores que tomaram o poder.¹⁵

Jorge Ferreira também compartilhou da visão de que o termo populismo não seria adequado para designar as relações sociais e políticas entre os anos de 1945 a 1964. Segundo ele, o conceito passou a ser utilizado de forma a-histórica, tornando sua definição elástica a ponto de se afirmar que um político sem um partido forte e preocupado com sua imagem, independentemente de outras condições, pudesse ser definido como populista – como aconteceu no caso da eleição de Fernando Collor em 1989. Sendo assim, *populismo* passou a explicar tudo e, por extensão, a não esclarecer nada.¹⁶

Fernando Teixeira da Silva e Hélio da Costa destoaram dos autores supracitados ao defender a utilização de *populismo* enquanto categoria explicativa. Apesar de reconhecer as imprecisões e os usos abusivos do conceito, eles afirmam que a substituição de um conceito por outro não resolve os problemas decorrentes da utilização. Mais importante do que a troca de termos seria a qualificação do conceito, ou seja, alicerçar sua definição a partir do estudo empírico. O *populismo*, mesmo sendo tachado de vago e impreciso, possibilitaria pensar as relações sociais e políticas dos trabalhadores para além da “tradição trabalhista” – pautada pelos embates reformistas, pelos dissídios coletivos arbitrados pela Justiça do Trabalho, pelas greves e manifestações, ora amparadas ora reprimidas pelo governo.¹⁷

Inserindo-se nesta discussão, Adriano Duarte e Paulo Fontes destacaram que havia um termo ausente nos estudos sobre as classes trabalhadoras na redemocratização. Grande parte das análises destacaria as relações entre Estado e trabalhadores no ambiente de trabalho, pontuando as dimensões sindicais e trabalhistas. Os espaços de moradia, do bairro e do associativismo civil ficariam em segundo plano. De acordo com Duarte e Fontes, as sociabilidades nestes ambientes foram fundamentais para matizar melhor os diálogos e os embates do período.¹⁸ *Trabalhismo*, neste sentido, restringiria a análise às negociações entre

¹⁵ REIS, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge. Op. cit. 2001. p. 319-377.

¹⁶ FERREIRA, Jorge. Op. cit. 2001. p. 12.

¹⁷ SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. *Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes*. In: FERREIRA, Jorge. Op.cit. 2001. p. 205-271.

¹⁸ DUARTE, Adriano; FONTES, Paulo. *O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953)*. *Cadernos AEL*, v. 11, n. 20/21, 2004. **Os dois autores detalham este ponto de vista em suas teses de doutorado:** DUARTE, Adriano Luiz. *Cultura popular e cultura política no pós-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973*. Campinas, 2002. 273 f. Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências

trabalhadores e Estado – seja intermediado pelos sindicatos ou pela Justiça do Trabalho. *Populismo*, por sua vez, ainda que com todos os problemas, abrangeria o estudo de relações tecidas fora do alcance do Estado, mas que influenciaram na forma como os trabalhadores pensaram e construíram suas noções de cidadania e direito.

Para Alexandre Fortes, a substituição do conceito de *populismo* pelo de *trabalhismo*, ou “pacto trabalhista”, incorreria no equívoco de tentar explicar situações distintas de um mesmo momento histórico por um único termo. O fenômeno eleitoral Jânio Quadros, por exemplo, não poderia ser explicado nem sob o estigma da “cooptação das massas”, nem pela apologia a um “pacto trabalhista”, amparada numa análise de classes voltada para as relações entre Estado e sindicatos. Em São Paulo, tanto Jânio quanto Adhemar de Barros construíram suas carreiras passando ao largo da ideia de trabalhismo.¹⁹ Jânio tinha uma ligação orgânica com as Sociedades Amigos de Bairro – SABs. Ao contrário dos políticos que atuavam nos sindicatos ou nas associações representativas de classe, Jânio inaugurou o bairro enquanto “unidade política”. De acordo com Duarte e Fontes, sua campanha para a prefeitura, em 1953, foi organizada a partir de comitês por bairros vinculados a sociedades de amigos, clubes de futebol e outras associações locais.²⁰ Adhemar, por sua vez, fez uso da estrutura partidária do PSP e seu eficiente sistema de diretórios municipais, distritais, delegados, subdelegados e inspetores de quarteirão. Através dessa “máquina”, foi possível ouvir e atuar rapidamente junto às demandas populares.²¹

Os estudos ancorados em ampla pesquisa documental demonstram que o período de redemocratização foi permeado de diálogos, ambiguidades e negociações políticas. De acordo com John French, o “sistema político populista” deveria ser apreendido a partir de relações concomitantes e aparentemente contraditórias: a inserção dos indivíduos em redes políticas personalizadas e o reconhecimento da condição de cidadão, portador de direitos. As relações entre políticos e trabalhadores passariam a ser interpretadas a partir do conceito

Humanas, Universidade Estadual de Campinas; FONTES, Paulo. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)*. Campinas, 2002. 411 f. Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

¹⁹FORTES, Alexandre. “*Nós do quarto distrito*”: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas. Campinas, 2001. 584 f. Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. p. 544-570.

²⁰ FONTES, Paulo; DUARTE, Adriano. O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953). *Cadernos AEL*. Campinas, v. 11, n. 20/21, 2004. p. 107.

²¹ SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global, 1982. p. 135-149.

de aliança. Diferentemente de termos mais restritos como “pacto social” ou “coligação”, as “alianças” seriam fluidas e dinâmicas. Poderiam ser estabelecidas formalmente ou mediante ações não reconhecidas, mas paralelas. Nas palavras do autor: “elas estão sempre sujeitas a renegociações que refletem oscilações de poder entre as partes envolvidas, influência de seus respectivos adversários ou o surgimento de novos aliados possíveis”.²²

Se os estudos de cidades com grandes indústrias demonstram que a “república populista” não foi marcada nem pela subordinação nem pela heteronomia das classes trabalhadoras, os trabalhos sobre a política em Santa Catarina davam sinais inversos. Pairava o espectro da “dominação oligárquica”.

Em fins dos anos 1980, um estudo sobre eleições e sistema partidário em Santa Catarina concluiu que, entre 1945 e 1964, o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN) dividiram politicamente o estado.²³ Essa afirmação não era nova, ao contrário, fazia coro com alguns outros estudos sobre a política catarinense do período, os quais chegaram a conclusões similares.²⁴ Sendo assim, demarcou-se que, durante os anos de redemocratização, Santa Catarina foi território de dois grandes partidos que revezavam o poder unicamente entre si.

A forma de análise destes trabalhos procurou listar e comparar os resultados eleitorais, mapeando zonas de predomínio eleitoral e estabelecendo a “força média” e a “tendência evolutiva” de cada partido. As configurações políticas no estado seriam compreendidas por meio de dados estatísticos, transformados em dezenas de tabelas. Após a análise exaustiva das informações coletadas, seguiam-se algumas conclusões: em “todos” os pleitos legislativos seria vitorioso aquele partido que detivesse o controle do governo do estado. Isso porque o partido do governador mobilizaria a “máquina pública” para prestar

²² FRENCH, John D. op. Cit. p. 255, 256.

²³ Cabe salientar que o trabalho citado procurou fazer uma análise mais ampla do que o período entre 1945 e 1964 e tem o inegável mérito de relacionar uma grande quantidade de dados com aspectos sociais e econômicos. Ver: CARREIRÃO, Yan de Souza. *Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-79)*. Florianópolis, 1988. 278 f. Dissertação (mestrado em Sociologia) -, Centro de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Santa Catarina.

²⁴ LAUS, Sônia Pereira. *A UDN em Santa Catarina (1945-1960)*. Florianópolis, 1985. 336 f. Dissertação (mestrado em História) -, Centro de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Santa Catarina; LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC: Lunardelli, 1983; PIAZZA, Walter F. *Dicionário político catarinense*. Florianópolis: Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985; DITTRICH, Regina Iara Regis. *O deputado catarinense: Assembleia Legislativa no período de 1947 a 1965*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1981.

favores e exercer pressão em benefício de seus correligionários.²⁵ Outra conclusão foi a de que, entre 1945 e 1964, o processo político-partidário em Santa Catarina foi pautado por uma “disputa meramente política entre duas oligarquias – a Konder-Bornhausen e a Ramos – que representavam os interesses da classe dominante a nível estadual”. Tanto PSD quanto UDN agiram como “veículos de legitimação de suas dominações de fato sobre a sociedade política catarinense”.²⁶ Com base nos números finais dos pleitos, os trabalhos se preocuparam em traçar um quadro de tendências político-eleitorais, de modo a fornecer um panorama das preferências políticas em Santa Catarina. As fontes, nesse caso estatísticas, foram utilizadas para revelar padrões, entender o sistema político em sentido amplo e oferecer explicações: a existência de uma “hegemonia conservadora-oligárquica”.

Entretanto, havia uma questão pendente. Se, de fato, Santa Catarina apresentou a tal “hegemonia conservadora-oligárquica”, quais foram os mecanismos através dos quais ela se construiu? Em outras palavras, faltava explicar as razões que fizeram Santa Catarina destoar estatisticamente dos demais estados do Sul e do Sudeste, elegendo, na maior parte das vezes, candidatos dos dois grandes partidos.²⁷ Foram analisadas as bancadas legislativas e as polarizações dos executivos municipal e estadual, traçou-se a força média e a tendência evolutiva dos partidos ao longo do tempo, mas não se adentrou nas questões subjetivas da política. Afinal, se todos os estados da federação elegiam governadores, mas Santa Catarina, em especial, apresentava, no legislativo, uma concentração partidária excessiva em relação aos demais estados do Sul e do Sudeste, esta era uma evidência que não poderia ser explicada unicamente pelo poder de pressão exercido pelo detentor do executivo estadual. Era mister adentrar nas relações sociais e compreender como a política se fazia presente. Analisar não somente os resultados eleitorais, mas também as

²⁵ DIETRICH, Regina Iara Regis. . p. 49.

²⁶ “O processo político partidário em Santa Catarina, no período de 45 a 65, foi pautado pela disputa meramente política entre duas oligarquias – a Konder-Bornhausen e a Ramos – que representavam os interesses de classe dominante em nível estadual; neste processo, cada grupo oligárquico comandou um dos principais partidos no estado – a UDN e o PSD – como veículos de legitimação de suas dominações de fato sobre a sociedade política catarinense.” Ver: LAUS, Sônia Pereira. Op. Cit. p. 302.

²⁷ Yan de Souza Carreirão ainda afirma que uma característica marcante do sistema partidário catarinense em tempos de redemocratização era a concentração em dois ou três partidos. Segundo ele, o “padrão catarinense” apontava para uma concentração excessiva se comparado à média nacional, ou aos estados do Sul e do Sudeste. Estes resultados permitiram a conclusão de que Santa Catarina apresentou, “nitidamente”, uma “hegemonia conservadora-oligárquica” no plano eleitoral. Ver: CARREIRÃO, Yan de Souza. Op. Cit. p. 129-131.

aproximações e diálogos que faziam os moradores da cidade, em suas múltiplas interações no espaço urbano, se identificar com um candidato, ou definir entre um partido e outro.

A política não poderia estar desvinculada das questões sociais e urbanas, ainda mais em um período no qual o sucesso eleitoral dependia da aprovação do cidadão por meio do voto. Mais importante do que definir quais eram os partidos que ganhavam a disputa eleitoral seria entender os horizontes de possibilidades que se abriram aos trabalhadores com o período de redemocratização. Embora seja importante observar quais partidos conseguiam os melhores resultados, o fundamental seria tentar dimensionar as perspectivas de escolhas dadas aos trabalhadores pelas eleições diretas e a forma como eles, a partir de suas múltiplas experiências, as interpretaram.

Ao tomar apenas os resultados eleitorais como fonte de análise, corre-se o risco de camuflar as contingências das disputas políticas. Nas duas eleições para a prefeitura de Florianópolis, em 1954 e 1959, os candidatos pessedistas sagraram-se vencedores. Nas eleições proporcionais, a legenda do PSD foi também a mais votada da cidade em todos os pleitos. A análise dos resultados eleitorais fez com que se construísse uma imagem de Florianópolis enquanto cidade de “forte predomínio do PSD”. Contudo, a digressão obscurece as interações entre grupos políticos e classes populares antes e durante o período de campanha. A evidência a ser estudada não seria somente o resultado. O eleitor florianopolitano votou no PSD, mas teve a possibilidade de votar em qualquer outro partido. Tendo em vista que a redemocratização oferecia ao cidadão comum a possibilidade de escolha eleitoral, ampliando seu horizonte de ação, as questões passam a ser: por que o eleitor votou no PSD e não em outro partido, ou seja, como ele definia seu voto? Além disso, como o sistema político multipartidário, com eleições diretas, interferiu nas perspectivas e possibilidades de escolha dos trabalhadores, alterando sua compreensão em torno da política e de seus direitos?

Entender a política a partir das relações sociais e das experiências cotidianas implica tentar compreender, o quanto for possível, as incertezas de um sistema político-eleitoral que oferecia possibilidades de escolha aos cidadãos. Fazer uso exclusivo dos dados estatísticos, nesse caso, não nos ajuda a resolver o problema. Podemos saber quem foi votado, mas nunca saberemos, utilizando unicamente tais fontes, os impalpáveis estados de ânimo dos eleitores ao decidir votar em determinado candidato. Portanto, essa tese procurou analisar

as dinâmicas sociais que ajudaram a construir as noções de cidadania e direitos dos trabalhadores de Florianópolis, e, por consequência, do papel que deveriam desempenhar seus representantes públicos. Para tal empreitada, recorri à análise exaustiva dos números das eleições, sobretudo os que discriminavam os votos por região da cidade de Florianópolis. Esses números foram confrontados com os relatos das articulações políticas em nível municipal e estadual, bem como com as disputas nacionais. Com isso foi possível relativizar a interpretação propagada nos periódicos da época – que estavam vinculados a partidos políticos – e reafirmada por boa parte dos trabalhos de história política de Santa Catarina que tomava o PTB como “fiel da balança”, isto é, que seu apoio seria decisivo para a vitória de um dos grandes partidos – PSD ou UDN.

O cruzamento das fontes jornalísticas, que ilustravam as campanhas e os diálogos interpartidários, com os resultados municipais possibilitou dar outros contornos para a atuação dos comunistas em Florianópolis. O PCB, inexpressivo nos números estaduais, foi cortejado tanto pelo PSD quanto pela UDN e, em seu breve período de legalidade, demonstrou força superior a do PTB.

Ao analisar cada eleição do período de redemocratização, tive o intuito de desvinculá-las de amarras sistêmicas ou de tendências evolutivas. O fato do PSD ter vencido as duas eleições para o executivo municipal não significou que a cidade de Florianópolis possuiu um “forte predomínio pessedista”. O papel do jornalista e político Manoel de Menezes foi importante para matizar essa questão. Muitas vezes lembrado por moradores mais antigos como charlatão ou chantagista, Menezes foi uma figura importante do período. Criou um jornal e uma rádio que tiveram grande audiência. Foi o deputado estadual mais votado na 13ª Zona Eleitoral – que compreendia cerca de 60% dos eleitores de Florianópolis – em 1958.

Em 1959, candidatou-se a prefeito ficando em terceiro lugar, atrás dos candidatos de PSD e UDN. Teve seu mandato parlamentar cassado e padeceu no limbo da política catarinense. Os resultados induziram os estudiosos a considerar Florianópolis como uma cidade dividida entre dois grandes partidos, com predomínio pessedista. No entanto, as tramas ao redor da disputa pelo executivo municipal de 1959 revelaram a preocupação tanto de UDN quanto de PSD quanto a uma possível vitória do candidato rotulado como “demagogo” e portador de um “baixo populismo”. Ao analisar a votação dos candidatos por

seção eleitoral, percebi que a “campanha do bom senso”, capitaneada pelos jornais ligados aos dois principais partidos, não surtiu o efeito esperado, principalmente nas urnas em que votavam a maior parte dos trabalhadores urbanos.

O exemplo de Menezes parece significativo para refletir sobre as possibilidades de compreensão das relações políticas naqueles anos de eleições diretas. Seu aparecimento na cena pública, em 1952, o apogeu com a eleição para deputado estadual, em 1958, e seu ocaso, no final do ano seguinte, demonstram uma trajetória política construída ao largo das mediações institucionais do Estado. A grande audiência de seu jornal e de sua rádio junto às classes trabalhadoras, associada ao seu desempenho eleitoral, fez-me conjecturar sobre os limites da aplicação do conceito de *trabalhismo*. Ao mesmo tempo, diante das multiplicidades de definições e usos, é arriscado asseverar que Menezes era um *populista*. Fica claro, a meu ver, que o jornalista é produto daquele tempo de redemocratização, permeado de ambiguidades, de ações assistenciais e reivindicações populares. O fato de Menezes não ter vencido a disputa pelo executivo municipal não anula o susto levado por ambos os partidos tidos como “hegemônicos” diante da possibilidade real de sua vitória.

Essa parece ser a tônica do regime democrático inaugurado em 1945. O controle dos poderes públicos dependia do atendimento a determinadas demandas do eleitor, inserido no espaço público enquanto cidadão e, por conseguinte, portador de direitos. Disputava-se quem falaria em nome do trabalhador, do operário, do morador do bairro. No decorrer dos embates político-eleitorais, os partidos tidos como “hegemônicos” desenvolveram estratégias para conquistar o eleitorado. Inicialmente, pediram os votos dos marmiteiros. Abriram espaço para as classes trabalhadoras inserirem suas demandas na pauta política. Defenderam o atendimento das demandas populares. Ao ver o sucesso de candidatos desvinculados das grandes siglas e com estreita ligação com as classes trabalhadoras, preocuparam-se com a imprevisibilidade inerente ao regime democrático-eleitoral. Assustaram-se com os motins contra o aumento do custo de vida, taxando suas lideranças de agitadoras e comunistas. Aplaudiram quando os militares reprimiram as manifestações por reformas, definindo-as enquanto subversivas.

As vitórias de uma sigla não podem obscurecer as incertezas que permeiam as disputas político-eleitorais, tampouco esterilizar a presença crescente da população nos espaços públicos. A repressão que se deu na capital de Santa Catarina após o golpe civil-

militar de 1964 representou menos uma suposta crise do sistema partidário do que a supressão de um processo que tornava as manifestações uma estratégia fundamental da luta por direitos. É sobre parte desse processo que este trabalho se propõe a refletir.

CAPÍTULO 1: O TRABALHADOR COMO “FIEL DA BALANÇA”: DISPUTAS POLÍTICAS NO LIMIAR DA DEMOCRATIZAÇÃO, 1945-1950

1.1 Comícios e apartes: a eleição de 1945

“Agressão!” “Banditismo!” “Assassinado!” “Torpes!” “Covardes e facínoras!”. Assim um jornal da capital de Santa Catarina definia os últimos acontecimentos da campanha para presidência da República no estado. As manifestações de indignação preencheram as páginas do *Diário da Tarde*, periódico vinculado à União Democrática Nacional, do dia 20 de novembro de 1945.²⁸ O motivo, informava o jornal, fora uma série de insultos e agressões comandados por próceres pessedistas que culminaram com a morte de Hercílio Tambosi, vice-presidente da UDN de Rodeio –município localizado na região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina.

A tragédia aconteceu durante comício do PSD, quando Nereu Ramos, ex-interventor federal, principal líder do partido no estado e candidato ao senado, fez “referências desairosas” aos dirigentes udenistas. Isso teria levado Hercílio Tambosi a apartear-lo. Nereu Ramos, então, ordenou à sua “guarda de choque” que o fizessem calar imediatamente. Tambosi foi “covardemente assassinado” por Nicomedes Silva, conhecido como Mesinho, chofer ligado a Celso Ramos, irmão mais novo de Nereu.²⁹

No entanto, aquele não fora o único caso de agressão registrado durante a campanha eleitoral. Em Timbó, município limítrofe de Rodeio, também no Vale do Itajaí, Tupy Barreto foi agredido durante comício pessedista. Em nota, o prócer udenista descreveu os acontecimentos que terminaram em violência: “No momento em que o senhor Nereu Ramos, da tribuna, fazia ataque mentiroso e grosseiro a mim, respondi com rápido aparte. Bastou isso para que Celso Ramos, sargento Pamplona, Teodolindo Pereira, Hugo Hoepcke, coletor federal, e seus capangas me agredissem violentamente de revólveres”.³⁰

Em contrapartida, o jornal *A Gazeta*, que fazia campanha aberta para o PSD, noticiava tumultos em comício udenista no município de Palhoça – localizado na região da Grande Florianópolis. De acordo com o periódico, Wanderley Júnior, um dos principais

²⁸ *Diário da Tarde*. Florianópolis, 20 nov. 1945.

²⁹ *Assassinado! Diário da Tarde*. Florianópolis, 20 nov. 1945.

³⁰ *Agressão! Diário da Tarde*. Florianópolis, 20 nov. 1945.

nomes da UDN na capital do estado, teria sacado um revólver ao discutir com moradores. Isso porque “o povo esclarecido não quis ouvir a patranhada dos salvadores. E, num movimento espontâneo, abafou-lhes as vozes com as senhas da vitória pessedista: Du-tra, Ne-reu, Ge-tú-lio”. Quando conseguiu alguns instantes de silêncio e disse as primeiras palavras, o político udenista foi questionado sobre denúncia apresentada à delegacia de polícia contra “três distintas senhorinhas palhocenses”. Ao tumulto seguiram-se vaias de crianças que inviabilizaram o comício e deixaram Wanderley Júnior irritado a ponto de sacar seu revólver, “para ameaçar aqueles ruidosos e inofensivos filhos de Santa Catarina”.³¹

Evidentemente, as narrativas dos jornais merecem devida relativização, afinal, são influenciadas por posicionamentos políticos e pelo fervor das disputas eleitorais. Todavia, elas nos informam sobre os modos como os partidos faziam suas campanhas. Apartes desferidos por próceres partidários durante os comícios de seus rivais, brigas e agressões ocupam espaço privilegiado nos jornais durante as semanas anteriores ao pleito de 1945.

Nesta perspectiva, os eventos de Rodeio e Timbó foram exaustivamente explorados. O periódico udenista destacou no alto de sua primeira página a frase de Tupy Barreto: “Nereu Ramos e seus capangas assassinaram o nosso correligionário Hercílio Tambosi, de Rodeio”.³² José Medeiros Vieira, acadêmico de Direito, jornalista e presidente da União da Juventude Democrática, destacou em sua coluna a revolta pelo “trucidamento” de seu correligionário. A “barbaria”, os “requintes sinistros” e a “sintomática cumplicidade que o condicionou, eclipsam tudo o mais, todas as outras violências provocadas até agora pelos ex-detentores da situação”.³³

Na edição seguinte, o *Diário da Tarde* não se limitou a expor a indignação perante a morte do líder udenista. Em sua primeira página, o jornal acusava Nereu Ramos de ter orquestrado e premeditado o “assassinato”.³⁴ Destacava também um relato de Henrique Rupp Júnior, líder udenista e rival histórico da família Ramos, o qual, baseado em

³¹ De revólver em punho, o senhor Wanderley Júnior. *A Gazeta*. 01 dez. 1945.

³² *Diário da Tarde*. Florianópolis, 20 nov. 1945

³³ VIEIRA, José Medeiros. Covardes e facínoras. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 20 nov. 1945.

³⁴ “Os trágicos acontecimentos de Timbó e Rodeio não foram fortuitos. Há tempos já se encontravam concatenados. O ex-interventor semeara os ventos com dilatada antecedência”. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 21 nov. 1945.

depoimentos de pessoas presentes, inclusive o pai de Hercílio Tambosi, descrevia as ações do comício.

Segundo ele, Nereu Ramos, enquanto discursava, foi interrompido pelo grupo que lhe ouvia com “vivas ao Brigadeiro e à democracia e abaixo a ditadura”. Indignado, o candidato do PSD ao senado ordenou que seus “capangas” dissolvessem o grupo que entoava palavras de ordem em prol do presidenciável udenista. Nereu, “em voz alta, ouvida distintamente por todos”, então afirmou: “Corram com esses canalhas sob minha responsabilidade. Matem esses covardes que quando eu reassumir o poder hei de marcá-los com ferro em brasa”. Ouviram-se treze tiros. O chofer de Nereu avançou sobre Hercílio Tambosi e deu-lhe uma coronhada. Cambaleante, Tambosi tentou fugir da “fúria assassina” quando foi alvejado pelas costas, “tombando sem vida”. Mesinho, o chofer, foi até Nereu e entregou-lhe a arma do crime, sendo, em seguida, preso pelos populares. Na descrição, Rupp Júnior ainda afirma ter ouvido do pai de Hercílio Tambosi, José Tambosi, que Nereu sacara sua arma e a apontara em direção do grupo onde estava seu filho. Instintivamente, José foi em direção ao político para segurar-lhe o braço. Nereu virou-se e apertou três vezes o gatilho em sua direção. O revólver, no entanto, “negou fogo”. Os atos de violência por parte da caravana pessedista já eram previstos, conclui o narrador. Prova disto é que o delegado de polícia da cidade de Rodeio, “às vésperas da chegada do dr. Nereu”, desarmara toda a população. A caravana, por sua vez, viera armadíssima, “trazendo até metralhadoras”.³⁵

O jornal *O Estado*, adquirido por Aderbal Ramos da Silva em setembro de 1945³⁶, rebatia as duras críticas veiculadas no periódico udenista. No dia 21 de novembro, um dia após as primeiras reportagens sobre as agressões e a morte em Rodeio, *O Estado* publica uma defesa de Nereu Ramos. Afirma que, enquanto o ex-interventor federal “aqui estava, com os catarinenses, a sofrer com eles as suas dores, a chorar as suas lágrimas, a sentir as suas alegrias, convivendo, lutando e sofrendo com sua gente”, os “falsos amigos do povo, os democratas de fancaria que por aí agora pululam, se refestelavam nos seus cômodos e

³⁵ RUPP JÚNIOR. Henrique. A verdade sobre os fatos ocorridos em Rodeio. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 21 nov. 1945.

³⁶ A informação sobre a data de aquisição do jornal *O Estado* encontra-se em: PIAZZA, Walter F. (org.). *Dicionário político catarinense*. 2 ed. Florianópolis: Edição da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, 1994. p. 589.

perfumados apartamentos, em Porto Alegre e na capital da República”. Por isso, o povo catarinense sabe que Nereu seria “incapaz de ordenar um assassinato”.³⁷

Expressões como “ex-detentores da situação” e “democratas de fancaria”, usadas pelos jornais, remetem a rivalidades regionais anteriores ao processo de redemocratização. As rixas oligárquico-familiares serão analisadas posteriormente. Convém, antes, explorar a retórica pessedista sobre os acontecimentos de Rodeio e Timbó.

No dia seguinte, 22 de novembro, *O Estado* deixa a defensiva. Em sua primeira página, o jornal coloca Nereu Ramos como vítima dos agitadores oposicionistas. De acordo com o articulista, os tumultos em comícios eram recorrentes, sempre insuflados por líderes udenistas. No caso de Rodeio e Timbó, Nereu “escapara ileso”, no entanto “um homem do povo – que não figura nas chapas premiadas da oposição – pagou o preço da obediência cega aos insufladores”. Antes, em Laguna, litoral sul de Santa Catarina, “a provocação se iniciaria com o espoucar de dez dúzias de foguetes de assobio”. Em Itajaí, o motorista de Irineu Bornhausen “foi incumbido de chefiar a desordem”. Em Blumenau, o comício pessedista também contou com membros da UDN destinados a tumultuar o evento. Segundo o jornalista, o aparteante do operário Xavier “recuou antes da consumação, abandonado pela ‘escolta’.”

A responsabilidade pelos episódios de violência, portanto, passa para os opositores, chamados de “ordens secretas da turbação”, os quais acompanharam a caravana pessedista com o único e deliberado propósito de tumultuar e incitar a violência. Afinal, afirma o redator da matéria, “os udenistas lá não foram com intenção de virar a casaca”. E Nereu Ramos, caso estivesse com intuito de agredir adversários políticos, “não se faria acompanhar da excelentíssima esposa”. Por fim, conclui o jornalista, os acontecimentos revelam os reais interesses dos “oposicionistas”. A violência, na verdade, seria o principal instrumento de luta política da UDN, repetindo “antecipadamente os acontecimentos da era perrepista”. Uma vez no poder, os “arcabuzeiros”, “que foram a Rio Vermelho ameaçar chefes pessedistas, reproduziriam os espancamentos de longa lista”. E finaliza: “Eles ainda são os mesmos”.³⁸

³⁷ Nereu Ramos. *O Estado*. Florianópolis, 21 nov. 1945.

³⁸ Ação terrorista. *O Estado*. Florianópolis, 22 nov. 1945.

No mesmo tom, outra reportagem rebatia a afirmação de Rupp Júnior. Publicada no *Diário da Tarde*, contestava que a caravana pessedista contasse com metralhadoras e atacava: “ou as Forças Armadas pactuam com os instintos sanguinários da comitiva, ou a farsa ficará sobejamente desmascarada”. O autor da matéria deixa claro ser partidário da segunda hipótese. Afinal, Nereu Ramos “tem dignidade e fibra bastantes para revidar à altura os ataques de seus pérfidos adversários”. Para o articulista, os ataques pessoais a Nereu Ramos pretendiam “criar um ambiente de desconfiança e prevenção contra os candidatos do Partido Social Democrático”. Procurava-se, por conseguinte, “dividir a família catarinense”, “lançar irmãos contra irmãos”. O objetivo era incentivar a “rebelião”, “perturbar a ordem”. Neste sentido, o autor da matéria apontava o nome de três próceres udenistas a serem responsabilizados caso outro episódio de violência se concretizasse: Wanderley Júnior, “principal orientador do movimento de rebelião que se anuncia”; Oswaldo Rodrigues Cabral, “um dos mais responsáveis pelo que, em Florianópolis, vier a acontecer”; José Medeiros Vieira, “paranoico” e “irresponsável”, “deve ser citado pelos muitos desatinos que há cometido e pelos muitos que ainda, por certo, cometerá”.

A reportagem, de tal modo, chama-nos a atenção pelo uso político de expressões como “ordem” e “família”. Conceitos associados à “civildade” e que o periódico pessedista incorporou ao discurso para justificar a permanência do partido no poder. O jornalista responsável pela matéria buscava, assim, construir uma identidade civil-partidária que vinculasse o Partido Social Democrático à manutenção de uma sociedade assentada nos valores da moralidade e da família. Em contraposição, o projeto representado pela União Democrática Nacional a descrevia como “oposicionista” e disposta a “espancamentos” e outros artifícios para fomentar a “desordem” e conquistar o poder. Estabelecia-se um maniqueísmo em que ficava a cargo do eleitor a responsabilidade pela manutenção da (boa) ordem social de então.

Verifica-se, pois, que a poucas semanas das eleições para a Presidência, o Senado e a Câmara Federal, os episódios de violência eram utilizados pelos jornais como arma política. Não era possível negar a morte de um eleitor no comício pessedista de Rodeio, tampouco os tumultos frequentes. O objetivo era situar o candidato de seu partido à margem dos acontecimentos, ao mesmo tempo em que se buscava vincular diretamente o adversário ao ocorrido. Neste caso, o jornal udenista abusava do uso da narrativa – com

mocinhos inocentes, bandidos impiedosos e cenas dramáticas, como a tentativa do pai de Hercílio Tambosi de salvar o filho – para demonstrar que o principal líder do PSD no estado era um homem frio, calculista e disposto a tudo para eliminar seus adversários. Os jornais pessedistas, por sua vez, apelavam para a retórica da “ordem social” e da unidade da “família catarinense”. Afirmava que a ação dos opositores durante o pleito procurava destruir a estabilidade social do estado e promover a desordem e a rebelião –estratégia discursiva adotada intensamente nos pleitos seguintes.

Episódios de violência como os anteriormente descritos foram veiculados seguidamente na imprensa às vésperas da eleição, o que não significa que sejam uma invenção do período democrático. Ao contrário, os próprios embates ocorridos em Santa Catarina no período anterior sugerem que os conflitos eram frequentes, sobretudo nos grotões do estado. Sara Nunes, ao estudar o assassinato de um caixeiro viajante, em Lages, no início do século XX, percebeu que, para além da explicação oficial de crime passional, a condenação dos réus trazia consigo complicadas redes de intrigas e disputas políticas locais.³⁹ Paulo Pinheiro Machado, em sua análise sobre a formação das lideranças sertanejas na Guerra do Contestado, também oferece importante contribuição sobre as tensões cotidianas que, não raro, se convertiam em crime no interior de Santa Catarina durante a Primeira República.

De acordo com o autor, em uma região na qual o poder era exercido por chefes locais (coronéis), era comum que as divergências resultassem em crimes passionais cometidos por capangas e patrocinados por um dos mandatários. O judiciário, formado a partir de uma série de nomeações políticas, transformava-se em mecanismo de coerção pelos detentores do poder. O delegado de polícia, nomeado entre pessoas destacadas pelo partido situacionista, poderia deixar o inquérito inconcluso, pedindo o comparecimento de testemunhas que jamais apareceriam. O corpo de jurados também estava sujeito à intimidação, seja por ameaça, seja por gratidão aos chefes locais. Portanto, Pinheiro

³⁹ O caso em questão é o assassinato de Ernesto Canozzi e seu “peão”, Olintho Pinto Centeno, no dia 1º de maio de 1902. Dias depois, os irmãos Thomaz e Domingos Brocato foram presos. De acordo com os autos, o crime aconteceu em razão de Canozzi estar “enamorado” de Emília Ramos, membro da mais importante família da região, por quem Domingos tinha “sentimentos casadoiros”. A autora descobriu, no entanto, que por detrás da versão oficial perpassavam intensas disputas políticas e rixas pessoais que atravessavam diversas instituições da sociedade lagesana, como o judiciário e a maçonaria. NUNES, Sara. *Caso Canozzi: um crime e vários sentidos*. Florianópolis, 2007. 154 f. Dissertação (mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

Machado conclui que “ser situação política conferia determinadas ‘licenças’ e prerrogativas de força sobre os outros.” Sendo assim, restava às pessoas pobres a opção de “resolver à força a pendência, recorrendo a inimigos ilustres do seu agressor (que poderiam bancar uma luta judicial, ou mais simplesmente, empregar seus capangas para uma desforra).”

A partir da análise de José Ibarê Dantas, Pinheiro Machado aponta o poder coercitivo dos coronéis como ponto fundamental de seu domínio político. As vitórias eleitorais, durante a Primeira República, advinham mais de sua capacidade de intimidação e uso da violência do que da vontade do eleitorado. O autor destaca que os grupos oligárquicos estaduais se apoiavam nos coronéis respeitados em relação “à força de seu contingente de milicianos particulares”. No planalto catarinense, “muitas lideranças locais firmavam-se como tais sem ocupar quaisquer cargos públicos, mas exerciam seu poder e influência política pela quantidade de homens em armas que poderiam rapidamente mobilizar.”⁴⁰

Portanto, o uso da violência não era uma novidade do período de eleições diretas. Entretanto, há diferenças substanciais em relação ao período precedente. A análise dos periódicos mostra que, antes das campanhas eleitorais, os casos de conflito e agressão não tinham tanto destaque nas páginas dos folhetins. Ou seja, mesmo sendo comum a resolução de querelas através da força, especialmente no interior, é no momento de disputa explícita entre facções que ela ganha notoriedade. Como vimos páginas atrás, a morte de um correligionário udenista durante comício do PSD é usada por ambos os partidos para auferir dividendos político-eleitorais. Isto é, se a análise da bibliografia consultada sugere a violência como forma comum de resolução dos conflitos, durante a democratização ela ganha a pauta dos jornais e transforma-se em instrumento de luta política.

Talvez esta seja uma diferença que marca o novo período de eleições: o poder político não mais depende da quantidade de armas. Ao contrário, o assassinato de um membro da UDN foi usado pelo partido como mote de campanha contra a “barbaria” e o “trucidamento” provocados pelos “ex-detentores da situação”. Ademais, e esta é outra diferença marcante, os conflitos relacionados às disputas políticas ganham destaque nos jornais da capital. A imprensa, tanto a do PSD quanto a da UDN, repercutiu os episódios de

⁴⁰ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916*. Campinas, 2001. 497 f. Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. p. 77, 78.

agressão ocorridos no interior. Ou seja, a violência, ao menos aquela relacionada à política, não mais ficava restrita às querelas locais. Num tempo de democracia incipiente, onde os partidos aprendiam, no “fazer-se” das campanhas, a atrair o eleitor – ou a afastá-lo de seu adversário –, é factível que os atores em jogo fizessem uso, em determinadas situações, de expedientes comuns do passado. Os conflitos entre correligionários após intervenções nos comícios dos adversários é um exemplo disso. Entretanto, o contexto era outro. Por extensão, a violência não era mais a mesma de outrora.

Na prática, os distúrbios e os apartes em comícios rivais eram estratégias recorrentes em ambos os partidos. Para além das disputas políticas através dos jornais, os expedientes usados pelas duas principais agremiações partidárias do estado eram parecidos. Por um lado, o comício tinha caráter de festa e confraternização, espaço privilegiado para o contato – ainda que assimétrico – entre político e eleitores. Em contrapartida, também era alvo de interrupções e apartes desferidos por adversários com intuito de tumultuar e inibir uma eventual identificação eleitoral. Neste sentido, os comícios adquirem uma dinâmica peculiar: iniciam-se com a convocação através da imprensa e dos demais canais de articulação, passam pelo acesso dos eleitores ao local do evento e pela preparação e ordenação das falas, até culminar nos festejos de encerramento. Com traços ritualísticos, os comícios tinham importante papel nas eleições pós-Estado Novo. A violência, nesta perspectiva, deve ser entendida como subproduto das estratégias políticas usadas amiúde para desestabilizar os atos públicos dos adversários.

Em Florianópolis, o PSD realizou dois grandes comícios, no dia 11 e no dia 30 de novembro. No primeiro, o destaque maior foi a presença de Nereu Ramos. Sua chegada à cidade foi noticiada pelo jornal pessedista *O Estado*, enfatizando a presença do grande número de amigos que fizeram questão de receber o político. Ou seja, a própria chegada do “consagrado tribuno e administrador catarinense” era tratada como um evento, merecendo menção na primeira página do jornal.⁴¹ Ademais, os jornais pessedistas estamparam também sua página principal com chamadas para o “imponente comício” pró-candidatura Dutra.⁴² Contudo, o evento principal era cercado de eventos menores, anteriores, com

⁴¹ Chegou o dr. Nereu Ramos. *O Estado*. Florianópolis, 10 nov. 1945.

⁴² “Domingo, às 20 horas, na Praça XV de Novembro, realizar-se-á um comício do Partido Social Democrático em que falarão, além de próceres, vários partidários e entusiastas da candidatura do General Eurico Gaspar Dutra”. *O Estado*. Florianópolis, 10 nov. 1945; “... imponente comício de propaganda da

objetivo de movimentar os eleitores e, de certa forma, aproveitar a presença do principal líder do PSD no estado. Na manhã do mesmo dia, outros comícios foram feitos na região da Grande Florianópolis. Em “Cambirela”, atual município de Palhoça, ao sul da capital, houve um “meeting”, que contou com a presença de líderes pessedistas locais e foi encerrado pelo prócer maior do partido, Nereu Ramos.⁴³ Parte da “caravana pessedista” também realizou um pequeno comício em Biguaçu, ao norte. No grupo de oradores estava o jornalista e diretor de redação de *A Gazeta*, Osvaldo Melo, e o também candidato a senador pelo PSD, Ivo de Aquino. De acordo com o jornal, o sucesso do comício condiz com a história do município: “Aquele terra que tanto sofreu antes da Revolução de 30, responde agora, quando é chamada, com seu povo unido e forte, para ajudar a vitória que se aproxima.”⁴⁴ As alusões ao período anterior à redemocratização, como se percebe, eram recorrentes tanto nos jornais do PSD quanto no da UDN. Estas rivalidades serão discutidas a seguir. Todavia, vale ressaltar a estratégia pessedista de aproveitar-se da presença dos dois candidatos ao Senado para fazer incursões em cidades próximas à capital. Horas antes do grande comício que se anunciava, montaram-se duas caravanas para mobilizar a população dos municípios limítrofes que, em virtude das dificuldades de acesso, dificilmente se fariam presentes.

A preparação para o evento não era aleatória. Os oradores e a ordem das falas eram estrategicamente pensados. O primeiro a falar foi o professor Barreiros Filho, seguido pelo dr. Salgado de Oliveira, professora Antonieta de Barros, o líder operário João dos Passos Xavier, Ivo d’Aquino, candidato a senador, e, por fim, Nereu Ramos.⁴⁵ O político falou por duas horas. Ao fim, o locutor, João Batista Bonassis, convidou os presentes a acompanhar o principal líder pessedista até sua residência. De acordo com Domingos Fernandes de Aquino, jornalista de *O Estado* e responsável pela matéria: “Separando-se em duas alas com o dr. Nereu Ramos ao centro, o povo o levou até sua residência de cujo hall ele agradeceu a espontânea e apoteótica homenagem.”⁴⁶

candidatura do eminente General Eurico Gaspar Dutra, organizador das Forças Expedicionárias Brasileiras...” *A Gazeta*. Florianópolis, 11 nov. 1945.

⁴³ Comício pessedista em Cambirela. *A Gazeta*. Florianópolis, 13 nov. 1945.

⁴⁴ O grande comício de Biguaçu realizado pelo Partido Social Democrático. *A Gazeta*. 13 nov. 1945.

⁴⁵ O povo catarinense glorificou o general Gaspar Dutra e o dr. Nereu Ramos em praça pública. *A Gazeta*. Florianópolis, 13 nov. 1945.

⁴⁶ AQUINO, D. F. Reportagem do comício do PSD. *O Estado*. Florianópolis, 14 nov. 1945.

O jornal udenista, no entanto, fez duras críticas ao comício rival. Afirmou que uma “claque comuno-queremista do Sr. Nereu Ramos” vaiou o nome do “impoluto e intangível” Brigadeiro Eduardo Gomes, “Herói de Copacabana”. Dizia a nota que Florianópolis fora a única cidade no Brasil em que isso acontecera. E que, além do Brigadeiro, foi também “apupado” pelo grupo “getulista-prestista” o “ilustre coronel Juracy Magalhães”.⁴⁷ José Medeiros Vieira, em sua coluna, descarregou artilharia contra o ex-interventor federal. Definido como deplorável, o discurso de Nereu Ramos, “do início à peroração”, estava imerso de “demagogia atrabiliária contra adversários”. Aliás, advertia o jornalista, o líder do PSD não “conhece a palavra adversário”: “Da seita do crê ou morre, no seu léxico de fanatismo há apenas este vocábulo sinistro com que marca a ferro em brasa aqueles que não dançam a dança macabra regida pelo seu açoite absolutista: *inimigo*.”⁴⁸

No final de semana seguinte, foi a vez do Brigadeiro Eduardo Gomes pousar em terras catarinenses. O comício, também marcado para o domingo, movimentou os correligionários udenistas que organizaram uma verdadeira festa. De acordo com o periódico do partido, três mil pessoas compareceram à base aérea, onde desembarcou o candidato a presidente. Mais de trezentos veículos, entre “automóveis, camionetes, ônibus e caminhões”, acompanharam o carro do “Cavaleiro da Liberdade”. O percurso foi devidamente preparado e caracterizado pelos udenistas, fazendo com que o carro passasse por “arcos de triunfo enfeitados e ladeados sempre por um povoleu fremente que bradava sofregamente: Brigadeiro – Brigadeiro – Brigadeiro!”. O candidato, então, foi levado à casa de Wanderley Júnior, onde ficaria hospedado. Às 19 horas e 30 minutos, relata o jornal, a multidão já o esperava na frente da residência para acompanhá-lo até o local do comício, o Jardim Oliveira Belo, em frente à Rua Felipe Schmidt. O palanque, devidamente preparado, continha “lindas e escolhidas orquídeas, em quantidade verdadeiramente assombrosa”, as quais “imprimiam ao ambiente um aspecto de extraordinária magnificência”. Para completar o cenário, faixas espalhadas com dizeres que exprimiam “os mais altos anelos e os mais efusivos votos da brava gente barriga-verde, tantos anos ferida pelo guante sádico da ditadura, mas jamais acobardada em seus brios de povo livre e altivo e em sua honra nunca mercadejada.” Destaca ainda que a cidade inteira,

⁴⁷ Nota deselegante. Diário da Tarde. Florianópolis, 12 nov. 1945.

⁴⁸ Grifo do autor: VIEIRA, José Medeiros. “Eu sou um democrata...”. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 12 nov. 1945.

“em seus mais afastados recantos”, amanhecera cheia de cartazes udenistas, “o que marcou uma nota a um tempo pitoresca e simpática”.⁴⁹

Percebe-se, destarte, que os comícios são parte fundamental da nova fase que vivia a sociedade brasileira. São os responsáveis, para seguir uma análise de Moacir Palmeira e Beatriz Heredia, por inaugurar o início de um *tempo* representado pela disputa explícita entre facções.⁵⁰ Ou seja, um momento específico da sociedade no qual as relações sociais são atravessadas pelas disputas político-partidárias. A preparação da estrutura física, a arregimentação de correligionários, os cânticos, as passeatas, as carreatas, os discursos inflamados e o caráter festivo marcariam dali em diante os atos públicos das agremiações. A política, assim, toma conta dos principais espaços dos jornais florianopolitanos, antes preenchidos por notícias da capital federal e sobre a conjuntura internacional. Inicia-se um período em que os acontecimentos locais ganham força e as ações dos partidos são efusivamente narradas. O *tempo da política*, desta maneira, com seu caráter de “conflito autorizado” entre facções, é profícuo para compreender processos de luta mais amplos, bem como eventuais alianças seladas entre antigos “inimigos”, que em outros momentos poderiam ficar silenciosamente ocultos.⁵¹ No caso dos comícios analisados, é possível

⁴⁹ A maior parada de civismo e democracia do povo barriga-verde. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 19 nov. 1945.

⁵⁰ Em meados da década de 1990, pesquisadores ligados ao Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), sediado no Museu Nacional, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, procuraram estudar a política brasileira sob o viés antropológico. O objetivo principal era pensar a categoria *política* como etnográfica. Isto é, deixar de compreender os eleitores de forma abstrata, presentes como estatística em análises formalistas. A antropologia da política busca, sobretudo, observar a política tal como ela é experimentada dentro de um universo cultural e histórico específico. O conceito de *tempo da política* foi formulado dentro desta perspectiva pelos antropólogos Moacir Palmeira e Beatriz Heredia. A ideia central é a de que há períodos em que a população percebe a política e os políticos como parte de sua vida social. Em tais momentos, facções políticas são identificadas e entram em conflito aberto, subvertendo o cotidiano e desenvolvendo interdições com relação aos espaços de sociabilidade. Este conceito de *tempo*, para os antropólogos supracitados, usado em expressões como *tempo da política* ou *tempo da festa* do padroeiro, por exemplo, tem a capacidade de “contaminar” todo o tecido social, ou seja, fazer com que tudo vire política ou festa, “de converter as demais atividades à atividade definidora do tempo”. Para mais informações, ver: PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, Mariza. (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002. p. 171-177; PALMEIRA, Moacir. Política, facções e voto. In: PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz H. *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2010. p. 15-26.

⁵¹ A política, assim como as festas, representa um momento singular das relações de uma sociedade. Estas, como alerta a historiadora Maria Clementina Pereira Cunha ao estudar festas populares, por trás do congraçamento e da aparente suspensão dos conflitos, são capazes de revelar diálogos sociais e tensões latentes, “presentes nos dias de festa como nos dias comuns”. Assim, é possível analisar os conflitos e alianças entre classes a partir das tensões e conformidades que emergem durante as disputas políticas. CUNHA, Maria Clementina. (org.) *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

perceber alguns elementos de seu caráter ritualístico que o fazem ponto inaugural desse *tempo* no qual a política atravessa as demais atividades.

A despeito dos jornais de cada partido exagerarem nas descrições dos comícios, verifica-se que ambos tinham traços em comum. Os comícios não eram apenas um instrumento de conquista de eleitores. A avaliação social positiva dos comícios era um indicador significativo da boa campanha eleitoral. Assim, os partidos esmeravam-se para torná-lo um grande evento, que mobilizasse o maior número de pessoas e repercutisse favoravelmente nos dias seguintes.

No primeiro comício pessedista, os jornais destacavam as manifestações de apreço dos ouvintes durante as falas dos oradores. A ordem, anteriormente planejada, deixava o prócer maior do partido, Nereu Ramos, por último. De forma similar, o comício udenista também foi envolto em ares de solenidade com a presença do Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato a presidência da república. A descrição feita pelo jornal do partido, uma semana após o comício do PSD, expunha os detalhes da preparação, como a mobilização de pessoas para receber o candidato, a decoração do percurso, com “arcos do triunfo enfestonados”, e do palanque, com “lindas e escolhidas orquídeas”. Na ordem de falas do comício udenista, ao contrário do evento adversário, o Brigadeiro foi o quinto dos oito oradores, e não o último. No entanto, como desfecho, em ambos houve o deslocamento do palanque à residência, acompanhado pela “multidão”, do nome maior do partido.

Ao analisar as descrições dos jornais, a do periódico udenista é mais intensa e detalhada – para não dizer exagerada. Provavelmente, para se contrapor ao *metting* pessedista da semana anterior e marcar a superioridade do evento que contou com a presença do principal líder da UDN nacional. É pouco factível que os aplausos após a fala do Brigadeiro tenham durado vinte minutos, “indescritivelmente”, somente amenizado “pela alvura imaculada de milhares de lenços brancos agitados freneticamente”.⁵² Todavia, o tom hiperbólico do discurso deixa clara a intenção do jornal de engrandecer o comício.

O caráter solene do qual se revestia, com os candidatos e principais líderes – como foi o caso de Nereu Ramos e Eduardo Gomes – ganhando ares de celebridades, estabelece uma relação assimétrica com o eleitor a partir do palanque. Uns falam, outros escutam. Não

⁵² A maior parada de civismo e democracia do povo barriga-verde. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 19 nov. 1945.

há diálogo. Não pode haver, sob o risco de colocar em xeque a “autoridade sagrada” daquele que professa diante do público. É mister a manutenção da hierarquia neste momento – o que não impede outros eventos, como reuniões com cabos eleitorais e encontros com a população dos bairros, cujo objetivo é a discussão de temas e o debate de ideias. Há, por conseguinte, a necessidade de fazer com que o evento seja bem avaliado socialmente. O fracasso de um “grande comício” – mesurado não apenas pelo número de pessoas, mas também pela presença de personalidades notórias do partido – poderia simbolizar a derrocada da candidatura.

No pleito de 1945, as campanhas pouco ou nada mencionaram propostas concretas para melhoria de vida da população. Percebe-se, nas reportagens dos jornais de ambos os partidos, que a promoção do candidato está atrelada a críticas ao candidato adversário. Isto é, uma campanha muito mais acusatória do que propositiva. Nas falas dos comícios, o orador geralmente relembra acontecimentos do passado para atacar seus adversários e assim se promover. A “nota deselegante”, publicada pelo jornal udenista e citada algumas páginas atrás, é um exemplo. Ela repudiava a ação dos políticos do PSD que incitaram os presentes a vaiar o “impoluto e intangível” Brigadeiro Eduardo Gomes.⁵³ A coluna de José Medeiros Vieira, publicada no mesmo dia, também criticava o comício pessedista, em especial a fala de Nereu Ramos, repleta de “demagogia atrabiliária contra adversários”.⁵⁴ Não parece coincidência que após o comício pessedista de 11 de outubro surjam as primeiras notícias de apartes desferidos por adversários nos atos públicos.

Ou seja, o caráter acusatório das campanhas, tanto da UDN quanto do PSD, motivou os partidos a enviar correligionários aos eventos de seus rivais com o propósito de rebater as críticas e, por conseguinte, desestabilizar a estrutura e o caráter solene do comício. Os episódios de violência contra correligionários udenistas, tanto em Rodeio quanto em Timbó, decorreram das interrupções durante as falas dos políticos do PSD.⁵⁵ Da mesma forma, a suposta reação do líder da UDN de Florianópolis, Wanderley Júnior, sacando sua arma e apontando-a para a população durante o comício de seu partido em

⁵³ Nota deselegante. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 12 nov. 1945.

⁵⁴ VIEIRA, José Medeiros. “Eu sou um democrata...”. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 12 nov. 1945.

⁵⁵ “No momento em que o senhor Nereu Ramos, da tribuna, fazia ataque mentiroso e grosseiro a mim, respondi com rápido aparte”. BARRETO, Tupy. Agressão!. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 20 nov. 1945; “O senhor Nereu Ramos, na forma costumeira, falando em comício aqui, fez referências desairosas aos elementos dirigentes da UDN, dando motivo a que o senhor Hercílio Tambosi o apartasse”. Assassinado!. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 20 nov. 1945.

Palhoça foi resultado dos distúrbios causados por pessoas vinculadas ao PSD, que “abafou-lhes as vozes com as senhas da vitória pessedista: Du-tra, Ne-reu, Ge-tú-lio”.⁵⁶Os apartes estabelecem um diálogo não previsto dentro da assimetria do comício, subvertendo, assim, a lógica do ritual e estremecendo a aura que há por trás do político em seu espaço “sagrado”: o palanque.

A violência, os tumultos e as agressões descritas no início deste capítulo, convém reiterar, são subproduto das táticas de campanha eleitoral naquelas primeiras eleições. A própria interventoria emitiu nota, após os primeiros distúrbios, pedindo que os partidos não interferissem nos comícios políticos de seus rivais.⁵⁷No entanto, ambos os partidos recorriam a tais expedientes. Ademais, para criticar seu adversário, lembravam as ações empreendidas durante o Estado Novo. A UDN afirmava que os “ex-detentores da situação”, capitaneados por Nereu Ramos, “trucidaram” Hercílio Tambosi visto que não estavam acostumados com o jogo democrático. O líder pessedista, “antigo pregador da Aliança Liberal”, teria como costume marcar “a ferro em brasa aqueles que não dançam a dança macabra regida pelo seu açoite absolutista”. O PSD, por sua vez, acusava os “democratas de fancaria” que nos momentos de dificuldade saíram do estado. A violência era lugar comum na luta política udenista e remetia à “era perrepista”. Uma vez no poder, eles repetiriam “os espancamentos de longa lista”, afinal “eles ainda são os mesmos”.

Percebe-se, deste modo, que as disputas político-eleitorais no pleito de 1945 estão repletas de menções e referências à participação das facções antes e durante o Estado Novo. Sendo assim, para compreender os alinhamentos políticos e as retóricas partidárias do período de redemocratização é necessário entender as rixas oligárquicas que culminaram com a criação dos dois maiores partidos de Santa Catarina.

⁵⁶ De revólver em punho, o senhor Wanderley Júnior. *A Gazeta*. 01 dez. 1945.

⁵⁷ “A Interventoria Federal, a bem da ordem e da tranquilidade públicas, dirige aos Partidos Políticos um apelo no sentido de que, por qualquer forma, não interfiram uns nos comícios dos outros, de modo a permitir que a propaganda eleitoral transcorra num ambiente de serenidade e elevação cívicos, sem incidentes a lamentar, de acordo com a tradição da política de Santa Catarina.”. Para que não interfiram nos comícios políticos. *A Gazeta*. Florianópolis, 22 nov. 1945.

1.2 “Cada um deles vê no adversário metade de si próprio”: o surgimento de UDN e PSD

O ponto mais obscuro desse negócio é a atitude moral dos dois novos partidos, a linguagem recíproca, as mútuas recriminações. Cada um deles vê no adversário metade de si próprio. (...) Em vão busco adivinhar por que modo esses dois partidos singulares cruzaram armas no grande pleito; não encontro explicações satisfatórias. Nenhum deles podia acusar o outro de se haver ligado a adversários, porque esse mal ou essa virtude estava em ambos; não podia um duvidar da boa-fé, da lealdade, da lisura do outro, porque o outro era ele mesmo, os seus homens, os seus meios, os seus fins...⁵⁸

A partir da derrota dos federalistas, em 1894, o Partido Republicano Catarinense passou a ser hegemônico no estado. E, desde então, lutas intestinas entre lideranças marcam a consolidação do partido. A mais significativa delas, para os nossos interesses, é o embate travado entre Vidal Ramos e o então governador, Hercílio Luz, em 1920. De acordo com Corrêa, a rixa entre os dois líderes do PRC aconteceu em virtude do governador ter recusado a indicação de Nereu Ramos, filho de Vidal, para compor a chapa para o congresso nacional.⁵⁹No ano seguinte, Nereu aderiu à Reação Republicana, movimento dissidente dentro do Partido Republicano com o objetivo de lançar uma candidatura alternativa para a sucessão. Em 1922, os Ramos esforçavam-se para vencer as eleições. Vidal concentrava-se na região de Lages, planalto catarinense, histórico reduto de poder daquela família. Nereu desenvolvia seu trabalho na capital. Entretanto, Hercílio Luz, com a máquina do governo do estado, saiu vitorioso do pleito, emplacando vitória esmagadora. Arthur Bernardes recebeu 12.460 votos, contra 906 de Nilo Peçanha, da Reação Republicana. Mesmo em Lages, o candidato dos Ramos foi derrotado: 1.249 votos contra 573. Por fim, Hercílio Luz elegeu-se novamente governador, sacramentando a derrota política da família Ramos. O cenário começaria a mudar com a Aliança Liberal.

⁵⁸ Crônica de Machado de Assis, publicada originalmente em *O Cruzeiro*, no dia 1 de setembro de 1878, em que ironiza o pleito em uma das “paróquias do Norte”. Segundo o escritor, os partidos “dividiram-se e trocaram as metades”, tornando-se, assim, muito parecidos. ASSIS, Machado de. *Obras completas de Machado de Assis*. V. III. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. A ideia de inserir a citação foi inspirada em: PALMEIRA, Moacir. Política, facções e voto. In: PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz H. *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2010. p. 15-26.

⁵⁹ CORRÊA, Carlos Humberto. *Um estado entre duas repúblicas*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984. p. 26-31.

O governador eleito não ficaria muito tempo no cargo. Com problemas de saúde, Hercílio Luz licencia-se em maio e falece em 20 de outubro de 1924. Despontava, então, a liderança de Adolfo Konder, que havia sido secretário do Estado da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura. Em 1926, o político elegeu-se governador do estado pelo Partido Republicano Catarinense, praticamente sem oposição.⁶⁰ Nos anos seguintes, pessoas ligadas direta ou indiretamente ao governador galgaram importantes postos políticos. Victor Konder, seu irmão, foi nomeado ministro de Viação e Obras Públicas do presidente Washington Luis. Seu irmão mais velho, Marcos, liderou o partido na Assembleia Legislativa, presidida pelo correligionário Bulcão Vianna, além de exercer o cargo de superintendente municipal de Itajaí (prefeito), cidade-natal da família. O cunhado, Irineu Bornhausen, presidiu o Conselho Municipal (Câmara de Vereadores) da mesma cidade. Concomitantemente à ascensão da família Konder ao poder, as tradicionais famílias do ramo têxtil do estado, Hering e Renaux, exerceram cargos no Conselho Municipal das cidades de Blumenau e Brusque, respectivamente.⁶¹

Em 1930, o poder dos Konder parecia consolidado. Nas eleições presidenciais no estado, o PRC venceu facilmente os opositores da Aliança Liberal, comandados por Nereu Ramos. Júlio Prestes, candidato da situação, fez 31.357 votos contra apenas 9.830 de Getúlio Vargas.⁶² No pleito estadual, Antonio Pereira da Silva Oliveira derrotou Henrique Rupp Júnior, da Aliança Liberal e futuro líder udenista, na disputa ao Senado. Para o governo, foram eleitos Fúlvio Aducci e Acácio Moreira. Entre os quadros da Aliança Liberal, apenas Nereu Ramos conseguiu eleger-se deputado federal. No entanto, as articulações nacionais capitaneadas pelos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba provocariam mudanças na configuração política catarinense.

Com a deflagração do movimento de 1930, as oligarquias catarinenses já rachadas tomaram lados opostos. Em favor da Aliança Liberal, a família Ramos, especialmente os primos Nereu e Aristiliano Ramos. Os então detentores do poder, vinculados à família Konder e ao governador Fúlvio Aducci, procuravam cerrar fileiras em favor do movimento

⁶⁰ PIAZZA, Walter F. *Dicionário Político Catarinense*. 2 ed. Florianópolis: Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994. p. 578.

⁶¹ As informações acima se encontram nas seguintes obras: LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983. p. 95; MAY, Patrícia Zumblick. *Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)*. Florianópolis, 1998. 182 f. Dissertação (mestrado em História) –, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. p. 29, 30.

⁶² PIAZZA, Walter F. op. cit. p. 579.

legalista. No início de outubro, a coluna vinda do Rio Grande do Sul e comandada por Trifino Corrêa, ex-integrante da Coluna Prestes, já havia tomado as cidades de Araranguá, Laguna e Tubarão, ao sul do estado.⁶³ Mobilizados por Aristiliano Ramos, outra coluna rumava em direção à capital, proveniente, agora, do planalto catarinense, passando pelas cidades de Lages – reduto da oligarquia Ramos –, Bom Retiro, Barracão e São José.⁶⁴

A tomada da capital do estado, todavia, não foi simples. A cidade estava fortemente protegida: contava com cinco encouraçados e com a liderança de Nepomuceno Costa, comandante da 5ª Região Militar, sediada em Curitiba e transplantada para a capital catarinense em virtude do avanço das tropas aliancistas no Paraná. Sem conseguir acessar a Ilha, os revolucionários cortaram o abastecimento de alimentos e a energia elétrica, deixando-a isolada. Ainda assim, a capital resistiu. Com o movimento revolucionário praticamente vitorioso em todo o Brasil, faltando apenas alguns focos de resistência, Florianópolis permanecia sob o comando das tropas legalistas. Em 17 de outubro, Blumenau, no Vale do Itajaí, foi designada capital provisória do estado. Apenas no dia 24 de outubro, mesmo dia da deposição do presidente Washington Luis, as forças revolucionárias entraram na cidade, um dos últimos redutos do Brasil fiel ao antigo governo.⁶⁵ Naquele dia, o governador, Fúlvio Aducci; o vice, José Acácio Soares Moreira, e seu filho que exercia o cargo de procurador da República em Santa Catarina, Edmundo Acácio; o secretário do Interior e Justiça, Ivo d'Aquino; Adolfo Konder e outras lideranças embarcaram no vapor Costeira em direção ao Rio de Janeiro. No dia seguinte, tomou posse como interventor Ptolomeu Assis Brasil – que assumira a coluna revolucionária no lugar de Trifino Corrêa. Da sacada do palácio do governo, falaram à população os representantes dos novos detentores do poder no estado. Entre eles, Osvaldo Melo, Nereu Ramos e Henrique Rupp Júnior.⁶⁶

A partir da narrativa dos eventos que culminaram na “Revolução de 1930”, fica mais fácil entender as menções feitas pelo jornal pessedista, rebatendo as acusações de uso da violência na campanha de 1945 citadas no início deste capítulo. Ao defender Nereu

⁶³ LEMOS, Valmir. *Tombados e esquecidos – 1930: a marcha revolucionária sobre Santa Catarina*. Blumenau: Nova Letra, 2005. p. 102, 109, 110, 282.

⁶⁴ LENZI, Carlos Alberto Silveira. op. cit. p. 101.

⁶⁵ SILVA, Fábio Paulo. O último reduto legalista: as ações da revolução de trinta em Florianópolis, principal resistência no Brasil Meridional. *Linhas*. v. 8. n. 2. Florianópolis, jul./dez. 2007. p. 122, 123.

⁶⁶ LENZI, Carlos Alberto Silveira. op. cit. p. 102.

Ramos, o jornal destacava que o político ficara no estado “com os catarinenses, a sofrer com eles as suas dores, a chorar as suas lágrimas, a sentir as suas alegrias”, enquanto os “falsos amigos do povo” e os “democratas de fancaria” “se refestelavam nos seus cômodos e perfumados apartamentos, em Porto Alegre e na capital da República”.⁶⁷ O autor da matéria referia-se, claramente, ao episódio de fuga dos republicanos quando da tomada da capital pelos revolucionários. Neste sentido, as divergências que provocaram a cisão no Partido Republicano Catarinense estavam vivas na memória dos grupos políticos que disputavam as primeiras eleições após o Estado Novo. O contra-ataque pessedista, após os distúrbios em Rodeio e Timbó, também citado anteriormente, transferia para os correligionários da UDN a responsabilidade pela violência e citava os “espancamentos de longa data” da “era perrepista”.⁶⁸

Com o ocaso do Partido Republicano Catarinense, o PLC (Partido Liberal Catarinense) assumiu as rédeas da política no estado, sob a liderança dos primos Nereu e Aristiliano Ramos. Logo no início do novo governo, divergências internas começaram a aparecer. Henrique Rupp Júnior, um dos principais líderes do movimento revolucionário no estado, em virtude de discordâncias com Nereu Ramos, rompeu com o partido e criou a Legião Republicana Catarinense. A divulgação das ideias do grupo era feita pelo jornal *A Pátria*, de João Bayer Filho. Inicialmente, a postura do partido era de apoio ao interventor Assis Brasil, mas de oposição aos liberais. Contudo, a posição favorável ao interventor não foi suficiente para garantir cargos no novo governo, majoritariamente ocupados pelos aliados de Nereu Ramos.

Após o fracasso da insurreição paulista de 1932, Rupp Júnior almejava finalmente galgar espaços na interventoria para ele e seus correligionários. Afinal, contava com a amizade do presidente Getúlio Vargas e seu principal adversário político, Nereu Ramos, apoiara os paulistas, perdendo prestígio com o presidente. Entretanto, com a nomeação de Aristiliano Ramos para ocupar o cargo de interventor, encerraram-se as pretensões dos partidários da LRC, que migraram definitivamente para a oposição ao governo. Em 1933, a Legião Republicana Catarinense uniu forças com o recém-fundado Partido Republicano Catarinense, formando a “Coligação por Santa Catarina”.⁶⁹ Até o golpe de 1937, que

⁶⁷ Nereu Ramos. *O Estado*. Florianópolis, 21 nov. 1945.

⁶⁸ Ação terrorista. *O Estado*. Florianópolis, 22 nov. 1945.

⁶⁹ PIAZZA, Walter F. op. cit. p. 371-375.

deflagrou a ditadura do Estado Novo, antigos inimigos do período pré-1930, combateriam lado a lado o domínio dos liberais. Iniciava-se, então, a formação do embrião da União Democrática Nacional, com os nomes de Henrique Rupp Júnior, João Bayer Filho, Adolfo Konder, Fúlvio Aducci, Osvaldo Bulcão Vianna, João José de Souza Cabral, Heriberto Hulse e Osvaldo Rodrigues Cabral.

No lado do Partido Liberal, a disputa pelo governo do estado entre Nereu Ramos e Aristiliano Ramos, em 1935, estremeceu os alicerces da situação. Este, exercera o cargo de interventor entre 1933 e 1935 e era próximo de Getúlio Vargas e Flores da Cunha, interventor no Rio Grande do Sul. Nereu, por sua vez, apoiara o movimento revolucionário de São Paulo, em 1932, sendo anistiado e reintegrado ao partido, em 1933. No entanto, de acordo com Piazza, Vargas sentia-se ameaçado por Flores da Cunha e receava que a nomeação de Aristiliano facilitasse uma sublevação a partir do sul do país.⁷⁰ Em tal conjuntura, foi realizada a eleição para o comando do estado na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. As divisões não se davam mais entre partidos, mas entre deputados “aristilianistas” e “nereusistas”. A vitória na eleição consagrou a habilidade política de Nereu Ramos, apoiado pela maioria da bancada liberal e com as dissidências de Renato Barbosa e dois outros deputados republicanos. Derrotado, Aristiliano rompeu com os liberais e fundou, junto com outros díscolos, o Partido Republicano Liberal. Com a redemocratização, viria a ser um dos principais líderes da União Democrática Nacional. Nereu Ramos, eleito governador, após a deflagração da ditadura do Estado Novo, em 1937, será nomeado interventor, cargo que ocuparia até 1945.

Com o fim do Estado Novo, os opositoristas, já aglutinados na legenda da União Democrática Nacional, criticaram em campanha os tempos de poder de Getúlio Vargas, Nereu Ramos e seu grupo político. Como se pôde ver em páginas anteriores, acusava-se o principal líder pessedista de compactuar com as violências do Estado Novo.⁷¹ O passado da

⁷⁰ PIAZZA, Walter F. op. cit. p. 560, 561.

⁷¹ “Entretanto, das assertivas do antigo pregador da Aliança Liberal, nenhuma a um tempo mais cínica e ingênua do que esta, regada com abundância extraordinária de saliva:

- Eu sou um democrata!...

Democrata um soba que cujo despotismo lhe deu a mais merecida e proverbial celebridade?!

Democrata um gauleiter estadonovista, um satrapa getulista, um delegado da tirania?!...

Não, um liberticida que pactuou, pela mais desbragada cumplicidade com o totalitarismo de 10 de novembro, não pode ter a descabida e impudente petulância de dizer-se democrata!

Aliança Liberal, os quinze anos de Vargas no poder e o período em que Nereu exerceu o cargo de interventor eram lembrados pelos oposicionistas e usados na retórica da campanha. A disputa eleitoral de 1945, evidentemente, trazia o rancor do passado estadonovista. Os dois principais grupos políticos mediram forças, separados mais por divergências internas de períodos anteriores do que por diferenças programáticas e ideológicas. É o que foi possível constatar no rompimento de Henrique Rupp Júnior e Aristiliano Ramos, que migraram das hostes liberais para a oposição e lideraram a UDN catarinense. Foi o caso, também, de Renato Barbosa, republicano que, após contrariar as determinações de seu partido e apoiar a eleição de Nereu Ramos ao governo, em 1935, tornou-se figura expressiva dos situacionistas e defensor atuante do PSD no estado.

Alguns dos muitos nomes citados neste subcapítulo desempenharam papéis importantes durante os anos de eleições diretas. A pequena digressão apresentada objetivou, por conseguinte, verificar a formação histórica dos dois maiores partidos de Santa Catarina do período. Ou seja, mostrar, *grosso modo*, que as rixas partidárias e a formação de novas agremiações decorreram mais de disputas internas por poder do que de divergências políticas substanciais entre os correligionários. O caso do rompimento dos primos Aristiliano e Nereu Ramos mostra que UDN e PSD não eram unicamente partidos familiares, este dominado pelos Ramos, aquele pelos Konder – apesar de ser inquestionável a força de suas famílias na composição de cada agremiação. As trocas de lado obedeciam a motivos pontuais, particulares e locais. É possível afirmar, contudo, que o PSD era representado hegemonicamente pelos grupos detentores do poder nos quinze anos de governo Vargas. E a UDN, por sua vez, pelos grupos opositores ao regime. Assim sendo, as raízes oligárquicas, a ideologia e as migrações de correligionários de um campo para outro, em virtude dos interesses pessoais e das disputas de poder, levam-me a atentar mais para as similaridades entre os grupos do que para as diferenças, tão propaladas durante a campanha eleitoral de 1945.

Salvo se o demo, de democrata, contrariando a etimologia grega, deu pra equivaler ultimamente a quimbinga, a pé redondo, a tihoso...” VIEIRA, José Medeiros. “Eu sou um democrata...”. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 12 nov. 1945.

1.3 Trabalhador, marmiteiro, comunista: os resultados de 1945

Os udenistas comemoraram a intervenção militar que retirou Vargas do poder, em 29 de outubro de 1945. O *Diário da Tarde*, de propriedade de Adolfo Konder, não escondia a satisfação por aquela que acreditava ser a primeira de muitas vitórias. Afinal, temia-se o sucesso do movimento queremista e de uma eventual constituinte com Getúlio, apoiada, inclusive, pelos comunistas.⁷² A UDN catarinense, então, voltava sua artilharia para o pleito de 1945 e desafiava os que “ontem eram donos do Brasil e de Santa Catarina”, “que com arrogância e petulância, que o bafejo oficial confere e os cofres públicos conforta, lançamos a luva e desafiamos ao combate, agora de igual para igual.”⁷³ Os oposicionistas apostavam na igualdade da disputa. O voto secreto seria a “força dos oprimidos”, uma “caixa de surpresa para os tiranos”.⁷⁴ E a retirada de Vargas do poder, acreditavam os udenistas, impediria o uso da máquina pública em favor da campanha pessedista. Afinal, contar com o aparato estatal fora decisivo nas campanhas eleitorais antes do Estado Novo. As experiências mostravam que o uso do poder público poderia beneficiar correligionários e oferecer favores, mas também poderia servir para punir opositores. Os udenistas, neste sentido, acusaram o líder pessedista de transferir para Canoinhas o médico e membro do diretório estadual da UDN, Paulo Fontes, lotado em Florianópolis.⁷⁵ Semanas mais tarde, nova denúncia. Desta vez, o PSD estaria usando veículos públicos para transportar eleitores aos comícios que promovia.⁷⁶

Parece lógico que a saída do presidente, que simbolizaria, na visão dos udenistas, a vitória dos grupos políticos ligados ao PSD e o esmagamento da oposição no estado gerassem expectativas de vitória e retomada do poder. Assim, o *Diário da Tarde* concitava

⁷² Entre fevereiro e o final de outubro de 1945, parte da população brasileira encampou um movimento favorável à permanência de Getúlio Vargas no poder. Com o fim da II Guerra Mundial e a queda das ditaduras nazifascistas, setores da sociedade passaram a pressionar pelo fim da ditadura do Estado Novo e para a queda de Vargas. Este era o contexto do movimento queremista, apresentado como um contraponto à pressão sofrida. Grande número de trabalhadores defendeu a permanência do ditador com receio de que sua queda pudesse trazer consigo a perda dos direitos trabalhistas recém conquistados.

⁷³ Politicando. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 30 out. 1945.

⁷⁴ *Diário da Tarde*. Florianópolis, 04 out. 1945.

⁷⁵ Tiro pela culatra. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 08 out. 1945.

⁷⁶ “Os caminhões postos à disposição do eleitorado do PSD, no interior da ilha, conduziam bancos dos jardins públicos. (...) O PSD causou decepção aos seus próprios adeptos.” *Diário da Tarde*. Florianópolis, 22 out. 1945.

o operariado a aderir à campanha udenista.⁷⁷ Comemorava-se a vitória da democracia contra o golpe “comuno-queremista” que se anunciava. José Medeiros Vieira, em sua coluna, atacava as mudanças políticas do ex-presidente: liberal-democrata, fascista e, por último, amasiado com o “credo vermelho” na campanha do “quero-quero”.⁷⁸ Em Florianópolis, a intervenção militar que tirou Getúlio do poder impediu a realização do comício queremista programado para o dia 30 de outubro. O palanque já havia sido montado por funcionários da prefeitura, comandada pelo Cel. Lopes Vieira. No palácio do governo, os políticos situacionistas faziam uso político do movimento e estendiam a faixa: “Com Getúlio e Nereu para felicidade de nossa terra”.⁷⁹

É difícil, no entanto, estabelecer a dimensão do movimento queremista em Santa Catarina. Não há estudos específicos sobre ele no estado. Na imprensa, poucas menções são feitas. As únicas referências encontradas dizem respeito ao comício do dia 30 de outubro, inviabilizado pela referida queda do presidente.⁸⁰ Em linhas gerais, a capital de Santa Catarina não parece ter tido um movimento de proporções equivalentes às estudadas por Jorge Ferreira em outras capitais. Segundo o historiador, o queremismo foi um movimento de grande amplitude, igualado apenas à Aliança Nacional Libertadora, do período anterior, e às Diretas Já, do início dos anos 1980.⁸¹

Em Florianópolis, no rastro das acusações de violência em comícios partidários, um articulista do *Diário da Tarde* relacionava as agressões sofridas por partidários da UDN ao

⁷⁷ “Caiu o tirano, o usurpador dos direitos dos cidadãos brasileiros! O pai dos magnatas fascistas que desgraçaram o Brasil e deixaram o operariado na miséria! (...) Cerremos, pois, fileiras em torno da União Democrática Nacional e marchemos para a vitória dos nossos ideais que são os de todos os homens livres!”. VIEIRA, Antonio Geraldo. Ao proletariado democrático. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 30 out. 1945.

⁷⁸ VIEIRA, José Medeiros. Quanta lição de melancolia deste destino. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 30 out. 1945.

⁷⁹ “Também foi abortado o pagode comuno-queremista que deveria hoje à noite perturbar a ordem pública em nossa capital. Esse carnaval, patuleia, tinha, senão a gerência direta, pelo menos o patrocínio do falecido situacionista estadual.” Fonte: Derrocou a ditadura getulitária. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 30 out. 1945.

⁸⁰ As informações de que haveria um comício “queremista” em Florianópolis só foram divulgadas no jornal *Diário da Tarde*, de oposição a Getúlio, no dia seguinte a sua queda. Nos dois jornais situacionistas, não há qualquer menção ao evento. Contudo, não é o propósito deste trabalho destrinchar os meandros do movimento queremista em Santa Catarina. Apenas ensaiar algumas interpretações do uso deste fenômeno pelas forças políticas em jogo.

⁸¹ “Mobilização somente comparada, em período anterior, à da Aliança Nacional Libertadora, e, décadas depois, à das ‘diretas já’, o queremismo apresenta ao estudioso algo que, na tradição intelectual de liberais ou das esquerdas, soa como estranho: cai a ditadura do Estado Novo, mas cresce o prestígio do ditador; vislumbra-se o regime democrático e, no entanto, os trabalhadores exigem a permanência de Vargas no poder.” FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 26.

viés sanguinário do movimento queremista e de Nereu Ramos, barrado pelos militares em 29 de outubro. Intitulado “Um ‘São Bartolomeu’ frustrado”, o artigo denunciava as articulações de Nereu Ramos, em Santa Catarina, com o objetivo de manter-se no poder.⁸² Lembrava o movimento queremista, a nomeação de Benjamin Vargas para Chefatura de Polícia do Distrito Federal e as pressões por uma Constituinte com Getúlio. Citava as faixas estendidas no Palácio do Governo com os dizeres: “Com Getúlio, com Nereu”. Afirmava que a DOPS trouxera 1.650 armas para “armar e municiar” a “guarda cívica”, disposta a sacrificar os adversários assim que o “grande sino iniciasse o toque macabro da matança”, para que “os exaltados queremistas e os irresponsáveis capangas iniciassem o novo São Bartolomeu”. Entretanto, agradecia o articulista, “as Forças Armadas impediram o golpe” e, com isso, “o São Bartolomeu que Nereu preparava contra o povo”. A partir de então, Nereu Ramos teria iniciado sucessivos ataques pessoais contra adversários políticos, motivando-os a aparteá-lo. “Aparteado pelos atacados, manda agredirlos e matá-los e depois vem dizer, pelas manchetes dos seus jornais, que os udenistas perturbam os comícios com seus agentes.”⁸³

A descrição acima parece mais obra da imaginação do autor do que um retrato fiel dos acontecimentos da época. Mais uma imagem construída ao sabor das disputas políticas do que uma exposição das características do movimento queremista no estado. Em suma, está inserida no contexto de campanha política e dos tumultos e agressões recorrentes em comícios de ambos os partidos – já discutidos anteriormente. Por conseguinte, deve ser relativizada.

Ainda que constitua uma das poucas referências ao movimento queremista em Santa Catarina, é possível identificar o uso político do prestígio de Vargas pelos detentores da situação. Nereu Ramos, mesmo com seu histórico de divergências com Getúlio, habilmente fez uso da retórica queremista ao estender faixas em frente ao Palácio do Governo. Afinal, a permanência do presidente implicaria a manutenção do grupo político ligado ao PSD nos principais postos administrativos do estado. Assim, parece lógico que, na iminência do “comício queremista”, marcado para 30 de outubro de , os líderes situacionistas

⁸² O título da reportagem faz referência à Noite de São Bartolomeu, na qual milhares de protestantes foram assassinados pela monarquia francesa, em 1572.

⁸³ Um “São Bartolomeu” frustrado. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 21 nov. 1945.

procurassem auferir benefícios políticos decorrentes do prestígio de Vargas com as classes trabalhadoras.

Apesar do suposto gesto de apoio, antes mesmo da deposição de Getúlio e ainda sob o clima de protestos queremistas em várias capitais do Brasil, Nereu Ramos e o PSD catarinense apostaram na candidatura de Dutra. O presidenciável pessedista veio a Florianópolis para um comício no dia 21 de outubro. Em seu discurso, Nereu Ramos exaltava o correligionário e denominava-o continuador das obras de Getúlio Vargas.⁸⁴ Reforçava também sua esperança de que, com Dutra na presidência, aumentasse o combate ao comunismo, incompatível com “as tradições cristãs do povo brasileiro”.⁸⁵ Isto é, mesmo com o apoio dos comunistas para uma “Constituinte com Getúlio”, em Santa Catarina, os detentores do poder investiram na retórica anticomunista como estratégia de campanha eleitoral.⁸⁶ Portanto, o movimento queremista, atuante em várias partes do Brasil, foi silenciado pela imprensa da capital catarinense e não ganhou nem elogios nem reprimendas dos dois principais partidos do estado até a saída de Vargas do poder. Após a intervenção militar, tanto os elogios ao presidente e aos queremistas quanto as críticas ao Estado Novo se farão presentes de forma ostensiva nos periódicos locais.

Com olhar atento para as entrelinhas, é possível observar que Getúlio Vargas era figura de grande prestígio entre as classes trabalhadoras catarinenses. Os jornais pessedistas, de maneira geral, ao pedir voto ao “povo”, faziam-no usando a imagem do ex-presidente. Isto é, consideravam-na importante instrumento de campanha para conquistar a confiança das parcelas menos favorecidas economicamente. No entanto, os comunistas, tradicionalmente ligados aos trabalhadores, após sua decisão de lançar candidato próprio à

⁸⁴ “A vossa candidatura, senhor General Eurico Gaspar Dutra, nós a temos como uma bandeira de ordem e tranquilidade social e como uma esplêndida garantia de continuidade da obra de construção nacional que perpetuará na história o nome do presidente Getúlio Vargas. (...) Assim é a nossa terra. (...) Contai com ela, como ela conta convosco para realização de suas legítimas aspirações, como sempre contou com esse extraordinário homem de Estado que é o presidente Getúlio Vargas.” Discurso do sr. Nereu Ramos. *A Gazeta*. Florianópolis, 22 out. 1945.

⁸⁵ “No terreno social, o vosso nome é broquel contra as arremetidas dos que, olvidando as tradições cristãs do povo brasileiro, querem para aqui transplantadas, com o colorido vermelho da sua agressividade materialista, ideologias que com elas não confraternizam.” Discurso do sr. Nereu Ramos. *A Gazeta*. Florianópolis, 22 out. 1945.

⁸⁶ Segundo Maria Fernanda Araújo, tanto a UDN quanto o PSD catarinense cortejaram os comunistas no início de 1945. Contudo, após o partido deliberar que sairia com candidato próprio para presidência da república, ambos passaram a repudiar o comunismo e a denunciar a presença de comunistas nas chapas adversárias. ARAÚJO, Maria Fernanda. *Jardins da Revolução: o Partido Comunista do Brasil em Florianópolis, 1945-1947*. Florianópolis, 2006, 134 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História), Universidade Federal de Santa Catarina. p. 51.

presidência, tornaram-se objeto de críticas frequentes da imprensa de ambos os partidos.⁸⁷ Ou seja, cortejava-se o trabalhador, mas repudiava-se o comunismo.

A crítica do *Diário da Tarde* à transferência de um médico udenista da capital para a cidade de Canoinhas – citada no início desta seção – veio atrelada à denúncia de favorecimento aos comunistas. O autor da matéria repudiava as insinuações feitas por pessedistas de que Adolfo Konder estaria comprometido com o comunismo e criticava o uso da máquina pública para punir Paulo Fontes, “profissional dedicado e competente”, apenas por “ter-se declarado solidário à UDN”. Enquanto isso, ainda de acordo com denúncia do jornal, Nereu Ramos teria indicado um médico comunista para chefiar o Centro de Puericultura Beatriz Ramos.⁸⁸

A resposta do periódico pessedista veio logo em seguida, com uma enxurrada de ataques aos adversários, críticas ao comunismo e denúncias de participação de simpatizantes do credo vermelho na chapa udenista. A *Gazeta* disparou contra o cômico Tomás Fontes, clérigo vinculado à UDN. Segundo o jornal, o religioso estaria enviando cartas aos membros do PSD, “acoimando de comunistas os srs. General Gaspar Dutra e Nereu Ramos”. Lembrava o autor da matéria que Adolfo Konder não fez críticas aos comunistas antes, pois esperava que, com o fim do Estado Novo e a soltura de Prestes, os comunistas cerrassem fileiras com os opositores ao regime de Vargas. Entretanto, como o PCB apoiou uma Constituinte com o presidente além da já citada opção por candidatura própria, os udenistas passaram a criticá-los e a vinculá-los ao PSD. Ademais, destacava o jornal pessedista, era a UDN que continha comunistas entre seus próceres. Os insatisfeitos com os rumos tomados pelo PCB teriam criado uma corrente dentro do partido chamada

⁸⁷ Antes disso, o jornal *Diário da Tarde* destacara a saída de Luiz Carlos Prestes da cadeia. Já *O Estado* noticiou o apoio do PCB por uma Constituinte com Vargas: Entrevista do Ex-capitão Luiz Carlos Prestes. *Diário da Tarde*, 15 de março de 1945; A entrevista do Sr. Luiz Carlos Prestes. *O Estado*, 28 de abril de 1945.

⁸⁸ “A ‘trombeta do diabo’ do governismo, no desespero de manter em vida um corpo já em putrefação, ataca e agride a todos que não se amoldam à sua nefasta cartilha. (...) Nada podendo dizer contra o senhor Adolfo Konder que, quer queiram ou não queiram, é uma das mais fulgurantes figuras do estado (...) acima e invulnerável às babujeiras desses batráquios que vivem a coaxar às portas dos que estão no poder, insinua maliciosamente que S. Excia. está comprometido com o comunismo (...). O Sr. Nereu Ramos, chefe do PSD, removeu um médico desta capital para a cidade de Canoinhas, por este ter se declarado solidário com a UDN. Há outro médico, jovem e ilustre, que faz parte do núcleo comunista desta capital. (...) Contra este não tomou o mesmo senhor Nereu nenhuma atitude. E mais, foi ainda designado para a chefia do Centro de Puericultura Beatriz Ramos. (...) Para o senhor Nereu Ramos o membro da UDN merece ser castigado; o comunista aproveitado.” Tiro pela culatra. *Diário da Tarde*, Florianópolis, 8 de outubro de 1945.

“Esquerda Democrática”.⁸⁹ Por fim, assinalava a profunda ligação do PSD e de seu líder maior no estado, Nereu Ramos, com as “tradições cristãs”, repudiando as ilações do clérigo de aproximação do partido com membros comunistas.⁹⁰ Nos meses de outubro e novembro, *A Gazeta* reforçará seu anticomunismo ao publicar notas frequentes criticando o regime soviético e denunciando a aproximação entre a UDN e os comunistas.⁹¹

Neste sentido, a postura dos partidos – expressa em seus jornais – em relação aos trabalhadores, a Getúlio Vargas e ao comunismo, sinaliza dois aspectos. Em primeiro lugar, a importância do apoio das classes trabalhadoras no processo eleitoral, sendo o uso da imagem de Vargas fundamental para capitalizá-lo. Em segundo, a utilização da retórica anticomunista como estratégia de campanha. Faz sentido pensar, portanto, que a associação do candidato ou do partido aos comunistas prejudicaria seu desempenho nas urnas. Não significa, contudo, que o PCB fosse irrelevante na política catarinense. Ao contrário, mesmo não tendo obtido uma votação expressiva, seu poder de mobilização não pode ser desprezado. serão analisados a seguir. Convém ainda, antes de abordar alguns aspectos do desempenho comunista nas duas primeiras eleições do período de redemocratização, 1945 e

⁸⁹ Benevides ressalta que alguns membros da esquerda participaram e assinaram a ata de fundação da UDN. No entanto, apesar da UDN e da Esquerda Democrática terem pontos em comum naquele início de democratização, havia grandes diferenças de concepção econômica e ideológica: “No que se refere à defesa das liberdades democráticas a ED se identificava com o programa da UDN (nessa época os udenistas também defendiam, por exemplo, a autonomia sindical e o direito de greve); mas, pelo lado da política econômica e propostas a longo prazo, a ED apresentava uma distinção fundamental, que se revelaria crucial para o afastamento da UDN e a consequente identificação com o Partido Socialista. A ED, ao contrário, insistia na transformação do regime capitalista de produção e no ideal de uma sociedade sem classes.” BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 31, 32.

⁹⁰ Quem é que endossa? *A Gazeta*. Florianópolis, 11 de outubro de 1945.

⁹¹ No dia 9 de outubro, Rui Lima assina um artigo no jornal no qual repudia veementemente a implantação do comunismo no país, citando-o como incompatível com a “índole cristã” da sociedade brasileira. Seria como “povoar de araras e periquitos o dorso nevado do Everest, ou de focas e lobos marinhos as áridas estepes africanas, ou a nossa caatinga”. A solução, de acordo com o articulista, estaria na socialdemocracia incorporada pelo Partido Social Democrático, capaz de construir, “sobre a base que já lhe lançou Getúlio Vargas”, e ampliar, “de acordo com o nosso clima e nossas necessidades”, “a assistência social de que precisamos e que nossa índole cristã nos impõe”. LIMA, Rui. Socialização sim! Bolchevização não! *A Gazeta*. Florianópolis, 9 de outubro de 1945.

Na coluna “Politicando”, do dia 13 de outubro, o jornal acusa Volney Colaço de Oliveira, “apregoado como um dos líderes da Ala Moça da UDN”, de proferir discurso no Rio de Janeiro, dia 8 de abril – quando o PCB ainda não havia decidido pela candidatura própria à presidência da República – pedindo anistia a Luiz Carlos Prestes, Agildo Barata e “outros camaradas de ideal”. Politicando. *A Gazeta*. Florianópolis, 13 out. 1945.

Além destas matérias, o jornal colocava notícias de aproximação entre udenistas e comunistas em outras partes do país, principalmente no Rio de Janeiro: Comunistas auxiliam financeiramente a UDN. *A Gazeta*. Florianópolis, 17 out. 1945; Um comunista na chapa da UDN. *A Gazeta*. Florianópolis, 19 out. 1945; Mais um candidato comunista na UDN. *A Gazeta*. Florianópolis, 17 nov. 1945; Elementos da esquerda, divorcistas e laicistas dominam a chapa da União Democrática Nacional. *A Gazeta*. Florianópolis, 21 nov. 1945.

1947, tecer considerações sobre o uso da máquina pública e os últimos lances da campanha eleitoral de 1945.

Dando continuidade aquilo que foi apresentado no início da seção, o periódico udenista vibrou com a queda de Vargas e o fim do Estado Novo. Crente de que haveria equidade de condições de disputa, sem a utilização do aparato estatal em favor dos candidatos pessedistas. No entanto, poucos dias depois, nova denúncia surgia no jornal udenista. Desta vez era a acusação de que um funcionário público estaria usando um cavalo da Força Policial para fazer campanha política para o PSD. Evidentemente, a matéria foi concluída responsabilizando Nereu Ramos: “Como se vê, o Sr. Nereu não só gastava gasolina do estado e se utilizava dos veículos do estado e municípios, mas ainda dos cavalos da Força Policial.”⁹²

No jornal pessedista, o uso da máquina pública tornava-se propaganda política. A *Gazeta* exaltava Ivo d’Aquino, candidato do PSD ao senado e interventor federal, por ter concedido aumento ao funcionalismo público do estado.⁹³ Duas semanas depois, é a vez de Nereu Ramos, também candidato do PSD ao senado, capitalizar para sua campanha política o aumento dos servidores. Em destaque, na capa do jornal, colocava-se a seguinte frase: “O funcionalismo público do estado começará a receber, desde o dia 1º de dezembro próximo, o justo aumento dos seus vencimentos, de acordo com o decreto-lei do ex-interventor Nereu Ramos.”⁹⁴ Desse modo, os candidatos pessedistas, detentores do aparato estatal, ofereciam benefícios ao funcionários públicos às vésperas da eleição como forma de garantir o voto dos beneficiários e de suas famílias. Concomitantemente, os udenistas denunciavam o abuso do poder por parte de seus adversários e apostavam na imagem “impoluta” do Brigadeiro Eduardo Gomes.

Disputavam a presidência da República dois candidatos notoriamente sem grande apelo popular. Eduardo Gomes mobilizava amplos setores das classes média, dos intelectuais e das Forças Armadas, mas não os trabalhadores.⁹⁵ Dutra, apesar do apoio discreto do PTB, da máquina partidária do PSD e de colocar-se como sucessor de Vargas,

⁹² O Sr. Mimoso Ruiz faz propaganda política com cavalo da Força Policial. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 5 nov. 1945.

⁹³ O Sr. Interventor Ivo d’Aquino assinou decreto aumentando os vencimentos do funcionalismo do estado. *A Gazeta*. Florianópolis, 6 nov. 1945.

⁹⁴ *A Gazeta*. Florianópolis, 17 nov. 1945.

⁹⁵ BENEVIDES, Maria Victoria. op. cit. p. 45.

também não empolgava. Em Santa Catarina, ambos os candidatos fizeram comícios e seus correligionários contavam com a vitória. Todavia, um dos fatores decisivos para o triunfo de Dutra no estado – assim como no resto do país – foi a repercussão da frase atribuída ao Brigadeiro, na qual ele desdenhava o voto dos “marmiteiros”.⁹⁶

Os jornais pessedistas exploraram a expressão e se aproveitaram para usar a imagem positiva de Vargas. Se, até então, o operário, o trabalhador braçal, pouco aparecia nas manchetes dos jornais, fazendo com que a tônica da campanha fosse a violência ou as acusações de vínculo ao comunismo, nos últimos dias antes do pleito os periódicos passaram a explorar a frase atribuída ao candidato udenista. O jornal de Jairo Callado, *A Gazeta*, é mais comedido. Reconhece a idoneidade moral do Brigadeiro e desconfia da autenticidade da declaração. Contudo, afirma que, apesar da sua “dignidade pessoal”, o “vespertino udenista desta capital denuncia às autoridades homens do povo, que usam macacão e comem marmita, pedindo, para ele, desemprego e repressão policial”. Então, restaria a dúvida: “Se o senhor Brigadeiro não desdenha os trabalhadores de macacão e os proletários de ocupação diferente, porque, então, o seu jornal prefere atacar e acusar gente tão humilde?”.⁹⁷

No mesmo dia, *O Estado* fazia coro com *A Gazeta* ao denunciar reportagens contra as classes trabalhadoras no *Diário da Tarde*. Usava-se pela primeira vez contra a UDN aquele que se tornaria um dos seus estigmas: um partido de elite. O jornal de Aderbal Ramos da Silva seguia a mesma lógica de seu confrade: questionava a veracidade da declaração contra os marmiteiros, mas afirmava que o jornal udenista da capital, “quotidianamente”, “pede às autoridades que demitam empregados no mercado, chauffeurs,

⁹⁶ Segundo Hugo Borghi, líder trabalhista na época, foi ele o criador do fato. Ao escutar o discurso do Brigadeiro pelo rádio, atentou para a frase “Não necessito dos votos desta malta de desocupados que apoia o ditador para me eleger presidente da República”. Ao procurar no dicionário o significado de malta, Borghi observou que um dos seus sinônimos era “marmiteiro”. No dia seguinte, o trabalhista acionou uma cadeia de 150 rádios e fez a acusação: “A maior prova de que o senhor Brigadeiro é o candidato dos grã-finos, dos milionários, dos ricos, dos barões, dos exploradores do povo é que ele declarou que não precisa do voto dos marmiteiros, que trabalham, que lutam.” Depoimento de Hugo Borghi ao CPDOC. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC – História Oral, 1982. p. 51, 52. Apud. FERREIRA, Jorge. op. cit. p. 81.

Após a derrota de Eduardo Gomes, o *Diário da Tarde* atacava Hugo Borghi enquanto autor da calúnia. Dizia que o político trabalhista enriquecera às custas do Estado. Afirmava que ele, há “dez anos passados”, era um “simples funcionário de banco em São Paulo”. Hoje, no entanto, “possui milhões, a ponto de custear uma caríssima campanha queremista”. E finaliza: “Mas passada a refrega, atingido o fim desonesto que tinha em vista (...) voltará à vida de nababo, e os pobres marmiteiros que continuem com sua marmita vazia”. Politicando. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 17 dez. 1945.

⁹⁷ É ou não é contra o povo? *A Gazeta*. Florianópolis, 24 nov. 1945.

modestos professores do interior da ilha, pequenos funcionários”. O jornal também acusava o periódico udenista de racismo, pois “nem os homens de cor, do *Brinca-Quem-Pode*⁹⁸ escapam à sanha dos grã-finos jornalistas”.⁹⁹

Na medida em que se aproxima a data do pleito, os veículos do PSD aumentam o tom das críticas. A tônica da campanha passa a ser o repúdio ao candidato que supostamente colocara-se contra os trabalhadores, repudiando o voto dos marmiteiros.¹⁰⁰ Em contrapartida, associa-se o candidato pessedista ao ex-presidente Getúlio Vargas.¹⁰¹ Aderbal Ramos da Silva, sobrinho de Nereu Ramos e candidato a deputado federal, às vésperas da eleição, fez uso do principal espaço do jornal *O Estado* para concitar o operariado a oferecer-lhe o voto. Para tal, fez uso das expressões “marmiteiro” e “queremista”.¹⁰² Percebe-se, por conseguinte, que mais do que uma “identificação de interesses” entre políticos e classes trabalhadoras, os discursos pessedistas de apoio a Vargas, de reconhecimento da dignidade do “marmiteiro” e de crítica ao presidenciável udenista eram atravessados pela disputa política que se aproximava de seu final. A vitória do candidato do PSD foi sufragada pela maioria da população catarinense, numa campanha marcada por injúrias, agressões, denúncias e uso da máquina pública.

Aquela não seria a única campanha em que uma denúncia caluniosa abalou a candidatura favorita. Ao contrário, foi um expediente usado com frequência nos pleitos seguintes. No entanto, é importante destacar que os trabalhadores catarinenses, após a série de acusações contra o candidato udenista, sufragaram, com ampla maioria, o General Dutra.

⁹⁸ Segundo Maria das Graças Maria, *Brinca-Quem-Pode* era uma sociedade recreativa da qual fazia parte a “elite” da população negra da cidade. MARIA, Maria das Graças. *Imagens invisíveis de Áfricas presentes: experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940)*. Florianópolis, 1997. 230 f. Dissertação (mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. p. 63.

⁹⁹ Incêndio no mato radiofônico. *O Estado*. Florianópolis, 24 nov. 1945.

¹⁰⁰ Em destaque, na capa do jornal *O Estado*: “Não se distingue o eleitor pela vasilha em que come: marmiteira ou prato de porcelana; ele se nobilita pela consciência com que vota, e esta pode ser de latão ou de cristal, conforme o propósito que o inspira civicamente.” *O Estado*. Florianópolis, 28 nov. 1945.

¹⁰¹ “Marmiteiro! Em 2 de dezembro, com teu voto, darás resposta definitiva aos que tentaram humilhar-te. Ouve a voz daquele que, em S. Borja, continua pensando em ti, e ainda procura lutar em teu benefício. Honra teu macacão; a marmiteira que usas não humilha, embora não seja artigo de luxo. A ordem de Getúlio Vargas é votar no General Eurico Dutra, o organizador das Forças Expedicionárias Antifascistas.” *O Estado*. Florianópolis, 28 nov. 1945.

¹⁰² “Operário, marmiteiro, irmão gêmeo do queremista, tu sabes quem é Aderbal, o dr. Aderbal Ramos da Silva, o cidadão amigo dos humildes, dos órfãos, dos necessitados. Vota nele para deputado federal, pelo Partido Social Democrático.” *O Estado*. Florianópolis, 01 dez. 1945.

O presidente eleito fez 136.399 votos, 63,5%, contra apenas 69.676, 32,4%, de Eduardo Gomes. O comunista Yedo Fiúza obteve, em Santa Catarina, 1.802 votos, apenas 0,8%.¹⁰³

A chapa pessedista para Câmara Federal e para o Senado também foi a grande vencedora do pleito. Elegeu seus dois senadores e sete dos nove deputados federais. As duas outras vagas ficaram para a UDN. Para a Câmara, o PSD acumulou 110.090 votos, o que representava 51% dos votantes. A UDN contabilizou 69.173 votos, ou 31,9%. O PTB, terceira legenda mais votada, ficou bem atrás das duas primeiras, com 13.915, correspondendo a 6,4% dos votos. O PRP, com 8.771, ou 4% do eleitorado, ficou em quarto.¹⁰⁴ Por fim, o PCB, com 2.012, equivalentes a 0,9% dos votos. Para o Senado, Ivo d'Aquino e Nereu Ramos obtiveram 51% dos votos cada: 110.548 e 110.740 votos, respectivamente. Os candidatos a senadores pela UDN, Aristiliano Ramos e Adolfo Konder, contabilizaram 32% dos votos: 71.220 e 71.125, respectivamente. Getúlio Vargas do PTB, com 10.385 votos, foi escolhido por 4,8% dos eleitores. Luiz Carlos Prestes e Álvaro Ventura do PCB, com 1.895 e 1.638 votos, perfazendo 0,9% e 0,8% do eleitorado, respectivamente, completaram a lista.¹⁰⁵

Tais números revelam que, naquele momento, as classes trabalhadoras em sua maioria não ofereceram o voto para as legendas que declaradamente defendiam seus interesses, no caso, o PTB e o PCB, embora isso não signifique a inexpressividade destas siglas. Talvez uma das senhas da vitória pessedista no pleito de 1945 tenha sido a combinação de diversas estratégias eleitorais. O uso do rádio e do jornal para acusar – ou mesmo caluniar – os adversários e o emprego ostensivo do aparato estatal. Numa cidade assentada economicamente sob a condição de centro administrativo do estado, e não em grandes indústrias, tais fatores aparentemente tiveram peso considerável no resultado das eleições. Além disso, os trabalhadores ganharam destaque apenas na reta final da eleição. Ou seja, demorou até que os partidos cortejassem em suas campanhas no primeiro pleito do período democrático aquele que seria o diferencial da nova conjuntura política: o

¹⁰³ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resenha eleitoral: nova série*. Florianópolis: TRESC, 2001.

¹⁰⁴ Na votação perrepista, destaca-se o candidato Jorge Lacerda, que obteve 8.502 votos, 96,9% dos votos da legenda.

¹⁰⁵ Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resenha eleitoral: nova série*. Florianópolis: TRESC, 2001.

trabalhador na condição de eleitor. A disputa para o governo do estado em 1947, sinaliza, pois, algumas mudanças nestas relações.

Antes mesmo do encerramento da apuração dos votos, os udenistas já demonstravam sua contrariedade com o possível resultado negativo. Revoltavam-se “em face da vocação irresistível que certa gente sente para a senzala, para o chicote”. Aos democratas, que não se conformavam “com a tara que arraste, em meio a uma volúpia libidínica, bom número de pessoas (pobres escravos brancos de alma preta!) para o cativeiro merecido”, que mantivessem o ânimo. Abominassem os indignos, “que têm prazer em dar o lombo ao relho”.¹⁰⁶ Em outra reportagem do periódico vespertino, os resultados parciais da apuração, dando ampla vitória para Dutra no estado, faziam o articulista lamentar aquela que seria uma vitória das ditaduras, do Estado Novo e do fascismo.¹⁰⁷ Isso porque o candidato pessedista teve, em Santa Catarina, o apoio, além do ex-presidente Getúlio Vargas, do Partido de Representação Popular e da agremiação do integralista Plínio Salgado.¹⁰⁸

Com a apuração quase finalizada e as eleições praticamente decididas, o vespertino udenista repudiou a campanha caluniosa feita contra seu candidato. Contra-atacou denunciando compra de votos e distribuição de benefícios nos dias anteriores ao pleito. Em Florianópolis, a Legião Brasileira de Assistência, criada por Darcy Vargas, esposa do ex-presidente, por meio de senhoras vinculadas ao Partido Social Democrático, antecipara a distribuição das roupas, calçados e brinquedos aos pobres da cidade – feita usualmente às vésperas do natal.¹⁰⁹ Em outra matéria, o jornal conclamava os trabalhadores que entregaram seu voto em troca de “roupa nova, calçado e chapéu”, para que cobrassem dos

¹⁰⁶ VIEIRA, José Medeiros. Trânsito interrompido. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 4 dez. 1945.

¹⁰⁷ “Hipócritas e traidores que se obstinam na maldade e no crime que se inveteraram durante a noite orgiástica do estadonovismo. (...) Se o queremismo sempre foi um movimento subversivo (...) já antes infamante, tornou-se então francamente repelente, pelo espírito acintoso que revela. (...) Se o Estado Novo, metamorfoseado em partido e mancomunado com o fascismo nativo, o esverdeado integralismo, sair vencedor do pleito de 2 de dezembro, as eleições não terão correspondido nem ao heroísmo das Forças Expedicionárias Brasileiras, nem, muito menos, à índole democrática e libertária da Nação...”. VIEIRA, José Medeiros. Fariseus. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 05 dez. 1945.

¹⁰⁸ O Partido de Representação Popular de Santa Catarina, em nota no jornal *O Estado*, afirmou que apoiava a candidatura do General Eurico Gaspar Dutra porque o candidato udenista, Brigadeiro Eduardo Gomes, tinha entre seus apoiadores membros da Esquerda Democrática. Por isso, como partido “essencialmente anticomunista”, não poderia “estar ao lado dos esquerdistas do Brigadeiro, que não passam, em sua maioria, de comunistas dissidentes”. O Partido de Representação Popular e as eleições. *O Estado*. Florianópolis, 24 nov. 1945.

¹⁰⁹ VIEIRA, José Medeiros. “Natal” dos “pobres”. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 6 dez. 1945.

“nababos” que “só lembram o que os pobres precisam nas vésperas da eleição”. E sinalizava para o papel fiscalizador dos opositoristas no estado, de modo a garantir o cumprimento das promessas feitas aos trabalhadores pelos vitoriosos no pleito.¹¹⁰

A UDN mudava o discurso. Inicialmente, a reação à derrota eleitoral foi de repúdio aos eleitores que sufragaram o candidato adversário. Através de expressões preconceituosas, o “partido do lenço branco” atribuiu a identificação dos trabalhadores com os políticos pessedistas do estado a uma “vocação” para a “senzala”, ou ao “prazer em dar o lombo ao relho”. No entanto, as últimas reportagens daquele ano evidenciam que a UDN aprendera com a derrota no pleito e já sinalizava mudanças de estratégia para os próximos embates: era preciso disputar o apoio das classes trabalhadoras.

1.4 Trabalhadores divididos: as eleições estaduais de 1947

A pauta do jornal udenista, durante a campanha para o pleito de 1947, demonstrava mudanças em relação à eleição anterior. Marcada para o dia 19 de janeiro, a nova eleição decidiria o governador do estado, a composição da Assembleia Legislativa, duas vagas para o Senado e uma vaga para a Câmara Federal.¹¹¹ As lembranças de 1945 e a arrebatadora vitória pessedista ainda estavam presentes. Ao final do pleito anterior, a UDN mudou a tônica de seu discurso e destacou a “dívida de honra” que Dutra e seus seguidores “contraíram com a classe operária do país”. As promessas deveriam ser cumpridas e os udenistas se comportariam como “fiscais” de seu “pagamento integral”. Em outros termos, o partido compreendeu que, no novo arranjo político, o trabalhador, na condição de eleitor, precisava ser cortejado. O segundo processo eleitoral da democratização marcaria essa diferença.

¹¹⁰ “O General Dutra e seus seguidores nos estados contraíram com a classe operária do país uma dívida de honra. Nós da oposição seremos fiscais do pagamento integral da promessa. Queremos ver se a marmita do trabalhador será de hora avante mais contemplada e se o dinheiro dos institutos, ao invés de ser dado para especulação, irá construir casas higiênicas e confortáveis para o operário”. Politicando. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 17 dez. 1945.

¹¹¹ Deveria haver apenas uma vaga ao Senado. Todavia, com a ascensão de Nereu Ramos à vice-presidência da República, mais uma cadeira estava em disputa. Para deputado federal, a vaga foi ofertada em virtude do falecimento do deputado Altamiro Lobo Guimarães, eleito em 1945. Ver: LAUS, Sônia Pereira. *A UDN em Santa Catarina (1945-1964)*. Florianópolis, 1985. 336 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. p. 134, 140.

Os preparativos para a eleição de janeiro de 1947 começaram tarde. O PSD definiu seu candidato apenas no dia 17 de novembro de 1946. Aderbal Ramos da Silva, empresário, sobrinho de Nereu Ramos e dono do jornal *O Estado*, foi o escolhido. O periódico pessedista, em primeira página, destacava a “vitoriosa realidade da nova geração catarinense”. Aderbal seria o “continuador de um programa administrativo que, antes de tudo, acolherá a necessidade dos pequenos e dos humildes”.¹¹² Com apelo aos trabalhadores e à população mais necessitada, o PSD iniciava a campanha pelo governo do estado de 1947, lançando um candidato com negócios na capital e vinculado ao nome maior do partido, Nereu Ramos.

A UDN deliberou oficialmente seu candidato ao governo apenas na convenção dos dias 23, 24 e 25 de novembro. No dia seguinte, o jornal de Adolfo Konder noticiava que seu cunhado, Irineu Bornhausen, empresário da cidade de Itajaí, seria o nome do partido para o executivo estadual. Visto como “industrial progressista” e “empreendedor das mais avançadas ideias”, era também, segundo o periódico, “conhecedor das necessidades do povo, porque nele nasceu e com ele se criou”.¹¹³ No entanto, a UDN não pensava em disputar a eleição sozinha. A Comissão Executiva Estadual, “contrariando o ponto de vista de alguns bravos, excelentes e dignos correligionários”, resolveu buscar entendimento com as “demais organizações democráticas que militam no estado”.¹¹⁴ Tanto UDN quanto PSD queriam o apoio de legendas que tivessem apelo popular. Afinal, após os resultados de 1945, o trabalhador emergia como “fiel da balança” nos embates eleitorais. O próprio anúncio do candidato udenista como conhecedor do povo, por ter “nele nascido e com ele se criado”, era o primeiro passo da tentativa de aproximação entre político e eleitor.

Irineu Bornhausen, entretanto, não poderia ser considerado um “homem do povo”. Proveniente de uma família tradicional de Itajaí, Irineu era dono do banco Inco e fora prefeito de sua cidade natal nos períodos de 1927 a 1930 e de 1935 a 1939, este último sendo nomeado pelo então interventor Nereu Ramos.¹¹⁵ Contudo, naquele momento, os

¹¹² Convenção do Partido Social Democrático. *O Estado*. Florianópolis, 18 nov. 1946.

¹¹³ Industrial Irineu Bornhausen. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 26 nov. 1946.

¹¹⁴ Palavras da exposição do Dr. Adolpho Konder. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 27 nov. 1946.

¹¹⁵ “Irineu Bornhausen nasceu na cidade de Itajaí no dia 25 de março de 1896, filho de João e Guilhermina Bornhausen, família tradicional do município. Ingressou no sistema bancário nos anos 20, se tornando um dos fundadores e maiores acionistas do Banco Inco (Banco da Indústria e Comércio de Santa Catarina), que hoje integra o Bradesco.” Caderno Especial: Governadores de Santa Catarina. *Diário Catarinense*. Florianópolis, 25 nov. 1993.

partidos começavam a procurar elementos que conferissem uma identidade popular aos seus candidatos. A primeira e notória estratégia foi a de buscar nos candidatos suas “origens humildes”. Em tal contexto, para a disputa política de 1947, os trabalhistas mostravam-se peças-chave na aproximação com a classe operária organizada.

A convenção petebista aconteceu no dia 15 de novembro. Em pauta, a posição do partido no pleito estadual. O debate foi intenso e a decisão dividida. Dos 50 votos, 24 optaram pela candidatura própria, 02 pela aliança com Irineu Bornhausen e outros 24 pela aliança com o PSD. Coube ao presidente Aristides Largura¹¹⁶ o voto de Minerva. O trabalhista, então, decidiu em favor da coligação com o PSD.¹¹⁷ No arranjo político das siglas, ficou acordado que o PTB ganharia no futuro governo a quantidade de secretarias correspondente ao número de deputados eleitos.¹¹⁸

Após a decisão dos principais partidos do estado e a formalização da aliança entre pessedistas e trabalhistas, os candidatos iniciaram suas campanhas. A falta de propostas, tônica do primeiro pleito, ficava camuflada nos anúncios de diálogos entre candidatos e representantes das classes trabalhadoras. Aderbal Ramos da Silva recebeu o apoio de parte dos operários da cidade de Itajaí, reduto político de seu adversário. Liderados por membros do PTB, os sindicatos do Comércio Armazenador e dos Estivadores de Itajaí hipotecaram solidariedade ao candidato pessedista e convidaram-no para “assistir a grande concentração trabalhista, que será feita em sua honra naquela cidade”.¹¹⁹ Três semanas depois, a “Caravana da Vitória” percorreu as cidades de Araquari, São Francisco do Sul e Itajaí, finalizando o seu trajeto na capital do estado. A comitiva passara antes por Chapecó, no oeste, e cruzara boa parte do estado até chegar às cidades do litoral norte. Aristides Largura, presidente do PTB e decisivo na deliberação da aliança com o PSD, integrava o grupo que

¹¹⁶ Antes de ser líder trabalhista, Aristides Largura era, nos anos 1930, um importante nome do integralismo em Santa Catarina. Em 1934, o jornal *Anauê*, órgão oficial da Ação Integralista Brasileira em Santa Catarina, publicou uma palestra do futuro presidente do PTB no estado em que ele afirmava que era preciso inculcar nas populações de origem europeia o sentimento de brasilidade: “... não é fatalmente brasileiro de sentimento aquele que só conhece a língua de seus pais, de seus avós, que só vive dentro dos costumes dos seus antepassados (...) e que portanto não conhece o país do qual é filho (...) finalmente não vive espiritualmente dentro dele, só seu corpo mora aqui, seu espírito não tem morada...”. LARGURA, Aristides. *Anauê*. 11, 18 e 25 ago. 1934. Apud: FALCÃO, Luiz Felipe. A Guerra Interna (integralismo, nazismo e nacionalização). In: BRANCHER, Ana. *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p. 187.

¹¹⁷ Aliança entre o PSD e o PTB. *A Gazeta*. Florianópolis, 18 nov. 1946.

¹¹⁸ Acordo entre PSD e PTB. *O Estado*. Florianópolis, 18 nov. 1946.

¹¹⁹ Operários de Itajaí solidários com a candidatura do dr. Aderbal Ramos da Silva. *A Gazeta*. Florianópolis, 27 nov. 1946.

acompanhava o candidato ao governo. Em todas as cidades, havia reuniões com líderes políticos locais e comícios, efusivamente descritos pelo jornal pessedista da capital.

Ao chegar a Itajaí, onde haveria a homenagem trabalhista ao candidato, a caravana rumou para a Vila Operária. Aderbal Ramos da Silva foi conduzido, então, ao Clube Foliões da Vila, local do evento. Diferentemente do pleito anterior – no qual a maioria dos oradores escolhidos eram candidatos ou pessoas de destaque dentro do partido, com apenas um ou dois oradores como “representantes do operariado” –, a composição do palanque continha grande número de trabalhadores entre seus oradores. O operário Dionísio Veiga, “encarregado de dirigir os trabalhos em nome da comissão operária de recepção”, ofereceu a palavra ao tecelão Pedro Matheus, ao estivador Júlio Dantas, ao trapicheiro Tiago José da Silva e a Lavínia Santos Bonatelli, “falando em nome das diligentes operárias de Itajaí”. Entre os discursos da “consagração trabalhista”, destaca-se a fala do representante dos estivadores, ao afirmar que a força de um futuro governo de Aderbal Ramos da Silva residiria no apoio da “massa popular”.¹²⁰

A partir da aliança com o PTB, o candidato pessedista aproximou-se das organizações trabalhistas no estado. Com o apoio dos principais líderes do partido, Aderbal buscava adesões populares que poderiam ser decisivas para o resultado do pleito. A UDN, no entanto, não foi mera espectadora das articulações entre PSD-PTB. Os opositoristas também cortejaram as classes trabalhadoras e tentaram desestabilizar a união entre os dois partidos.

A campanha udenista para o governo do estado iniciou no reduto político de seu candidato, a cidade de Itajaí.¹²¹ Em seguida, a “Caravana Democrática”, composta por Irineu Bornhausen e demais líderes do partido, rumou para as cidades de Mafra e Canoinhas, no norte de Santa Catarina. Na primeira, o candidato foi recebido pelo representante dos ferroviários, Leandro Machado, e participou de um jantar “com a presença de elementos udenistas e trabalhistas”. A UDN procurava fragilizar, assim, a aliança pessedista atraindo o apoio de líderes trabalhistas. Para isso, era preciso uma plataforma que contemplasse, ao menos discursivamente, os anseios do operariado.

¹²⁰ De consagração em consagração, chega a Florianópolis a Caravana da Vitória. *O Estado*. Florianópolis, 17 dez. 1946.

¹²¹ Grandiosa recepção ao candidato do povo, Irineu Bornhausen, na cidade de Itajaí. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 28 nov. 1946.

Adolfo Konder, presidente da UDN de Santa Catarina, em discurso proferido na reunião do diretório estadual, deixava claro que a postura do partido para aquelas eleições era de aproximação com as classes trabalhadoras: “Abandonando a direção conservadora da direita, a política orienta-se, hoje em dia, no sentido da esquerda, empenhada em atender, em considerar as reivindicações das classes menos favorecidas pela fortuna – que formam a massa dos empregados, dos trabalhadores, dos assalariados – sem pretender atingir porém a ‘curva extrema do caminho extremo’.”¹²² Nas claras palavras do presidente estadual do partido, era preciso que a UDN se aproximasse das camadas populares, rejeitando, entretanto, o fantasma comunista. Adolfo Konder – aquele, desalojado do poder com a Revolução de 1930 – estreitava, assim, seus laços com os trabalhadores.

O apoio dos sindicatos do Comércio Armazenador e dos Estivadores de Itajaí a Aderbal Ramos da Silva, era, por conseguinte, um duro golpe no candidato udenista em seu reduto político. Em resposta, poucos dias após a veiculação do apoio no jornal *O Estado*, o *Diário da Tarde* publicou um manifesto, assinado por 68 estivadores itajaienses. O documento proclamava que a classe teria “hipotecado solidariedade ao grande itajaiense Irineu Bornhausen” e que o convite feito “ao distinto candidato da situação e publicado no *O Estado*, desta capital, não exprime a vontade unânime dos estivadores”.¹²³ A UDN, de tal modo, tentava reduzir o impacto do apoio dos dois sindicatos trabalhistas de Itajaí ao candidato pessedista, apostando na cisão de votos entre os operários da cidade. Fazia parte de sua estratégia política demonstrar que nem todos os operários daquelas categorias protocolavam apoio ao candidato situacionista. Ao mesmo tempo, tratava de adular lideranças petebistas através de uma plataforma favorável aos anseios das classes trabalhadoras.

Concomitantemente a construção de um discurso à esquerda, a UDN catarinense adotava um viés oposicionista. Durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1946, a seção catarinense, controlada pelo grupo adolfista – ligado a Adolfo Konder –, por decisão unânime, orientou seus deputados a votar contra a indicação de Nereu Ramos para vice-presidente da República. Esclareciam que, mesmo que a direção nacional declarasse livre o sufrágio, os parlamentares catarinenses deveriam votar seguindo a orientação do Diretório

¹²² Palavras do discurso proferido pelo Sr. Adolpho Konder. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 06 dez. 1946.

¹²³ Aos operários de Itajaí. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 14 dez. 1946.

Estadual.¹²⁴ As antigas rivalidades regionais pautavam, nesta conjuntura, o posicionamento dos udenistas catarinenses na Assembleia Constituinte e davam o norte das articulações políticas visando o pleito de 1947.

Em setembro de 1946, com o fim dos trabalhos na Constituinte, a UDN de Santa Catarina manifestou-se contrária ao acordo interpartidário – articulado nacionalmente entre PSD, UDN e PR, com o objetivo de garantir a estabilidade do governo Dutra. O deputado Max Tavares do Amaral levou ao Diretório Nacional a posição unânime da Comissão Executiva Estadual. No plano nacional, a discussão sobre o apoio ao governo Dutra causou grande discussão no seio udenista. Para algumas lideranças nacionais, como Octávio Mangabeira e José Américo, a “coalisão nacional” objetivava neutralizar as engrenagens da máquina getulista e impedir a aliança entre PSD e PTB. Para Virgílio de Melo e Franco, Dutra simbolizava a manutenção do poder oriundo do Estado Novo. Era preciso, portanto, marcar uma posição contrária como forma de garantir uma matriz ideológica para o partido. A postura da UDN na democracia passaria, então, por uma oposição viva e vigilante, sem aceitar cargos no governo.¹²⁵ Todavia, a vertente oposicionista foi vencida no Diretório Nacional por uma diferença de dez votos (26 a 16) e o partido decidiu pela cooperação com o governo Dutra.¹²⁶

A participação de Nereu Ramos, inimigo político regional, na condição de presidente do PSD, vice-presidente da República e figura importante na articulação da aliança reforçou, de certa forma, a aversão dos udenistas catarinenses ao acordo interpartidário. As esquerdas, por sua vez, interpretaram a aliança de “pacificação nacional” e de “consolidação da democracia” como mais um passo das correntes reacionárias e entreguistas do país. Durante o acordo, segundo Benevides, praticamente inexistiu oposição parlamentar. Entretanto, as articulações para a sucessão presidencial, em 1950, evidenciariam as fragilidades daquela aliança.¹²⁷

A UDN nacional procurava impedir futuras articulações entre pessedistas e trabalhistas, ambos sob a sombra de Vargas. A seção catarinense optava, entretanto, pelo

¹²⁴ LAUS, Sônia Pereira. *A UDN em Santa Catarina (1945-1964)*. Florianópolis, 1985. 336 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. p. 121.

¹²⁵ BENEVIDES, Maria Victória. Op. cit. p. 73.

¹²⁶ O Diretório Nacional da UDN, por maioria de dez votos, define-se pela cooperação com o governo da República. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 04 dez. 1946.

¹²⁷ BENEVIDES, Maria Victória. Op. cit. p. 72.

embate contra seus rivais históricos e pela disputa do eleitorado trabalhista. O vespertino udenista noticiava divergências na coligação situacionista. Segundo o jornal, o PTB seria fundamental para a vitória pessedista no estado. A aliança, neste sentido, fora firmada mais pelo interesse de ambos em se manter no poder do que por projetos que contemplassem as aspirações populares. No entanto, alertava o periódico, as disputas locais para eleição de deputado estadual estariam estremecendo o “clima de pacificação” entre as duas agremiações, que “tão necessário se faz para garantir a vitória ao partido situacionista”.¹²⁸

A disputa pelo apoio das classes trabalhadoras fica mais clara no final de 1946, quando o periódico udenista trouxe uma reportagem sobre um boletim – produzido em Joinville e acompanhado de 227 assinaturas – que convocava o eleitorado trabalhista a votar em Irineu Bornhausen. O redator da matéria afirmava que, “contrariamente ao que afirmou a imprensa oficiosa”, o PTB estaria cindido. Uma parte, “levada pelo acordo realizado pelo Sr. Aristides Largura com o PSD”, apoiava a candidatura de Aderbal Ramos da Silva. Entretanto, outra parte, “adversa a este acordo, que feriu os interesses do PTB e, principalmente, a ética partidária”, estaria, “de forma espontânea e progressivamente avassaladora”, ao lado “do legítimo candidato do povo: o Sr. Irineu Bornhausen”. O documento repudiava a aliança feita por “alguns chefes do PTB”. Afirmava que, seguindo as orientações de Getúlio Vargas, os operários votaram em Dutra e o resultado foi “a agravação de nossos males, o aumento de nossas necessidades”. Uma vez que não era possível apresentar candidato próprio, “devemos votar em Irineu Bornhausen, que de origem humilde e pobre, como nós, há de sempre lembrar-se dos que trabalham”. E completava: “Irineu venceu na vida trabalhando, e os trabalhadores hão de fazer com que ele vença nas eleições, para a felicidade dos trabalhadores de Santa Catarina e do Brasil”.¹²⁹

Portanto, a poucas semanas do pleito, a UDN investia em desestabilizar a aliança PSD-PTB e apostava nas dissensões entre os trabalhistas. Evidentemente, a produção de um

¹²⁸ Em Laguna, litoral sul de Santa Catarina, uma discussão entre líderes do PSD e do PTB durante comício gerou animosidades na coligação situacionista. O motivo era a disputa pelo eleitorado trabalhista. Segundo o periódico, Pompílio Bento, chefe pessedista da região, fazia campanha para Armando Calil. O político teria “deitado boletins e advertido os trabalhadores locais pelas manchetes do *Sul do Estado* de ser o PSD o legítimo partido dos trabalhadores”. Já o PTB local lançara o nome de Durval Campos para a Assembleia Legislativa. De acordo com a reportagem do *Diário da Tarde*, as disputas regionalizadas pelo voto dos trabalhadores na eleição parlamentar estariam minando a articulação estadual. Fonte: Fatos e Comentários. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 12 dez. 1946.

¹²⁹ Inúmeros “trabalhistas” apoiam a candidatura Irineu Bornhausen. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 27 dez. 1946.

documento asseverando apoio a Irineu não soa nem um pouco espontânea. Parece mais uma estratégia política de fragilizar a aliança situacionista do que a expressão de um movimento “progressivamente avassalador” que estaria levando os trabalhadores a apoiar a candidatura udenista. A construção discursiva de um homem de raiz “humilde e pobre” que “venceu na vida trabalhando” tinha como objetivo criar uma identificação positiva de Irineu Bornhausen junto às classes trabalhadoras.

Na percepção dos opositores, o partido de Vargas poderia ser o fiel da balança, cujo apoio faria a diferença no equilíbrio entre as duas maiores siglas do estado. Sendo assim, a UDN arriscava suas fichas numa possível dissonância entre base e cúpula petebista para arrebatar os votos do operariado catarinense. O manifesto, assinado por mais de duas centenas de trabalhadores, tem caráter de um documento racionalmente produzido pelos udenistas com o fito de atender a seus interesses político-eleitorais. Entretanto, esta não foi a única nem a principal estratégia de captação de votos. Para a eleição de 19 de janeiro de 1947, UDN e PSD apostaram na força da retórica moralista. Este, apoiado no anticomunismo e no discurso religioso. Aquela, nas denúncias de corrupção e do uso abusivo da máquina pública.

A pouco mais de um mês para o pleito, o vespertino udenista dedicava-se a noticiar irregularidades pessedistas. Ao mesmo tempo em que o candidato opositor procurava se aproximar das classes trabalhadoras, o periódico estampava matérias de irregularidades na campanha de seu adversário. A maioria envolvia uso indevido do aparato estatal, seja estadual, seja municipal. Em dezembro de 1946, pululavam notas nas primeiras páginas do *Diário da Tarde* sobre veículos da prefeitura de Florianópolis – cujo prefeito era o Cel. Lopes Vieira, indicado pelo interventor do estado – transportando eleitores ou carregando cartazes de campanha.¹³⁰ De Camboriú, município a cerca de 60 quilômetros da capital, vinha denúncia de que os agentes do poder público estadual e municipal estavam na linha de frente da caravana pessedista. O prefeito, “ao invés de assegurar a liberdade do voto, adota a prática contundente da democracia do cacete e do chanfalho”. Segundo a notícia, o

¹³⁰ “O caminhão 8-42 da Diretoria de Obras Públicas, no domingo, esteve na Praia dos Ingleses conduzindo eleitores para o comício político ali realizado pelos srs. Cel. Lopes Vieira, prefeito municipal, Mimoso Ruiz, assistente da Secretaria de Segurança, e Hipólito Pereira, Juiz da Justiça do Trabalho e outros.” O caminhão 8-42. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 11 dez. 1946. No mesmo dia, o jornal noticiava também que a camionete 8-31 da Usina de Beneficiamento de Leite fora usada para carregar cartazes de campanha. A camionete 8-31. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 11 dez. 1946.

líder do executivo, acompanhado pelo coletor estadual, o delegado de polícia e o tesoureiro da municipalidade, estaria percorrendo o interior do município em caravana. A coação do eleitorado humilde daquela região dar-se-ia uma vez que “o coletor estadual poderá ameaçar os lavradores e comerciantes com um aumentozinho de impostos cobrados pelo fisco do estado; o tesoureiro com uma sobrecarga de tributos municipais; e o delegado com a sombria perspectiva de um repouso forçado no xadrez”.¹³¹

O uso de carros oficiais das prefeituras, tanto da capital quanto do interior, era comum.¹³² Em Florianópolis, o prefeito Lopes Vieira, o jornalista Rubens de Arruda Ramos, diretor da Penitenciária Estadual, e Othon Gama D’Eça, procurador fiscal da Fazenda Nacional, candidatos a deputado estadual pelo PSD, usavam veículos oficiais para fazer campanha no interior da Ilha.¹³³ O jornal oposicionista também acusava seus adversários de afixar cartazes do candidato pessedista ao governo do estado nas repartições públicas e nos veículos, transformando-os em meios de propaganda eleitoral. Destaca-se, então, o uso do termo “máquina” para designar o conjunto de instrumentos estatais utilizados irregularmente pelos executivos estaduais e municipais durante a campanha política.¹³⁴

Com o pleito de 19 de janeiro avizinhandose, multiplicam-se as denúncias de uso indevido dos efetivos públicos em favor das candidaturas pessedistas.¹³⁵ Após a chegada de

¹³¹ Prefeito de Camboriú, desrespeitando as determinações do Sr. Ministro da Justiça, percorre o interior do município à frente de uma caravana oficial. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 11 dez. 1946.

¹³² O *Diário da Tarde* destinava um espaço na primeira página do jornal intitulado “O abuso dos carros oficiais” para noticiar irregularidades deste tipo. Fonte: O abuso dos carros oficiais. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 14 dez. 1946; O abuso dos carros oficiais. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 28 dez. 1946.

¹³³ O oficialismo em campanha eleitoral. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 20 dez. 1946.

¹³⁴ “Como já se divulgou, o intendente de Rerituba (Santo Antonio), nesta ilha, recobriu a fachada de sua repartição com retratos daquele candidato. Chega-nos agora a notícia de que nos guichês da Coletoria Estadual da cidade de Camboriú outro retrato do Sr. Aderbal Ramos foi pregado. A máquina oficial está empenhada na campanha política (...). Os caminhões oficiais nº 1 e 4, incumbidos de transportar leite para a capital, foram também adornados com retratos do candidato pessedista”. Fonte: Oficialismo politiquero. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 14 dez. 1946.

¹³⁵ No início de 1947, o periódico udenista passa a publicar diariamente este tipo de irregularidade. Em Palhoça, município circunvizinho à capital, cabos eleitorais pessedistas espalhavam o boato de que, caso o PSD fosse derrotado na região, o cartório local seria transferido. O “agente-fiscal” estaria também “tomando nota” dos possíveis eleitores udenistas para depois “aterrorizar com uma nova carga de impostos”. Fonte: Novos abusos. *Diário da Tarde*. 02 jan. 1947. Em Queçaba, localizada no município de Palhoça - atualmente, é um distrito pertencente ao município de Águas Mornas – o agente fiscal da região ameaçava o madeireiro José Samuel Kunhnn de trancar seu “caminho de puxo” caso votasse no candidato udenista. Segundo esclarecimento do próprio *Diário da Tarde*: “Caminho de puxo é o nome dado no interior de alguns municípios às veredas abertas pelos madeireiros ou lavradores, ao meio do mato, ligando entre si o lugar de

Nereu Ramos ao estado, muitos prefeitos licenciaram-se de seus cargos para cabalar votos para os candidatos do PSD.¹³⁶ Da mesma forma, funcionários públicos estaduais e municipais tinham seus nomes publicados no *Diário da Tarde* por fazer uso de suas funções e da infraestrutura governamental para atividades políticas. As ações eram variadas. Alguns utilizavam o cargo, como dito anteriormente, para pressionar eleitores com eventuais reprimendas ou aumento de impostos.¹³⁷ Outros se valiam dos veículos das repartições para fazer propaganda política no interior dos municípios.¹³⁸

Na capital, o candidato a senador Ivo d'Aquino aproveitou as altas temperaturas do verão para transportar eleitores até a Praia da Saudade, onde, aos domingos, “afluem inúmeros banhistas, para um mergulho delicioso na água fresca, azul e luminosa”. Segundo os udenistas, a camionete oficial deixara os banhistas em frente à residência de Othon Gama D'Eça, candidato do PSD a deputado estadual.¹³⁹ Ainda na capital, o líder petebista Aristides Largura abastecera seu veículo no almoxarifado da prefeitura, situado no cais Frederico Rola.¹⁴⁰

Em resposta, os pessedistas informavam que João Rabelo, coletor federal em Rio do Sul, estaria pressionando os beneficiários: caso não votassem em Irineu Bornhausen, não

corte das árvores e a serraria que as beneficiará, ou o lugar da lavoura e a residência do lavrador”. Fonte: Violência. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 02 jan. 1947.

¹³⁶ A burla da licença aos prefeitos. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 07 jan. 1947.

¹³⁷ Os intendentes dos distritos de Araranguá, no sul do estado, faziam campanha para o PSD, juntamente com subdelegados de polícia, pressionando a população local. O jornal udenista denunciava também que, na mesma cidade, Manoel Amaro Pereira, auxiliar da Coletoria Estadual, e seu filho, Silvio Amaro Pereira, escrivão da mesma repartição, no exercício do cargo de coletor, ameaçavam o eleitorado com aumento de impostos e aplicação de multas. Fonte: No extremo sul do estado. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 07 jan. 1947. Lauro Rosa, intendente de Pouso Redondo, apareceu também nas páginas do *Diário* por “espalhar impressos de propaganda pessedista e cabalar desenfreadamente no interior daquele distrito”. Fonte: Oficialismo politiquero. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 07 jan. 1947.

¹³⁸ Na capital, os veículos do executivo municipal também foram usados para o transporte de tijolos, do município de Palhoça ao bairro da Cachoeira do Bom Jesus, no norte da Ilha, com a finalidade de barganha eleitoral. Fonte: Para quem são os tijolos? *Diário da Tarde*. Florianópolis, 07 jan. 1947. Em Rio do Sul, no Vale do Itajaí, o prefeito Vítor Buhr, acompanhado do intendente de Trombudo Central e do coletor estadual, foi denunciado pelo periódico oposicionista por fazer campanha política com o carro da prefeitura. O fiscal de armas, Santos Sché, também percorria o município pregando cartazes pessedistas. Da mesma forma, Mario Mafra, usando o carro da Companhia Colonizadora Hanseática, do governo federal, viajava pelo interior do município adornado com cartazes do PSD. Fonte: Oficialismo politiquero. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 07 jan. 1947. Em Canoinhas, ao norte, Ilmar Correa, presidente estadual da Legião Brasileira de Assistência, foi flagrado requisitando o caminhão da prefeitura para transportar cartazes do candidato pessedista ao governo do estado à cidade vizinha de Porto União. Fonte: Esta é do Dr. Ilmar Correa. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 07 jan. 1947.

¹³⁹ As delícias da Praia da Saudade. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 07 jan. 1947.

¹⁴⁰ Gasolina de quem? *Diário da Tarde*. Florianópolis, 07 jan. 1947.

receberiam o abono do ano seguinte.¹⁴¹ O jornal de Aderbal Ramos da Silva também denunciava Narbal Alves, laboratorista do Instituto de Identificação e Médico Legal, por ficar na sede da UDN durante o expediente.¹⁴² Os pessedistas afirmavam ainda que, em Florianópolis, a UDN abrisse o cofre para tentar ganhar a eleição. Paulo Fontes, Altino Flores, Deodolindo e Manoel Donato da Luz, eminentes figuras da UDN local, jogariam uma partida de futebol com os moradores do bairro Rio Tavares, na inauguração do Clube União. Segundo *A Gazeta*, o jogo foi inviabilizado em virtude da chuva. No entanto, os cabos eleitorais udenistas estariam com “bolsos de palhaço”, “para carregar todo o dinheiro que o chefe mandou despejar”.¹⁴³ As situações descritas evidenciam que o uso do cargo e das atribuições públicas para fins políticos não era exclusividade dos correligionários pessedistas. Entretanto, por emaranhar-se nas teias da administração pública estadual desde 1930, o número de denúncias envolvendo partidários de Aderbal Ramos da Silva era expressivamente maior.

Às vésperas da eleição, o clima entre os dois maiores partidos esquenta ainda mais. Cabos eleitorais esmeram-se em pintar ou colar cartazes do seu candidato pelos muros da cidade. Enquanto isso, outros galopins dedicam-se a rasgá-los.¹⁴⁴ O jornal *O Estado* descrevia uma situação onde partidários da UDN pintaram os muros da igreja matriz de Santo Amaro da Imperatriz, município vizinho a Florianópolis. Em resposta, os cabos eleitorais pessedistas pintaram-no também. Após reclamação do vigário local, a propaganda eleitoral foi apagada. Contudo, o periódico pessedista aproveitou para salientar que o partido contava com o apoio do eleitorado católico do estado. Inclusive tendo como candidato a deputado estadual o presidente da Liga Eleitoral Católica, Biase Faraco. Em contrapartida, os udenistas se recusariam a participar da Liga em Defesa da Democracia, conforme atacavam em seu próprio jornal.¹⁴⁵

A investida não era despreziosa. Fazia parte da estratégia pessedista de divorciar a UDN de grande parte do eleitorado. No relato dos incidentes e distúrbios durante o comício do PSD em Águas Mornas, também na região da Grande Florianópolis, o jornalista

¹⁴¹ Esta é grave. *O Estado*. Florianópolis, 14 jan. 1947.

¹⁴² Pingos e respingos. *O Estado*. Florianópolis, 09 jan. 1947.

¹⁴³ Cenário. *A Gazeta*. Florianópolis, 14 jan. 1947.

¹⁴⁴ Propaganda política. *O Estado*. Florianópolis, 05 jan. 1947; Tirania minoritária. *O Estado*. Florianópolis, 14 jan. 1947.

¹⁴⁵ Não é verdade. *O Estado*. Florianópolis, 05 jan. 1947.

fazia questão de mencionar que Evaldo Lehmkuhl, candidato da UDN a deputado estadual, dera “morras” à Igreja Católica, “ameaçando os colonos, seus fregueses e inflamando seus minguidos pupilos à agressão aos oradores e até às senhoras e senhoritas que ali se achavam”.¹⁴⁶ A campanha política assumia, assim, um viés religioso. O PSD acoimava Irineu Bornhausen de não ser católico. A possível perda de eleitores exigiu uma declaração, escrita pelo Monsenhor José Locks, atestando que o candidato udenista era seu paroquiano, “batizado e educado no seio da Igreja Católica” e “católico praticante”.¹⁴⁷ Contudo, nas acusações, alicerçadas no discurso religioso, estava implícito outro objetivo: desestabilizar uma suposta aliança entre o candidato da UDN e os comunistas no estado.

O PCB não ficara ausente da disputa eleitoral. Enquanto legenda declaradamente popular, fez articulações tanto na eleição de janeiro quanto na de novembro de 1947. Contudo, o partido é citado poucas vezes nos periódicos durante a campanha para o governo do estado. Numa das poucas menções aos comunistas feitas em jornais da capital, *A Gazeta*, de Jairo Callado, publicou artigo de repúdio ao “comunismo ateu”. Afirmava que, enquanto órgão pessedista, não poderia “cruzar os braços pusilanimemente ante a ação solerte dos que trocaram a bandeira do Brasil pela bandeira da Rússia e desejam subverter a tradição religiosa da nossa gente.”¹⁴⁸ Estes dois elementos, religiosidade e nacionalismo, usados em conjunto para desqualificar os comunistas, acarretavam em peso eleitoral difícil de mesurar para quem desejasse se aproximar do partido. Isto porque, se, por um lado, o apoio dos militantes vermelhos era desejado em decorrência de sua proximidade junto às classes trabalhadoras, por outro, o apoio explícito desta facção poderia acarretar forte rejeição ao candidato. O ideal, tanto para a UDN quanto para o PSD, seria ganhar o apoio dos comunistas sem, no entanto, precisar explicitá-lo. Nesta perspectiva, o discurso udenista durante o pleito e as denúncias divulgadas amplamente nos periódicos após as eleições permitem-nos matizar melhor o posicionamento do PCB no contexto político catarinense.

A doze dias do pleito, o veículo udenista disparava contra os adversários, criticando a estratégia pessedista de “capturar votos dos católicos”. Segundo o redator da matéria, o PSD lançaria nos dias seguintes uma “arma secreta” capaz de “neutralizar as simpatias do

¹⁴⁶ Santo Amaro com o candidato da vitória. *O Estado*. Florianópolis, 14 jan. 1947.

¹⁴⁷ Documento que nobilita. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 09 jan. 1947.

¹⁴⁸ Os comunistas exigem de “A Gazeta”. *A Gazeta*. Florianópolis, 14 jan. 1947.

nosso povo pela já vitoriosa candidatura de Irineu Bornhausen”. Sem mencionar qual seria a referida “arma”, o jornalista assegurava que a UDN não se aliara a nenhum partido, mantinha-se “sem acordo, combinações ou cambalachos”. E reforçava que a chapa udenista era composta, “na sua totalidade, por católicos e quase todos eles praticantes”. Todavia, a campanha estaria pautada por um programa de governo e pelo cumprimento de sua plataforma, destinada a um eleitorado livre. Sendo assim, não caberia ao partido negar o voto de quem quer que fosse. E, finalmente, afirmava que a chapa pessedista contaria com anticlericais confessos e ativos, que frequentam as igrejas apenas para “cavar o voto dos católicos de boa-fé, iludidos pela hipocrisia farisaica dos que nos querem vencer pela mentira e pela fraude”.¹⁴⁹

A “arma secreta” seria explicitada na edição do dia seguinte. O *Diário* rebatia anúncio publicado no jornal *A Notícia*, da cidade de Joinville, no norte do estado. O periódico pessedista, comandado pelo genro de Celso Ramos, concitava os católicos a ficarem alertas, pois a UDN catarinense formalizaria nos dias seguintes um acordo com os comunistas, a exemplo do que fora feito em São Paulo. Em resposta, o jornal de Adolfo Konder dizia que o partido que “procurou em qualquer facção política a última tábua de salvação fora o PSD”, com o acordo com os trabalhistas. O acordo, no entanto, mostrava-se ineficiente devido à ala dissidente, “radicada em vários pontos do estado”, em favor da candidatura de Irineu Bornhausen. O articulista reafirmava que Irineu não rejeitava o voto de “nenhum filho de Santa Catarina” e que caberia ao eleitor escolher aquele que tivesse as melhores propostas. A “arma secreta” pessedista era, portanto, uma tentativa de “perturbar a consciência da população católica, numa exploração que não chega a ser criminosa porque é supinamente ridícula”.¹⁵⁰

Com efeito, as denúncias de ligação entre os udenistas e o PCB tinham dois objetivos diretos. Afastá-los dos eleitores ligados à Igreja e motivar uma declaração pública da UDN de repúdio ao comunismo. É difícil dimensionar a eficácia do primeiro. O

¹⁴⁹ A desmoralizada “arma secreta”. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 7 jan. 1947.

¹⁵⁰ O *Diário da Tarde* publicou a íntegra do aviso de *A Notícia*: “Atenção católicos! Os líderes udenistas contam com apoio do Partido Comunista. – Fpolis 6. (Da Sucursal Urgente). – Enquanto o candidato pessedista Aderbal Ramos da Silva apregoava em seus comícios em todo o estado não reconhecer o Partido Comunista como democrático, não aceitando quaisquer negociações com partidos antidemocráticos, altos elementos udenistas esperam terminar, ainda esta semana, as démarches no sentido dos comunistas votarem nos candidatos udenistas, a exemplo do que foi feito em São Paulo. Esse fato representa um desespero de causa da UDN, visto procurar em qualquer facção política a última tábua de salvação.” Partindo em colmilhos a intriga pessedista. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 08 jan. 1947.

segundo, ao menos durante o período eleitoral, não aconteceu. Convém, contudo, analisar alguns pontos da plataforma udenista de modo a delinear as ações do partido e sua relação com os trabalhadores no pleito de janeiro.

Após a derrota em 1945, os udenistas perceberam que o sucesso eleitoral nos tempos de democratização dependeria, decisivamente, da aprovação das classes trabalhadoras. Vale lembrar que o líder do partido em Santa Catarina, Adolfo Konder, ainda em 1946, advertira seus correligionários de que a política daquele tempo guinava à esquerda. Era, portanto, necessário “considerar as reivindicações das classes menos favorecidas pela fortuna – que formam a massa dos empregados, dos trabalhadores, dos assalariados...”.¹⁵¹ Ademais, como também foi colocado no início deste item, a UDN deliberou, através de sua Comissão Executiva Estadual, buscar “entendimentos com as demais organizações democráticas que militam no estado”.¹⁵² Ou seja, para o pleito de janeiro de 1947, o partido, como orientou-se retoricamente à esquerda, deliberou aproximações com outras legendas “democráticas” e disputou o eleitorado trabalhista, buscando fragilizar a aliança PSD-PTB. Ao ser acusado de negociar o apoio dos comunistas, respondeu afirmando que não negaria o voto de “nenhum filho de Santa Catarina” e que o eleitor votasse naquele “que melhor programa de governo apresentar”.¹⁵³ Se durante o pleito não há provas de aliança entre udenistas e comunistas, ao menos, pelos encaminhamentos dos opositoristas, parece claro que tratava-se de um diálogo possível. Seu sucesso dependeria, basicamente, da plataforma de campanha adotada.

Não são poucas as reportagens em que o *Diário da Tarde* demonstra sua preocupação com o operariado. Em destaque, o jornal estampava a matéria: “Como o ‘pessedismo’ trata os operários!”. Citava a intervenção policial impedindo a Assembleia Geral do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, na sede do Sindicato dos Empregados em Hotéis. Como resultado, os convocadores foram presos e a sede fechada. Assim, o jornal protestava: “Os sindicatos continuam sob o regime policial e ministerial, sem que seus membros possam convocar assembleias gerais, porque o ministro do trabalho ou a polícia aparece e expulsa ou prende os responsáveis pela convocação”.¹⁵⁴ Em outros

¹⁵¹ Palavras do discurso proferido pelo Sr. Adolpho Konder. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 06 dez. 1946.

¹⁵² Palavras da exposição do Dr. Adolpho Konder. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 27 nov. 1946.

¹⁵³ Partindo em colmilhos a intriga pessedista. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 08 jan. 1947.

¹⁵⁴ Como o “pessedismo” trata os operários!. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 09 jan. 1947.

termos, o periódico udenista oferecia a primeira página de sua edição para repudiar ações policiais contra uma assembleia organizada por um sindicato da capital, o da construção civil.

Numa primeira análise, podemos apurar que o preenchimento de um espaço em destaque no jornal – destinado a reverberar as ações de intransigência policial no Sindicato da Construção Civil – denota a tendência, explicitada em linhas anteriores, de aproximação da UDN junto às classes trabalhadoras. Entretanto, um olhar acurado possibilita-nos enxergar nuances desta relação que aproximam, no pleito de janeiro de 1947, o “partido da eterna vigilância” dos comunistas. De acordo com as memórias de Manoel Alves Ribeiro, electricista e conhecido militante vermelho, o Sindicato da Construção Civil era “o mais revolucionário e liderava os demais sindicatos da capital”. Segundo ele, “a maioria dos operários, militantes do PCB, vinham da construção civil”.¹⁵⁵ “Velho militante comunista”, Mimo, como era conhecido, ocupava, segundo anotações da DOPS, cargo no Comitê Municipal do PCB em Florianópolis, eleito em 1946.¹⁵⁶ O relato do militante, embora inspire cuidado devido ao uso abusivo dos superlativos, merecendo ainda a devida relativização em virtude dos percalços mnemônicos, sugere uma relação entre sindicato e partido que torna mais complexa a reportagem estampada na primeira página do *Diário da Tarde*.

Ora, o Sindicato da Construção Civil, considerado um dos mais ativos da cidade e com forte presença de militantes comunistas, teve, naqueles últimos dias de campanha eleitoral, o poder de pautar a primeira página de um dos principais jornais da cidade, o periódico vinculado à União Democrática Nacional. Se isto, por si só, não é o suficiente para referendar uma união tácita entre udenistas e comunistas, ao menos nos fornece indícios de que era uma situação bastante provável. Ainda mais se trouxermos à análise o depoimento de Adolfo Konder, norteador da seção regional da UDN à esquerda, a deliberação da executiva estadual de buscar diálogos com outras agremiações e a acirrada disputa do eleitorado trabalhista. A UDN, de forma clara e diferentemente do pleito de 1945, inclinava-se aos trabalhadores.

¹⁵⁵ RIBEIRO, Manuel Alves. *Caminho*. 2 ed. Florianópolis: Guarapuvu, 2001. p. 88, 89.

¹⁵⁶ DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. *Divisão Central de Informações – SC*. nº 771e/Top. 88. Arquivo Público do Paraná.

No mesmo dia, porém sem o destaque da página inicial, o *Diário* publicou um manifesto aos “operários e trabalhadores de Santa Catarina”. O documento apelava aos trabalhadores para que votassem em Irineu Bornhausen por ter apresentado as melhores propostas. Criticava duramente o candidato pessedista, afirmando que, nos tempos de deputado federal, votou contra o direito de greve, “única arma pacífica com a qual os trabalhadores tinham o direito de pedir mais pão para si e seus filhos”. E acusava Aderbal Ramos da Silva de demagogia em seus discursos. Afinal, teria ele dito que “tiraria de quem tem para dar a quem não tem”. Todavia, concluía o manifesto, o candidato pessedista, em suas oficinas e indústrias, “mantém operários com o ‘salário-fome’ de 13 a 15 cruzeiros diários”. Ao final, conclamava: “Trabalhadores e operários, não temos que vacilar. Às urnas, pois, em 19 de janeiro, com Irineu Bornhausen, para felicidade de Santa Catarina”.¹⁵⁷

A quatro dias do pleito estadual, o vespertino udenista publicava em destaque uma carta do operário João dos Passos Xavier, expoente pessedista junto às classes trabalhadoras. Figura ativa nos comícios do PSD na eleição anterior¹⁵⁸, o líder operário, nos últimos momentos daquela eleição, rompia com o partido e declarava apoio ao candidato oposicionista. Em sua carta, dizia-se desiludido com o PSD, no qual apenas sentiu o “desejo de um grupo pelo mando, fazendo do operário escada para subir. O povo foi sempre mantido na ilusão, sem nunca poder ver realizada sua esperança de bem-estar e da felicidade coletiva”. Ao desenvolver sua crítica, Xavier reivindicava mais espaço para os trabalhadores na chapa pessedista: “O operário só é lembrado em vésperas de eleições, para instrumento da sua cobiça. Uma prova disso está na exclusão de sua chapa do nome de um operário, evidenciando o desejo de estar distanciado da grande classe dos trabalhadores”. O ex-líder pessedista finalizava sua explanação concitando os trabalhadores a votarem em Irineu Bornhausen, “saído de nossa classe e, por isso, conhecedor das nossas aflições e das nossas necessidades”.¹⁵⁹

A dissidência de um líder operário e sua incursão às fileiras udenistas foi destaque em primeira página no dia seguinte. De acordo com o periódico udenista, aquela adesão era expressiva, visto que vinha com uma declaração de João dos Passos Xavier de que “o PSD não respeita a dignidade dos trabalhadores e só sabe explorá-los nas vésperas das

¹⁵⁷ Operários e trabalhadores. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 09 jan. 1947.

¹⁵⁸ Vide seção 1.1.

¹⁵⁹ XAVIER, João dos Passos. Aos operários e trabalhadores. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 15 jan. 1947.

eleições”.¹⁶⁰ A UDN adotava, portanto, um discurso favorável aos trabalhadores, defendendo o direito de greve, a ampliação do espaço destinado ao operariado nas chapas e criticando o candidato adversário por pagar um “salário-fome” aos seus empregados. Aproximava-se, pois, tanto do eleitorado trabalhista quanto do comunista, atribuindo o poder de decisão às classes populares. No entanto, as disputas políticas não se restringiram à conquista do eleitorado ou ao cortejo dos trabalhadores. As rivalidades partidárias resultariam, novamente, em violência.

O principal episódio aconteceu na capital do estado, no dia dos comícios de encerramento das campanhas de Irineu Bornhausen e Aderbal Ramos da Silva. De acordo com o periódico da UDN, ao chegar, Irineu fora recebido por uma multidão que o carregou nos ombros até a residência de João Zacarias, no bairro do Estreito, parte continental da cidade, “de cujas janelas os oradores falariam”. Após o evento, o candidato tomou um “carro de cavalos”, seguido de “automóveis e caminhões” e que “lentamente rodou até a cidade, acompanhado de enorme multidão”, estacionando no Largo do Fagundes, onde se realizaria o comício. Entre os oradores, o operário João dos Passos Xavier, que há poucos meses subia no palanque adversário. Apesar da chuva, o jornal destacava que caminhões “repletos de udenistas” vieram das cidades vizinhas de Palhoça, São José e Biguaçu para prestigiar o evento.¹⁶¹

O candidato pessedista, por sua vez, realizou seu comício na Praça Pereira Oliveira. De acordo com *A Gazeta*, a “enorme afluência” já era esperada, uma vez que os florianopolitanos queriam manifestar “publicamente seu apoio ao filho da terra, na luta contra candidatos distanciados do nosso povo e alheio às nossas necessidades”.¹⁶² Dois comícios, programados para o mesmo dia, contando com amplo número de correligionários e em palanques separados por algumas centenas de metros. Foi nesse quadro que o principal episódio de violência daquele pleito ocorreu.

De acordo com a descrição dos udenistas, após os comícios, muitos correligionários de ambos os partidos tomaram os bares e cafés onde, “de vez em quando, erguiam vivas ao candidato de sua simpatia”. Alguns udenistas concentraram-se na Confeitaria do Chiquinho, situada na Rua Felipe Schmidt. “Inesperadamente”, aproximou-se do grupo o

¹⁶⁰ Valiosa adesão de um líder trabalhista. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 16 jan. 1947.

¹⁶¹ Com chave de ouro. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 17 jan. 1947.

¹⁶² Véspera de estrondosa vitória. *A Gazeta*. Florianópolis, 17 jan. 1947.

sobrinho de um deputado federal pessedista, “dando vivas ao Sr. Aderbal Ramos”. As provocações continuaram até que um correligionário udenista “se ergueu e revidou da maneira que melhor lhe pareceu”. Estabeleceu-se o conflito generalizado, pois logo “elementos aderbalistas” vieram para socorrer seu par, o que, segundo a versão dos narradores, “prova que o indivíduo provocador não agira por conta própria”. A polícia, a seguir, entrou em ação. Invadiu a Confeitaria do Chiquinho, “distribuindo golpes por todos os lados”. Um policial, ao desferir um golpe de cassetete num civil, recebeu de volta uma garrafada na cabeça. Na rua, “os cavalarianos, com os sabres desembainhados, avançavam contra as pessoas que afluíam ao local do conflito”. No entanto, afirmavam os udenistas, todas as pessoas “pisadas por essa truculência (...) eram simpatizantes da UDN”.¹⁶³

Já os pessedistas rebatiam a versão do *Diário da Tarde*. Diziam que, ao longo do dia, caminhões traziam udenistas do interior da Ilha e do continente para o comício a ser realizado no Largo do Fagundes. Acontece que, muitos deles, vinham “em absoluta desordem, gritando com entusiasmo o nome de Irineu”. “Desembarcados”, muitos desses correligionários, ao invés de se dirigirem ao local do comício, ficaram a “esvaziar copos”. Aqueles que bebiam na Confeitaria do Chiquinho, segundo relato dos pessedistas, estavam “aos berros, provocações e terras”. O conflito se sucedeu, portanto, em virtude de uma reação à balbúrdia provocada pelos udenistas. A conduta policial, neste sentido, merecia “os mais calorosos aplausos”, uma vez que agiu de modo a “restabelecer a ordem”.¹⁶⁴

No dia da votação, os udenistas reclamaram de ilegalidades e coações dos seus adversários. A propaganda do candidato pessedista fora colocada em locais próximos às seções eleitorais. Com o beneplácito da força policial, cabos eleitorais do partido situacionista, muitos deles com cargos em nível estadual e municipal, posicionavam-se próximos aos locais de votação, arrancando dos eleitores cédulas da UDN e substituindo-as por cédulas pessedistas.¹⁶⁵ Em Criciúma, o pessedista Edésio Faraco desfechou três tiros em seção eleitoral, ferindo levemente dois eleitores udenistas.¹⁶⁶

¹⁶³ Como a polícia tratou o povo. *Diário da Tarde*, 17 jan. 1947.

¹⁶⁴ Rosetando. *O Estado*. Florianópolis, 18 jan. 1947; Que o povo veja. *O Estado*. Florianópolis, 19 jan. 1947.

¹⁶⁵ No município de Bom Retiro, a 12ª e a 16ª seções eleitorais permaneceram “engalanadas com fotografias do candidato pessedista”, sob “as vistas complacentes de um cabo e um praça ali chegados com o fim preconcebido de amedrontar os eleitores”. O “juiz preparador” de Ituporanga, “abusando da autoridade do seu cargo” ameaçou eleitores e arrancou-lhes das mãos as cédulas udenistas. Fonte: Espetáculos lastimáveis. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 22 jan. 1947.

O resultado das eleições mais uma vez favoreceu os pessedistas. Para o governo, Aderbal obteve 51,3% dos votos, contra 43,1% de Irineu Bornhausen. Para o Senado Federal, o partido situacionista também elegeu seus dois candidatos, Francisco Benjamin Gallotti e Lúcio Corrêa, com 50% e 49,8% dos votos, respectivamente, deixando para trás Adolfo Konder e João Bayer Filho, com 40,1% e 40% dos eleitores. O partido do vice-presidente da República também conseguiu folgada maioria parlamentar. Das 37 cadeiras disponíveis na Assembleia Legislativa, o PSD ficou com 21. A UDN com 13. O PTB com 2. E o PRP com 1. Os comunistas não conseguiram eleger nenhum representante.¹⁶⁷

Encerrado o pleito e com a apuração indicando a vitória pessedista em Santa Catarina, volta à tona a suposta “aliança secreta” entre UDN e PCB. O acordo entre os partidos teria como prova um telegrama de Irineu Bornhausen a Luiz Carlos Prestes, publicado no jornal *Tribuna Popular*, periódico ligado ao Partido Comunista, situado na capital federal, no dia 22 de janeiro. A *Gazeta* transcreveu o conteúdo publicado no jornal carioca:

O Sr. Irineu Bornhausen, candidato da UDN ao governo de Santa Catarina e que conta com o apoio do Partido Comunista do Brasil naquele estado, endereçou ao Sr. Luiz Carlos Prestes o seguinte telegrama: “Agradecendo as saudações e votos pela vitória de minha candidatura formulada pelo PCB, aproveito a oportunidade para ressaltar que a orientação da campanha neste estado norteou-se pelo objetivo de concorrer para a efetivação do verdadeiro regime democrático, ainda não atingido em sua plenitude em nosso país. Saudações (a.) Irineu Bornhausen”.¹⁶⁸

Nos dias seguintes, os órgãos pessedistas trataram de explorar o diálogo entre o candidato udenista e o líder do PCB. O jornal *O Estado* relacionava a aproximação entre udenistas e comunistas para explicar as táticas eleitorais dos opositoristas. De acordo com o periódico, a UDN, nos últimos dias de campanha, procurou pautar seu noticiário com

Em Garopaba, o “coletor estadual”, o “intendente-exator” e o “estafeta do Correio” estavam em franca atividade a pouco mais de cem metros das seções eleitorais. Eles “arrancavam cédulas da UDN das mãos dos eleitores e as substituíam pelas do PSD”. Fonte: Em Garopaba. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 22 jan. 1947.

¹⁶⁶ “Quando os eleitores de Criciúma se encontravam a exercer o direito de voto, na seção instalada no Grupo Escolar, o indivíduo Edésio Faraco, anteriormente preso por vários agressões e que presentemente se achava solto por ‘sursis’, desfechou 3 tiros de revólver diante daquele estabelecimento, ferindo a dois eleitores udenistas”. Truculências pessedistas. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 22 jan. 1947.

¹⁶⁷ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resenha eleitoral: nova série*. Florianópolis: TRESC, 2001.

¹⁶⁸ Trecho transcrito do jornal *Tribuna Popular* e publicado em *A Gazeta*. Fonte: Irineu Bornhausen à Prestes. *A Gazeta*. Florianópolis, 23 jan. 1947.

denúncias de violências e campanha irregular protagonizadas por membros do PSD. Já os veículos situacionistas silenciaram os episódios de agressão cometidos por udenistas contra seus correligionários, bem como os “flagrantes abusos de funcionários públicos ligados à UDN”. Isso porque, para o PSD, o embate eleitoral realizar-se-ia “em torno dos programas” e “acima das questões pessoais”. Os udenistas, entretanto, optaram por outra pauta jornalística e outro estilo de campanha política, os quais, com a descoberta do “conluio UDN-PCB”, teriam ficado mais claros. A UDN estendera “a mão ao comunismo” e fora por ele influenciada “no desencadeamento de ódios, para levar ao espírito da família catarinense a impressão de um ambiente de anarquia e insegurança.” Por fim, o jornal apelava ao nacionalismo para se contrapor àqueles que faziam, “nas trevas, acordos secretos com os inimigos do Brasil, prontos a pegarem em armas contra sua própria pátria para servirem aos apetites internacionalistas da Rússia.”¹⁶⁹

A aliança foi explorada em *A Gazeta* como uma “traição à família cristã catarinense”. E a prova da referida conspiração estava no mapeamento posterior dos votos para a legenda comunista. Segundo o jornal, na 4ª seção da 12ª Zona Eleitoral, a chapa de deputados pessedistas vencera por 4 votos. Entretanto, Irineu fizera 48 votos a mais do que Aderbal Ramos. Ainda segundo o periódico, naquela seção teriam votado 47 comunistas.¹⁷⁰ O cálculo era simples. O eleitor, naquelas eleições, votaria com cinco cédulas, colocadas em uma sobrecarta entregue pela Justiça Eleitoral. Não havia, ainda, uma cédula única e oficial. O eleitor levava para o local de votação as cédulas de seus candidatos – isso explica a indignação dos udenistas ao denunciar que funcionários públicos ligados ao PSD estariam retirando e rasgando das mãos de eleitores as cédulas opositoras. Neste contexto, para apurar em quem os comunistas teriam votado para governador, os partidos fiscalizavam as sobrecartas que contivessem votos para os candidatos do PCB a deputado estadual e observavam em qual candidato a governador o suposto militante vermelho teria votado. Deduzia-se ser comunista, portanto, aquele que votasse em candidato do PCB – o que não era necessariamente verdade. Por conseguinte, a coincidência de cédulas de candidatos comunistas e de Irineu Bornhausen em uma mesma sobrecarta referendária o acordo secreto entre a UDN local e Prestes.

¹⁶⁹ Contra o povo e contra a pátria. *O Estado*. Florianópolis, 24 jan. 1947.

¹⁷⁰ A aliança secreta entre a UDN e os comunistas foi uma traição à família cristã catarinense. *A Gazeta*. Florianópolis, 23 jan. 1947.

No bairro Saco Grande, a legenda udenista para deputado estadual somara 35 votos. Os “moscovitas” fizeram 12. A votação de Irineu Bornhausen no bairro fora a soma das duas legendas, 47. No Grupo Escolar Silveira de Souza, 5ª seção da 12ª Zona, houve também coincidência. A legenda udenista alcançara 117 sufrágios e a comunista 37. Irineu, na mesma seção, obtivera 154 votos.¹⁷¹ Em Rerituba, denunciava o órgão situacionista, a UDN obtivera 89 votos e o PCB 12. Houve ainda um voto anulado por conter dois nomes para deputado. A votação do candidato udenista ao governo foi 103, a soma exata das legendas mais o voto anulado.¹⁷²

O telegrama de Irineu a Prestes, associado às coincidências de votos comunistas para deputado e udenista para governador, seriam a prova cabal da “maquiavélica aliança, tipo abraço de tamanduá, da UDN com o PCB, urdida e objetivada nas trevas, num satânico esforço de mutuamente se iludirem e se traírem para levar na enxurrada dessa traição a honra, a dignidade e a consciência do eleitorado cristão”. Os eleitores, “surdos aos alertas diários” do periódico situacionista, protestavam tardiamente “contra o dolo político de que foram vítimas, e que os levou a contaminarem sua consciência católica com o iodo vermelho de Moscou”.¹⁷³

O jornal udenista retrucava as acusações adversárias. As últimas reportagens publicadas nos periódicos pessedistas tinham como objetivo gerar “confusão entre o povo”, sobretudo, nos “católicos desprevenidos”. Afinal, se a coincidência de sufrágios em candidatos comunistas e no candidato udenista significava um pacto entre os partidos, como os pessedistas explicariam os 36 votos comunistas que foram para Aderbal Ramos da Silva na 13ª Zona Eleitoral?¹⁷⁴ Os comunistas, explicava o jornal, ao contrário do PRP, que apostara na candidatura fracassada de Carlos Sada, votariam ou em branco ou em algum candidato.

Neste contexto, o periódico afirma que houve um encontro entre o secretário-geral do PCB, o catarinense Álvaro Ventura, e Nereu Ramos, para discutir o apoio comunista ao candidato do PSD. Não houve, contudo, acordo entre as partes, ficando os comunistas liberados para “sufragar um dos candidatos à governança do estado”. Isso explicaria

¹⁷¹ Com a foice, a cruz e o martelo. *O Estado*. Florianópolis, 24 jan. 1947.

¹⁷² Cumprindo o acordo secreto. *O Estado*. Florianópolis, 25 jan. 1947.

¹⁷³ Restos de uma vergonha. *O Estado*. 25 jan. 1947.

¹⁷⁴ Argumento de dois gumes. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 25 jan. 1947.

porque, em muitas seções, houve sobrecartas com a chapa comunista e Aderbal Ramos da Silva. Se a maioria comunista preferiu, no entanto, a UDN, foi porque pesou “o esplêndido programa-plataforma do sr. Irineu Bornhausen”. O único acordo feito pelo candidato fora com o “eleitorado livre catarinense: o do cumprimento do programa”. Qualquer outra acusação nada mais seria que “exploração torpe para afastar os católicos de um homem que pertence à sua religião”. Ao final, fazia uma espécie de defesa do comunismo, afirmando ser a doutrina vermelha menos nociva ao catolicismo do que os anticlericais, presentes na chapa pessedista: “Os católicos sabem quais são os inimigos da sua religião e hoje já temem menos os comunistas do que os anticlericais, que figuram na chapa pessedista a elevados postos eletivos.”¹⁷⁵

Baseado nas acusações pessedistas e na defesa do jornal da UDN, é possível perceber a importância dada pelos partidos à participação da Igreja no pleito. A associação de qualquer agremiação ao comunismo seria o ponto de inflexão para a perda do apoio do eleitorado católico. Por isso, a necessidade do documento de um clérigo atestando que Irineu Bornhausen era católico praticante. Pelo mesmo motivo, a publicação de textos negando o suposto acordo secreto entre UDN e PCB. O discurso anticomunista vinha, assim, combinado com apelos nacionalistas e clericais. Vale dizer, entretanto, que a UDN, apesar de negar o acordo entre os partidos, não refutou a existência do telegrama de Irineu a Prestes.

Em fevereiro de 1947, pouco mais de um mês após o pleito, a UDN disparava contra seus rivais, retomando as denúncias de aproximação com o Partido Comunista. Segundo o jornal, o PSD estaria espalhando boletins pelo interior do estado sobre o telegrama de Irineu ao líder comunista. Pela primeira vez, então, o veículo oposicionista confirma o diálogo, garantindo ser apenas “a simples cortesia entre um candidato e um chefe de partido que o cumprimenta”. Nereu Ramos, de forma similar, retrucava os udenistas, deixou-se fotografar ao lado do líder vermelho em “amistosa palestra”. A questão não seria, portanto, o encontro ou os eventuais diálogos entre líderes partidários. O ponto crucial era que o PSD, paradoxalmente, distribuía boletins no interior do estado acusando a UDN de aproximar-se do PCB enquanto que, na capital, alguns de seus

¹⁷⁵ Nós e o comunismo. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 24 jan. 1947.

principais líderes, como Aderbal Ramos da Silva, Jairo Callado e Udo Deeke, subscreviam “importâncias para o órgão comunista a vir à luz”.

Ou seja, o PSD quis, no pleito passado, o voto dos comunistas – demonstrado pelo encontro entre Nereu Ramos e Álvaro Ventura – e o quer para a eleição municipal vindoura. A diferença dos votos comunistas em favor de Irineu, continuavam os udenistas, foi de cerca de 200 votos, o que prova que o PCB votou dividido naquelas eleições. E, questionavam, se o PSD é tão anticomunista como prega nos boletins distribuídos no interior, por que “os perseguidos, os atropelados pela facciosidade policial, as professoras transferidas, os funcionários dispensados, os atarrachados pela política dominante foram apenas os udenistas? Por que nenhum comunista sofreu o castigo que os udenistas vêm sofrendo?”. E, prontamente, respondiam: “Porque o Sr. Aderbal Ramos quer contar com o apoio deles nas próximas eleições municipais.”¹⁷⁶

A reportagem acima coloca alguns elementos que merecem melhor apreciação. Afinal, a simples análise do desempenho da legenda nas eleições de 1945 e no pleito de janeiro de 1947 sugere um partido com pouca representatividade em Santa Catarina. Como foi visto anteriormente, em 1945, o PCB catarinense, tanto para a Presidência da República quanto para o Senado e para a Câmara Federal, fez não mais do que 0,9% dos votos. Em 1947, a legenda, em sua chapa para a Assembleia Legislativa, obteve 2.544 votos, totalizando 1,3% do eleitorado catarinense.¹⁷⁷ Ou seja, em um diagnóstico puramente estatístico, o PCB catarinense não seria uma força política relevante a ponto de merecer a atenção dos dois maiores partidos do estado. Portanto, as denúncias de aproximação dos partidos aos membros comunistas poderiam ser consideradas como mera retórica eleitoral com o fito de desestabilizar o prestígio do candidato adversário junto ao eleitorado católico. Todavia, não é isso o que a análise atenta das fontes indica.

De fato, os números absolutos do PCB em Santa Catarina não impressionam. Ao contrário, ficam muito aquém da média nacional do partido. O candidato a Presidência da República, Yedo Fiúza, recebeu, em 1945, cerca de 10% da preferência dos eleitores brasileiros, sendo o mais votado em cidades com forte presença operária, como Santos, onde obteve 42% dos votos. Os comunistas lograram ainda importante vitória elegendando 15

¹⁷⁶ A hipocrisia (sic) de um boletim. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 25 fev. 1947.

¹⁷⁷ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resenha eleitoral: nova série*. Florianópolis: TRESA, 2001.

deputados para a Assembleia Nacional Constituinte, sendo 9 operários.¹⁷⁸ Em 1947, o PCB foi fundamental para a vitória de Adhemar de Barros ao governo do estado de São Paulo. O candidato do PSP obteve votação maciça em cidades com grande número de trabalhadores urbanos, áreas de forte influência comunista, como a capital e o ABC paulista.¹⁷⁹ Ademais, o PCB obteve 800 mil votos em todo o Brasil, elegendo 46 deputados estaduais em 16 estados. Em São Paulo, conseguiu 11 vagas para a Assembleia Legislativa. No Rio de Janeiro, das 50 cadeiras da Câmara, o partido ocupou 18.¹⁸⁰

Fica evidente, portanto, que o poder de mobilização popular dos comunistas em Santa Catarina, principalmente se comparado com o exemplo paulista, é claramente inferior. Isso não significa, no entanto, que se possa afirmar que o eleitor catarinense tinha um “perfil conservador”.¹⁸¹ O cruzamento de informações sobre a campanha política com alguns dados eleitorais indica contingências no pleito que os números finais, amplamente favoráveis ao PSD, ajudam a obscurecer.

Se a legenda comunista obteve apenas 2.544 votos para a Assembleia Legislativa, ou 1,3%, 1.192 destes, ou seja 46,8%, foram obtidos apenas em Florianópolis. Em outras palavras, quase metade da votação comunista em Santa Catarina foi obtida na capital. Ainda em termos quantitativos, a chapa de deputados comunistas conseguiu, em Florianópolis, a terceira maior votação, ficando atrás apenas de UDN e PSD, com 5,8% dos eleitores (290 votos) da 12ª Zona Eleitoral e 10,3% (902) votos da 13ª ZE. O PTB, reconhecido nos trabalhos de história política de Santa Catarina como “fiel da balança”, capaz de decidir a eleição em favor de um dos grandes partidos, ficou apenas com a quarta votação parlamentar na capital, alcançando 3,6% (183 votos) e 6,6% (580 votos), na 12ª e 13ª zonas eleitorais, respectivamente.¹⁸² Os comunistas, especialmente na 13ª Zona eleitoral,

¹⁷⁸ SILVA, Fernando Teixeira da; NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. (org.). *História do Brasil Republicano*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 47-96.

¹⁷⁹ FRENCH, John D. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo/São Caetano do Sul: Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995. p. 203, 204.

¹⁸⁰ MARTINS, Celso. *Os comunas: Álvaro Ventura e o PCB catarinense*. Florianópolis: Paralelo 27; Fundação Franklin Cascaes, 1995. p. 175.

¹⁸¹ CARREIRÃO, Yan de Souza. *Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-79)*. Florianópolis, 1988. 278 f. Dissertação (mestrado em Sociologia) –, Centro de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Santa Catarina. p. 124.

¹⁸² Apuração final do pleito de 19/01/1947 e renovação de 30/03/1947 – Senado, governo, deputado federal e estadual. Nº de eleitores, nº de votos por partido e candidato. *Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina*. Doc.14. Arquivo do TRE-SC.

conquistaram, portanto, um percentual similar ao seu desempenho nacional nas eleições presidenciais de 1945. E mais, disputaram a condição de terceira força política com os trabalhistas.

Ou seja, apesar de auferir um desempenho abaixo de cidades com grande densidade operária do sudeste do país, os comunistas tiveram uma votação em Florianópolis que os tornava uma força a ser considerada. Nesta perspectiva, as denúncias de diálogos entre Nereu Ramos e Álvaro Ventura ou da troca de telegramas entre Irineu Bornhausen e Carlos Prestes não era mera retórica anticomunista. Tanto UDN quanto PSD sabiam dos riscos que o apoio comunista poderia acarretar, principalmente junto ao eleitorado católico. Todavia, ambos optaram por estabelecer conversas e negociar o apoio, ainda que tácito. Em suma, os partidos não tinham como saber qual seria a votação dos comunistas e seu impacto naquela eleição de janeiro, mas poderiam fazer suposições com base no pleito de 1945 e na conjuntura política local. A opção pelo diálogo e, em seguida, os resultados das eleições, confirmam que o PCB merecia um olhar atento por parte dos grandes partidos.

Ao observar a votação das legendas por município, percebe-se que o PCB era fraco no interior de Santa Catarina, mas tinha certa expressividade na capital. Isto sugere, por conseguinte, que o partido, da mesma forma como ocorria em outras regiões do país, tinha maior influência sobre o eleitorado urbano. Com base nestas digressões e trazendo para a análise a votação dos candidatos a governador por seção eleitoral, é possível perceber elementos que tornam mais complexas as relações políticas no limiar da democratização.

Se considerarmos somente as seções eleitorais na área central da cidade, próximas aos morros e no continente, regiões onde morava a maioria dos trabalhadores urbanos – excluindo, portanto, seções localizadas em distritos caracterizados pela atividade rural –, perceberemos que os resultados foram animadores para a UDN. Na 12ª Zona Eleitoral, as sete primeiras seções ficavam ou na região central ou próximo a morros, como era o caso da 4ª seção, no Morro da Malária, e da 7ª, no Abrigo de Menores, próximo à subida do Morro do 25. Contabilizando apenas os votos dessas sete seções, o candidato udenista venceu por uma margem de 108 votos.¹⁸³ Na 13ª Zona Eleitoral, das 39 seções, as 23 primeiras localizavam-se na região central. Nestas, Irineu Bornhausen venceu por uma

¹⁸³ Somando os votos da 8ª até a 24ª seção, o candidato do PSD consegue 1.947 votos contra 1.265 do candidato udenista, totalizando uma diferença de 682 votos em favor de Aderbal Ramos da Silva.

diferença de 372 votos. Nas urnas localizadas no continente, da 27ª à 38ª seção eleitoral, a diferença em favor do candidato udenista foi de 310 sufrágios.¹⁸⁴ Por outro lado, a legenda pessedista para deputado estadual foi a mais votada na cidade, perfazendo um total de 6.255 votos, contra 4.966 da UDN. O partido situacionista venceu em ambas as zonas eleitorais da capital, inclusive na 13ª, com maior número de eleitores e onde Irineu obteve vantagem significativa na maioria das seções.¹⁸⁵

A análise da distribuição geográfica dos votos no pleito de janeiro de 1947 ajudamos a compreender melhor os efeitos das campanhas eleitorais e os desempenhos partidários. Na 12ª Zona Eleitoral, o PSD obteve, para deputado estadual, uma votação superior à soma das demais legendas (2.536 contra 2.290 de UDN, PCB, PTB e PRP). Das 24 seções que fazem parte desta zona eleitoral, apenas as 7 primeiras ficavam em áreas próximas a morros ou ao centro da cidade. As demais se localizavam em regiões de atividade predominantemente rural. Já na 13ª ZE, a distribuição geográfica das seções se inverte. Das 39 seções, 34 estão localizadas na região central da cidade, próxima aos morros ou no continente. Os resultados da 13ª ZE mostram um equilíbrio muito maior entre os partidos. A UDN perde para o PSD por uma diferença de 526 votos. No entanto, se somados aos votos udenistas os das demais legendas – como feito na 12ª ZE – chegaremos a uma diferença de 1.044 votos (4.763 contra 3.719 do PSD).

Pode-se concluir, portanto, que, primeiramente, o predomínio pessedista é claramente maior nas regiões onde há predominância das atividades rurais – nos distritos localizados no interior da Ilha – e que compreendem, principalmente, a 12ª ZE. Nas seções da 13ª ZE, onde votam a maioria dos trabalhadores urbanos, há um equilíbrio na votação das duas maiores agremiações e um resultado expressivo das legendas declaradamente populares – comunistas e trabalhistas alcançaram juntos 16,9% do eleitorado –, especialmente o PCB. Desse modo, longe de indicar um “forte predomínio eleitoral” pessedista, as eleições de janeiro de 1947 demonstraram que a capital de Santa Catarina era um campo de disputa sem uma facção hegemônica. Os trabalhadores urbanos, neste quadro, aparecem como interlocutores privilegiados e decisivos nos resultados eleitorais. Surgiam

¹⁸⁴ Resultado conhecido de Florianópolis. *A Gazeta*. Florianópolis, 25 jan. 1947; As eleições do dia 19. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 27 jan. 1947.

¹⁸⁵ Apuração final do pleito de 19/01/1947 e renovação de 30/03/1947 – Senado, governo, deputado federal e estadual. Nº de eleitores, nº de votos por partido e candidato. *Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina*. Doc.14. Arquivo do TRE-SC.

indícios de que os trabalhadores seriam cada vez mais decisivos. E a votação de Irineu Bornhausen em muitas seções da capital demonstrava isso.

O candidato udenista, de forma mais clara e objetiva do que seu adversário, formulou uma plataforma de campanha francamente favorável aos trabalhadores. Como foi visto em páginas anteriores, os oposicionistas orientaram-se discursivamente à esquerda, defenderam o direito de greve, disputaram o eleitorado trabalhista e denunciaram intervenções da polícia e do ministério do trabalho em reuniões sindicais. Se o resultado não foi o esperado, afinal o PSD venceu as eleições estaduais, os números da capital do estado demonstraram que a aproximação das demandas populares dera resultado.

A UDN, atualmente lembrada como “elitista” e “golpista”, não tinha ainda as mesmas configurações dos anos 1950. A legenda, declaradamente antigetulista, naquelas primeiras eleições, buscava solidificar sua base de apoio. A oposição ao “estadonovismo” mostrava-se útil por reunir grupos heterogêneos.¹⁸⁶ A querela envolvendo Otávio Mangabeira e Virgílio de Melo e Franco quando do acordo interpartidário em apoio ao governo Dutra, em 1946, ajuda a esclarecer as múltiplas faces do partido. Para este, a UDN deveria aproximar-se das forças progressistas e estabelecer-se como oposição ao governo Dutra, num posicionamento de oposição ao regime recém-findo, do qual o presidente eleito representaria a continuidade. O baiano Otávio Mangabeira acreditava, por sua vez, que as rivalidades entre udenistas e pessedistas poderiam ser colocadas de lado para preservar o poder dos grupos dominantes diante de um proletariado cada vez mais organizado e do risco de uma “erupção social”, tendo em Vargas seu catalisador. Segundo Benevides, não seria apenas oposição à figura de Getúlio, mas às reformas sociais, econômicas e ao aumento da participação política que ele, e não Dutra, poderia representar.¹⁸⁷

Com relação à aproximação da UDN catarinense ao PCB, esta não pode ser considerada um fenômeno *sui generis*. Em que pese a orientação “elitista” do diretório regional, formado por grupos oligárquicos destronados em 1930, o “partido do lenço branco” procurou o apoio dos mais diferentes setores para reconquistar o poder.

¹⁸⁶ De acordo com Benevides, Maurício Lacerda, representante das esquerdas, Oswaldo Aranha e o gaúcho Raul Pilla juntavam-se a partir deste discurso comum. A autora afirma que a composição inicial da UDN corresponde a cinco principais grupos: as oligarquias destronadas com a “Revolução de 1930”; antigos aliados de Getúlio marginalizados do poder depois de 1930 ou em 1937; integrantes do Estado Novo que se afastaram antes de 1945; grupos liberais com identificação regional; e as esquerdas. BENEVIDES, Maria Victória. Op. cit. p. 26-29.

¹⁸⁷ BENEVIDES, Maria Victória. Op. cit. p. 218, 219.

Reconhecer determinadas reivindicações populares e estender a mão aos trabalhadores e militantes comunistas, sobretudo durante a campanha política, era algo que o partido, naquele momento, não teve vergonha de fazer.

Na Bahia, o próprio Otávio Mangabeira, anticomunista declarado¹⁸⁸, arditamente costurou o apoio do PCB durante sua campanha para o governo do estado, em janeiro de 1947. Ao isolar Medeiros Neto do PTB, o político, através de ampla coligação, venceu a eleição comprometendo-se a governar para os trabalhadores. Carlos Marighella – muito mais lembrado posteriormente por sua luta contra a ditadura militar –, no ato público de encerramento da campanha do PCB, reafirmou o apoio da legenda ao candidato udenista e à sua chapa ao Senado: “Não obstante serem eles velhos políticos, estão evoluindo, não tendo receio de aparecer junto aos comunistas por saber ser impossível governar sem o apoio do povo.”¹⁸⁹ O apoio dos comunistas à Mangabeira veio seguido do rompimento após o pleito. O governador eleito, ao contrário do que imaginava Marighella, fez um governo de coalizão com os setores de centro-direita. No entanto, como alertara o deputado comunista, o político compreendeu que não poderia se eximir do contato com as classes populares baianas. Em diálogo direto entre povo e governo, não haveria “pessoa na Bahia, ainda que seja um mendigo, que, desejando falar pessoalmente ao governador atual, não o consiga.”¹⁹⁰

Ainda hoje, o posicionamento do PCB catarinense naquelas eleições gera controvérsias. Parece claro, a partir da confirmação da troca de telegramas entre Irineu e Prestes, que o comando central do partido orientara o voto no candidato udenista. No entanto, nas memórias de militantes comunistas há depoimentos contraditórios. Álvaro Ventura, secretário-geral do PCB, lembra que o Comitê Central determinou averiguar qual era o candidato mais popular e, apesar de alguns correligionários apoiarem Irineu

¹⁸⁸ Durante a Constituinte, em 21 de março de 1946, Mangabeira travou uma discussão com Prestes sobre o apoio dos comunistas a Getúlio Vargas em 1945. Dizia o deputado baiano: “Durante a campanha democrática que fizemos na praça pública, sem medir esforços ou consequências, enfrentando a ditadura, V. Exa. nos abandonou, desprezando a causa democrática para fortalecer a ditadura, que era precisamente a reação”. E Prestes assim respondeu: “Havia, entre o Partido Comunista e a UDN algo que os separava profundamente. [...] Éramos contra as tendências golpistas de V. Exas.” Fonte: ANAIS DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE. Rio de Janeiro, 21 mar. 1946. Apud: SOUZA, Mayara Paiva de. *O que não devia ser esquecido: a anistia e os usos do passado na Constituinte de 1946*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Goiás, 2010. p. 116.

¹⁸⁹ NEGRO, Antonio. Luigi. *No Caminho da Areia. Política, Coexistência e Conflito em Salvador (1945-1949)*. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*. Rio de Janeiro, 2011.

¹⁹⁰ *Diário de Notícias*, 8/11/48. Apud: NEGRO, Antonio. Luigi. Op. cit.

Bornhausen, os comunistas votaram no PSD. Mario Bastos, importante líder do partido na região de Florianópolis, no entanto, afirma que os comunistas não apoiaram ninguém. Segundo ele, Ventura era mais ligado a Aderbal Ramos da Silva, mas a orientação geral era de apoio ao candidato udenista. Contudo, “não houve compromisso por parte dos comunistas locais com Irineu”.¹⁹¹ Cancelier, por sua vez, assevera que os militantes rebelaram-se contra a orientação central e apoiaram Aderbal Ramos da Silva. Em troca, ganharam uma máquina tipográfica para sua imprensa.¹⁹²

Através da análise da campanha dos dois candidatos, suas estratégias políticas e construção dos discursos, fica evidente que o candidato udenista procurou, de forma mais enfática, afiançar as demandas populares. Ao observarmos, na capital, a vitória de Irineu Bornhausen na maior parte das seções onde votavam os trabalhadores urbanos, podemos concluir que a estratégia foi bem sucedida e orientou a pauta das eleições seguintes. Em decorrência, podemos supor que os comunistas, embora não tenham votado “fechados” em um candidato, apoiaram, em sua maioria, o concorrente oposicionista.

O artigo publicado no periódico udenista após o pleito, citado em páginas anteriores, traz algumas informações relevantes sobre o PCB catarinense. O responsável pelo texto afirmava que o PSD estaria distribuindo boletins no interior do estado com o telegrama de Irineu Bornhausen a Prestes. Enquanto isso, contraditoriamente, alguns notórios próceres pessedistas subscreviam valores para a criação de um órgão de imprensa comunista na capital. Ademais, questionava, por que os militantes vermelhos não foram “atarrachados pela política dominante”, como o foram os partidários da UDN? E a explicação, dizia o udenista, estava na busca pelo apoio para as eleições municipais vindouras.

De fato, ao analisarmos detalhadamente as campanhas e a votação do PCB em Florianópolis, é possível montar uma caricatura da atuação do partido bem diferente daquela inspirada exclusivamente na análise dos números estaduais. A legenda saía das eleições não como o partido que auferiu míseros 1,3% dos votos no estado, mas como uma força política importante na capital. Não é, portanto, de se estranhar que líderes pessedistas buscassem aproximação visando as eleições municipais subsequentes. Tampouco é

¹⁹¹ MARTINS, Celso. Op. cit. p. 178.

¹⁹² CANCELIER, Luis Carlos. 25 anos do PCB: II – O PCB se estrutura na legalidade. *O Estado*. Florianópolis, 30 mar. 1982. Apud. ARAUJO, Maria Fernanda. Op. cit. p. 92.

contraditória a campanha anticomunista no interior, afinal, o desempenho do partido concentrava-se nas áreas de maior urbanização.

Em suma, as eleições de janeiro deixaram algumas lições. O PSD foi o grande vitorioso do pleito. Conquistou o executivo estadual, elegeu seus dois senadores e a maior bancada parlamentar. No entanto, a campanha udenista surtira efeito, especialmente na capital. Os partidos miravam, então, as eleições municipais de novembro, quando os trabalhadores seriam, cada vez mais, protagonistas.

1.5“Homens de cor” e trãnsfugas comunistas: a eleição de novembro de 1947

A cassação do registro do PCB, em maio de 1947, foi um duro golpe nas pretensões eleitorais do partido. Desde os últimos momentos do Estado Novo, o Comitê Central adotara o lema da “união nacional”, dispondo-se a entrar no jogo democrático sem radicalismos. Era a posição de uma cúpula partidária sem discursos inflamados ou revolucionários. Para os comunistas, a redemocratização era o momento de se consolidar no espaço político nacional. Foi nesta perspectiva que o partido adotou o lema da “Constituinte com Getúlio”, em 1945, e manteve, até 1946, uma postura moderada, pró-Dutra e em defesa das indústrias nacionais.¹⁹³ A partir daquele ano, em muito devido às pressões do movimento operário organizado¹⁹⁴, passou a adotar, ainda que de forma cautelosa, uma atitude mais combativa.¹⁹⁵ Entre as razões que levaram à cassação, de acordo com Daniel Aarão Reis, estava o já pesado ambiente da Guerra Fria, o “antidemocratismo básico dos

¹⁹³ SILVA, Fernando Teixeira da; NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. (org.). *História do Brasil Republicano*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹⁹⁴ Segundo John French, as greves entre 23 de janeiro e 15 de março de 1946 envolveram “talvez 100.000 operários na região metropolitana de São Paulo. No ABC, pelo menos 10.000 operários, a quinta parte da mão-de-obra total, aderiu a esse surto de militância industrial”. Para o autor, a onda de greves estava relacionada “ao novo mecanismo de negociação coletiva patrocinado pelo Estado, o dissídio coletivo, implementado pela primeira vez em 1945-46.” O dissídio coletivo foi instituído pela CLT em 1943. Em setembro daquele ano, Vargas o suspendeu para evitar “perturbações em áreas da produção essenciais à segurança nacional.” Só em 1945 (134 dissídios) e especialmente em 1946 (420) o dissídio se tornou relativamente comum. Depois, voltou a decair como parte da ação anti-operária do governo Dutra em fins da década de 1940. FRENCH, John. op. cit. p. 151-159.

¹⁹⁵ De acordo com Daniel Aarão Reis, a III Conferência Nacional do PCB, realizada em julho de 1946, recomendava o recurso a “formas de luta cada vez mais vigorosas, mas legais”. Citado em: REIS, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista do Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. (org.). *História do marxismo no Brasil*. Vol. 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 102.

liberais brasileiros”, o “visceral anticomunismo das elites bem pensantes, intoxicadas pelas próprias campanhas caluniosas” e o “medo de um crescimento ainda mais acentuado dos comunistas num futuro próximo”.¹⁹⁶

O apoio à cassação do registro do PCB, entretanto, não foi unânime. Havia um complexo e multifacetado conjunto de posições e justificativas, tanto com relação à cassação do registro do partido, em 1947, quanto à dos mandatos parlamentares, em janeiro de 1948. Na UDN, Juraci Magalhães era “o mais veemente partidário da cassação dos mandatos”. Por outro lado, Afonso Arinos, da UDN mineira, Hamilton Nogueira, do Rio de Janeiro, e o baiano Otávio Mangabeira eram contra. Um dos argumentos era que a existência do PCB era uma exigência liberal e sua cassação colocava em risco a sobrevivência de outros partidos. Ademais, seria mais fácil controlar os comunistas na legalidade.¹⁹⁷ Esta posição foi reforçada pelos jornais *Correio da Manhã* e *O Estado de São Paulo*, os quais afirmavam que a cassação da legenda e dos mandatos feria as regras constitucionais. Todavia, outros quatro jornais de circulação nacional – *Diário de São Paulo*, *Folha da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *O Globo* – apoiaram as ações governamentais e assumiram a campanha anticomunista.¹⁹⁸

Além da cassação do registro do PCB e dos mandatos dos comunistas, o governo Dutra notabilizou-se pela oposição – ou mesmo perseguição – sistemática aos movimentos operários. Através do decreto 23.406, do mesmo dia da cassação da legenda, era fechada a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB). No final de julho de 1947, 170 sindicatos representando 300.000 trabalhadores tinham sofrido intervenção. Em outubro, sob pressão do executivo, foi aprovado no Congresso Nacional o decreto que permitia a demissão de funcionários públicos suspeitos de pertencer ao PCB. Em São Paulo, os parlamentares comunistas denunciavam a violência policial nos comícios contra o fechamento da legenda.¹⁹⁹ Enquanto isso, Dutra usava a Constituição de 1946, que permitia ao presidente da República depor governadores dos estados, para pressionar Adhemar de Barros a aliar-se ao PSD, usar a polícia para invadir as sedes comunistas e realizar

¹⁹⁶ Ibid. p. 80.

¹⁹⁷ BENEVIDES, Maria Victória. Op. cit. p. 65-67.

¹⁹⁸ SILVA, Heber Ricardo. A democracia ameaçada: repressão política e a cassação do PCB na transição democrática brasileira (1945-1948). *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo do Estado de São Paulo*. nº 39. São Paulo, 2009.

¹⁹⁹ AFONSO, Eduardo J. Revolução, democracia e legalidade: a cassação dos comunistas na Assembleia Legislativa de São Paulo (1947/1948). *Projeto História*. São Paulo, nº 33, dez. 2006. p. 291.

intervenções, levadas a cabo pelo Departamento Estadual do Trabalho, que depôs dirigentes de centro-esquerda em 36 sindicatos paulistas.²⁰⁰

A cassação da legenda comunista foi comemorada pelo jornal do PSD catarinense *O Estado*. Em Laguna, a população, “numa compreensível expansão de entusiasmo patriótico”, rumou até a sede do partido “fechando-a por conta própria”.²⁰¹ Era o início de uma intensa retórica anticomunista, que contaminaria tanto a UDN quanto o PSD, cujo ápice ocorreria nas eleições municipais de novembro. Em pouco mais de um mês e meio de campanha, as já corriqueiras denúncias de violência, subornos e coações foram mescladas às moções de repúdio aos militantes vermelhos.

Essa postura em relação aos comunistas parece ser um ponto importante de inflexão. Como explicitado no final da seção anterior, os resultados do pleito de janeiro de 1947 demonstraram certa expressividade do PCB em Florianópolis. Entretanto, apesar da orientação central de apoio ao candidato udenista, os comunistas votaram divididos. Restou ao periódico oposicionista, após os resultados eleitorais, denunciar a ajuda financeira de importantes pessedistas para a criação de um jornal do PCB na capital. Como moeda de troca havia o apoio na eleição municipal de novembro. A cassação da legenda, em maio, e a tramitação do projeto do senador Ivo d’Aquino (PSD-SC), que cassaria os mandatos comunistas, alterou as estratégias partidárias e colocou o anticomunismo como ponto central de campanha.

O jornal *O Estado*, em outubro, estabelecia a diferença entre UDN e PSD: “enquanto a quase totalidade dos representantes pessedistas apoia a cassação dos mandatos comunistas, a quase totalidade dos parlamentares udenistas manifesta-se a favor dos vermelhos de Moscou”.²⁰² Discretamente e em forma de versos, o *Diário da Tarde* respondeu acusando o PSD de possuir, em sua chapa para vereança da capital, dois batistas, dois integralistas e dois “vermelhos”. Contudo, nos versos, escritos sob o pseudônimo de “Pedro, o Crú”, havia a menção a José Ribeiro, candidato a vereador pelo PSD e presidente da *Sociedade Recreativa Brinca Quem Pode*. Após mencionar as diversas cores que comporiam o “arco-íris” da chapa pessedista, o “poeta” assim finalizava:

²⁰⁰ FRENCH, John. Op. cit. p. 213.

²⁰¹ RENGEL, Simone. Discurso católico e campanha anticomunista no *Diário da Tarde* e *O Estado* na curta legalidade do PCB (1945-1947). *Tempos acadêmicos*. v. 1. n° 1. Criciúma: Revista da Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2003.

²⁰² *O Estado*. Florianópolis, 01 out. 1947.

“E o preto? Fala-me, diz-me, por quem é...”

“Então não sabes? Zé Ribeiro, o tal Bagé.”²⁰³

A rima, em outro momento, talvez passasse despercebida. No entanto, naquelas semanas anteriores ao pleito, em que a dimensão política invadia as demais esferas sociais, a frase serviu como instrumento de campanha junto aos trabalhadores negros da cidade. O jornal *O Estado*, no dia seguinte, repetiu na capa o verso do periódico udenista e dirigiu-se ao eleitorado negro:

“Homem de cor de Florianópolis! Preto que conosco vives e trabalhas! Repara como o *Diário da Tarde*, jornal da UDN, despreza um teu irmão. Lê o que aquele órgão escreveu ontem a respeito do teu amigo José Ribeiro, candidato a vereador pelo PSD.”²⁰⁴

O outro periódico pessedista, *A Gazeta*, também tratou de explorar politicamente o verso udenista. Em destaque, na última página de seu exemplar do dia 25 de outubro, comentou sobre aquilo que seria um “menosprezo da humildade”: “José Ribeiro, operário honrado e trabalhador, foi alvo das chacotas do órgão udenista, por ser um homem simples e de cor preta. Lamentamos profundamente que a paixão partidária chegue a tão repulsivos excessos”.²⁰⁵

Com o retrato de José Ribeiro, o Bagé, e a seguinte manchete: “Um negro que não se suja apertando a mão de certos brancos”, o periódico transcrevia uma carta escrita pelo candidato. Em poucas linhas, admitia ser “preto e operário” e “presidente de uma associação recreativa onde a gente de cor se diverte”. Entidade esta, segundo ele, visitada por ilustres personalidades como Aderbal Ramos da Silva, Nereu Ramos e o Cel. Lopes Vieira (ex-prefeito).²⁰⁶

Os udenistas, diante das críticas, acusaram o PSD de fazer uma política “vil e torpe”, “valendo-se da boa fé e da vaidade do candidato José Ribeiro (Bagé)”. A linha argumentativa da nota, que ganhou destaque na capa, considerava-o vítima do vale-tudo eleitoral. Pedia a Bagé um exame de consciência e que comparasse os quadros do PSD e da UDN. Veria, então, que estes “sempre foram democráticos, porque vivem com o povo e não se envergonham disso”. A chapa de vereadores udenistas, inclusive, não continha

²⁰³ Pedro, o Crú. Arco-Íris. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 23 out. 1947.

²⁰⁴ *O Estado*. Florianópolis, 24 out. 1947.

²⁰⁵ *A Gazeta*. Florianópolis, 25 out. 1947.

²⁰⁶ Um negro que não se suja apertando a mão de certos brancos. *A Gazeta*. Florianópolis, 25 out. 1947.

“medalhões” nem “proveitadores”: “são todos pessoas dignas, de situação econômica modesta”. Por isso, alertava o jornal, “estão fazendo de V. S. um instrumento de exploração e vingança política.”²⁰⁷

A forma como os periódicos, tanto da UDN quanto do PSD, trataram o tema revela algumas das preocupações dos partidos naquelas eleições municipais. Cada vez mais o apelo ao povo, à proximidade com a “gente humilde” e, no caso, “de cor”, tornava-se arma eleitoral. A partir de alguns versos destinados a criticar a chapa pessedista, em especial pela presença de comunistas, criou-se uma discussão sobre racismo e como os partidos lidavam com os trabalhadores. Nesse sentido, a resposta dada pelo *Diário da Tarde* é curiosa. O periódico udenista pugnou sua aproximação com a classe trabalhadora sem criticar o candidato a vereador pela chapa adversária. Ao contrário, o transformou em vítima de um partido maquiavélico e calculista que o estaria usando para obter dividendos eleitorais.

A reação udenista insere-se num contexto de amadurecimento paulatino das disputas políticas. As experiências eleitorais de 1945 e, sobretudo, as de janeiro de 1947 deixavam claro que era preciso interlocução com setores da sociedade até então pouco consultados. José Ribeiro, o Bagé, mostrava-se em razão da querela um forte cabo eleitoral. Além de presidente do *Brinca Quem Pode*, era técnico em mecanografia e prestava serviços para empresários como Butner e Hering. Tinha, assim, uma inserção junto aos trabalhadores urbanos da cidade tanto no ambiente de trabalho quanto no espaço de lazer.²⁰⁸ Desse modo, a candidatura à vereança de José Ribeiro oferecia ao PSD uma interlocução privilegiada junto a determinados segmentos da população que, no limiar da redemocratização, ainda eram difíceis de acessar. Talvez por isso a UDN, ao rebater as críticas, tenha optado deliberadamente por vitimizar o candidato pessedista, salientando sua proximidade com o povo enquanto atacava a sigla rival.

O partido situacionista, por sua vez, ao elaborar a crítica invocava os “homens de cor” de Florianópolis a perceber como a UDN “despreza um teu irmão”. Em seguida, usava

²⁰⁷ Não pega a exploração. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 25 out. 1947.

²⁰⁸ A *Sociedade Recreativa Brinca Quem Pode*, segundo Maria das Graças Maria, apesar de frequentada por pessoas de baixa renda, afirmava-se como um clube de elite, exigindo formalidades e trajés específicos. Nos bailes, as mulheres tinham de vestir vestidos longos e os homens ternos, ou azul marinho ou branco, e sapatos engraxados ou envernizados. Ainda de acordo com a autora, Nereu Ramos frequentou muitas vezes as noites de gala do *Brinca Quem Pode*. Fonte: MARIA, Maria das Graças. *Imagens invisíveis de Áfricas presentes: experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940)*. Florianópolis, 1997. 230 f. Dissertação (mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. p. 63, 204-209.

as lembranças da II Guerra Mundial e a política de nacionalização associando à UDN a expressão “os arianos do Sr. Konder”.²⁰⁹ O PSD trazia para o debate político do pós-guerra questões pendentes do período anterior. Quando interventor, Nereu Ramos empreendeu uma dura campanha de valorização da “nação” em oposição aos estrangeirismos presentes em Santa Catarina, sobretudo de origem germânica. Em 1938, foram fechadas 138 escolas particulares, muitas delas em cidades de colonização alemã e que lecionavam em sua língua vernácula. Procurou-se, então, justificar as dificuldades de nacionalização das populações do Vale do Itajaí – região com grande presença de alemães – com um conjunto de argumentos de natureza político-cultural envolvendo o nazismo.²¹⁰ Quase dez anos depois, a origem “ariana” de Adolfo Konder, dono do *Diário da Tarde*, era usada como arma de campanha para explorar o comentário racista com relação ao candidato a vereador na chapa pessedista.

Passado o debate “político-racial”, a artilharia voltou-se novamente para aquele que seria o principal mote de campanha: o anticomunismo. *O Estado* atacou a postura de parlamentares udenistas contrários à cassação do PCB. Afirmava que os udenistas estariam cindidos, muitos apoiando a rejeição da emenda em favor dos vermelhos. Diariamente, publicava-se pelo menos uma nota de repúdio ao comunismo e pela aprovação da emenda Ivo d’Aquino.²¹¹

²⁰⁹ “Procurando convencer seus eleitores de que o caso Bagé, por ele mesmo criado, é uma exploração, o ‘Diário da Tarde’ voltou a insultar o candidato a vereador pelo PSD, José Ribeiro, chamando-o de vaidoso e de criatura manejável. Agora o público tem a confirmação de que não foi brincadeira.” Fonte: Ainda os arianos. *A Gazeta*. Florianópolis, 28 out. 1947; O mesmo jornal, em 23 de novembro, publica um telegrama vindo de São Paulo, assinado por Olindo Paim, Alvaro Campos, José Leite Corrêa Neto, João Pimenta e Eduardo Conceição, em solidariedade a José Ribeiro: “Perante opinião pública terra catarinense, os intelectuais negros infrassinados, intermédio ‘A Gazeta’, hipotecam ao nosso irmão de raça incondicional solidariedade, protestando contra as chacotas lançadas pelo ‘Diário da Tarde’ (jornal do ariano Konder) pelo motivo da indicação da candidatura José Ribeiro a vereador pelo PSD, negando um lugar aos negros na vida política da terra onde nasceu Cruz e Souza.” Fonte: Protestos dos homens de cor. *A Gazeta*. Florianópolis, 23 nov. 1947.

²¹⁰ CAMPOS, Cynthia Machado. As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na era Vargas. In: BRANCHER, Ana. *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p. 157.

²¹¹ “Enquanto, por aqui, os udenistas perdem o tempo na tentativa estulta de uma intriga barata, o PSD, anteontem, no Senado, sustentou e aprovou o projeto que cassa o mandato aos representantes comunistas. Contra o projeto falou o presidente da UDN, Sr. José Américo e diversos senadores udenistas, que também votaram contra. Os pessedistas, aqueles mesmos que o “Diário” afirma interessados nos votos dos vermelhos, esses falaram contra os moscovitas e votaram a favor do projeto Ivo d’ Aquino.” Fonte: *O Estado*. Florianópolis, 26 out. 1947; “Contra as palavras vazias e as intrigas mal urdidadas levantam-se os fatos definidos e concretos: o PSD, no Senado, aprovou o projeto que manda cassar os mandatos aos comunistas.

Através do argumento de que seria mais eficiente combater o comunismo na legalidade e defendendo a inconstitucionalidade da emenda, os udenistas catarinenses respondiam às acusações. O partido declarava-se anticomunista, no entanto, era contra atos que ferissem os “princípios constitucionais”. Aceitar a violação da carta magna iria torná-lo reacionário.²¹² As manifestações contra a cassação do PCB não significariam apoio aos vermelhos, mas a oposição a um golpe, “que hoje atingiria um partido e amanhã atingiria a própria UDN”. Contra-atacavam acusando o PSD de “conluíus” e “pactos” para garantir os votos do extinto PCB em estados como Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina.²¹³ No caso catarinense, o apoio comunista materializava-se na campanha de Hamilton Abade Valente Ferreira, candidato à Câmara Municipal de Florianópolis.

Quartanista do curso de Direito, presidente do Centro Acadêmico XI de Fevereiro e representante da “mocidade estudiosa”, Hamilton Ferreira era retratado como um “pessedista convicto”. Sua plataforma de campanha envolvia garantir ao povo “mais justiça na distribuição da riqueza, maior valor ao trabalho e mais garantia de vida”.²¹⁴ Segundo lembranças de militantes do PCB, Ferreira não era comunista, mas “um cara amigo do pessoal, simpatizante do partido”.²¹⁵

O periódico oposicionista tratou de usar politicamente tal aproximação. A cinco dias do pleito, estampava na capa de seu jornal um alerta aos católicos: “O PSD está ligado ao comunismo local”.²¹⁶ Em outra reportagem, citava comícios comunistas nos morros da capital e no distrito do Estreito, parte continental da cidade, em favor de Hamilton Ferreira. Em um deles, no bairro Coqueiros, falaram os comunistas Sebastião Vieira, Oscar Amorim e Manoel Alves Ribeiro (Mimo), pedindo voto para o PSD. Durante a fala de Hamilton Ferreira, ao ser questionado se apoiava a emenda, o candidato Ivo d’Aquino respondeu ser contrário, pois representava a “ala renovadora” do partido, com novas ideias e linhas de

Os representantes udenistas, com exceção do senador Fernandes Távora, votaram a favor dos vermelhos de Moscou!” Fonte: *O Estado*. Florianópolis, 30 out. 1947.

²¹² “Anticomunistas sempre; reacionários nunca. Este é o pensamento da UDN. Só os imbecis ou os cegos pelo ódio político podem afirmar que entre Eduardo Gomes e o seu grande partido há divergências. Em sendo anticomunistas – a UDN e o Brigadeiro – são contra os atos que ferem os princípios constitucionais. Estes atos são reacionários.” *Diário da Tarde*. Florianópolis, 03 nov. 1947.

²¹³ O pessedismo alia-se ao comunismo. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 18 nov. 1947.

²¹⁴ Nossos candidatos – Hamilton Abade Valente Pereira. *O Estado*. Florianópolis, 22 nov. 1947.

²¹⁵ MARTINS, Celso. Op. cit. p. 179.

²¹⁶ “Alerta, católico de Santa Catarina! O PSD está ligado ao comunismo local, que vai apoiar o nome de um dos seus candidatos a vereador para tê-lo como seu representante na Câmara Municipal da capital.” *Diário da Tarde*. Florianópolis, 17 nov. 1947.

conduta, sem o apego incondicional aos “velhos políticos”. Para os udenistas, a aliança com “aqueles que são combatidos pela maioria da nação” arrancava “a máscara do pessedismo”. Caberia ao eleitor, levado outras vezes pelas “conversas falsas”, enxergar a verdadeira faceta do partido situacionista, “despido, mostrando a foice e o martelo no seu peito”. E alertava, “os adeptos de Moscou não escolhem meios para subir e atingir as posições”.²¹⁷

Ao analisar atentamente a reportagem, pode-se perceber que a inserção nos morros da capital era um importante diferencial em favor dos comunistas. Pelas descrições das atividades partidárias através da imprensa, os políticos dos dois principais partidos não chegavam à periferia. Sua inserção dava-se principalmente através de cabos eleitorais – eis a importância de candidaturas como a de José Ribeiro, o Bagé, operário e presidente de um clube recreativo onde afluía a população negra. Os comunistas, em especial os operários, em grande parte, moravam nos morros, no continente ou em áreas próximas ao Centro. Com os comícios, os militantes vermelhos levavam a campanha política para os espaços de sociabilidade das classes trabalhadoras. Após os resultados expressivos da legenda em Florianópolis nas eleições de janeiro, era difícil dimensionar os efeitos do apoio comunista ao candidato a vereador do PSD.

Como forma de defesa, o PSD publicou uma declaração de Nereu Ramos reforçando o apoio ao presidente da República e o combate ao comunismo como pilares fundamentais do partido.²¹⁸ Na edição de 23 de novembro, dia da eleição, *A Gazeta* trouxe um manifesto assinado pelo diretório do partido em Florianópolis desmentindo qualquer tipo de acordo com o extinto PCB.²¹⁹ O jornal *O Estado* saiu da defensiva e usou o mesmo expediente de seu rival. Trouxe novamente à tona o polêmico telegrama entre Irineu Bornhausen e Prestes, fartamente usado na campanha para o governo do estado meses antes. Desta vez, reproduzia-se a capa do jornal comunista *Tribuna Popular*, de 22 de

²¹⁷ Aliança PSD-PCB em Santa Catarina. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 17 nov. 1947.

²¹⁸ “Quanto à orientação do PSD, já a traçou, sob minha presidência, o seu Conselho Nacional: apoio ao eminente chefe da nação e combate ao comunismo. O mais são intrigas com as quais não devo perder tempo. A minha idade, a minha experiência e a minha conduta políticas delas me preservam”. *O Estado*. Florianópolis, 05 nov. 1947.

²¹⁹ “O diretório do Partido Social Democrático, em Florianópolis, vem a público declarar que, nem em conjunto, nem por nenhum dos seus componentes ou candidatos, realizou qualquer entendimento com elementos do extinto Partido Comunista Brasileiro (sic). Tais acordos seriam a negação da atitude clara que o Partido Social Democrático, tanto estadual, como nacional, vem assumindo em todas as questões que o PCB suscitou no cenário brasileiro.” Fonte: O PSD ao povo. *A Gazeta*. Florianópolis, 23 nov. 1947.

janeiro, no qual aparecia o telegrama do então candidato da UDN ao líder comunista.²²⁰ Ou seja, para responder à acusação de aliança com o PCB, atacava-se o adversário com o mesmo argumento. Ambos os partidos deixavam claro que evitariam qualquer articulação que pudesse ligá-los aos comunistas.

Mas afinal, o que explica tão intensa retórica anticomunista? Por que a UDN – que tergiversara na eleição anterior dizendo aceitar o voto de qualquer agremiação que se identificasse com o programa de seu candidato a governador – guinara tão radicalmente para o anticomunismo? Qual a razão da campanha eleitoral transformar-se num “toma lá, dá cá” de acusações de alianças com o extinto PCB? Talvez, uma das explicações seja que os comunistas, a despeito de auferirem significativo desempenho nas eleições de janeiro, principalmente em Florianópolis, não conseguiam obter uma homogeneidade de posição. Na eleição de janeiro, mesmo com a orientação do Comitê Central favorável a Irineu Bornhausen, os militantes votaram divididos.

A dissonância entre base e cúpula não era inédita. Acontecera em outros estados e foi inclusive um dos motivos do afastamento de um dos seus mais proeminentes quadros, em 1946. Hypólito do Vale Pereira foi excluído do partido por fazer campanha para Nereu Ramos na eleição para o Senado de 1945 - à época, os candidatos comunistas em Santa Catarina eram Álvaro Ventura e Luis Carlos Prestes.²²¹ O guarda-livros tinha grande afinidade com o ex-interventor catarinense e líder do PSD. Segundo Luiz Teixeira do Vale Pereira, Nereu Ramos foi padrinho de um de seus dez filhos. A criança, em homenagem ao compadre, recebeu o nome de Nereu do Vale Pereira.²²² Com o fim do processo eleitoral, em 1945, teve início seu processo de expulsão. Manoel Alves Ribeiro, militante histórico do PCB, lembra que Hypólito cabalou votos “fora do organismo”. Todavia, pelo histórico de militância, mereceria a crítica, mas não o afastamento.²²³

²²⁰ A prova? Ei-la. *O Estado*. Florianópolis, 22 nov. 1947.

²²¹ Nascido em Florianópolis, no dia 23 de julho de 1902, Hypólito do Vale Pereira era guarda-livros e trabalhava para as principais casas de comércio da cidade. Na década de 1930, ajudou a fundar a Sociedade União dos Carroceiros e a União Beneficente de *Chauffeurs*. Em 1936, filiou-se à Liga Operária. Participou também das reuniões da União Beneficente Recreativa Operária (UBRO). No ano de 1943, foi escolhido vogal (juiz classista) da justiça do trabalho. Em março do mesmo ano, Nereu Ramos nomeou-o juiz de paz e casamentos da primeira comarca da capital. Fonte: ARAÚJO, Maria Fernanda. Op. cit. p. 90, 91.

²²² PEREIRA, Luiz Teixeira do Vale. *O Orador Oficial*. Florianópolis: Edição dos Organizadores, 2002. p. 73.

²²³ “Hipólito (sic), que conosco militou na ilegalidade, e conhecia a maioria de nossos companheiros, nunca denunciou ninguém. Cabalou votos, que era um direito seu. Se o fez fora do organismo, merecia crítica e não afastamento.”. RIBEIRO, Manoel Alves. *Caminho*. 2 ed. Florianópolis: Garapuvu, 2001. p. 80, 81.

Ou seja, em detrimento da demonstração de influência junto às classes trabalhadoras na eleição de janeiro de 1947, era difícil controlar o voto dos militantes comunistas. A desobediência partidária acontecera na primeira eleição do período democrático – que resultara no afastamento de Hypólito – e permaneceu na seguinte, para o governo do estado. Não foi por acaso que, passadas as eleições de janeiro, o *Diário da Tarde* destilou suas primeiras acusações de proximidade entre líderes pessedistas e a cúpula do PCB. Faltando poucos dias para a eleição da Câmara de Vereadores, o periódico denunciava que o apoio comunista a Hamilton Pereira deu-se em troca de verba pessedista, “mil cruzeiros”, para a criação de um órgão de imprensa “vermelho” na capital. E denunciava o seu adversário a provar a existência, em qualquer tempo, de ligação entre udenistas e comunistas.²²⁴

A UDN, que meses antes adotara uma plataforma de campanha próxima aos trabalhadores, mudava de estratégia. A retórica de atendimento às demandas populares fora abandonada. O anticomunismo, agora, vertia nas hostes oposicionistas. Um dia antes do pleito, o periódico oposicionista avisava: “Nestas circunstâncias, votar no PSD é trair as suas convicções, as suas crenças e favorecer o comunismo. Tenham os eleitores em mira estes fatos ao depositarem as suas cédulas nas urnas.” O alerta, no entanto, não surtiu o efeito esperado. A legenda pessedista superou as rivais, obtendo dez das quinze cadeiras da Câmara Municipal. Entre elas, a de Hamilton Ferreira.

Em termos gerais, a vitória do PSD foi incontestável. A legenda pessedista fez 55,9% dos votos no estado, contra 37,8% da UDN, 1,8% do PTB, 1,76% do PRP e 0,3% do PDC.²²⁵ Isso quer dizer que de um total de 445 vereadores, o partido situacionista elegeu 289 (64,9%). Os udenistas fizeram 151 (33,9%), PTB e PRP 2 e 3, respectivamente. Para o

²²⁴ O *Diário da Tarde* afirmava que a “imprensa palaciana”, ao invés de procurar ilações entre UDN e PCB, deveria provar “que os comunistas mais destacados em Santa Catarina não estão a fazer comícios em companhia do candidato Hamilton Ferreira; que não têm estado uns e outro pelos morros desta cidade, nas Capoeiras a falar às massas, juntos e acamaradados; que anteontem, no adro da matriz do Estreito não foram corridos pela população quando queriam mais uma vez falar em público. (...) Provem comunistas e pessedistas que a 2 de dezembro, a 19 de janeiro ou agora, buscamos, aceitamos ou pedimos a colaboração vermelha. (...) Provem que os comunistas não votaram no Sr. Aderbal para governador e provem que não repelimos, há pouco mais de um mês, a pretensão dos comunistas em serem enxertados na chapa da UDN com elementos seus, em troca do seu apoio.” Fonte: *Contra ofensiva já desmoralizada. Diário da Tarde*. Florianópolis, 20 nov. 1947.

²²⁵ O Partido de Representação Popular (PRP) não lançou chapa para a Câmara de Vereadores da capital. Já o Partido Democrata Cristão (PDC) só lançou candidatos em Florianópolis, ausentando-se da disputa no resto do estado.

executivo, o PSD elegeu 38 prefeitos contra apenas 5 da UDN, num total de 45 municípios.²²⁶

A análise comparativa dos resultados da eleição de novembro com a eleição para o governo do estado e para Assembleia Legislativa em janeiro ajuda a clarear os dados estatísticos. Todavia, tal esforço esbarra nas dificuldades com a documentação. Seria muito mais simples se fossem disponibilizados os mesmos dados eleitorais de ambas as eleições. Confrontar-se-iam os resultados de novembro da 12ª e da 13ª Zona Eleitoral com os resultados de janeiro e, em seguida, seria feito o mesmo procedimento, só que com a votação por seção eleitoral. Entretanto, os caminhos nem sempre são tão bem pavimentados para o historiador. Apesar de limpo e organizado, o arquivo do TRE-SC possui os dados da eleição de janeiro de 1947 por zona eleitoral, mas não os discrimina por seção. Portanto, é possível saber os números absolutos de cada ZE, mas não a sua distribuição geográfica. Já para as eleições municipais de novembro, a documentação disponível discrimina apenas a votação pelos distritos que compõem cada município, não o resultado por zona eleitoral.²²⁷ Ou seja, há os resultados finais das eleições por zonas eleitorais no primeiro caso e por distritos no segundo. Para suprir essas carências, recorri aos periódicos. Contudo, eles informam a votação das legendas em algumas seções do município, mas não em todas. Torna-se, assim, mais complexo – mas não inviável – traçar comparações entre a votação das legendas nos dois pleitos.

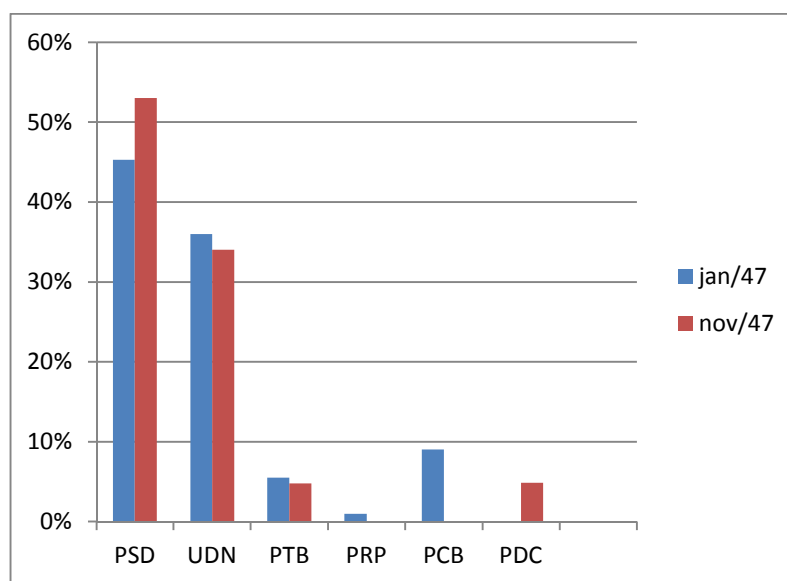
Uma das conclusões da eleição de janeiro foi que a superioridade eleitoral do PSD dava-se de forma mais acentuada no interior do município. Na 13ª Zona Eleitoral, localizada em grande parte próxima a morros, na região central da cidade ou no continente – locais privilegiados de moradia dos trabalhadores urbanos – o candidato udenista ao governo do estado foi o mais votado e a legenda pessedista foi superada pela soma das demais legendas – algo que não acontecera na 12ª ZE, cujas urnas, à exceção das sete

²²⁶ Cabe lembrar que as cidades de Florianópolis e São Francisco do Sul, por serem consideradas estratégicas, não tinham eleição para prefeito, cabendo a nomeação ao governador do estado. Ainda no que tange aos resultados eleitorais, a supremacia do PSD deu-se também nos distritos, divisões criadas pelo TRE nos municípios. Dos 210 distritos existentes em Santa Catarina, o PSD venceu em 170, a UDN em 39 e o PTB em 1. Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resultados discriminados das eleições de prefeito e vereador – 23/11/47. Nº de eleitores e partido*. Doc. 11. Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

²²⁷ Florianópolis, naquele momento, era dividida em oito distritos: Florianópolis, Caiacanga (atual Ribeirão da Ilha), Canasvieiras, Lagoa, Praia dos Ingleses, Recanto (atual Cachoeira do Bom Jesus), Ratones e Rerituba (atual Santo Antônio de Lisboa).

primeiras, localizavam-se em distritos do interior. Comunistas e trabalhistas alcançaram, respectivamente, 10,3% e 6,6% dos votos da 13ª ZE, demonstrando uma pujança eleitoral camuflada pelos pífios números gerais do pleito. A análise dos números da eleição de novembro, creio, ajudará a matizar melhor alguns pontos observados na eleição anterior, bem como identificar para onde foi o “espólio eleitoral” do PCB após sua cassação.

Gráfico 1:
Votação dos partidos em Florianópolis nas eleições de janeiro e novembro de 1947



Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Apuração final do pleito de 19/01/1947 e renovação de 30/03/1947 – Senado, governo, deputado federal e estadual. N° de eleitores, n° de votos por partido e candidato.* Doc. 14. Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina; TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resultados discriminados das eleições de prefeito e vereador – 23/11/47. N° de eleitores e partido.* Doc. 11. Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

Ao comparar a votação das legendas em Florianópolis, verifica-se que a vantagem do PSD aumenta na eleição de novembro. O partido conseguiu, em janeiro, 45,3% dos votos em sua chapa para a Assembleia Legislativa, enquanto que em novembro seu percentual foi de 53%. A UDN, ao contrário, decresceu. Fez em janeiro 36% dos votos e, na eleição seguinte, dois pontos percentuais a menos (34%). O PTB também diminuiu. Em janeiro, 5,5% e, em novembro, 4,8%. O PRP, que em janeiro auferira 1% dos votos, não lançou chapa para a Câmara de Vereadores. O PCB, que conquistara 9% dos votos na capital, teve seu registro cassado e não participou do pleito de novembro. Destaca-se, então,

o Partido Democrata Cristão, que estreou conquistando 4,9% dos votos. Das 53 seções eleitorais, os pessedistas venceram em 47, a UDN em 4, houve empate em uma seção e outra foi anulada.²²⁸

Tabela 1:
Votação proporcional das legendas por distrito

DISTRITOS	PSD	UDN	PTB	PDC
FLORIANÓPOLIS	50%	34%	6%	6%
CAIACANGA	72%	22%	5%	0%
CANASVIEIRAS	58%	40%	0%	1%
INGLESES	57%	42%	0%	0%
LAGOA	53%	45%	1%	1%
RATONES	70%	29%	1%	0%
RECANTO	58%	40%	0%	1%
RERITUBA	59%	39%	0%	1%
TOTAL	53%	34%	4,8%	4,9%

Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resultados discriminados das eleições de prefeito e vereador – 23/11/47. Nº de eleitores e partido.* Doc. 11. Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

Na análise da votação por distrito, o de *Florianópolis* continha 68% dos eleitores do município e abarcava as onze primeiras seções da 12ª ZE e quase toda a 13ª ZE, com exceção da 39ª seção, localizada no distrito de *Caiacanga*. Ou seja, compreendia todo o conjunto de seções onde votavam os trabalhadores urbanos e também alguns outros bairros mais distantes do centro, como Trindade, Córrego Grande, Itacorubi e Saco dos Limões. Neste, que era o principal distrito do município, o PSD obteve 50% dos votos contra 34% da UDN, com o PTB e o PDC perfazendo 6% cada. Nos outros sete distritos, a votação

²²⁸ 6.912 votos para o PSD, 4.508 para a UDN, 626 para o PTB e 638 para o PDC. Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resultados discriminados das eleições de prefeito e vereador – 23/11/47. Nº de eleitores e partido.* Doc. 11. Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

proporcional pessedista é maior, chegando a 72% em Caiacanga, no extremo sul da ilha, e 70% em Ratonés, ao norte.

No entanto, a predominância pessedista sofre abalo quando contabilizadas apenas as seções localizadas no centro da cidade ou próximas aos morros.²²⁹ Nelas, a proporção dos situacionistas diminui, caindo para 49% nas seções da 13ª ZE e 47,4% nas da 12ª ZE. A UDN mantém-se praticamente inalterada, com 33% na 13ª ZE e 34,8% na 12ª ZE. Surpreende, contudo, a votação de PTB e PDC. Os trabalhistas obtiveram 7% e 8,4% na 13ª e 12ª ZE, respectivamente. O PDC, por sua vez, chegou aos 10% na 13ª ZE e a 9,3% na 12ª ZE. Em suma, democratas-cristãos e trabalhistas conseguiram cerca de 17% dos votos nas seções onde votavam os trabalhadores urbanos. Por outro lado, nas outras cinco seções da 12ª ZE que conseguimos acesso (da 8ª a 12ª), localizadas em bairros distantes do centro (Itacorubi, Saco Grande, Córrego Grande e Rerituba), PTB e PDC fizeram 4,9% e 5,3%, respectivamente. A UDN teve os mesmos 34%. E o PSD conquistou 55,7% dos votos. Entre a 24ª e a 35ª seções da 13ª ZE as quais compreendem o bairro Saco dos Limões e algumas seções da parte continental do município, a votação de PTB e PDC foram ainda menores, 3% e 1%, respectivamente. O PSD obteve 55% e a UDN 41%.

É importante ressaltar, todavia, que a eleição para vereador tem algumas contingências que tornam perigosas conclusões taxativas sobre a distribuição dos votos. Muitas vezes, senão na maioria, o voto é oferecido mais com base na relação pessoal do que na afinidade com o programa do candidato. Isto significa que os candidatos a vereador recebem grande parte de seu total de votos na sua área de atuação. O candidato mais votado na região continental da cidade, o jornalista Jairo Callado, dono de *A Gazeta*, recebeu ali 349 de seus 581 votos (60%). O segundo mais votado na região, o udenista Roberto da Luz Costa, comerciante, obteve 335 dos 521 votos (64%). Newton Macuco (PSD) e Roberto Pedroso (UDN), respectivamente terceiro e quarto vereadores mais votados no continente, auferiram 64% e 60% de seus votos em sua área de atuação.²³⁰ Nas localidades que não têm um candidato da região, é de se supor que a estrutura partidária, capaz de levar a campanha aos “grotões” do município, pese em favor dos grandes partidos. Parece lógico, portanto,

²²⁹ Seriam as sete primeiras seções da 12ª Zona Eleitoral e as vinte e duas primeiras da 13ª.

²³⁰ Na área continental, apesar da presença de trabalhadores urbanos, houve vitória expressiva do PSD (54,8%), um apelo considerável da UDN (40,5%) e uma votação ínfima de PTB e PDC (3,1% e 1,6%). Alguns aspectos das disputas políticas na área continental de Florianópolis serão analisadas posteriormente. Fonte: PSD venceu no Estreito. *A Gazeta*. Florianópolis, 28 nov. 1947.

que há uma supremacia evidente do PSD nos distritos do interior e uma disputa mais acirrada na região central da cidade.

Assim como nas eleições de janeiro, os partidos considerados menores demonstraram força nas seções urbanas da capital. Ao invés de uma disputa bipartidária entre UDN e PSD, os trabalhadores urbanos sinalizavam que o jogo político dar-se-ia mais pela negociação do que pela obediência a chefes políticos locais. O PDC, nesse sentido, aproveitou o espaço deixado pela cassação do PCB e abocanhou parcela significativa do eleitorado nas áreas centrais da cidade. Os opositoristas – que em janeiro venceram com Irineu Bornhausen nessas regiões – diminuíram sua votação parlamentar e ficaram decepcionados com o seu desempenho. O *Diário da Tarde* assim noticiou a derrota no pleito: “A UDN poderia perder em toda a parte, menos nesta capital. No entanto, perdeu a eleição por mais de dois mil votos!”.²³¹ Em sua avaliação do processo eleitoral, afirmava ter cumprido seu papel. Não saiu derrotada, “foi o povo quem se derrotou”. Mesmo lutando contra processos “torpes e indignos” lançados pela situação, conseguira eleger “vários prefeitos nos principais municípios do estado”.²³²

O partido do lenço branco reagia de forma similar à eleição de 1945, responsabilizando o povo por não saber escolher acertadamente seus representantes. Nas folhas de seu órgão de imprensa, nenhuma linha sobre a mudança de estratégia política em relação à eleição de janeiro, na qual promoveu uma pauta popular de forma a disputar o apoio dos trabalhadores. Apenas o rancor de ter perdido – e dessa vez de forma retumbante – para seu maior rival. Mas, no mesmo texto em que lamentava a escolha do povo catarinense, exortava seus correligionários a conservar a sua fé: “retemperem as energias para prosseguirem na luta. Continuem em vigilância, pois chegará o dia da nossa vitória”.²³³ E, de fato, a vitória no pleito e a tão sonhada conquista do executivo estadual chegariam na eleição seguinte, em 1950. Uma eleição com a insígnia de Vargas que mudaria o organograma político do estado.

²³¹*Diário da Tarde*. Florianópolis, 28 nov. 1947.

²³² Na realidade, a UDN venceu em apenas 5 municípios: Araranguá (Afonso Ghizzo), Blumenau (Frederico Bush Jr.), Caçador (José Kurtz), Camboriú (Pedro Saut Jr.), e Joinville (João Colin). Fonte: Estamos satisfeitos. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 4 dez. 1947; LAUS, Sônia Pereira. Op. cit. p. 166.

²³³*Diário da Tarde*. Florianópolis, 28 nov. 1947.

CAPÍTULO 2: NEGOCIAR ALIANÇAS E DISPUTAR O VOTO DO TRABALHADOR: AMBIGUIDADES POLÍTICAS E RELAÇÕES SOCIAIS NO CONTEXTO DO SEGUNDO GOVERNO VARGAS, 1950-1954

2.1 – Articulações nacionais e brigas regionais: os bastidores das eleições de 1950

No dia 1º de setembro de 1950, o diretório estadual do PTB recebia uma carta da UDN de Santa Catarina. A mensagem, enviada por Paulo Fontes, presidente em exercício, informava que o partido não apresentaria candidato ao Senado, apoiando o nome do trabalhista Carlos Gomes de Oliveira.²³⁴ No mesmo dia, a executiva petebista decidia fazer uma reunião extraordinária e, “penhorados por este alto gesto da UDN e dos demais partidos coligados”, respondia àquela “demonstração de simpatia com uma atitude de idêntica cordialidade.” O PTB, no ofício assinado por Saulo Ramos, presidente da Comissão Executiva Estadual, e Rafael G. Cruz Lima, secretário-geral em exercício, oficializava o apoio a Irineu Bornhausen para o governo do estado e abria espaço no cargo de suplente ao Senado para um nome indicado pelos udenistas e demais partidos coligados.²³⁵ Formava-se a aliança que uniria alguns dos principais partidos de Santa Catarina em torno do candidato udenista ao governo, em um ano em que haveria também eleições para a Presidência da República, o Senado, a Câmara Federal, a Assembleia Legislativa, a Prefeitura e a Câmara de Vereadores.

A união entre UDN e PTB, urdida pelos diretórios estaduais, contrariava, no entanto, o xadrez político nacional, cujas peças movimentavam-se em torno de alianças visando a eleição presidencial. O acordo interpartidário (PSD-UDN-PR), que oferecera uma

²³⁴ “Cumpro o grato dever de comunicar a V. Excia. Que o Diretório Estadual da União Democrática Nacional, seção de Santa Catarina, resolveu não apresentar candidato ao cargo de Senador e apoiar nas urnas a 3 de outubro o nome do ilustre catarinense dr. Carlos Gomes de Oliveira, digno candidato do Partido Trabalhista Brasileiro.” Reprodução da carta em: O PTB votará em Irineu Bornhausen. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 4 set. 1950.

²³⁵ “A Comissão Executiva Estadual, em reunião extraordinária, tomou conhecimento do ofício datado de hoje, em que V. Excia. Comunica que a UDN resolveu não apresentar candidato ao cargo de senador e apoiar nas urnas, a 3 de outubro, o nome do ilustre catarinense dr. Carlos Gomes de Oliveira, digno candidato do Partido Trabalhista Brasileiro. (...) Penhorados por esse alto gesto da UDN e dos demais partidos coligados, não poderíamos deixar de corresponder a essa demonstração de simpatia com uma atitude de idêntica cordialidade. Assim temos o prazer de comunicar a V. Excia. que a Comissão Executiva, após ter ouvido a Direção Nacional do PTB, RESOLVEU recomendar também aos sufrágios dos trabalhistas o nome digno do Sr. IRINEU BORNHAUSEN aquele cargo. Cumpre-nos ainda informar a V. Excia. que o mesmo diretório resolveu não apresentar candidato ao cargo de suplente a senador, afim de que possa a UDN com os demais partidos coligados indicar o respectivo nome que também sufragaremos.” Reprodução da carta em: O PTB votará em Irineu Bornhausen. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 04 set. 1950.

confortável maioria no Congresso ao governo Dutra, fracassara em seu objetivo de garantir um candidato consensual para a sucessão em 1950. PSD, UDN e PTB lançavam candidatos próprios à presidência e a viabilidade destas candidaturas dependeria de boas alianças regionais.

A fragilidade do acordo era evidente, principalmente pela dificuldade de se encontrar um candidato de “coalizão nacional”. Em meados de 1949, o governador pessedista do Rio Grande do Sul, Walter Jobim, sugeriu que todos os partidos fossem ouvidos na questão sucessória. A chamada “fórmula Jobim”, no entanto, esbarrou nos posicionamentos de alguns políticos. Nereu Ramos, vice-presidente da República e presidente do PSD, queria sua indicação, mas encontrava resistência do presidente Dutra. Octávio Mangabeira também postulava a candidatura, apesar de não ser unanimidade nem mesmo dentro da UDN. O presidente da República, atuante na discussão do processo sucessório, preferia o nome do mineiro Bias Fortes. Em novembro de 1949, a “fórmula Jobim” foi substituída pela “fórmula mineira”, proposta por Benedito Valadares. De acordo com Hippólito, ela sugeria um candidato de união nacional que fosse pessedista e mineiro.²³⁶ Os udenistas ainda tentaram viabilizar uma candidatura que atraísse o PSD não getulista. Juraci Magalhães articulou sem sucesso a candidatura do Ministro da Guerra, o General Canrobert Pereira da Costa. No entanto, pesquisas de intenção de voto nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro apontavam o fraco desempenho do militar.²³⁷

Em abril de 1950, o PSD rejeitava uma candidatura extrapartidária e em meados de maio definia Cristiano Machado, deputado federal por Minas, como seu candidato ao Catete – decisão homologada na convenção nacional realizada em junho. A UDN, não sem ressalvas, homologou o nome do Brigadeiro Eduardo Gomes. Diferentemente de 1945, quando a candidatura do Brigadeiro surgia “naturalmente” como oposição ao regime estadonovista, alguns udenistas – entre os quais o próprio Eduardo Gomes – preferiam a “fórmula mineira”, com a candidatura suprapartidária de Afonso Pena Júnior. A despeito do clima de indefinição, o grupo “brigadeirista” – que chegou a criar o Movimento Nacional

²³⁶ HIPPLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 88.

²³⁷ O General Canrobert Pereira da Costa tinha no Rio de Janeiro 0,9% das intenções de voto. Já em São Paulo contava com 0,3% das intenções dos paulistanos. Fonte: Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE). *Pesquisa de intenção de voto para presidente da República em 1950, realizada em junho de 1949*. Acervo do Arquivo Edgard Leurenroth (AEL). Fundo IBOPE, filme MR/256 – P 08 – 1949. p. 525.

Popular Pró-Eduardo Gomes – conseguiu aprovar sua candidatura na Comissão Executiva em 28 de abril e lançá-la na Convenção Nacional de 12 de maio.²³⁸

O acordo interpartidário, construído com objetivo de neutralizar a máquina getulista e oferecer uma perspectiva de coalizão em 1950, desmanchou-se nas divergências políticas entre caciques partidários. A UDN apostava novamente na candidatura do brigadeiro. O fim da aliança com o PSD, a “mão direita de Vargas”, revelou parte da ambiguidade política e das incoerências internas do partido. Para Benevides, a indefinição política dos udenistas, ao oscilarem entre o radical antigetulismo e o realismo conciliatório, fê-los perder o carisma de 1945. Carisma este que não foi substituído pelo pragmatismo político necessário para enfrentar a eficiente campanha de seu maior inimigo. Na perspectiva udenista, a aliança interpartidária fora “feita com remorso e desfeita com frustração”.²³⁹

Getúlio Vargas, por sua vez, articulou sua candidatura nas estâncias de sua família, em São Borja. Durante o governo Dutra, teve uma atuação parlamentar discreta e na maior parte das vezes, ausente.²⁴⁰ Contudo, o ex-presidente não se afastou da vida política. De sua terra natal, traçava estratégias para expansão eleitoral do PTB e procurava pavimentar o caminho de seu retorno ao Catete. Nas eleições de 1947, percorreu diversos estados brasileiros fazendo campanha. Em São Paulo, apoiou para vice-governador o nome de Cirillo Júnior, do PSD, um político de oposição, contra Noveli Júnior, apoiado pelo governador Adhemar de Barros. Na queda de braço entre Getúlio e Adhemar, venceu o político paulista que conseguiu emplacar seu candidato na vice-governança do estado.

A partir dos resultados de 1947, o ex-presidente inicia seus diálogos com o governador paulista, tendo em vista uma possível aliança no pleito presidencial vindouro. Para o PTB, o peso político de São Paulo representava um trunfo para vencer as resistências

²³⁸ Segundo Benevides, a Comissão Executiva aprovou a candidatura do Brigadeiro em 28 de abril. Em 12 de maio, a candidatura foi lançada na Convenção Nacional, mas sua homologação se deu na Convenção Extraordinária de agosto. Para Sérgio Lamarão, a homologação da candidatura já acontecera em maio. Fontes: BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. Op. cit. p. 79; LAMARÃO, Sérgio. O fracasso das “fórmulas” e a candidatura Vargas em 1950. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/PreparandoaVolta/Candidatura1950>. Acesso em 13 de dezembro de 2011.

²³⁹ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. Op. cit. p. 223.

²⁴⁰ A legislação eleitoral da época permitia candidatar-se para mais de um cargo e por mais de um estado. Desse modo, Vargas elegeu-se senador pelo PSD do Rio Grande do Sul e pelo PTB paulista. Elegeu-se também deputado federal pelos mesmos estados: Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Paraná. Fonte: MOREIRA, Regina da Luz. *Vargas: o parlamentar ausente e as articulações do exílio*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/PreparandoaVolta/ParlamentarAusente>. Acesso em 13 dez. 2011.

militares contra Vargas e um ponto fundamental para reverter a desvantagem em relação à máquina pessedista. Era preciso, portanto, demover o governador paulista de sua intenção de disputar a eleição presidencial.

O PSP contava, por seu turno, com uma influente rede política no estado mais industrializado do país, construída desde a intervenção de Adhemar de Barros. Esta rede era tecida por subdiretórios distritais, por bairro, por área industrial ou residencial, conectados a um diretório municipal. Os diretórios distritais indicavam o juiz de paz, o delegado de polícia e o subdelegado. Cada subdelegado escolhia os inspetores de quarteirão. Desse modo, o PSP adhemarista estabelecia uma grande rede de influência que o aproximava das classes trabalhadoras paulistas.²⁴¹ Todavia, a candidatura do governador paulista não tinha a mesma capilaridade no restante do país. Para viabilizá-la, eram necessários investimentos e alianças nos demais estados da federação. Além disso, um eventual fracasso eleitoral poderia representar a perda da poderosa máquina administrativa e política construída.

A aliança entre PTB e PSP tornou-se pública em maio de 1950. Em retribuição, os pessepistas indicaram o vice, João Café Filho. Os trabalhistas não se restringiram, no entanto, às alianças formais. Estabeleceram um acordo velado com parte do PSD, bem como procuraram alianças com os mais diferentes partidos nos estados. De acordo com Lucília de Almeida Neves Delgado, Vargas procurou todos os partidos. Em Minas Gerais, o PTB apoiou o pessedista Juscelino Kubitschek. Em Pernambuco, defendeu a candidatura de João Cleofas, da UDN.²⁴² O PTB adotava, portanto, o pragmatismo político como estratégia para fortalecer a candidatura de Vargas. Com isto, dividiu o PSD que, em parte, abandonou a candidatura de Cristiano Machado.

Nesta perspectiva, tendo em vista que o PTB negociava indiscriminadamente o apoio dos partidos nos estados, a aliança entre udenistas e trabalhistas em Santa Catarina não aparece como um movimento destoante no xadrez político daquelas eleições. Entretanto, as circunstâncias em que a coligação foi construída e seus desdobramentos

²⁴¹ No bairro da Mooca havia, por exemplo, dois diretórios distritais do PSP. Cada um contava com 25 subdelegados os quais, por sua vez, coordenavam entre cinco e dez inspetores de quarteirão. Segundo Duarte, sem muito esforço, cada diretório atendia cerca de 250 ruas, conectando todo bairro à rede pessepista. DUARTE, Adriano Luiz. *Cultura popular e cultura política no após-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973*. Campinas, 2002. 273 f. Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. p. 161; SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global, 1982. p. 135-139.

²⁴² DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)*. 2 ed. São Paulo: LTr, 2011. p. 88.

demonstram brigas intestinas no PTB local, bem como episódios de desobediência na relação entre o comando nacional e o diretório estadual.

Como mencionado anteriormente, Nereu Ramos, vice-presidente da República, presidente nacional do PSD e principal líder do partido em Santa Catarina, teve suas aspirações sucessórias dirimidas pelo veto do presidente. A preferência do Catete pela “fórmula mineira” fê-lo renunciar à presidência do partido, no final de novembro de 1949. O PSD gaúcho também protestou contra a interferência de Dutra e a curiosa exclusão de Nereu. Reclamou também que a indicação de Cristiano Machado deu-se sem a consulta a Walter Jobim, governador do Rio Grande do Sul e figura atuante nos debates sucessórios.²⁴³ Com a rejeição da “fórmula Jobim”, o grupo getulista, que apoiava o nome do político catarinense, sentiu-se desobrigado de participar das negociações em torno da “fórmula mineira”. De acordo com Lisandre Oliveira, a posição de independência do PSD gaúcho fortaleceu o grupo dissidente, anti-Dutra e alinhado a Vargas, que fundou, em 1950, o PSD Autonomista (PSDA).²⁴⁴

As cisões no PSD facilitaram as articulações regionais em torno da candidatura Vargas. As seções estaduais fiéis a Nereu Ramos não apoiaram o candidato oficial. De acordo com Maria Celina D’Araujo, a chamada “cristianização”, ou seja, o abandono da candidatura de Cristiano Machado em favor de Getúlio Vargas, era quase obrigatória para amplos setores pessedistas que não poderiam, em nome da lealdade partidária, aumentar os riscos de derrotas eleitorais.²⁴⁵ No Rio Grande do Sul, as alas dutrista e getulista do PSD cindiram definitivamente pouco antes do anúncio da candidatura de Cristiano Machado, em meados de maio. João Neves da Fontoura, um dos líderes da dissidência getulista no PSD gaúcho, em carta ao ex-presidente, afirmava que, com a exclusão de Nereu Ramos, apoiaria o candidato indicado por Vargas.²⁴⁶ As divergências no seio da seção regional fizeram também com que fossem lançados dois candidatos ao governo do estado: Cylon Rosa, pelo

²⁴³ HIPPIÓLITO, Lúcia. op. cit. p. 86-90.

²⁴⁴ OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas “páginas” do Diário de Notícias*. Porto Alegre, 2008. 270 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. p. 206.

²⁴⁵ D’ARAÚJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas (1951-1954)*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992. p. 71.

²⁴⁶ “Meu compromisso extingue-se com a exclusão do Nereu. Vou procurar o Cristiano, abraçá-lo como amigo e dizer-lhe que, de ora em diante, minha decisão é de que não apoiarei nenhum candidato pessedista que não conte com o teu apoio.” Fonte: Carta de João Neves da Fontoura para Getúlio Vargas em 17 de maio de 1950. Arquivo Pessoal de João Neves da Fontoura. AHRGS, Caixa 15. Citado em: OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. Op. cit. p. 210.

grupo dutrista, e Ernesto Dornelles, pelos getulistas.²⁴⁷ Em agosto, a convite de Vargas, o pessedista Ernesto Dornelles aceitou ser candidato ao governo do estado pelo PTB, contando, evidentemente, com o apoio do PSDA.

Pela lógica das articulações políticas a tendência seria, portanto, que em Santa Catarina o PTB apoiasse o nome pessedista ao governo do estado. Em troca, o partido de Nereu Ramos tornaria oficial o seu apoio ao ex-presidente, abandonando a candidatura de Cristiano Machado. As deliberações do PTB estadual contrariaram, apesar disso, tanto as perspectivas do comando nacional, dedicado a arquitetar a candidatura de Vargas, quanto as pretensões do PSD local. A troca de “gentilezas” entre líderes udenistas e trabalhistas de Santa Catarina indicava que as articulações nacionais nem sempre se sobreponham às dinâmicas políticas locais. Ademais, foi um duro golpe nas pretensões do PSD catarinense. Afinal, após ver seu principal quadro preterido na questão sucessória pelo presidente Dutra, não havia qualquer inclinação em apoiar o candidato oficial. Além disso, o apoio do PTB, principalmente na figura de Vargas, era fundamental para fortalecer a candidatura do pessedista Udo Deeke ao governo do estado.

Para os pessedistas catarinenses, a aliança com os trabalhistas seria, sobretudo naquelas circunstâncias, a situação política ideal. Vargas para presidente, Udo Deeke para governador e Nereu Ramos para senador. No lado petebista, cujo objetivo maior era estruturar e solidificar o apoio à candidatura de Vargas, uma aliança PSD-PTB em Santa Catarina era algo bem visto. Entretanto, a troca de telegramas e a formalização da aliança UDN-PTB para as eleições estaduais desestabilizaram as articulações políticas tanto do comando nacional trabalhista quanto do diretório regional pessedista. Resignar-se não era uma opção. Os periódicos pessedistas denunciaram a ilegalidade do ato e dias depois comemoraram a intervenção do diretório nacional na seção catarinense do PTB.

Meses antes, *A Gazeta* publicava em primeira página a manchete negando que o PTB teria feito aliança com a UDN no estado. A reportagem trazia uma entrevista com Saulo Ramos na qual o político negava a coligação: “Como trabalhista, desejo que o PTB

²⁴⁷ A dissidência getulista do PSD foi batizada de PSD Autonomista (PSDA), comandada por Francisco Brochado da Rocha, Glicério Alves e Ernesto Dornelles. No fim de junho de 1950, João Neves da Fontoura, um dos líderes do grupo, aceitou ser o presidente do Comitê Nacional da campanha de Vargas, tornando-se responsável por escrever alguns dos discursos do candidato. Ver: OLIVEIRA, L. M. op. cit. p. 210.

tenha candidatos próprios para todos os cargos eletivos estaduais e federais.”²⁴⁸ E, de fato, o partido caminhava para a candidatura própria, com Carlos Gomes de Oliveira para o governo. Entretanto, nos bastidores, os dois principais partidos do estado negociavam o apoio dos trabalhistas. Apesar de não ter feito uma votação que pudesse ser considerada decisiva nos pleitos anteriores, o PTB possuía, naquela eleição, um forte catalisador de votos: Getúlio Vargas.

Já não era mais novidade que as campanhas com mais chances de sucesso eram aquelas com apelo popular. Era justamente nesta seara que residia o prestígio do ex-ditador, como as próprias pesquisas de opinião anteriores ao pleito apontavam. Na pesquisa de intenção de voto realizada pelo IBOPE no Rio de Janeiro e em São Paulo, em 1949, Vargas aparecia em primeiro, com 34,4% e 40,3%, respectivamente, contra 32,2% e 24% de Eduardo Gomes. Na distribuição por classe social, em São Paulo, o Brigadeiro vencia nas classes A e B – definidas na pesquisa como “Rica” e “Média” – com 33,4% e 39,6%, respectivamente, contra 16,7% e 24,6% do ex-presidente. No entanto, na classe C, definida na pesquisa como “Pobre”, Vargas auferia 55,8% da preferência do eleitorado, contra apenas 9,8% de Eduardo Gomes. É importante ressaltar que nesta pesquisa ainda aparecia o nome de Adhemar de Barros como candidato a presidente. O governador paulista obteve 9,4% das intenções de voto entre os paulistas, sendo 9% e 10,4% nas classes B e C. Na classe A, o governador do estado não obteve votação.²⁴⁹ Os números da pesquisa em São Paulo emitiam dois principais recados. Primeiro, apesar do percentual significativo obtido pelo Brigadeiro, deixando claro que sua candidatura não nascera fracassada, como apontaram alguns analistas em estudos posteriores, a eleição mais uma vez seria decidida pelo voto dos trabalhadores. Segundo, se São Paulo, por ser o maior colégio eleitoral do país, poderia ser decisivo no resultado final daquela eleição, o apoio do governador Adhemar Barros seria um trunfo fundamental para as aspirações de qualquer uma das duas candidaturas. Para Vargas, a aliança significaria a consolidação de uma quase unanimidade entre os trabalhadores. Para o Brigadeiro, um meio de conseguir algum apoio popular e romper com o estigma de candidato das elites.

²⁴⁸ Não é verdade. *A Gazeta*. Florianópolis, 05 jul. 1950.

²⁴⁹ Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE). *Pesquisa de intenção de voto para presidente da República em 1950, realizada em junho de 1949*. Acervo do Arquivo Edgard Leurenroth (AEL). Fundo IBOPE, filme MR/256 – P 08 – 1949. p. 525.

No Rio de Janeiro, a diferença de intenção de voto entre os dois candidatos foi de 2,2%. Não há menção ao que hoje se conhece como “margem de erro”, mas é evidente que, mesmo para os padrões atuais, essa pequena diferença indicava um empate técnico na capital da República. Entre as classes A e B, Eduardo Gomes vencida com 40% e 47,8%, respectivamente, contra 28% e 26,9% de Getúlio Vargas. Na classe C, a pesquisa apontava a vantagem de Vargas, com 42,5%, contra 23,1% do Brigadeiro. Isto é, a pequena vantagem do ex-presidente era conquistada com os votos da classe operária. Em terceiro lugar na pesquisa aparecia o nome de Oswaldo Aranha, com 7,1% da preferência dos entrevistados, seguido por Adhemar de Barros, com 4%.²⁵⁰

Em agosto de 1950, portanto, após as definições da aliança entre Adhemar de Barros e Getúlio Vargas e da homologação de Cristiano Machado como candidato do PSD, nova pesquisa realizada na capital federal apontava o ex-presidente com 38,4% das intenções de voto, contra 28,8% de Eduardo Gomes, 9,3% de Cristiano Machado e 0,5% de João Mangabeira.²⁵¹ Apesar de não discriminar a porcentagem de cada candidato por classe social, como feito na pesquisa do ano anterior, o levantamento do IBOPE procurou saber a opinião dos entrevistados sobre as virtudes e os defeitos dos presidencialistas. Entre os getulistas, as principais vantagens apontadas pelos entrevistados eram ser “um grande chefe da classe trabalhadora” e um “bom administrador”. Entre os brigadeiristas, o principal atributo era “sua grande honestidade”. Já os eleitores de Cristiano Machado destacavam sua “dignidade e honestidade”.²⁵² Ao questionar sobre os defeitos que pesavam contra Vargas, os entrevistados assinalavam a pecha de “ditador” e “antidemocrático”. Contra Eduardo Gomes, “ser militar” e “só servir a elite”. Contra Cristiano Machado, os principais problemas eram ser uma figura desconhecida e ser “o candidato de Dutra”.²⁵³

As duas pesquisas de intenção de voto realizadas no Rio de Janeiro no intervalo de pouco mais de um ano revelam o crescimento da vantagem de Vargas sobre Eduardo Gomes. No interregno entre os levantamentos, aconteceu a definição de Vargas como candidato à presidência, as disputas internas e as decorrentes cisões dentro do PSD e a

²⁵⁰ Por ser uma pesquisa realizada no ano de 1949, período quando ainda se articulavam as candidaturas, não aparece entre os nomes de possíveis candidatos o possedista Cristiano Machado.

²⁵¹ Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE). *Pesquisa política, levada a efeito, no Rio de Janeiro, durante o mês de agosto de 1950*. Acervo do Arquivo Edgard Leurenroth (AEL). Fundo IBOPE, filme MR/256 – PE 09 – 1950. p. 189.

²⁵² *Ibid.* p. 191.

²⁵³ *Ibid.* p. 192.

definição da candidatura de Cristiano Machado – político que sequer aparecia na pesquisa de 1949. Demonstrava-se bem sucedida a estratégia da candidatura de Vargas de fortalecer sua imagem de candidato popular. Enquanto o candidato udenista, em que pese o reconhecimento público de sua honestidade, não conseguia ampliar sua base eleitoral. Prejudicava-o o estigma de ser um candidato das elites. No PSD, as interferências de Dutra nas disputas internas do partido e a escolha de um candidato pouco conhecido do grande público – como a pesquisa a menos de dois meses para o pleito apontara – permitiram a infidelidade de alguns caciques pessedistas que optaram por apoiar a candidatura trabalhista de Vargas.

Em setembro, o IBOPE ouviu 600 eleitores de São Paulo. Os números da capital paulista mostravam vantagem significativa de Vargas, com 67,2% da preferência dos entrevistados. Eduardo Gomes, Cristiano Machado e João Mangabeira ficavam com 21,7%, 2% e 0,8%, respectivamente. Todavia, a distribuição socioeconômica dos votos indicava a vitória do Brigadeiro entre a classe rica (66,6% contra 16,7% de Vargas), equilíbrio entre a classe média (48,7% de Vargas contra 37% de Eduardo Gomes) e vantagem expressiva de Vargas junto aqueles tidos como “pobres” pela pesquisa (83,2%, contra 8,1% do Brigadeiro).²⁵⁴ Mais uma vez os números mostravam que a vantagem da candidatura trabalhista assentava-se justamente onde a candidatura udenista não conseguia chegar: nas classes trabalhadoras. Não é por acaso que Carlos Lacerda, em seu recém-criado *Tribuna da Imprensa*, alertava que a vitória de Vargas significaria “a divisão do Brasil em duas partes: a parte dos que aclamariam a volta da traição, até que se desenganassem tardiamente, e a parte, também numerosa, dos que não se conformariam com essa situação – e iriam às armas, e impediriam PELAS ARMAS se necessário, a volta do Sr. Getúlio Vargas ao poder”.²⁵⁵ O jornalista sinalizava, assim, a tônica das relações entre governo e oposição caso o “pai dos pobres” fosse, através do voto direto, alçado novamente ao Catete.

A iminência do processo eleitoral que decidiria os cargos executivos de todo o país, mostrava-se fundamental construir uma imagem positiva junto às classes trabalhadoras e, conseqüentemente, vincular-se ao nome de Vargas poderia ser decisivo. No final de julho, o

²⁵⁴ Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE). *Pesquisa de opinião pública sobre matéria política realizada pelo IBOPE no período de 6 a 15 de setembro de 1950, na capital de São Paulo*. Acervo do Arquivo Edgard Leurenroth (AEL). Fundo IBOPE, filme MR/256 – PE 09 – 1950. p. 208.

²⁵⁵ Grifo do autor. Fonte: *Tribuna da Imprensa*, 12/05/1950. Apud: MENDONÇA, Marina de Gusmão. *O demolidor de presidentes: a trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968*. São Paulo: Codex, 2002. p. 115.

Diário da Tarde criticava a visita do “queremista” Francisco Brochado da Rocha em Santa Catarina com intuito de articular uma aliança PTB-PSD.²⁵⁶ Os “nereusistas” apoiariam Getúlio Vargas para presidente e os trabalhistas Udo Deeke para o governo do estado. Caso concretizada a negociação, afirmava o periódico udenista, a candidatura de Carlos Gomes de Oliveira ao governo do estado seria apenas uma manobra política, com objetivo de “abrandar a antipatia dos trabalhistas catarinenses contra o atual desgoverno”.²⁵⁷

Menos de um mês depois, o PSD catarinense vibrou quando Carlos Gomes de Oliveira retirou sua candidatura ao governo do estado. Em carta aberta, o político trabalhista afirmou que a construção de sua candidatura deu-se por aclamação do partido, ciente que poderia ser uma oportunidade para, se não uma “vitória final”, um “êxito relativo nas urnas”. Contudo, informava o ex-candidato ao governo, após ponderar as vantagens e desvantagens da manutenção da candidatura junto ao Diretório Estadual e com o delegado do Diretório Nacional do PTB, Manoel Vargas, concluía que seria melhor retirá-la. Isso porque o PTB tinha uma bandeira naquela eleição: Getúlio Vargas. Portanto, os acordos, “se não puderam ser feitos como desejamos, dentro de uma fórmula alta, de conciliação entre os partidos, também não poderiam abstrair das cogitações que são principais entre os trabalhistas, de uma maior votação para Getúlio Vargas”.²⁵⁸

A retirada da candidatura de Carlos Gomes a pouco mais de um mês para o pleito indicava que o PTB pretendia fazer alianças em Santa Catarina. O ex-candidato lamentava não ter a oportunidade de se candidatar, afinal, era o desejo de algumas lideranças regionais do partido. Contudo, o relato deixa subentendido que a decisão foi tomada após conversas com membros do PTB estadual, afinados com o comando nacional – o Diretório Estadual e o delegado do Diretório Nacional. Ou seja, mesmo transparecendo uma aparente harmonia, a retirada da candidatura própria não era uma unanimidade no partido. O próprio ex-candidato deixava claro sua contrariedade visto que os acordos interpartidários não foram feitos da forma como os trabalhistas desejavam – talvez denotando certa mágoa por seu tradicional aliado, o PSD, não abrir nenhum espaço para os trabalhistas na chapa

²⁵⁶ O termo “queremista” era usado pelo *Diário de Notícias* para designar a ala getulista do PSD gaúcho, o PSDA, do qual Francisco Brochado da Rocha fazia parte. Ver: OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. Op. cit. p. 221.

²⁵⁷ *Diário da Tarde*. Florianópolis, 25 jul. 1950.

²⁵⁸ PTB. *A Gazeta*. Florianópolis, 20 ago. 1950.

majoritária. No entanto, para garantir uma maior votação a Vargas, era preciso coligar-se, mesmo que não fosse nas bases desejadas pelo partido.

Ora, a coligação lógica que traria uma “maior votação para Getúlio Vargas” era com o PSD, visto que a UDN catarinense não teria razões para abandonar o nome do Brigadeiro – diferentemente do partido de Nereu Ramos em relação a Cristiano Machado. Parece claro, portanto, que a retirada da candidatura estava vinculada a pressões do Diretório Nacional e que o indicativo seria o apoio do PTB ao pessedista Udo Deeke para o governo do estado e a Nereu Ramos para o Senado. Em troca, o PSD catarinense ignoraria a candidatura oficial do partido, aderindo à campanha de Getúlio Vargas. Considerando o histórico de divergências partidárias que solaparam o nome do líder catarinense e alçaram Cristiano Machado como candidato ao cargo máximo da nação, não causa surpresa a infidelidade dar-se sem remorso algum.

Enquanto o PTB decidia sobre a candidatura própria, os pessedistas faziam campanha junto aos trabalhadores. Para as eleições de 1950, o PSD catarinense fechou sua chapa com antecedência. O nome do engenheiro blumenauense e ex-interventor Udo Deeke foi lançado na convenção do partido de 27 de junho. Em primeira página, *O Estado* dirigia-se ao operário pleiteando votos para o candidato do PSD ao governo do estado, “para consolidar os teus direitos e para assegurar-te (...) o conforto de que és merecedor”. Finalizava dizendo: “Udo Deeke, engenheiro, é como tu, um trabalhador, e, como tu, deseja o progresso de Santa Catarina”.²⁵⁹ Ficava claro que a seção catarinense buscava uma aproximação com a figura de Vargas através daquilo que mais tocava na classe trabalhadora, a legislação trabalhista. No entanto, teria de disputar o eleitorado com os udenistas catarinenses.

Bem diferente da pauta anticomunista das eleições de novembro de 1947, a UDN partia em direção ao operariado. Nas acusações dos opositoristas, os trabalhadores catarinenses não gozavam dos benefícios da legislação trabalhista porque o PSD fez manobras na Constituição Estadual. E alertava: “não te esqueças de que o governo tratou teus companheiros com gases lacrimogêneos, quando eles buscaram melhorias para sua vida”.²⁶⁰ O periódico pessedista respondia lembrando o papel opositorista da UDN

²⁵⁹ Operário. *O Estado*. Florianópolis, 4 ago. 1950. (grifo meu).

²⁶⁰ Operário. *Diário da tarde*. Florianópolis, 4 ago. 1950.

contra Getúlio Vargas. Admirava-se com o cortejo ao “eleitorado getulista para obter-lhe o apoio do voto” uma vez que os udenistas queriam “a todo custo extinguir o trabalhismo”. Enquanto o PSD, afirmava o jornal, lutava pelas “conquistas do trabalhador nacional, a bancada udenista tudo fazia, ostensiva ou sigilosamente, para impedir que se codificassem os direitos sociais do homem de trabalho”. Portanto, concluía, se “devem ao Sr. Getúlio Vargas a legislação de que se beneficiam ainda hoje os operários nacionais, não menos justo é que creditem ao partido majoritário, ou seja ao PSD e aos seus representantes, a manutenção daquelas conquistas até o presente.”²⁶¹

Percebe-se, por conseguinte, que Vargas era a figura central daquela eleição. O pleito nacional girava em torno do apoio/oposição à sua figura. Na eleição para o governo de Santa Catarina, disputava-se quem seria o melhor mantenedor dos direitos trabalhistas. Nos periódicos dos dois principais partidos, não há ataques à figura do ex-presidente. De um lado os oposicionistas cortejavam o trabalhador, acusando o PSD de não implementar a legislação trabalhista durante os anos em que esteve no poder. De outro, os pessedistas respondiam se autointitulando mantenedores das conquistas sociais adquiridas durante o governo Vargas. Em meio ao fogo cruzado permanecia o PTB, sem saber se optava pela candidatura própria ou buscava alianças. O “partido de Vargas” realmente poderia ser decisivo nas eleições estaduais – mais pelo vínculo com a figura do ex-presidente do que pela estrutura partidária ou pelo desempenho em eleições anteriores. Talvez por isso, ir a reboque do PSD novamente para o governo e para o senado ficava aquém das suas expectativas, visto que teria como grande arma eleitoral o seu nome maior.

Após a troca de cartas que tornou públicas as articulações entre udenistas e petebistas, os situacionistas dedicaram-se a denunciar a ilegalidade do ato. Nas semanas seguintes, acusações mútuas e informações contraditórias ocuparam espaços de destaque nos jornais de situação e oposição. *O Estado* trazia um trecho da entrevista de Adolfo Konder ao jornal *O Globo* em que afirmava que a UDN catarinense não abandonaria a candidatura de Eduardo Gomes e avisava: “a recomendação dos trabalhistas de apoiarem a candidatura de Irineu Bornhausen não favorecerá a candidatura de Getúlio Vargas como propalam alguns dirigentes do PTB”.²⁶² Dias depois, *A Gazeta* publicava uma entrevista de

²⁶¹ Esses “amigos” do trabalhador. *O Estado*. Florianópolis, 06 ago. 1950.

²⁶² “Ainda ontem o sr. Adolfo Konder deixou bem claro que o seu partido não retribuirá favores, declarando ao jornal carioca (*O Globo*) o seguinte: ‘A UDN de Santa Catarina está firmíssima com o Brigadeiro Eduardo

Danton Coelho, presidente nacional da sigla. A matéria, produzida pelo “correspondente político de *A Gazeta e O Estado*”, reiterava que o acordo feito em Santa Catarina não obtivera a autorização do comando nacional e pedia para que os líderes catarinenses, Saulo Ramos e Carlos Gomes de Oliveira, desfizessem o acordo com a UDN.²⁶³ No dia seguinte, o jornal publicava a união entre PSD e PTB para a eleição municipal de Joinville. O candidato pessedista, Ademar Garcia, retirara a candidatura em favor do petebista Rodrigo Lobo.²⁶⁴

O periódico de oposição comemorou a união dos principais partidos de Santa Catarina em torno da candidatura de Irineu Bornhausen. UDN, PTB, PRP, PSP, PDC e PL estavam juntos contra o “PSD cabisbaixo e triste do senhor Nereu Ramos”.²⁶⁵ Dias depois, em face das pressões internas e externas para que o acordo UDN-PTB fosse rompido, o *Diário da tarde* transcreveu uma carta do candidato a senador Carlos Gomes de Oliveira, publicado originalmente no órgão oficial do PTB catarinense, o jornal *A Evolução*.²⁶⁶ Carlos Gomes afirmava que, a partir do momento em que se decidiu pela não candidatura própria ao governo do estado, o partido sentia-se livre para apoiar qualquer candidato. Tendo em vista que a UDN ofereceu apoio à sua candidatura, bem como a dos demais partidos coligados, o PTB catarinense decidiu sufragar o nome do candidato udenista. Ressaltava ainda que Irineu Bornhausen comprometera-se em fazer um governo dando a “máxima atenção” às classes trabalhadoras e que só aceitou sua candidatura ao Senado após ouvir “elementos dos mais responsáveis no PTB e junto ao Senador Getúlio Vargas”. Finalizava afirmando: “Sei de correntes contrárias. Isso, porém, não pode alterar a posição que assumimos em face da UDN e seus coligados. O Partido Trabalhista em Santa Catarina

Gomes. Não há possibilidade nem de recuo nem de desvio de votos para outras candidaturas. Isso é uma hipótese absurda e inconcebível.” Fonte: *O Estado*. Florianópolis, 07 set. 1950.

²⁶³ “A posição do PTB em Santa Catarina é definitiva no sentido de que o nosso partido marche de acordo com o PSD, que obedece ali a chefia do senhor Nereu Ramos. Este foi sempre o ponto de vista do meu partido, obediente aos desejos reiteradamente expressos pelo nosso eminente chefe Senador Getúlio Vargas. Não é verdade o que lá se assoalha na imprensa e por meio de boletins, ou seja, que a direção nacional do PTB tenha sido consultada e assentido relativamente ao acordo feito com a UDN. Tudo isso ocorreu à nossa revelia e sem o nosso apoio. Confio que o novo apelo que acabo de dirigir aos prestigiosos correligionários Saulo Ramos e Carlos Gomes de Oliveira encontrará a escolhida que almejamos, pois ele objetiva não só o nosso desejo senão também o do nosso preclaro candidato à presidência da república, senador Getúlio Vargas.” Fonte: Sensacional. *A Gazeta*. Florianópolis, 12 set. 1950.

²⁶⁴ O PTB e o PSD em chapa única. *A Gazeta*. Florianópolis, 13 set. 1950.

²⁶⁵ Com Irineu Bornhausen, as oposições coligadas. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 07 set. 1950.

²⁶⁶ Cabe ressaltar que no acervo de periódicos catarinenses disponíveis na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina não há exemplares do jornal *A Evolução* do ano de 1950, apenas os dos anos de 1951, 1952 e 1953.

é que está fazendo campanha pela candidatura de Vargas em nosso estado. [...] E eu, pessoalmente, tenho compromissos indestrutíveis para com Getúlio Vargas. O mais que for, se acertará no caminho.”²⁶⁷

No entanto, enquanto o candidato do PTB deixava claro que obtivera autorização para lançar candidatura própria ao Senado, os jornais pessedistas pediam documentos comprobatórios da autorização do acordo pelo comando nacional.²⁶⁸ No final da primeira quinzena de setembro, *O Estado* dedicava parcela significativa de suas edições para denunciar a irregularidade da aliança.²⁶⁹

A intervenção no diretório catarinense foi noticiada no dia 14 de setembro de 1950. O jornal de Aderbal Ramos da Silva colocou em destaque dois telegramas enviados por Danton Coelho aos líderes trabalhistas. No primeiro, endereçado a Carlos Gomes de Oliveira, o presidente nacional do partido pedia para que conversasse com Saulo Ramos e retirassem a candidatura própria ao Senado. Danton Coelho ainda apelava ao “espírito conciliador” do correligionário catarinense para evitar uma intervenção. No segundo, o presidente da sigla dirigia-se a Saulo Ramos. De forma mais seca, lamentava que Simão Lopes, encarregado de demovê-lo da ideia da candidatura, não obtivera êxito. Ordenava ainda que, “para evitar males maiores”, providenciasse “a nomeação de uma comissão para dirigir o pleito composta por elementos notoriamente favoráveis à corrente de Nereu”.²⁷⁰

Em telegrama circular enviado às seções municipais no dia 16 de setembro, o diretório estadual comunicava o nome dos novos integrantes, em substituição à “Comissão Executiva extinta”. Octacílio Nascimento, Acácio Zelnio da Silva e Pedro Amorim assumiriam os cargos de presidente, secretário e tesoureiro, respectivamente. O informativo finalizava asseverando que aquela comissão fora designada para atender as instruções do comando nacional e de Getúlio Vargas, isto é, “prestigiar neste estado a corrente chefiada

²⁶⁷ Fala-nos o Dr. Carlos Gomes de Oliveira. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 12 set. 1950.

²⁶⁸ “Pessoas de todas as classes, notadamente getulistas, pedem-nos a publicação do documento emanado do Diretório Nacional do PTB autorizando os srs. Saulo Ramos e [Rafael] Cruz Lima a negociarem o propalado acordo do partido do Sr. Getúlio Vargas com a UDN. [...] Outros, mais exigentes, querem também a publicação da ata da convenção do PTB em que ficou deliberado o supracitado apoio...”. Cadê os documentos. *O Estado*. Florianópolis, 12 set. 1950.

²⁶⁹ O jornal *O Estado*, após ouvir o jornalista Domingos Fernandes de Aquino, integrante do PTB de Florianópolis, informou que não havia documento algum que comprovasse a aprovação do comando nacional petebista do acordo supostamente firmado entre a seção catarinense e a UDN. Fonte: Não há documentos. *O Estado*. Florianópolis, 13 set. 1950.

²⁷⁰ A verdade sobre o acordo do PTB com a UDN em S. Catarina. *O Estado*. Florianópolis, 14 set. 1950.

pelo senhor Nereu Ramos, ficando, por conseguinte, sem efeito a recomendação de votar no candidato a governador pela UDN.”²⁷¹

Em consonância com os apontamentos de estudos anteriores, o PTB nacional adotava o pragmatismo político para garantir a eleição de seu nome maior. Mais importante do que aventurar-se numa candidatura ao Senado, era solidificar as bases de apoio a Vargas.²⁷² Contudo, as articulações esbarravam em disputas regionalizadas, em tensões locais que dificultavam a estruturação da candidatura presidencial. A desobediência da seção catarinense do PTB e a intervenção do comando nacional deram visibilidade a disputas internas que, a partir de então, ficariam cada vez mais latentes.

A ala destituída não se submeteu pacientemente às ordens de Danton Coelho. Apoiada pelo veículo udenista – que tratara o episódio como um golpe contra “cidadãos dignos que não se curvaram às imposições dos intrusos nereusistas”²⁷³ – organizaram um ato público para manifestar “simpatia e solidariedade” à candidatura de Carlos Gomes.²⁷⁴ Em seguida vieram as notas desmentindo a intervenção e afirmando a legitimidade da coligação UDN-PTB. A comissão interventora, segundo os informes, carecia de poderes jurídicos uma vez que não estaria registrada no TRE como tal. Mantinham-se, portanto, os poderes deliberativos do antigo diretório, composto entre outros por Saulo Ramos e Braz Joaquim Alves, deputados estaduais eleitos em 1947. A intervenção fora uma “violência do Diretório Nacional, submetido a elementos estranhos ao partido, os da ala do PSD”. Os correligionários que assumiram as funções executivas do novo diretório eram taxados de “elementos vacilantes, subservientes e oportunistas”.²⁷⁵ Ainda que os jornais situacionistas publicassem trechos do estatuto do PTB que comprovassem a ilegalidade do acordo e mesmo uma nota do TSE reconhecendo a comissão interventora, Carlos Gomes de Oliveira manteve-se como o candidato do partido ao Senado. Formava-se, assim, um cenário político ambíguo e contraditório. O PSD apostava na dissensão entre os trabalhistas para, conjugado com o apoio a Vargas, alavancar a candidatura de Udo Deeke ao governo e eleger Nereu Ramos ao Senado. O PTB, que rompera a parceria com os pessedistas da

²⁷¹ Telegrama circular que a Comissão Diretora do Partido Trabalhista brasileiro, seção de Santa Catarina, expediu aos Diretórios Municipais. *O Estado*. Florianópolis, 16 set. 1950.

²⁷² Esta análise pode ser lida em: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo* (1945-1964). 2 ed. São Paulo: LTr, 2011. Cap. II.

²⁷³ Intervenção no PTB catarinense. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 14 set. 1950.

²⁷⁴ Grande manifestação de simpatia e solidariedade. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 15 set. 1950.

²⁷⁵ Ilegal a comissão interventora do PTB. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 18 set. 1950.

eleição anterior, arvorava-se como “o legítimo representante da candidatura de Vargas” enquanto consumia-se com brigas intestinas em torno da coligação estadual. Já a UDN, em razão do acordo com o PTB e da necessidade de aproximação com as classes trabalhadoras, pôs de lado o discurso antigetulista. Paradoxalmente, fez campanha para o Brigadeiro. No bojo das disputas locais, jazia a candidatura de Cristiano Machado, objeto de discórdias no seio do PSD e abandonada em Santa Catarina pelos principais líderes do partido.

Estava claro que a presença de Vargas tornava a eleição de 1950 diferente das anteriores. Afinal, os três partidos que disputavam a presidência tinham sua “razão de ser” na figura do ex-ditador. PSD e PTB nasceram com a pecha de “mão direita” e “mão esquerda” de Vargas. A UDN tinha no seu âmago, por sua vez, a cruzada contra o Estado Novo. Um partido criado inicialmente para aglutinar uma ampla frente de oposição àquilo que genericamente chamavam de “getulismo”.²⁷⁶ Com a entrada de Vargas no processo sucessório de 1950, o pragmatismo e as incongruências das articulações políticas confrontavam-se com as orientações doutrinárias fundamentais de cada uma das três siglas.

O periódico do PSD publicou, no dia 12 de setembro, com destaque de capa, a chapa do partido para aquelas eleições. Encabeçava a lista o nome de Udo Deeke, engenheiro civil, para governador, seguido de Nereu Ramos, advogado, para o Senado, João David Ferreira Lima, advogado, para suplente ao Senado e as listas de candidatos a deputados federais e estaduais com suas respectivas profissões.²⁷⁷ O que o jornal “esqueceu” de citar foi o nome do candidato oficial do partido: Cristiano Machado. O “descuido” não era casual. Para aquele dia estava marcada a visita do candidato do PSD à capital de Santa Catarina. No entanto, não havia qualquer menção à presença do candidato. A mensagem era clara. A seção catarinense do PSD, comandada por Nereu Ramos, destacava na capa do jornal *O Estado* – de propriedade de seu sobrinho – o conjunto de candidatos do partido aos postos eletivos, excluindo o candidato oficial à presidência. Sinalizava-se a “cristianização” do candidato pessedista, ao menos na capital do estado.

No dia seguinte, o mesmo jornal, em pequenas letras no alto da primeira página, noticiava a visita do presidenciável pessedista. Sem comícios ou grandes recepções. Apenas

²⁷⁶ Delgado, baseada em análises de Benevides, afirma que Vargas criou simultaneamente um partido de patrões, um partido de trabalhadores e ainda provocou o surgimento de um terceiro, fundado unicamente para combatê-lo. Para a autora, o PTB era o principal alvo da oposição udenista, uma vez que simbolizava a faceta trabalhista do projeto de Vargas. Ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Op. cit. p. 32.

²⁷⁷ Partido Social Democrático. *O Estado*. Florianópolis, 12 set. 1950.

um “concorrido almoço” no Clube 12 de Agosto, cuja presença política mais expressiva era a de José Boabaid, presidente da Assembleia Legislativa.²⁷⁸ O jornal oposicionista detalhava a frieza com que fora recebido o candidato pessedista. Afirmava que Nereu Ramos, justamente no momento em que tentava aproximar-se das hostes trabalhistas e desfazer o acordo entre UDN e PTB, teve de preparar “às pressas” uma recepção a Cristiano Machado.

De acordo com os relatos, foram pintadas “... duas (DUAS!) faixas com o nome de sua excelência” e pregados “vinte e poucos retratos”. Para o presidenciável, nem mesmo um almoço no Palácio do Governo, “coisa que muito figurão de menor importância tem recebido”. Apenas “uns bifés à cavalo com ervilhas, um peru com farofa no restaurante do Clube Doze e, enquanto o Sr. Cristiano Machado almoçava, havia um empregado espetando o garfo à parede e virando as vassouras de pernas para o ar para que sua excelência desse o fora quanto antes...”. Sem comício, reunião ou contato com o povo, “tão depressa foi servido o cafezinho, meteram o candidato num auto de volta à Base Aérea para ir excursionar pelo Vale do Itajaí”. Enquanto abandonava seu candidato, o PSD local encaminhava os “propalados preparativos para a recepção do chefe trabalhista, a quem prometem tudo”, com o único objetivo de “aproveitar-se da popularidade do Sr. Getúlio Vargas”.²⁷⁹

Para a vinda de Vargas, nada de bife com ervilhas ou peru com farofa. O periódico pessedista dava destaque em primeira página à chegada do “eminente brasileiro”, “a quem Santa Catarina deve grandes e assinalados serviços”. O ex-presidente, ao contrário do adversário pessedista, seria recebido no aeroporto pelo governador do estado.²⁸⁰ Na parte inferior da primeira página, o jornal destacava uma nota do Sindicato dos Empregados no Comércio de Florianópolis, pedindo aos empregadores que fechassem os “estabelecimentos comerciais e industriais” naquela tarde. Isso para que os “empregados e operários” pudessem participar da recepção a Getúlio Vargas, “grande amigo dos trabalhadores e autor da nossa benéfica legislação trabalhista e social”.²⁸¹

²⁷⁸ *O Estado*. Florianópolis, 13 set. 1950.

²⁷⁹ Cristiano Machado visita Santa Catarina. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 13 set. 1950.

²⁸⁰ *O Estado*. Florianópolis, 19 set. 1950.

²⁸¹ Apelo aos srs. Empregadores. *O Estado*. Florianópolis, 19 set. 1950.

O periódico oposicionista destacou a vinda de Vargas ao estado. Sem deixar de criticar os “nereusistas” que, ao cortejar o candidato trabalhista, emplacavam uma dupla traição. A primeira com Cristiano Machado, candidato oficial do partido e relegado a segundo plano em sua visita. E a segunda com o próprio Getúlio Vargas, ao lembrar que Nereu Ramos apoiara a insurreição dos paulistas em 1932 contra o seu governo. Mesmo com as críticas, a reportagem destacava o caráter festivo do evento, com a cidade coberta de “cartazes e bandeiras” e gente “vinda de todas as partes do estado”.²⁸²

De acordo com os jornais pessedistas, Getúlio foi recebido em Joinville e desfilou em carro aberto ao lado de Udo Deeke, candidato do PSD ao governo do estado. Em Florianópolis, ladeado por Nereu Ramos, percorreu a cidade “enfeitada de faixas, cartazes e pendões”. Às 20 horas, após jantar no Palácio do Governo, “no qual tomaram parte altas autoridades estaduais”, deu-se o comício do “eminente gaúcho”. Na companhia do governador Aderbal Ramos da Silva, o presidenciável foi ovacionado por “enorme massa popular de 20 mil pessoas”.²⁸³

Ora, todos os três jornais trataram de ressaltar a mobilização provocada pelo comício daquele que seria o principal líder das classes trabalhadoras e “autor da legislação trabalhista”. No entanto, o discurso do candidato foi objeto de diferentes interpretações. Afinal, a quem Getúlio manifestaria seu apoio? Ao correligionário Carlos Gomes de Oliveira, candidato ao Senado em coligação com a UDN? Ou a Nereu Ramos, líder do PSD, candidato ao Senado e um dos principais responsáveis pela intervenção nacional no diretório estadual do PTB? Considerando o apelo popular do ex-presidente, parece lógico que os partidos disputassem sua indicação. Afinal, ser reconhecido como o “candidato de Vargas” poderia ser um diferencial fundamental naquele disputado processo eleitoral.

Ao finalizar seu discurso pedindo votos para Udo Deeke, para governador, e Nereu Ramos, para senador, Vargas deixaria claro sua opção pelo pragmatismo político e a prioridade por coligações amplas o bastante para garantir sua eleição.²⁸⁴ No entanto, o

²⁸² A chegada do Sr. Getúlio Vargas e uma vibrante lição do povo. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 21 set. 1950.

²⁸³ Getúlio teve recepção consagradora em Santa Catarina. *O Estado*. Florianópolis, 20 set. 1950; Deslumbrante a recepção do povo a Getúlio Vargas. *A Gazeta*. Florianópolis, 20 set. 1950.

²⁸⁴ “Amigos e trabalhadores de Santa Catarina. Constrangido a entrar na luta política da sucessão presidencial por exigência do povo, para defender altos interesses do país que estão sendo sacrificados apresento-me hoje como candidato, perante o povo catarinense, na sua bela capital. Desejaria ter como meu colaborador no Senado o preclaro brasileiro e meu particular amigo Dr. Nereu Ramos. Ele que na alta função de Vice-

órgão udenista descreveu um comício repleto de apupos aos “nereusistas” e com clamores aos candidatos “populares”, Carlos Gomes e Irineu Bornhausen.²⁸⁵ Segundo o *Diário da Tarde* – que em momento algum criticou a figura do ex-presidente –, a multidão já aguardava o candidato no Palácio do Governo, “aclamando entusiasticamente os nomes dos srs. Getúlio Vargas, Carlos Gomes de Oliveira, Saulo Ramos e Irineu Bornhausen”. Nereu Ramos, quando “assomou a uma das sacadas”, foi recebido com uma “ensurdecadora assuada”. No comício, após a fala de Carlos Gomes e os “delirantes aplausos do povo”, tomou lugar a figura maior do PTB. Vargas concentrou seu discurso em problemas do estado, como o carvão e a energia elétrica. Ao final, quando manifestou seu apoio aos candidatos do PSD, recebeu uma vaia “cuja tremenda intensidade não arrefeceu durante vários momentos”. Por isso, de acordo com a reportagem, o comício terminou “friamente”. “A massa popular [...] abandonou o local desiludida” e encaminhou-se para a Praça XV, onde “ovacionou delirantemente” Carlos Gomes e Saulo Ramos, “aclamando também o nome do Sr. Irineu Bornhausen, o verdadeiro candidato do povo de Santa Catarina”.²⁸⁶

A descrição do órgão udenista, repleta de superlativos, deve ser tomada com cautela. Parece claro que o confronto entre o comando nacional petebista e o diretório regional gerou uma forte cisão entre os correligionários locais. É verdade também que tanto a UDN quanto o PSD investiam boa parte de suas expectativas no apoio dos trabalhistas. Da mesma forma, soa factível que os eleitores de Vargas presentes no comício não votassem necessariamente nos candidatos indicados pelo presidencial. Isto é, que pode realmente ter havido “apupos” e “assuadas” quando mencionados os nomes de Nereu Ramos e Udo Deeke. O que não significa que o comício terminou “friamente” e nem que as

Presidente da República foi tão hostilizado pelo atual governo, apesar dos serviços que prestou, bem merece essa reparação. Para governador, recomendo o nome do operoso engenheiro Udo Deeke e para deputados federais e estaduais os candidatos do Partido Trabalhista Brasileiro”. Fonte: VARGAS, Getúlio. *A campanha presidencial*. São Paulo: J. Olympio, 1951.

²⁸⁵ De acordo com o relato do *Diário da Tarde*, a multidão não permitiu que outros correligionários petebistas falassem, apenas Carlos Gomes de Oliveira e Getúlio Vargas: “O comício só pode ter início após as 21 horas para terminar apenas meia hora depois, de vez que o povo, numa vibração cívica jamais igualada nesta capital, somente permitiu que falassem os srs. Carlos Gomes de Oliveira e Getúlio Vargas. Os demais oradores inscritos, tanto desta capital como os da caravana, não puderam desincumbir-se de suas missões. Assim aconteceu com os srs. Wilmar Dias e Agripa de Castro Farias, conhecidos nereuzistas. O povo com formidável vaia não os permitiu que falassem. Dada a palavra em seguida a Otacílio Nascimento, o homem que substituiu o Sr. Saulo Ramos na presidência estadual do PTB, foi também estrondosamente vaiado aos gritos de ‘traidor’.” Fonte: A chegada do Sr. Getúlio Vargas e uma vibrante lição do povo. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 21 set. 1950.

²⁸⁶ A chegada do Sr. Getúlio Vargas e uma vibrante lição do povo. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 21 set. 1950.

pessoas que lá foram apoiavam maciçamente Carlos Gomes de Oliveira e Irineu Bornhausen. Afinal, ao comício de Vargas convergiam eleitores de ambas as facções. Vaiais ou aplausos, comuns na ritualística do comício, eram instrumentos da luta política e, provavelmente, foram utilizados pelos grupos que disputavam o executivo estadual durante o *meeting* com o presidenciável.

Mais do que os eventuais apupos que podem ter acontecido, merece destaque a centralidade da figura do Vargas naquele processo eleitoral. Os dois principais partidos de Santa Catarina, ao cindir o PTB, não brigavam pelos votos da legenda – que as eleições anteriores haviam demonstrado não ser tão expressiva – mas pelo posto de representantes de Getúlio Vargas e o que isso poderia significar em termos eleitorais. Em suma, o prestígio do ex-presidente, especialmente junto às classes trabalhadoras, acreditavam os partidos, poderia ser decisivo nas eleições para o Senado e para o governo do estado.

Os udenistas, a despeito de não abandonarem a candidatura de Eduardo Gomes – e isso pode ser constatado pelas propagandas diárias do candidato no jornal do partido – não desferiram críticas a Getúlio Vargas. Os discursos contra o “estadonovismo” e as acusações de ditador, comuns na campanha de 1945, não foram usados em 1950. Os ataques se concentraram nas perseguições políticas durante os anos de hegemonia “nereusista” e na “promiscuidade” do acordo com a cúpula trabalhista em troca do apoio de Vargas para as candidaturas estaduais do PSD.²⁸⁷ Ou seja, eram críticas desferidas contra seus adversários locais.

O PSD, também interessado em garantir o apoio do eleitorado varguista, usou o nome do presidenciável para fazer campanha e criticar seu principal rival.²⁸⁸ Ao repercutir as palavras de Danton Coelho contra a coligação UDN-PTB no estado, *A Gazeta* identificava o presidente nacional do partido como a “palavra autorizada do eminente brasileiro Getúlio Vargas”.²⁸⁹ *O Estado*, após o concorrido comício de Getúlio, reproduziu em primeira página o trecho do discurso no qual manifestava o apoio a Nereu Ramos e Udo

²⁸⁷ A triste história de duas traições. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 22 set. 1950; Nereu, que é PSD, aconselhará eleitorado a votar em Getúlio Vargas. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 22 set. 1950.

²⁸⁸ O periódico do PSD reproduziu trecho do discurso de Irineu Bornhausen, na cidade de Joinville, em que dizia que políticos populistas como Getúlio Vargas e Adhemar de Barros, por não ter espírito partidário, apenas carisma pessoal, dificilmente se elegeriam presidentes da República. Fonte: Repetiu, mas não repetirá. *O Estado*. Florianópolis, 10 set. 1950.

²⁸⁹ “O senhor Danton Coelho, ilustre presidente do Partido Trabalhista Brasileiro e palavra autorizada do eminente brasileiro Getúlio Vargas, presta declarações a respeito da situação política em Santa Catarina.” Fonte: Sensacional. *A Gazeta*. Florianópolis, 12 set. 1950.

Deeke.²⁹⁰ A UDN não interpretou os acontecimentos do comício da mesma forma. Segundo sua folha diária, diante do menosprezo público aos membros da Comissão Interventora, Vargas teria autorizado apenas que ele e Carlos Gomes de Oliveira falassem. Durante sua fala, recomendava que o eleitorado votasse livremente nos candidatos do PTB e, “nas entrelinhas do seu discurso”, “indicava ao povo que inteligentemente percebeu o nome de Irineu Bornhausen para o governo do Estado, e Carlos Gomes de Oliveira para o Senado e outros candidatos trabalhistas aglutinados nos partidos de oposição em nossa terra”.²⁹¹

As eleições de 1950 apresentaram uma configuração política diferente do pleito anterior. Nas eleições de 1947, disputava-se quem era o “candidato do povo”: Irineu Bornhausen ou Aderbal Ramos da Silva? A chapa de vereadores da UDN ou os candidatos pessedistas à Câmara? Em 1950, a orientação retórica muda. Havia um candidato reconhecidamente popular: Getúlio Vargas. Disputava-se, então, quem atrairia para si este capital político. Para além da criatividade nas interpretações do discurso do ex-presidente, acreditava-se que ser reconhecido como “o candidato de Vargas” poderia ser decisivo no pleito. Nesta perspectiva, tanto o PSD quanto a UDN, através dos cortejos aos trabalhistas, buscaram esta identificação.

Todavia, se utilizarmos para a análise apenas o resultado final das urnas, concluiremos que a estratégia política adotada pelo PTB local foi bem sucedida. Ao romper com o PSD, a seção catarinense do partido mostrou seu poderio eleitoral ao eleger Vargas ao principal cargo da República, alcançar pela primeira vez uma cadeira no Senado e ajudar a desbancar o domínio político pessedista no estado. Entretanto, a comparação dos dados da eleição presidencial com outros estados da federação e a análise da distribuição dos votos por município indica que, ao menos em Santa Catarina, a candidatura do ex-presidente não teve todo o apelo popular que os estrategistas políticos esperavam.

No plano nacional, Getúlio foi eleito com 48,7% dos votos válidos, contra 29,7% de Eduardo Gomes, 21,49% de Cristiano Machado e 0,1% de João Mangabeira.²⁹² Em Santa

²⁹⁰ “‘Desejaria ter como meu colaborador no Senado o preclaro brasileiro e meu particular amigo dr. Nereu Ramos’ do discurso do Senador Getúlio Vargas, anteontem, nesta capital.” Fonte: *O Estado*. Florianópolis, 21 set. 1950; Recomenda, Getúlio Vargas, nesta capital, a candidatura de Udo Deeke. *O Estado*. Florianópolis, 21 set. 1950.

²⁹¹ O que foi a indicação de Getúlio Vargas. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 22 set. 1950.

²⁹² As informações sobre as votações por estado foram encontradas em: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Dados Estatísticos: eleições federais e estaduais realizadas no Brasil em 1950*. Vol. 2. Departamento de Imprensa Nacional, 1964. Acervo do TRE-SC.

Catarina, mesmo com o apoio declarado de Nereu Ramos e dos principais líderes do PSD, Vargas conseguiu somente 40,7% dos votos. Cristiano Machado, aparentemente relegado pelos caciques pessedistas de Santa Catarina, conseguiu percentual similar ao do plano nacional, 21,9%. A surpresa foi a votação do Brigadeiro Eduardo Gomes, com 37,4%, ou seja, apenas três pontos percentuais abaixo do candidato do PTB. O resultado denota o equilíbrio da eleição presidencial no estado em contraste com a euforia getulista das páginas dos periódicos.

Em uma análise comparativa, nos dois outros estados do sul, a distância de Vargas para seus adversários foi supinamente maior. Em sua terra natal, Vargas obteve 49,4% dos votos, enquanto Eduardo Gomes e Cristiano Machado auferiram 21% e 29,5%, respectivamente. No Paraná, o predomínio varguista foi na ordem de 63,8% do eleitorado, contra 15,6% e 20,6% dos candidatos de UDN e PSD, respectivamente. Em São Paulo, maior colégio eleitoral do país, o líder trabalhista praticamente confirmou a tendência da pesquisa de intenção de votos realizada pelo IBOPE algumas semanas antes do pleito.²⁹³ Auferiu 64,3%, diante de 24,8% do Brigadeiro e de 10,6% de Cristiano Machado. Já na capital federal, onde as pesquisas de opinião apontavam equilíbrio entre Getúlio Vargas e Eduardo Gomes²⁹⁴, o candidato do PTB conseguiu 65,2% contra 29,2% de seu principal adversário. Cristiano Machado ficou com míseros 5,1% dos votos, bem abaixo de sua média nacional.

É difícil estabelecer as razões da pequena diferença entre Vargas e Eduardo Gomes em Santa Catarina. Novamente, a escassez de fontes prejudica o mapeamento geográfico da votação dos candidatos. Há, nos arquivos do TRE-SC, a votação dos presidenciáveis por cidade, mas não constam os mapas de apuração por seção eleitoral. Tal cenário torna

²⁹³ A pesquisa apresentava os seguintes números: Getúlio Vargas - 67,2%; Eduardo Gomes - 21,7%; Cristiano Machado - 2%; João Mangabeira - 0,8%. Ver mais detalhes no início deste capítulo. Fonte: Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE). *Pesquisa de opinião pública sobre matéria política realizada pelo IBOPE no período de 6 a 15 de setembro de 1950, na capital de São Paulo*. Acervo do Arquivo Edgard Leurenroth (AEL). Fundo IBOPE, filme MR/256 – PE 09 – 1950. p. 208.

²⁹⁴ Em 1949, a pesquisa IBOPE apontava uma vantagem de 2,2% de Vargas em relação a Eduardo Gomes. Na pesquisa de agosto de 1950, a diferença entre eles aumenta: Vargas - 38,4%; Eduardo Gomes - 28,8%. Ver detalhes no início deste capítulo. Fonte: Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE). *Pesquisa de intenção de voto para presidente da República em 1950, realizada em junho de 1949*. Acervo do Arquivo Edgard Leurenroth (AEL). Fundo IBOPE, filme MR/256 – P 08 – 1949. p. 525; Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE). *Pesquisa política, levada a efeito, no Rio de Janeiro, durante o mês de agosto de 1950*. Acervo do Arquivo Edgard Leurenroth (AEL). Fundo IBOPE, filme MR/256 – PE 09 – 1950. p. 189.

complicado diagnosticar como votaram os trabalhadores urbanos e, conseqüentemente, comparar com os números das seções eleitorais localizadas em distritos com predominância de atividades rurais, por exemplo.

O que a análise das votações em Santa Catarina nos permite inferir é que a candidatura de Getúlio Vargas ficou aquém das expectativas geradas pelos periódicos e pelos articuladores de sua campanha. O abandono da candidatura de Cristiano Machado em favor do presidenciável trabalhista – conhecido como “cristianização” – revelou-se também mais ambíguo do que comumente se afirma ao mencionar o caso catarinense. Pelo fato do PSD ser liderado por Nereu Ramos, um dos principais prejudicados nas disputas pela sucessão presidencial, é dado como certo que os diretórios pessedistas espalhados pelo estado apoiaram Vargas. Todavia, a votação dos candidatos comprovou que este movimento não foi tão coeso quanto se pensou.

2.2 – “Governo é governo enquanto o povo o quiser”: o pragmatismo político udenista e a vitória eleitoral

A diferença de 3,3% em favor do candidato trabalhista significou uma vantagem de apenas 9.012 votos em todo o estado.²⁹⁵ Uma diferença pequena, especialmente se analisados os números por município. Nos dez maiores colégios eleitorais do estado, Vargas venceu em cinco (Florianópolis, Lages, Itajaí, Joinville e Canoinhas), Eduardo Gomes em três (Blumenau, Rio do Sul e Joaçaba) e Cristiano Machado em dois (Chapecó e Tubarão).²⁹⁶ Se considerados apenas estes votos, Vargas faria 50.835 sufrágios (46%), contra 40.621 (36,8%) de Eduardo Gomes e 18.893 (17,1%) de Cristiano Machado.²⁹⁷ Em números absolutos, a diferença em favor de Vargas seria de 10.214 votos. Mais, portanto,

²⁹⁵ Os dados a seguir sobre a votação dos candidatos em Santa Catarina foram obtidos na seguinte fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resenha Eleitoral: resultado das eleições de 3-10-1950*. Florianópolis, 1951. Arquivo do TRE-SC. Doc. 38.

²⁹⁶ Os dez maiores colégios eleitorais de Santa Catarina eram: Florianópolis (23.223 eleitores), Lages (19.221), Chapecó (16.589), Itajaí (15.428), Tubarão (14.704), Joinville (14.254), Blumenau (13.045), Rio do Sul (11.973), Canoinhas (10.507) e Joaçaba (10.379).

²⁹⁷ João Mangabeira fez apenas 27 votos em todo o estado de Santa Catarina. Nos dez maiores municípios, obteve 24 sufrágios.

do que a vantagem obtida em todo o estado. Em pontos percentuais, seria de 9,25%, quase o triplo do obtido no total.²⁹⁸

A vitória do candidato trabalhista nos maiores colégios eleitorais contrasta com o desempenho dos opositoristas nos demais municípios. Ou seja, em que pese a vantagem varguista nas maiores cidades, a UDN conseguiu distribuir melhor a votação do seu presidenciável por todo o estado. O candidato udenista venceu em 25 municípios, Vargas em 22 e Cristiano Machado em 05. Cabe destacar, no entanto, que estes números não podem ser analisados isoladamente. Em muitos municípios, a diferença entre os candidatos foi de poucos votos. Nas maiores cidades onde o candidato udenista venceu, apenas em Rio do Sul houve uma diferença significativa nos percentuais de votação.²⁹⁹ No caso das maiores cidades vencidas por Vargas, houve vantagem expressiva em Florianópolis, Lages e Canoinhas. Em Itajaí e Joinville, apesar de conseguir mais votos que seu adversário, a diferença foi pequena.³⁰⁰

Os dados expostos permitem fazer dois apontamentos. O primeiro é sobre o alcance da candidatura de Vargas no interior, em especial nos municípios menores. O segundo, que nada mais é do que uma extensão do primeiro, é sobre as ambiguidades do processo de “cristianização” da candidatura oficial pessedista em Santa Catarina. Ambos possibilitam uma reflexão sobre a estratégia política do PTB local e as incoerências que permearam o pleito de 1950.

²⁹⁸ A vantagem do candidato trabalhista deu-se principalmente em três grandes cidades: Canoinhas, Lages e Florianópolis. Em Lages, localizada na serra catarinense e berço político da família Ramos, Vargas obteve a maior votação proporcional: 67,1% contra 28,6% e 4,2% de Eduardo Gomes e Cristiano Machado, respectivamente. Uma diferença de 5.036 votos em relação ao segundo colocado. A expressiva votação de Vargas deixa claro o peso político dos Ramos em sua cidade natal e evidencia ainda mais a orientação de Nereu de solapar a candidatura presidencial de seu correligionário.

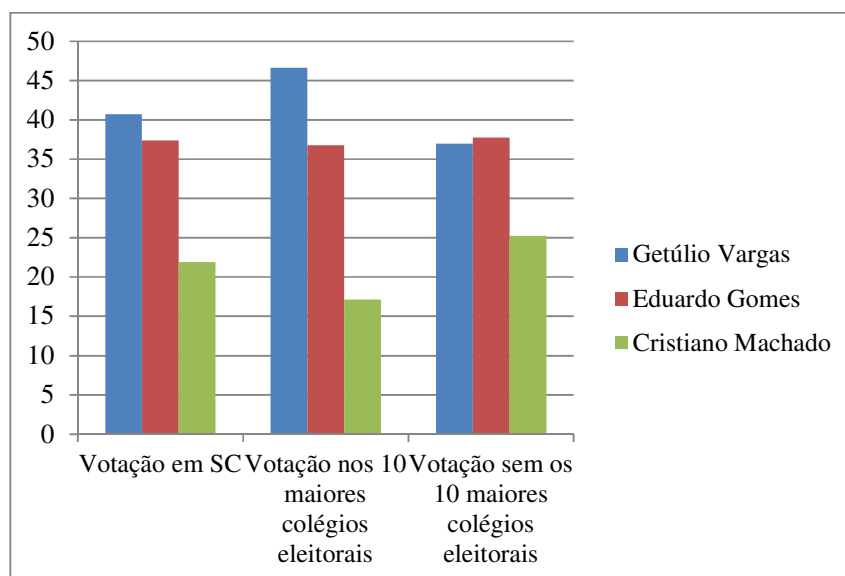
Em Florianópolis, no entanto, a conjuntura política foi diferente. A exaltação dos periódicos locais à figura do ex-presidente e a disputa em torno dos significados embutidos no comício sinalizam que o prestígio de Vargas junto aos trabalhadores da capital poderia ser decisivo. Cabe lembrar que Florianópolis fora palco de manifestações queremistas, em 1945, e, nas eleições de janeiro de 1947, as seções eleitorais localizadas no centro deram grande votação às legendas declaradamente ligadas aos trabalhadores, em especial o PCB. Ver Capítulo I.

²⁹⁹ Em Blumenau, a vantagem de Eduardo Gomes foi de 1,6% (44,7% versus 43,1%), uma diferença de apenas 146 votos (4.290 contra 4.144). Em Joaçaba, o Brigadeiro fez 38,2% contra 35,9% de Vargas, uma diferença de 182 votos (3.003 contra 2.821). Apenas em Rio do Sul a diferença foi mais expressiva, 50,5% para o Brigadeiro contra 38,2% de Vargas, vantagem de 1.082 votos (4.420 contra 3.338).

³⁰⁰ Em Itajaí, Vargas venceu o candidato udenista por 4 pontos percentuais (45% contra 41%), uma diferença de 445 votos (5.089 contra 4.644). Em Joinville, a diferença pró-Vargas foi de apenas 1,8% (47,7% contra 45,9%), 5.282 votos contra 5.089. Destaca-se a votação obtida em Canoinhas, onde o candidato trabalhista conseguiu uma vantagem de 28,7% (57,7% contra 29%), 4.147 votos contra 2.089 de Eduardo Gomes.

Era público e manifesto que o principal interesse do PTB era eleger Vargas presidente da República. Para tanto, e esse aspecto já foi previamente mencionado, era necessário ampliar ao máximo a base de apoio do presidenciável nos estados. Mais do que estabelecer alianças ideológicas ou restringir-se às coligações oficiais, urgia ser pragmático. O PSD, maior partido do país, criado com a “benção” do ex-presidente, seria um aliado estratégico. Possuía uma máquina eleitoral ampla e capilar capaz de, no caso catarinense, atuar com cabos eleitorais nos rincões dificilmente acessíveis aos candidatos. Entretanto, as disputas internas no PTB e a dupla posição no pleito – uma parte seguindo as orientações do diretório nacional de apoio a Nereu Ramos e Udo Deeke e outra com Carlos Gomes e Irineu Bornhausen – fragilizaram sua candidatura presidencial. Ao menos a comparação entre a votação de Vargas e a euforia getulista presente na imprensa da capital indicam isso. A questão ainda merece, todavia, ser mais bem elucidada.

Gráfico 2:
Votação dos candidatos à presidência da República em Santa Catarina



Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resenha Eleitoral: resultado das eleições de 3-10-1950*. Florianópolis, 1951. Arquivo do TRE-SC. Doc. 38.

Se desconsiderássemos os dez maiores colégios eleitorais do estado, Eduardo Gomes teria sido o mais votado, 1.202 votos a frente a Vargas (37,75% contra 37%). Surpreende, contudo, a votação de Cristiano Machado. O candidato pessedista, nas menores

idades, fez 25,23% dos votos. Ou seja, acima do percentual obtido no plano nacional. Ademais, ao compararmos a votação das dez maiores cidades com as demais, veremos que Eduardo Gomes mantém-se estável – oscila menos de um ponto percentual (36,8% nas maiores e 37,75% nas demais). Logo, a perda de nove pontos percentuais de Vargas nos menores municípios (46% contra 37%) dá-se em função do crescimento proporcional da votação de Cristiano Machado (17,1% e 25,2%). Com base nestes dados, há fortes indícios de que a candidatura de Vargas encontrou dificuldades flagrantes de penetração nos pequenos municípios. Neste sentido, parte da explicação, acredito, reside na estratégia eleitoral dos trabalhistas no estado e, conseqüentemente, no papel desempenhado pelo seu aliado não oficial: o PSD.

As pretensões do comando nacional petebista – de aliança com o PSD em Santa Catarina – esbarraram na desobediência dos dirigentes regionais. Ao arquitetar a aliança com a UDN, o PTB catarinense construiu um complicado cenário político para a candidatura de Vargas. Por um lado, esperava-se o apoio dos partidários de Nereu Ramos a Getúlio em virtude dos desarranjos internos no PSD envolvendo a sucessão presidencial. E é evidente que a força do maior partido do estado seria mais sensível no interior, onde o PTB tinha dificuldades de se estabelecer e a máquina eleitoral pessedista chegava com força.³⁰¹ Por outro lado, a campanha trabalhista pró-Vargas vinha associada ao apoio ao também trabalhista Carlos Gomes de Oliveira para o Senado. Conseqüentemente, contra Nereu Ramos, seu adversário no pleito. Por fim, além de proclamar nos palanques o apoio a Getúlio e a Carlos Gomes, o PTB também fazia campanha para o udenista Irineu Bornhausen para o governo. Logo, contra o pessedista Udo Deeke. Ou seja, ao percorrer o estado, a campanha trabalhista combinava os discursos de apoio a Vargas com críticas ao situacionismo.

É crível inferir, diante desta situação, que a adesão dos líderes pessedistas locais ao candidato do PTB não seria automática. O apoio seria dado mediante o cálculo dos benefícios políticos que ele poderia render. Diante disso, surgem as questões: se o prestígio de Vargas assentava-se principalmente junto aos trabalhadores urbanos, qual o interesse dos

³⁰¹ Podemos observar este aspecto nas eleições para o governo do estado ocorridas em 1947. Em Florianópolis, o PSD obteve ampla maioria de votos nas seções eleitorais localizadas em localidades de predomínio das atividades rurais. Na região central, onde votava a maior parte dos trabalhadores urbanos, os resultados eram incertos e, naquele pleito, Irineu Bornhausen foi o mais votado. Ver Capítulo 1.

líderes pessedistas do interior do estado em abandonar a candidatura oficial e fazer campanha para o candidato trabalhista?³⁰² Em outras palavras, para os “caciques” pessedistas do interior do estado, seria politicamente vantajoso vincular-se ao nome do ex-presidente? Sobretudo com o PTB apoiando seus rivais históricos para o governo do estado e para o Senado? É possível tecer algumas considerações sobre essas questões a partir da análise da votação em algumas cidades do estado.

Em Chapecó, município no extremo oeste de Santa Catarina e terceiro maior colégio eleitoral do estado, Cristiano Machado venceu as eleições presidenciais com 42,6% dos votos. Incorporado, em 1946, ao estado de Santa Catarina, Chapecó era um município extenso, que englobava vários outros distritos.³⁰³ Com a redemocratização, formaram-se os três principais partidos da cidade: o PSD, a UDN e o PTB. No entanto, os dois últimos foram criados como dissidências do primeiro, decorrentes mais de divergências pessoais do que programáticas. Isso, segundo Hass, fez com que mesmo a UDN, construída nacionalmente para fazer oposição ao getulismo, fosse, em Chapecó, formada por elementos ligados ao governo Vargas.³⁰⁴

Na eleição de 1950, a UDN e o PTB local uniram forças para suplantarem o predomínio pessedista. Montou-se uma coligação com UDN, PTB, PRP e PSP, lançando o trabalhista José de Miranda Ramos para prefeito. De acordo com Hass, as plataformas de campanha dos opositoristas eram a autonomia dos distritos e o “programa trabalhista”, onde aparecia o tema da reforma agrária.³⁰⁵ Nesse caso, as articulações em torno da disputa pelo executivo, de certa forma, contribuíram para definir os posicionamentos dos partidos locais na disputa estadual e nacional. Os grupos apoiadores do candidato trabalhista traziam consigo parte dos discursos de Getúlio Vargas, além do delicado tema da distribuição de

³⁰² Exemplo da força de Getúlio junto aos trabalhadores urbanos pode ser visto no estudo de John French, ao analisar como, em Santo André, no ABC paulista, cidade predominantemente operária, Getúlio fez 84% dos votos. Ver: FRENCH, John D. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo/São Caetano do Sul: Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995. p. 254.

³⁰³ Antes de fazer parte de Santa Catarina, Chapecó pertencia ao Território Federal do Iguassu. Sua área compreendia toda a parte oeste do estado. Alguns dos distritos que compreendiam a área do município emanciparam-se entre 1951 e 1956, tais como: Mondai, Dionísio Cerqueira, Palmitos, São Carlos, Xaxim e Itapiranga. Ver: Governadores de Santa Catarina (suplemento especial). *Diário Catarinense*. Florianópolis, 25 nov. 1993. p.74.

³⁰⁴ Ver: HASS, Monica. *Os partidos políticos e a elite chapecoense. Um estudo do poder local. 1945 a 1965*. Florianópolis, 1993. 361 f. Dissertação (mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. p.155.

³⁰⁵ *Ibid.* p. 239.

terras. Já os pessedistas, cuja base da atividade econômica estava ligada às grandes propriedades rurais e à indústria madeireira, cerraram fileiras na disputa pelo executivo local e apoiaram o nome de Cristiano Machado no pleito presidencial. Ao reagir às plataformas trabalhistas veiculadas na campanha oposicionista, o PSD chapecoense combateu a candidatura de Vargas e, portanto, não promoveu a “cristianização” do seu candidato oficial.³⁰⁶

É importante destacar este aspecto, visto que, na maioria das vezes, explica-se o fracasso da candidatura de Cristiano Machado pela infidelidade de seus correligionários nos estados. Em Santa Catarina, pelo fato de ser o reduto político de Nereu Ramos, um dos mais prejudicados pelas articulações que deliberaram o candidato pessedista à presidência, incorre-se no equívoco de pensar que houve uma adesão harmônica e generalizada do PSD à candidatura de Getúlio Vargas. Não foi o que aconteceu. Apesar da orientação de seu principal líder, os diretórios pessedistas do interior não apoiaram maciçamente o candidato trabalhista. A perda de nove pontos percentuais na votação de Vargas nos municípios menores e o avanço da votação de Cristiano Machado na mesma proporção sinaliza que a adesão dos diretórios do interior estava relacionada às disputas locais e dependia de um cálculo político sobre os benefícios eleitorais que poderiam ser obtidos.

Assim sendo, parece claro que as brigas visceral dentro do PTB prejudicaram a candidatura de seu líder maior. As acusações mútuas veiculadas cotidianamente nos principais jornais da capital do estado enterraram definitivamente uma desejada “unidade partidária”. Os trabalhistas, ao se coligarem com a UDN – que fez campanha para Eduardo Gomes – perderam o apoio de parte do PSD.

A cisão petebista não foi a única daquele pleito. O PSD, silenciosamente, também cindiu. A posição ambígua na sucessão presidencial atrelada à aliança entre udenistas e trabalhistas tornou sua campanha confusa: parte do partido apoiava Vargas e parte apoiava Cristiano Machado. Ao mesmo tempo, ao fazer campanha para Nereu Ramos para o Senado, atacava seu concorrente, o trabalhista Carlos Gomes de Oliveira – que se intitulava “o legítimo representante de Vargas no estado”. A UDN, por sua vez, mais organizada do

³⁰⁶ Na eleição para prefeitura de Chapecó, o vitorioso foi José de Miranda Ramos do PTB. Entretanto, o PSD local mostrou sua força elegendo sete dos onze vereadores e fazendo com que Cristiano Machado fosse o presidenciável mais votado (42,6%). Vargas ficou em segundo, com 36,6% dos votos, e Eduardo Gomes, em terceiro, com 20,7%.

que nas eleições anteriores, aproveitou-se da posição vacilante do PSD e firmou sua chapa com Eduardo Gomes, Irineu Bornhausen e Carlos Gomes de Oliveira. Conquistou o executivo estadual, desbancou Nereu Ramos, seu maior inimigo, e alavancou uma votação significativa para seu candidato a presidente. Nas eleições municipais, conquistou o maior número de prefeituras. Elegeu 25 prefeitos, cinco em coligação com o PTB. O PTB elegeu dois. O PSD, com 23 prefeitos eleitos, perdia sua supremacia política.³⁰⁷

Os resultados de 1950 fazem lembrar a expressão de um eminente udenista catarinense. Em 1946, Bulcão Viana, durante a Convenção da UDN de Santa Catarina para o pleito do ano seguinte, pronunciara a seguinte frase: “governo é governo enquanto o povo o quiser”.³⁰⁸ A frase de efeito simbolizava as aspirações dos oposicionistas em assumir o poder naquela primeira eleição para o governo após o Estado Novo. Contudo, como pudemos ver no capítulo anterior, apesar da votação expressiva de seu candidato entre os trabalhadores urbanos, o PSD venceu o pleito.

A reação imediata do partido, visível nas eleições municipais de novembro de 1947, foi a adoção da retórica anticomunista. Nova derrota eleitoral para seu maior rival e por uma diferença de votos maior do que nas eleições anteriores. Para o pleito de 1950, os udenistas reinterpretaram a frase de seu correligionário e foram pragmáticos: flexibilizaram o discurso e disputaram o eleitorado varguista. Já o PTB catarinense contrariou as orientações nacionais e apoiou Irineu. Esfacelou-se internamente e jogou água nas pretensões de seu candidato presidencial de contar com a adesão maciça do PSD. Lançaram-se os dados e a oposição venceu. Com a parceria com o PTB, mirou-se o trabalhador. O grupo de Nereu Ramos, após quase duas décadas, perdia o controle do estado. Mas a alternância de poder não era a única mudança encetada nos anos 1950.

Os resultados eleitorais construía um novo organograma político em Santa Catarina. UDN e PTB concretizavam uma bem sucedida aliança que os alçara ao controle do executivo estadual. Contudo, a aparente harmonia no plano regional contrastaria com a postura das direções nacionais das legendas. Vargas assumia a presidência da República sob protestos de udenistas e de parte da imprensa. O PSD nacional pleiteava cargos no novo

³⁰⁷ Em 1950, não havia eleição para prefeito nas cidades de Florianópolis e São Francisco do Sul. Consideradas estratégicas, seus prefeitos eram nomeados pelo governador.

³⁰⁸ Ecos da Convenção da União Democrática Nacional em Santa Catarina. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 26 nov. 1946.

governo enquanto a seção catarinense rearranjava-se após a dolorosa derrota. Compunha-se um frágil mosaico político, repleto de incoerências, que as crises ao longo do segundo governo de Vargas tratariam de desestabilizar.

2.3 – A formação das oposições nos planos estadual e nacional

Tão logo delineado o resultado do pleito presidencial com a vitória de Getúlio Vargas, o *Diário da Tarde* publicava uma análise da derrota udenista na eleição presidencial. Escrito por R. Magalhães Júnior e publicado no jornal carioca *Diário de Notícias*³⁰⁹, o artigo responsabilizava o PSD pela vitória getulista. O argumento usado foi que um “corrilho desmoralizado de velhos politiqueros profissionais” alçou o nome do “simpático Sr. Cristiano Machado” para a presidência da República, solapando a possibilidade de uma candidatura que unisse UDN e PSD. Apesar do elogioso adjetivo, Magalhães Júnior ponderava que o candidato pessedista seria “muito simpático e agradável, como companheiro de mesa num almoço, mas de chute fraco como candidato a presidente da República...”. O acordo interpartidário previa a possibilidade de um “grande nome civil como o do Sr. Otávio Mangabeira ou do Sr. Milton Campos”, mas os “donos” do PSD impunham-lhe “um veto estúpido, com a alegação imbecil de que deveria ser ‘pessedista e mineiro’.” A desastrada estratégia possibilitou a indisciplina de “quadros vacilantes, sem fé, (...) corroídos, como os do Estado do Rio, os do Pará e outros, pelo caruncho quererista”. Previa, então, que o PSD desapareceria como partido: “a parte quererista se fundirá, decerto, com o PTB. A parte menos ruim, por certo fará o mesmo, em relação à UDN.”³¹⁰

A UDN delineava, logo após o pleito, a linha política que adotaria nos anos seguintes. Com a vitória daquele que seria seu “inimigo maior”, os udenistas trataram de contestar o resultado das urnas, tentar impedir a posse do presidente e propor uma nova eleição. O principal articulador da manobra foi o jurista Aliomar Baleeiro, aproveitando-se de uma omissão da Carta de 1946, ao defender que o vencedor deveria alcançar maioria absoluta. Como Vargas obtivera 48,7% dos votos, sua posse não seria legítima. A tentativa de golpe, segundo Mendonça, contou com o apoio de jornais como *O Estado de São Paulo*,

³⁰⁹ Segundo Benevides, na eleição de 1945, o *Diário de Notícias* foi um dos periódicos cariocas que apoiou a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes. Ver: BENEVIDES, M. V. op. cit. p. 46.

³¹⁰ MAGALHÃES JÚNIOR, R. Os estratagemas da derrota. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 7 out. 1950.

Diário Carioca e Tribuna da Imprensa. O jornal de Carlos Lacerda estampava manchetes bombásticas defendendo a anulação do pleito de outubro de 1950: “A maioria absoluta nas Constituintes brasileiras”; “Erro jurídico a eleição de um Presidente pela minoria”; “Consagrada pelo Direito a tese da eleição por maioria absoluta”; “Hitler eleito por maioria relativa”.³¹¹

De acordo com Maria Benevides, o partido, apesar de pregar que evitaria uma “oposição sistemática e irracional ao governo”, adotou uma postura acusatória, principalmente a partir de 1952. No Congresso, Adauto Lúcio Cardoso, Afonso Arinos, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto, José Bonifácio, entre outros, usariam toda sua oratória “inflamada e muitas vezes violenta” para recuperar-se da “mancha conciliatória e adesista do período Dutra”.³¹² Era o surgimento da chamada “Banda de Música”, cuja atuação desenvolveu-se em torno de três grandes temas: a desgraça para o país que significava a volta do ex-ditador; as denúncias e os escândalos de corrupção, sobressaindo o moralismo como marca ideológica do udenismo; o apelo à intervenção militar para conter a subversão e garantir a ordem.³¹³ Em contrapartida à Banda de Música, atuavam os chamados “Chapas-brancas”, “sensíveis às possibilidades de aproximação com o governo”. Segundo a autora, este grupo localizava-se geralmente no Nordeste, tendo como principal expressão o pernambucano João Cleofas, nomeado por Vargas como Ministro da Agricultura. A nomeação foi intensamente discutida no Diretório Nacional, cogitando-se sua expulsão do partido. Prevaleceu a tese conciliatória de que seria um udenista no governo, mas sem representar o partido.³¹⁴

Em Santa Catarina, onde o governador fora eleito signatário de uma coligação entre UDN e PTB, a composição do novo executivo exigia diálogos que certamente não estavam nos planos dos dirigentes nacionais udenistas. Irineu Bornhausen propunha a aproximação com Vargas, o que explicitou as rugas existentes entre ele e seu cunhado, Adolfo Konder, representante catarinense no Diretório Nacional. A divergência entre os dois principais

³¹¹ MENDONÇA, Marina de Gusmão. Op. cit. p. 118, 119.

³¹² A autora refere-se ao acordo interpartidário do qual participaram, entre outros partidos, UDN e PSD. O objetivo inicial do acordo era garantir a estabilidade política do governo Dutra e possibilitar um candidato consensual dos partidos na eleição de 1950, como meio de evitar o retorno do “getulismo”. Para mais informações, ver seção 2.1.

³¹³ BENEVIDES, M. V. op. cit. p. 84.

³¹⁴ Ibid. p. 85, 86.

nomes da sigla no estado foi vencida pelo governador. O Diretório Estadual, após reunião extraordinária para discutir o assunto, publicou em nota oficial:

O Diretório Estadual da UDN, reunido especialmente para apreciar a atuação de V. Excia.[sic] no que diz respeito à atividade político-administrativa do seu governo, após estudar o panorama da política nacional e particularmente a do Estado (...) decidiu: 1º - Dar inteira aprovação à política de coligação de partidos estabelecida no governo do Estado; 2º - Aprovar igualmente a orientação que vem V. Excia.[sic] seguindo de apoio administrativo ao governo federal.³¹⁵

O novo governador se aproximava dessa forma dos chamados “chapas-brancas” e propunha uma administração conciliatória no plano estadual e pautada por diálogos com o executivo no plano federal. Ao PTB foi dada a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, Educação e Saúde, sendo nomeado Telmo Vieira Ribeiro. A UDN ficou com a Secretaria da Fazenda e com a Secretaria de Viação, Obras Públicas e Agricultura, sob a responsabilidade de João Bayer Filho e João Collin, respectivamente. Para o PRP, foi dada a Secretaria de Segurança Pública, a ser comandada por Luiz de Sousa – eleito deputado estadual em outubro de 1950.³¹⁶ Para prefeito de Florianópolis, foi nomeado o médico Paulo Fontes, da UDN.

O PSD, enquanto exaltava através do jornal *O Estado* as homenagens prestadas a Nereu Ramos no Congresso³¹⁷, rejeitava a oferta de ocupar uma secretaria de estado feita pelo governador eleito.³¹⁸ Os pessedistas apostavam no fracasso da administração de Irineu Bornhausen para retomar o poder. Nos últimos meses de governo, os situacionistas, motivados por “insopitáveis desejos de vingança”, foram criticados pelo *Diário da Tarde*

³¹⁵ O Estado. Florianópolis, 24 fev. 1951. Apud: LAUS, Sônia Pereira. *A UDN em Santa Catarina (1945-1964)*. Florianópolis, 1985. 336 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. p. 203.

³¹⁶ A legenda udenista abrigou correligionários de outros partidos na eleição de 1950. Para a Câmara Federal, Manoel Pedro da Silveira, do PSP, e Jorge Lacerda, do PRP, este sendo o candidato mais votado do estado. Para Assembleia Legislativa, a UDN teve os votos do PDC e a adesão de Luiz de Souza, do PRP. Este foi um dos argumentos usados pelo jornal *O Estado* para afirmar que o partido sozinho não teria vencido o PSD naquele pleito uma vez que, descontados estes votos, o partido de Nereu Ramos somara mais sufrágios. Fonte: Depois do pleito... *O Estado*. Florianópolis, 8 nov. 1950.

³¹⁷ O jornal *O Estado* exaltava as homenagens prestadas por udenistas como José Américo à atuação de Nereu Ramos como vice-presidente da República. Fonte: Retornou à presidência do Senado o Sr. Nereu Ramos: homenagens ao eminente homem público. *O Estado*. Florianópolis, 15 out. 1950; No juízo dos adversários. *O Estado*. Florianópolis, 15 out. 1950; Ainda as homenagens ao Sr. Nereu Ramos no Senado. *O Estado*. Florianópolis, 15 out. 1950.

³¹⁸ LAUS, Sônia Pereira. Op. cit. p. 199.

por aumentar demasiadamente os gastos públicos. Segundo o periódico, estariam efetivando funcionários às pressas e fazendo nomeações, com o objetivo de inviabilizar a futura gestão. O redator do editorial pedia aos “vendilhões de Santa Catarina”, uma gente “estúpida e ignorante que por anos dilapidou a fortuna pública”, que ouvissem os pedidos “de paz, de fraternidade, de uma política sã de mútuo respeito”.³¹⁹

As denúncias contra o aumento excessivo nos gastos públicos continuaram nas semanas seguintes. Os principais motivos eram o novo empréstimo de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros) contraído junto à *Sul América* por Aderbal Ramos da Silva e a criação do Tribunal de Contas, com sete ministros e trinta e um funcionários nomeados pelo governador, gerando um impacto de Cr\$ 1.365.000 (um milhão trezentos e sessenta e cinco mil cruzeiros) na folha de pagamento.³²⁰ Na capital do estado, o prefeito, Adalberto Tolentino de Carvalho, cunhado de Aderbal, também fazia a política da “terra arrasada” ao promover um aumento de 50% para o funcionalismo municipal.³²¹ O PSD deixava claro que partiria para a oposição e, encerrada sua administração e empossados os novos governantes, assumiria o viés oposicionista na Assembleia Legislativa, onde detinha a maioria.

O resultado da postura pessedista acarretou a primeira grande derrota do governo Irineu Bornhausen. Na eleição para a Mesa Diretora da Assembleia, o governador contava com o apoio do PTB e dos partidos coligados para conseguir uma administração do parlamento que respaldasse sua administração. Segundo Laus, a UDN chegou a propor que o PSD ficasse com a presidência da Mesa, desde que firmado por escrito um acordo pelo qual sua bancada apoiaria as medidas de caráter administrativo solicitadas pelo governo. A oposição recusou e retirou-se das negociações. Seguiu-a o petebista Octacílio Nascimento, que afirmou não mais se subordinar ao que viesse a ser decidido pelo partido. Em nova rodada de negociações, firmou-se o nome do deputado petebista Volney Colaço de Oliveira

³¹⁹ Testamento execrando. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 20 out. 1950.

³²⁰ Um novo empréstimo: mais 8 milhões. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 9 nov. 1950. “Um milhão trezentos e sessenta e cinco mil cruzeiros!!! O desmemoriado Aderbal Ramos não se recorda que despendemos 60% da receita pública com funcionalismo.” Fonte: *Diário da Tarde*. Florianópolis, 10 nov. 1950.

³²¹ “O Sr. Tolentino de Carvalho, cunhado do dr. Aderbal Ramos, para colaborar no plano de sabotagem à futura administração do Estado, enviou à Câmara Municipal um projeto que aumenta em 50% os vencimentos do funcionalismo da prefeitura. Este aumento, que importa em mais de 11% da arrecadação, favorece, particularmente, funcionários graduados, aos quais o Senhor Tolentino se considera devedor de gratidão, pelo que emprestaram à sua desastrosa administração. Quanta insensatez! Que miséria moral! Suprema indignidade!”. Fonte: *Diário da Tarde*. Florianópolis, 13 nov. 1950.

para a presidência da Mesa. A UDN apoiaria o trabalhista mediante o apoio dos deputados do PTB à chapa organizada pelos partidos coligados. A Comissão Executiva do partido forneceu, então, um documento sufragando os termos da UDN e comprometendo quatro dos cinco deputados petebistas eleitos – uma vez que Octacílio Nascimento já declarara independência. Apurados os votos, frustração udenista. Volney foi eleito presidente, entretanto, os demais cargos da Mesa ficaram com o PSD. Trabalhistas e pessedistas elegeram, através de acordos velados, uma Mesa Diretora oposicionista. Dos cinco deputados do PTB, três participaram: Volney Colaço de Oliveira, Francisco de Souza Neves e Octacílio Nascimento. Apenas Braz Joaquim Alves e Paulo Marques foram fiéis ao compromisso assumido entre os dois partidos.³²²

Se o processo eleitoral de 1950 demonstrou um PTB dividido, as *démarches* na Assembleia Legislativa evidenciavam o aumento crescente das fissuras. A desobediência às orientações do partido levou à expulsão dos três deputados envolvidos. Em carta enviada ao governador do estado e publicada no *Diário da Tarde*, a Comissão Executiva petebista lamentava a “traição” de parte de seus deputados. Em decorrência dos fatos, considerava o partido impossibilitado de continuar participando do governo. Dessa forma, pedia a exoneração de Telmo Vieira Ribeiro da Secretaria do Interior e Justiça, Educação e Saúde, “em caráter irrevogável”. Por fim, ressaltava que, “a despeito do lamentável e vergonhoso ocorrido”, o PTB procuraria “facilitar a V. Excia.[sic] o desempenho do honroso mandato que lhe conferiu o povo catarinense”.³²³

A atuação oposicionista do PSD impingiu, logo nos primeiros meses de gestão, uma grande derrota à nova administração. De quebra, aprofundou a crise no PTB, já esfacelado com as disputas do pleito do ano anterior. Compunha-se um difícil quadro de alianças tanto no plano nacional quanto no estadual. Getúlio Vargas acenava para um governo de composição, abrindo espaço inclusive para a UDN. Em Santa Catarina, Irineu Bornhausen tentava fazer o mesmo. Contudo, seus opositores não pretendiam lhes dar trégua.

³²² LAUS, Sônia Pereira. Op. cit. p. 205-208.

³²³ De acordo com Laus, assinaram a nota todos os membros da Comissão Executiva do PTB: Telmo V. Ribeiro, presidente em exercício; Rafael Cruz Lima, 2º vice-presidente; Braz Joaquim Alves, secretário-geral; Milton Sullivan, 1º secretário; Paulo Marques, tesoureiro-geral; Waldemar de Mello Dias, 1º tesoureiro e Nicolino Tancredo, 2º tesoureiro. Fonte: *Diário da Tarde*. Florianópolis, 12 abr. 1951. Apud: LAUS, Sônia Pereira. Op. cit. p. 207.

A conjuntura política dos anos 1950 apresentava mudanças substanciais. A UDN nacional radicalizava o discurso oposicionista e reforçava o caráter golpista. Ciente dos temores que gerava nos setores conservadores e nas forças armadas, o novo presidente montou seu ministério oferecendo espaço privilegiado para o PSD. Ao PTB coube apenas o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com Danton Coelho. Esta “aliança desequilibrada” na distribuição do poder causou descontentamento nas hostes trabalhistas. Alberto Pasqualini foi um dos que reivindicaram mais espaço para o PTB no governo. Defendia que o partido só seria uma força política autônoma e autenticamente trabalhista se assumisse uma postura de independência em relação às outras agremiações partidárias.³²⁴ No entanto, de acordo com Maria Celina D’Araujo, para Vargas, o trabalhismo seria uma forma de harmonizar os conflitos latentes entre capital e trabalho.³²⁵ Na visão do presidente, a atuação do PTB no Ministério do Trabalho seria um instrumento de “apaziguamento dos trabalhadores” e “controle dos sindicatos”, importante para sua governabilidade em uma conjuntura de turbulências sociais e econômicas.³²⁶

Não era apenas a oposição udenista que o novo mandatário do executivo nacional teria que administrar. Ao assumir a presidência, Vargas deparou-se com a retomada do processo inflacionário e o desequilíbrio financeiro no setor público. De acordo com Jorge Ferreira, consequências da herança econômica deixada por Dutra. A inexistência de reservas em moeda estrangeira, o baixo preço do café no mercado internacional, o saldo negativo na balança de pagamentos e a queda na produção industrial tornaram a inflação

³²⁴ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Op. cit. p. 98.

³²⁵ Nas palavras da autora: “... se Vargas defende a necessidade de os trabalhadores participarem dos sindicatos para legitimamente defenderem seus interesses, em momento algum questiona a subordinação e os limites da estrutura sindical impostos pelo Estado. Além disso, o sindicato é encarado como órgão reivindicador para questões de ordem salarial e como um meio pelo qual empregadores e empregados devem buscar a harmonização de interesses sem a radicalização do conflito. (...) E a solução apontada pelos princípios do trabalhismo indica não ser a ‘predominância desta ou daquela casta que há de trazer a almejada felicidade humana. Nem a ditadura do proletariado, nem a ditadura das elites’. Há que se chegar, portanto, a um meio termo, à eliminação dos extremos através da reformulação das regras – e não dos princípios – que regem a sociedade.” D’ARAÚJO, Maria Celina. Op. cit. p. 99.

³²⁶ De acordo com Lucília de Almeida Neves Delgado: “O controle dessa pasta pelos petebistas era condição básica no processo de busca de apaziguamento dos trabalhadores e da tentativa de controle dos sindicatos e das manifestações populares. (...) O amortecimento dos conflitos sociais, via relação Estado-partido-sindicato, funcionava, segundo a tática de Getúlio Vargas, como instrumento que contribuiria para se evitar confrontos sociais de grande impacto e extensão na sociedade civil.” Sobre o papel do PTB para o presidente: “Para Vargas, a função do PTB devia ser a de busca constante da paz social. Seu crescimento, no entanto, poderia levá-lo a alçar voos de participação não controlável, que não eram compatíveis com o projeto político do Presidente.”. Ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Op. cit. p. 93, 97.

um fenômeno presente no cotidiano das classes trabalhadoras.³²⁷ A situação agravou-se a partir de 1952, com o rompimento dos acordos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e a pressão do Banco Mundial para o pagamento de dívidas de empréstimos vencidos.³²⁸

No Catete, Vargas via-se inundado por um “mar de denúncias”, noticiado principalmente pelo jornal *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda. Apesar de montar um ministério de conciliação, a oposição, tendo como porta-voz o periódico de Lacerda, criticou Estillac Leal, Ministro da Guerra, como sendo próximo aos comunistas. Danton Coelho, nomeado para a pasta do Trabalho, seria um “getulista”. Mesmo Horácio Lafer, indicado por Adhemar de Barros para a Fazenda, era criticado por ser um “intérprete das classes superconservadoras”.

Um dos poucos veículos de comunicação que dava algum suporte ao governo de Vargas foi o jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer, lançado em junho de 1951. As vendas do jornal cresceram rapidamente. Não tardou para que os principais veículos de comunicação do país acusassem Getúlio de manipular recursos públicos em favor do periódico.³²⁹ Outras denúncias se seguiram, como a acusação de que Wainer montara a empresa junto com comunistas. Em julho de 1953, Lacerda acusou o jornal *Última Hora* de integrar o “esquema peronista” que o recém-nomeado Ministro do Trabalho, João Goulart, preparara. Com a descoberta de que Wainer não era brasileiro e, portanto, de acordo com a lei não poderia ser proprietário de empresa jornalística, a oposição se viu munida a ponto de criar uma CPI do *Última Hora* no Congresso. De acordo com Mendonça, movidos por razões diferentes, Carlos Lacerda, Assis Chateaubriand e a oposição udenista “desencadearam uma ofensiva irresistível contra Samuel Wainer”. Para Chateaubriand, dono dos *Diários Associados*, tratava-se de eliminar um concorrente que desafiara seu domínio jornalístico. Para a UDN, o principal era provar o tratamento privilegiado dado pelo Banco do Brasil ao periódico, o que permitiria estabelecer o vínculo do presidente e

³²⁷ FERRREIRA, Jorge. O ministro que conversava: João Goulart no Ministério do Trabalho. In:_____. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 100.

³²⁸ FERRREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 75.

³²⁹ O *Tribuna da Imprensa* e os *Diários Associados* de Assis Chateaubriant questionavam a origem dos recursos para a criação do jornal de Wainer. Segundo eles, Vargas teria mobilizado dinheiro do Banco do Brasil para promover o lançamento de um jornal que o defendesse, contrariando os princípios da liberdade de imprensa. Ver: MENDONÇA, Marina de Gusmão. Op. cit. p. 122, 128, 129.

seus correligionários ao “mar de lama” e de corrupção que “assolava o país”. Já para Lacerda era a oportunidade de atacar dois grandes desafetos, Vargas e Wainer.³³⁰

Após investigar, a CPI concluiu que a maior parte dos periódicos brasileiros mantinha estreitas relações com agências financiadoras estatais. Mesmo assim, com a ajuda da imprensa oposicionista, os antigetulistas conseguiram explorar os preconceitos da classe média e de setores das Forças Armadas e fragilizar ainda mais a figura de Vargas. A partir do ataque a um dos poucos periódicos favoráveis ao governo, reforçava-se o discurso da moralidade e atacava-se a corrupção administrativa. O cerco fechava-se em torno do presidente.

Enquanto Vargas desdobrava-se para conter a imprensa e os opositores³³¹, Irineu Bornhausen enfrentava as dificuldades de governar sem o apoio da Assembleia. A dinâmica da política nacional fazia com que os diálogos regionais entre PTB e UDN apresentassem cada vez mais dissonâncias. Foi nesta conjuntura que o governador ofereceu a um jovem morador da capital o cargo de guarda da penitenciária do estado.³³² Mal sabia ele que, no ano seguinte, o rapaz montaria um jornal e se tornaria um de seus principais críticos.

2.4 – O povo reclama: o surgimento de *A Verdade* e a imprensa como canal de politização das demandas cotidianas

Os anos 1950 são marcados pela expansão do número de periódicos em Florianópolis. Ao final da década anterior, havia três jornais diários.³³³ Na década seguinte, Florianópolis chega a ter sete jornais, sendo quatro desses diários.³³⁴ Em 1950, surge o jornal *A Evolução*, dirigido por Telmo V. Ribeiro e Rafael G. Cruz Lima e ligado ao

³³⁰ Ibid. p. 137.

³³¹ Exemplo disso é o espaço dado à UDN na reforma ministerial de 1953. Vargas concede ao partido o Ministério de Viação e Obras Públicas, a Pasta das Relações Exteriores e, logo depois, a presidência da Petrobrás, criada em outubro daquele ano.

³³² SIMÕES, Aldírio. Jornalista vai emprestar nome a mirante no Morro da Lagoa. *AN Capital*. Florianópolis, 17 out. 2000.

³³³ Os três jornais diários são *A Gazeta*, *O Estado* e *Diário da Tarde*.

³³⁴ O acervo da BPESC possui os seguintes periódicos dos anos 1950: *A Gazeta*, *O Estado*, *Diário da Tarde*, *A Evolução*, *A Verdade*, *O Tempo*, *A Semana*, *Resistência*, além do jornal *O Apóstolo*, dedicado ao público ligado à Igreja. Além dos três primeiros, o jornal *A Verdade* passa a ser publicado diariamente a partir de 6 de agosto de 1956.

Partido Trabalhista Brasileiro.³³⁵ Em 1952, mais dois semanários: *O Tempo*, do médico J. J. Barreto, e *A Verdade*, de Manoel de Menezes. Nos anos seguintes, são lançados *A Semana*, de Juvenal Melchíades de Souza, em 1955, e *Resistência*, dos políticos Paulo Konder Bornhausen, Ruy Hulse e Volney Colaço de Oliveira, em 1956.³³⁶

Por enquanto, cabe refletir sobre o significado do aumento do número de jornais em Florianópolis na década de 1950 e, mais especificamente, sobre o papel desempenhado pelo jornal *A Verdade*. Se, até então, os periódicos eram vinculados aos grandes partidos e priorizavam acontecimentos nacionais e internacionais, os novos folhetins passariam a abordar questões mais próximas e pontuais. Cada um com a sua especificidade, mas, de modo geral, privilegiando os acontecimentos locais. Por meio deles é possível traçar um quadro da cidade que não aparece nos diários da década anterior.

Havia cinco jornais em Florianópolis quando Manoel de Menezes fundou o seu *A Verdade*, em agosto de 1952.³³⁷ O editorial do primeiro número afirmava que o objetivo do jornal era revelar “a verdade”. Segundo o jornalista, “conhecida por alguns, mas desconhecida pela maioria do povo”.³³⁸ A frase, aparentemente vaga, era exemplificada em outras reportagens da primeira edição.

A capa estampava a manchete “O jogo do Collin”, reportagem na qual denunciava conchavos políticos de João Collin, Secretário Estadual de Viação, Obras Públicas e Agricultura. O autor da matéria embasava sua reportagem em um relato de “um inquilino do Dr. Santaelo”. Descrevia a trajetória política de João Collin – prefeito de Joinville e deputado estadual – para comentar a decepção com o desempenho deste na função de secretário. De acordo com o jornalista, Collin estaria “rebentando o estado”: “Não há estradas e a produção agrícola está em completo abandono. (...) Collin é impopular porque não recebe ou recebe mal os produtores do interior que visitam a Secretaria.” Finalizava a reportagem denunciando que o “jogo” do secretário era manter-se como um dos maiores

³³⁵ Cabe lembrar que Telmo V. Ribeiro, um dos diretores de *A Evolução*, havia sido nomeado para a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, Educação e Saúde. Em 1951, quando o PTB decidiu sair do governo de Irineu Bornhausen, ele era o presidente da executiva estadual, com Rafael Cruz Lima de 2º vice-presidente. Ver seção anterior.

³³⁶ Em virtude da precariedade do acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, não tive acesso aos primeiros exemplares dos jornais *A Evolução* e *O Tempo*. Do jornal trabalhista há poucos números e de forma descontinuada de 1951 até 1953. Do jornal de J. J. Barreto há, no acervo da BPESC, os exemplares a partir de 1954 até 1956.

³³⁷ Estes eram: *A Gazeta*, *O Estado*, *Diário da Tarde* e os semanários *A Evolução* e *O Tempo*.

³³⁸ MENEZES, Manoel de. A “verdade”. *A Verdade*. Florianópolis, 15 ago. 1952.

compradores da firma Hoepcke – vinculada ao ex-governador pessedista Aderbal Ramos da Silva – para que o lucro fosse depositado numa “caixinha para financiar as eleições”. Enquanto isso, posava de udenista, mas negociava o apoio de Adhemar de Barros para se candidatar ao governo estadual pelo PSP nas eleições seguintes.³³⁹

O novo periódico iniciava atacando o Secretário de Viação, Obras Públicas e Agricultura a partir de um relato anônimo. Acusava-o de montar um esquema de corrupção com vistas à eleição estadual vindoura e criticava seu desempenho enquanto secretário por não atender os produtores que o visitavam. Ainda na primeira edição, marcando o tom de crítica ao governo estadual, o jornalista acusava o diretor da Imprensa Oficial do Estado, Celso Silveira, de tentar “sabotar” o semanário. De acordo com a nota, fora combinado que a composição do periódico seria feita nas oficinas da repartição. Todavia, em cima da hora, o diretor da Imprensa Oficial comunicou que o serviço não poderia ser prestado. Em razão disso, o jornal circulou com apenas seis páginas e com um alerta: “as verdades que iriam sair hoje sairão no próximo número!”. E, concluía: “Lançamos daqui o nosso veemente protesto contra a política da Imprensa Oficial, que só ‘dá a mão’ a quem faz IMPRENSA DE ELOGIOS ENCOMENDADOS!”.³⁴⁰

Em tom polêmico, surgia aquele que seria o “semanário mais lido e discutido de Santa Catarina”. Seu proprietário retornava ao estado após trabalhar no Rio de Janeiro, período em que tentou esquecer a oferta de emprego como guarda da penitenciária, oferecida pelo governador eleito. Nas edições seguintes, Menezes lançaria novos ataques ao governo estadual e aumentaria seu cabedal de inimigos ao denunciar o alto custo de vida. Na capa do jornal, os retratos de ilustres nomes da sociedade florianopolitana, diversamente da forma como eram noticiados nos principais jornais, não celebravam a vida e os feitos notáveis daqueles homens. Na terceira edição do periódico essa forma de retratar a elite mandatária fica clara, Menezes destacou Charles Edgard Moritz, um dos proprietários das Indústrias Moritz. O empresário, valorizado pelos periódicos tradicionais por suas ações filantrópicas junto aos “pobres” da cidade, foi retratado como o principal responsável pelo alto custo do pão em Florianópolis.

³³⁹ MENEZES, Manoel de. O jogo do Collin. *A Verdade*. Florianópolis, 15 ago. 1952.

³⁴⁰ MENEZES, Manoel de. Sabotagem. *A Verdade*. Florianópolis, 15 ago. 1952.

Em 1945, Charles Edgard Moritz era o presidente da Associação dos Proprietários de Padarias.³⁴¹ Em julho de 1950, o *Diário da Tarde* exaltava o “moderno e elegante edifício” que a firma João Moritz S/A construía no bairro do Estreito para a instalação de uma filial da padaria *A Soberana*. Fundada em 1865 por João Moritz Sênior, a empresa estava sob a “direção competente e dinâmica” de Charles E. Moritz, “um propulsor do alto comércio desta Capital”.³⁴² Neste mesmo ano, o empresário atuava também como orientador do SESC, participava do Rotary Clube e era vice-presidente da Caixa de Esmolas aos Indigentes de Florianópolis.³⁴³

Diante disso, não foi sem assombro que, ao passar o olho nas bancas de jornal, os transeuntes viram o retrato do empresário na capa de *A Verdade*, de 22 de agosto de 1950, com o seguinte título: “Tubarões!!! Pão mais caro do Brasil. Enquanto os fabricantes ganham lucros fabulosos, os operários ganham míseros salários. Até quando?”. Embaixo da foto do empresário, os seguintes dizeres: “Eis aí o ‘Tubarão-mór’ do pão em Florianópolis: Charles Edgar[sic] Moritz, um dos proprietários das Indústrias Moritz”.

No corpo da reportagem, Menezes denunciava o aumento crescente do custo de vida. Os gêneros de primeira necessidade, como era o caso do pão, subiam de preço inviabilizando o consumo do trabalhador. A inflação corroía o salário e os culpados eram os comerciantes ávidos por lucro, chamados de “tubarões”. O processo inflacionário era produto da acumulação de riquezas que, por sua vez, decorria da exploração dos trabalhadores: “o pobre, no linguajar desses monstros, é um meio de multiplicar seus milhões! Que morra de fome!”.³⁴⁴ Os responsáveis pelos preços abusivos deveriam se

³⁴¹ *O Estado* comemorou a atuação do delegado regional do trabalho, Raul Caldas, na solução do impasse envolvendo empregados de padarias e empregadores, representados por Charles Edgard Moritz. Segundo a reportagem, os trabalhadores defendiam 45% de aumento, enquanto os donos de padarias teriam oferecido 23%. Com a atuação do delegado, foi acordado entre as partes um reajuste de 30%. Fonte: *O Estado*. Florianópolis, 9 out. 1945.

³⁴² “A Soberana” no Estreito. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 26 jul. 1950.

³⁴³ Natal dos filhos dos comerciários. *O Estado*. Florianópolis, 4 jan. 1950; Rotary Clube de Florianópolis. *O Estado*. Florianópolis, 19 jan. 1950; As atividades da Caixa de Esmolas no exercício de 1949. *O Estado*. Florianópolis, 11 fev. 1950.

³⁴⁴ “A esses indivíduos inescrupulosos, despidos de qualquer sentimentalismo, pouco interessam os fatos e as consequências de seus atos ilícitos. A vida e o bem estar de seus semelhantes não lhes toma a atenção. A miséria com que o nosso mísero povo se debate não lhes causa sequer [sic] uma reação de bondade, compreensão ou solidariedade! Agem em função do lucro! O lucro não é bastante para comprar um outro automóvel? Então aumenta-se o preço! Pobre, no linguajar desses monstros, é um meio de multiplicar seus milhões! Que morra de fome! Mas o pobre é teimoso. Continua a suportar (só Deus sabe como!) essa verdadeira ‘blitz’ dos ‘tubarões’. E nunca esquece que ‘a esperança é a última que morre’. E vai vagando pela terra cumprindo o destino que a vida lhe impôs... Esse é o drama da gente humilde, tão esquecida dos

lembrar dos operários, “que quotidianamente dão um pouco de si para o progresso do Brasil”. A harmonia social passava por preços justos e salários dignos, no entanto, a situação em Florianópolis revelava a “exploração do homem pelo [homem]!”. Por este motivo, haveria “tantos revoltados neste Brasil tão imenso como o número de seus problemas a resolver.”³⁴⁵

Figura 2:
Capa do jornal A verdade denunciando o aumento do custo de vida



Fonte: *A verdade*, Florianópolis, 29 ago. 1952.

governantes, tão lembrada dos candidatos a governantes...”. Fonte: MENEZES, Manoel de. *Tubarões*. *A Verdade*. Florianópolis, 22 ago. 1950.

³⁴⁵ “Lembremo-nos acima de tudo daqueles operários que quotidianamente dão um pouco de si para o progresso de nosso Brasil! Lembremo-nos também dos que trabalham 7 horas por noite nas padarias, ganhando míseros salários de fome, em geral SEISCENTOS E CINQUENTA CRUZEIROS SOMENTE! Isso é que se chama exploração do homem pelo [homem]! Por esta razão é que há tantos revoltados, neste Brasil tão imenso como o número de seus problemas a resolver. Cumpre à COAP uma ação enérgica e decidida, neste particular, para justificar a sua criação! Mãos à obra, senhores! Não há tempo a perder!”. Fonte: MENEZES, Manoel de. *Tubarões*. *A Verdade*. Florianópolis, 22 ago. 1950.

A reportagem comparava o preço por quilo do pão da capital com o de outros estados. Para isso, Menezes foi à padaria *A Soberana* e verificou que o pão de 108 gramas custava Cr\$ 1,00(um cruzeiro), portanto, Cr\$ 9,20(nove cruzeiros e 20 centavos) o quilo. Segundo ele, preço muito acima do praticado por outros estados do Brasil – os gaúchos pagariam Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros) o quilo e os paulistas Cr\$ 5,80(cinco cruzeiros e 80 centavos). A diferença flagrante de preços entre Santa Catarina e os demais estados residia nos lucros abusivos dos comerciantes. O jornalista invocava, assim, uma espécie de “economia moral”, na qual os gêneros de primeira necessidade deveriam ter um preço justo.³⁴⁶

O pão, enquanto alimento básico, deveria estar presente em todos os lares, “desde o suntuoso palácio dos bafejados pela fortuna ao barraco humilde e anti-higiênico dos miseráveis”. Não se tratava de questionar as contradições entre capital e trabalho e atribuir-lhes a responsabilidade pelas difíceis condições de vida do trabalhador. Ao contrário, deveria harmonizá-las a partir da regulamentação dos preços das mercadorias, papel este que caberia à COAP (Comissão de Abastecimento e Preços). O valor do pão deveria ser “módico e acessível”, possibilitando “ao seu fabricante uma percentagem razoável de lucro, que não lhe traga prejuízo na sua função.”³⁴⁷.

³⁴⁶ De acordo com E. P. Thompson, o conceito de economia moral remete-se à luta de homens e mulheres da Inglaterra setecentista contra o que eles consideravam como preços injustos e práticas imorais do mercado: buscar o lucro. Para os trabalhadores ingleses do século XVIII, mercado era entendido como lugar físico, onde as mercadorias deveriam ser compradas de acordo com princípios regidos pelos costumes, pela regulação comunitária e pelas expectativas referentes ao direito de subsistência. Thompson analisa que os trabalhadores, ao invocarem os direitos historicamente constituídos, tidos como costumeiros, muniam-se de elementos para lutar contra o mercado “autorregulado”, com seus mecanismos de preços e com a subordinação dos valores comunitários aos imperativos do lucro. Isto é, o conceito de “economia moral” traz consigo uma noção de que a cultura não é algo estanque e imutável, mas um campo de disputa no qual as classes populares travavam suas lutas por direitos. Segundo o historiador, o capitalismo não seria decorrente de um progresso técnico e neutro chamado de industrialização. A criação do proletariado urbano está relacionada à coerção direta, sob a forma da intervenção política e jurídica do Estado, de forma a atender às novas forças que surgiam. Portanto, a ideologia capitalista de propriedade e os conceitos modernos de mercado não se consolidaram naturalmente. As lutas dos trabalhadores para que os gêneros alimentícios tivessem um *preço justo*, invocando costumes e tradições do passado, devem ser compreendidas como formas conscientes de resistência diante das pressões para a instituição da disciplina industrial e da lógica capitalista. Ver: THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In:_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.150-202; THOMPSON, E. P. A economia moral revisitada. In:_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.203-266.

³⁴⁷ “Como alimento básico e fundamental, não pode faltar em nenhum lar, desde o suntuoso palácio dos bafejados pela fortuna ao barraco humilde e anti-higiênico dos miseráveis. O pão é a própria vida. Seu preço, portanto, pela sua condição de alimento indispensável, deve ser módico e acessível, que seja vendido a um preço que proporcione ao seu fabricante uma percentagem razoável de lucro, que não lhe traga prejuízo na sua função.” Fonte: MENEZES, Manoel de. Tubarões. *A Verdade*. Florianópolis, 22 ago. 1952.

Ao problematizar questões cotidianas, Menezes inaugurava uma linguagem jornalística diferente daquela que até então era praticada nos periódicos da cidade. Na descrição elogiosa de *A Evolução*, este “novo gênero de imprensa” fazia de *A Verdade* um jornal “vibrante e sensacionalista”.³⁴⁸ Como o caso do preço do pão exemplifica, o jornal sinalizava já em suas primeiras edições o duplo movimento que o pautaria: valorizar e defender o trabalhador, lançando luz sobre suas necessidades, e, ao mesmo tempo, criticar a figura do político tradicional, não por acaso a “elite” abastada da cidade. Ao veicular esse discurso, Menezes construía uma autoimagem de protetor dos pobres e paladino da moralidade na administração pública. É nesse contexto que o jornal articula ações assistenciais, critica a má condição de vida da população em geral e denuncia a corrupção dos políticos. Nas semanas seguintes, o jornal de Manoel de Menezes denunciou o alto preço do leite em Florianópolis enquanto fortaleceu as acusações de corrupção contra o Secretário de Viação, Obras Públicas e Agricultura, João Collin.³⁴⁹ O político era criticado por usar a imprensa de Joinville para impedir a instalação de uma Comissão de Inquérito na Assembleia Legislativa para apurar “a situação da Oficina do D.E.R” (Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de Santa Catarina), subordinado a sua secretaria.³⁵⁰ Acusava-o, também, de montar uma “caixinha do Collin”, similar à “caixinha do Adhemar”, em São Paulo, com o objetivo de cobrar propina de bancas de jogo do bicho.³⁵¹

Em outubro, publicou em primeira página a acusação de desvio de recursos públicos na compra de cimento feita pela secretaria, que supostamente beneficiara uma empresa cujos sócios seriam o seu próprio filho e o seu secretário de gabinete.³⁵² Na edição seguinte,

³⁴⁸ “A Verdade”. *A Evolução*. Florianópolis, 19 ago. 1952.

³⁴⁹ Sobre o preço do leite: Cr\$ 5,00 por litro de leite. *A Verdade*. Florianópolis, 5 set. 1952.

³⁵⁰ De acordo com a reportagem, Collin usava o *Jornal de Joinville* para criticar a criação da Comissão de Inquérito. Isto porque o redator chefe do periódico era irmão de Edson da Silva Jardim, conhecido como Dedé e chefe de gabinete da Secretaria de Viação, Obras Públicas e Agricultura. Fonte: Absurdo. *A Verdade*. Florianópolis, 29 ago. 1952.

³⁵¹ Coisas e casos. *A Verdade*. Florianópolis, 5 set. 1952.

³⁵² De acordo com a reportagem, a Secretaria de Viação, Obras Públicas e Agricultura pediu aos deputados federais catarinenses que agissem junto ao governo federal de modo a conseguir sacas de cimento para as obras no estado. No entanto, a Secretaria teria ficado apenas com uma parte das sacas e vendido o restante a preço de custo para empresas do estado. Entre elas, a empresa Ajuri, de seu filho, Pedro Paulo Hingz Collin, e de Edison da Silva Jardim, conhecido como Dedé (33 mil sacas a 37 cruzeiros cada). Pouco tempo depois, acusa o jornal, a Secretaria comprara as mesmas sacas de cimento da empresa Ajuri por valores muito acima da transação anterior (33 mil sacas a 70 cruzeiros cada). Segundo o jornal: “O Sr. João Collin mostrou-se tão ladino que organizou uma ‘firma’ destinada a ‘negociatas’ desta natureza, colocando como sócios seu oficial de gabinete, o Dedé, e o seu filho, Pedro. E, para dar vez a patifarias deste naipe, não se envergonha de lançar

nova denúncia contra João Collin. Dessa vez, acusando-o de perseguir Arnaldo Luz, o informante que relatou ao jornalista a suposta fraude na compra de cimento. Segundo o periódico, no sábado posterior à denúncia, a polícia de Joinville entrou na casa noturna do filho de Arnaldo e passou a “usar e abusar dos cassetetes, surrando sanguinária e friamente os que procuraram a boate para uma diversão”.³⁵³

As acusações contra o secretário faziam parte de uma campanha maior, de oposição ao governo do estado. Na reportagem “Irineu contra Manoel de Menezes”, o jornal rebatia o discurso do governador durante a Festa do Trigo, em Joaçaba, oeste de Santa Catarina. Bornhausen dizia-se vítima de “uma imprensa facciosa”, a qual procurava menosprezar as suas obras, “dando curso a aleivósidades e inverdades”. Nada mais seria que “demagogia barata e já a [sic] muito desmoralizada desses panfletários impenitentes”. Em resposta, o jornal proclamava que, com o discurso, o governador ratificara as imoralidades de seus secretários de estado: “a marmelada do cimento, as inconveniências do Sr. Fernando Melo, os espancamentos e as arbitrariedades da polícia de choque, a fuga da maioria na Assembleia [...] são *inverdades* e *aleivosias* praticadas com o beneplácito de S. Excia. [sic]”.³⁵⁴

A reportagem, publicada em dezembro, fazia menções a acontecimentos do tumultuado ano de 1952. Além das denúncias de corrupção, o segundo ano da gestão de Irineu Bornhausen também foi marcado por manifestações populares e estudantis. Manoel de Menezes procurou capitalizar as turbulências sociais, inaugurando um espaço em seu jornal para reverberar os protestos da população.

Na coluna “O povo reclama”, *A Verdade* publicava as queixas de moradores, informando o nome, o bairro e a rua. As reclamações eram feitas através de cartas ou diretamente na redação do periódico. Vera Pires reclamava dos “enormes e incontáveis” buracos nas ruas.³⁵⁵ Moradores da Rua José Boiteux protestavam contra a Diretoria de

mão de uma mercadoria que não é sua e sim do estado para ‘cedê-la’ sem concorrência!”. Fonte: Mais um roubo do Colin: a bandalheira do cimento. *A Verdade*. Florianópolis, 3 out. 1952.

³⁵³ Colin, o Tenório catarinense: o povo de Joinville vive horas de angustioso pavor. *A Verdade*. Florianópolis, 10 out. 1952.

³⁵⁴ Irineu contra Manoel de Menezes. *A Verdade*. Florianópolis, 12 dez. 1952.

³⁵⁵ “Recebemos a carta de Vera Pires, moradora à rua Duarte Schutel, 74. (...) Diz a leitora (...) que os buracos são enormes e incontáveis. Dia de chuva é um sacrifício tremendo para transitar por aquela via pública. (...) A Prefeitura de há muito vem prometendo fazer o calçamento daquela rua, mas até agora ficou somente na promessa.”. Fonte: O povo reclama. *A Verdade*. Florianópolis, 12 set. 1952.

Obras Públicas pela falta iluminação.³⁵⁶ Os da Servidão Farias foram até a sede do jornal para reclamar contra os problemas com o abastecimento de água.³⁵⁷ Os munícipes residentes no bairro Capoeiras também para lá afluíram para expor sua insatisfação com a empresa de ônibus que servia a localidade “no que se refere ao excesso de lotação observado nos horários em que o comércio fecha”.³⁵⁸ Reclamações similares seguiriam ocupando estas páginas.

Com isso, o novo periódico transformava-se numa espécie de “central de denúncias”, um espaço reconhecido pelos moradores da cidade para protestar contra a negligência dos poderes públicos. Após os relatos das difíceis condições de vida, o jornal dirigia-se aos governantes: “Atendemos o apelo que nos fazem esses *contribuintes dos cofres públicos*, na certeza de que a Prefeitura virá empenhar-se no sentido de sanar essas irregularidades que depõem contra a nossa administração municipal!”.³⁵⁹

A retórica do periódico representa uma mudança fundamental nas relações com as camadas populares. Ao ouvir e tentar sanar as dificuldades da população, o jornalista estabelecia um vínculo com o morador por trata-lo efetivamente como cidadão. As críticas eram legitimadas, uma vez que o trabalhador era elevado à condição de “contribuinte dos cofres públicos”. Isto é, com direitos diretamente proporcionais aos deveres do Estado. Não se tratava, portanto, de minorar os problemas sociais através de “caixas de esmolas”, mas de exigir das autoridades públicas condições dignas de subsistência, onde o benefício não era encarado como dádiva, mas como o reconhecimento de direitos até então denegados.

É preciso cautela para não se pensar que Menezes *cria* a pauta popular. A inflação, o aumento do custo de vida e problemas como os do abastecimento eram temas de

³⁵⁶ “Moradores da rua José Boiteux solicitam-nos que publiquemos em nossas colunas o seu protesto pela atitude que tem tomado a Diretoria de Obras Públicas que, até o presente momento, ainda não se dignou a colocar iluminação naquela rua. (...) Pedem-nos os moradores que tornemos público os seus protestos por esse desleixo inconcebível dos poderes públicos.”. Fonte: O povo reclama. *A Verdade*. Florianópolis, 26 set. 1952.

³⁵⁷ “Moradores da rua Servidão Farias estiveram em nossa redação protestando contra a Diretoria de Obras Públicas por falta de interesse no ajustamento da rede de água para aquela região, apesar de uma comissão a mando do sr. governador do estado ter comparecido àquela rua e se disposto a resolver o assunto com a máxima urgência.”. Fonte: O povo reclama. *A Verdade*. Florianópolis, 26 set. 1952.

³⁵⁸ “Moradores de Capoeiras compareceram à nossa redação, protestando contra a empresa que serve aquela localidade e S. José, no que se refere ao excesso de lotação observado nos horários em que o comércio fecha. (...) Como vemos, há evidente abuso por parte dos concessionários que exploram aquela linha. (...) Chamamos a atenção das autoridades fiscalizadoras da nossa Inspeção de Veículos para esse caso de interesse geral. Afinal de contas o bem estar e o conforto do povo deve ser melhor olhado por parte dos exploradores de linhas como essa que serve São José e Capoeiras.”. Fonte: O povo reclama. *A Verdade*. Florianópolis, 26 set. 1952.

³⁵⁹ O povo reclama. *A Verdade*. Florianópolis, 12 set. 1952. Grifos meus.

manifestações em vários cantos do país. O jornalista não é o primeiro a constatar a precariedade das condições de vida, mas, sem dúvida, movimenta-se no sentido de capitalizá-las em seu favor. Pode-se dizer, isso sim, que *A Verdade* adota uma linguagem jornalística até então inexistente na cidade: o jornal enquanto canal de politização das demandas cotidianas. Se antes o morador buscava o cabo eleitoral de sua região para reivindicar algum benefício, ele passava a ter a opção de recorrer também à redação do semanário e ver sua queixa registrada nas páginas do jornal. Assim como outros personagens do período, Menezes dedicou-se a ocupar um espaço político insuficientemente preenchido. O caso mais célebre e bem sucedido desse tipo de ação foi o de Jânio Quadros.

Eleito para a Câmara de Vereadores de São Paulo em 1947, deputado estadual mais votado em 1950, prefeito em 1953 e governador em 1954, Jânio estabeleceu como marca de sua atuação política a proximidade com os moradores da periferia. Segundo Paulo Fontes, diferentemente de Adhemar de Barros – governador paulista entre 1947 e 1950 e identificado como um político preocupado com a periferia, mas, ainda assim, um “outro” – Jânio era visto como “povão”.³⁶⁰ Na tribuna da Câmara, vociferava contra os abusos cometidos por comerciantes inescrupulosos, a carestia, a falta de moradia e de transporte. Priorizava os bairros populares como centro de sua atuação parlamentar e politizava as dificuldades presentes no cotidiano dos moradores.³⁶¹

Jânio não foi, contudo, o único candidato paulista a basear sua atuação política na defesa das classes populares. De acordo com Silvana Walmsley, houve um grupo de políticos intitulados por ela como “geração de 48”, entre os quais se destacam Anacleto Campanella, “típico político de classe média”, Cid Franco, do Partido Socialista, e Juvenal Lino Mattos, do PSP, que também construíram suas carreiras “apelando ao povo”.³⁶² Mas

³⁶⁰ FONTES, Paulo. *Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 250.

³⁶¹ A atuação de Jânio Quadros como vereador foi destacada. Em 1949, apresentou 590 proposições - entre indicações, requerimentos e projetos - mais de 11% do total. Foi o vereador com o maior número de ações entre os 45 da primeira legislatura. Fonte: MAGALHÃES, Felipe Santos. Varrendo a imprensa: a ascensão de Jânio Quadros e o periodismo paulistano (1947-1951). *Projeto História*. São Paulo, n. 35, dez. 2007. p. 276, 277.

³⁶² WALMSELY, Silvana. *As origens do janismo: São Paulo, 1946/1953*. Campinas, 1992. 193 f. Dissertação (mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. p. 33, 34.

Jânio foi, certamente, a expressão mais bem sucedida desse *modus operandi* de se fazer campanha.

A ascensão meteórica de Jânio Quadros e sua inserção junto aos trabalhadores podem ser explicadas pelo espaço aberto pela cassação do PCB. No entanto, como defendem Adriano Duarte e Paulo Fontes, é preciso analisar de quais formas esse espaço foi ocupado. De acordo com Duarte, a expansão do janismo se deu a partir dos diálogos contínuos com os moradores de periferia construídos a partir das Sociedades Amigos de Bairro (SABs).³⁶³ Ao contrário dos políticos que atuavam nos sindicatos ou nas associações representativas de classe, Jânio inaugurava o bairro enquanto “unidade política”. De acordo com Duarte e Fontes, sua campanha para a prefeitura, em 1953, foi organizada a partir de comitês por bairros vinculados a sociedades de amigos, clubes de futebol e outras associações locais.³⁶⁴

Isso não significa que o político restringia-se às ações nos bairros, desconsiderando os movimentos organizados nos locais de trabalho. Quando deputado, durante a paralisação dos bancários, em 1951, saiu na frente dos grevistas e pronunciou a frase que ficaria famosa: “um pão a mais para os bancários, um charuto a menos para os banqueiros”.³⁶⁵ A despeito de declarar-se anticomunista, angariou a simpatia de militantes vermelhos ao defender greves e o movimento pela paz desencadeado pelo partido durante a Guerra da Coreia.³⁶⁶ Com uma retórica inflamada de crítica à “plutocracia danosa” e à “volúpia dos ricos”, denunciou os “salários humilhantes dos trabalhadores” e colocou-se como seu protetor: “no momento em que eu defender qualquer autoridade que, a qualquer título, por

³⁶³ DUARTE, Adriano Luiz. *Cultura popular e cultura política no após-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973*. Campinas, 2002. 273 f. Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. p. 175.

³⁶⁴ FONTES, Paulo; DUARTE, Adriano. O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953). *Cadernos AEL*. Campinas, v. 11, n. 20/21, 2004. p. 107.

³⁶⁵ Sobre a greve dos bancários, Jânio declarou na Assembleia Legislativa: “Cansei-me nesta tribuna de advertir aos negociantes do dinheiro para a dramática situação desta classe [dos bancários] de cuja miséria de colarinho e gravata, os lucros fantásticos, a vida fácil e os charutos patronais escarneciam.

Homens que embranqueceram nas casas de crédito, vivendo com dedicação e honradez vinte e mais anos, entre paredes que se renovam na prosperidade do estabelecimento, transformado, pelo seu labor, o reboco em mármore, a lâmpada em lustres, o edifício modesto em gigantes de concreto, sofriam, na própria pessoa e da família, a penúria do ordenado mesquinho e degradante... [os banqueiros] teimam em conservar escancaradas as burras e fechados os corações...

Tudo o que concederam foi uma longa discussão, cheia de evasivas, prenhe de má fé (...) cujo termo demorava sempre (...) na indagação cínica do leão da fábula aos coelhos que reivindicavam direitos: onde estão vossas garras?” Fonte: QUADROS, Jânio. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 107ª Sessão. 29/08/1951. Apud: WALSLEY, Silvana. Op. cit. p. 38, 39.

³⁶⁶ FONTES, Paulo; DUARTE, Adriano. Op. cit. p. 107, 108.

ação ou omissão, prejudique os operários, renuncio expressamente ao meu mandato e vou para casa”.³⁶⁷ Encenou lances teatrais que contribuíram para estreitar seus vínculos com as classes populares, como comer sanduíche de mortadela em comícios ou beber “pinga na taça” junto com o time vencedor do torneio de futebol do bairro.³⁶⁸

Projetando a imagem de homem simples, da campanha do “tostão contra o milhão”, venceu a disputa pela Prefeitura de São Paulo, em 1953, contra Francisco Antonio Cardoso, Secretário Estadual de Saúde apoiado por uma coligação de sete partidos (PSP, PSD, UDN, PTB, PRP, PR, PRT). A aliança partidária tida como imbatível foi derrotada pelo janismo em quase todos os bairros da cidade, exceto no opulento Jardim América. Quanto mais periférico o distrito, maior a diferença em favor de Jânio.³⁶⁹ Para Walmsley, o candidato democrata-cristão teve a invulgar habilidade de criticar seu adversário através de dois argumentos aparentemente paradoxais. Primeiramente, repelia Cardoso por ser o candidato de Adhemar de Barros e por tudo aquilo que o ex-governador representava: a “caixinha”, as negociatas e a corrupção. Por outro lado, por estar coligado com a UDN e o PR – partidos que buscavam se associar à imagem de moralidade, que se autointitulavam “partidos dos homens de bem” e “pedaço de chão limpo” –, foi tachado de “cartola”, representante do estilo esnobe dos políticos tradicionais.³⁷⁰

Ao assumir o executivo municipal, Jânio manteve seu prestígio nos bairros periféricos ao desenvolver um programa de ampliação da iluminação e de pavimentação pública, além de visitas semanais às SABs.³⁷¹ A manutenção dos diálogos e o atendimento das reivindicações populares permitiram que o prefeito vencesse as eleições estaduais de 1954, derrotando seu maior inimigo político: Adhemar de Barros. O sucesso de Jânio Quadros, destarte, não pode ser entendido simplesmente como manipulação demagógica junto às classes “menos favorecidas”. Seu prestígio deu-se por saber canalizar e atender os anseios dos moradores de periferia que passavam, cada vez mais, a cobrar dos seus representantes respostas às suas demandas. Os discursos contra a corrupção na administração pública, chamando a atenção para a precariedade de condições de vida da

³⁶⁷ Anais da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Apud: BENEVIDES, Maria V. *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 58, 59.

³⁶⁸ DUARTE, Adriano. Op. cit. p. 178.

³⁶⁹ FONTES, Paulo; DUARTE, Adriano. Op. cit. p. 109.

³⁷⁰ WALSLEY, Silvana. Op. cit. p. 131.

³⁷¹ FONTES, Paulo; DUARTE, Adriano. Op. cit. p. 110.

população urbana, encontraram ressonância principalmente nas classes trabalhadoras dos bairros periféricos de São Paulo.

Desse modo, o fenômeno eleitoral Jânio Quadros não pode ser explicado nem sob o estigma da “cooptação das massas”, nem pela apologia a um “pacto trabalhista”, amparada numa análise de classes voltada para as relações entre Estado e sindicatos.³⁷² As relações das classes trabalhadoras com os diferentes grupos políticos teciam-se tanto no ambiente de moradia quanto no ambiente de trabalho, sem prioridade hierárquica para algum. Ademais, as práticas denominadas pejorativamente de populistas tinham como componente fundamental a negociação e, mesmo que fossem entre atores desiguais, ofereciam margens de manobra de ambos os lados.

Não há como garantir que o estilo jornalístico de Manoel de Menezes tinha como objetivo reproduzir o estilo janista de fazer política. Mesmo porque não se tem informações de relações entre o jornalista e as associações de bairro ou clubes de futebol de Florianópolis, espaços de atuação privilegiada do político paulista.³⁷³ O fato é que os artifícios retóricos são muito parecidos. Menezes, nos três primeiros anos de seu periódico, atacou duramente o governador Irineu Bornhausen, acusando-o de conivência com a corrupção que grassava em sua administração. Manchetes de capa como “Governo ladrão” e “Renuncia, Irineu!” foram veiculadas entre o fim de 1952 e o início de 1953.³⁷⁴

Em outra reportagem de primeira página, publicada na véspera do natal de 1952, *A Verdade* denunciava uma tentativa de suborno por parte do governo do estado para que o semanário parasse de lhe fazer críticas. Abaixo da palavra SUBORNO, escrita em caixa alta e letras garrafais, apareciam os dizeres: “Composição e Impressão gratuitas na Gráfica Diário da Manhã e uma quantia mensal a ser estipulada por nós. Condição: não atacar mais as mutretas e deslizes da administração pública. Ofertante: Governo do Estado”. Ao explicar a proposta, a reportagem justificava sua postura oposicionista em virtude da presença de corruptos na esfera administrativa estadual: “Si [sic] estamos atacando o

³⁷² Para uma discussão aprofundada acerca das relações entre políticos e trabalhadores durante o populismo ver o Epílogo da tese de Alexandre Fortes: FORTES, Alexandre. “Nós do quarto distrito”: a classe trabalhadora porto-alegrense e a era Vargas. Campinas, 2001. 584 f. Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. p. 544-570.

³⁷³ Embora seu pai, Hermínio de Menezes Filho, jornalista e dono do extinto jornal *Dia e Noite*, morasse em São Paulo em 1952 e contribuísse com artigos para o semanário do filho.

³⁷⁴ Governo ladrão. *A Verdade*. Florianópolis, 19 dez. 1952; Renuncia, Irineu! *A Verdade*. Florianópolis, 30 jan. 1953.

governo é porque ele está a merecer o ataque. Não nos cabe culpa se a mediocridade e a incompetência se instalaram na direção da máquina administrativa do estado. Não somos culpados, igualmente, se existe gente que gosta de ganhar dinheiro fácil, enriquecer e fazer fortuna, sob a capa governamental.”³⁷⁵

No outro eixo de crítica do jornal – as denúncias contra o aumento do custo de vida e as condições dos trabalhadores –, Menezes usava amplamente o termo “tubarões” e “tubaronato” para adjetivar os comerciantes que praticavam preços abusivos. Ao criticar o preço do pão e do leite nas primeiras edições do jornal, foi repreendido por um articulista do jornal *O Estado* de usar “linguagem extremista”.³⁷⁶ A resposta veio de forma ríspida. Primeiramente, Menezes suspeitava da idoneidade do artigo, publicado na sétima página do jornal, justamente ao lado da propaganda das “conceituadas indústrias Moritz”. A reportagem de *O Estado* defendia Charles Moritz, alcunhado de “tubarão-mór do pão” algumas semanas antes por *A Verdade*. O semanário, então, respondia reafirmando sua postura de defesa dos interesses populares: “Sabemos que a verdade dói. (...) E não admitimos que ninguém nos taxe de extremistas pelo simples fato de estarmos tomando a defesa do povo.” Ao rebater as afirmações de que estaria manipulando a população contra as autoridades instituídas, reforçava uma concepção de que as difíceis condições de vida eram o eixo norteador das mobilizações sociais e o jornal apenas um meio para externá-las:

O povo não é tão ignorante como o articulista deseja. Aliás, não é necessário que o povo tenha cultura no estômago para saber que está passando fome. O estômago do pobre é igual ao do rico. (...) A única diferença é que não conta com as facilidades dos ‘tubarões’ para adquirir os alimentos. (...) O articulista de “O Estado” precisa ver de perto o que vemos diariamente: gente humilde a nos trazer o conforto de sua solidariedade e o agradecimento pela nossa campanha em seu favor. (...) Quanto a nós, não nos afastaremos de nossa trilha. Continuaremos a desmascarar aqueles que vivem no eterno clima de “bajulação interesseira”, mostrando ao povo quem são os seus reais e verdadeiros inimigos. (...) Quantos “tubarões”, verdadeiros ladrões do bolso de nosso povo, são glorificados em homenagens “expontâneas” [sic]! Isso também não é crime?³⁷⁷

³⁷⁵ Suborno. *A Verdade*. Florianópolis, 24 dez. 1952.

³⁷⁶ Na matéria em questão, o termo “extremista” queria dizer comunista. De acordo com o artigo, o articulista de *O Estado* pedia inclusive a intervenção da DOPS sobre o jornal. Cabe ressaltar ainda que os comunistas participaram ativamente das mobilizações contra a carestia em São Paulo, seja nos Comitês Democráticos Populares, no final dos anos 1940, ou nos sindicatos e Sociedades de Amigos do Bairro. Ver: DUARTE, Adriano. Op. cit.

³⁷⁷ Respondendo aos intrigantes. *A Verdade*. Florianópolis, 5 set. 1952.

A partir da citação, podemos perceber a concepção do jornal sobre os movimentos populares e sua relação com os “políticos tradicionais”. Embora reconheça as mobilizações contra a carestia como legítimas, elas eram motivadas, sobretudo, pelo “estômago”. Portanto, ao descrever as ações da “gente humilde”, que trazia “o conforto de sua solidariedade e o agradecimento” pela campanha “em seu favor”, o jornal deixava claro suas expectativas. Diante de uma situação materialmente precária, a “massa” manifestaria sua insatisfação, escolhendo como interlocutor o periódico que declaradamente defendia seus interesses.

Ora, o uso da linguagem de direitos e a promoção de ações assistenciais não garantem necessariamente o reconhecimento do receptor do benefício. Os estudos sobre o desempenho de Jânio Quadros nos bairros de periferia demonstram, por exemplo, que seu sucesso eleitoral foi produto do atendimento das expectativas das classes trabalhadoras. Ou seja, era uma via de mão dupla, na qual o candidato comprometia-se a atender as demandas do eleitor (cidadão) e este, através do voto, reconhecia-o ou não como seu representante junto ao Estado.

Por conseguinte, os cidadãos não observaram impassíveis a abertura de espaços de diálogo com os grupos políticos – fossem nas associações de bairro, nos sindicatos ou nas redações dos periódicos. Em Florianópolis, eles foram às ruas por diversas vezes em 1952 e, evidentemente, ganharam a cobertura entusiasmada do periódico de Menezes. No final de setembro, os estudantes manifestaram-se contra o valor dos cinemas da capital. De acordo com o jornal do PTB, “com uma campanha bem orientada (...) os acadêmicos e colegiais, sem violência, mas sem transigência, conquistaram a redução nos preços”.³⁷⁸ Manoel de Menezes também comemorou, em sua coluna chamada “A bomba do dia”, a ação dos estudantes que “finalmente parecem que saíram daquela apatia monstruosa em que viviam”. O jornalista aproveitava para conclamar a “mocidade esplendorosa”, “sempre alerta na solução dos nossos problemas vitais”, para acolher a campanha encetada por ele contra os “tubarões”.³⁷⁹

Após elogiar a mobilização estudantil, Menezes atacava o alto preço da carne na cidade. Após denunciar os preços abusivos do pão e do leite, pedia a ajuda dos estudantes

³⁷⁸ A greve dos estudantes. *A Evolução*. Florianópolis, 29 set. 1952.

³⁷⁹ MENEZES, Manoel de. A bomba do dia. *A Verdade*. Florianópolis, 26 set. 1952.

para inviabilizar a ameaça de Elizeu Di Bernardi: o comerciante suspenderia o fornecimento de carne caso os preços na capital não subissem.³⁸⁰ Na semana seguinte, o jornalista subiria o tom das críticas, chamando Elizeu Di Bernardi de “tubarão” e denunciando que ele auferia “lucros fabulosos” explorando o trabalhador humilde.³⁸¹ Entretanto, a postura editorial do jornal de Manoel de Menezes é repleta de ambiguidades. Algumas delas, principalmente sobre os alinhamentos políticos, serão explicadas mais adiante. Cabe destacar por enquanto que a postura crítica em relação ao comerciante de carnes mudou em meados de outubro.

Se na sua coluna “A bomba do dia”, publicada em 26 de setembro e 3 de outubro, enfatizava as dificuldades da população em comprar carne, responsabilizando seu fornecedor, na capa do jornal de 17 de outubro, o discurso mudou. Após uma “palestra com o senhor Elizeu Di Bernardi”, o jornalista concluiu que “aquele cidadão não deixa de ter as suas razões”. Os altos preços eram decorrentes da “falta de tabelamento do gado em pé”. Após demonstrar alguns cálculos, afirmava que o comerciante não tinha lucro, mas déficit. Culpa, portanto, do governo, em especial da COFAP (Comissão Federal de Abastecimento e Preços). A solução: tabelar o gado em pé. A forma de fazer o jornalista não detalha, “desde que o objetivo seja alcançado”.³⁸²

O povo continuava “sofrido”, mas o fornecedor de carnes não era mais o “tubarão” responsável por suas agruras. Naquele caso, a responsabilidade era toda do governo. Soaria ingênuo se creditássemos a mudança de postura do jornalista simplesmente à “palestra” com o comerciante de carnes. As ambiguidades de posicionamento farão parte de toda a trajetória do periódico. No mesmo ano, houve postura similar após as denúncias sobre o transporte coletivo. Abriu-se espaço para criticar a lotação dos ônibus em horários de pico, mas, no caso específico das linhas da Auto Viação Florianópolis, o jornal defendeu o monopólio da empresa. Para justificar sua posição em favor do empresário, o jornalista argumentava que a prefeitura, para atender a demanda, oferecera concessões a outras empresas que colocavam em circulação ônibus em condições precárias e com preços mais

³⁸⁰ MENEZES, Manoel de. A bomba do dia. *A Verdade*. Florianópolis, 26 set. 1952.

³⁸¹ “Sei que o Sr. Elizeu Di Bernardi é capaz de realizar a sua ameaça de não fornecer carne para a nossa cidade, caso a COAP não vá de encontro aos seus desejos de aumentar os seus lucros. (...) O fato é o seguinte: o povo já não pode suportar mais aumento de preços. (...) Enquanto puder ter forças suficientes para me insurgir contra pretensões descabidas dos insaciáveis ‘tubarões’, aqui estarei colaborando com a minha modesta pena...”. MENEZES, Manoel de. A bomba do dia. *A Verdade*. Florianópolis, 3 out. 1952.

³⁸² Ladrão ou não? *A Verdade*. Florianópolis, 17 out. 1952.

baixos do que a antiga monopolista. Segundo o periódico, a concorrência seria desleal, visto que a empresa que antes detinha a exclusividade das linhas tinha recém adquirido novos ônibus “quatro gostosões moderníssimos”, enquanto a concorrente usava “dois ônibus velhos que a Empresa de Santo Amaro retirara por imprestáveis”.³⁸³

A retórica de defesa das classes trabalhadoras mesclava-se, assim, com deferências pontuais aos interesses dos empresários. Fica evidente que a linha editorial era por demais eficiente para fazer inimigos. Exemplo disso foi o empastelamento sofrido ainda no primeiro ano de *A Verdade*. De acordo com o relato, Os irmãos Mario e Demerval Rosa invadiram, na noite de 6 de outubro, a gráfica do jornal *A Evolução*, onde era impresso o semanário. Ao tentar reagir, Menezes teve um revólver colocado em sua boca. Seguiu-se, então, a “faina destruidora” dos irmãos Rosa, destruindo a edição do dia 31 de outubro e as máquinas do jornal trabalhista.³⁸⁴ Telmo Ribeiro, do jornal *A Evolução*, definiu a atitude como “a força das balas contra inermes operários e a força da truculência contra o poder da palavra escrita”.³⁸⁵

Na última edição do mês de novembro, Hermínio de Menezes Filho publicou um artigo no qual interpretava a ação criminosa contra o jornal de seu filho. O algoz seria, evidentemente, o governo do estado. Segundo ele, como retaliação às críticas do semanário. Para comprovar a acusação, Menezes Filho informava que o crime acontecera no início da noite e a 300 metros da Secretaria de Segurança Pública sem que nada fosse feito. Ademais, no momento em que o jornal voltou a circular, a polícia abordou Menezes, apreendendo uma faca de “churrasquear” que este portava. No mesmo local, “na praça principal da cidade, a uns vinte metros de distância, encontravam-se os empasteladores, gozando o efeito de mais essa ignominiosa perseguição ao jornalista”.³⁸⁶

Aquela não fora a primeira agressão sofrida pelo dono de *A Verdade*. Suas polêmicas geraram inúmeras inimizades, uma delas foi com o jornalista Jaime de Arruda Ramos. Sob o pseudônimo de Tim Tim, ele escrevia no jornal *O Tempo*. Menezes, que publicava duas colunas, “A bomba do dia” e “O que dizem e eu não afirmo...”, “metralhou”

³⁸³ Marmelada?!? O que há com as concessões de transporte coletivo em nossa capital feitas pela prefeitura? Afinal, para que serve a IVTP? *A Verdade*. Florianópolis, 5 set. 1952.

³⁸⁴ Assalto à bala. *A Verdade*. Florianópolis, 7 nov. 1952.

³⁸⁵ RIBEIRO, Telmo. O empastelamento de “A Verdade”. *A Evolução*. Florianópolis, 10 nov. 1952.

³⁸⁶ O empastelamento de A Verdade e a verdade sobre o empastelamento. *A Verdade*. Florianópolis, 28 nov. 1952.

o jornalista nesta última. Menezes assim descreveu a reação do articulista: Jaime de Arruda Ramos “jogou de lado toda a sua experiência de jornalista e de homem inteligente e sereno e desceu à baixeza do vulgo, para vir tirar satisfações em plena praça pública, terminando por cuspir em meu rosto, insistindo para que eu reagisse, qual moleque de rua”. No relato da coluna, o jornalista não reagiu à agressão e lamentou: “como se perde a classe em tão pouco tempo!”.³⁸⁷ Essa aparente calma de Menezes diante da agressão contrasta com suas posturas nos anos seguintes. Como veremos adiante, em 1954, o dono de *A Verdade* usará a capa do periódico para marcar uma briga com um desafeto político. Além disso, a descrição desqualificava o agressor que, de homem sereno, perdera a “classe” e descera à “baixeza do vulgo” – sinônimo, segundo o dicionário Aurélio, de “ralé”. Ironicamente, Menezes mencionaria um estereótipo que, anos mais tarde, seria empregado para referirem-se a ele próprio. O mesmo Jaime de Arruda Ramos, às vésperas das eleições municipais de 1959, publicaria artigo nos principais jornais da capital cuja frase emblemática seria: “A ralé não fará o seu prefeito”.³⁸⁸

Após os episódios de violência, a artilharia do jornal mirou a polícia, omissa nos casos envolvendo a imprensa e disposta a reprimir as manifestações estudantis. O periódico indignou-se com o espancamento do estudante Gil Losso pela DOPS, comandada por Trogílio Melo. Segundo o relato, a agressão aconteceu de forma gratuita, no dia da formatura do universitário, e deixou-o “sem sentidos e em estado de choque”. Em repúdio, os estudantes protestaram em frente à Secretaria de Segurança Pública, carregando “um artístico caixão fúnebre”, onde fizeram o “enterro simbólico da Polícia de Choque”. Com as bocas amarradas com um lenço, representando o medo de da truculência policial, carregaram também cartazes com os dizeres: “Morra Polícia de Choque” e “A força do burro está no coice!”.³⁸⁹

A repercussão da ação da DOPS chegou à Câmara Federal. Os deputados udenistas Wanderley Júnior e Waldemar Rupp usaram a tribuna para criticar o comportamento de alguns jornalistas catarinenses que vincularam a agressão à imagem do representante máximo de Santa Catarina, o governador Irineu Bornhausen. Acusavam “forças misteriosas” pelo ocorrido, tramado com o objetivo de “incompatibilizar o governo”. Em

³⁸⁷ MENEZES, Manoel de. A bomba do dia. *A Verdade*. Florianópolis, 10 out. 1952.

³⁸⁸ Os detalhes desse processo eleitoral podem ser vistos no capítulo 3.

³⁸⁹ GESTAPO em Florianópolis. *A Verdade*. Florianópolis, 28 nov. 1952.

resposta, no jornal *A Evolução*, Telmo Ribeiro ressaltou a gravidade da situação do estudante, com “abundantes hemorragias nasais”, e evidenciou a cisão entre udenistas e trabalhistas. Para ele, as forças misteriosas seriam da própria UDN, “com a sua intransigência, com a sua inabilidade, com o seu egoísmo, com a sua falta de espírito público, com as suas rivalidades, ciumeiras e melindres”. Finalizava afirmando que o PTB estava disposto a cooperar apenas com o governador do estado, mas sem se submeter “aos caprichos da UDN”.

Na argumentação do prócer trabalhista, ficava patente a dissonância entre as duas agremiações que juntas suplantaram o PSD na eleição anterior. Apesar de demonstrar respeito pela figura do governador, o jornalista dirigia uma crítica mais severa à postura do partido. Considerando que os pronunciamentos udenistas ocorreram na tribuna da Câmara, onde a Banda de Música conduzia uma oposição raivosa ao governo Vargas, presume-se que os conflitos na esfera nacional tornavam a manutenção da aliança regional, vitoriosa em 1950, cada vez mais inviável. Por isso a inferência à “falta de espírito público”, às “rivalidades”, “ciumeiras e melindres” do partido da “eterna vigilância”. Em contrapartida, anotava-se o respeito à figura do governador do estado, reconhecido por fazer uma política de aproximação do governo de Getúlio Vargas.³⁹⁰

A Verdade dispunha-se, por seu turno, a atacar ambos os partidos. A UDN já era alvo da pena de Menezes durante todo o ano de 1952. A partir do início de 1953, os petebistas passaram também a ser alvejados. Braz Joaquim Alves, deputado estadual trabalhista, comunicou a decisão de não mais ceder as oficinas de *A Evolução* para impressão do semanário. Menezes, em sua autobiografia, explica como conseguiu, em pouquíssimo tempo, o dinheiro necessário para a compra da máquina de impressão e os demais materiais tipográficos de modo a manter seu jornal em circulação: abriu uma lista de subscrição para a aquisição do maquinário.³⁹¹ Entre os principais doadores, nomes de envergadura do pessedismo catarinense como Miguel Daux, vereador eleito em 1950 (dois mil cruzeiros), Leoberto Leal, deputado federal (cinco mil cruzeiros), Ivo d’Aquino,

³⁹⁰ Segundo Jali Meirinho, a aliança PTB-UDN fez com que Irineu Bornhausen, durante seu governo, recebesse recursos do governo federal, principalmente na área da Agricultura, onde o titular da pasta era o udenista João Cleofas. Ver: MEIRINHO, Jali. O velho colono. DC Governadores. *Diário Catarinense*. Florianópolis, 25 nov. 1993.

³⁹¹ Esta e as demais informações deste parágrafo e do próximo foram retiradas da seguinte fonte: MENEZES, Manoel de. *Retalhos do tempo: o que vi, fiz e ouvi*. 2 ed. Florianópolis: Edeme, 1977. p. 155-158.

senador (cinco mil cruzeiros), Francisco Benjamin Gallotti, senador (cinco mil cruzeiros), Flávio Ferrari, vinculado ao SESI (cinco mil cruzeiros), o ex-governador Aderbal Ramos da Silva (cinco mil cruzeiros) e, para surpresa, Charles Edgard Moritz, “tubão-mór do pão em Florianópolis” (cinco mil cruzeiros). Conjuntamente com o mecenato pessedista, o Cel. Lopes Vieira, vinculado ao PSP de Adhemar de Barros, acertou a publicação de uma página do partido em todas as edições do semanário por cinquenta mil cruzeiros mensais. O que não poderia imaginar é que a compra do espaço renderia breves meses de isenção de acusações. Voltarei a este ponto mais adiante.

Garantido o futuro de seu jornal, Menezes passou a trabalhar para fazer valer o investimento: “Quem passou a perder o sono foi o pessoal de onde ainda estava fazendo A VERDADE, pois melhor que eles ninguém para saber que o troco não tardaria a chegar. (...) Chegava a vez dos ‘briosos’ políticos do PTB. Tudo que sabia a respeito deles comecei a tornar público. Antes não, porque ‘quem dorme de favor não estica as pernas’.”

Enquanto o PSD catarinense municiaava Menezes confiante na ação oposicionista de *A Verdade*, esquentava a temperatura da política nacional. Os opositores a Vargas denunciavam o “mar de lama” que tinha tomado conta do país. O alto custo de vida gerava protestos nas principais capitais. Em São Paulo, a consagração de Jânio Quadros, primeiro prefeito eleito após a redemocratização, em 1953, evidenciou a influência dos moradores de periferia no processo eleitoral.³⁹² Políticos, como o deputado Lino de Matos, ligado a Adhemar de Barros, apoiavam o operariado nos conflitos na Praça da Sé durante a Greve dos 300 mil.³⁹³

Em seus cálculos, uma retórica favorável ao movimento operário era um meio eficiente de obter dividendos eleitorais. Por outro lado, este tipo de ação serviu de estímulo para que os trabalhadores fortalecessem suas reivindicações e retomassem a combatividade reprimida no final dos anos 1940. Na análise de John French, os políticos paulistas, ao fornecerem apoio ao movimento grevista, deram poder e legitimidade aos

³⁹² Assim como ocorria na capital paulista e na cidade de Santos, em Santa Catarina os prefeitos das cidades de Florianópolis e São Francisco do Sul eram, até então, nomeados pelos governadores dos respectivos estados.

³⁹³ De acordo com Walmsley, em razão do rompimento do governador Lucas Garcez com Adhemar de Barros, este orientou seus seguidores “para que apoiassem o movimento grevista, deixando que o governador arcasse sozinho com o ônus da repressão ao movimento”. Ver: WALSLEY, Silvana. Op. cit. p. 35, 36.

trabalhadores.³⁹⁴ As instáveis “alianças”³⁹⁵, que muitas vezes colocavam do mesmo lado trabalhadores organizados e políticos taxados pejorativamente de demagogos ou populistas, seriam cada vez mais frequentes, conforme as reivindicações populares ganhassem força no espaço público.

Vimos que, em 1947, os pleiteantes a cargos públicos buscaram vincular-se às camadas populares, fazendo uma campanha que ressaltasse as origens humildes do candidato ou mostrando a sintonia dele com as demandas trabalhistas.³⁹⁶ Na eleição seguinte, em 1950, os políticos catarinenses disputaram quem seria o “legítimo” representante de Vargas, um personagem reconhecidamente popular. Instituiu-se, assim, uma acirrada disputa pelos espaços abertos com o processo eleitoral. Afinal, quem falaria em nome do trabalhador? Quem obteria o reconhecimento do morador, do operário, da lavadeira ou da dona de casa? Quem seria por eles alçado como interlocutor de suas demandas junto ao poder público? O cidadão comum precisava ser ouvido e este diálogo abria perspectivas para o estabelecimento de relações diferentes dos tradicionais arranjos políticos dos grandes partidos. O surgimento de *A Verdade* e seu rápido sucesso em canalizar as demandas urbanas demonstrou que havia um espaço político a poderia ser ocupado.

É justamente nesse contexto que acontece a primeira eleição para prefeito de Florianópolis, em 1954. O favoritismo, evidentemente, recaía sobre os candidatos de UDN e PSD. Todavia, Lopes Vieira, pelo PSP, e Manoel de Menezes, pelo PTN, corriam por fora e buscavam surpreender. No entanto, as rixas políticas e, por conseguinte, a dinâmica eleitoral subordinaram-se diante do mais dramático acontecimento do período democrático: o suicídio de Vargas.

³⁹⁴ FRENCH, John D. op. cit. p. 261-263.

³⁹⁵ Segundo French, diferentemente de termos mais restritos como “pacto social” ou “coligação”, o conceito de aliança permite pensar as relações estabelecidas entre políticos e trabalhadores de modo mais fluido e dinâmico. As “alianças” podem ser estabelecidas formalmente ou mediante ações não reconhecidas, mas paralelas. Nas palavras do autor: “elas estão sempre sujeitas a renegociações que refletem oscilações de poder entre as partes envolvidas, influência de seus respectivos adversários ou o surgimento de novos aliados possíveis”. Ver: FRENCH, John D. op. cit. p. 255, 256.

³⁹⁶ Vide Capítulo 1.

2.5 – Brigas públicas, denúncias de corrupção e o suicídio de Vargas

Se eu fosse o Getúlio (Marcha de Arlindo Marques Jr. e Roberto Roberti)

O Brasil tem muito doutor
Muito funcionário, muita professora
Se eu fosse Getúlio, mandava
Metade dessa gente pra lavoura
Mandava muita loura
Plantar cenoura
E muito bonitão
Plantar feijão
E essa turma da mamata
Eu mandava plantar batata!³⁹⁷

1954 foi um ano marcante para a história política brasileira. O fato mais notório foi o tiro desferido no Catete pelo presidente, após intensa campanha por sua renúncia e depois por sua deposição. Enquanto a pauta jornalística nacional gravitava em torno da figura de Vargas, *A Verdade* alavancava as suas vendas tornando públicas as desavenças construídas por seu mantenedor. A mais famosa delas foi com o jornalista e escritor Zedar Perfeito da Silva e rendeu até o agendamento da briga através da capa do semanário.

Ao narrar a sua versão dos fatos ocorridos em 1954, Menezes explicou que a contenda seria resolvida no braço não porque recebeu uma agressão pelas costas, mas porque teve sua honra ultrajada ao ser chamado de “vigarista”. O jornalista dava a entender que seu agressor era presidente do Instituto do Café no estado, cargo alcançado por meio de “puxassaquismo interesseiro, jogando flores aos pés dos que se locupletam na atual situação para dessa maneira tirar gordo partido”.³⁹⁸ Na reconstrução dos fatos de 1977, conta o narrador que conversava com o Deputado Federal Jorge Lacerda, em frente ao Café Rio Branco, quando recebeu um murro no pé do ouvido. Ao tontear, recebeu outro por cima do olho esquerdo. Ao identificar o agressor, partiu para cima dele, “mandando-lhe os pés”. Eis que foi surpreendido por uma vassoura, jogada pela garota que varria o local: “Caí no chão montado numa vassoura”, conta o narrador.³⁹⁹ Depois de separados, o jornalista

³⁹⁷ Marcha do carnaval de 1954. Publicado em: Pra você cantar no carnaval. *A Verdade*. Florianópolis, 15 fev. 1954.

³⁹⁸ Venha covarde! *A Verdade*. Florianópolis, 8 abr. 1954.

³⁹⁹ MENEZES, Manoel de. *Retalhos do tempo: o que vi, fiz e ouvi*. 2 ed. Florianópolis: Edeme, 1977. p. 159.

correu até a redação do jornal e lançou o desafio: “Venha, covarde! Agredido pelas costas, lanço um repto a Zedar para um encontro hoje, 12 horas, defronte ao Café Rio Branco”.

É de se imaginar que o episódio ganhou ampla repercussão. Florianópolis, à época, contava com uma população de pouco mais de sessenta e nove mil habitantes. A zona urbana e suburbana, que compreendia a região central de Florianópolis e parte do continente, contava com cerca de cinquenta mil pessoas.⁴⁰⁰ Brigas no centro da cidade não eram algo inédito – o próprio Menezes noticiara a cusparada recebida de Jaime de Arruda Ramos. Todavia, acredito que causou frenesi a divulgação da data e da hora do confronto pelo semanário. A revanche não se consumou como o jornalista esperava. Dias depois, *A Verdade* noticiava o resultado do confronto: “Dezenas contra um. Nunca se viu nesta ilha tanta covardia. Zedar compareceu ao encontro, mas veio acompanhado de numerosos capangas, dentre eles parentes e mais três irmãos, um dos quais sacou de um revólver. A polícia evitou o linchamento. Houve um que saiu com a perna quebrada.”⁴⁰¹

Ao dramatizar as carências urbanas e espetacularizar as rixas cotidianas, Menezes fazia de seu semanário um poderoso instrumento definidor da pauta das discussões públicas da cidade. Os leitores aguardavam as novas edições para saber quem seria a personalidade atacada ou contra qual órgão público recairia a denúncia de corrupção. Ao ler as páginas do semanário, compreende-se porque o jornalista conquistava admiradores e inimigos talvez na mesma proporção. Pouco ou nada diz respeito às turbulências nacionais. Em foco, os problemas locais. O sucesso editorial de *A Verdade* garantiu a Menezes mais verbas de publicidade. O PSP, com sua página semanal, era um dos principais mantenedores.

Os cinquenta mil cruzeiros mensais não garantiram, no entanto, a blindagem do partido e de seus correligionários contra os ataques do periódico. Chegou-se à paradoxal situação de o jornal publicar, no espaço pago pelo PSP, um alerta ao povo: “não se deixem iludir pelos demagogos, pelos falsos defensores das aspirações coletivas, dos gananciosos e dos exploradores”. E alertava: “se o povo deseja ter bons representantes, escute a voz do Cel. Lopes Vieira.”⁴⁰² Fica fácil presumir a quem a nota pessepista se dirigia ao ler uma das notícias de capa da edição de vinte de maio. No canto inferior direito da página estavam os

⁴⁰⁰ Informações do Censo de 1950. Ver: População de Florianópolis. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 11 out. 1950.

⁴⁰¹ Dezenas contra um. *A Verdade*. Florianópolis, 12 abr. 1954.

⁴⁰² Os amigos do Cel. Lopes Vieira. *A Verdade*. Florianópolis, 3 mai. 1954.

dizeres: “Lopes Vieira contra os pobres”. A notícia é cheia de apelos sentimentalistas. Oswaldo, um jovem de dezenove anos, motorista do chefe pessepista, fora demitido sob a alegação de que a caminhonete que dirigia iria para Tubarão. No entanto, o rapaz foi surpreendido ao deparar-se com outro motorista em seu lugar. Enraivecido, dirigiu-se à redação do jornal. O redator da matéria justifica que a “taquarada” no chefe do PSP era pela mentira usada para jogar o empregado no olho da rua. Como resultado, o mancebo não poderia mais ajudar sua mãe a adquirir o pão de cada dia, deixando-a a própria sorte com seus outros seis irmãos. A notícia finaliza com uma insinuação dos interesses imediatos do coronel: “foi assim que ficamos sabendo que o Cel. Lopes não é amigo da pobreza, como está cansado de pregar aos quatro ventos. O que ele quer mesmo é se arrumar. Não é Cel.? Arrumar-se numa cadeira rendosa e confortável na Câmara Federal.”⁴⁰³

As insinuações cederam lugar a pesadas agressões contra o deputado estadual Volney Colaço de Oliveira, também do PSP. Presume-se que Menezes e Volney tornaram-se desafetos desde que o pai deste, João Oliveira, publicou “reportagens insultuosas” contra Hermínio de Menezes, avô daquele, entre o fim de 1953 e os primeiros dias de 1954.⁴⁰⁴ O que se seguiu foi quase uma esquizofrenia editorial. De um lado, o bombardeio de reportagens depreciativas contra o deputado. De outro, a defesa deste no espaço pago pelo PSP. Na capa de vinte e dois de abril: “Volney devorou as verbas da Assembleia Legislativa. Até a dentadura com que João de Oliveira morde seus inimigos custou o dinheiro do povo”.⁴⁰⁵ Um mês depois: “Será provada a desonestidade de Volney. Renato Barbosa veio do Rio para escrever uma defesa que não convenceu e jamais convencerá ao mais ‘otário’ do mundo. O relatório de Cabral provará, na Comissão de Inquérito, as roubalheiras.”⁴⁰⁶

Tratava-se da instalação de uma comissão de inquérito na Assembleia para apurar um suposto desvio de dinheiro público na aquisição do Dodge do deputado durante a época em que ocupava a presidência da Casa. Na página pessepista, Osvaldo Rodrigues Cabral, relator do processo e sucessor de Volney na presidência, era alvejado por ter se bandeado

⁴⁰³ Lopes Vieira contra os pobres. *A Verdade*. Florianópolis, 20 mai. 1954.

⁴⁰⁴ No início de 1954, *A Verdade* publicou uma nota de capa afirmando que as “ofensas” produzidas por João Oliveira seriam respondidas nas edições seguintes por Menezes Filho, pai de Manoel de Menezes. Fonte: *A Verdade*. Florianópolis, 4 abr. 1954.

⁴⁰⁵ Volney usou verbas da Assembleia Legislativa. *A Verdade*. Florianópolis, 22 abr. 1954.

⁴⁰⁶ Será provada a desonestidade de Volney. *A Verdade*. Florianópolis, 20 mai. 1954.

para as hostes oposicionistas. A notícia ainda informava a “brilhante defesa” do deputado, deixando patente a sua idoneidade.⁴⁰⁷ Entretanto, na mesma edição, na página ao lado, Menezes publicava mais uma bomba: “10 mil cruzeiros! Foi quanto me ofereceu Volney para assinar e publicar este artigo que ele, nos bons tempos, mandou seu DIP escrever. Hoje, entretanto, faço a publicação gratuitamente para que o povo julgue melhor a ‘honestidade’ do ex-presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.”.

A reportagem simulava com habilidade o linguajar do dono do periódico. Intitulada “Volney prova que não é arigó”, fazia uma espécie de mea-culpa, inocentando o deputado das acusações anteriormente desferidas. Ao final, uma nota da redação, apelando para uma linguagem agressiva até mesmo para os padrões de *A Verdade*: “Não aceitei os 10 mil cruzeiros que foram oferecidos por Volney porque não sou canalha da marca de seu pai para assinar o que não escrevo. Quem se presta a esse ridículo papel é o crápula da Laguna, João Oliveira, mais conhecido hoje por ‘Tarado do Sul’.”⁴⁰⁸

Um mês depois, Menezes já respirava os ares da campanha política que se avizinhava. Para outubro, estavam marcadas eleições para vereador, deputado estadual, federal e senador. Aguardava-se ainda a aprovação da autonomia de Florianópolis na Assembleia Legislativa, o que garantiria também o pleito para o executivo municipal. O jornalista divulgou com entusiasmo a fundação do PTN (Partido Trabalhista Nacional).⁴⁰⁹ Nas semanas seguintes, anunciou sua candidatura a deputado estadual e a de seu pai a deputado federal pela legenda.

Como não poderia deixar de ser, a polêmica permeou toda a sua campanha. O jornalista relatou com indignação a agressão sofrida na Trindade, a mando do vigário local. Tudo porque Menezes, junto com Hamilton Alves, candidato a vereador pelo PTN, foi, com seu carro e o alto falante ligado, anunciar as candidaturas que iriam “combater o roubo e a corrupção e derrotar as duas velhas e carcomidas dinastias aqui existentes.” Em virtude da Festa do Divino Espírito Santo, havia grande número de moradores no entorno da igreja local. Três destes atacaram o carro, “arrancando o alto falante, rebentando os fios e desafiando o autor destas notas a sair”. O jornalista, então, descrevia sua reação:

⁴⁰⁷ Volney rebate o relatório. *A Verdade*. Florianópolis, 24 mai. 1954.

⁴⁰⁸ 10 mil cruzeiros! *A Verdade*. Florianópolis, 24 mai. 1954.

⁴⁰⁹ O anúncio ganhou toda uma página interna do jornal: “Foi instalado em Santa Catarina o Partido Trabalhista Nacional que lutará contra as roubalheiras”. *A Verdade*. Florianópolis, 13 mai. 1954.

Deixamos a “charanga”, tiramos a camisa que vestíamos e gritamos, gritamos que viessem um por um, porque não temos físico para brigar com três, muito menos com aqueles que eram uns verdadeiros ‘Sansões’. Gritamos que botassem novamente a mão no alto falante se é que se considerassem homens. Mas os “valientes” se fecharam em copa, nada mais fizeram a não ser terem dado um soco na testa de meu companheiro Hamilton Alves.

Ao final da reportagem, o autor repudiava a ação do “vigário judeu” que atuava como cabo eleitoral de um candidato a deputado estadual e inflamou os três “valientes” a depredar sua charanga. Um deles, inclusive, seria candidato a vereador pelo PDC, “de sobrenome Vieira”.⁴¹⁰ Tratava-se de Francisco Xavier Medeiros Vieira.⁴¹¹ Iniciava-se de forma tumultuada o período de campanha política visando às eleições de outubro. As festas – e, no caso, uma tradicionalmente forte na cultura local, a Festa do Divino – para além da invocação confortável de harmonia e conagração, eram espaços privilegiados para se fazer campanha política. Contudo, por agregar galopins dos mais diferentes partidos, criava um clima de instabilidade em que qualquer fagulha poderia desencadear novos episódios de agressão e violência.

O dono de *A Verdade* mudou de estratégia após a aprovação da autonomia da capital de Santa Catarina. Com a aprovação de eleições para o executivo municipal, o jornalista enxergou a perspectiva de que o povo escolheria “um cidadão competente, honesto e trabalhador para seu prefeito, não um profissional da política ou preso aos interesses de partidos ou de grupos unidos para explorar a coletividade, na ganância do enriquecimento fácil”.⁴¹² Assim, largou a candidatura a deputado estadual para enveredar na disputa pelo cargo maior do município.

Enquanto Menezes preocupava-se com o pleito de outubro, o país assistia ao bombardeio contra o presidente Getúlio Vargas. Após a CPI montada para investigar supostas irregularidades do jornal *Última Hora*, veio a exoneração de João Goulart do Ministério do Trabalho, em fevereiro de 1954, e a “denúncia João Neves”, que apontava

⁴¹⁰ E o pau comeu... *A Verdade*. Florianópolis, 14 jun. 1954. A manchete traz os seguintes dizeres: “E o pau ‘comeu’... porque o padre mandou três indivíduos quebrar o nosso alto falante. O indesejável vigário da Trindade está comprometido a eleger, por dinheiro, certo candidato a deputado estadual. ‘Os cupinchas’ do padre foram ruidosamente vaiados. Dia seguinte, todo mundo foi parar na polícia.”

⁴¹¹ Lista de candidatos a vereadores do PDC. *A Gazeta*. 31 jul. 1954.

⁴¹² Autonomia da capital. *A Verdade*. Florianópolis, 30 jun. 1954

um suposto plano secreto entre Vargas e Perón para a formação de um bloco com Argentina, Chile e Brasil, com o objetivo de combater a hegemonia americana no continente.⁴¹³ As oposições exploraram a denúncia para acusar o presidente de querer implantar uma república sindicalista em moldes peronistas.⁴¹⁴ Por mais que Getúlio tentasse administrar seus opositores, o aumento do salário mínimo em cem por cento, proposto para maio, e os planos de sindicalização rural geravam insatisfações tanto entre a burguesia urbana quanto entre os latifundiários. Some-se a isso o “Memorial dos Coronéis”, assinado por oitenta e um oficiais e dirigido ao Ministro da Guerra e aos altos comandos militares. Nele, reproduzia-se a insatisfação de setores das forças armadas preocupados com o desaparecimento militar, a infiltração comunista no país e a corrupção.⁴¹⁵

Vargas teve ainda de enfrentar um processo de *impeachment* no Congresso. Na sessão da Câmara de 16 de junho de 1954, votaram 211 deputados. 136 contra e 35 favoráveis à deposição do presidente. Entre os votos a favor, 21 foram da UDN, um do PRT, dois do PR, um do PSP, dois do PL, cinco do PSD do Rio Grande do Sul, um do PTB e dois de deputados sem filiação partidária naquele momento.⁴¹⁶ Entre os deputados catarinenses, o *Diário da Tarde* destacou a atitude “lógica, coerente e desassombrada” do udenista Wanderley Júnior de votar contra o impedimento de Vargas. Apesar dos reclames de alguns correligionários, a reportagem pontuava que o diretório nacional não fechara a questão. Além disso, os dois principais líderes udenistas catarinenses, Irineu Bornhausen e Adolfo Konder, governador do estado e representante da seção regional no diretório central do partido, manifestaram-se contrários ao processo. Portanto, a pouco mais de um mês do trágico desfecho do mandato presidencial, a seção catarinense não aderiu à retórica golpista de parte do partido. O quadro de instabilidade política ganharia novos tons após os acontecimentos na Rua Toneleros.

A versão oficial do episódio conta que, nos primeiros minutos da madrugada do dia cinco de agosto, Carlos Lacerda voltava para seu edifício acompanhado do filho, Sérgio, e

⁴¹³ João Neves da Fontoura, autor da denúncia, foi figura atuante na campanha de Vargas em 1950. Era o líder da dissidência pessedista gaúcha que apoiava a candidatura trabalhista. No entanto, de acordo com Oliveira, em 1953, Fontoura deixa a pasta das Relações Exteriores e rompe com o presidente. Em cartas trocadas com Glicério Alves, em meados de 1953, o ex-apoiador defendia a aliança entre UDN e PSD para erradicar “a influência perturbadora que o Getúlio está exercendo sobre o Brasil”. OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. Op. cit. p. 226.

⁴¹⁴ D’ARAUJO, Maria Celina. op. cit. p. 139.

⁴¹⁵ MENDONÇA, Marina de Gusmão. Op. cit. p. 145; D’ARAUJO, Maria Celina. op. cit. p. 141.

⁴¹⁶ D’ARAUJO, Maria Celina. op. cit. p. 147. Ver nota nº 46.

do major-aviador Rubens Florentino Vaz – que fazia a segurança do jornalista junto com outros três integrantes da diretoria de Rotas Aéreas para o caso de um eventual atentado. No momento em que entrou no prédio, Lacerda viu um homem mulato, com o rosto encoberto por um chapéu de abas largas, atravessar a rua, passar atrás do automóvel e parar. O major Vaz deu-lhe voz de prisão. O indivíduo sacou uma arma calibre 45 e desferiu três tiros, um nas costas e dois no peito do militar, mais um que acertou Lacerda. Este último ainda sacou seu revólver calibre 38, mas não acertou o agressor.

Ambos foram levados para o Hospital Miguel Couto. O militar chegou morto. O jornalista, ferido no pé, foi visitado por figuras como Armando Falcão⁴¹⁷, Adauto Lúcio Cardoso⁴¹⁸ e o brigadeiro Eduardo Gomes. O delegado encarregado de iniciar o inquérito requisitou, no dia seguinte, a arma de Lacerda para perícia, mas foi expulso do apartamento do jornalista que se recusou a entregá-la. De acordo com a versão veiculada pela imprensa oposicionista, o crime fora orquestrado por Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Vargas. Gregório ordenou que Climério Euribes de Almeida, também membro da guarda, contratasse o pistoleiro Alcino João do Nascimento. O acaso salvara a vida do jornalista, ferido apenas no pé. Em seu lugar, morreu o major Rubens Vaz.

Essa versão foi contestada, em 1977, por Alcino Nascimento, pouco tempo após ter saído da prisão. Em depoimento a Palmério Dória, o “pistoleiro” contou que sua função era seguir Carlos Lacerda com intuito de descobrir algo desabonador do jornalista. Quando o carro estacionou defronte ao prédio, Alcino posicionou-se para anotar a placa do veículo, sendo agarrado pelo major Vaz. Enquanto tentava se desvencilhar, ouviu tiros, um deles atingiu o militar nas costas. Alcino sacou seu Smith-Wesson 45 e atirou duas vezes no peito de Vaz. Outras versões reforçam que o intuito dos “executores” não era o de dar cabo na vida de Lacerda, mas o de colher dados para um relatório que pudesse dificultar sua candidatura a deputado federal nas eleições de outubro.⁴¹⁹

⁴¹⁷ Deputado federal pelo PSD, ministro da Justiça dos governos JK e Geisel.

⁴¹⁸ Adauto Lúcio Cardoso (1904-1974) foi advogado e Ministro do STF, nomeado por Castelo Branco em 1967. Participou do Manifesto dos Mineiros, em 1943, e foi um dos fundadores do Movimento de Resistência Democrática, em 1944, movimentos que defendiam a redemocratização do país. Foi vereador e deputado pelo Distrito Federal, em 1947 e 1955-1960, respectivamente. Deputado federal pela Guanabara (1960-1967). Em 1971, renunciou ao cargo de Ministro do STF em protesto contra a decisão do órgão de não julgar inconstitucional o decreto-lei promulgado pelo presidente Médici instituindo a censura prévia. Ver: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. CPDOC-FGV.

⁴¹⁹ Ver: MENDONÇA, Marina de Gusmão. Op. cit. p. 140-156.

Armando Falcão, ao sair com Carlos Lacerda do hospital em direção ao apartamento da Toneleros, lembra que, poucos segundos após entrar no táxi, o jornalista explodiu: “Acho que vou enlouquecer! Foi uma enorme desgraça o que acaba de acontecer. Penso que fui eu quem matou o Vaz. Dei uns tiros a esmo, já sem óculos, e tenho a impressão de que ele estava na minha frente. Que horror! Que tragédia, meu Deus!”. Falcão conta que falou com os funcionários da Polícia Técnica que atestaram serem projéteis de calibre 45: “Retornei ao apartamento de Carlos Lacerda, dei-lhe conta do que já fora apurado e percebi que a onda de alívio que o envolveu foi tão grande que em sua fisionomia se estampou um fio de consolo, suavizando a marca do sofrimento”.⁴²⁰

Em entrevista ao CPDOC-FGV, Evandro Lins e Silva, advogado criminalista e Ministro do STF indicado por Juscelino Kubitschek, ressaltou que o caso Toneleros ainda está imerso em dúvidas. Mereceria um estudo comparativo dos diversos depoimentos e da análise do julgamento, da composição do júri, da repetição dos jurados. Segundo ele, “havia uma paixão coletiva muito grande, de forma que o resultado previsível era a condenação”.⁴²¹ Para Mendonça, algumas indagações até hoje não foram satisfatoriamente respondidas: “Por que, tendo Lacerda se recusado a entregar sua arma para a Polícia Civil, não foi posteriormente realizada uma perícia balística da mesma? Por que não foi feita autópsia no corpo do major Rubens Vaz?”.⁴²²

A despeito dos questionamentos sobre “o que realmente aconteceu” naquela madrugada do início de agosto, a imprensa explorou o fato para uma ofensiva contra o presidente. Ao analisar a cobertura dos jornais sobre o caso, Alzira Abreu e Fernando Lattman-Weltman estabeleceram quatro momentos distintos. O primeiro seria a da apresentação do incidente, dia cinco de agosto e dias posteriores. Nele, construía-se o significado da grave crise política e moral e, em alguns periódicos, da tese da responsabilidade, mesmo que indireta, do presidente. O segundo consistiria na indignação e comprovação da tese de envolvimento de Vargas. O terceiro momento seria de apelo à renúncia como solução menos traumática para a crise. Comprovada a responsabilidade,

⁴²⁰ FALCÃO, Armando. *Tudo a declarar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. p. 84, 85.

⁴²¹ O julgamento só ocorreu em outubro de 1956. Alcino, o suposto pistoleiro, e Climério, que o teria contratado, pegaram trinta e três anos de prisão cada um. Gregório Fortunato, o chefe da guarda pessoal de Vargas, pegou vinte e cinco. Nelson Raimundo de Sousa, o taxista que transportou Alcino, pegou onze. Ver: SILVA, Evandro Lins e. *O salão dos passos perdidos: depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Ed. FGV, 1997. p. 294, 313, 314. Ver em especial a nota nº 6.

⁴²² MENDONÇA, Marina de Gusmão. Op. cit. p. 151.

afirmava a incapacidade moral de continuar exercendo a presidência. Segundo os autores, a partir de então, mesmo os jornais mais moderados se convenceram da inviabilidade política do governo de Vargas. O quarto e último momento seria o processo de articulação da imposição da renúncia ou da deposição. Além da incapacidade moral, ressaltava-se a perda completa da autoridade política e administrativa.

Entre os periódicos analisados pelos autores, o *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *O Estado de São Paulo* e *Correio da Manhã* cobriram os acontecimentos sob a perspectiva de uma oposição mais radical a Vargas. Nos dias seguintes ao episódio, eles já passavam para a fase da acusação e, à exceção do *Correio da Manhã* que entra no quarto momento dia 19 de agosto, já na primeira quinzena do mês expunham a inviabilidade do governo e cobravam a sua deposição ou renúncia. Diante do confronto particular entre getulismo e antigetulismo, os autores destacam que os jornais *O Globo*, *O Jornal* e *Folha da Manhã* ocuparam o “centro do espectro político”. Não conheceram a segunda nem a quarta etapa – acusação e imposição da renúncia, respectivamente. Não atribuíram ao presidente a responsabilidade direta pelo atentado, tampouco advogaram uma solução unilateral das forças armadas. O apelo à renúncia é tardio e decorre da percepção da insustentabilidade do governo.⁴²³

No trabalho dos autores, foram analisados apenas os jornais de maior circulação, ficando de fora os jornais *Última Hora* e *Tribuna da Imprensa*. No entanto, a despeito do jornal de Carlos Lacerda ser apenas o sétimo vespertino mais lido do Rio de Janeiro, com 2,4% do mercado, percebe-se que ele possuía um importante poder de pauta. Sobretudo no caso da Toneleros, os jornais de maior circulação repercutiram as informações veiculadas na *Tribuna da Imprensa*.

Dentre os periódicos da capital de Santa Catarina, *A Gazeta* veiculou nos dias anteriores ao suicídio as denúncias do jornal de Lacerda. Logo após a morte do major Vaz, o diário de Jairo Callado estampou em sua capa a manchete “Indignação e Revolta”. A partir de uma ligação anônima, difundia a informação de que os criminosos seriam “elementos da guarda pessoal de Getúlio Vargas”. Em seguida, dava destaque ao cortejo

⁴²³ ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Ângela de Castro. *Vargas e a crise dos anos 50*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011. p. 32-35.

fúnebre, acompanhado por cerca de cinco mil pessoas, e a Carlos Lacerda, ovacionado ao entrar no cemitério “carregado nos braços por soldados da Aeronáutica”.⁴²⁴

A oposição de *A Gazeta* ao presidente aumentou nos dias seguintes. Noticiou as mobilizações militares pela apuração dos fatos e, mais uma vez, repercutiu a capa do jornal de Lacerda, segundo a qual Climério Almeida, membro da guarda pessoal do presidente, seria um dos responsáveis pelo atentado.⁴²⁵ A poucos dias do desenlace fatal, publicou manchetes de efeito contra o governo Vargas: “Seu governo é um estuário de sangue e um estuário de lama” ou “Que Vargas renuncie”.⁴²⁶ No fatídico vinte e quatro de agosto, *A Gazeta* aderiu ao discurso de uma suposta “solução constitucional”, qual fosse: a imposição da renúncia pelas forças armadas. Esta seria uma espécie de manobra preventiva em razão da perda de autoridade moral do presidente, que abria espaço para articulações entre Jango e os comunistas.⁴²⁷ De acordo com as informações da agência de notícias carioca que abastecia o diário catarinense, trabalhistas e comunistas estariam confabulando uma greve de grandes proporções com o objetivo de mobilizar as classes trabalhadoras em apoio ao presidente. Até mesmo o processo eleitoral marcado para três de outubro estaria ameaçado.⁴²⁸

O leitor atento pode se perguntar as razões de *A Gazeta* adotar uma postura tão agressiva contra o presidente se, durante sua eleição, fez coro com o PSD catarinense em favor de Vargas, abandonando o candidato oficial, Cristiano Machado. Isso se deu porque, já nos primeiros momentos do mandato de Irineu Bornhausen, o jornal de Jairo Callado mudou de curso, aderindo às hostes udenistas. No ano seguinte, o periódico explicaria sua opção e a adoção da “linha independente”: se já não era rentável defender o PSD durante os anos de exercício do executivo estadual, não o seria na oposição.⁴²⁹

⁴²⁴ Indignação e Revolta. *A Gazeta*. Florianópolis, 7 ago. 1954.

⁴²⁵ O criminoso é um investigador a serviço do Catete. *A Gazeta*. Florianópolis, 10 ago. 1954; Agrava-se a situação nacional. *A Gazeta*. Florianópolis, 7 ago. 1954.

⁴²⁶ O jornal reproduz discurso do udenista Afonso Arinos na Câmara. Fonte: Seu governo é um estuário de sangue e um estuário de lama. *A Gazeta*. Florianópolis, 15 ago. 1954. Dias depois reproduz entrevista de Arthur Bernardes defendendo a renúncia. Fonte: Que Vargas renuncie. *A Gazeta*. Florianópolis, 19 ago. 1954.

⁴²⁷ Democracia com censura. *A Gazeta*. Florianópolis, 24 ago. 1954.

⁴²⁸ Tentativas revolucionárias de comunistas e trabalhistas. *A Gazeta*. Florianópolis, 15 ago. 1954.

⁴²⁹ Segundo artigo publicado em julho de 1955, *A Gazeta* sentiu-se preterida no recebimento de benefícios do poder público estadual durante o mandato pessedista. Enquanto *O Estado* recebera uma linotipo, o jornal de Jairo Callado ficara à míngua, mesmo com muito mais “serviços prestados à causa”. O macaco, a sua cara e o seu rabo. *A Gazeta*. Florianópolis, 7 jul. 1955.

O jornal pessedista *O Estado*, ao informar a identidade do assassino da Toneleros, citou também como fonte o jornal de Lacerda.⁴³⁰ Contudo, de forma mais nítida que seu concorrente, o jornal de Aderbal Ramos da Silva dividiu suas atenções entre a crise política nacional e os acontecimentos internacionais.⁴³¹ A postura editorial de *O Estado*, bem como, em menor escala, dos dois outros diários da capital de Santa Catarina, ao destacar os acontecimentos políticos e econômicos internacionais, seguia a linha de outros grandes jornais do país. Enquanto os jornais da Europa e dos EUA davam a primeira página para a morte do presidente brasileiro, *O Estado de São Paulo*, por exemplo, “gastava” sua capa com manchetes como: “Eisenhower afirma que nem tudo está perdido na Europa” e “Mao Tsé-Tung teria proposto um programa de paz a Attlee”.⁴³²

A repercussão e a análise da morte de Getúlio também serve de baliza para melhor compreender o posicionamento dos principais jornais catarinenses e no que diferem entre si. De alguma forma, as divergências perpassam as disputas político-partidárias estaduais. *O Estado*, atrelado ao PSD de Nereu Ramos e Aderbal Ramos da Silva, interpretou o suicídio como “força da tirania minoritária” e procurou exaltar a figura de Getúlio.⁴³³ Celso Ramos, presidente da agremiação no estado, publicou nota lembrando que o nascedouro da sigla se deu “sob inspiração patriótica do presidente”. Vargas era o “amigo devotado da nossa terra”, por quem deu “as mais inequívocas provas de apreço e estima”.⁴³⁴ A folha pessedista também deu espaço para as notas do PTB e da UCE (União Catarinense dos Estudantes). Os trabalhistas consolavam os trabalhadores, dizendo que a dor “que assola nossas almas, que nos acabrunha e nos estarrece (...) há de retemperar o nosso espírito e

⁴³⁰ Climério Almeida é o assassino do major Rubens Vaz. *O Estado*. Florianópolis, 10 ago. 1954; O motorista Nelson Raimundo de Souza aponta os criminosos. *O Estado*. Florianópolis, 10 ago. 1954; Guarda militar para o jornalista Carlos Lacerda. *O Estado*. Florianópolis, 10 ago. 1954.

⁴³¹ Nos dias que sucedem as informações sobre a identidade do “assassino”, as seguintes reportagens: Portugal propôs à Índia exame do caso das colônias. *O Estado*. Florianópolis, 11 ago. 1954; Conversações sobre colônias. *O Estado*. Florianópolis, 10 ago. 1954; Ministério inteiramente renovado (sobre a troca ministerial do governo Fulgêncio Batista em Cuba). *O Estado*. Florianópolis, 10 ago. 1954; “À força com a força”: a decisão tomada pelo General Bernardo Guedes, governador de Goa, ante a ameaça indiana. *O Estado*. Florianópolis, 14 ago. 1954.

⁴³² O *Diário de Notícias* e o *Diário Carioca* ocuparam grande parte de suas páginas para informar sobre a disputa entre Portugal e Índia por Goa. Quando do suicídio de Vargas, *O Estado de São Paulo* manteve sua linha de reservar a primeira página para o noticiário internacional, cobrindo a morte do presidente na segunda, terceira e última páginas. ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Op. cit. p. 30, 41.

⁴³³ “Presidente Vargas: o presidente Vargas cumpriu heroicamente sua palavra, preferindo renunciar à vida a renunciar ao mandato do povo. ‘Serenamente dou o primeiro passo para a eternidade. Saio da vida para entrar na história’.”. *O Estado*. Florianópolis, 25 ago. 1954.

⁴³⁴ Partido Social Democrático: ao povo. *O Estado*. Florianópolis, 25 ago. 1954.

revigorar nossas forças, para prosseguirmos na caminhada de nosso glorioso chefe”.⁴³⁵ Em tom mais agressivo, o manifesto da UCE externava sua repulsa a Carlos Lacerda, “elemento considerado nódoa da nação e aventureiro sem idoneidade moral”. Pedia às autoridades que fosse mantida “a todo transe” a Constituição Federal, sem dar espaço à instalação de qualquer espécie de ditadura.⁴³⁶

Fazendo coro às manifestações estudantis contra Lacerda, o jornal publicou nota repudiando uma possível visita do jornalista ao estado. Comentava que se o povo florianopolitano teve atitude exemplar diante dos trágicos acontecimentos, mantendo-se disciplinado, isso não significava indiferença. Segundo o jornal, Lacerda foi o líder “que afogou o Brasil em lágrimas e soluços”. Por isso, naquele momento, não seria “persona grata em nossa terra”.⁴³⁷

Os dois outros diários da capital de Santa Catarina, *Diário da Tarde* e *A Gazeta* – que pouco antes do suicídio clamavam pela renúncia – abriram espaço para os líderes udenistas se pronunciarem sobre o assunto. Primeiramente escreveu Antonio Carlos Konder Reis, exaltando as obras do presidente e destacando sua proximidade dele. Ressaltava também o importante papel da seção catarinense da UDN que, junto com outros estados como Pernambuco, Bahia, Piauí, Alagoas e Mato Grosso, agiu “para o bem do Brasil, dentro de uma linha de apoio e respeito ao presidente que acaba de tombar”.⁴³⁸ Em seguida, Paulo Konder Bornhausen, filho do governador do estado, assinava artigo em *A Gazeta* no qual dizia que Vargas se matara para “salvar a honra” que seus “maus amigos mancharam”. Não passava de hipocrisia a campanha pessedista contra Carlos Lacerda, visto que, quando do atentado, o próprio Nereu mandara um telegrama em solidariedade ao jornalista. Essas e outras “manobras inescrupulosas” seriam aniquiladas pelo voto, em três de outubro.⁴³⁹ A

⁴³⁵ Manifesto Trabalhista. *O Estado*. Florianópolis, 25 ago. 1954.

⁴³⁶ União Catarinense de Estudantes. *O Estado*. Florianópolis, 25 ago. 1954.

⁴³⁷ Fechemos os rádios. *O Estado*. Florianópolis, 2 set. 1954.

⁴³⁸ “Adeptos e adversários que os teve muitos na sua longa e honrada vida pública o Chefe da Nação curvaram-se respeitosos diante do estadista que realizou Volta Redonda, remodelou a administração pública, organizou a “Petrobrás” [sic], a Companhia Nacional do Seguro Agrário, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, lançou as bases da Hidroelétrica do São Francisco, valorizou a Amazônia, foi o pioneiro da triticultura, empreendeu a marcha para o Oeste e, sobretudo, implantou no país a justiça social através da legislação trabalhista, da criação do Ministério do Trabalho e dos institutos de previdência social. (...) E há a acrescentar: o catarinense que mais elevado cargo ocupou na administração do Presidente Vargas (...) foi justamente o que escreve, comovido, estas linhas...”. REIS, Antonio Carlos Konder. Getúlio Vargas. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 30 ago. 1954.

⁴³⁹ BORNHAUSEN, Paulo Konder. As sanguessugas. *A Gazeta*. Florianópolis, 10 set. 1954.

tese de que quem matou Getúlio Vargas foram seus “falsos amigos”, como veremos, tornava-se estratégia eleitoral. A ameaça de fechar as rádios, caso o dono da *Tribuna da Imprensa* viesse à capital, demonstrava medo, pois temiam que o jornalista não viesse combater o “extinto presidente”, mas apontar os “culpados dessa caótica situação em que se encontra o Brasil”.⁴⁴⁰

O tiro no coração ecoou de maneiras distintas por todo o país. Protestos nos principais centros urbanos do país, como Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo e Belo Horizonte.⁴⁴¹ Na política, disputas pelo legado simbólico de Vargas. A UDN catarinense, por ter feito parte do governo, ao invés de adotar a retórica golpista da Banda de Música, exaltou os diálogos entre o governador do estado e o presidente. Esquecia-se que seus jornais, há pouquíssimo tempo, defendiam a renúncia ou a deposição. Importava construir um discurso de proximidade com a plataforma trabalhista, sobressaltada após as reações populares.

O PSD ia fundo nos diálogos com o PTB para o pleito de outubro. No início de agosto, discursava rumo à esquerda: “O PSD é um partido de centro, que não transige com o reacionarismo dos plutocratas e que está aberto a receber as justas reivindicações das esquerdas, desde que se coadunem com os princípios cristãos e com os fundamentos da nacionalidade”.⁴⁴² Em síntese, aceitava-se a aproximação da pauta popular desde que não descambasse no comunismo dos “plutocratas” e ofensivo aos “princípios cristãos”. Dias depois, mais uma leve curva à esquerda: “Vencido o ciclo da democratização do poder político, a luta do PSD é agora pela democratização do poder econômico, para que os benefícios da ordem econômica sejam estendidos e assegurados à grande maioria dos brasileiros que, no interior, espera oportunidade de elevar seu padrão de vida”.⁴⁴³

Os partidos articulavam-se, em nível municipal e estadual, para as eleições que se avizinhavam. A morte de Vargas, a comoção popular, os motins urbanos tornavam o cenário político ainda mais incerto. O PTB, enamorado da UDN em 1950, flertava novamente com o PSD. O PSP e o PDC indicavam a independência. Manoel de Menezes

⁴⁴⁰ Tremendo de medo. Diário da Tarde. Florianópolis, 9 set. 1954.

⁴⁴¹ Para mais informações sobre os motins populares após o suicídio de Vargas, ver: FERREIRA, Jorge. O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto. In: _____. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 163-210.

⁴⁴² *O Estado*. Florianópolis, 1 ago. 1954.

⁴⁴³ *O Estado*. Florianópolis, 8 ago. 1954.

apostava no impacto de seu jornal junto aos trabalhadores para surpreender. Depois de concluída a votação para o executivo municipal, o jornalista dirigiu-se à redação de *A Verdade* e estampou em primeira página sua avaliação do pleito. Mal sabia ele que seria lembrado por aquela manchete pelo resto de sua vida.

2.6 – “Dormi como prefeito e acordei feito palhaço”: as eleições de 1954

Para os principais partidos, as eleições de 1954 serviriam de baliza para a disputa do ano seguinte, onde se decidiria o governador do estado e o presidente da República. Pela primeira vez, o prefeito da capital do estado seria escolhido pelo voto. Disputar-se-iam também as cadeiras do legislativo municipal, estadual e federal. O clima antigetulista anterior à morte do presidente arrefecera. Verificava-se fenômeno contrário. No plano do discurso político-eleitoral, ao menos para aquela eleição de 1954, criou-se uma espécie de consenso trabalhista. Diante das manifestações de indignação popular em várias capitais, do empastelamento de jornais antigetulistas no Rio de Janeiro e Porto Alegre, dos insultos e ameaças aos seus inimigos, ficava inviável construir uma candidatura que mantivesse o tom oposicionista do mês de agosto.

O primeiro lance do pleito catarinense foi a atribuição da responsabilidade pela morte de Getúlio aos oposicionistas. Disputava-se, então, o apoio do PTB, considerado fundamental naquela conjuntura. O udenista Antonio Carlos Konder Reis assinou um artigo responsabilizando Nereu Ramos pela tragédia. Como presidente da Câmara, o líder do PSD catarinense atuara de modo a fragilizar a governabilidade de Vargas. Apressou medidas desfavoráveis ao governo, como foi o caso do processo de *impeachment*. Atravancou projetos de interesse público, como a “lei de lucros extraordinários” e a Eletrobrás. Entretanto, o jornal do PSD ainda tinha o disparate de atacar Carlos Lacerda. Os catarinenses precisavam saber que o nome maior do partido no estado mandara um telegrama desejando melhoras ao jornalista após o episódio da Rua Toneleros. Ficava a questão: “Os trabalhistas leais e verdadeiros de Santa Catarina poderão ficar ao lado de quem abandonou Getúlio e se apressou a telegrafar, afetosamente, chamando de ‘ilustre’ e de ‘amigo’ o maior inimigo de Vargas?”. Portanto, concluía: “O chefe do PSD catarinense, por atitudes e pronunciamentos, foi um dos matadores de Getúlio – caso existam esses

matadores como afirma a insidiosa campanha do PSD – e agora ainda quer tripudiar sobre os restos mortais explorando-o na eleição.”⁴⁴⁴

Para *O Estado*, o artigo de Konder Reis era “um penoso atestado da sua indignância jurídica e da sua raiva fanática”. Prova cabal de seu “histerismo, da sua morbidez infanto-juvenil e da sua viciada mentalidade de imberbe político”.⁴⁴⁵ Ao repudiar a argumentação, o periódico pessedista assinalava que o artigo era, na verdade, um insulto ao “presidente-mártir”.⁴⁴⁶ A querela estaria longe de se resolver. *A Gazeta* rebatia a foto publicada em *O Estado*, em que aparecia Vargas e Nereu Ramos, lado a lado. Sob o pseudônimo de Tim Tim⁴⁴⁷, o articulista satirizava a exploração da imagem com intuito eleitoral: “Já se conhecia a modalidade ‘doutor por correspondência’, mas esta é nova – viúva por fotografia”.⁴⁴⁸

Seguiu-se um repetitivo jogo de acusações tendo como pauta o apoio ou a oposição a Getúlio Vargas. Os udenistas publicaram novamente a fotografia de Nereu Ramos com Luis Carlos Prestes durante a Constituinte de 1946. Se a foto do líder catarinense ao lado de Vargas demonstrava sua aproximação com o presidente, a imagem junto ao nome maior do comunismo no Brasil era a prova irretorquível do conluio entre PSD e PCB. A folha pessedista respondeu a seus adversários, lembrando dos telegramas trocados entre Irineu Bornhausen e Prestes. À medida que três de outubro se aproximava, dizia, os udenistas “embrabeciam” contra as alusões ao “presidente-mártir”. Isso, claro, porque foram, de Getúlio Vargas, inimigos.⁴⁴⁹

Ficava evidente a disputa pelo eleitorado varguista. A despeito da aliança formal entre PTB e PSD, a UDN catarinense adotava a retórica de apoio ao trabalhismo para atrair o espólio político de Vargas. Mas, sobretudo, denunciava a exploração do “cadáver” pelos seus rivais. Afinal, por entre “cervejadas e bródios”, o mote de campanha seria: vote no PSD, “para vingar a morte de Getúlio Vargas”.⁴⁵⁰

⁴⁴⁴ REIS, Antonio Carlos Konder. Eis as provas que pediram. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 9 ago. 1954.

⁴⁴⁵ Mais um traidor. *O Estado*. Florianópolis, 10 set. 1954.

⁴⁴⁶ A favor do contra. *O Estado*. Florianópolis, 12 set. 1954.

⁴⁴⁷ Tim Tim era o pseudônimo de Jaime de Arruda Ramos. Ele escreveu também no jornal *O Tempo* e protagonizou um episódio de agressão – uma cusparada na cara – a Manoel de Menezes. Ver seção 2.4.

⁴⁴⁸ Tim Tim. *A Gazeta*. Florianópolis, 18 set. 1954.

⁴⁴⁹ Frechando. *O Estado*. Florianópolis, 19 set. 1954.

⁴⁵⁰ Assassinos sacrílegos. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 11 set. 1954.

O PTB, que se esfacelara na eleição anterior, era novamente cortejado pelas principais forças do estado. A recente perda de seu líder e fundador não impediu novas rusgas internas. No entanto, ao contrário do pleito anterior, os trabalhistas agiram rápido e trataram de alijar a dissidência. O resultado foi a rejeição da candidatura de José Lerner Rodrigues, seu desligamento do PTB e sua adesão às fileiras da União Democrática Nacional.

O processo ocorreu em virtude da recusa de Rodrigues de aceitar a Aliança Social-Trabalhista (PSD-PTB) e de seu apoio ao governador Irineu Bornhausen. De acordo com nota do PTB, publicada no jornal *O Estado*, a candidatura fora aprovada na convenção em maio. Todavia, após a morte de Vargas, não era mais possível que os trabalhistas mantivessem o apoio à UDN, mesmo sendo a seção catarinense desvinculada da Banda de Música. Em entrevistas publicadas em *A Gazeta*, de Florianópolis, *Correio do Povo*, de Porto Alegre, e *O Jornal*, do Rio, Lerner Rodrigues declarou: “com Irineu Bornhausen estarei, esteja onde estiver”. Dizer-se trabalhista e, ao mesmo tempo, colocar-se como defensor incondicional do governador udenista? Para os trabalhistas, essa seria a “prova insofismável” de sua demagogia.⁴⁵¹ Diante disso e das evidências de que Rodrigues estaria fazendo campanha para os candidatos udenistas ao Senado, a executiva regional do PTB decidiu negar a autorização de registro de sua candidatura pela sigla.⁴⁵²

Surpreso com a decisão do diretório estadual, o candidato à Câmara redigiu uma nota “aos verdadeiros trabalhistas e ao povo catarinense”. Afirmava sua história de dedicação ao partido e ao líder Getúlio Vargas. Contudo, de maneira capciosa, a seção catarinense do PTB promoveu “medidas protelatórias” com objetivo manifesto de impedir sua inscrição na chapa. Por isso e para não deixar os fiéis depositários do verdadeiro trabalhismo sem um candidato pelo sul do estado, comunicava sua inscrição na chapa da União Democrática Nacional.⁴⁵³

Diante da campanha de Lerner Rodrigues ao lado da UDN, invocando as palavras de ordem do trabalhismo, alguns correligionários do PTB chamaram-no de traidor. Para vincular-se à figura de Vargas, o ex-petebista estaria distribuindo envelopes com a sua

⁴⁵¹ Nota do Partido Trabalhista Brasileiro. *O Estado*. Florianópolis, 16 set. 1954.

⁴⁵² A decisão do PTB no caso Lerner. *O Estado*. Florianópolis, 16 set. 1954.

⁴⁵³ RODRIGUES, José Lerner. Aos verdadeiros trabalhistas e ao povo catarinense. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 13 set. 1954.

cédula, a dos candidatos udenistas e um retrato do presidente. “Caradurismo”, diziam. “A mais torpe das traições”. Assim, cabia o alerta ao eleitorado: “votar em Lerner, o traidor de Getúlio, é trair também a memória do Presidente”, “votar em Lerner é votar contra a Carta de Getúlio”.⁴⁵⁴

A despeito da irritação dos trabalhistas, a estratégia eleitoral era inteligente. Como não havia uma cédula única distribuída pela Justiça Eleitoral, o eleitor deveria adquirir a cédula de seu candidato nas sedes dos partidos ou com cabos eleitorais. No dia da votação, teria de colocar as cédulas – uma para prefeito, uma para vereador, uma para deputado federal, uma para deputado estadual e duas para senador – no envelope fornecido pela mesa eleitoral. Portanto, entregar a cédula do recém-udenista junto com a foto de Vargas poderia ser uma forma eficiente de ligá-lo ao getulismo, ainda que excluído da agremiação trabalhista.

Os dias anteriores ao pleito foram repletos de denúncias anteriormente veiculadas. Compra de votos e utilização da máquina pública para campanha tomaram conta do noticiário. Só que dessa vez, a maior parte das acusações partiam dos pessedistas, aliados do poder desde a derrota, em 1950. As acusações eram as mesmas: uso de carros oficiais, destacamento de funcionários públicos para campanha política e ação de cabos eleitorais oferecendo dinheiro nas proximidades das seções.⁴⁵⁵ Para compensar a ausência do aparato governamental, os pessedistas apostavam na oposição pela imprensa. Nesse contexto, um dos aliados estratégicos foi o jornal de Manoel de Menezes. Rubens de Arruda Ramos, candidato a deputado estadual pelo PSD, em 1947, e diretor do jornal *O Estado*, elogiou a coragem do diretor-proprietário em se levantar contra o governo udenista, mesmo sob ameaça de atentados pessoais e agressões estúpidas.⁴⁵⁶

Menezes, por sua vez, fazia a esperada oposição com a sua tradicional linguagem popular. Ao saber que um dos funcionários da diretoria de Obras Públicas do estado ordenou que retirassem uma faixa de sua campanha, o jornalista vociferou: “Alemão palhaço! Estou a tua espera, eu e a faixa para com ela enfaixar a tua cara”. Criticava o facciosismo da repartição: “As faixas com meu nome, eles arrancam; deixam as do partido

⁴⁵⁴ Eleitores! Fora com o traidor! *O Estado*. Florianópolis, 29 set. 1954.

⁴⁵⁵ O campeão da corrupção. *O Estado*. Florianópolis, 24 set. 1954; Cuidado! *O Estado*. Florianópolis, 29 set. 1954; Politicagem udenista. *O Estado*. Florianópolis, 2 out. 1954; Incrível, mas infelizmente é verdade. *O Estado*. Florianópolis, 2 out. 1954.

⁴⁵⁶ RAMOS, Rubens de Arruda. O homem que ri. *A Verdade*. Florianópolis, 16 ago. 1954.

do pior governador que Santa Catarina já teve”.⁴⁵⁷ Outras denúncias se seguiram: desvios de dinheiro e uso da Imprensa Oficial do Estado para confecção de material de campanha udenista, além dos quase cotidianos veículos oficiais, do estado e do município, a serviço do partido situacionista.⁴⁵⁸

No entanto, à medida que o pleito se aproximava e a disputa pelo executivo municipal se acirrava, as críticas eram dirigidas também aos políticos de outros partidos. A UDN lançara o advogado e deputado estadual João José de Souza Cabral.⁴⁵⁹ O PSD saía com o vereador Osmar Cunha. O PSP, sem alianças, lançava o ex-prefeito Cel. Lopes Vieira. E, pelo modesto PTN, Manoel de Menezes aventurava-se na disputa majoritária.

Sua campanha misturava ações assistenciais e ataques aos adversários. Inspirava-se no fenômeno Jânio Quadros em São Paulo. Menezes Filho, pai de Manoel, que habitara a capital paulista em anos anteriores, fez questão de estabelecer a comparação entre as candidaturas. Ambas disputavam a eleição pelo modesto PTN contra a força dos grandes partidos.⁴⁶⁰ No caso florianopolitano, Menezes Filho afirmava que, diante do fraco poderio eleitoral que os demais candidatos estavam apresentando, ventilava-se uma união dos partidos contra seu filho. Repetia-se, assim, a disputa pela prefeitura da capital paulista do ano anterior, quando um grande número de siglas apoiou a candidatura derrotada de Francisco Cardoso. Em três de outubro, Florianópolis daria também a sua lição aos “ladrões” e “mentirosos”, não importando que as “forças majoritárias se concluíssem contra o candidato do povo”.⁴⁶¹

Na propaganda, mais referências ao estilo janista de campanha. A imagem de uma dona de casa segurando uma vassoura e enxotando ratos, enquanto um rapaz com uma cédula na mão afirmava: “É Dona Judith. Faltam apenas 22 dias para matarmos as

⁴⁵⁷ MENEZES, Manoel de. Alemão palhaço. *A Verdade*. Florianópolis, 9 ago. 1954.

⁴⁵⁸ MENEZES, Manoel de. Grande desfalque! Roubaram mais de dois mil contos da Imprensa Oficial do Estado. *A Verdade*. Florianópolis, 9 ago. 1954; Viva a farra! Caminhões, jipes e automóveis da prefeitura e do estado rodam dia e noite a serviço dos candidatos da UDN. *A Verdade*. Florianópolis, 30 ago. 1954; MENEZES, Manoel de. Mais um roubo! Um milhão de cédulas Adolfo Konder mandou fazer gratuitamente na Imprensa Oficial. *A Verdade*. Florianópolis, 13 set. 1954; MENEZES, Manoel de. Todo mundo é honesto! *A Verdade*. Florianópolis, 13 set. 1954.

⁴⁵⁹ Candidatura João José de Souza Cabral. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 4 set. 1954.

⁴⁶⁰ Em 1954, Jânio rompe com o PDC que o elegeu prefeito de São Paulo no ano anterior e filia-se ao PTN, legenda pela qual disputa o pleito estadual. As disputas internas do PDC para o pleito estadual paulista podem ser conferidas em: Busetto, Áureo. *A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas*. São Paulo: EdUNESP, 2002. p. 110-113.

⁴⁶¹ FILHO, Hermínio de Menezes. O medo instalou-se em Florianópolis provocando pânico nos adversários. *A Verdade*. Florianópolis, 20 set. 1954.

‘ratazanas’ com esse papelzinho’.⁴⁶² O uso da figura da vassoura e do rato não era fortuito. Menezes, assim como Jânio, se apropriou desses símbolos cujos significados remetiam ao combate à corrupção e à moralização da administração pública. Não por acaso também que o candidato catarinense chamava de “rato” Adhemar de Barros, adversário de Jânio na disputa pelo governo do estado naquele ano. Através de similaridades nas simbologias político-eleitorais, Menezes almejava os resultados obtidos pelo político paulista.

Figura 3:
Propaganda de Manoel de Menezes de Menezes Filho para as eleições de 1954



Fonte: *A verdade*, Florianópolis, 13 set. 1954.

A expectativa de vitória era grande. Pelo jornal, Menezes atacava seus principais concorrentes. Cabral era acusado de fazer campanha nos rincões da cidade com o carro da prefeitura.⁴⁶³ No entanto, era contra Osmar Cunha que a artilharia de *A Verdade* mirava. Segundo o periódico, o candidato pessedista pagara cinco mil cruzeiros para que fossem desligados os telefones quando de sua participação no programa “Fala o candidato”. A

⁴⁶² Ver figura 1.

⁴⁶³ Ainda não foi eleito mas já anda gastando o carro e a gasolina da prefeitura. *A Verdade*. Florianópolis, 27 set. 1954.

atração, veiculada pela *Rádio Anita Garibaldi*, tinha como objetivo entrevistar os pleiteantes ao executivo municipal. Eles eram sabatinados pelo apresentador e por ouvintes que ligavam para a estação e os questionavam ao vivo. De acordo com o jornal de Menezes, Osmar Cunha oferecera dinheiro à emissora para que o formato do programa fosse mudado, sem que ele precisasse responder às perguntas dos ouvintes. O motivo era o medo de ser questionado sobre seu súbito enriquecimento: o “palacete na Rua São Jorge” e a “bonita casa de veraneio na Ponta do Leal”, construídos com o ordenado de funcionário do Banco do Brasil.⁴⁶⁴

Além das denúncias através de seu jornal, Menezes procurou desmoralizar publicamente seus adversários políticos. Conta o jornalista que em um domingo, ao percorrer o distrito de Canasvieiras, no norte da Ilha, deparou-se com o candidato udenista utilizando o carro da prefeitura, acompanhado do irmão do prefeito Paulo Fontes. Imediatamente, ligou o serviço de alto-falante e fez a denúncia. Na versão de Menezes, ao ver “o bode que estava dando”, João José de Souza Cabral saiu constrangido.⁴⁶⁵ Contudo, não teve a mesma sorte em situação similar com o candidato pessedista.

No bairro dos Ingleses, Menezes deparou-se com um grupo de pessoas ouvindo de Osmar Cunha que, caso eleito, baixaria o preço da carne. Como fora bem sucedido no episódio com o candidato udenista, ligou o microfone instalado em sua “charanga” e rebateu: “De promessas, de tapeações, de candidatos que já ocuparam e ocupam cargos sem nunca terem feito alguma coisa pelo povo, estamos cheios. Precisamos acabar com essa pouca vergonha, com isso de andarem pelo interior da Ilha a enganar os pobres coitados pescadores, que só são mesmo lembrados em vésperas de eleição”. A reação do candidato foi mandar o “bando” agredir Menezes e os candidatos à vereança José Candemil e Cássio Mazzoli, que o acompanhavam: “Fui feliz porque todas as pedras que atiraram não acertaram o alvo, pois bateram todas no carro, partindo os vidros e amassando a capota. Se não morri, foi porque Deus não quis”.⁴⁶⁶ Em suas memórias afirmou: “não deixaram um só vidro inteiro, davam até com facão na lataria”. Entrou rapidamente no carro e acelerou. Perdeu-se na curva e entrou em uma roça de mandioca: “Voltar não tive coragem e assim

⁴⁶⁴ Covardes! *A Verdade*. Florianópolis, 27 set. 1954.

⁴⁶⁵ MENEZES, Manoel de. *Retalhos do tempo: o que vi, fiz e ouvi*. 2 ed. Florianópolis: Edeme, 1977. p. 166.

⁴⁶⁶ MENEZES, Manoel de. Perdido, Osmar Cunha apelou para a força da ignorância. *A Verdade*. Florianópolis, 27 set. 1954.

acabei fazendo uma nova estrada. Acho que uns três quilômetros andei por dentro de mato e roça”.⁴⁶⁷ No final da reportagem, ao reforçar a confiança em sua vitória nas urnas, o jornalista invocava novamente o divino: “Podem quebrar, arrancar meus cartazes das paredes e das praças, porque os falsos amigos do povo terão o castigo merecido no dia 3, se Deus quiser”.⁴⁶⁸

A denúncia saía na última edição do semanário antes do pleito. Infelizmente, no acervo da Biblioteca Pública Estadual de Santa Catarina, não foi encontrada a edição posterior à eleição. Em seu livro de memórias de 1977, o jornalista ressaltava sua confiança na vitória. Considerava-se popular. Percorria o interior da Ilha aos sábados e domingos: “Não podia ver uma venda. Só de baba, calculei ter tomado uns três litros...”. No Continente era quase unanimidade: “No Estreito, não se conhecia outro candidato que não fosse o Menezes. Na Coloninha, eu era o DEUS, a salvação do mundo!”.⁴⁶⁹

Após a votação, eleitores e amigos afluíram a sua casa, onde o cumprimentaram pela brilhante vitória. Conhecidos ligaram durante toda a noite felicitando-o. Ensaiou até a distribuição de cargos. Aldo Linhares Sobrinho, candidato a vereador, julgava-se o mais votado: “Estava em dúvida se aceitava meu convite para formar o secretariado, ou se ocuparia a presidência da Câmara”. Miguel Daux indicara “um senhor chamado Lyra, da loja *A Exposição*”. Segundo o jornalista, apesar de não conhecê-lo, estava destinado para a Secretaria da Fazenda.

No dia seguinte, foi logo cedo ao Tribunal de Justiça, local da apuração. Terminava a contagem de uma urna na Coloninha: Osmar Cunha fizera 96 votos; João José de Souza Cabral, 41; Menezes, 64. Saiu imediatamente em direção à redação do jornal e estampou a seguinte manchete: “DORMI COMO PREFEITO E ACORDEI FEITO PALHAÇO!”.⁴⁷⁰

⁴⁶⁷ MENEZES, Manoel de. Op. cit. p. 166.

⁴⁶⁸ MENEZES, Manoel de. Perdido, Osmar Cunha apelou para a força da ignorância. *A Verdade*. Florianópolis, 27 set. 1954.

⁴⁶⁹ MENEZES, Manoel de. Op. cit. p. 166, 167.

⁴⁷⁰ *Ibid.* p. 167.

2.7 – Florianópolis não é São Paulo: os resultados de 1954

A decepção foi grande, mas a explicação para a derrota nas urnas estava pronta na edição de dezoito de outubro. A vitória pessedista deu-se pela compra de votos. Florianópolis, ao contrário de São Paulo, que tinha uma gente trabalhadora e elegeu um candidato humilde, tinha grande parte do eleitorado que trocava o voto por “um par de tamancos”. Novamente, estabelecia-se uma comparação com Jânio Quadros. O político paulista enfrentara a sanha dos seus detratores, o poder econômico do “rato” Adhemar de Barros e grande parte da imprensa para conquistar o posto máximo da política no estado mais industrializado do país. Na capital de Santa Catarina, no entanto, alguns “malandros” e “vagabundos” fizeram do voto um instrumento para ganhar “alguns cruzeiros para a compra de um ou dois quilos de carne e uma garrafa de cachaça”. São Paulo, “graças ao patriotismo daquela gente trabalhadora”, ganhou um governo “honesto e decente”. Florianópolis, por sua vez, “elegeu um político que nos fez apenas milhares de promessas absurdas”. Ao fim, fazia um alerta ao novo prefeito: “Trabalhe, Sr. Prefeito. Trabalhe muito, porque do contrário a ‘ripa’ vai comer solta”.⁴⁷¹

Nas semanas posteriores ao pleito, o governo do estado e os políticos udenistas não mais ocupavam o centro de suas acusações. Ao contrário, o jornal abria espaço para algo até pouco tempo inimaginável: elogiar Irineu Bornhausen. O governador havia dado fim ao uso irregular dos carros oficiais: não se via mais carros de chapa-branca no interior da Ilha e nas praias.⁴⁷² A pauta de *A Verdade* dedicava-se a denunciar o excesso de gastos de Osmar Cunha com sua cerimônia de posse. Em seu livro de memórias, o jornalista contou as razões de sua mudança de posição. Foi quando Aderbal Ramos da Silva falou-lhe que mandou os cabos eleitorais pessedistas nos morros rasgarem as cédulas suas e de seu pai, caso contrário perderiam a eleição para a UDN. Decidiu, então, “tomar aquele uísque lá na

⁴⁷¹ “Jânio enfrentou uma campanha duríssima; enfrentou quase todas as estações de rádio e jornais de São Paulo. Tudo contra ele, e pagos por Ademar e pela UDN. Disseram tudo de Jânio; gastaram fortunas para derrotá-lo, mas ele sobrepujou tudo e venceu. Venceu porque o eleitorado não se vendeu. O mesmo, porém, não acontece em Florianópolis, ou melhor, em nosso estado. E a razão é bem simples. [...] Os que não são dados ao trabalho, aqueles que só sabem pedir, porque são uns malandros, uns vagabundos, fizeram do voto um meio de ganhar alguns cruzeiros para a compra de um ou dois quilos de carne e uma garrafa de cachaça. Aqui nesta terra, os famintos se vendem miseravelmente.” MENEZES, Manoel de. A diferença é grande. *A Verdade*. Florianópolis, 18 out. 1954.

⁴⁷² MENEZES, Manoel de. Severa punição. *A Verdade*. Florianópolis, 29 nov. 1954.

Ford”, de propriedade do udenista Esperidião Amim. Mudou de lado: “Acabei contratado para jogar no time da UDN, no PSD não ganhava nem bichos...”⁴⁷³

Creditar a mudança de posição de *A Verdade* única e exclusivamente aos incentivos financeiros da UDN seria simplificar demasiadamente a conduta de seu diretor-proprietário. Afinal, o mesmo partido oferecera valores anteriormente e foi estrondosamente repudiado na capa do semanário. Talvez, parte da explicação resida na avaliação dos resultados eleitorais e na distribuição geográfica dos votos dos candidatos. Ao fazer uma campanha à Jânio Quadros, Menezes esperava uma retribuição que não veio. No entanto, ao analisar suas estratégias políticas, percebe-se que o candidato ocupou grande parte de seu tempo percorrendo o interior da Ilha, cujo perfil de eleitor era bem diferente do eleitorado janista.

Na última edição antes do pleito, Menezes publicava fotos suas nos rincões da capital como prova de seu caráter popular. Ouvira que os principais partidos propunham-se a distribuir dinheiro e gêneros alimentícios em troca do voto. Após conversar com a “gente boa dos recantos da capital de Santa Catarina”, estava certo de que eles receberiam os valores dos cabos eleitorais adversários, mas sufragariam seu nome, por um principal motivo: não era “de conversa fiada” e nem “ladrão”.⁴⁷⁴ No entanto, as agressões sofridas durante as campanhas no distrito da Trindade e no norte da Ilha indicavam que ele talvez estivesse superestimando suas expectativas de vitória.

Após a apuração, a revolta. Osmar Cunha, do PSD, foi eleito com 9.413 votos; João José de Souza Cabral, da UDN, ficou em segundo, com 6.782; Menezes alcançou apenas o terceiro lugar, com 3.593; enquanto o Cel. Lopes Vieira, candidato pelo PSP, recebeu 993. O mesmo eleitorado que lhe prometera o voto preferiu os candidatos dos dois principais partidos. Ironicamente, na capital paulista, os derrotados no pleito atribuíram o prestígio de Jânio e seu sucesso eleitoral à ignorância das classes populares. A votação maciça que recebera nos bairros suburbanos e com alta densidade operária, como São Miguel Paulista, fez com que parte da UDN paulista concluísse a impossibilidade da “revolução pelo voto”. Ganhava corpo entre os udenistas a defesa de uma reforma eleitoral que desse mais peso

⁴⁷³ MENEZES, Manoel de. Op. cit. p. 168.

⁴⁷⁴ MENEZES, Manoel de. Foi assim que fiz minha campanha. *A Verdade*. Florianópolis, 27 set. 1954.

para o “eleitorado culto e consciente da classe média”, de modo a contrabalançar o voto do “eleitorado inconsciente ou de cabresto”.⁴⁷⁵

Ou seja, apesar de politicamente distintos, o discurso dos derrotados nas eleições tanto de São Paulo quanto de Florianópolis apelava igualmente para a falta de maturidade política dos votantes. Na capital paulista, o partido da elite explicava sua derrota pela manipulação do “eleitorado ignorante”, que escolhera um candidato demagogo disposto a atender as aspirações populares. No caso florianopolitano, a derrota do candidato que se autoidentificava como popular e a vitória da “elite” eram produto da manipulação (compra) de “malandros” e “vagabundos” que não queriam trabalhar e por isso trocavam o voto por cachaça ou tamancos. Em ambos, enfatizava-se o domínio político sobre as classes trabalhadoras. Todavia, analisar as ações – e os votos – dos grupos populares a partir da dicotomia entre autonomia e manipulação não dá conta da complexidade de escolhas que envolvem o processo eleitoral. A despeito da votação expressiva de UDN e PSD, o pleito de 1954, sobretudo em Florianópolis, sinalizou a existência de forças emergentes.

Menezes obteve uma votação muito aquém da necessária para alcançar o executivo municipal. Somados a isso, os resultados para os demais cargos indicaram a vitória expressiva dos dois maiores partidos do estado. A Aliança Social-Trabalhista (AST), composta por PSD e PTB, elegeu seus dois senadores: os primos Nereu Ramos (PSD) e Saulo Ramos (PTB). Para a Câmara Federal, cinco cadeiras para a AST e cinco para a UDN.⁴⁷⁶ Na Assembleia, as 39 vagas ficaram assim distribuídas: PSD – 15; UDN – 15; PTB – 5; PSP – 2; PRP – 1; PDC – 1.⁴⁷⁷ No entanto, se os resultados no plano estadual levam a crer no amplo domínio dos dois maiores partidos e em uma suposta “hegemonia conservadora-oligárquica”⁴⁷⁸, os resultados da capital trazem alguns elementos que merecem melhor análise.

⁴⁷⁵ São Miguel Paulista, bairro operário e com grande presença de migrantes nordestinos, era considerado um dos principais redutos janistas da capital. Ver: FONTES, Paulo. Op. cit. p. 254-257.

⁴⁷⁶ Os cinco deputados mais votados da Aliança Social-Trabalhista eram do PSD. Todavia, os dois primeiros suplentes eram do PTB. Como o quinto mais votado, Nereu Ramos, e o primeiro suplente, Saulo Ramos, elegeram-se senadores, a quinta vaga na Câmara ficou para o segundo suplente, o trabalhista Elias Adaime.

⁴⁷⁷ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resenha eleitoral: nova série*. Florianópolis: TRESA, 2001.

⁴⁷⁸ CARREIRÃO, Yan de Souza. *Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-79)*. Florianópolis, 1988. 278 f. Dissertação (mestrado em Sociologia) –, Centro de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Santa Catarina. p. 131-139.

Mais uma vez, as fontes disponíveis não favorecem. Os documentos do TRE-SC informam os números gerais do pleito, discriminado por partido, e a comparação de Santa Catarina com os demais estados da federação, mas não fornecem a distribuição de votos entre os candidatos. Nos jornais há informações sobre alguns resultados parciais. Aparece, por exemplo, a distribuição dos votos em algumas seções eleitorais de Florianópolis, mas não mencionam a localização de cada seção. Se, descuidadamente, tomássemos como referência a distribuição das seções eleitorais disponíveis no pleito de 1947, incorreríamos em um grande equívoco historiográfico que macularia nossa interpretação. Isso porque, ao confrontar a localização das seções eleitorais de 1947, consultadas nos jornais da época, com as de 1958, disponíveis no arquivo do TRE-SC, verificam-se alterações substanciais.⁴⁷⁹ Quase todas as seções mudam de uma eleição para a outra.⁴⁸⁰ Como nos documentos referentes ao pleito de 1954 só consta o número da seção, mas não a sua localização, torna-se inviável estabelecer a distribuição geográfica dos votos.

Ao analisar os dados disponíveis para a eleição da Câmara de Vereadores de Florianópolis, fica claro que os resultados de 1954 diminuem a centralidade de PSD e UDN, embora nenhum dos demais partidos apareça como uma terceira força capaz de disputar em igualdade de condições com ambos. Conforme os dados da Tabela 2, na eleição de 1954, PSP e PDC conseguem vagas na Câmara em virtude do decréscimo das bancadas udenista e pessedista.

⁴⁷⁹ A localização das seções eleitorais em 1947 foi obtida nas seguintes fontes: Resultado conhecido de Florianópolis. *A Gazeta*. Florianópolis, 25 jan. 1947; As eleições do dia 19. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 27 jan. 1947. A localização das seções eleitorais em 1958 pode ser consultada em: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Mapa de apuração das eleições de 3/8/1958*. Arquivo do TRE-SC. Doc. 61; TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Livro de atas das eleições de 13ª ZE – Florianópolis – 3/8/1958*. Arquivo do TRE-SC. Doc. 65.

⁴⁸⁰ Para exemplificar, em 1947, as dez primeiras seções da 13ª Zona Eleitoral eram: 1 - Tribunal, 2 - Assembleia, 3 - Teatro Álvaro de Carvalho, 4 - Correios, 5 - Grupo Escolar Lauro Muller, 6 - Faculdade, 7 - Cruz Vermelha, 8 - Instituto de Educação, 9 - Cine Roxy, 10 - Dias Velho. Em 1958, as dez primeiras seções da 13ª ZE eram respectivamente: 1 - AABB, 2 - Teatro Álvaro de Carvalho, 3 - Edifício do Ipase, 4 - Ambulatório médico do IAPI, 5 - Departamento de Saúde Pública, 6 - Faculdade de Direito, 7 - Faculdade de Direito, 8 - Escola Profissional Feminina, 9 - Instituto de Educação Dias Velho, 10 - Instituto de Educação. Cabe observar que procurei manter os nomes tais como constam nos documentos oficiais. Desse modo, parece lógico acreditar que quando o documento relativo a 1947 fala de “Faculdade”, na 6ª seção, está se referindo à “Faculdade de Direito”, alocada em 1958 na 6ª e 7ª seções.

Tabela 2:
Distribuição das cadeiras na Câmara de Vereadores de Florianópolis

ANO DA ELEIÇÃO	PSD	UDN	PTB	PSP	PDC
1947	9	6	0	0	0
1950	8	5	2	0	0
1954	6	4	2	2	1

Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resultados discriminados das eleições de prefeito e vereador – 23/11/47. Nº de eleitores e partido.* Doc. 11. Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina; TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resenha Eleitoral: resultado das eleições de 3-10-1950.* Florianópolis, 1951. Arquivo do TRE-SC. Doc. 38; TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Dados estatísticos: eleições federais, estaduais e municipais realizadas no Brasil em 1952, 1954 e 1955 e em confronto com anteriores.* Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral. Doc. 41.

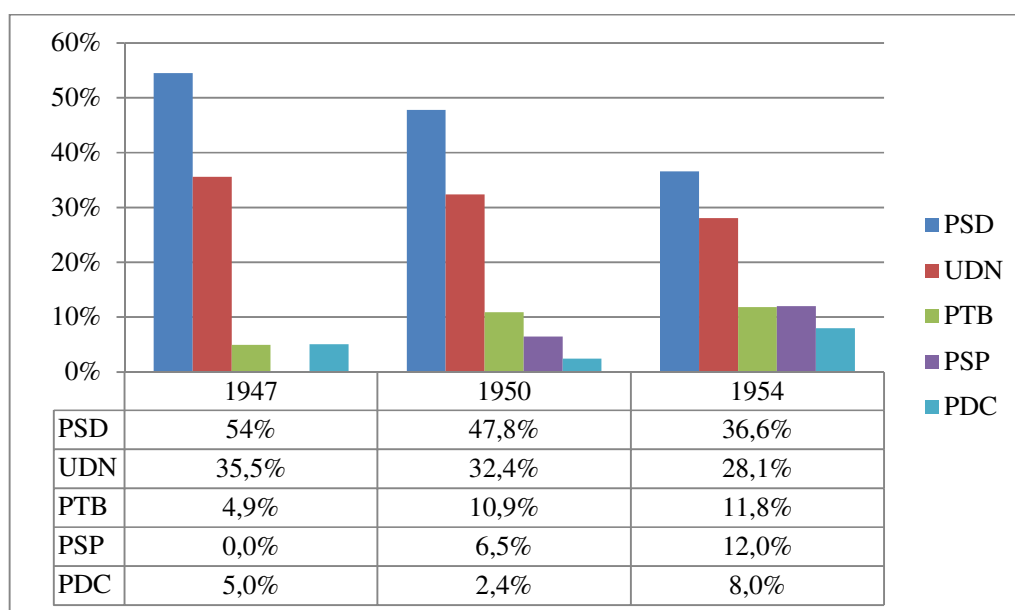
Nos períodos em que governaram o estado e o município, tanto PSD (1947-1950) quanto UDN (1951-1954) perderam votos, o que demonstra o risco de estabelecermos uma relação direta entre o controle do executivo e a votação nas eleições proporcionais.⁴⁸¹ Essa afirmação é arriscada por duas razões: primeiramente, os dados estatísticos das três primeiras eleições demonstram uma perda de cerca de 7% para o PSD e de cerca de 4% para a UDN no período em que detiveram o controle do executivo. Entre 1947 e 1954, conforme se pode observar no gráfico 3, a legenda udenista oscila 7,5% para baixo enquanto os pessedistas caem 17,9%. Em segundo lugar, mesmo que nenhum dos três partidos com representação na Câmara apareça como força política capaz de disputar em igualdade de condições com os dois maiores partidos, os resultados sinalizam que as respostas dos atores a situações sociais objetivas (uso da máquina pública e de cabos eleitorais) não ocorrem num plano único.

Os dados objetivos demonstram o crescimento do PSP, que quase dobra sua votação proporcional em relação à eleição anterior, e do PDC, que mais do que triplica. O mais

⁴⁸¹ Este ponto de vista é defendido nos estudos de Carreirão e Dittrich. Ao analisar a composição da Assembleia Legislativa, ambos afirmam que há uma tendência dos resultados acompanharem a situação de controle ou não do executivo estadual. Isso porque o partido situacionista se valeria da máquina pública em seu favor, desequilibrando a disputa nas eleições proporcionais: “Em todos os pleitos legislativos, sem exceção, seria vitorioso o partido que, naquele momento, detinha o governo do Estado. O partido do governador se beneficiava da máquina do Estado e da sua posição de prestar favores e exercer pressões em benefício de seus candidatos nas eleições legislativas.” Fonte: **DITTRICH**, Regina Iara Regis. *O deputado catarinense: Assembleia Legislativa no período de 1947 a 1965.* Florianópolis: EdUFSC, 1981. p. 49; CARREIRÃO, Yan. Op. cit. p. 49, 141.

significativo não é a simples elevação dos números, mas a associação entre a votação e o tipo de campanha política feita. Embora diferentes ideologicamente, ambos os partidos tinham candidatos que se propunham a fazer campanhas corpo-a-corpo com as classes trabalhadoras. Nereu do Vale Pereira, candidato a vereador em 1954 pelo PDC, lembra que sua campanha ocorreu nas associações operárias como a UBRO (União Beneficente Recreativa Operária), Liga Operária e Círculo Operário, nas quais tinha destacada atuação.⁴⁸² O PSP, além de conquistar o posto de terceira legenda mais votada do município, elegeu um vereador vinculado ao PCB. A DOPS de Santa Catarina, ao investigar os nomes que assinaram o abaixo-assinado pela legalidade do Partido Comunista, informou que Genésio Leocádio da Cunha fora vereador e “comunista muito ativo”.⁴⁸³

Gráfico 3:
Votação proporcional das legendas para a Câmara de Vereadores de Florianópolis



Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Mapa de apuração das eleições de 3/8/1958*. Arquivo do TRE-SC. Doc. 61; TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Livro de atas das eleições de 13ª ZE – Florianópolis – 3/8/1958*. Arquivo do TRE-SC. Doc. 65.

⁴⁸² “Em 1954, eu já tinha uma atuação relativamente destacada nos sindicatos e nas organizações operárias, culturais, como a UBRO, Liga Operária, Círculo Operário”. Entrevista de Nereu do Vale Pereira concedida ao autor em 13 de julho de 2010.

⁴⁸³ À época da produção do documento, o ex-vereador, “por sua idade avançada”, não teria mais condições de “desenvolver atividades que preocupam muito”. DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA. *Lista de nomes que assinaram o abaixo-assinado para a volta do PCB à legalidade*. Divisão Central de Informações. Doc. 698, top. 80. p. 6.

A eleição para a Câmara de Vereadores de um comunista e de um democrata cristão ligado a associações operárias reforça a perspectiva de que havia espaço político para aqueles que optassem por se aproximar dos trabalhadores. E isso se dava independentemente da legenda – haja vista a eleição de Hamilton Valente Ferreira, eleito para a primeira legislatura, em 1947, pelo PSD e apoiado pelos comunistas. É evidente que o partido de Nereu Ramos não era o berço de candidatos comunistas, mas o apoio do PCB a um de seus candidatos em 1947 sinaliza que também não era um partido puramente “conservador”. Ou seja, é arriscado tecer conclusões com base nos números finais do pleito sem considerar nuances e inflexões presentes no processo eleitoral. Há relações entre o processo de socialização e o comportamento político que só a análise dos resultados não dá conta de perceber.

Florianópolis era uma cidade assentada economicamente na condição de centro administrativo do estado, por conseguinte, é crível inferir que os detentores do executivo possuíam um amplo poder de barganha junto aos eleitores. É possível concluir também que as redes políticas, construídas pelos partidos e reforçadas no período em que estavam no poder, davam-lhes vantagens na disputa eleitoral. Todavia, isso não garantia que o partido detentor da máquina pública sempre vencesse a disputa eleitoral. Embora estivessem há quatro anos nos executivos estadual e municipal, os udenistas adotaram a mesma linha argumentativa de Menezes para explicar seus resultados: “... o eleitor, ao entrar na cabine indevassável, não ia ali depositar a expressão de sua dignidade social, mas tão somente materializar um ato que o dinheiro já havia aviltado pelo mais revoltante dos comércios.”. Em suma, conforme sua autoimagem de “partido da moralidade”, a UDN perdeu a eleição porque seu adversário “comprou consciências”. Mas, e quando venceu, foi porque o PSD não as comprou? Ou porque também participou do “mais revoltante dos comércios”? A explicação parece ser mais complexa.

Em uma eleição marcada pelo rescaldo da morte de Vargas, a suposta opulência estrutural e financeira de PSD e UDN não os impediu de se associarem à imagem do pai dos pobres durante a campanha. Isto é, mesmo os partidos considerados “oligárquicos” adotaram uma linguagem em favor dos direitos das classes trabalhadoras e, penso, só o fizeram porque avaliaram que isso poderia ser decisivo. Não bastava o poder financeiro, como os derrotados no pleito argumentaram. A estratégia política, os discursos e as formas

de aproximação dos diferentes grupos sociais eram, sim, decisivos. Portanto, o ponto central é a compreensão de que o processo eleitoral é marcado pela contingência, algo que a análise pura e simples dos resultados finais camufla. Ao observar somente os números e traçar comparações com eleições anteriores, estabelecendo “linhas de evolução” partidária com base nos votos e nas representações proporcionais, perdemos a dimensão das dificuldades e incertezas que permeiam toda disputa política.

Se houvesse, de fato, uma estabilidade eleitoral com “forte predomínio dos dois grandes partidos conservadores”, o que faria Menezes se aventurar na disputa pelo executivo municipal, sonhar com a vitória e estampar sua frustração na capa de seu semanário? Ou, como explicar a obtenção de assentos no legislativo por candidatos de partidos de esquerda, como PTB e PCB, ou de aproximação com as camadas populares, como o PDC? É preciso investigar porque em determinadas situações – que sempre estão conectadas com questões sociais –, os trabalhadores optam por votar nos grandes partidos, em detrimento das legendas populares. A explicação não pode ser dada com base única e exclusivamente nos resultados das urnas. Os discursos, as ações antes e durante o período eleitoral e as coligações partidárias são fundamentais para compreender os sucessos e as frustrações que permeiam o pleito. Ao superestimar o poder coercitivo da máquina pública e dos cabos eleitorais, reduzimos a capacidade dos sujeitos de realizar escolhas e barganhar por suas demandas no jogo político. As eleições de 1954 tornaram audíveis notas dissonantes, que subiriam de tom nos anos seguintes.

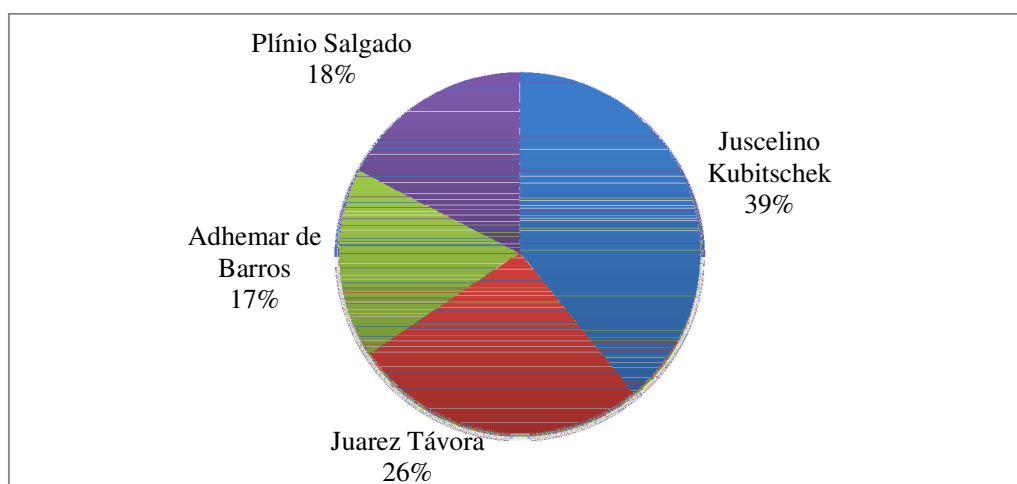
Uma semana antes dos festejos natalinos, o jornal *O Tempo* publicou um artigo intitulado “Aceitamos o desafio”. Nele, o jornalista Carlos Lacerda, figura central no desfecho trágico de 24 de agosto, afirmava que a candidatura de Juscelino Kubitschek para a presidência da República seria a “desforra da oligarquia contra os que ousaram tirá-la do poder”. Relembrando o golpismo e as pressões políticas sobre o ex-presidente, Lacerda conclamava aqueles que não toleravam a corrupção a lutar: “Temos o dever de agir a tempo e por todos os meios. (...) Se querem a divisão e a luta, hão de tê-las.”⁴⁸⁴. Lançava-se a disputa pelo executivo federal e tinha início um período marcado por tentativas de golpes e insurreições populares. A capital de Santa Catarina vivenciou intensamente cada um desses momentos.

⁴⁸⁴ LACERDA, Carlos. Aceitamos o desafio. *O Tempo*. Florianópolis, 17 dez. 1954.

CAPÍTULO 3: Uma Florianópolis nem tão pacata: violência, luta por direitos e o crescimento dos “agitadores”, 1955-1958

O ano de 1954 havia sido politicamente turbulento. Em Santa Catarina, a aliança entre PTB e UDN, que alçara Irineu Bornhausen ao governo do estado, em 1950, esfacelou-se na medida em que a Banda de Música ensaiava o golpe contra Vargas. Após a morte do presidente, os trabalhistas catarinenses aproximaram-se novamente do PSD. No ano seguinte, estavam em disputa os cargos do executivo federal e estadual, ambos fundamentais para as pretensões políticas dos partidos. Para o governo do estado, a UDN encabeçava a Frente Democrática (FD), composta também por PRP, PDC e PSP, cujo candidato era o deputado federal Jorge Lacerda. PSD e PTB reeditavam a Aliança Social Trabalhista (AST), apoiando Francisco Benjamim Gallotti, ex-senador pelo PSD e suplente de Nereu Ramos no Senado. No plano nacional, quatro candidatos disputavam o posto mais alto da nação. Juscelino Kubitschek saía pela coligação PSD-PTB; Juarez Távora por UDN-PR-PL-PDC; Adhemar de Barros era o candidato do PSP-PTN-PST; Plínio Salgado tentava sua eleição pelo PRP. Disputavam ainda a vice-presidência, que naquela época era votada separadamente, os candidatos João Goulart, Milton Campos e Danton Coelho.

Gráfico 4:
Votação para a Presidência da República em Santa Catarina, em 1955



Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resenha eleitoral: nova série*. Florianópolis: TRESA, 2001.

Os resultados do pleito aumentaram a tensão entre os partidos. Juscelino Kubitschek e João Goulart foram eleitos presidente e vice com 3.077.411 e 3.591.409 votos, respectivamente. Em Santa Catarina, JK fez 132.739 votos, contra 89.187 de Juarez Távora, 57.561 de Adhemar de Barros e 59.162 de Plínio Salgado. Jango teve uma vitória mais apertada para a vice-presidência. Fez 153.854 votos contra 149.284 de Milton Campos e 14.751 de Danton Coelho.

A disputa foi ainda mais acirrada para o governo do estado. Contrariando as expectativas de que uma aliança entre PSD e PTB seria imbatível, Jorge Lacerda venceu a eleição por uma diferença de 3.136 votos. Para a vice-governança, o pleito foi ainda mais disputado. José de Miranda Ramos, do PTB, fez 170.019 votos contra 169.850 de Heriberto Hulse, uma diferença de 169 votos. Em virtude da pequena margem, a Comissão Apuradora decidiu por uma nova eleição para vice-governador, visto que os votos não apurados das doze seções anuladas, com um total de 1.835 eleitores, poderiam modificar a classificação dos candidatos. Em cinco de agosto de 1956, nova eleição e a vitória do udenista Heriberto Hulse, com 171.072 sufrágios contra 170.520 de José de Miranda Ramos.⁴⁸⁵

Os resultados de 1955 exasperaram a retórica golpista da UDN e de setores da imprensa, que iniciariam uma campanha contra a posse de JK. Em Santa Catarina, o partido da “eterna vigilância” manteve seu controle sobre o executivo estadual ao apostar num candidato que não era originariamente de suas fileiras.⁴⁸⁶ Contudo, a vitória udenista coloca em xeque a perspectiva consagrada na historiografia catarinense de que o PTB seria o “fiel da balança” na disputa no estado. Segundo essa teoria, o equilíbrio entre as duas maiores agremiações do estado seria de tal monta que o PTB, enquanto terceira força política, daria a vitória para aquele que apoiasse.⁴⁸⁷

Como se viu nos capítulos anteriores, as primeiras eleições do período democrático foram mais marcadas por disputas internas entre os trabalhistas do que por uma posição

⁴⁸⁵ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resenha eleitoral: nova série*. Florianópolis: TRESC, 2001.

⁴⁸⁶ Jorge Lacerda construiu sua carreira política pelo PRP. Em 1954, abrigou-se na legenda udenista para candidatar-se a deputado federal, sendo o candidato mais votado da UDN e o quarto mais votado do estado.

⁴⁸⁷ Essa perspectiva é expressa por: CARREIRÃO, Yan de Souza. *Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-79)*. Florianópolis, 1988. 278 f. Dissertação (mestrado em Sociologia) -, Centro de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Santa Catarina; LAUS, Sônia Pereira. *A UDN em Santa Catarina (1945-1960)*. Florianópolis, 1985. 336 f. Dissertação (mestrado em História) -, Centro de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Santa Catarina; LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC: Lunardelli, 1983.

hegemônica e decisiva dos mesmos. Para a eleição de 1955, o PTB estava aparentemente coeso em relação à sua aliança com o PSD. Mesmo assim, a Aliança Social Trabalhista perdeu a disputa para o governo. Por outro lado, seus candidatos à presidência e vice conseguiram a maioria dos votos no estado. A eleição de 1955 foi marcada por cisões internas das legendas e discussões programáticas. Exemplo disso foram os debates sobre o petróleo, os direitos trabalhistas e o início de um discurso polarizado entre nacionalistas e entreguistas. A análise das campanhas e da retórica dos candidatos pode nos ajudar a compreender as contingências do processo eleitoral e as fragilidades de esquemas explicativos com base nos números finais dos pleitos.

3.1 – A disputa dos executivos estadual e nacional em 1955

As articulações visando à sucessão presidencial de 1955 tiveram início ainda em 1954. Sem Vargas, as disputas internas no PSD gravitavam em torno do perfil do presidenciável. Juscelino Kubitschek, governador de Minas Gerais, apresentava sua pré-candidatura, articulado com a chamada Ala Moça do partido.⁴⁸⁸ Sua candidatura agradava aos getulistas e facilitava uma composição com o PTB, que lançara João Goulart como candidato a vice-presidente.⁴⁸⁹ Contudo, setores do PSD defendiam um candidato de “união nacional”, cujo nome sairia de um acordo entre UDN, PSD e demais siglas com o objetivo de erradicar a “herança getulista”.

Em abril de 1955, a UDN lançou o nome do ex-governador de Pernambuco, Etelvino Lins, da ala dissidente do PSD, isto é, antigetulista. Durante sua breve campanha, adotou um discurso popular, com cartazes que asseveravam sua proximidade com os trabalhadores: “honesto e pobre como vocês”, “sou popular porque sou do povo”.⁴⁹⁰ Todavia, seu nome contava apenas com o apoio dos diretórios pessedistas do Rio

⁴⁸⁸ Segundo Hippólito, a Ala Moça, composta por políticos desvinculados do grupo oligárquico do partido, foi fundamental no apoio à candidatura de Juscelino e no início do seu mandato. Em um segundo momento, devido à aproximação de JK com a ala oligárquica, há a dissidência com o comando partidário e a dispersão da Ala Moça. Em Santa Catarina, o principal nome da Ala Moça pessedista era o deputado Leoberto Leal. HIPPÓLITO, Lúcia. Op. Cit. p. 139-154.

⁴⁸⁹ Além de Amaral Peixoto, governador do Rio e genro de Vargas, Juscelino foi o único governador de estado que teve a coragem de comparecer ao velório do ex-presidente. WILLIAM, Wagner. *O soldado absoluto: uma biografia do marechal Henrique Lott*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 69.

⁴⁹⁰ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 95.

Grande do Sul, de Pernambuco e de Santa Catarina. Temia-se a união JK-Jango pelo que poderia representar a eleição de dois candidatos que se propunham a manter acesos os princípios trabalhistas – isso logo após uma “vitória” dos oposicionistas com a saída trágica de Vargas e o governo Café Filho.⁴⁹¹

Com apoio restrito, a candidatura de Etelvino não decolou. Após uma vitória difícil no diretório mineiro, Juscelino foi escolhido como candidato do partido à presidência. Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Pernambuco abstiveram-se, deixando claro que havia uma crise interna no maior partido do país. As questões estaduais mais uma vez dificultavam as decisões nacionais dos partidos. No Rio Grande do Sul, o posicionamento antigetulista do diretório impossibilitava a composição com os trabalhistas.⁴⁹² Peracchi Barcelos, presidente do PSD-RS, foi taxativo sobre o apoio da seção estadual ao nome de Juscelino: “Já sabemos de antemão que não apoiaremos Juscelino nem Adhemar de Barros. Creio que não preciso explicar porque, bastando acrescentar que, no tocante ao primeiro, nosso apoio tornou-se ainda mais impraticável depois do acordo feito com João Goulart.”⁴⁹³ Na tentativa de desarticular a aproximação das legendas, o presidente do diretório gaúcho ainda tentou lançar sem sucesso a candidatura de Nereu Ramos.⁴⁹⁴ Em Pernambuco, as dinâmicas regionais também ajudam a explicar a postura dos delegados pessedistas. A UDN local era liderada por João Cleofas, que ocupara a pasta da Agricultura no segundo governo Vargas e o apoiara abertamente em 1950. Em 1954, Cleofas fora derrotado na disputa do executivo estadual pelo general Cordeiro de Farias, candidato do PSD e antigetulista. Entre os pernambucanos, ao menos até 1955, a UDN local alinhava-se aos trabalhistas, enquanto o PSD encarnava a oposição a Vargas.

⁴⁹¹ Durante o governo Café Filho, a UDN ocupou os ministérios da Casa Civil, Relações Exteriores, Justiça, além das chefias militares: Eduardo Gomes, Aeronáutica, Amorim do Vale, Marinha, Canrobert Pereira da Costa no EMFA e Juarez Távora na Casa Militar. BENEVIDES, M. V. op. cit. p. 92, 95.

⁴⁹² Na eleição de 1954, o PSD do Rio Grande do Sul coligou-se com UDN e PL para eleger o governador Ildo Meneghetti. O PTB, isolado, perdeu o executivo estadual e não elegeu João Goulart, afilhado político de Vargas, ao Senado. Os senadores eleitos foram Armando Pereira Câmara (PL) e Daniel Krieger (UDN). TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Dados estatísticos: eleições federais, estaduais e municipais realizadas no Brasil em 1952, 1954 e 1955 e em confronto com anteriores*. Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral. Doc. 41. p. 116, 93.

⁴⁹³ O PSD gaúcho: nem Juscelino, nem Adhemar. *A Gazeta*. Florianópolis, 05 jul. 1955.

⁴⁹⁴ OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas “páginas” do Diário de Notícias*. Porto Alegre, 2008. 270 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. p. 232.

Parece evidente que as posturas de Rio Grande do Sul e Pernambuco podem ser explicadas pelas características das disputas locais. No entanto, Santa Catarina não tinha um PSD antigetulista. Ao contrário, numa conjuntura de equilíbrio entre UDN e PSD, negligenciar os trabalhadores seria um suicídio político. Em todos os pleitos, as duas principais legendas do estado disputaram declaradamente o apoio dos trabalhistas. Em consonância com as avaliações no plano nacional, sobretudo após a vitória da aliança PSD-PTB para o Senado, em 1954, ganhou força nas páginas dos jornais catarinenses a tese de que o PTB seria o “fiel da balança”.⁴⁹⁵ Em maio de 1955, o jornal *A Semana*, semanário de Juvenal Melchiades, lançado em abril do mesmo ano, publicou um artigo assinado por seu proprietário demonstrando a insatisfação com a aliança consumada entre Juscelino e Jango. Em sua análise, ao aliar-se a JK, Jango perderia a oportunidade histórica de unir-se às massas e com elas alcançar o posto máximo do país. Era certo que os demais candidatos não tinham apelo popular e o apoio de Jango e do PTB seria decisivo para deflagrar a vitória de Juscelino – acusado de não possuir um projeto político para o país, tendo como único propósito se eleger. No final de seu artigo, Melchiades de Souza manifestava a esperança em uma terceira candidatura, saída das bases trabalhadoras e por elas sustentada, sem o apoio das oligarquias.⁴⁹⁶

Se setores do PSD viam a aliança JK-Jango com desconfiança, o mesmo acontecia entre setores de esquerda. Juvenal Melchiades de Souza considerava a aliança com Juscelino um ardid do político mineiro. Preferia uma candidatura sem coligação com o PSD ou outra grande legenda, mas apoiada pelas “massas”. A postura do jornalista catarinense denota sua orientação de esquerda, visível nas páginas do semanário e comprovada pelos documentos policiais. De acordo com a DOPS-SC, Juvenal Melchiades de Souza era comunista e seu último registro na delegacia datava de 1947.⁴⁹⁷ É nítida a diferença da pauta de *A Semana* e suas interpretações dos acontecimentos regionais e nacionais daquela oferecida pelos demais periódicos da capital de Santa Catarina.

⁴⁹⁵ Em fevereiro de 1955, o jornal *Última Hora* destaca a importância do PTB. Como não possuía força política suficiente para disputar a presidência da República, sua tendência seria a de aliar-se a grandes forças de modo a exercer influência no poder. Fonte: *Última Hora*. fev. 1955. Apud: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)*. 2 ed. São Paulo: LTr, 2011. p. 151.

⁴⁹⁶ SOUZA, Juvenal Melchiades de. O terceiro homem: o PTB é o fiel da balança. *A Semana*. Florianópolis, 16 mai. 1955.

⁴⁹⁷ DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. *Divisão Central de Informações – SC*. nº 698/Top. 80. Arquivo Público do Paraná.

A aliança JK-Jango não tinha unanimidade dentro do PTB. De acordo com Lucília de Almeida Neves Delgado, frações do partido desejavam a candidatura própria, outros preferiam uma aliança com o PSP. O grupo vencedor, liderado por Jango, encaminhou a aliança com o PSD e formalizou aquela que seria vista como a união de duas máquinas eleitorais: a do PSD no campo e a do PTB nos centros urbanos.⁴⁹⁸ No entanto, as rugas nas siglas poderiam fazer naufragar as pretensões dos candidatos.

Segundo Hippólito, devido ao alto risco de uma “cristianização” de JK, o diretório nacional do PSD tratou de enquadrar os dissidentes: no Rio Grande do Sul, Peracchi Barcelos foi deposto e substituído por Paim Filho; em Pernambuco, José do Rego Maciel, ligado a Etelvino Lins, foi substituído por uma comissão liderada por Jarbas Maranhão; em Santa Catarina, Nereu Ramos se entendeu com Amaral Peixoto e não houve necessidade de intervenção.⁴⁹⁹

Em abril de 1955, o PSP lançou Adhemar de Barros, derrotado por Jânio na eleição estadual do ano anterior.⁵⁰⁰ Após o fracasso na construção de uma “Frente Populista” com PSP e PTB, restou aos progressistas coligarem-se com o candidato PTB paulista. Em troca do apoio dos trabalhistas, Adhemar apoiaria os candidatos do PTB às prefeituras dos municípios paulistas que teriam eleições em 1955. Paralelamente, Adhemar obteve a adesão de Danton Coelho, que se lançou candidato à vice-presidência na chapa do PSP. De acordo com Sampaio, na prática, houve a cristianização de Coelho e o esquema que funcionou foi o Adhemar-Jango. O PTB puniu a dissidência com a expulsão de Danton Coelho do partido.⁵⁰¹ Diante da inviabilidade de um candidato de união nacional, restou à UDN lançar Juarez Távora, tendo como vice Milton Campos. O candidato udenista contou com forte apoio do governador recém-eleito, Jânio Quadros, como estratégia para enfraquecer a campanha de Adhemar de Barros no maior estado do país.

Em Santa Catarina, as negociações em torno da eleição presidencial ocorreram concomitantemente aos trâmites visando à sucessão estadual. O deputado federal Jorge Lacerda, proveniente das fileiras do PRP, articulou sua candidatura com o apoio do PDC e

⁴⁹⁸ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)*. 2 ed. São Paulo: LTr, 2011. p. 152, 153.

⁴⁹⁹ HIPPLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 132.

⁵⁰⁰ Em alguns estados, como São Paulo, a disputa pelo executivo estadual aconteceu em 1954. Em outros, como foi o caso de Santa Catarina, o pleito ocorreu em 1955.

⁵⁰¹ SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global, 1982. p. 89.

do PSP, pressionando a UDN a apoiá-lo. Todavia, entre os udenistas, o nome de Lacerda não era unanimidade. Wanderley Júnior, João Collin e Aristiliano Ramos preferiam apoiar um candidato próprio. A habilidade política de Lacerda, compondo com os pequenos partidos, foi decisiva na definição de seu nome. Cindiu a UDN, que corria o risco de perder o executivo estadual caso optasse pela candidatura própria. Formou-se, então, a Frente Democrática, composta por UDN, PRP, PDC e PSP.

Se a construção da candidatura situacionista fora repleta de disputa, a definição do candidato pessedista não foi menos polêmica. Após as tensões em torno do nome de Juscelino Kubitschek, que envolveram diretamente o PSD catarinense, criou-se uma divergência entre Leoberto Leal, deputado federal da Ala Moça, e Nereu Ramos. Leal pleiteava o executivo estadual. Aderbal Ramos da Silva, sobrinho de Nereu, surgia como possível nome. Para dirimir as divergências, optou-se por um terceiro nome, Francisco Benjamim Gallotti. De acordo com Lenzi, a decisão favoreceu a ala “nereusista” do partido.⁵⁰²

A conjuntura política apresentava situações delicadas nas composições entre o plano nacional e o estadual. Lacerda era candidato por partidos que tinham presidenciáveis diferentes – a UDN e o PDC tinham Juarez Távora, o PSP tinha Adhemar de Barros e o PRP lançara Plínio Salgado. Gallotti não era unanimidade no PSD catarinense, assim como Juscelino não o era. O primeiro era apoiado pelo grupo ligado a Nereu Ramos, o segundo pelo grupo de Leoberto Leal. Os jornais udenistas exploraram as divergências internas de seus adversários, veiculando notícias sobre o esvaziamento do comício de Juscelino em Florianópolis.⁵⁰³ Já os pessedistas usaram a já conhecida estratégia de afirmar que os partidos da Frente Democrática estavam rachados.⁵⁰⁴

⁵⁰² LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983. p. 256.

⁵⁰³ “O sr. Juscelino Kubitschek, trazido a Santa Catarina pela insistência do senador Saulo Ramos e do deputado Leoberto Leal, ficou completamente decepcionado com a falta de prestígio desses políticos. (...) No comício de Florianópolis, alguns oradores tentaram entusiasmar a assistência com o invocação do nome do sr. Nereu Ramos, fato esse que deixou constrangido o Sr. Juscelino Kubitschek, pois é sabido que os dois políticos não se entendem, dada a ambição de ambos para os mesmos fins.” Juscelino decepcionado com a recepção. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 01 jul. 1955.

⁵⁰⁴ Isso fica patente na divulgação da convenção do PSP em que o jornal *O Estado* acusa os líderes do partido de fraudar o processo em favor de Jorge Lacerda. Segundo o periódico, os líderes do partido no estado, Volney Colaço de Oliveira e Parigot de Souza, alijaram e impediram de votar os diretórios contrários ao apoio do PSP a Lacerda. Fonte: A reação do PSP: a maioria absoluta dos municípios contra a decisão da farsa

A acirrada disputa pelo executivo estadual fez com que os candidatos buscassem suporte nas siglas menores. Para não se indispor com seus apoiadores, Jorge Lacerda precisava administrar o apoio às candidaturas de Plínio, Adhemar e Juarez. Essa situação o fez alvo do “fogo amigo” do deputado Wanderley Júnior (UDN), um dos contrários à candidatura. Em entrevista ao jornal *O Estado*, o parlamentar udenista criticava Lacerda por não ter comparecido ao comício de Juarez Távora em Florianópolis. Segundo ele, a ausência se deu em virtude das articulações para o apoio do PSP local. Em contrapartida, Lacerda discursara nos comícios de Plínio Salgado, em Joinville, e de Adhemar de Barros, na capital. O diário pessedista aproveitou a entrevista para espinafrear o candidato enquanto “homem sem princípios” e “omisso diante da lealdade partidária”.⁵⁰⁵

Gallotti, cuja candidatura foi urdida por Nereu Ramos, apoiava JK, seguindo a determinação do diretório nacional, no entanto, flertava com Adhemar de Barros, objetivando ganhar a simpatia do PSP.⁵⁰⁶ Como vimos no capítulo anterior, o PSP da capital fora a terceira legenda mais votada para a Câmara de Vereadores, elegendo dois representantes – um deles era Genésio Leocádio da Cunha, conhecido comunista. A seção catarinense do partido de Adhemar de Barros era notadamente formada por um conjunto heterogêneo de filiados, como o atesta a presença do ex-udenista Volney Colaço de Oliveira, do polêmico jornalista Manoel de Menezes e do já citado vereador comunista.⁵⁰⁷ Era previsível que, após a demonstração de força na eleição de 1954, a divisão do PSP fosse considerada fundamental para as pretensões pessedistas de conquistar o governo do estado.

Outro fator fundamental na campanha catarinense foi o apoio do PCB, menos pelo que representou em termos quantitativos e mais pela intensa campanha feita contra os candidatos apoiados pela legenda. Desde o final de 1954, quando dos diálogos sobre uma

convencional. *O Estado*. Florianópolis, 20 ago. 1955; Várias sobre o PSP. *O Estado*. Florianópolis, 23 ago. 1955; As mentiras de O Estado. *A Gazeta*. Florianópolis, 15 jul. 1955.

⁵⁰⁵ Juarez traído. *O Estado*. Florianópolis, 15 jul. 1955; Lacerda é assim. *O Estado*. Florianópolis, 25set. 1955.

⁵⁰⁶ O jornal *O Estado* publicou a íntegra da carta do diretório municipal de Joaçaba, no oeste de Santa Catarina, afirmando que, em virtude da coligação PSP-PSD-PTB-PDC para o pleito municipal, aquela entidade deixava a sucessão estadual em aberto, ressaltando que a maior parte dos filiados iriam aderir à candidatura pessedista. Fonte: A reação do PSP. *O Estado*. Florianópolis, 19 ago. 1955; Avoluma-se a reação do PSP. *O Estado*. Florianópolis, 23 ago. 1955.

⁵⁰⁷ Em carta a Adhemar de Barros, publicada em *A Gazeta*, o diretório do PSP protocola o apoio a Jorge Lacerda e Heriberto Hulse. Entre os signatários estão Volney Colaço de Oliveira e Manoel de Menezes. Fonte: A mentira tem pernas curtas. *A Gazeta*. Florianópolis, 21 ago. 1955.

chapa Juscelino-Jango, acirraram-se os ânimos dos conspiradores de agosto que interpretavam uma possível vitória como retorno da era varguista.⁵⁰⁸ Em Santa Catarina, o jornal *O Tempo* passou a expressar a voz dos setores golpistas, com reproduções dos artigos de Carlos Lacerda e campanhas contra o comunismo. Seu proprietário, o médico J. J. Barreto, em 1955, era o presidente da seção catarinense da Cruzada Brasileira Anticomunista, comandada nacionalmente pelo almirante Penna Botto.⁵⁰⁹ Além dos informativos da Cruzada, o periódico reservava espaço para artigos de âmbito local, preocupados com as “campanhas vermelhas disfarçadas”, como o “petróleo é nosso”, e entidades como a Liga de Emancipação Nacional (LEN), que nada mais seria do que o “PCB encapuzado”.⁵¹⁰

Em agosto de 1955, primeiro aniversário da morte de Getúlio e do major Rubens Vaz, em pronunciamento na Câmara de Vereadores, Genésio Leocádio da Cunha comunicou que o Movimento Popular Nacional Trabalhista (MPNT), do qual fazia parte, decidira apoiar os nomes de Juscelino e Jango.⁵¹¹ Em Santa Catarina, o movimento fora fundado em 12 de julho, no Clube 15 de Outubro, em Florianópolis, sob a seguinte pauta de reivindicações: contra a carestia e pelo congelamento do preço da carne verde⁵¹²; aumento dos salários; concessão do título de posse aos pequenos e médios lavradores e aquisição e empréstimo do maquinário necessário pelo Estado; incentivo à triticultura (cultura do trigo); aumento da cota de consumo obrigatório do carvão catarinense; construção de casas populares aos trabalhadores; contra qualquer golpe de estado, pelo respeito ao resultado das urnas e pela posse dos eleitos.⁵¹³ Parte desta pauta, como veremos adiante, seria explorada na retórica eleitoral udenista contra o comunismo.

Enquanto os discursos na solenidade de um ano da morte do major Vaz falavam em “pseudolegalidade em que vivia o país” e lamentavam pelo fracasso da “união nacional”, inflamavam-se os ânimos daqueles que viam na possível vitória de Juscelino o fracasso da democracia. As Forças Armadas estavam divididas: de um lado a Cruzada Democrática,

⁵⁰⁸ “Aceitamos o desafio: a candidatura de Juscelino surge como a desforra da oligarquia contra os que ousaram tirá-la do poder, o dinheiro e o ódio comandam Juscelino candidato – preparamos para reagir.” Fonte: LACERDA, Carlos. Aceitamos o desafio. *O Tempo*. Florianópolis, 17 dez. 1954.

⁵⁰⁹ Intervenção soviética na América Latina. *O Tempo*. Florianópolis, 25 ago. 1955.

⁵¹⁰ Manhas comunistas. *O Tempo*. Florianópolis, 31 mai. 1955.

⁵¹¹ Câmara municipal: os comunistas apoiam Juscelino e Jango. *A Gazeta*. Florianópolis, 13 ago. 1955.

⁵¹² De acordo com o dicionário Houaiss, carne verde é o nome dado à “carne não salgada, fresca, como a que se compra em açougues”. DICIONÁRIO HOUAISS. *Verbetes: carne*. Versão eletrônica, 2009.

⁵¹³ Ao povo catarinense. *A Semana*. Florianópolis, 25 jul. 1955.

formada por oficiais do exército e pelos coronéis da Sorbonne, inspirada nos artigos e discursos de Carlos Lacerda; de outro o Movimento Militar Constitucionalista (MMC), organizado na Inspetoria Geral do Exército, atuando como “centro conspirativo pela preservação do regime”.⁵¹⁴

Em artigos publicados no *Tribuna da Imprensa*, Lacerda materializou aquilo que antes era apenas boato. O jornalista e deputado afirmou que havia uma crise instaurada no país e somente ações extralegais poderiam dirimi-la. O que o articulista pregava era um golpe, ou, segundo ele, “um contragolpe contra essas monstruosas eleições que se anunciam”. Em suas palavras: “protelar o contragolpe, agora, deixando-o para depois das eleições, nas condições em que forçosamente vão se efetuar, é que são [sic] o golpe! (...) os democratas, dia após dia em maior número reconhecem que para haver democracia no Brasil é preciso dar, agora, o contragolpe decisivo e final no regime golpista que tem vivido o Brasil desde 1930.”⁵¹⁵ Em setembro, *O Tempo* usou espaço de capa para repercutir mais uma informação veiculada pelo jornal de Lacerda. O chefe do Estado Maior da FAB, general Gervásio Duncan, afirmara: “candidato eleito com fraude não deve ser empossado”.⁵¹⁶

Diante das discussões em torno da legalidade das eleições, o jornal *Última Hora* encomendou ao IBOPE uma pesquisa: o que o eleitor entendia por golpe? Além da questão, perguntava se o entrevistado seria favorável à realização de eleições no dia 3 de outubro. Do total dos entrevistados, 79% mostraram-se favoráveis ao processo eleitoral. O percentual restante dividiu-se entre os contrários e os que optaram por não responder. De acordo com a pesquisa, a maior parte dos contrários simpatizava com a UDN, pertencia às classes A e B e possuía curso superior.⁵¹⁷ Uma constatação previsível, visto que esta era parcela dos atingidos pelo noticiário impresso.

Não havia sequer acontecido o pleito e já se conspirava contra a posse dos eleitos, prenúncio das turbulências do porvir. Dos seis jornais florianopolitanos disponíveis para consulta, três deles enveredaram para o anticomunismo na reta final do pleito. Além do

⁵¹⁴ WILLIAM, Wagner. Op. cit. p. 78.

⁵¹⁵ MENDONÇA, Marina de Gusmão. *O demolidor de presidentes: a trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968*. São Paulo: Codex, 2002. p. 115; WILLIAM, Wagner. Op. cit. p. 85.

⁵¹⁶ *O Tempo*. Florianópolis, 11 set. 1953.

⁵¹⁷ Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE). *Pesquisa sobre matéria política realizada por incumbência do jornal Última Hora – Rio – Agosto – 1955*. Acervo do Arquivo Edgard Leurenroth (AEL). Fundo IBOPE, filme MR/261 – PE 19 – 1955 p. 194-200.

jornal de J. J. Barreto, o *Diário da Tarde* e *A Gazeta* exploraram o apoio do MNPT aos candidatos Juscelino e Jango e, semanas depois, a Francisco Gallotti e a José de Miranda Ramos.⁵¹⁸ O discurso era parecido: como o PCB estava na ilegalidade, os comunistas espriavam-se em organizações supostamente apertidárias para fazer campanha política.

No início de setembro, o jornal comunista *Novos Dias*, editado em Florianópolis, publicou dois manifestos: o primeiro, do comando nacional do PCB, apoiando as candidaturas de Juscelino e Jango; o segundo, que mereceu destaque na imprensa udenista, do PCB catarinense, apoiando os candidatos Francisco Gallotti e José de Miranda Ramos, da Aliança Social Trabalhista. *A Gazeta* extraiu trechos dos dois manifestos e inseriu comentários na sequência. Na análise do PCB nacional, Juarez Távora seria um “general fascista”, “conhecido serviçal dos monopólios norte-americanos”, “partidário da entrega do petróleo brasileiro à Standard Oil e que jamais ocultou seu desprezo pelo Povo e suas intenções ditatoriais”. Ao que o jornal respondia, descrevendo as ações de um futuro governo udenista. Merecem destaque as posições explicitadas pelo jornal, uma vez que criticava a influência dos comunistas, mas defendia propostas caras aos grupos nacionalistas e de esquerda. De acordo com a folha udenista, Juarez não odiava o estrangeiro, “mas sabia quando ele explorava o Brasil”:

Com Juarez na presidência, o petróleo surgirá farto, extraído e beneficiado por brasileiros; o custo de vida se estabilizará, porque se combaterá a inflação em suas fontes verdadeiras; o trabalhador terá assegurado a participação nos lucros e o homem rural terá, pela primeira vez em nossa história, o seu código de direitos e deveres. Haverá trigo e transportes. Teremos divisas abundantes. E principalmente haverá paz e estabilidade. Que restará, pois, para a exploração comunista?⁵¹⁹

A retórica contra o comunismo apresentava uma pauta similar à pronunciada pelos grupos de esquerda, articulados no MNPT. Defendia a exploração nacional do petróleo, estabilização do custo de vida, participação do trabalhador nos lucros, a regulamentação do trabalho no campo e a triticultura. Ou seja, o jornal udenista explorava o apoio do PCB aos

⁵¹⁸ Propaganda comunista. *O Tempo*. Florianópolis, 30 set. 1955; Uma vela a Deus e outra ao diabo. *A Gazeta*. Florianópolis, 09. Set. 1955; Os comunistas com os pessedistas. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 03. Set. 1955.

⁵¹⁹ Gallotti e os comunistas. *A Gazeta*. Florianópolis, 01 out. 1955. Grifos meus.

candidatos pessedistas concomitantemente à criação de uma pauta de campanha que pudesse atrair o eleitorado de esquerda.

Para justificar o apoio do PCB aos candidatos da AST ao governo do estado, o manifesto comunista argumentava que, assim como Juarez silenciava diante dos generais golpistas, Jorge Lacerda e Heriberto Hulse também o faziam. Gallotti e Miranda Ramos, a despeito de não terem se posicionado abertamente sobre o golpe, sinalizavam tal ação. A *Gazeta* rebatia o argumento afirmando que Nereu Ramos, durante os piores momentos de crise, não esteve ao lado de Getúlio. Segundo o periódico, os comunistas apenas escolheram os candidatos aliancistas porque para eles “quanto pior, melhor”. Eles escolheriam sempre os maus candidatos com a esperança de criar o “tal clima de miséria e desespero”, de modo a “perturbar a produção”, “fomentar greves” e, assim, conseguir “material de propaganda”.⁵²⁰

Apesar de setores da esquerda desejarem candidaturas sem alianças com o PSD, trabalhistas e comunistas encamparam Juscelino e Jango no plano nacional e Gallotti e Miranda Ramos no plano estadual. A UDN catarinense – que apoiara Vargas nos primeiros anos de governo, votara contra o *impeachment* no Congresso e dera pouca voz à retórica golpista de 1954 –, após 24 de agosto, alinou-se ao comando nacional do partido: enveredou para o anticomunismo, repercutiu as denúncias de Carlos Lacerda e manifestou preocupação quanto à legalidade do pleito. Entretanto, na campanha em Florianópolis, adotou uma retórica eleitoral nacionalista, que contemplava as plataformas dos grupos de esquerda, e buscou cortejar os eleitores do PSP – que demonstrara forte apelo popular nas eleições proporcionais de 1954. Se a tensão no cenário nacional impossibilitava uma nova união com os trabalhistas, o pleito de 1955 demonstrou que a UDN continuava atrás dos eleitores dos partidos tidos como populares (PTB, PSP, PCB). Na capital, onde essas legendas atingiram votações notórias a ponto de definir o pleito, UDN e PSD esmeraram-se em construir um discurso para atingir o eleitorado daqueles partidos.

Os resultados nacionais insuflaram a retórica golpista da UDN. Em Santa Catarina, a vitória de Jorge Lacerda reforçou o plano de um retorno de Irineu Bornhausen ao governo, em 1960, e a ideia de permanecerem quinze anos no poder.⁵²¹ No entanto,

⁵²⁰ Gallotti e os comunistas. *A Gazeta*. Florianópolis, 01 out. 1955.

⁵²¹ O projeto udenista de permanecer quinze anos no poder é expresso em uma reportagem de capa do jornal *O Tempo*. Fonte: Ele voltará. *O Tempo*. Florianópolis, 25 ago. 1955.

inversamente ao que acontecia no noticiário nacional, era o PSD catarinense quem contestava o resultado das urnas. Gallotti perdera por 3.136 votos, uma desvantagem de 0,9% dos votantes. O discurso lembrava o dos derrotados em eleições anteriores: falava do uso ostensivo da máquina oficial, da compra de votos, da coerção por parte de policiais e funcionários públicos contra os opositores.⁵²² Em dezembro de 1955, o jornal *O Estado* comunicava que o PSD entrara com processo junto ao Tribunal Regional Eleitoral pedindo eleições suplementares para governador, tendo em vista as “graves irregularidades” no pleito.⁵²³

A diferença de 169 votos, ou seja, 0,05% a favor do trabalhista José de Miranda Ramos, fez com que o TRE-SC decidisse por novas eleições para vice-governador. Isso porque a quantidade de votos nas seções anuladas era maior do que a diferença, o que, como já dito anteriormente, dava margem para que os resultados fossem outros. O PTB manifestava-se favoravelmente ao novo pleito, desde que as eleições fossem exclusivamente nas seções anuladas e incorporando os 9.409 eleitores que deixaram de ser distribuídos nas diversas cidades do estado.⁵²⁴ Em agosto de 1956 houve a nova eleição. Dessa vez, Heriberto Hulse venceu, com uma diferença de 552 votos, ou 0,16%.⁵²⁵

A vitória de Jorge Lacerda foi construída, sobretudo, no interior do estado e nas cidades menores. Em 1955, Santa Catarina tinha doze municípios com mais de dez mil eleitores, sendo que Lacerda venceu em apenas quatro deles (Blumenau, Brusque, Joinville e Joaçaba). Gallotti venceu nos quatro maiores colégios eleitorais (Florianópolis, Lages, Itajaí e Tubarão, respectivamente) e, se contabilizados apenas os votos das cidades com mais de dez mil eleitores, o candidato pessedista se elegeria com uma margem de 2.695

⁵²² Dia após o encerramento do pleito, quando das primeiras cidades apuradas, o jornal do PSD já manifestava preocupação com uma possível derrota, produto, dizia, da manipulação dos recursos públicos em favor da coação dos eleitores: “De fato, delegados politiquieiros, que até participavam e discursavam em comícios da Frente Democrática, só foram afastados dos cargos pela presença das Forças Federais ou por atos de energia dos Juízes Eleitorais. (...) O derrame de dinheiro, nos últimos dias, nos municípios cuja tendência oposicionista era conhecida, é um capítulo triste e imoral, de que nos ocuparemos com mais vagar”. Fonte: Triste fim de um governo. *O Estado*. Florianópolis, 06 out. 1955. Em outra reportagem: “... as arbitrariedades de delegados violentos, escolhidos para intimidar o eleitorado nos colégios oposicionistas; o uso de bens, repartições e dinheiros públicos em benefício dos candidatos palacianos – tudo isso, em índices e volumes alarmantes, roubou às urnas o direito de exprimirem a soberania popular”. Fonte: Cinismo. *O Estado*. Florianópolis, 11 out. 1955.

⁵²³ Graves irregularidades nas eleições de Santa Catarina. *O Estado*. Florianópolis, 07 dez. 1955.

⁵²⁴ Íntegra da petição do PTB ao Tribunal Eleitoral. *O Estado*. Florianópolis, 08 dez. 1955.

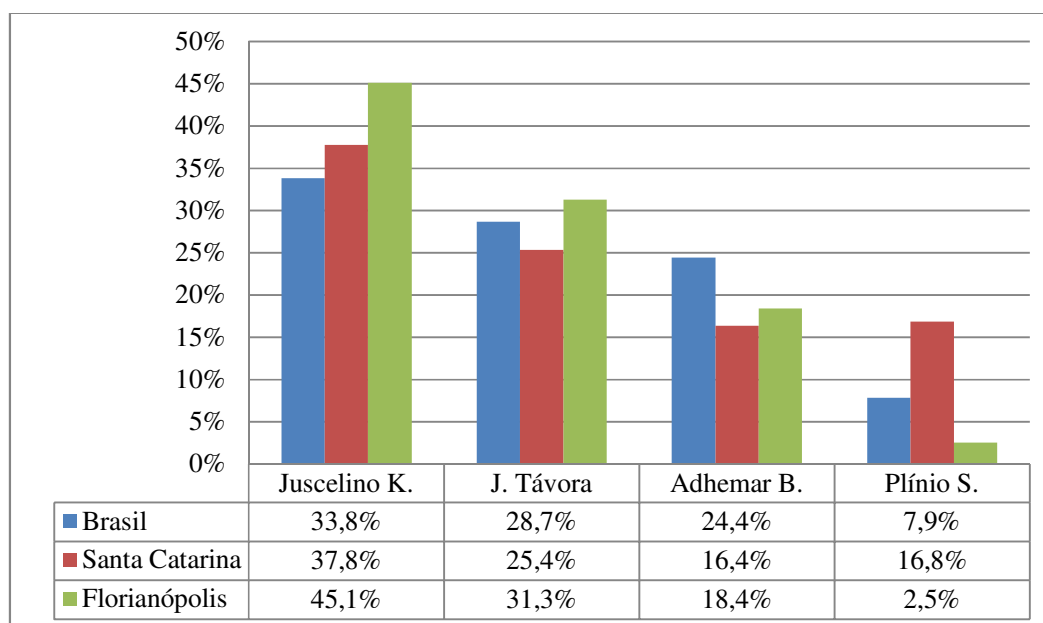
⁵²⁵ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resenha eleitoral*: nova série. Florianópolis: TRESC, 2001.

votos, quer dizer, com vantagem de 1,9% . Uma margem estreita, mas mais do que o dobro da vantagem de Lacerda no estado (0,9%).⁵²⁶ Ou seja, os doze maiores colégios eleitorais, que compreendiam cerca de 40% do eleitorado, elegeram o candidato pessedista. O governador eleito obteve a vantagem final nos outros 54 municípios, o que nos leva a dois apontamentos: o PSD, enquanto partido cuja máquina eleitoral se concentrava no interior, não conseguiu eleger seu candidato justamente nessa área; o uso intensivo do aparato governamental pelos udenistas, principalmente nas menores cidades, foi decisivo para sua vitória. Supõe-se, portanto, que, mesmo um partido organizado no interior, como o PSD, dependia do acesso à esfera administrativa do executivo, nacional ou estadual, para azeitar sua máquina. Não foram apenas os cinco anos longe do governo estadual que o prejudicou. A nova divisão dos cargos federais imposta por Café Filho, colocando diversos udenistas nos gabinetes ministeriais, também foi decisiva.

Em Florianópolis, maior colégio eleitoral do estado, a aliança PSD-PTB logrou êxito. Para todos os cargos, os candidatos da AST venceram com margens superiores à porcentagem estadual ou nacional. Apesar da intensa propaganda anticomunista em torno do apoio explícito dos vermelhos às chapas Juscelino-Jango e Gallotti-Miranda Ramos, a vitória dos aliancistas na capital foi arrebatadora, como sugere o gráfico abaixo:

⁵²⁶ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Mapa geral por município do pleito de 3 de outubro de 1955*. Arquivo do TRE-SC. Doc 50 GF.

Gráfico 5:
Votação para a Presidência da República do Brasil em 1955



Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Mapa geral por município do pleito de 3 de outubro de 1955*. Arquivo do TRE-SC. Doc 50 GF.

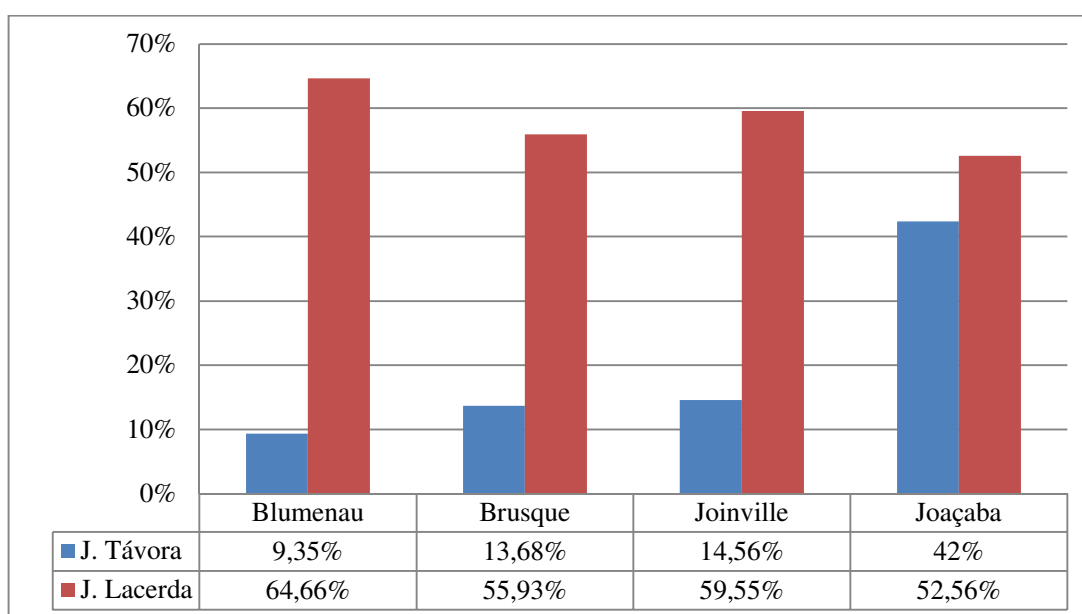
Em Florianópolis, JK obteve 45,1% dos votos, muito acima de sua votação nacional e estadual. Merecem destaque também as votações de Juarez Távora e Plínio Salgado. Este, muito abaixo e aquele com votação acima dos percentuais estaduais e nacionais. Plínio Salgado também se destaca ao obter a terceira votação no estado, ficando à frente de Adhemar de Barros. O candidato perrepista obteve expressiva votação no Vale do Itajaí e no norte do estado, principalmente nas cidades de Blumenau, Joinville e Brusque (27,6%, 24,5% e 41%, respectivamente). Essa região foi decisiva para a baixa votação de Juarez Távora em Santa Catarina. O candidato udenista foi o menos votado em Blumenau e Joinville e fez apenas 9 votos a mais do que Adhemar de Barros em Brusque, ficando em terceiro.⁵²⁷ As estratégias de campanha para o governo do estado certamente influenciaram para a obtenção de tais resultados.

Ao analisar comparativamente, veremos que nos três municípios onde Juarez obteve baixa votação, Jorge Lacerda venceu. Apenas em Joaçaba a boa votação de candidato ao

⁵²⁷ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Mapa geral por município do pleito de 3 de outubro de 1955*. Arquivo do TRE-SC. Doc 50 GF.

governo alinha-se à do candidato udenista. Como exposto, o processo que envolveu a construção da candidatura de Jorge Lacerda, associado aos partidos menores e, conseqüentemente, com rusgas entre caciques da UDN catarinense, gerou uma estratégia de campanha que cortejava mais de um presidenciável. Isso nos leva a crer que houve certa “cristianização” do candidato udenista nas cidades onde as campanhas de Adhemar e Plínio demonstravam maior pujança.

Gráfico 6:
Votação para deputado de Santa Catarina em 1955



Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Mapa geral por município do pleito de 3 de outubro de 1955.* Arquivo do TRE-SC. Doc 50 GF.

De modo inverso ao que aconteceu nas cidades listadas no gráfico, na capital, Jorge Lacerda teve uma votação abaixo de sua média estadual. Francisco Gallotti e José de Miranda Ramos obtiveram 55,2% e 54,9% dos votos, respectivamente. Em virtude da indisponibilidade dos mapas eleitorais por seção, é perigoso fazer ilações sobre o perfil dos eleitores que sufragaram os candidatos da AST em Florianópolis. O que é possível destacar com certa segurança é que no Estreito, bairro localizado no continente e com grande presença de trabalhadores urbanos, os candidatos da coligação venceram em todas as vinte

urnas.⁵²⁸ O fato é que, mesmo com três jornais da capital vinculando-os ao comunismo, sendo dois deles diários, os candidatos da Aliança Social Trabalhista venceram as eleições em Florianópolis. Em suma, o discurso anticomunista não teve a ressonância esperada entre os eleitores da maior cidade do estado.

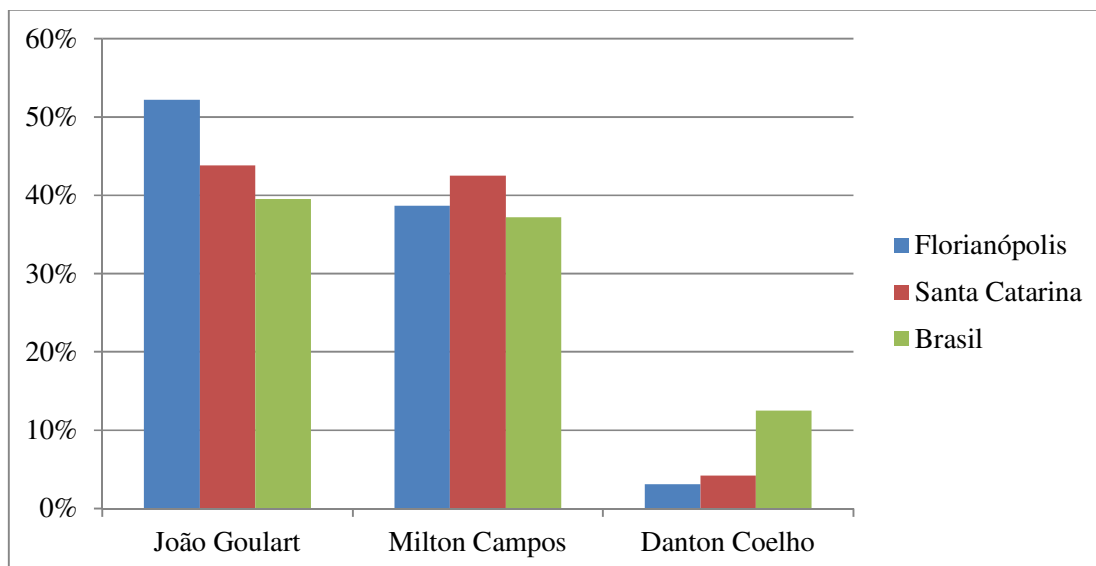
Tabela 3:
Resultados da Eleição de 1955 em Florianópolis, em Santa Catarina e no Brasil

Vice-Presidente	João Goulart	Milton Campos	Danton Coelho
Brasil	39,5%	37,2%	12,5%
SC	43,8%	42,5%	4,2%
Florianópolis	52,2%	38,7%	3,1%
Governador	Francisco Gallotti	Jorge Lacerda	-----
SC	48,2%	49,1%	-----
Florianópolis	55,2%	43,4%	-----
Vice-Governador	José M. Ramos	Heriberto Hulse	-----
SC	48,4%	48,3%	-----
Florianópolis	54,9%	43,4%	-----

Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Mapa geral por município do pleito de 3 de outubro de 1955*. Arquivo do TRE-SC. Doc 50 GF; TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resenha eleitoral: nova série*. Florianópolis: TRESC, 2001. p. 32, 78.

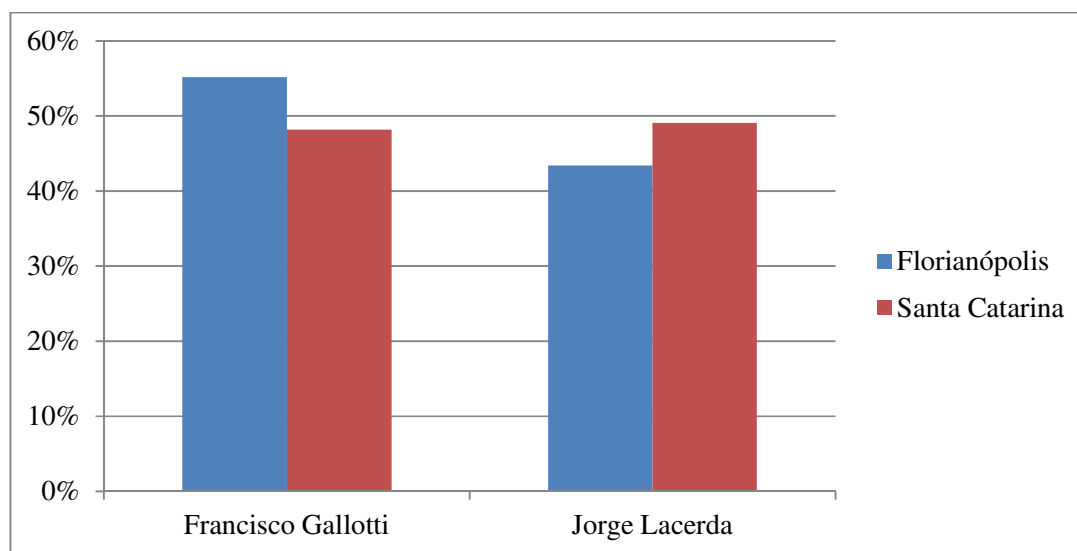
⁵²⁸ 20x0. *O Estado*. Florianópolis, 13 out.1955.

Gráfico 7:
Resultado da Eleição de 1955 para Vice-Presidente do Brasil



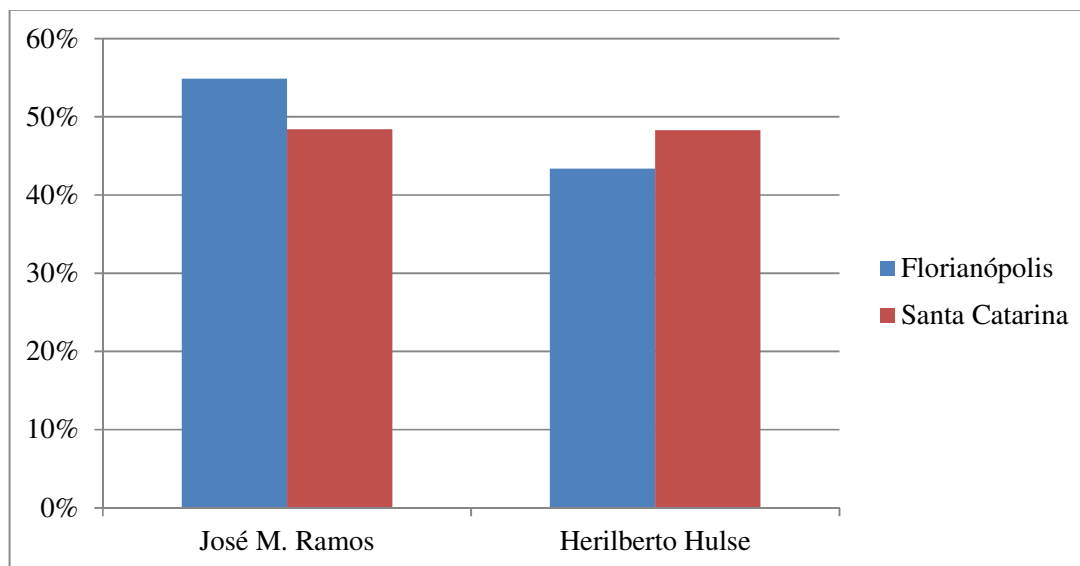
Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Mapa geral por município do pleito de 3 de outubro de 1955*. Arquivo do TRE-SC. Doc 50 GF; TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resenha eleitoral: nova série*. Florianópolis: TRES-SC, 2001. p. 32.

Gráfico 8:
Resultado da eleição de 1955 para Governador de Santa Catarina



Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Mapa geral por município do pleito de 3 de outubro de 1955*. Arquivo do TRE-SC. Doc 50 GF; TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resenha eleitoral: nova série*. Florianópolis: TRES-SC, 2001. p. 78.

Gráfico 9:
Resultado da Eleição de 1955 para Vice-Governador de Santa Catarina



Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Mapa geral por município do pleito de 3 de outubro de 1955*. Arquivo do TRE-SC. Doc 50 GF; TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resenha eleitoral: nova série*. Florianópolis: TRESC, 2001. p. 78.

Parte da explicação parece estar relacionada às mudanças pelas quais a cidade passava. Havia planos para o futuro e projetos de desenvolvimento em disputa. A campanha de Juscelino amplificou o discurso desenvolvimentista, propondo cinquenta anos de modernização em cinco de governo. Enquanto isso, a aplicação do Plano Diretor de Florianópolis, elaborado por arquitetos e urbanistas em 1952, era debatida. Vislumbrava-se uma cidade moderna, mas tal empreendimento dependia da transformação de certas condições econômicas e sociais que atravancavam o “progresso”.⁵²⁹ O ponto fundamental dos urbanistas era que a capital de Santa Catarina era economicamente fraca, com baixa arrecadação e uma população pobre. Não havia uma atividade industrial capaz de mudar seu panorama urbano.

⁵²⁹ Para uma discussão bem fundamentada sobre os muitos projetos de desenvolvimento em disputa nos anos 1950 e 1960, ver o trabalho seminal de Reinaldo Lohn: LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana Florianópolis, 1950 a 1970*. Porto Alegre, 2002. 442 f. Tese (doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Edvaldo Paiva, Demétrio Ribeiro e Edgar Graeff, os autores do Plano Diretor de 1952, defendiam a construção de um porto na parte continental da cidade.⁵³⁰ A partir dele se desenvolveriam todas as demais atividades econômicas, como o turismo, o comércio e a cidade universitária. Todavia, preocupava o baixo padrão de vida das classes populares, habitantes de “núcleos de malocas na periferia do Centro urbano”. Da mesma forma como acontecia em grandes cidades, aqueles “aldeamentos primitivos” seriam “a mais viva expressão urbanística de nosso atraso econômico.”⁵³¹

E eram justamente os moradores dos “aldeamentos primitivos” que começavam a aparecer na cena pública. As orientações das campanhas políticas e o aumento da oferta de periódicos, cujas pautas gravitavam em torno das questões cotidianas da urbe, são indicadores de que havia mudanças sendo engendradas. Em 1952, mesmo ano de elaboração do Plano Diretor, surgiram *A Verdade* e *O Tempo*.⁵³² Três anos depois, nasceu *A Semana*, do “nacionalista” Juvenal Melchíades de Souza. Apesar das diferentes orientações políticas, os três abriam espaço para reclamações e demandas urbanas, que passavam a ser cada vez mais frequentes em periódicos.

No início de 1955, a *Associação Contra a Carestia* organizou um comício contra o aumento da carne verde. Mal o prefeito Osmar Cunha tinha tomado posse e já se via em meio a uma manifestação popular que contou com cinco mil pessoas, de acordo com a estimativa otimista do jornalista de *A Verdade*. Entre os oradores, representantes de associações de bairro, como o Morro do Céu, jornalistas e políticos. J. J. Barreto chamou o prefeito do PSD de “demagogo, vulgar e mentiroso”. Falaram ainda os vereadores Gercino

⁵³⁰ De acordo com Reinaldo Lohn, Edvaldo Paiva, em 1959, chefiaria a equipe que formulou o Plano Diretor de Porto Alegre, na gestão de Leonel Brizola. Em 1963, presidiu a Comissão de Reforma Agrária do Palácio do Planalto durante o governo de João Goulart. Defendia “o urbanismo como ferramenta de transformação social, o que o levaria a deixar o país e estabelecer-se em Montevidéu durante a ditadura militar, até sua morte em 1981”. Demétrio Ribeiro também foi atingido pelo regime militar, afastado da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul durante a vigência da ditadura. Ver: Lohn, Reinaldo Lindolfo Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950). *Revista Brasileira de História*, 2007, vol. 27, n. 53. p. 310.

⁵³¹ O Plano Diretor de Florianópolis foi encontrado em uma estante comum da Biblioteca Pública da Universidade Federal de Santa Catarina. Apesar de não haver nenhuma restrição para fotocopiar o livro na época, seu estado delicado exige atualmente cuidadoso manuseio e registro com máquina fotográfica. Faço esse registro na esperança que o documento possa ser armazenado em local condizente com sua importância. PAIVA, Edvaldo; RIBEIRO, Demétrio; GRAEFF, Edgar. *Florianópolis: Plano Diretor*. Prefeitura Municipal de Florianópolis, 1952. p. 12-16.

⁵³² O surgimento desses periódicos bem como as transformações na imprensa foram debatidos no capítulo anterior.

Silva (UDN), Carmelo Faraco (PDC) e Hélio Caldeira (PDC), cobrando do prefeito a promessa de não aumentar a carne.⁵³³

Meses depois, nova manifestação. Dessa vez, contra o aumento da passagem de ônibus. Melchíades de Souza fez um relato extasiado da manifestação de estudantes e trabalhadores: operários, comerciários, funcionários públicos e bancários. A greve foi deflagrada às dezoito horas do dia treze de maio e se estendeu até o dia catorze. Houve comícios em vários pontos da cidade. No ponto dos ônibus que levavam os trabalhadores para o continente, usaram a palavra o quintanista de Direito Alcebíades Cândido Pinheiro, o vereador comunista Genésio Leocádio da Cunha, um motorista de ônibus e o juiz José do Patrocínio Gallotti. A pressão popular fez com que os ônibus saíssem vazios, obrigando Osmar Cunha a colocar os caminhões da prefeitura à disposição para o transporte da “massa trabalhadora”. No dia quinze, a COAP voltou atrás e suspendeu o aumento das tarifas. O movimento foi definido pelo autor da reportagem como “a maior demonstração de todos os tempos em nossa Ilha”. E indicou que aquela não seria a última manifestação: “O povo compreende, agora, que UNIDO nada o detém”.⁵³⁴

As duas manifestações tinham características diferentes e foram noticiadas por órgãos de facções distintas. Na primeira, o periódico de Manoel de Menezes descreve menos o comício e para se dedicar mais ao ataque frontal ao prefeito recém-eleito. Na segunda, Melchíades de Souza ressalta o caráter popular da greve e destaca a atuação de conhecidos militantes comunistas. Além de Genésio Leocádio da Cunha, o juiz José do Patrocínio Gallotti também foi fichado pela DOPS por seu envolvimento com “atividades subversivas”. O futuro desembargador era descrito como promotor de “campanhas e conferências de cunho comunista”. Em sua ficha, consta que foi fundador do centro Catarinense de Estudo e Defesa do Petróleo, “defendeu em tese a doutrina marxista em concurso para a Faculdade de Direito”, em 1957, e foi signatário do livro para a legalização do PCB. Em 1964, foi preso e indiciado em Inquérito Policial Militar.⁵³⁵

⁵³³ O comício da fome. *A Verdade*. Florianópolis, 24 jan. 1955.

⁵³⁴ SOUZA, Juvenal Melchíades de. Ninguém pode contra o povo unido... ninguém. *A Semana*. Florianópolis, 23 mai. 1955.

⁵³⁵ DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA. *Lista de nomes que assinaram o abaixo-assinado para a volta do PCB à legalidade*. Divisão Central de Informações. Doc. 698, top. 80; Doc. n° 771e, top. 88.

Ao comparar a forma como as duas manifestações foram noticiadas e o destaque dado aos seus integrantes, fica claro que *A Semana* inclinava-se ao comunismo, destacando a força da mobilização popular e a liderança de figuras ligadas ao PCB. Enquanto na reportagem do semanário de Menezes o prefeito é duramente atacado, na de Melchíades de Souza a atitude de Osmar Cunha é elogiada. Abaixo das fotos da “greve geral”, as seguintes legendas: “assinalado pela seta o prefeito Osmar Cunha que se colocou ao lado do povo”, “o prefeito Osmar Cunha providencia o transporte do povo em caminhões da prefeitura”, “Osmar Cunha auxilia o transporte em veículos particulares”.⁵³⁶ Diante do reposicionamento das forças políticas após a morte de Vargas e as eleições de 1954, o texto do dono de *A Semana* indica que, se não todos, ao menos alguns destacados elementos comunistas da capital ajudaram a eleger e posteriormente apoiaram o prefeito da coligação PSD-PTB.

Em 1955, novo apoio comunista aos candidatos aliancistas e vitória na capital. Não parece ser mera coincidência que os vitoriosos em Florianópolis fossem aqueles apoiados por grupos inclinados à esquerda. Não necessariamente pela sua força decisiva – apesar de não poderem ser consideradas irrelevantes – mas principalmente porque as questões urbanas, do direito à cidade, ficavam cada vez mais presentes. Vencer a eleição implicava em dar legitimidade à luta por direitos. Não foi à toa que a UDN da capital, a despeito de toda a campanha anticomunista, divulgou um discurso nacionalista e em defesa dos direitos dos trabalhadores em um de seus jornais.⁵³⁷ Ou seja, para efeitos de campanha, a distância entre a pauta do Movimento Popular Nacional Trabalhista e a da UDN florianopolitana não foi tão grande assim.

A necessidade de conquistar os votos decisivos dos trabalhadores evidenciava a importância de se curvar às crescentes demandas dessa categoria. Dar visibilidade e considerá-las justas poderia gerar o reconhecimento político. Ao mesmo tempo, sinalizava que o protesto público e a reivindicação de direitos era o canal de acesso às melhorias

⁵³⁶ SOUZA, Juvenal Melchíades de. Ninguém pode contra o povo unido... ninguém. *A Semana*. Florianópolis, 23 mai. 1955.

⁵³⁷ Para tornar ainda mais claro, reproduzo novamente o trecho da reportagem anteriormente citado: “Com Juarez na presidência, o petróleo surgirá farto, extraído e beneficiado por brasileiros; o custo de vida se estabilizará, porque se combaterá a inflação em suas fontes verdadeiras; o trabalhador terá assegurado a participação nos lucros e o homem rural terá, pela primeira vez em nossa história, o seu código de direitos e deveres. Haverá trigo e transportes. Teremos divisas abundantes. E principalmente haverá paz e estabilidade. Que restará, pois, para a exploração comunista?”. Fonte: Gallotti e os comunistas. *A Gazeta*. Florianópolis, 01 out. 1955.

urbanas. À luz das greves e das crises políticas do cenário nacional, Florianópolis, timidamente, redefinia suas relações sociais.

3.2 – O “contragolpe preventivo” e o atentado no Morro do Cortado: tensões políticas nacionais e locais

O jornal *Diário da Tarde* fez questão de interpretar a vitória de Lacerda como produto do prestígio do governador. Irineu Bornhausen fora o “general da vitória”, o “grande condutor de um grande candidato”.⁵³⁸ Logo que deflagrados os resultados, o PTN, que apoiara o candidato udenista, promoveu uma reunião do governador eleito com parte dos trabalhadores de Florianópolis na sede da União Recreativa Beneficente Operária (UBRO).⁵³⁹ O governador, derrotado na capital, procurava construir uma estrutura de apoio para seus primeiros anos no executivo.

Na política nacional, mal acabara a apuração dando vitória à chapa Juscelino-Jango e já ganhava força a campanha contra a posse dos eleitos. Carlos Lacerda fizera todo tipo de denúncia para impedir o pleito, desde a acusação de que João Goulart teria um cabaré em São Borja até a polêmica Carta Brandi.⁵⁴⁰ O relatório final do Inquérito Policial Militar (IPM) atestando que a carta era “incontestavelmente falsa” fez com que os adversários de Carlos Lacerda o acusassem de conspirador e falsário. Se o cenário nacional distanciava a UDN catarinense do PTB, o golpe ou “contragolpe preventivo” articulado pelo ministro da Guerra Henrique Lott implodiu de vez qualquer esperança de reaproximação. A seção catarinense do “partido da eterna vigilância” assumiria o discurso do golpismo.

Carlos Lacerda argumentava que não poderia ser eleito um presidente que não conseguira maioria absoluta dos votos – de fato, aquela fora a eleição mais disputada para a

⁵³⁸ *Diário da Tarde*. Florianópolis, 15 out. 1955; *Diário da Tarde*. Florianópolis, 18 out. 1955.

⁵³⁹ Sr. Jorge Lacerda em mesa redonda com os trabalhadores da capital. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 19 out. 1955.

⁵⁴⁰ Dias antes da eleição presidencial de 1955, o jornal *Tribuna da Imprensa* publicou uma carta objetivando desestabilizar a candidatura de Juscelino Kubitschek e João Goulart. O episódio, conhecido como “Carta Brandi”, teve grande repercussão na imprensa nacional e municiou os opositores da coligação PSD-PTB. Carlos Lacerda afirmou ter recebido dos argentinos Malfussi e Cordero uma carta escrita pelo deputado também argentino Augusto Brandi. O documento acusava “um deputado” brasileiro de ter participado de transações secretas com o governo Perón, com o objetivo de montar uma coordenação sindical entre Brasil e Argentina, que seria sustentada por um grande negócio de venda de pinho a importadores argentinos. Este suposto deputado seria o petebista João Goulart, candidato a vice-presidente. Ver WILLIAM, Wagner. Op. cit. p. 88-90. Sobre a denúncia de que Jango seria dono de cabaré: MENDONÇA, Marina Gusmão. Op. cit. 172.

Presidência da República. A pequena diferença evidenciava que o presidente eleito não tinha apoio da maioria da população, não podendo, portanto, ser o presidente de todos os brasileiros. Para reforçar tal argumento, Lacerda dizia que a pequena diferença em favor de Juscelino se dera em virtude dos votos dos comunistas. Estes, por estarem na ilegalidade, deveriam ter seus votos anulados e, desta forma, o resultado eleitoral seria outro. A proposta era que os votos obtidos pelos comunistas em sua última eleição na legalidade fossem descontados de Juscelino e João Goulart.⁵⁴¹ O jornal *O Tempo* reverberou o discurso, publicando artigos do dono da *Tribuna da Imprensa* e de Amaral Neto, presidente do Clube da Lanterna.⁵⁴²

A acusação de Lacerda não seria amparada legalmente. A lei eleitoral não cassava o direito de voto dos comunistas, que também eram obrigados a votar. Ademais, não teria como saber se todos aqueles que sufragaram os comunistas na legalidade apoiaram de fato os candidatos vencedores. O argumento da maioria absoluta também confrontava a lei. Em 1950, Vargas elegera-se e fora diplomado sem ter conquistado mais de 50% dos votos. Como não fora feita nenhuma modificação na legislação eleitoral neste sentido, a posse de Vargas em tais circunstâncias legitimara que o presidente poderia ser eleito por maioria simples.

Nos bastidores do poder, as articulações políticas se intensificavam na medida em que se aproximava a data da posse dos eleitos. Presidente após o suicídio de Vargas, Café Filho passava por graves problemas de saúde. Para aqueles que defendiam um golpe que impedisse Juscelino e Jango de assumir a presidência, o afastamento de Café, empossando Carlos Luz, presidente da Câmara, seria o primeiro passo para resguardar a “moralidade” do país. No entanto, havia um entrave, o ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott.

Em 11 de novembro de 1955, quando o presidente Carlos Luz demitiu o ministro da Guerra, os militares ligados ao MMC (Movimento Militar Constitucionalista) realizaram o que seria chamado de “contragolpe preventivo”: um conjunto de ações que afastou Carlos Luz da presidência, empossou Nereu Ramos, presidente do Senado, e manteve o país em

⁵⁴¹ Artigo de Carlos Lacerda escrito no jornal *Tribuna da Imprensa*, do Rio de Janeiro, e publicado no jornal *O Tempo*, de Florianópolis. LACERDA, Carlos. Não voltará ao poder quem degradou o país. *O Tempo*, Florianópolis, 30 de outubro de 1955.

⁵⁴² NETO, Amaral. Deve o povo resistir à posse de Juscelino. *O Tempo*, Florianópolis, 30 de outubro de 1955; O “mar de lama” não voltará. *O Tempo*, Florianópolis, 30 de outubro de 1955.

estado de sítio até a posse dos eleitos Juscelino Kubitschek e João Goulart. Um dos grandes articuladores desse movimento foi justamente o general Lott, que, dias depois, definiria o golpe da seguinte forma: “relutei em defender a legalidade com uma ação ilegal”.⁵⁴³

Os jornais florianopolitanos repercutiram a ação militar cada qual a seu modo. No final de 1955, *O Tempo*, que reproduzia parte das acusações de Carlos Lacerda, passou a ter periodicidade mensal. Após fazer intensa campanha contra a posse dos eleitos, na edição do final de novembro, apenas lamentou o “contragolpe preventivo”.⁵⁴⁴ O jornal de Jairo Callado, *A Gazeta*, foi cuidadoso. Noticiou as divergências entre os militares com relação à punição do coronel Jurandyr de Bizarria Mamede.⁵⁴⁵ Nas edições seguintes, tentou informar sobre os eventos ocorridos no Rio de Janeiro: o impedimento de Carlos Luz, a movimentação das tropas e tanques, a fuga de militares e Luz a bordo do cruzador Tamandaré e os tiros disparados pelos fortes de Copacabana e Duque de Caxias.⁵⁴⁶ Apesar de mostrar-se favorável à UDN no pleito estadual, *A Gazeta* abriu espaço tanto as versões favoráveis quanto às contrárias ao “contragolpe”.⁵⁴⁷ O jornal de esquerda *A Semana* não foi veiculado nesse período e durante todo o ano de 1956. No ano seguinte, seu proprietário justificou a interrupção por encontrar-se no Rio de Janeiro.⁵⁴⁸

Enquanto o governador Irineu Bornhausen lançava nota à imprensa informando que reinava “a mais absoluta calma em todo o estado”, o jornal de Aderbal Ramos da Silva, *O Estado*, elogiava a ação do ministro da Guerra e, como não poderia deixar de ser, exaltava o novo presidente da República, Nereu Ramos. Paradoxalmente, o líder do PSD catarinense, um dos dissidentes do partido contra a candidatura de JK, assumia o poder encarregado de

⁵⁴³ Lott: “relutei em defender a legalidade com uma ação ilegal”. *A Gazeta*, Florianópolis, 17 de novembro de 1955.

⁵⁴⁴ *O Tempo*. Florianópolis, 30 nov. 1955

⁵⁴⁵ O motivo foi o discurso pronunciado pelo coronel no enterro do General Canrobert Pereira da Costa, presidente do Clube Militar. Mamede contrariou as ordens do Presidente da República e fez um discurso político, falando sobre o voto dos analfabetos e invocando a tese da maioria absoluta na eleição presidencial – retomando o discurso dos contrários à posse. Lott exigiu sua punição, gerando desavenças entre setores das forças armadas. Fonte: Divergência entre chefes militares. *A Gazeta*. Florianópolis, 09 nov. 1955; Previsto graves acontecimentos. *A Gazeta*. Florianópolis, 09 nov. 1955.

⁵⁴⁶ A bordo de um navio de guerra o Sr. Carlos Luz. *A Gazeta*. Florianópolis, 12 nov. 1955; Os acontecimentos do movimento. *A Gazeta*. Florianópolis, 13 nov. 1955; A noite dramática de 10 de novembro. *A Gazeta*. Florianópolis, 15 nov. 1955.

⁵⁴⁷ Lott: “relutei em defender a legalidade com uma ação ilegal”. *A Gazeta*, Florianópolis, 17 de novembro de 1955; Fala a grande vítima do “contragolpe preventivo”. *A Gazeta*, Florianópolis, 17 de novembro de 1955; Mais uma versão do “contragolpe preventivo”. *A Gazeta*, Florianópolis, 17 de novembro de 1955; Como “tribuna da imprensa” noticiou o aniversário de Lott. *A Gazeta*, Florianópolis, 19 de novembro de 1955; Café tenta reassumir. *A Gazeta*, Florianópolis, 23 de novembro de 1955.

⁵⁴⁸ SOUZA, Juvenal Melchíades de. Ao povo. *A Semana*. Florianópolis, 3 jul. 1956.

garantir a posse dos eleitos. Para o jornal do PSD local, o nome de Nereu “inspirou confiança à nação” e estaria apto para “levar a família brasileira à paz e ao desarmamento dos espíritos”. Estava claro, fora evitado um golpe, que “mergulharia o país na ilegalidade e na ditadura”.⁵⁴⁹

As manobras de 11 e 21 de novembro, destituindo Carlos Luz e impedindo Café Filho de retornar à presidência, respectivamente, foram um importante ponto de inflexão na postura da UDN catarinense. Até meados de 1955, o partido de Irineu Bornhausen procurou fazer um jogo ambíguo, sem aderir aos discursos coléricos da ala lacerdista. Entretanto, os debates pela sucessão presidencial e contra a posse dos eleitos tornaram inviável a coluna do meio. O sucesso do “contragolpe preventivo” significou alçar ao posto máximo da nação o arqui-inimigo histórico: Nereu Ramos. Era lógica a reação.

O diário de Adolfo Konder repudiou a manobra, taxando-a de “golpe”.⁵⁵⁰ Após o fato consumado, restou à seção catarinense enviar um cabograma ao diretório nacional a fim de manifestar sua disposição em lutar “pela preservação das garantias constitucionais e autênticas da legalidade, mantendo-se em oposição ao atual e ilegítimo governo”.⁵⁵¹ Encerrava-se o bordejo, a UDN catarinense navegaria, claro, à direita.

O periódico de Menezes fez ouvidos moucos em relação ao “contragolpe”. No fim de 1955, *A Verdade* dedicou-se a explorar o atentado que quase pôs fim à vida de seu mantenedor. No extenso relato de Menezes, o episódio aconteceu quando vinha de Curitiba em direção a Florianópolis com sua mulher, Brasília de Menezes, e seus três filhos, Kátia, Mirela e Cláudio. Na altura do Morro do Cortado, cinco homens pararam o carro e começaram a agredir o jornalista. Em meio ao choro da família, sentiu o corte na orelha e a seguinte frase: “Vamos matá-lo aos pouquinhos para que ele vá se lembrando das reportagens que tem escrito!”. Segundo o jornalista, a morte seria consumada se não fosse a

⁵⁴⁹ “Lott confirmou: fidelidade das Forças Armadas à Constituição. Nereu comanda a situação nacional. Grande catarinense, apoiado pela Câmara, Senado e as Forças Armadas, foi conduzido à presidência da República, mantendo, com a sua austeridade, a ordem, a lei e o bem estar da nação brasileira.” Fonte: *O Estado*. Florianópolis, 12 nov. 1955; Tranquilo. *O Estado*. Florianópolis, 13 nov. 1955; Como foi evitado o golpe. *O Estado*. Florianópolis, 15 nov. 1955; Para a história do 10 de nov. de 1955. *O Estado*. Florianópolis, 17 nov. 1955;

O momento nacional. *O Estado*. Florianópolis, 23 nov. 1955.

⁵⁵⁰ Salve a bandeira do Brasil. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 19 nov. 1955; O país deve retornar à legalidade. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 19 nov. 1955; Considerou Carlos Lacerda as eleições fraudulentas. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 22 nov. 1955.

⁵⁵¹ Da UDN de Santa Catarina à UDN nacional. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 28 nov. 1955.

chegada de um ônibus de linha que parou para ver o que estava acontecendo e assustou os assassinos.⁵⁵²

Figura 4:
Capa do jornal A verdade que cobria a agressão sofrida por Manoel de Menezes



Fonte: *A verdade*, Florianópolis, 05 dez. 1955.

Nas edições seguintes, Menezes tratou de destacar a agressão e pedir punição aos culpados. Segundo ele, seriam quatro irmãos: Henrique, Oto, Arquimedes e Geraldo Dauer. No entanto, eles não teriam sequer sido chamados para depor, o que denotava a inoperância da justiça. Para o dono de *A Verdade*, os bandidos eram protegidos do judiciário de Itajaí e já contavam com um *habeas corpus* impetrado pelo advogado José Medeiros Vieira. Em

⁵⁵² MENEZES, Manoel de. Vi a morte de perto. *A Verdade*. Florianópolis, 05 dez. 1955.

tom polêmico, Menezes questionava a impunidade: “Será que tudo está acontecendo por eu ter feito a última campanha ao lado da UDN?”. O próprio jornalista respondia dizendo que não acreditava em retaliação política.⁵⁵³

As fontes disponíveis não fornecem uma resposta clara. O que ficou evidente foi a exploração do acontecimento pela vítima. As últimas edições do ano mostravam fotos de Menezes no leito da Clínica São Sebastião, com o rosto marcado e as roupas ensanguentadas, como podemos constatar na imagem reproduzida. Além das cicatrizes e das lembranças traumáticas, o atentado contra a vida do jornalista gerou dividendos ao periódico. Na última edição de 1955, *A Verdade* saiu com cerca de trinta páginas, grande parte delas com anúncios. O periódico consolidava-se como um sucesso de vendas. A partir de agosto de 1956, passou a ser publicado diariamente.

Juscelino inaugurava sua gestão sob o signo da desconfiança. Logo na segunda semana de governo, teve de administrar um levante militar. Um grupo de oficiais da Aeronáutica partiu da Base Aérea dos Afonsos, no Rio de Janeiro, com destino à Base de Jacareacanga, no Pará, onde articulariam um movimento para depô-lo. A insurreição teve grande adesão dos pilotos da Aeronáutica, catorze foram presos por se negarem a voar na “Operação Taco” – a retomada de Jacareacanga. O levante foi debelado com a ação conjunta das Forças Armadas fiéis ao governo, mas mostrou que ainda havia resquícios dos derrotados de novembro de 1955. Recém-completado um mês de gestão, JK enviou ao Congresso um projeto de lei que concedia anistia aos envolvidos nos movimentos no período que se estendia de 10 de novembro de 1955 a 1º de março de 1956.⁵⁵⁴ Com uma canetada, o presidente sinalizava para o apaziguamento das tensões entre os militares, aquele não seria, no entanto, o último levante contra sua administração.

O jornal *O Tempo*, que fazia coro à oposição nacional, interpretou a anistia como uma manobra governista para ocultar a ilegalidade provocada em novembro de 1955. Ardil de um presidente para inocentar o seu ministro da Guerra, tal qual um “gangster” que, em seu enterro, diz perdoar todos que o fizeram mal, “esquecendo que só ele ofendera e o

⁵⁵³ MENEZES FILHO, Hermínio de. Os sicários do Morro do Cortado. *A Verdade*. Florianópolis, 05 dez. 1955; O delegado fugiu. *A Verdade*. Florianópolis, 12 dez. 1955; MENEZES, Manoel de. Onde está a justiça. *A Verdade*. Florianópolis, 20 dez. 1955.

⁵⁵⁴ WILLIAM, Wagner. Op. cit. p. 182.

perdão vinha com sinal trocado”.⁵⁵⁵ Mais do que qualquer outro periódico de Florianópolis, o jornal de Barreto dedicou parte considerável de sua pauta para criticar Lott e Juscelino, reforçando a ilegitimidade do governo e suas supostas relações com os comunistas.⁵⁵⁶

Ainda que em face desse cenário agitado, o que mais movimentava as questões jornalísticas na cidade não eram os acontecimentos nacionais. O sucesso de *A Verdade* dava-se justamente por contrariar a grande política e atentar para as questões locais. Ideologicamente distintos, mas com proposta similar, surgiu o jornal *A Semana*. Posteriormente, em julho de 1956, um grupo de udenistas lançou o jornal *Resistência*. Menezes parabenizou seus proprietários, os deputados Paulo Konder Bornhausen, Volney Colaço de Oliveira e Ruy Hulse, pelo nascimento do jornal, mas ressaltou que o mercado editorial da capital estava sobrecarregado de jornais, o que aumentaria as dificuldades para conseguirem verbas publicitárias.⁵⁵⁷ Em sua autobiografia, Paulo Konder Bornhausen afirma que a criação de *Resistência* tinha um principal objetivo: ser um veículo de informação udenista com vistas à eleição para o Senado de 1958. O grupo queria a candidatura de Irineu Bornhausen e vislumbrava o periódico como um espaço de promoção do ex-governador, tanto nas disputas internas quanto na campanha eleitoral. De acordo com Paulo K. Bornhausen, tão logo findo o processo eleitoral de 1958 e garantida a vitória de Irineu ao Senado, extinguiu-se o jornal.⁵⁵⁸

Passavam a circular em Florianópolis oito jornais, diários ou semanais.⁵⁵⁹ Ao menos cinco (*A Gazeta*, *Diário da Tarde*, *O Tempo*, *A Verdade* e *Resistência*) davam apoio ao governador Jorge Lacerda. Mesmo Menezes, cujo posicionamento político era incerto, ajudou a eleger o governador e demonstrou apoio à sua administração. O único jornal

⁵⁵⁵ A anistia e o perpétuo silêncio. *O Tempo*. Florianópolis, 31 mar. 1956.

⁵⁵⁶ Autêntico golpe militar para a volta dos gregórios. *O Tempo*. Florianópolis, 31 mar. 1956; A origem da indisciplina. *O Tempo*. Florianópolis, 31 mar. 1956; Governo ilegítimo. *O Tempo*. Florianópolis, 31 mar. 1956; Lott e os comunistas. *O Tempo*. Florianópolis, 31 mar. 1956; Lott quis aniquilar quase toda a marinha do Brasil. *O Tempo*. Florianópolis, 30 abr. 1956.

⁵⁵⁷ Vamos entrar na luta. *A Verdade*. Florianópolis, 30 jul. 1956.

⁵⁵⁸ BORNHAUSEN, Paulo Konder. *Retrato político de uma época (1947-1960)*. Florianópolis: Insular, 1999. p. 219, 220.

⁵⁵⁹ Seriam os seguintes: *A Gazeta*, *O Estado*, *Diário da Tarde*, *A Verdade*, *O Tempo*, *A Semana*, *Resistência* e *Independente*. Os dois últimos foram lançados em 1956. O jornal *Independente* era produzido por Wilson Guarany Vieira e Dalmir Franklin Oliveira e circulava no bairro do Estreito. Lamentavelmente, não há exemplares do *Independente* disponíveis para consulta na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Para o ano de 1956, há apenas exemplares dos jornais *A Gazeta*, *O Estado*, *Diário da Tarde*, *A Verdade*, *O Tempo* e *Resistência*.

puramente de oposição era *O Estado*, o qual, entre uma notícia internacional e outra, funcionava como uma espécie de folha de notícias pessedistas.

3.3 – Imprensa, poder público e assistencialismo: acusações e bordejos em Florianópolis no final dos anos 1950⁵⁶⁰

A preocupação de Menezes com as verbas publicitárias parece fazer sentido, afinal, a maior parte da atividade econômica da cidade era proveniente dos órgãos estatais. Na medida em que aumentavam os impressos alinhados ao governo, a tendência era que diminuísse o volume das verbas destinadas à propaganda em cada jornal. Restava ao periódico oposicionista buscar apoio da prefeitura do PSD e do empresariado local – a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), o SESC-SENAC e a Federação do Comércio eram administradas por notórios pessedistas – Celso Ramos, Flávio Ferrari e Charles Edgard Moritz, respectivamente.⁵⁶¹

O caso mais flagrante de corrida pela verba pública foi a mudança de posicionamento do jornal *A Gazeta* após a vitória da UDN, em 1950. O proprietário, Jairo Callado, chegou a ser vereador pelo PSD, eleito em 1947, e candidato a deputado estadual, em 1950. Com a vitória de Irineu Bornhausen para o governo do estado, o jornal tornou-se um dos canais de informação dos situacionistas. A mudança de posição foi criticada e gerou um intenso debate entre dois conhecidos jornalistas: Rubens de Arruda Ramos, sobrinho de Nereu Ramos e diretor de *O Estado*, e Martinho Callado Júnior, irmão mais velho de Jairo Callado e diretor de redação de *A Gazeta*.

A querela iniciou quando *O Estado* publicou um artigo acusando *A Gazeta* de mudar de lado após a vitória udenista. Em resposta, o editorialista ressaltava as perseguições infringidas pela “ditadura pessedista” enquanto estava no poder. Uma das

⁵⁶⁰ De acordo com o dicionário, um dos significados do verbo “bordejar” é “navegar em ziguezague, à vela, recebendo vento ora por um bordo, ora por outro”. Procurei empregar o substantivo “bordejo” para ilustrar as mudanças de posição e “infidelidades” nas ações de trabalhadores e políticos. A ideia de empregar o termo foi inspirada pela leitura do livro de Sidney Chalhoub, sobretudo o capítulo 4. Ver: CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Cia das Letras, 2003. p. 139-155.

⁵⁶¹ Os jornais *Resistência* e *A Verdade* denunciaram fraudes no SESC e no SENAI e criticaram a perpetuação de pessedistas nestes órgãos. Segundo os periódicos, a derrota nas eleições era compensada com o controle das entidades de representação patronal. Fonte: Roubo no SESC e SENAI desta capital. *A Verdade*. Florianópolis, 19 mar. 1956; SESI e SESC sinônimos de mamata. *Resistência*. Florianópolis, 20 ago. 1956; Nereu e as sinecuras. *Resistência*. Florianópolis, 27 ago. 1956.

vítimas foi Martinho Callado Júnior, um dos principais nomes do PDC catarinense, exilado em São Paulo. Entretanto, reclamava o jornal, os anos de dedicação ao pessedismo não renderam os dividendos merecidos: “A *Gazeta* foi inteiramente abandonada pelos que lhe sugaram o sangue durante tanto tempo”. A crítica era dirigida ao favorecimento do jornal *O Estado*, que recebera uma linotipo nova, “com muito, muito menos serviços prestados à causa”. Com o retorno de Martinho – que apoiou Irineu Bornhausen para o governo –, *A Gazeta* decidiu pela linha de “independência”, o que provocou “sanções econômicas” dos líderes pessedistas – recusa de anúncios e publicidade comercial.⁵⁶²

O jornal ainda criticou um suposto boicote do PSD a Jairo Callado na eleição de 1950. Dizia que os cabos eleitorais trocavam as cédulas do candidato no Estreito, seu nicho eleitoral, pelas de outros do mesmo partido, mas ligados a Aderbal Ramos da Silva.⁵⁶³ A resposta não tardou. *O Estado* rebateu a acusação, afirmando que, na época, Callado mostrara seu ceticismo quanto a um resultado favorável, mas candidatara-se enquanto “soldado do partido”. Quanto à influência de Aderbal, o ex-governador não conseguira eleger Rubens de Arruda Ramos, em 1946, e, em 1954, seu cunhado, Adalberto Tolentino de Carvalho. Seria, portanto, “miséria cerebral” atribuir o fracasso de Jairo Callado ao PSD.⁵⁶⁴

A discussão política acabou se tornando desavença pessoal. *O Estado* publicou um artigo, não assinado, em que afirmava que Martinho Callado Júnior não seria nem democrata nem cristão. A explicação era que o diretor de *A Gazeta* fizera campanha de baixo nível ao veicular Francisco Gallotti aos comunistas, em 1955.⁵⁶⁵ Em resposta, Martinho publicou uma série de impropérios contra o autor anônimo: “covarde”, “cafajeste”.⁵⁶⁶ Rubens de Arruda Ramos, então, identificou-se como autor da nota e ambos passaram a trocar acusações. Martinho chamou-o de “Jú das barganhas”, pois prestava uma “obediência servil” ao “Velho” e ao “dr. Deba”, referindo-se a Nereu Ramos e Aderbal Ramos da Silva, respectivamente. Acusava-o de ter conseguido o cargo de advogado do

⁵⁶² O macaco, a sua cara e o seu rabo. *A Gazeta*. Florianópolis, 03 jul. 1955.

⁵⁶³ As carpideiras pessedistas. *A Gazeta*. Florianópolis, 16 ago. 1955.

⁵⁶⁴ Ponto por ponto III. *O Estado*. Florianópolis, 19 ago. 1955.

⁵⁶⁵ Nem democrata nem cristão. *O Estado*. Florianópolis, 08 out. 1955.

⁵⁶⁶ Resposta a um pulha. *A Gazeta*. Florianópolis, 02 out. 1955.

Banco do Brasil, em 1950, sem ter feito concurso, “porque, de outra forma, a sua nulidade de realejo e sua proverbial burrice de raciocínio jamais lhe abririam outras portas.”⁵⁶⁷

O diretor de *O Estado* retrucava, chamando-o de “Martinho dos governadores”, por estar sempre ao lado dos detentores da máquina pública. Dizia em nota que as “cretinices de democrata de bobagem e cristão para fins determinados” teriam resposta assim que voltasse de suas viagens do interior. A nota ainda mencionava a proximidade entre Martinho e “seu colega Menezes”, que estiveram juntos na campanha para Jorge Lacerda e teriam os cinco anos seguintes para “usar e molhar livremente todos os postes da Capital”.⁵⁶⁸ A aproximação dos editorialistas de *A Gazeta* e *A Verdade* já havia sido denunciada pelo jornal pessedista durante a campanha para o governo do estado. Sem mencionar diretamente o jornal de Menezes, na véspera da eleição, *O Estado* denunciou que “as folhas palacianas, agora niveladas pelos baixios de um papelucho impresso”, tentariam ludibriar a população com notícias falsas sobre o preço da carne.⁵⁶⁹

A postura editorial de *A Verdade* ganharia o rótulo de “baixo nível” e de jornalismo para a “ralé” nos anos seguintes, mas desde aquele momento a proximidade com o polêmico jornalista seria alvo de críticas. Uma delas era a de que *A Verdade* recebia dinheiro de políticos para fazer denúncias contra adversários. Segundo Arruda Ramos, Menezes publicara em seu semanário que recebera oferta dos pessedistas para fazer denúncias contra a UDN. De acordo com o diretor de *O Estado*, a oferta era mentira, mas Martinho acreditara, afinal “o Neca disse e a palavra do Neca para o M. dos governadores agora é lei.” Ao concluir, definiu os insultos feitos por Martinho como “desaforos”, “calúnias”, “insultos baratos, martinianos, amezados” com o objetivo de agradar o governador.⁵⁷⁰

Menezes causava preocupação entre os grupos políticos não apenas por ser imprevisível – a qualquer momento poderia soltar uma de suas “bombas” tanto contra os políticos do PSD quanto contra secretários de governo ou notórios udenistas – mas também por sua crescente popularidade. Parte dela pode ser atribuída às campanhas assistenciais que ganhavam cada vez mais espaço no semanário. O jornalista, por meio de linguagem

⁵⁶⁷ CALLADO JÚNIOR, Martinho. O Jú das barganhas. *A Gazeta*. Florianópolis, 16 out. 1955.

⁵⁶⁸ RAMOS, Rubens de Arruda. Martinho dos governadores. *A Gazeta*. Florianópolis, 18 out. 1955.

⁵⁶⁹ Mentira de última hora. *O Estado*. Florianópolis, 1 out. 1955.

⁵⁷⁰ RAMOS, Rubens de Arruda. Ao Martinho dos governadores. *A Gazeta*. Florianópolis, 23 out. 1955.

simples, colocava-se como defensor das causas dos “oprimidos”, mas não se furtava em reclamar quando considerava que suas “dádivas” não eram “corretamente interpretadas”.

Na segunda metade da década de 1950, não foram poucas as reclamações contra o excessivo número de pedintes. Segundo o jornalista, entre os muitos famintos, havia uma “corja de picaretas” que preferiam estender a mão a trabalhar com uma enxada. Em seu linguajar hiperbólico, mais de trinta pedintes agarravam-lhe todos os dias no trecho entre a Praça XV de Novembro e a redação do jornal – uma distância que equivale a algo em torno de cento e cinquenta metros. A solução estava na ponta da língua: “Cadeia com eles!”.⁵⁷¹ Além da ação policial para acabar com os “pobres da cidade”, o jornalista defendia que se oferecessem possibilidades de inserção social as quais, evidentemente, seriam politicamente exploradas pelo mantenedor do jornal. Entre essas ações sociais, o caso de Bento foi emblemático.

Menezes contou a dura história de Bento, um homem que vivia na sarjeta. Sua casa era a rua, dormia ao relento, rodeado de animais, com uma enorme ferida na perna e os pés crivados de cacos de vidro. O jornalista encontrou Bento jogado em uma “maloca”, “rodeado de lixo e ratos podres”, e o encaminhou ao Hospital de Caridade. Menezes interrompe brevemente a descrição das agruras do rapaz de trinta e poucos anos para dizer que, naquele momento, prometeu que não permitiria que o pobre homem voltasse para as ruas: “teve minha promessa de que seria empregado, fosse no que fosse, para reajustar sua vida para sempre”. Bento fora cabo escrivão da Polícia Militar, mas havia sido desligado do cargo por ter se rendido aos vícios e à embriaguez. Menezes tentou sua reinclusão nos quadros da PM, mas não foi atendido. Não desistiu. Procurou outras repartições sem sucesso até que decidiu subir as escadarias do Palácio do Governo. Jorge Lacerda o recebeu e Menezes garantiu que o emprego de Bento José Santana seria seu único pedido.

Lacerda acenou favoravelmente. Em dois dias, o governador comunicava ao jornalista do novo emprego de Bento: escrivão do Departamento de Estradas e Rodagens (DER). Assim que foi informado, tratou de dar a boa nova a seu “protegido”, como o

⁵⁷¹ “Há dias em que chego a contar os ‘bordejões’ que recebo: só no trecho da Praça 15 à redação de meu jornal, mais de 30 pedintes me agarram pelo braço a querer tirar-me o dinheiro à força. Talvez por me acharem com cara de loque ou mesmo porque, na maioria das vezes, sempre solto com uma nota de 5 ou 10 pratas. Mas falando seriamente, a polícia deve o quanto antes acabar com essa pouca vergonha.” MENEZES, Manoel de. Cadeia com eles! Centenas de falsos mendigos rastejam pelas calçadas. *A Verdade*. Florianópolis, 27 fev. 1956.

definira. Após os exames médicos, foi ao Palácio das Secretarias para tomar posse, ao lado de Manoel de Menezes e de Almiro Pereira Oliveira, diretor do DER – a solenidade foi devidamente fotografada e publicada no semanário. A história de Bento seria uma lição de que era possível reintegrar pessoas dominadas pelos vícios da sociedade moderna e Menezes estaria na vanguarda desse processo. Graças a ele e ao “bondoso governador Jorge Lacerda”, Bento teve resgatada sua cidadania.⁵⁷²

A linguagem assistencial veiculada por *A Verdade* estabelecia dois tipos de ação para os pobres que vagavam pelas ruas da cidade: amparo aos necessitados e cadeia para os “vagabundos”. Bento seria o exemplo a ser seguido. A prova de que a mendicância tinha solução. Fora uma ação capitaneada pelo jornal, mas que serviria de exemplo para o poder público. O caso de Bento não fora o único. A partir de 1956, *A Verdade* passou a encabeçar um conjunto de ações assistenciais. As reportagens eram parecidas, descreviam longamente as condições de vida “daqueles que não nasceram em berço de ouro”, cobravam ações dos políticos e do poder público e encerravam com alguma medida assistencial: dinheiro, alimentos, remédios ou cadeira de rodas.⁵⁷³

Entretanto, o periódico de Menezes não era o único a denunciar as precárias condições de vida na capital de Santa Catarina. O jornal *A Semana* também manifestou sua indignação com a quantidade de mendigos vagando pelo Centro. Apesar de tratarem do mesmo assunto, as abordagens eram diferentes. O semanário de Menezes promovia ações assistenciais e personalistas, que exaltavam a preocupação do seu mantenedor com os humildes. Concomitantemente, cobrava do poder público medidas enérgicas (policiais) para dispersar aqueles que faziam da mendicância uma profissão. O periódico de Juvenal Melchíades de Souza abordava o problema de modo sutilmente diferente. Reclamava dos mendigos, reconhecia que muitos “trabalhavam” pedindo esmolas ao invés de procurar um trabalho formal, mas apontava para a responsabilidade do poder público em não oferecer condições dignas de existência. *A Semana* não estabelecia a distinção entre “pobre coitado” e “pobre vagabundo”, sendo este destinatário da força coercitiva da polícia. A

⁵⁷² MENEZES, Manoel de. Bento voltou à sociedade. *A Verdade*. Florianópolis, 19 mar. 1956.

⁵⁷³ MENEZES, Manoel de. Feito um rato. *A Verdade*. Florianópolis, 02 jul. 1956; MENEZES, Manoel de. Cansado de ser enganado o rapaz apareceu de muletas em nossa redação. *A Verdade*. Florianópolis, 13 set. 1956; MENEZES, Manoel de. Os miseráveis não choram. *A Verdade*. Florianópolis, 22 out. 1956; MENEZES, Manoel de. Força para Getúlio e fome para os pobres: onde andam os demagogos que botavam a boca no mundo? *A Verdade*. Florianópolis, 23 out. 1956; MENEZES, Manoel de. Exploração! Trabalha o balcão há 48 anos e ganha uma miséria. *A Verdade*. Florianópolis, 29 out. 1956.

responsabilidade era do Estado e cabia a ele resolver o problema. Caso fosse comprovada a incapacidade física do pedinte, os governantes deveriam garantir que pudesse ser “internado em um asilo ou receber dos cofres públicos uma pequena subvenção, capaz de ajudá-lo a arrastar-se vida em fora.” Para os que tivessem capacidade produtiva, caberia ao Estado “incluí-lo em qualquer serviço”, para que ele pudesse viver “com menos humilhação, mais dignamente e usar assim os direitos que lhes assiste como cidadão”.⁵⁷⁴

Enquanto *A Verdade* invocava a necessidade da ação assistencial a partir da descrição da situação de penúria que vivia Bento, *A Semana* enfatizava os direitos dos moradores de rua enquanto cidadãos. A diferença denota perspectivas políticas distintas.⁵⁷⁵ Contudo, ao dar visibilidade às difíceis condições de vida de parte da população, os periódicos reconheciam que havia direitos sendo denegados. O reconhecimento trazia consigo a noção de legitimidade. Apesar de diferentes na essência, ao buscar um nicho editorial que os fizesse sobreviver no competitivo mercado jornalístico – abastecido em grande parte pelas verbas públicas –, Menezes e Melchíades de Souza ajudaram a construir um ambiente favorável às queixas populares, com espaços privilegiados em suas edições para isso. A linguagem era similar, a posição política não. A construção de uma autoimagem de protetor dos pobres gerou reações indesejadas em Menezes.

Logo após o “sucesso” em reintegrar Bento à sociedade – com um cargo dado pelo próprio governador –, o jornalista manifestou sua irritação com o grande número de pessoas que o acionavam em busca de um emprego público. Retratou em destaque sua posição, relembrando a cusparada que recebera cinco anos antes: “Escarre-me na cara conforme fez Jaime de Arruda Ramos, mas por amor de Deus não me roubem tempo pedindo

⁵⁷⁴ Florianópolis está repleta de mendigos! *A Semana*. Florianópolis, 03 jul. 1957.

⁵⁷⁵ Um exemplo foi a veiculação nos dois jornais das queixas das lavadeiras da cidade. Em *A Verdade*, Menezes usou o discurso da falta de sensibilidade dos abastados que gastavam fortunas com bebidas, viagens e vestidos, mas não pagavam melhores valores para as mulheres que lavavam suas roupas: “Por isto o repórter apela para a consciência de muita gente boa, que gasta com facilidade uma fortuna só em bebidas, ou pagando até 40 mil cruzeiros por um vestido, para que tenham mais coração e a partir do próximo mês aumentem pelo menos em 50 cruzeiros suas lavadeiras...”. Fonte: MENEZES, Manoel de. Ajoelhadas em cima da pedra. *A Verdade*. Florianópolis, 11 jul. 1957. Já *A Semana* também acusava a insensibilidade das elites, mas seu enfoque principal era o descaso do poder público em oferecer condições para que as lavadeiras pudessem trabalhar com dignidade: “De fato os olhos das autoridades ali não pousaram. (...) Ruas não existem e o caminho de que dispõem os moradores, uma serpentina que ora passa pela frente das residências ora pelos fundos...”. VIEIRA, Laudelino Manoel. As lavadeiras do Morro do Mocotó se queixam. *A Semana*. Florianópolis, 24 jul. 1957.

empregos”.⁵⁷⁶ À medida que encampava ações assistenciais, publicava reclamações quanto ao número de pedintes na redação do jornal: “O aleijado está me deixando maluco!”⁵⁷⁷, “Ninho de bordejos”⁵⁷⁸, “Não percam tempo vindo bordejar em nosso jornal”⁵⁷⁹. Ao final, vociferava: “procurem os políticos!”.⁵⁸⁰

A linha sensacionalista fez de *A Verdade*, se não o jornal mais lido, o mais comentado da cidade.⁵⁸¹ Enquanto Menezes aproveitava a onda sensacionalista e a proximidade com o governador do estado, Melchíades de Souza reclamava de perseguição política e da fuga de anunciantes. Segundo o jornalista, firmas que atuavam em repartições públicas estariam sendo coagidas a deixar de anunciar no semanário. O motivo eram as frequentes críticas aos poderes públicos, sobretudo ao governo estadual.⁵⁸² Entre os principais pontos de crítica, estava o alto preço do custo de vida e os favorecimentos daqueles próximos ao executivo.

Ao contrário de Menezes, Juvenal Melchíades de Souza não poupava o governador do estado. O jornalista cobrava de Jorge Lacerda a promessa de campanha: “não admitir um governo sem ser ao lado do povo”. Questionava o aumento no preço da energia fornecida pela ELFFA (Empresa de Luz e Força), “um dos mais caros fornecimentos de energia

⁵⁷⁶ MENEZES, Manoel de. Escarre-me na cara conforme fez Jaime de Arruda Ramos. *A Verdade*. Florianópolis, 09 abr. 1956.

⁵⁷⁷ MENEZES, Manoel de. O aleijado está me deixando maluco! *A Verdade*. Florianópolis, 30 jul. 1956.

⁵⁷⁸ MENEZES, Manoel de. Ninho de bordejos. *A Verdade*. Florianópolis, 09 out. 1956.

⁵⁷⁹ MENEZES, Manoel de. Não percam tempo vindo bordejar em nosso jornal. *A Verdade*. Florianópolis, 06 nov. 1956.

⁵⁸⁰ Uma análise detalhada da repercussão de uma ação assistencial, cujo objetivo era oferecer uma cadeira de rodas a um homem com problemas nas pernas, foi feita em minha dissertação de mestrado: ARAUJO, Camilo Buss. *Os pobres em disputa: urbanização, política e classes populares no Morro da Caixa d'Água, Florianópolis – anos 1950 e 1960*. Florianópolis, 2006. 169 f. Dissertação (mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Ver capítulo 2.

⁵⁸¹ Na corrida pelos anúncios, Menezes acusou *A Gazeta* e *O Estado* de concorrência desleal. Os dois diários estariam divulgando uma tiragem diária maior do que realmente era impresso para vender mais caro seus espaços de propaganda. Com base na análise da quantidade de papel estrangeiro para impressão comprada por cada periódico, o jornalista afirmava que as tiragens dos principais diários florianopolitanos eram menores do que a anunciada no *Anuário da Imprensa*. De acordo com o jornalista, *O Estado*, supostamente o jornal com a maior circulação de Santa Catarina, teria uma tiragem diária de aproximadamente 2.040 exemplares. Em comparação, *A Verdade* anunciou, em 1956, uma tiragem entre quatro e nove mil exemplares. Todavia, como o valor do anúncio era proporcional ao número de jornais impressos, a folha de Aderbal Ramos da Silva dizia rodar doze mil exemplares, enquanto *A Gazeta* anunciava circular diariamente com oito mil. Fonte: Os picaretas da imprensa em Santa Catarina. *A Verdade*. Florianópolis, 18 abr. 1957; Fonte: MENEZES, Manoel de. O que dizem e eu não afirmo. *A Verdade*. Florianópolis, 13 set. 1956; Tiragem desta edição: 9 mil exemplares. *A Verdade*. Florianópolis, 06 nov. 1956.

⁵⁸² SOUZA, Juvenal Melchíades de. Época do cabresto. *A Semana*. Florianópolis, 24 jul. 1957.

elétrica do país”.⁵⁸³ Cara e ineficiente, a ELLFA cobrava altas taxas pelos serviços de luz, mas sem a mínima qualidade. Melchíades era taxativo: “Vamos voltar ao tempo do lampião que é melhor. Compremos petróleo da Petrobrás e usemos lampião durante algum tempo que tudo se modificará. Luz a esse preço é preferível usar vela.”⁵⁸⁴ No final de 1957, subia o tom da crítica. O jornal estampava “Morte à ELFFA” em primeira página e defendia que a distribuição da energia elétrica deveria passar para o Estado.⁵⁸⁵

Os problemas não se restringiam ao fornecimento de energia. A gasolina e os gêneros alimentícios subiam de preço sob o olhar complacente da COAP (Comissão de Abastecimento e Preços).⁵⁸⁶ Enquanto isso, o governador do estado negava-se a melhorar o salário do funcionalismo e usava a máquina pública para favorecer conhecidos. Nas páginas do semanário, exigia-se de Jorge Lacerda o cumprimento da Lei nº 198 de 18 de dezembro de 1954, que instituía, em seu artigo 198, o *Estatuto dos Funcionários Públicos Civis de Santa Catarina*. Ao arripio da lei, o governador se recusava a pagar adicionais a operários e funcionários que trabalhavam em locais insalubres.⁵⁸⁷ O descaso do governador para com os funcionários atingia também a força policial. O aumento prometido não viera e os soldados recebiam vencimentos insuficientes para sustentar sua família.⁵⁸⁸

A *Semana* denunciava que o dinheiro destinado ao pagamento do funcionalismo fora desviado para a construção do Instituto de Educação, em uma manobra escusa para favorecer aliados políticos. De acordo com denúncias, a construção do Instituto foi dada à firma *Moellmann & Rau* sem concorrência pública.⁵⁸⁹ A manobra foi aprovada pela Assembleia Legislativa em votação disputada, 19x18. O voto decisivo fora dado por Estanislaw Romanowski, deputado eleito pelo PTB, em 1954, mas que desertara em

⁵⁸³ SOUZA, Juvenal Melchíades de. O interesse do governador precisa coincidir com os interesses do povo. *A Semana*. Florianópolis, 03 jul. 1957.

⁵⁸⁴ SOUZA, Juvenal Melchíades de. Uma esmolinha para a ELLFA, por amor de Deus! *A Semana*. Florianópolis, 07 ago. 1957.

⁵⁸⁵ Morte à ELFFA! *A Semana*. Florianópolis, 4 dez. 1957.

⁵⁸⁶ Roubo! *A Semana*. Florianópolis, 03 jul. 1957; Roubo + roubo + roubo! *A Semana*. Florianópolis, 27 nov. 1957.

⁵⁸⁷ SOUZA, Juvenal Melchíades de. Leia, Sr. Governador! Morreram Mario Schimidt, Armando Sant’Ana, Niconésio Silva, João Silva e outros operários da Imprensa Oficial! *A Semana*. Florianópolis, 14 ago. 1957.

⁵⁸⁸ Onde está o aumento da força policial do estado, Sr. Governador? Soldado também tem estomago! *A Semana*. Florianópolis, 13 nov. 1957; Dr. Jorge Lacerda, o soldado da polícia militar do estado, Raul Agostinho tem 10 filhos e percebe Cr\$ 2.700,00. *A Semana*. Florianópolis, 20 nov. 1957.

⁵⁸⁹ SOUZA, Juvenal Melchíades de. Jorge Lacerda entregou de “mão beijada” a construção do Instituto de Educação à firma Moellmann & Rau! *A Semana*. Florianópolis, 28 ago. 1957;

direção ao PSP.⁵⁹⁰ Não era coincidência que Rau, um dos sócios da firma beneficiada, era cunhado do deputado Romanowski. Melchíades de Souza elogiou a decisão do tribunal de contas que, em decisão dividida, impediu a consumação do absurdo.⁵⁹¹

As posições do jornal de Melchíades de Souza deixavam clara sua oposição ao governo estadual. O prefeito Osmar Cunha não era isento de críticas, mas as mesmas eram mescladas com elogios pontuais.⁵⁹² A afinidade ideológica do proprietário com os comunistas também fez com que fossem publicadas reportagens de apoio às recentes conquistas espaciais dos soviéticos. O Sputnik, satélite russo lançado em outubro de 1957, mereceu artigo entusiasmado do proprietário, descrevendo aquele tempo como uma “segunda renascença”.⁵⁹³ Os satélites artificiais feitos na União Soviética simbolizava o progresso, em nítido contraste com o atraso simbolizado pelos apagões diários protagonizados pela ELFFA.⁵⁹⁴

3.4 – Direitos em pauta e as disputas pela representação popular

A admiração aos feitos soviéticos somava-se a reportagens sobre a organização da classe operária florianopolitana. O jornal deu destaque à cerimônia de posse do presidente do Sindicato dos Empregados na Indústria da Construção Civil, Ednil Gomes Ferrão, eleito por unanimidade em assembleia da categoria. Em virtude da ausência do delegado regional do trabalho, a posse foi dada pelo prefeito Osmar Cunha. Entre os presentes na solenidade estavam o desembargador José do Patrocínio Gallotti; o deputado estadual João Colodel; os vereadores Dib Cherem e Antônio P. Apóstolo; o acadêmico da União Catarinense dos

⁵⁹⁰ Romanowski foi expulso do PTB em 1955 por apoiar a administração de Irineu Bornhausen e fazer campanha para Jorge Lacerda. Fonte: Comunicado do Partido Trabalhista Brasileiro. *O Estado*. Florianópolis, 05 nov. 1955; O PSD recebe o castigo. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 05 nov. 1955.

⁵⁹¹ O Tribunal de Contas de Santa Catarina era formado por conhecidos udenistas, como João José de Souza Cabral e Bayer Filho, além do Monsenhor Paschoal Librelotto. A votação empatou em três a três, sendo decidida pelo voto de Minerva do presidente Bayer Filho. Fonte: SOUZA, Juvenal Melchíades de. Déficit orçamentário do governo Lacerda para 1958 e a entrega da construção do Instituto de Educação à firma Moellmann & Rau. *A Semana*. Florianópolis, 13 nov. 1957.

⁵⁹² Sua administração chegou a receber elogios do periódico: “Osmar Cunha com a colaboração de seus esforçados auxiliares realizou em três anos o que jamais fez outro prefeito em Florianópolis.” Fonte: 3 anos de administração eficiente! *A Semana*. Florianópolis, 20 nov. 1957.

⁵⁹³ Juvenal Melchíades de Souza assim descrevia as recentes conquistas espaciais da URSS: “Sinais dos tempos ou retrato de uma época! Período de luz na história da humanidade. Um sopro de liberdade e a conquista do incógnito pela ciência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Fonte: SOUZA, Juvenal Melchíades de. A segunda renascença. *A Semana*. Florianópolis, 13 nov. 1957.

⁵⁹⁴ ELLFA versus Sputnik. *A Semana*. Florianópolis, 11 dez. 1957.

Estudantes Túlio César Gondin; o presidente da Federação do Comércio de Santa Catarina Hypólito do Vale Pereira; o vereador comunista Genésio Leocádio da Cunha e o expessedista João dos Passos Xavier, já citado nos capítulos anteriores e um dos fundadores do sindicato. No discurso de posse, Ferrão disse que sua gestão lutaria para garantir cinco itens prioritários: 1º - Contenção de preços; 2º - Revisão imediata do salário; 3º - Salário móvel; 4º - Desenvolvimento econômico; 5º - Reforma agrária.⁵⁹⁵

Por si só, a plataforma de reivindicações sinalizava alinhamento com a pauta dos movimentos sindicais que jaziam no país. Ademais, a posse do baiano Ednil Gomes Ferrão ampliava o espaço de militantes de esquerda entre os trabalhadores da cidade. Ferrão era visto como “agitador comunista”. Fora membro do PCB carioca, “estruturado” na célula Antônio Couto. Após a extinção do partido, continuou a militar, “principalmente no meio sindical”.⁵⁹⁶ O prefeito da cidade, criticado anteriormente por ter recebido apoio dos comunistas em sua campanha, deu-lhe posse. Entre os demais presentes, merece destaque o desembargador “vermelho” José do Patrocínio Gallotti, Genésio Leocádio da Cunha e Túlio César Gondin, presidente da UCE e futuro diretor do *Diário da Tarde*.

As diferenças políticas entre o jornal de Manoel de Menezes e o de Juvenal Melchíades de Souza aparecem na cobertura das mobilizações populares. O próprio termo “mobilização popular” é genérico e diz pouco sobre as dinâmicas das ações coletivas. A maior parte dos políticos dizia-se popular, mas suas formas de relação com o “público-alvo”, bem como o substrato ideológico que os orientava, divergiam drasticamente.

Seis meses antes, *A Verdade* vibrou com a presença de quatro mil pessoas em frente à *Rádio Anita Garibaldi* para protestar contra o aumento das passagens de ônibus. Entre os oradores, o vereador Carmelo Faraco (PDC), o presidente da UCE, Medeiros Vieira, o repórter de *A Verdade*, Carlos Amaro Reinisch Coelho – que acusara Paulo Konder Bornhausen de agredi-lo e colocá-lo para fora da Assembleia Legislativa⁵⁹⁷ -, o operário João dos Passos Xavier, o açougueiro Brando, o dr. Silvio Pirajá, um representante dos operários da Transcontinental e o locutor Oswaldo Rubin, que “organizou e animou a

⁵⁹⁵ Tomou posse o novo presidente do sindicato dos empregados na indústria da construção civil. *A Semana*. Florianópolis, 31 jul. 1957.

⁵⁹⁶ DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA. *Relatório enviado pela DOPS-SC ao CENIMAR com informações de elementos suspeitos de atividades subversivas*. Divisão Central de Informações. Doc. 771, top. 88. p. 26.

⁵⁹⁷ COELHO, Carlos Amaro Reinisch. Agredido por um bandalho. *A Verdade*. Florianópolis, 13 dez. 1956.

grande concentração popular.” Em sua fala, Coelho lamentou a ausência de deputados e aproveitou a oportunidade para consolar os presentes: “tenho certeza de que vocês todos, como eu próprio, preferem estar sozinhos a mal acompanhados. Não queremos a companhia dos bandalhos que legislam em causa própria!”. O jornal aproveitou para alfinetar seu grande desafeto, Osmar Cunha. Enquanto os populares iam às ruas se manifestar, o prefeito refestelava-se com seu uísque no bar do Lux Hotel.⁵⁹⁸

É possível perceber a diferença na organização do evento e na cobertura da imprensa. *A Semana* cobria as mobilizações populares organizadas pelos grupos de esquerda, destacando a presença dos comunistas. Na cobertura de *A Verdade*, as figuras públicas eram outras, como o vereador pedecista Carmelo Faraco e o locutor da *Rádio Anita Garibaldi* Oswaldo Rubin,. Havia, no entanto, a presença da UCE em ambos. No caso da majoração das passagens, em janeiro de 1957, o presidente era Francisco Xavier Medeiros Vieira. Na posse, em julho do mesmo ano, o presidente era Túlio César Gondin.

Portanto, há dois eventos, protagonizados por grupos políticos diferentes, mas com a presença da principal entidade de representação estudantil em ambos. Aparentemente, nada de incomum. Entretanto, ao analisar as posturas políticas dos dois presidentes, perceberemos que a organização estudantil muda de rumo no decorrer de 1957. Sob o comando de Medeiros Vieira, a UCE publicou nota em novembro de 1956 sobre o aniversário da “Intentona Comunista”. O título era esclarecedor quanto à posição da entidade: “Catarinenses, hoje é dia da infâmia”. O texto afirmava que muitos compatriotas foram mortos, em 1935, simplesmente porque não compactuaram com a traição, “porque não queriam vender o Brasil à Rússia vermelha, porque a sua formação cristão repugnava os Calabares de todos os matizes, os Prestes de todos os coturnos, os Krutchews (sic) de todos os tamanhos, os canalhas de todas as procedências, ainda que travestidos de roupagens messiânicas, ainda que ricos de oratória, ainda que insinuantes de altruísmo e predestinação”. Os “mártires” da “intentona bolchevique” dormiam no Panteão dos heróis. Cabia aos estudantes livres de Santa Catarina se manifestar:

⁵⁹⁸ A multidão pôs a boca no mundo contra a exploração e a bandalheira. *A Verdade*. Florianópolis, 11 jan. 1957.

A sua condenação formal à tática ignóbil de brasileiros traidores da Pátria, os quais, a soldo do Kremlin, vem procurando insinuar-se à socapa e a todo custo nos meios universitários e nas Forças Armadas, tramando contra as nossas liberdades e tradições cristãs (...) e fomentando a anarquia e a desordem. (...) A nossa consciência cristã e estudantil não poderá, jamais, permitir que uma caterva de energúmenos, à sombra do anonimato e da perfídia, e infiltrada no seio da classe ativa dos universitários queira, ainda de futuro, prosseguir sua inglória tarefa e propiciar a reprodução, no solo libérrimo de nossa Pátria, da desgraça de um povo em benefício de uma corja!⁵⁹⁹

Meses depois, a mesma entidade prestigiava a posse de um comunista na presidência de um dos sindicatos mais influentes e combativos da cidade. O presidente já era outro, Túlio César Gondin, fichado na DOPS anos mais tarde por participar ativamente nos protestos pela posse de João Goulart, sendo detido pelo 5º Distrito Naval quando da renúncia de Jânio Quadros, em 1961.⁶⁰⁰ Portanto, é possível identificar o aumento da presença dos grupos de esquerda – identificados por adjetivos como comunistas, trabalhistas ou nacionalistas – nas organizações de trabalhadores e estudantes. Concomitantemente ao acúmulo de bordejões, há a tomada da cena pública por pessoas que responsabilizavam os governantes pelas precárias condições de vida e, por extensão, pelo aumento do número de pedintes.

O jornal *A Verdade* percebeu a mudança e expressou seu descontentamento com a presença de “estudantes profissionais” e “universitários pelegos”, abastecidos pelo Departamento Federal de Segurança Pública e pelo Fundo Sindical nas entidades de representação estudantil, como a UCE (União Catarinense dos Estudantes). Pretendendo-se popular, mas avesso aos movimentos que almejassem alterações na ordem engendrada pelas relações capitalistas, o jornal acusava uma parte dos militantes estudantis de agirem como “pontas de lança da infiltração janguista, o resto age por conta do Partido Comunista.”⁶⁰¹

Fica claro que havia uma insatisfação latente na sociedade – expressa nas crescentes mobilizações e na presença cada vez mais atuante de militantes de esquerda nos órgãos de

⁵⁹⁹ UNIÃO CATARINENSE DOS ESTUDANTES. Catarinenses, hoje é dia da infâmia. *O Estado*. Florianópolis, 27 nov. 1956.

⁶⁰⁰ DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA. *Lista de nomes que assinaram o abaixo-assinado para a volta do PCB à legalidade*. Divisão Central de Informações. Doc. 698, top. 80. p. 132.

⁶⁰¹ COELHO, Carlos Amaro Reinisch. Palhaçada e polícia. *A Verdade*. Florianópolis, 30 mai. 1957.

classe de Florianópolis. Isso impelia os responsáveis pelo poder público a lidar com cobranças cada vez mais frequentes. Criava-se um jogo instável de barganhas. A doação do benefício não garantia fidelidade, ao contrário, o não recebimento da dádiva colocaria em suspeição o discurso em favor dos “explorados” e “miseráveis”. Florianópolis já não era a cidade “pacata” de outrora. Há tempos cozia-se um caldeirão que estava prestes a entrar em ebulição.

Em dezembro de 1952, o proprietário do recém-lançado semanário *A Verdade* usava a primeira página para reclamar da leniência das donas de casa e dos estudantes frente aos desmandos da COAP. Muitos protestos seriam ouvidos “pelas esquinas, pelos cafés”, mas sem constituírem um ato de repúdio. Florianópolis precisava de uma “Associação de Donas de Casa”, “aos moldes de Rio de Janeiro, São Paulo e outras capitais”. Essa seria a única forma de os homens “saírem da inércia” e acompanharem suas mulheres na “reação contra os exploradores”.⁶⁰² Cinco anos depois, o cenário era outro. Comunistas e nacionalistas “tomavam” sindicatos e entidades estudantis. Avolumavam-se os protestos. O consenso estava por um fio.

3.5 – Menezes invade a casa do prefeito: a denúncia contra o Abrigo de Menores, o boletim anônimo e a “Campanha de Moralização da Cidade”

Para *A Verdade* era fundamental que o “povo” se levantasse contra os “tubarões”, de modo a minorar o fosso que os separava, embora sem questionar a “ordem natural” das estruturas de classe. O jornal seguia, assim, uma linha editorial sensacionalista e polêmica. Entre uma ação assistencial e outra, Menezes publicava suas “bombas”. Com isso, arrebanhava cada vez mais leitores e inimigos. O ponto de inflexão na sua atividade jornalística foi a reportagem sobre o Abrigo de Menores.

Parecia ser mais uma denúncia, como tantas outras. No dia catorze de novembro de 1956, Menezes estampava: “Carrascos! Roubalheira e fome no Abrigo de Menores. Meninos acorrentados em celas imundas acabam tuberculosos.” No corpo da reportagem, o jornalista afirmava que seu objetivo não era chamar a atenção para que as autoridades tomassem providências. Casos muito mais vergonhosos do que o descrito já haviam sido

⁶⁰² MENEZES, Manoel de. Greve branca: quando teremos a associação das damas de casa? *A Verdade*. Florianópolis, 05 dez. 1952.

veiculados sem que qualquer medida fosse tomada. Era apenas o cumprimento da “missão de fazer um jornal em defesa do povo”. Menezes estampava fotos e descrevia as condições insalubres do Abrigo, como vemos na imagem abaixo:

Figura 5:
Reportagem de A verdade sobre o abrigo de menores



Fonte: *A verdade*, 14 nov. 1956.

As crianças comiam “feijão velho e bichado com arroz de terceira categoria”. Havia também uma cela, “debaixo do porão”, onde os meninos dormiam no cimento, acorrentados

pelos pés. Ao questionar um dos irmãos maristas, congregação responsável pela administração, ouviu que a cela era usada quando a criança “respondia” a um adulto. “Carrascos com um crucifixo no peito”, definia Menezes. Devido às condições de insalubridade, os meninos contraíam doenças, contudo, os profissionais da saúde que deveriam estar diariamente no local jamais “davam as caras”, citando nominalmente Ari Machado, dentista e diretor do jornal *O Tempo*.⁶⁰³

A reportagem atingia indiretamente J. J. Barreto, que supostamente também deveria cumprir horas no Abrigo. Era o fim da amizade e o início da divergência entre ambos. Até então, Menezes e Barreto tinham um acordo de que os conteúdos de *A Verdade* eram transmitidos na rádio *Anita Garibaldi* – a própria denúncia do Abrigo havia sido noticiada por Menezes no microfone da rádio. A “irmanação” entre os dois órgãos era demonstrada no programa comandado por Oswaldo Robin, todos os sábados, em que entrevistava Manoel de Menezes. Ali, o jornalista antecipava as “bombas” que sairiam na semana seguinte. O jornal *O Tempo*, do mesmo proprietário da rádio, assim descrevia atuação de Menezes na parceria: “com sua profunda interpretação dos anseios populares, com sua verve inimitável, originalíssima, tem se manifestado, por seu turno, autêntico homem de rádio, enfrentando o microfone com segurança e vivacidade, prendendo a atenção do radiouvinte e aumentando o número deles para a Rádio Anita Garibaldi”.⁶⁰⁴

Portanto, era uma relação que garantia benefícios e aumento de popularidade tanto para a rádio quanto para Menezes. O fim se deu com a resposta de Barreto à denúncia, publicada em *O Estado*. Contrariando as fotos e o conteúdo da reportagem de Menezes, Barreto afirmava que os Irmãos Maristas eram administradores “seguros e justos” e “educadores magníficos”. Diante de tamanha competência, o Abrigo de Menores de Florianópolis “emparelha-se com o que de mais eficiente e modelar há no gênero nos 20 estados da Federação”. O articulista ainda afirmava “como médico desse estabelecimento” que a alimentação era boa e que o Irmão Urbano Máximo, seu diretor, sabia dosar disciplina e instrução. Ressalvava, todavia, que as dificuldades num internato eram enormes, principalmente porque nenhum menor aceitaria a punição como medida de justiça. Para estes casos, havia um “presídio”, onde ficavam detidos “sem maiores rigores”,

⁶⁰³ MENEZES, Manoel de. Carrascos! Roubalheira e fome no Abrigo de Menores. *A Verdade*. Florianópolis, 14 nov. 1956.

⁶⁰⁴ Manoel de Menezes e a rádio Anita. *O Tempo*. Florianópolis, 13 ago. 1956.

os menores que se insubordinavam. “Talvez uma falha”, mas “inevitável em estabelecimentos dessa natureza”. Esse era o Abrigo de Menores, concluía, “a caricatura que dele possam pintar, se o pintarem, será fruto da deformação do pintor ou da palheta...”⁶⁰⁵

A resposta de Menezes veio em um conjunto de quatro reportagens. Uma delas noticiava que os Irmãos Maristas colocaram jovens dentro de um caminhão e saíram pelas ruas da cidade gritando “Menezes é mentiroso”.⁶⁰⁶ O episódio fugiu ao controle. Setenta jovens foram à redação do jornal e, em seguida, à residência do jornalista para retaliá-lo pela denúncia. O objetivo seria “empastelar as oficinas e a redação” e “enforcá-lo”. Graças à intervenção do secretário de Segurança Pública e do Cel. Trogílio Mello, a violência não fora consumada.⁶⁰⁷

Diante das manifestações de repúdio à denúncia, o jornalista questionava seu posicionamento em defesa dos “oprimidos”. Seria mais fácil ceder à tentação dos incentivos públicos e ser um jornal “chapa-branca”. Não quis e por isso estaria sendo injustiçado: “... coitado de mim que ainda não me convenci que nada mudou neste mundo depois que pregaram na cruz Jesus Cristo!”. Acreditara no “coração humanitário” de Barreto, chegara a defender o nome do médico para prefeito da capital⁶⁰⁸, mas a nota em defesa dos “irmãos do Satanás” era a mostra de que não poderia confiar em pessoas dessa estirpe. “Sou o maior otário desta adorada Ilha”, publicou. Restava contra-atacar com outra denúncia: o médico teria muitos empregos públicos, mas não aparecia em nenhum, como era o caso do Abrigo de Menores.⁶⁰⁹

A desavença fez com que a bem sucedida parceria entre o jornalista e a *Rádio Anita Garibaldi* chegasse ao fim. Poucos dias depois, *A Verdade* noticiava a viagem de seu proprietário ao Rio de Janeiro e a São Paulo para adquirir os aparelhos para a montagem de sua própria rádio. A estimativa inicial era que a emissora estivesse funcionando em noventa

⁶⁰⁵ BARRETO, J. J. O nosso abrigo de menores. *O Estado*. Florianópolis, 17 nov. 1956.

⁶⁰⁶ “O Menezes é um mentiroso”. Os irmãos do abrigo de menores abarrotaram um caminhão de garotos e saíram pelas ruas da cidade gritando que o autor das denúncias contra aquela casa de correção é mentiroso. Está na cara que Florianópolis virou um circo! *A Verdade*. Florianópolis, 16 nov. 1956.

⁶⁰⁷ MENEZES, Manoel de. Ingratidão humana. *A Verdade*. Florianópolis, 17 nov. 1956.

⁶⁰⁸ MENEZES, Manoel de. J. J. Barreto será o futuro prefeito de Florianópolis. *A Verdade*. Florianópolis, 19 mar. 1956.

⁶⁰⁹ Menezes afirmava que J. J. Barreto ganhava salários como médico do IPASE, IAPC, IVTP, DCT, Hospital de Caridade, Penitenciária, Abrigo de Menores. Fonte: MENEZES, Manoel de. Judas fez pior! *A Verdade*. Florianópolis, 17 nov. 1956.

dias. Um ano depois, Menezes comemorou a autorização: “De nada valeram os chavecos (sic) e empenho para me derrotar. O Sr. Ministro da Viação autorizou o funcionamento da *Rádio Jornal A Verdade*. – Que se cuidem agora os políticos demagogos e ladrões dos cofres públicos!”.⁶¹⁰ A inauguração aconteceu apenas no final de março de 1958, quase três meses depois da invasão da casa do prefeito.⁶¹¹

Era dia primeiro de janeiro de 1958, a cidade se recuperava de mais um réveillon quando foram ouvidos os primeiros buchichos de que Manoel de Menezes, seu irmão Jorge de Menezes, o diretor do jornal *A Vanguarda* Cássio Mazzoli e o “escrivão do crime no Estreito” Stelino Montenegro haviam invadido a casa do prefeito, na Lagoa da Conceição.⁶¹² Era por volta das dezessete horas quando o motorista do prefeito identificou a aproximação dos agressores. Menezes, armado com um fio de aço com uma bola de ferro na ponta, desferiu o golpe que passou rente à cabeça de Osmar Cunha e atingiu na região parietal o motorista, José Jorge Rosa. Com uma arma de fogo na mão, Stelino perseguiu, sem sucesso, o prefeito. Enquanto isso, os convidados se evadiam sob os gritos assustados das crianças.

José Jorge Rosa foi encaminhado ao Hospital de Caridade. A mãe de Osmar teve uma crise nervosa. Duas outras convidadas, uma grávida e outra cujo parto ocorrera há vinte dias, encontravam-se sob cuidados médicos. O prefeito, em entrevista, anunciou que havia comunicado pessoalmente ao governador do estado para que a polícia tomasse as providências cabíveis. Em caso de inoperância da força policial do estado, recorreria à esfera federal. Em nota, o Serviço de Imprensa do Palácio do Governo comunicou que Jorge Lacerda já teria encarregado o delegado regional de polícia, Cel. Trogílio Mello, de apurar as responsabilidades e colocar homens para proteger a residência do chefe do executivo municipal.

Juvenal Melchíades de Souza condenou a ação por representar a violação do lar. Lembrou que condenara agressão sofrida por Menezes diante de sua mulher e filhos no Morro do Cortado, bem como a agressão sofrida por Cássio Mazzoli, em 1957.⁶¹³ O próprio

⁶¹⁰ MENEZES, Manoel de. Venci a parada! *A Verdade*. Florianópolis, 09 dez. 1957.

⁶¹¹ Não é arapuca, o negócio é pra valer mesmo. *A Verdade*. Florianópolis, 31 mar. 1958.

⁶¹² O relato a seguir foi publicado na seguinte fonte: O atentado contra Osmar Cunha. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 03 jan. 1958.

⁶¹³ Nós estamos contra a violência. *A Semana*. Florianópolis, 18 dez. 1957.

jornalista fora alvo de intimidação em dezembro do mesmo ano.⁶¹⁴ Portanto, caso comprovada a participação do prefeito nas infâmias propagadas pela Ilha, Menezes teria o direito à retaliação, mas respeitando crianças e senhoras que nada teriam a ver com a questão.⁶¹⁵

Melchíades de Souza se referia a um boletim anônimo, distribuído pela cidade no final de 1957, que fazia uma série de acusações a Menezes e sua esposa. Após o episódio, o dono de *A Verdade* fez questão de publicar trechos do boletim difamatório. Segundo Menezes, o impresso teve tiragem de onze mil exemplares, portanto, bem mais do que os principais jornais da cidade. A linguagem era vulgar e ofensiva. Afirmava que o apelido do jornalista nas rodas de “vigaristas, ladrões e pervertidos” era “Mimi Pachorra”. No Rio de Janeiro, teria dado um golpe em um português e fugido para o Espírito Santo, embora desejasse regressar à terra natal.⁶¹⁶ Para dar “impressão de honesto e decente”, noivou em um bordel de Vitória e veio casar em Florianópolis, “para sorte daquela que tempos atrás pertencia a Deus e a todo mundo”.⁶¹⁷

Os ataques denegriam a conduta do proprietário de *A Verdade* e de sua esposa. Ele, “que atualmente empana a luminosidade da imprensa catarinense”, assim que retornou, puxando “pela mão uma mulher que encontrou num dos bordéis da cidade de Vitória, (...) passou a enxovalhar a honra de todos aqueles que não queriam lhe dar o dinheiro exigido”.⁶¹⁸ Essa era, inclusive, uma das principais acusações do pasquim: Menezes, antes

⁶¹⁴ SOUZA, Juvenal Melchíades de. Covardes, venham me atacar na rua e pela frente! Cabelos brancos não é sinal de covardia... Ataquem logo, castrados! *A Semana*. Florianópolis, 18 dez. 1957; SOUZA, Juvenal Melchíades de. Querem roubar a minha vida porque defendo o povo. *A Semana*. Florianópolis, 18 dez. 1957.

⁶¹⁵ SOUZA, Juvenal Melchíades de. Eu sempre condenei a violência, senhores! *A Semana*. Florianópolis, 08 jan. 1958.

⁶¹⁶ O “golpe” no português. *A Verdade*. Florianópolis, 06 jan. 1958. Trecho do boletim anônimo contra Manoel de Menezes.

⁶¹⁷ “Com um medo terrível do português a quem havia roubado e julgando-se diplomado na arte de ser cretino, fugiu para o Espírito Santo. Seu desejo porém era regressar à terra natal e aplicar aqui os conhecimentos adquiridos com os piores ladrões do Rio. Precisava porém, para aqui chegar, dar uma impressão diferente. Uma impressão de homem honesto e responsável. E para isso, nada melhor do que uma mulher. Seu ‘noivado’ foi realizado às pressas num dos bordéis da cidade de Vitória, no Espírito Santo. E com aquela esposa de araque, largou os cabos com rumo a Florianópolis. E aqui foi o que se viu e o que se está vendo até agora. Entretanto, aquele noivado precisava ser legalizado, pois o safado estava já a prever o êxito que teria nesta boa terrinha. E assim, para sorte daquela que tempos atrás pertencia a Deus e a todo mundo, Mimi Pachorra casou-se em Florianópolis.” Trecho do boletim anônimo contra Manoel de Menezes. Fonte: Noivado no bordel e casamento em Florianópolis. *A Verdade*. Florianópolis, 02 jan. 1958.

⁶¹⁸ Perfil de um canalha. *A Verdade*. Florianópolis, 02 jan. 1958. Trecho do boletim anônimo contra Manoel de Menezes.

de publicar uma denúncia, iria ao denunciado chantageá-lo para extorquir dinheiro.⁶¹⁹ Menezes publicou em seu jornal outros tantos trechos que falavam de sua vida antes de voltar a Florianópolis: seria chantagista⁶²⁰, golpista⁶²¹, travesti⁶²² e desenvolvera sua “canalhice” com os piores vigaristas do bairro da Lapa, no Rio de Janeiro.⁶²³

Em conjunto com as partes do documento, *A Verdade* estampou em primeira página um desenho de Osmar Cunha de fraque, charuto e máscara, acusando-o de ser o responsável por encomendar o boletim. Em artigo, Cássio Mazzoli, um dos invasores presente no episódio na casa do prefeito na Lagoa da Conceição, confessava que fora o responsável pela confecção do boletim a pedido de Osmar Cunha. Mazzoli contou que, quando trabalhava no gabinete da prefeitura, foi encarregado de imprimir um jornal ou boletim como “represália aos ataques” formulados por *A Verdade*. Com o objetivo de dificultar a identificação da autoria, Osmar teria solicitado a Mazzoli que não o confeccionasse em Florianópolis. Assim, o jornalista contactou a Editora Moderna, de Porto Alegre, e enviou o material. Os acertos foram feitos através de cabogramas da Western, endereçados para Mazzoli e para a Prefeitura Municipal. O jornalista publicava o artigo arrependido de ter se prestado a tal papel. Sentia-se em dívida com Menezes por este ter sido o “único” a ser solidário a ele no episódio em que fora agredido.⁶²⁴

Como parte integrante do esquema, o jornalista deixava claras as intenções do prefeito: “Osmar naquela época não relutaria um instante sequer em fazer o impossível para que o nome de Manoel de Menezes fosse manchado.” Após a divulgação de que a

⁶¹⁹ Essa é a tática que o safado aplica para os seus golpes e chantagens. *A Verdade*. Florianópolis, 02 jan. 1958. Trecho do boletim anônimo contra Manoel de Menezes.

⁶²⁰ Vendeu-se para aqueles a quem atacava. Trinta contos por mês – Além de canalha é um recalcado burro. *A Verdade*. Florianópolis, 06 jan. 1958. Trecho do boletim anônimo contra Manoel de Menezes;

⁶²¹ Fazia as refeições e fugia para não pagar. *A Verdade*. Florianópolis, 06 jan. 1958. Trecho do boletim anônimo contra Manoel de Menezes.

⁶²² “Pouca importância dando a mulheres, sua principal distração era estar junto a homens de forte musculatura, fuzileiros navais de preferência. (...) Era na rua do Carneiro, número 172 (...) as maiores orgias que até hoje chegaram ao conhecimento da Polícia de Costumes do Distrito Federal. Era lá que se reuniam os sub-homens, os anormais, os frustrados. (...) E de lábios pintados, cabelos cacheados, soirée elegante, lá sempre estava a conhecida Mimi Pachorra, ou seja, o atual jornalista Manoel de Menezes. Fonte: O baile da rua carneiro. *A Verdade*. Florianópolis, 06 jan. 1958. Trecho do boletim anônimo contra Manoel de Menezes.

⁶²³ “Ali [na Lapa] se encontra o que de pior existe na malandragem carioca. E era ali que Manoel de Menezes tinha seu reduto. (...) Era ali o seu reduto porque em seu sangue, haja visto a qualidade de seus antepassados, fervia a grande vontade de aprender a ser canalha”. Fonte: A rua dos arcos da Lapa era o seu reduto. *A Verdade*. Florianópolis, 06 jan. 1958. Trecho do boletim anônimo contra Manoel de Menezes.

⁶²⁴ Como foi demonstrado, Melchíades de Souza também foi solidário no episódio em que Mazzoli, diretor do jornal *A Vanguarda*, foi agredido, no final de 1957. Ver: Nós estamos contra a violência. *A Semana*. Florianópolis, 18 dez. 1957.

encomenda do boletim anônimo em formato de jornal, sob o título de *A Frente*, fora feita da repartição municipal, o chefe do executivo procurou se esquivar de culpa, responsabilizando Mazzoli, o “laranja”.⁶²⁵

Figura 6:
Capa do jornal *A verdade* sobre a participação do prefeito no boletim anônimo contra Manoel de Menezes



Fonte: *A verdade*, Florianópolis, 02 jan. 1958.

Na mesma edição, Menezes assinava artigo em que contava sua versão dos fatos ocorridos na Lagoa da Conceição. Para descobrir o autor do boletim anônimo, enviou seu amigo Stelino Montenegro a Porto Alegre. Montenegro retornou informando a ligação de Mazzoli e da Prefeitura de Florianópolis. Parecia ficar claro, portanto, que Osmar Cunha estava por trás do panfleto que o achincalhava e insultava a mãe de seus filhos. Ao conversar com Cássio Mazzoli, decidiu rumar em direção a casa do prefeito para ouvir sua versão dos fatos e solicitou a presença de Mazzoli, como forma de fazer uma espécie de acareação. Chegando lá, avistou Osmar, mas antes que pudesse chamá-lo foi acertado no

⁶²⁵ MAZZOLI, Cássio Augusto. Eu declaro! “Osmar foi o autor do boletim anônimo”. *A Verdade*. Florianópolis, 02 jan. 1958.

braço direito pelo motorista Zé Grilo. A confusão começou. Menezes sacou um cabo de bateria e desferiu contra o rosto de Zé Grilo. Os demais, Mazzoli, Jorge de Menezes e Montenegro ficaram imóveis, observando. Segundo o jornalista, não houve invasão, não foi usada barra de ferro e não foi colocada uma arma na cabeça da primeira-dama do município, como afirmara o prefeito nos microfones da *Rádio Anita Garibaldi*. Menezes ainda reproduzia sua certidão de casamento, no civil e no religioso, ambos em Vitória-ES, para repudiar a afirmação de que noivara em um bordel capixaba e casara-se em Florianópolis.

As versões publicadas no *Diário da Tarde* e em *A Verdade* são conflitantes. No entanto, mais do que estabelecer “o que realmente aconteceu”, cabe buscar indícios neste episódio que ajudem a compreender o processo político e social pelo qual passava a capital de Santa Catarina naquele momento. Mesmo com diferentes pontos de vista, creio que é possível estabelecer duas afirmações: 1. No final de 1957, circulou um impresso, intitulado *A Frente*, que fazia uma série de afirmações contra Manoel de Menezes. 2. A principal razão da produção de tal documento era o apelo popular alcançado pelo jornalista a partir de uma pauta editorial sensacionalista e acusatória – o próprio impresso admitia o êxito do jornalista “nessa boa terrinha”.

Apesar de não haver a prova cabal da participação de Osmar Cunha, a pauta de *A Verdade* do ano de 1957 deixa claro que o prefeito era o principal alvo do periódico.⁶²⁶ As críticas variavam, desde ataques indiretos com relação à má administração da Taxa de Turismo até manchetes hostis, como “Prefeito ladrão!” e “De charuto nos beiços, o balofo enganou a cidade inteira”. Em sua maioria, acusavam-no de desviar dinheiro dos cofres da

⁶²⁶ Foram registradas dezenove reportagens, veiculadas por *A Verdade*, com diferentes acusações, denúncias ou críticas ao prefeito durante o ano de 1957. Nenhum outro político ou órgão público teve o mesmo número de ataques do jornal.

prefeitura para a construção de suas casas⁶²⁷, para favorecer aliados⁶²⁸ ou para financiar a campanha a deputado federal a qual Cunha concorreria no ano seguinte.⁶²⁹

O aumento da tiragem do jornal e a mudança na periodização – tornou-se diário – indicam que Manoel de Menezes fora bem sucedido com sua linha editorial. À medida que *A Verdade* tornava-se um sucesso de vendas, crescia o poder político e financeiro de seu proprietário, algo que, diante da imprevisibilidade de suas posturas, causava grande desconforto entre os grupos no poder. Em 1957, Menezes se achava consolidado no meio jornalístico e satisfeito economicamente. Publicara em seu jornal um desenho que retratava a posição alcançada e a frase: “Sofri, passei fome, apanhei mas me arranjei”.⁶³⁰

A comparação entre a representação pictográfica feita de Osmar Cunha e Manoel de Menezes deixa evidente os diferentes valores que o jornal procurava associar a cada um. No caso do prefeito, vestia fraque – uma roupa reconhecidamente de “elite” –, segurava um charuto pela boca, tinha ambas as mãos no bolso e usava uma máscara de ladrão. Sua postura era a de um homem curvado, deixando à mostra uma saliente barriga e um discreto sorriso. Menezes era representado de forma elegante e esguia. Vestia sobretudo, chapéu e três anéis na mão direita. Uma das mãos repousava no bolso, deixando de fora do dedão. A outra segurava, na ponta dos dedos, uma piteira. Ao fundo da imponente figura, um luxuoso carro – a famosa charanga – e a sede do jornal *A Verdade*.

⁶²⁷ “Osmar construiu duas casas com o dinheiro dos otários que venderam seus votos!”. Fonte: MENEZES, Manoel de. Prefeito ladrão! *A Verdade*. Florianópolis, 25 jan. 1957.

⁶²⁸ “O tal ‘Departamento de Turismo’ é a maior marmelada que Osmar Cunha inventou. Dominginho ‘diplomou-se’ na Bahia e mostrou sua incapacidade – Enquanto isso o bolso de alguém se enche com a ‘Taxa Turismo’, que rende milhões para os cofres do município.” Fonte: Gato com o rabo de fora. *A Verdade*. Florianópolis, 11 mar. 1957. “O prefeito mandou vender mil sacas de cimento a uma firma desta praça – Três capangas andam num jipe da prefeitura à minha procura. Afirmam eles que desta vez não terei tempo para abrir a boca!”. Fonte: MENEZES, Manoel de. Roubo de cimento. *A Verdade*. Florianópolis, 18 mar. 1957.

⁶²⁹ Menezes denunciava o pagamento de “propina” à imprensa para fazer matérias favoráveis ao prefeito. Mencionava dinheiro recebido pela rádio Anita Garibaldi. Fonte: MENEZES, Manoel de. 60 milhões para Osmar se eleger deputado federal e deixar o município “argolado” por 15 anos. *A Verdade*. Florianópolis, 06 jun. 1957. “Esbanja o dinheiro da prefeitura de Florianópolis em churrascos e banquetes para se eleger deputado federal. – Desvio de máquinas pesadas para fins inconfessáveis. – Excursões e outras coisitas mais.” Fonte: MENEZES, Manoel de. Osmar Cunha, o gozador! *A Verdade*. Florianópolis, 25 nov. 1957.

⁶³⁰ Ver imagem nº 5. Fonte: *A Verdade*. Florianópolis, 15 ago. 1957.

Figura 7:
“Sofri, passei fome, apanhei, mas me arranjei”: desenho de Manoel de Menezes publicado em *A verdade*.



Fonte: *A verdade*, Florianópolis, 15 ago. 1957.

Os desenhos usavam o universo simbólico para construir imagens distintas. Ambos trajavam roupas finas, associadas à porção economicamente mais abastada da sociedade. Todavia, a máscara, os bolsos cheios e o sorriso sinalizavam que Osmar obtivera tal posição de forma escusa, valendo-se da condição de prefeito municipal. Menezes, ao contrário, tinha ao fundo a sede do seu jornal, indicando que a ascensão econômica se dera

mediante uma atividade lícita. Ao contrapor-se ao “prefeito ladrão” e “caluniador” o jornalista abria espaço para sua afirmação social.

A despeito do aumento de seu cabedal político, a experiência de 1954 fez-lhe noticiar que desistira de qualquer pretensão eleitoral. Em julho de 1957, deixou explícito seu objetivo para as eleições de 1958: “arranjar muita gaita para garantir o futuro de minha família”. Campanha política já custava caro e os resultados eram incertos, portanto, “nada de bancar o loque a criar mais inimigos, na esperança de ser eleito. Nada de ser bordejado por picaretas que fazem 20 mil negócios com o simples título de eleitor”. Dizia aos políticos: “Fiquem tranquilos e tratem de arranjar a jabaca”.⁶³¹

Para o dono de *A Verdade*, o prestígio alcançado o tornaria figura disputada pelos candidatos, ocasião propícia para negociar seu apoio. Entretanto, os desdobramentos em torno do boletim anônimo, no segundo semestre de 1957, fizeram-no mudar de ideia. Aliás, aquele não fora o único. Houve um “Suplemento Especial de *A Verdade*”, que atacava duramente o governador Jorge Lacerda, um dos principais aliados de Menezes.⁶³² Raciocinou que, se havia tanto interesse em denegrir sua imagem, era porque se constituía figura influente: “nunquinha pensei ter tanto cartaz ao ponto de chegarem a fazer um jornal anônimo inteirinho dedicado aqui ao papai”. Por conseguinte, seria candidato a deputado estadual e previa: “serei o deputado mais votado de Santa Catarina”.⁶³³

Ao concluir que Osmar Cunha teria sido o responsável pelo jornal anônimo, estava declarada a guerra contra o prefeito e seus defensores. Os amigos de Osmar seriam seus inimigos. Tal máxima possivelmente foi o que levou *A Verdade* a trocar acusações com Tito Carvalho, diretor e proprietário do jornal *Diário da Tarde*.⁶³⁴ Carvalho publicou a

⁶³¹ MENEZES, Manoel de. Não sou candidato. *A Verdade*. Florianópolis, 01 jul. 1957.

⁶³² “Boletins anônimos aos montes espalhados nesta capital. A polícia está vigilante para surpreender os distribuidores. – Inquietação das famílias: ninguém sabe quem será a próxima vítima. - Os suspeitos. – É falso o “Suplemento Especial de A VERDADE”. Fonte: MENEZES, Manoel de. A arma dos canalhas. *A Verdade*. Florianópolis, 02 set. 1957.

⁶³³ MENEZES, Manoel de. O que dizem... e eu não afirmo. *A Verdade*. Florianópolis, 02 set. 1957.

⁶³⁴ Tito Carvalho adquiriu o *Diário da Tarde* após a morte de Adolfo Konder, em 24 de setembro de 1956. Desde então, o periódico deixa de ser um veículo propagador do udenismo catarinense e passa a se intitular “sem ligações partidárias”. Em virtude da querela estabelecida em torno da agressão ao prefeito, Hermínio de Menezes Filho, pai de Manoel de Menezes, passa a assinar reportagens criticando o proprietário do *Diário da Tarde* e colocando em suspeição o processo de compra junto à herdeira de Adolfo Konder: “Não poderá continuar a circular, mas seu diretor manda os guris gritarem pelas ruas que está desafiando o Menezes. Tito está preparando uma ‘baianada’ para a mãe do falecido dr. Adolfo Konder.” Fonte: MENEZES FILHO, Hermínio de. É um jornal clandestino. *A Verdade*. Florianópolis, 20 jan. 1958. “Porque a inveja e o vil metal falaram mais alto do que uma longa amizade, de 40 anos, hoje tenho de trazer a público parte da vida

versão de Osmar Cunha e dedicou grande parte dos números posteriores para dar visibilidade às moções de apoio ao chefe do executivo.⁶³⁵ Como revide, *A Verdade* criticou a “imprensa sadia” da Ilha que balizava sua opinião pelas verbas de publicidade da prefeitura.⁶³⁶

O linguajar de *A Verdade* era pesado, sobretudo quando se referia a Osmar Cunha e a J. J. Barreto. O prefeito era descrito como “muito pior e mais nocivo do que o escorpião, que destila veneno pelo rabo; que a lesma que se envolve em visco; que os escaravelhos e vermes que exalam a podridão do esterco em que vivem e onde se nutrem”.⁶³⁷ Alcunhado de “prefeito anonimista”, Menezes Filho, pai de Manoel de Menezes, denunciava que o chefe do executivo gastara 830 mil cruzeiros em sua defesa no processo sobre o boletim anônimo.⁶³⁸ Ademais, teria acabado com os cofres municipais ao despender em três anos mais do que a soma de seus antecessores dos últimos dez anos. O pai de Menezes, assim como o filho, também deixava claro que enveredaria pelo caminho político: “Quero ser vereador para apurar essas bandalheiras”.⁶³⁹

Nas primeiras semanas de 1958, o clima esquentava com a iniciativa da *Rádio Anita Garibaldi* de fazer uma “Campanha de Moralização da Cidade”. O objetivo era realizar uma “profilaxia social” em defesa das “famílias” e das “classes honradas”.⁶⁴⁰ O diário comandado por Tito Carvalho enveredou na campanha contra “um jornalismo rebaixado à condição de instrumento de ganhos ilícitos pela chantagem, pelo escândalo, pela calúnia, pela difamação, pelo atentado ao pudor público, pelo indecoro da linguagem”.⁶⁴¹ Osmar Cunha usou os microfones da emissora para relatar sua versão da agressão em sua

pregressa de Tito Carvalho.” Fonte: MENEZES FILHO, Hermínio de. Escolhi ficar com meu filho. *A Verdade*. Florianópolis, 20 jan. 1958.

⁶³⁵ Protocolaram apoio público ao prefeito a União Catarinense dos Estudantes Secundaristas (UCES), o Clube Recreativo Limoense, a Federação Catarinense de Desportos Universitários e um grupo de motoristas profissionais. Fonte: Mensagem de solidariedade da UCES ao Sr. Dr. Osmar Cunha, prefeito municipal. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 10 jan. 1958; Ainda o atentado da Lagoa. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 11 jan. 1958; Manifestam-se os motoristas. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 11 jan. 1958.

⁶³⁶ “... é só ver os gastos da Prefeitura em publicidade. Basta ver o quanto leva o Diário da Tarde. Para isso basta ver quanto leva O Estado. (...) ou mesmo quanto o povo dessa infeliz terra paga, por intermédio dos cofres da prefeitura, para as Rádios Guarujá e Anita Garibaldi. Por dinheiro, os meus detratores são capazes de vender a alma ao diabo.” Fonte: MENEZES, Manoel de. A imprensa “sadia”. *A Verdade*. Florianópolis, 06 jan. 1958.

⁶³⁷ MENEZES FILHO, Hermínio de. Osmar Cunha é pior... *A Verdade*. Florianópolis, 09 jan. 1958.

⁶³⁸ MENEZES FILHO, Hermínio de. 830 mil cruzeiros. *A Verdade*. Florianópolis, 20 jan. 1958.

⁶³⁹ MENEZES FILHO, Hermínio de. Osmar já devorou 200 milhões da prefeitura! *A Verdade*. Florianópolis, 27 jan. 1958.

⁶⁴⁰ Saneamento: aplausos à emissora Anita Garibaldi. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 16 jan. 1958.

⁶⁴¹ Função social da imprensa. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 17 jan. 1958.

residência. Oswaldo Rubin, locutor de um dos programas mais ouvidos da cidade, pedia a prisão do agressor, Menezes, ou sua internação na Colônia Santana.⁶⁴² Cobrava-se uma posição de repúdio do governador Jorge Lacerda.⁶⁴³

A *Verdade* reagiu contra a “Campanha de Moralização” atacando Barreto e Oswaldo Rubin. O primeiro teria diversos empregos públicos, mas não trabalharia em nenhum. O segundo seria procurado por passar cheques falsos no Rio de Janeiro e, em São Paulo, por ter fugido com a mulher do Sr. Jorge Mara e “180 contos”.⁶⁴⁴ Além disso, Barreto e Robin seriam usuários contumazes de maconha.⁶⁴⁵ A posição do governador ficou conhecida quando o jornal de Menezes estampou a notícia “O preço da traição!”, em que dizia: “Para acabar com meu jornal e me jogar na cadeia, Lacerda juntou-se ao prefeito anonimista, Osmar Cunha”.⁶⁴⁶

Duas semanas depois, Menezes deu destaque às obras do governo do estado e deixou claro, em primeira página, seu apoio. Reconhecia que tinha ouvido “pessoas invejosas” que objetivavam desestabilizar a relação do jornalista com o chefe do executivo. Por pensar que o governador aderira ao plano de colocá-lo na cadeia, Menezes escrevera a “áspera nota”. Contudo, como Lacerda esclarecera tudo pessoalmente, o plano dos “falsos amigos” não obteve sucesso. A edição vinha com oito páginas inteiras de publicidade, dedicadas a enaltecer as obras do “ilustre governador”.⁶⁴⁷

Em síntese, acusações, boletins anônimos, xingamentos, agressões e invocações à moral e à família fariam parte do conturbado início de 1958, ano destinado às eleições proporcionais em nível estadual e municipal. Em Florianópolis, crescia a influência dos grupos de esquerda e de personagens como Menezes. No plano estadual, os partidos pensavam a disputa pelo Senado como uma prévia das eleições para o executivo, em 1960.

⁶⁴² MENEZES, Manoel de. *Retalhos do tempo: o que vi, fiz e ouvi*. 2 ed. Florianópolis: Edeme, 1977. p. 187.

⁶⁴³ Drágeas políticas. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 17 jan. 1958.

⁶⁴⁴ A rádio dos marginais. Covil do réu Robin e do necrófago locutor Barreto, que vem se alimentando de cadáveres! *A Verdade*. Florianópolis, 16 jan. 1958.

⁶⁴⁵ “Barreto, charlatão e maconheiro. – Quando bate a tara, transforma-se num urubu, avança nas empregadas não respeitando as caras! – Enganou uma cidade inteira para continuar na miséria, devendo em toda parte. (...) Aqui está o chefe do bando de maconheiros da rádio Anita Garibaldi. Queima erva de manhã à noite e quando fica com o BODE vai para o microfone proferir os mais repugnantes ataques contra mim, pois foi enfeitado por Osmar Cunha de futuro prefeito da capital. A cidade está se divertindo com o palhaço, que nem sequer sabe pronunciar a palavra ANALFABETO.” Fonte: MENEZES, Manoel de. *A Verdade*. Florianópolis, 20 jan. 1958.

⁶⁴⁶ MENEZES, Manoel de. O preço da traição! *A Verdade*. Florianópolis, 16 jan. 1958.

⁶⁴⁷ MENEZES, Manoel de. Falhou o golpe dos falsos amigos de Lacerda. *A Verdade*. Florianópolis, 31 jan. 1958.

Os partidos arquitetavam suas composições e os pré-candidatos brigavam internamente. Em junho de 1958, o acidente com o Convair 440 deixou Santa Catarina de luto e alterou o panorama político do pleito.

3.6 – Disputas no PSD catarinense e as articulações para o pleito de 1958

Além da troca de acusações pela imprensa, o episódio envolvendo Manoel de Menezes e Osmar Cunha tornou ainda mais evidente as divergências internas no PSD. O processo eleitoral de 1955, que culminou com a eleição de Juscelino Kubitschek, mostrara como o partido não estava coeso. O grupo comandado por Nereu Ramos relutou em aceitar o nome do político mineiro e deu pouco destaque a ele. A campanha de JK em Santa Catarina foi carregada por Leoberto Leal, representante da Ala Moça pessedista. Na mesma eleição, Leal perdeu para Francisco Benjamim Gallotti a disputa interna pela indicação ao executivo estadual. Conforme demonstrado anteriormente, enquanto aquele capitaneava a campanha do candidato nacional, este dava mostras de infidelidade ao flertar com os simpatizantes de Adhemar de Barros. Com a vitória de Juscelino e a derrota de Gallotti, aumentaram as disputas por espaço entre velhas e novas lideranças.

Nereu Ramos foi peça fundamental no “contragolpe preventivo” que garantiu a posse dos eleitos. Como retribuição, em sua primeira composição ministerial, JK o nomeou ministro da Justiça. Leoberto Leal, junto com outros oito deputados federais da Ala Moça, constituía o principal suporte legislativo do governo. O grupo buscava espaço em um partido comandado por “velhas raposas” e passou a assumir a defesa do governo nas principais CPIs do período. Leal foi presidente da Comissão sobre a administração do território do Acre, em 1958, e relator da Comissão sobre a organização do sistema ferroviário nacional. Na Câmara, o deputado catarinense se postava na porta do plenário para evitar a saída de parlamentares na votação de projetos de interesse do governo. Tal medida, antipática, mas alegadamente necessária, encontraria sua justificativa porque a bancada udenista pedia a verificação de voto e depois se retirava para não dar quórum.⁶⁴⁸

⁶⁴⁸ HIPPIÓLITO, Lúcia. Op. cit. p. 162-164.

Os jornais florianopolitanos noticiavam as rugas entre os políticos da Ala Moça e as lideranças históricas pela disputa da senatoria.⁶⁴⁹ Apesar de gozar de prestígio junto ao presidente, Leoberto Leal tinha dificuldades em cavar um espaço dentro do PSD local. Celso Ramos, irmão de Nereu, e Aderbal Ramos da Silva, sobrinho de Nereu, articulavam as alianças para o pleito de 1958, ignorando a presença da Ala Moça. Um dos principais aliados de Leoberto Leal era o controverso Manoel de Menezes. Em virtude de sua proximidade com os altos escalões do governo, o deputado foi fundamental para viabilizar as autorizações necessárias para o surgimento da *Rádio Jornal A Verdade*.⁶⁵⁰ Diante do boato de que as velhas lideranças de PSD e UDN se juntariam para suplantar os “moços”, Menezes projetava uma aliança entre os dissidentes. Leoberto Leal e Jorge Lacerda se uniriam, com o apoio do PTB, PSP e PRP: “... a bola está com os moços. O acordo vai sair, não como Irineu e Nereu estão querendo. Lugar de velho é na cadeira de balanço...”⁶⁵¹

O boato de um possível acordo entre as novas lideranças das legendas em Santa Catarina encontrava ressonância nas movimentações políticas nacionais. A Ala Moça pessedista assumiu posturas que a colocou em contato com grupos similares formados em outros partidos, como a Bossa Nova da UDN e o Grupo Compacto do PTB. Em comum, pautas que incomodavam a facção “tradicional” dos partidos: defesa da Petrobrás, reordenamento da remessa de lucros, disciplinamento da entrada de capitais estrangeiros e reforma administrativa. Tal posicionamento fez com que Cirilo Júnior questionasse a atuação dos parlamentares da Ala Moça com uma metáfora: “Vocês querem serrar o galho onde estão sentados?!?”⁶⁵²

De acordo com Hippólito, a Frente Parlamentar Nacionalista, de atuação destacada nos governos de Jânio Quadros e João Goulart, foi criada pela Ala Moça, em 1956, com o objetivo de lutar “contra o imperialismo em geral e o capital estrangeiro em

⁶⁴⁹ O jornal udenista publicou nota mencionando que Alfredo Cherem, presidente da LBA, e Wilmar Dias estariam compondo ao lado de Leoberto Leal, contra Celso Ramos e Aderbal Ramos da Silva, ligados a Nereu Ramos: “Informa-se que Cherem e Wilmar Dias lideram no Estado a ala Leoberto contra Celso e Deba. As divergências de outrora entre Leoberto e Wilmar foram totalmente neutralizadas graças a mediação do presidente da LBA”. Fonte: Vozes da Ilha. *Resistência*. Florianópolis, 06 ago. 1956; Vozes da Ilha. *Resistência*. Florianópolis, 22 out. 1956.

⁶⁵⁰ “... graças a Deus e ao invejável prestígio de Leoberto Leal junto ao Sr. Presidente da República e Ministro de Viação, fez com que fosse autorizada a concessão para o funcionamento da RÁDIO JORNAL A VERDADE...”. MENEZES, Manoel de. Azar o deles. *A Verdade*. Florianópolis, 19 dez. 1957.

⁶⁵¹ MENEZES, Manoel de. Lacerda escutou Leoberto. *A Verdade*. Florianópolis, 30 dez. 1957.

⁶⁵² HIPPOLITO, Lúcia. Op. cit. p. 165.

particular”.⁶⁵³ Tinha caráter suprapartidário, com 30 parlamentares do PTB, 12 do PSD, 10 da UDN e 9 de outros partidos, como o PSP e o PR. Seus componentes não formavam um grupo homogêneo, divergiam em aspectos polêmicos, como a reforma agrária. Para Lucília de Almeida Neves Delgado, não obstante suas diferenças, a FPN atuou como advogada de defesa, no Congresso Nacional, do nacionalismo reformista reivindicado pelos movimentos populares. A ideia chave que os unia era a de que “uma nação emancipada seria construída como desdobramento da adoção de políticas nacionalistas efetivas”.⁶⁵⁴

Findo o segundo ano de governo de JK e diante da atuação destacada do grupo de Leoberto Leal, começou a reação da “oligarquia do partido”. No início de 1958, governadores e líderes do PSD decidiram em reunião modificar as relações com Juscelino, “com objetivo de restaurar algumas práticas clientelistas [...] e isolar o presidente da República do grupo reformista”. A deliberação repercutiu como uma bomba dentro do partido, sendo considerada uma “declaração de guerra da oligarquia contra a Ala Moça”.⁶⁵⁵

Dias depois da notícia, em entrevista, Leoberto Leal falava sobre a conjuntura política do estado e do país. Em questão, as aproximações entre UDN e PTB em alguns estados, como Paraná e Piauí, e a postura do PSD para as eleições seguintes. Para Leal, ao contrário da atuação nos primeiros anos de governo de Juscelino, o PSD encontrava-se em “estado letárgico”. Era preciso que seus chefes dinamizassem o partido, auscultassem o povo, “sentindo os seus problemas, vibrando com ele”. O PSD precisaria de “maiores doses de ‘juscelinismo’”.⁶⁵⁶

Dada as raízes históricas das duas legendas, o deputado manifestava-se cético quanto a supostas alianças entre UDN e PTB nos estados. Não seria coerente que a UDN fizesse dura oposição ao governo federal e, ao mesmo tempo, se coligasse com um de seus principais aliados nos estados: isso implicaria “um giro de 180 graus sem preparar a opinião pública”. Leoberto Leal referia-se não apenas às alianças no Paraná e no Piauí, mas a diálogos estabelecidos entre Doutel de Andrade, secretário-geral da Executiva Nacional do

⁶⁵³ Id.

⁶⁵⁴ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 364-365.

⁶⁵⁵ Hippólito tomou como base a notícia do jornal carioca *Correio da Manhã*, de 26 de janeiro de 1958. HIPÓLITO, Lúcia. Op. cit. p. 173.

⁶⁵⁶ PSD estacionado e UDN no caminho errado, diz o líder Leoberto Leal. *A Verdade*. Florianópolis, 27 jan. 1958.

PTB, e o governador de Santa Catarina, Jorge Lacerda. A proposta seria de o PTB apoiar o nome de Irineu Bornhausen para o Senado, indicando Carlos Gomes para a suplência. Dois anos mais tarde, em 1960, Irineu renunciaria ao cargo de senador para disputar o governo do estado com o apoio dos trabalhistas.⁶⁵⁷ Caso o arranjo fosse bem sucedido, os trabalhistas teriam um senador por Santa Catarina durante seis anos e a UDN completaria três mandatos no executivo estadual.

O posicionamento do PSD catarinense isolava a Ala Moça e afastava-se do “juscelinismo” proposto por Leal. Para Hippólito, o objetivo das ações da Ala Moça era “ocupar o *novo centro político*”. O PSD criara um descompasso ao não acompanhar os “sinais de mudança emitidos pela sociedade brasileira”. Os moços pretendiam vencer a disputa interna para que, ocupando o “novo centro”, o partido desempenhasse suas funções de “fiador da estabilidade política”.⁶⁵⁸ Todavia, para as “raposas pessedistas”, a atuação do grupo ameaçava seu domínio político. A reação se deu por meio da aproximação com JK e com o progressivo isolamento da Ala Moça.

Apesar de aludir à relação entre o “novo centro político” e os “sinais de mudança emitidos pela sociedade brasileira”, a autora não explorou os processos através dos quais essas transformações operaram. De acordo com Hippólito, a Ala Moça ocupava “o verdadeiro lugar do PSD”, “um partido sólido, de grande força parlamentar, situado no centro do sistema partidário, contribuindo para a estabilidade do regime”.⁶⁵⁹ Nessa perspectiva, o almejado centro político ganha um caráter quase ontológico em relação às dinâmicas sociais. Há uma naturalização do conceito, como se a mudança nele encetada fosse algo lógico, causal, e não produto dos embates ideológicos e de classe travados no seio da sociedade. Enquanto o PSD ocupasse o tal “centro político”, haveria um “sistema partidário” estável. Portanto, vislumbrava-se a derrocada da “república populista” a partir do afastamento da sigla do “centro”, provocando a crise do “sistema” e sua posterior dissolução. Diante desse quadro, as lutas políticas soam como notas destoantes de um concerto com final previsível. Em outras palavras, anestesia-se a capacidade de agência dos sujeitos, sobrepondo sistemas políticos estruturantes às contingências históricas.

⁶⁵⁷ Negociatas eleitorais. *A Verdade*. Florianópolis, 25 abr. 1958.

⁶⁵⁸ HIPPOLITO, Lúcia. Op. cit. p. 171.

⁶⁵⁹ Id.

Em Santa Catarina, as disputas internas da sigla estavam abertas e é difícil prever como se dariam as articulações políticas caso não houvesse as mortes do governador do estado, do nome maior do PSD catarinense e do principal político da Ala Moça. Após o episódio na casa do prefeito da capital, o Diretório Regional da Ala Moça manifestou sua solidariedade a Osmar Cunha, como “um testemunho eloquente de que os homens de bem condenam os processos de desrespeito às instituições democráticas”.⁶⁶⁰ Leoberto Leal, por sua vez, solidarizou-se com Manoel de Menezes, deixando cada vez mais claras as cisões internas da sigla.⁶⁶¹

O apoio dado ao suposto agressor de um correligionário – não um membro qualquer do partido, mas o prefeito da capital de Santa Catarina – sinalizava que Leal projetava sua carreira política de forma independente, sem prestar fidelidade às deliberações da seção regional do partido. Ao “hipotecar solidariedade” a Menezes, cujo prestígio fora reforçado com o lançamento da *Rádio Jornal A Verdade*, o deputado executava um perigoso cálculo político-eleitoral visando às eleições vindouras. É arriscado prever os efeitos que teriam as aproximações e arranjos tecidos no primeiro semestre de 1958 caso não houvesse o acidente com o Convair 440. O fato é que a tragédia deixou PSD e UDN órfãos de alguns de seus principais nomes.

Ironicamente, o jornal *O Estado* estampava em sua edição do dia 15 de junho de 1958 a manchete: “O progresso da aviação no Brasil”. Na esteira dos discursos de modernização, a reportagem exaltava José Bento Ribeiro Dantas e João David Ferreira Lima pela iniciativa em construir o Consórcio Cruzeiro do Sul – Transportes Aéreos Catarinense. Simbolizava a união do “espírito bandeirante” com o “ilustre catarinense”, orientando a expansão da TAC, “motivo de legítimo orgulho do povo barriga-verde”. A parceria Cruzeiro do Sul-TAC uniria “a experiência de muitos anos à grande capacidade técnica, representada em tripulações de elite, aeronaves seguras, contando com manutenção perfeita, impecável serviço de segurança de voo”. Ao final, listava a diretoria do consórcio,

⁶⁶⁰ Ainda o atentado contra o prefeito Osmar Cunha. *O Estado*. Florianópolis, 05 jan. 1958.

⁶⁶¹ Em sua coluna, Menezes dizia: “os deputados Leoberto Leal e Alfredo Cherem me contaram que o prefeito Osmar Cunha mandou implorar por 3 vezes para eles irem a sua residência, hipotecar solidariedade. Acontece que o recado que recebeu daqueles deputados foi este: Não temos nada com essa briga e não podemos de forma alguma desprestigiar nosso amigo Menezes!”. Fonte: MENEZES, Manoel de. O que dizem... e eu não afirmo. *A Verdade*. Florianópolis, 06 jan. 1958.

criado para “servir Santa Catarina”: João David Ferreira Lima (presidente), Genésio de Miranda Lins (vice-presidente), Otto Brayer (secretário) e Newton Cruz (tesoureiro).⁶⁶²

Exaltavam-se os nomes listados, destacando o pioneirismo da iniciativa. Reforçava-se a lógica de que a empresa, mais do que gerar lucros, tinha como fim “servir o povo catarinense”, a exemplo dos bandeirantes, que “rasgaram nossas matas implantando o marco do progresso”. Por esse motivo, cabia a reverência àqueles “homens abnegados, patriotas verdadeiros”. As iniciativas de empresários eram encaradas como vetores do progresso, fundamentais para fazer soprar os ventos da modernidade na bucólica capital de Santa Catarina.⁶⁶³ No caso em tela, os interesses econômicos comuns uniam figuras políticas tanto da UDN quanto do PSD.⁶⁶⁴ Dois dias depois da elogiosa reportagem, o Convair 440 da TAC-Cruzeiro do Sul caiu ao tentar aterrissar em Curitiba.

A principal característica da eleição de 1958 era o fato de ser encarada como uma prévia do pleito de 1960. Os dois principais partidos do estado articulavam o apoio para o Senado mirando a disputa pelo executivo estadual. Na UDN, os rumores sobre uma possível candidatura do integralista Plínio Salgado para o Senado por Santa Catarina deixavam o grupo de Irineu Bornhausen preocupado.⁶⁶⁵ O ex-governador avaliava que a vitória na eleição de 1958 poderia ser fundamental para suas pretensões de retornar ao governo. Seu filho, Paulo Konder Bornhausen, juntamente com Ruy Hulse e Volney Colaço de Oliveira, fundara o jornal *Resistência* com o propósito de fortalecer a candidatura udenista à senatoria.⁶⁶⁶ Temia-se a articulação em torno de Plínio, visto que poderia obter o apoio do governador Jorge Lacerda, originariamente das hostes perrepistas.

De acordo com Fernando Caldeira Bastos, secretário de Jorge Lacerda, o governador tinha sido intimado pelo chefe nacional do PRP, que teria enviado emissários para tratar do apoio do governador a sua candidatura. Lacerda, por sua vez, decidira viajar

⁶⁶² O progresso da aviação comercial no Brasil. *O Estado*. Florianópolis, 15 jun. 1958.

⁶⁶³ Para uma compreensão melhor desse processo, ver: LOHN, Reinaldo Lindolfo. Op. cit. 2002.

⁶⁶⁴ João David Ferreira Lima foi candidato a suplente de Nereu Ramos (PSD) ao Senado na eleição de 1950, vencida por Carlos Gomes de Oliveira, pela aliança UDN-PTB. Genésio de Miranda Lins foi candidato a suplente de Adolfo Konder (UDN) na disputa pelo Senado de 1954. Também perdeu a eleição para os candidatos Saulo Ramos (PTB) e Nereu Ramos (PSD). Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resenha eleitoral: nova série*. Florianópolis: TRESA, 2001, p. 89.

⁶⁶⁵ Em março de 1958, o jornal *Diário da Tarde* criticou Irineu Bornhausen por não ter apoiado a candidatura de Plínio Salgado. Argumentava que, com o nome do chefe integralista, talvez fosse possível uma união entre UDN e PSD. Fonte: Grave erro político. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 21 mar. 1958.

⁶⁶⁶ BORNHAUSEN, Paulo Konder. Op. cit. p. 219, 220.

ao Rio de Janeiro para uma conversa pessoal com Plínio Salgado, de modo a expor a inviabilidade da candidatura por Santa Catarina. Ao chegar ao saguão do aeroporto, foi surpreendido pela presença de Nereu Ramos e Leoberto Leal. Constrangido, Lacerda embarcou no Convair 440 com os dois políticos.⁶⁶⁷ Quarenta minutos depois estariam mortos.

3.7 – “O Convair manobrava para aterrissar quando caiu”: as mortes de Nereu Ramos, Jorge Lacerda, Leoberto Leal e as eleições de 1958

No acidente, morreram Nereu Ramos, Leoberto Leal, Jorge Lacerda e outras dezessete pessoas. Consternados, os periódicos catarinenses noticiaram o fatídico acidente com enfoques diferentes. *A Gazeta*, principal porta-voz situacionista, noticiou a tragédia em primeira página, destacando ao centro o governador Jorge Lacerda.⁶⁶⁸ Os jornais *A Verdade* e *A Semana* publicaram imagens dos três políticos ao entrar no avião, no aeroporto de Florianópolis, “lançando o derradeiro olhar para a nossa Ilha”.⁶⁶⁹ *O Estado*, vinculado ao PSD e à família Ramos, publicou a manchete: “Morreu Nereu Ramos”. Abaixo, a foto do governador, ladeada pelas imagens de Leoberto Leal e do jornalista Sidney Nocetti.⁶⁷⁰ Na mesma edição, uma nota da TAC-Cruzeiro do Sul lamentando o falecimento dos “eminentíssimos brasileiros”.

Nas semanas seguintes, a tristeza gerada pelo desastre aéreo contrastava com a euforia nacional após o primeiro título mundial da seleção brasileira de futebol.⁶⁷¹ Os periódicos repercutiam a tragédia, mesclando-a com as articulações para o pleito e as propagandas de móveis e eletrodomésticos. Os discursos de modernização e desenvolvimento passavam pelo consumo. *As Lojas Pereira Oliveira* (LPO) seduziam os consumidores oferecendo o refrigerador Clímax 1958 em parcelas de 825 cruzeiros mensais.⁶⁷² *A Modelar* disputava a preferência local publicando a lista dos produtos mais

⁶⁶⁷ Relato de Fernando Caldeira Bastos publicado em: BORNHAUSEN, Paulo Konder. Op. cit. p. 235-237.

⁶⁶⁸ O Convair manobrava para aterrissar quando caiu. *A Gazeta*. Florianópolis, 19 jun. 1958.

⁶⁶⁹ Homenagens de lágrimas. *A Verdade*. Florianópolis, 18 jun. 1958; Lançando o derradeiro olhar para nossa Ilha. *A Semana*. Florianópolis, 18 jun. 1958.

⁶⁷⁰ Morreu Nereu Ramos. *O Estado*. Florianópolis, 18 jun. 1958.

⁶⁷¹ Brasil campeão do mundo. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 02 jul. 1958; Brasil campeão do mundo. *A Semana*. Florianópolis, 02 jul. 1958.

⁶⁷² Lojas Pereira Oliveira. *O Estado*. Florianópolis, 22 jun. 1958.

vendidos: o refrigerador Brastemp, “o melhor”, o fogão Cosmopolita, “mais vendido em São Paulo e Rio de Janeiro”, a máquina de costura Vigorelli, “que dura toda a vida”, a lavadeira Thor, a enceradeira Lustrene e os “belos estofados e colchões” Probel.⁶⁷³ No jogo político, com a saída involuntária de algumas de suas principais peças, foi iniciada a movimentação para as eleições de 1958.

Plínio Salgado ainda desejava disputar uma vaga ao Senado pelo PRP de Santa Catarina. O *Diário da Tarde*, de Tito Carvalho, que em março defendia a candidatura de Plínio como uma oportunidade de unir udenistas e pessedistas, repudiava um suposto apoio do PTB ao “camisa verde”. Denunciava manobras feitas pela cúpula, articuladas por Jango e Doutel de Andrade, para que os integralistas apoiassem Brizola no Rio Grande do Sul e, em contrapartida, os trabalhistas catarinenses dessem seu voto a Plínio Salgado. Isso significaria “rifar” o nome de Carlos Gomes de Oliveira, que buscava a reeleição.⁶⁷⁴ O chefe nacional do PRP passava de alternativa a “paraquedista político”. O jornal salientava que nada tinha contra a candidatura de um perrepista, desde que saísse das fileiras do estado. Da maneira como estaria se construindo, seria uma aliança “imposta pelo discricionarismo intolerável do Sr. Belchior Goulart, como se o campo do PTB constituísse, em Santa Catarina, um prolongamento da estância de São Borja...”.⁶⁷⁵

A despeito das reportagens soarem como uma defesa do PTB e seus princípios contra um acordo de cúpula feito à revelia das bases, o periódico de Tito Carvalho deixava clara a preocupação dos udenistas com uma suposta aliança entre PTB e PRP. Isso porque a suposta aliança poderia contar com a presença do PSD, repetindo a coligação vitoriosa urdida na eleição para prefeito de Joinville, em maio de 1958. Na “Manchester catarinense”, a “União joinvillense”, formada por PSD-PTB-PRP, vencera as eleições municipais com Baltasar Buschler, desbancando o domínio udenista na principal cidade do norte de Santa Catarina.⁶⁷⁶ Acreditavam os udenistas que a articulação entre esses três partidos, independentemente do nome a ser escolhido como candidato ao Senado, formaria uma força política difícil de ser batida. A candidatura própria do PTB, em busca da

⁶⁷³ A Modelar. *O Estado*. Florianópolis, 11 jul. 1958.

⁶⁷⁴ Candidatura não desejada. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 27 jul. 1958.

⁶⁷⁵ Paraquedistas políticos. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 18 jul. 1958.

⁶⁷⁶ Vitória espetacular! *O Estado*. Florianópolis, 15 mai. 1958; RAMOS, Rubens de Arruda. Para bom entendedor... *O Estado*. Florianópolis, 15 mai. 1958.

reeleição de Carlos Gomes de Oliveira, ao contrário, dividiria o eleitorado e enfraqueceria o candidato pessedista.

Portanto, mais do que a indignação quanto aos “paraquedistas políticos”, estava em disputa o apoio de duas legendas importantes no estado. Em maio, o jornal *O Estado* noticiara o apoio de Érico Muller, presidente regional do PRP, a união entre as duas siglas para disputa pelo Senado.⁶⁷⁷ No entanto, a decisão não tinha o apoio de grande parte do partido, fiel às alianças construídas com a UDN e a Frente Democrática em eleições anteriores. Em agosto, em sua convenção estadual, o PSD deliberou que Celso Ramos, irmão de Nereu, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), diretor do departamento regional do SESI e presidente dos conselhos regionais do SESI e do SENAI, seria o seu candidato a senador.⁶⁷⁸ Com candidato próprio, os pessedistas partiam em busca de aliados, mas encontravam resistência no PTB. Os líderes trabalhistas afirmavam que o acordo feito na eleição anterior não havia sido cumprido e sinalizavam a candidatura própria.

Em julho de 1958, a UDN definiu Irineu Bornhausen como seu candidato ao Senado. O passo seguinte era partir para as coligações. Foi feita uma proposta ao PRP para que Biase Faraco ocupasse a suplência. Entretanto, o acordo não se concretizou. A cúpula perrepista optou por apoiar Celso Ramos. A decisão provocou uma cisão no partido de Plínio Salgado, como atestam os intensos debates nos periódicos.⁶⁷⁹ *O Diário da Tarde*, que defendia a candidatura udenista, exaltava a dissidência.⁶⁸⁰ *O Estado* elogiava os diretórios não dissidentes e externava as ameaças de expulsão dos infiéis.⁶⁸¹

O PTB articulava-se para o pleito com candidatura própria. Segundo uma nota do partido, haveria um acordo, firmado na eleição de 1955, para que o PSD apoiasse seu

⁶⁷⁷ Novas manifestações de solidariedade e apoio ao destemido presidente regional do PRP. *O Estado*. Florianópolis, 20 mai. 1958.

⁶⁷⁸ Celso Ramos para o Senado. *O Estado*. Florianópolis, 20 ago. 1958; Celso Ramos para o Senado da República. *O Estado*. Florianópolis, 22 ago. 1958; Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. *O Estado*. Florianópolis, 24 ago. 1958.

⁶⁷⁹ A dissidência do PRP. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 12 set. 1958; Esclarecimentos oportunos. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 19 set. 1958.

⁶⁸⁰ “Cisão nas hostes integralistas. 51 prestigiosos elementos do PRP formam a dissidência do partido”. Fonte: Cisão nas hostes integralistas. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 11 set. 1958; Voltando à violência antiga. Os salgados ameaçam os dissidentes. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 26 set. 1958.

⁶⁸¹ Continua a degradingolada: diretórios e subdiretórios do Partido Social Progressista de Blumenau rompem com a UDN – o candidato ao senado pela eterna vigilância abandonado! *O Estado*. Florianópolis, 11 set. 1958; Esclarecimento. *O Estado*. Florianópolis, 18 set. 1958.

candidato ao Senado, em 1958. Em troca, o PTB manteria a Aliança Social Trabalhista para a disputa do governo do estado, em 1960. Contudo, o PSD ignorara o pacto e lançara Celso Ramos.⁶⁸² Para a UDN, a discordância entre trabalhistas e pessedistas era vista com bons olhos, pois ampliava as chances de vitória de Irineu. Considerado o fiel da balança, o partido da eterna vigilância ofereceu três secretarias de estado ao PTB em troca do apoio.⁶⁸³ Ao rejeitar o acordo, os trabalhistas optaram por disputar a vaga sem aliança com nenhum dos grandes partidos.⁶⁸⁴

Subjazia no PTB uma crise interna entre antigas lideranças estaduais e novos personagens. Figuras influentes no partido desde a redemocratização, como Saulo Ramos, Carlos Gomes de Oliveira, Telmo Ribeiro, José de Miranda Ramos e Acácio Garibaldi S. Thiago assistiam a ascensão política de Doutel de Andrade. Doutel tinha estreita amizade com João Goulart e exercera importantes cargos na cúpula nacional do partido.⁶⁸⁵ No início de 1958, integrou uma comissão, junto com Osvaldo Lima Filho, César Prieto e Francisco Clementino de San Tiago Dantas, encarregada de estruturar um programa nacional de reformas de base. Para o pleito de outubro, lançou-se candidato a deputado federal pelo PTB catarinense, articulando os diretórios do interior do estado para sua campanha. De acordo com Lenzi, este novo grupo abria espaço entre os antigos líderes através das máquinas do Ministério do Trabalho e da Previdência Social.⁶⁸⁶ Tinha um comportamento político pragmático. Enxergava nas coligações oportunidades para ampliar o espaço do partido. Diante da inviabilidade da Aliança Social Trabalhista, o vespertino da capital noticiou supostas articulações de Doutel de Andrade para que o PTB indicasse o suplente de Irineu Bornhausen.⁶⁸⁷ O boato fazia algum sentido. A candidatura de Carlos Gomes,

⁶⁸² Ambos os partidos publicaram notas nos jornais dando sua versão dos fatos. O PSD dizia que lançara Celso Ramos porque a cúpula nacional do PTB não aprovara o acordo firmado. Já o PTB afirmava que o acordo fora aprovado, mas solicitava uma alteração: condicionar seu apoio ao candidato do PSD ao governo do estado, em 1960, caso o candidato trabalhista vencesse as eleições para o Senado em 1958. Fonte: Nota Oficial do PSD de Santa Catarina. *A Gazeta*. Florianópolis, 19 ago. 1958; Nota do Partido Trabalhista Brasileiro. *A Gazeta*. Florianópolis, 21 ago. 1958; Partido Social Democrático: nota oficial. *O Estado*. Florianópolis, 19 ago. 1958; Comunicado do Partido Trabalhista Brasileiro. *A Gazeta*. Florianópolis, 26 ago. 1958; Partido Trabalhista Brasileiro – diretório de Santa Catarina. *A Gazeta*. Florianópolis, 27 ago. 1958.

⁶⁸³ Drágeas políticas. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 21 ago. 1958.

⁶⁸⁴ Carlos Gomes fala aos trabalhadores, aos catarinenses. *A Gazeta*. Florianópolis, 26 ago. 1958.

⁶⁸⁵ Foi primeiro-secretário do Diretório Nacional do PTB, em 1952, e secretário-geral, em 1955. Fonte: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. CPDOC-FGV. Verbete: Doutel de Andrade. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 23 jun. 2013.

⁶⁸⁶ LENZI, Carlos Alberto Silveira. op. cit. 263, 264.

⁶⁸⁷ Drágeas políticas. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 28 ago. 1958.

sozinha, teria poucas chances de vitória contra as duas maiores legendas do estado. Ademais, quando governador, Irineu foi um dos udenistas que dialogaram com o governo Vargas.

Os boatos sobre possíveis arranjos eleitorais tinham como objetivo, muitas vezes, desestabilizar a coesão interna dos partidos. Todavia, no caso petebista, as notícias sinalizam que os principais grupos do PTB catarinense tinham compreensões políticas distintas. Os “históricos” queriam a candidatura própria. Os chamados de “progressistas”, alinhados politicamente a Jango, queriam alianças.

O PTB não passava apenas por uma situação de disputas entre tendências. A partir da segunda metade da década de 1950, houve uma tensão constante entre base e cúpula. Com o recrudescimento dos ideais nacionalistas, setores do partido aproximaram-se de militantes do PCB.⁶⁸⁸ Cabe lembrar que os comunistas brasileiros, após o impacto da denúncia de Nikita Khruchchev, em 1956, contra os crimes cometidos pelo regime stalinista, viveram um período de debates internos e reflexões quanto à sua postura. A “Declaração sobre a política do PCB”, de março de 1958, representou a visão do segmento que entendia que a luta do partido pela revolução seria feita em duas etapas: a democrática-nacional e a socialista. Essa postura indicava o apoio às reformas de base e reconhecia no governo Kubistchek uma composição heterogênea, com uma ala nacionalista – a qual se deveria dar todo apoio – e uma ala “entreguista”. Ao contrário da postura da primeira metade dos anos 1950 – ainda sentida com a cassação de seu registro pelo governo Dutra –, em que rejeitou acordos e propôs o golpe contra “o nacional-reformismo da burguesia”, o PCB se integrava ao cenário político-institucional ao lançar candidaturas por outras legendas, buscando sua legalidade de direito.⁶⁸⁹

Além da vaga para o Senado Federal, as eleições de 1958 decidiriam a composição da Câmara dos Deputados, da Assembleia Legislativa e da Câmara de Vereadores. Em Florianópolis, expectativa e apreensão pelas candidaturas de Manoel de Menezes, a deputado estadual pelo PSP; Hermínio de Menezes Filho, a vereador pelo PSP; Manoel

⁶⁸⁸ Para as aproximações entre trabalhistas e comunistas no meio sindical brasileiro, ver: SANTANA, Marco Aurélio. *Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 237-279.

⁶⁸⁹ SILVA, Fernando Teixeira da; SANTANA, Marco Aurélio. *O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 124, 125.

Alves Ribeiro, a vereador pelo PSP; e Nereu do Vale Pereira, a vereador pelo PDC. Ideologicamente distintos, todos tinham grande inserção junto aos trabalhadores da cidade. Os dois primeiros tornaram-se populares pelas ações encampadas através do jornal e da *Rádio Jornal A Verdade*. Manoel Alves Ribeiro, conhecido como Mimo, era eletricista, filiado ao PCB e figura atuante no Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Florianópolis – cuja presidência, como foi visto páginas atrás, era exercida por outro comunista, Ednil Gomes Ferrão, também candidato a vereador. Nereu do Vale Pereira, filho do ex-comunista Hypólito do Vale Pereira, igualmente participava ativamente das organizações operárias. Ficara como primeiro suplente pelo PDC na eleição para vereador de 1954, mas acabara por assumir os dois últimos anos de mandato no lugar do correligionário Carmelo Faraco.⁶⁹⁰

As campanhas de 1958 dedicaram-se mais a apresentar os candidatos do que a denunciar rivais. Ao contrário das eleições majoritárias, em que a acusação fazia parte da campanha, as principais acusações foram as de que Carlos Gomes recebera dinheiro da UDN para manter sua candidatura, de modo a enfraquecer o candidato do PSD, e a de infiltração de comunistas que estariam se candidatando por outras legendas.⁶⁹¹ Um dos principais acusadores foi Nereu do Vale Pereira. *A Gazeta* elogiou-o por protocolar, no Tribunal Eleitoral, pedidos de impugnação de candidaturas de comunistas.⁶⁹²

Juvenal Melchíades de Souza foi um dos que sofreu tentativa de impugnação. O proprietário do jornal *A Semana* lançou-se como candidato a vereador pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), em meados de agosto.⁶⁹³ Pouco mais de um mês depois, protestava contra a atitude de Nereu do Vale Pereira de tentar impedi-lo de se candidatar. Rebatia a acusação de que era comunista, lembrando o passado vermelho de Hypólito do Vale Pereira, pai de Nereu, expulso da sigla. Para o jornalista, o candidato a vereador pelo

⁶⁹⁰ Entrevista de Nereu do Vale Pereira a Camilo Buss Araujo em 13 de julho de 2010.

⁶⁹¹ Partido Trabalhista Brasileiro: alertando o povo. *A Gazeta*. Florianópolis, 01 out. 1958.

⁶⁹² O jornal *A Gazeta* destacou a atitude de Nereu do Vale Pereira: “O Sr. Nereu do Vale Pereira, líder operário, pertencente ao Partido Democrata Cristão, deu entrada no Tribunal Regional Eleitoral de impugnação contra candidato a deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro, denunciando suas atividades comunistas, com fundamento no art. 58 da Lei Eleitoral 2.550.” Fonte: Impugnada a candidatura de candidato comunista na legenda do PTB. *A Gazeta*. Florianópolis, 12 set. 1958.

⁶⁹³ SOUZA, Juvenal Melchíades de. Porque aceitei a minha candidatura à câmara municipal! *A Semana*. Florianópolis, 13 ago. 1958.

PDC taxava publicamente como “comunista ativo, terrorista ou cousa que o valha” todo aquele que fosse um “candidato nacionalista”.⁶⁹⁴

Manoel Alves Ribeiro também foi alvo da campanha anticomunista. Em seu relato de memórias, Mimo afirma que “os púlpitos das Igrejas foram transformados em tribunas político-eleitorais; foram instalados alto-falantes nas portas das igrejas e por elas despejavam-se injúrias e calúnias contra o candidato comunista Manoel Alves Ribeiro, o Mimo, como eu era conhecido”. Entre os participantes desse movimento, estava Nereu do Vale Pereira.⁶⁹⁵

Os democratas-cristãos ainda tentaram a impugnação de outra candidatura supostamente comunista, esta pelo PTB. Carmelo Faraco assinou artigo em que se mostrava preocupado com a aproximação entre trabalhistas e comunistas. Citava elogios à parceria feitos por João Goulart. O ato aparentemente desprezioso do vice-mandatário da nação representava uma “ameaça velada” de um conluio que ganhava força pelo Brasil e encontrava guarida em Santa Catarina. Faraco definia como louvável as atitudes de Nereu do Vale Pereira ao impugnar o registro “do candidato comunista, dirigente de jornal tipicamente marxista” – referindo-se, evidentemente, a Juvenal Melchíades de Souza –, bem como do candidato abrigado no PTB. Reprovava também a atitude dos dirigentes trabalhistas, “que concordaram com a inclusão em sua chapa de elemento de orientação e atitudes contrárias ao regime democrático”.⁶⁹⁶

O presidente regional do PTB, Acácio Garibaldi S. Thiago, respondeu ao artigo em dois jornais, afirmando que ao acusador caberia “o ônus da prova”. A chapa trabalhista fora aprovada pelo Tribunal Eleitoral e a tentativa de impugnação indeferida.⁶⁹⁷ Em réplica, Faraco, sem nominar, afirmou que os comunistas infiltrados no PTB e no PSP apareciam nos mesmos cartazes, “bastava ver a Avenida Mauro Ramos”. Não era uma questão de “ônus da prova”, mas de “um fato público e notório”. A negligência dos dirigentes

⁶⁹⁴ SOUZA, Juvenal Melchíades de. Um “candidato a vereador” pelo PDC pediu a impugnação da minha candidatura. *A Semana*. Florianópolis, 24 set. 1958.

⁶⁹⁵ “... a reação contou com a colaboração do também candidato Nereu do Vale Pereira, que com seu ato recebeu muitos votos dos padres.” Fonte: RIBEIRO, Manoel Alves. *Caminho*. 2 ed. Florianópolis: Guarapuvu, 2001. p. 105.

⁶⁹⁶ FARACO, Carmelo. Sinal Vermelho. *O Estado*. Florianópolis, 14 set. 1958.

⁶⁹⁷ THIAGO, Acácio Garibaldi S. Sinal Vermelho. *O Estado*. Florianópolis, 14 set. 1958. O mesmo artigo foi publicado também no jornal *A Gazeta*.

trabalhistas em coibir a “infiltração” era uma demonstração lamentável de que o sinal estava vermelho, “perigo à vista”.⁶⁹⁸

A aproximação entre comunistas e trabalhistas era um fenômeno que acontecia em outros lugares do Brasil, de modo que é factível que militantes vermelhos se abrigassem na legenda liderada por Jango. Como foi visto, a partir da segunda metade dos anos 1950, o PCB insere-se na dinâmica político-institucional, defendendo a transformação da sociedade a partir do fortalecimento do nacionalismo. No entanto, os artigos publicados nos periódicos não nominavam quem seria o candidato comunista abrigado no PTB. As páginas de anúncio de candidatos publicadas em *A Semana* dirimiram a questão. Ao observar os diversos anúncios, há dois, veiculados em dias diferentes, em que aparecem, lado a lado, Manoel Alves Ribeiro, candidato comunista a vereador pelo PSP, e Aldo Pedro Dittrich, candidato a deputado estadual pelo PTB. Os slogans eram quase iguais. O primeiro era um “homem do povo pelo interesse do povo”. O segundo, “um homem do povo pelo povo”.⁶⁹⁹ De acordo com os registros da DOPS-SC, Aldo Dittrich era advogado do Sindicato dos Mineiros de Criciúma e membro do Comitê Estadual do PCB.⁷⁰⁰

A campanha contra os candidatos comunistas, levada a cabo por alguns órgãos de imprensa, foi um dos principais elementos do pleito de 1958. Poucos dias antes da eleição, Jaime de Arruda Ramos usou sua coluna no jornal *A Gazeta* para denunciar o apoio dos comunistas ao candidato do PSD. A prova seria um boletim, supostamente assinado pelas entidades “Comitê Herculino Cascardo”, “Comitê Luiz Carlos Prestes”, “Movimentos Esquerdistas Estudantis das Faculdades de Direito e Odontologia”, “União Brasileira das Mulheres” e “Associações Pró-Paz”.⁷⁰¹

Independentemente da veracidade da denúncia, parece clara a aproximação de comunistas, trabalhistas e militantes identificados com a esquerda em organizações autointituladas “nacionalistas”. O nacionalismo passava a ser uma bandeira de campanha, abrigando grupos heterogêneos. Taxá-los de comunistas fazia parte da disputa política. Era

⁶⁹⁸ FARACO, Carmelo. Réplica. *O Estado*. Florianópolis, 25 set. 1958.

⁶⁹⁹ *A Semana*. Florianópolis, 24 set. 1958.

⁷⁰⁰ DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA. *Relatório enviado pela DOPS-SC ao CENIMAR com informações de elementos suspeitos de atividades subversivas*. Divisão Central de Informações. Doc. 771, top. 88. p. 18.

⁷⁰¹ RAMOS, Jaime de Arruda. Fim de campanha. *A Gazeta*. Florianópolis, 01 out. 1958. Em tempos em que se forjavam boletins às vésperas da eleição, é difícil estabelecer a veracidade do documento. O que parece ser possível afirmar é que, à luz da inserção comunista no jogo político, o anticomunismo manifestava-se como estratégia fundamental de campanha.

evidente que vincular o adversário aos “nacionalistas” não tinha o mesmo impacto eleitoral que ligá-lo ao fantasma vermelho. Igualmente, a reverberação desse discurso em solo barriga-verde sugere certa preocupação quanto à aproximação dos grupos populares sob o discurso da defesa dos interesses nacionais. Essa suposta preocupação se transformaria em temor após a abertura das urnas.

3.8 – “O povo canta a vitória de Menezes”: vencedores e vencidos de 1958

Com o jornal “mais comentado da cidade” e uma estação de rádio a seu dispor, Manoel de Menezes fez sua campanha para deputado estadual. Entre seus lemas de campanha, a defesa do povo, da moralização na administração pública e contra o aumento do custo de vida. Seu pai, Menezes Filho, fazia campanha ao seu lado, pleiteando uma cadeira na câmara municipal. A despeito de se candidatarem pelo partido de Adhemar de Barros, utilizavam a vassoura janista como símbolo da luta contra a corrupção. Menezes Filho afirmava: “Não quero ser vereador, quero ser varredor”.⁷⁰² Aludia não apenas às obras inacabadas de Osmar Cunha – inimigo número um de seu filho –, mas também à compra de votos em curso durante os últimos dias de campanha. A decisão do eleitor seria um esforço patriótico e sincero de salvação pública. Não se deveria dar o voto para candidatos “bonzinhos ou camaradas”, mas para aqueles que pretendiam “lutar pela moralização dessa coisa avacalhada e desmoralizada que campeia infrene por toda parte”. Exortava: “Eleitor, o teu título é o teu fuzil. Dá o tiro certo!”⁷⁰³

O resultado da corrida eleitoral era incerto. Em 1954, Menezes acreditara na vitória para o executivo. Dormiu prefeito e acordou palhaço, como lembrou posteriormente.⁷⁰⁴ À medida que as urnas das seções eleitorais iam sendo apuradas, pai e filho enxergavam a vitória cada vez mais perto. Ao final, foram apurados 4.501 votos para Manoel de Menezes e 922 para Hermínio de Menezes Filho, ou seja, ambos foram eleitos como deputado estadual e vereador, respectivamente.⁷⁰⁵

⁷⁰² MENEZES FILHO, Hermínio. Não quero ser vereador, quero ser varredor. *A Verdade*. Florianópolis, 15 set. 1958.

⁷⁰³ MENEZES FILHO, Hermínio. Façamos a revolução do povo! *A Verdade*. Florianópolis, 15 set. 1958.

⁷⁰⁴ Para mais detalhes sobre o pleito de 1954, ver capítulo 2.

⁷⁰⁵ Para a votação de Manoel de Menezes no estado, ver: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resenha eleitoral: nova série*. Florianópolis: TRESA, 2001. p. 147. Para a votação de

Na disputa pelo Senado, nova vitória da UDN que elegeu Irineu Bornhausen com 216.775 votos (46,8%) contra 190.993 (41,2%) de Celso Ramos, do PSD, e 55.556 (12%) de Carlos Gomes de Oliveira, do PTB. A diferença para o candidato pessedista foi de 25.782 sufrágios (5,4%).⁷⁰⁶ Os números pífios do trabalhista na eleição para o Senado contrastaram com a votação expressiva para a Câmara Federal. A legenda fez 53.829 votos, elegendo Doutel de Andrade. Sua vitória nas urnas deu início a uma mudança no controle do partido em Santa Catarina.

Amigo íntimo de Jango, Doutel de Andrade era carioca e exercera postos importantes na direção nacional do PTB. No Rio de Janeiro, conheceu Lígia Moelmann, filha de empresário catarinense. Veio para Florianópolis “atrás dos olhos de Lígia”.⁷⁰⁷ Casaram-se. Doutel optou por traçar sua caminhada política a partir de Santa Catarina. De acordo com Luiz Augusto Gollo, o trabalhista teve 28 dias de campanha, fazendo uma média de mil votos por dia. Ao final da apuração, obteve 28.217 votos para a Câmara Federal, mais do que a soma dos outros cinco candidatos do PTB.⁷⁰⁸

Ficava clara uma desproporção entre a votação do líder trabalhista recém-chegado e os demais candidatos. Doutel fez, para deputado, mais da metade dos votos de Carlos Gomes, candidato ao Senado. Novamente, as fontes disponíveis no TRE-SC obrigam a arquitetar formas de se descobrir as zonas de maior influência dos candidatos. No caso das chapas proporcionais, não há a votação discriminada dos candidatos por município, apenas a da legenda. Dessa forma, não é possível cravar quantos votos Doutel de Andrade recebeu em cada município. No entanto, ao acompanhar a votação dos candidatos na capital em comparação com os demais municípios do estado, fica clara a pouquíssima pujança eleitoral demonstrada pelo partido no maior colégio eleitoral de Santa Catarina.

Hermínio de Menezes Filho, ver: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. Ata geral da apuração das eleições municipais em Florianópolis – Santa Catarina. Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. 1958. Doc. 64_4.

⁷⁰⁶ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resenha eleitoral: nova série*. Florianópolis: TRESC, 2001. p. 90

⁷⁰⁷ GOLLO, Luiz Augusto. *Doutel de Andrade*. Brasília: Coordenação de Publicações da Câmara dos Deputados, 2006. p. 151-158.

⁷⁰⁸ Os outros candidatos do PTB para a Câmara Federal eram: José de Miranda Ramos (9.840 votos), Rodrigo de Oliveira Lobo (9.232 votos), José Vitorino de Lima (2.721 votos), Pery Dácia Barreto (2001 votos), Atílio Ferreira Miranda (1.755 votos). Somados aos 63 votos dados para a legenda e à votação de Doutel, o PTB fez 53.829 votos. O quociente eleitoral foi de 48.983, portanto, garantiu ao PTB a eleição de um deputado federal. Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resenha eleitoral: nova série*. Florianópolis: TRESC, 2001. p. 104, 105.

Para a Câmara, o PTB foi a legenda mais votada em três cidades: Criciúma, Laguna e São Francisco do Sul. Para o Senado, Carlos Gomes de Oliveira venceu apenas em Criciúma e em São Francisco do Sul. Na comparação da votação por município, fica claro o predomínio de UDN e PSD. Irineu Bornhausen venceu em 65 cidades, contra 31 de Celso Ramos. A chapa udenista para a Câmara Federal também foi vitoriosa em 53 dos 98 municípios, contra 42 da legenda pessedista. Cabe ponderar, todavia, que a vitória da UDN na maioria dos municípios não garantiu a maior votação da legenda para a Câmara Federal. Com 211.776 votos, o PSD elegeu cinco representantes. A UDN somou 195.511 votos, garantindo quatro deputados.⁷⁰⁹ O PTB, como mencionado anteriormente, elegeu apenas 1, Doutel de Andrade.

A decisão do PTB em montar uma chapa própria para a Câmara Federal foi relativamente bem sucedida. Assim como em 1950, conseguiu eleger um deputado federal com votos exclusivos do partido.⁷¹⁰ Além disso, com a eleição de Doutel de Andrade, o eixo de apoio de Juscelino (PSD-PTB) conseguiu eleger seis das dez cadeiras em disputa. No caso da disputa pela senatoria, a opção pela candidatura própria rendeu pequena votação e, em que pese o histórico de diálogo entre Irineu e o grupo varguista, custou a vitória de um político de um partido de oposição ao governo federal.

A vitória do candidato udenista por uma margem de 5,4% dos votos, associada aos 12% obtidos por Carlos Gomes de Oliveira, suscitou a questão: seriam diferentes os resultados caso o PTB optasse por reeditar a Aliança Social Trabalhista e apoiar Celso Ramos? É impossível responder com precisão tal questão. No entanto, podemos estabelecer algumas digressões com base nos números por município. Primeiramente, é preciso deixar claro que é perigoso afirmar que o PTB seria decisivo levando-se em conta que os votos auferidos pelo seu candidato (12%) migrariam integralmente para o candidato pessedista. Não é possível garantir esta vitória hipotética. Somente a análise dos números estaduais não permite conclusões como esta. Sobretudo se levarmos em conta a aproximação entre Carlos Gomes de Oliveira e Irineu Bornhausen, em 1950, e os diálogos tecidos entre este, quando

⁷⁰⁹ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resenha eleitoral: nova série*. Florianópolis: TRESC, 2001. p. 105.

⁷¹⁰ Obviamente o parâmetro é em relação ao desempenho do PTB catarinense em outras eleições. Em comparação com a votação da sigla em outros estados, como Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, por exemplo, os trabalhistas de Santa Catarina eram uma força pouco expressiva. Em 1950, o PTB elegeu Saulo Ramos. Nas eleições seguintes, com a Aliança Social Trabalhista (PSD-PTB), os cinco deputados eleitos foram do PSD. Saulo Ramos ficou como primeiro suplente, assumindo após o desastre aéreo de 1958.

governador, e os ministros do governo Vargas – em especial seu correligionário, João Cleofas, Ministro da Agricultura. Para presumir qual candidato foi mais prejudicado pela candidatura petebista, é mister fazer a análise por municípios.

Como foi mencionado, Irineu Bornhausen venceu em 63 das 98 cidades do estado.⁷¹¹ No conjunto destas, a porcentagem do candidato udenista foi de 51,3%, contra 36,7% de Celso Ramos e 12,1% de Carlos Gomes. Nas cidades em que houve vitória do candidato do PSD, Celso Ramos auferiu 50,1% contra 40% e 9,21% dos candidatos de UDN e PTB, respectivamente. Esses números sinalizam, timidamente, que havia uma tendência dos votos do PTB prejudicarem mais o candidato pessedista. Nas duas cidades vencidas pelo político trabalhista, esse movimento fica evidente. Em Criciúma, Carlos Gomes vence com 35,7% dos votos. Irineu fica em segundo com 34,9%, uma diferença de 95 votos. Celso Ramos tem a terceira colocação com 29,4%, 687 votos atrás do primeiro lugar. Em São Francisco do Sul, a vitória trabalhista foi acachapante, com 50,1%. A UDN teve 32,9% e o PSD 16,9%. Embora sejam cidades com poucos eleitores, a baixa votação de Celso Ramos contrasta com o bom rendimento de Carlos Gomes. Irineu Bornhausen mantém praticamente a mesma porcentagem de votos.

Apesar de já parecer notório que a candidatura trabalhista puxou mais votos do político do PSD do que do candidato da UDN, ainda resta uma última reflexão. Ao calcular a porcentagem média do candidato trabalhista (12%), analiso desde cidades em que o PTB faz votações acima da média até aquelas onde havia forte polarização entre os dois maiores partidos, com votação inexpressiva da legenda trabalhista. Resta comparar, portanto, o desempenho de UDN e PSD nos municípios em que Carlos Gomes fez mais do que sua média estadual mas não venceu bem como aquelas com baixa votação trabalhista.

Dos 98 municípios, o político trabalhista fez mais de 12% dos votos em 33. Destes, o udenista Irineu Bornhausen venceu em 23, enquanto Celso Ramos venceu em 10. Nas cidades vencidas pela UDN e com votação trabalhista acima da média, o percentual das siglas é o seguinte: 49%, 30,8% e 20,2% para UDN, PSD e PTB, respectivamente. Nos 10 municípios vencidos pelo PSD, a porcentagem é de 47,3%, 36,8% e 16%, para PSD, UDN

⁷¹¹ A votação por município pode ser encontrada na seguinte fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resultado das eleições realizadas em 3.10.1958 por município: Senado Federal, Câmara Federal e Assembleia Legislativa*. Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. 1958. Doc. 62. Disponível em: http://www.tre-sc.jus.br/e-docsweb/abreConsulta/tipoConsulta/ARQUIVO_PERMANENTE

e PTB, respectivamente. Nos locais onde a legenda trabalhista ficou abaixo de sua média estadual, ou seja, com um impacto eleitoral pouco decisivo, os percentuais dos dois maiores partidos são similares. A UDN obteve em média 52,9% dos votos, contra 40,8% do PSD e 6,4% do PTB. Já o PSD auferiu 52,2%, contra 41,2% da UDN e 6,7% do PTB. Ou seja, quando o desempenho do PTB é baixo, a diferença percentual entre o partido vitorioso e o derrotado é parecida, tanto nas cidades vencidas pela UDN quanto nas cidades vencidas pelo PSD.

Os números apresentados demonstram que o PTB faz mais votos nas cidades em que a UDN vence. Por conseguinte, tira mais votos do PSD. Dada a pequena diferença entre UDN e PSD nos municípios onde os trabalhistas têm baixa votação, é possível inferir que o posicionamento do PTB foi decisivo naquelas eleições majoritárias. A baixa votação na candidatura própria ao Senado, a vitória de um candidato do principal partido de oposição ao governo JK-Jango e a expressiva votação de Doutel de Andrade para a Câmara Federal orientavam o PTB catarinense na direção da ala mais pragmática do partido. O cenário não se repete na capital, maior colégio eleitoral do estado, onde o PTB demonstrava fragilidade.

A disputa pelo Senado em Florianópolis foi polarizada pelos candidatos de UDN e PSD. Carlos Gomes fez apenas 6% dos votos (1.593) contra 42,2% (11.141) de Irineu Bornhausen e 51,8% (13.697) de Celso Ramos. A votação da legenda trabalhista para a Câmara Federal também foi inexpressiva, 1.913 votos (7,5%), abaixo da média estadual (11,6%). Para a Assembleia, fez 10,3% (2773 votos), sendo apenas a quarta legenda mais votada, atrás do PSP de Manoel de Menezes – cuja expressiva votação na cidade será detalhada a seguir.⁷¹² Na Câmara Municipal, o partido também foi a quarta legenda (3.611), atrás novamente do PSP. Contudo, pelos cálculos das sobras do quociente eleitoral, conseguiu manter suas duas cadeiras com Moacyr Pereira (498 votos) e Júlio Paulino da Silva (468 votos).⁷¹³

⁷¹² TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resultado das eleições realizadas em 3.10.1958 por município: Senado Federal, Câmara Federal e Assembleia Legislativa*. Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. 1958. Doc. 62. Disponível em: <http://www.tre-sc.jus.br/docsweb/abreConsulta/tipoConsulta/ARQUIVO_PERMANENTE>. Acesso em: 14 jun. 2013.

⁷¹³ O quociente eleitoral da eleição municipal foi 1.853. Definia-se o número de cadeiras de cada sigla dividindo os votos do partido pelo quociente eleitoral. A votação dos partidos foi a seguinte: PSD – 8.908 votos, UDN – 7.523, PTB – 3.611, PSP 3.757, PDC – 2086, PRP – 458, PTN – 241. Após a operação aritmética ficaram assim distribuídas as cadeiras: PSD – 4, UDN – 4, PTB – 1, PSP – 2, PDC – 1. Por não

A baixa votação da sigla na capital estendeu-se também para o deputado federal eleito, Doutel de Andrade. Apesar de não haver o total de votos do candidato em Florianópolis, encontram-se disponíveis os números dele e dos demais candidatos na 13ª Zona Eleitoral, que compreende quase dois terços dos votantes do município.⁷¹⁴ Apesar da grande votação no estado, o político obteve apenas 407 votos na capital. Os números do trabalhista contrastavam com a votação de Osmar Cunha, prefeito e o deputado federal mais votado naquelas eleições.

O desafeto de Manoel de Menezes recebeu 45.911 votos no estado, sendo 4.896 na 13ª Zona Eleitoral. Hermínio de Menezes Filho, que acusara o prefeito de usar dinheiro público na campanha, explicou o desempenho do político pessedista pela compra de votos: “cada voto de Osmar custou ao povo mais de mil cruzeiros, furtados do próprio povo”. Na ânsia pela imunidade parlamentar – que o protegeria das denúncias de corrupção a serem apuradas pela Câmara Municipal –, Osmar Cunha “afanou o erário municipal, distribuiu com seus cupinchas, com seus cabos-eleitorais, com certos candidatos fracassados que precisavam de dinheiro também para se elegerem e com muitos diretórios do próprio PSD”.⁷¹⁵

O diário de Tito Carvalho, que defendeu publicamente o prefeito no episódio de agressão em janeiro de 1958, aplaudiu a vitória de Osmar Cunha. Os mais de quarenta mil sufrágios obtidos seriam o reconhecimento do “esforço, trabalho e dedicação administrativos, sob um louvável senso empreendedor e uma larga visão de nossas possibilidades”. Com elegância, portou-se exemplarmente diante “de uma campanha que

terem atingido o quociente eleitoral, PRP e PTN ficaram sem representação. De acordo com o artigo 36 da Resolução 3.564 do Tribunal Superior Eleitoral, os três lugares restantes foram preenchidos dentro do sistema de representação proporcional da seguinte forma: PTB – mais um lugar, PSD – mais um lugar, UDN – mais um lugar. PSP e PDC não alcançaram média suficiente. Sendo assim, a composição final da Câmara de Vereadores de Florianópolis ficou: PSD – 5, UDN – 5, PTB – 2, PSP – 2, PDC – 1. Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Ata geral de apuração das eleições municipais em Florianópolis – Santa Catarina*. Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. 1958. Doc. 64_4.

⁷¹⁴ Na eleição de 1958, compareceram às urnas da capital 28.229 votantes. Na 13ª Zona Eleitoral, compareceram 18.633 eleitores, 66% do total. Cabe lembrar que Florianópolis possuía duas zonas eleitorais, a 12ª e a 13ª. No arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, há as atas de apuração da 13ª ZE na eleição para o Senado, Câmara Federal e Assembleia Legislativa. Da 12ª ZE há apenas a ata de apuração para a Câmara Municipal. Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Ata de apuração final das eleições federais e estaduais em Florianópolis – Santa Catarina*. Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. 1958. Doc. 64_3.

⁷¹⁵ MENEZES FILHO, Hermínio de. Celso Ramos recomenda não votar em Osmar. *A Verdade*. Florianópolis, 1 set. 1958; MENEZES FILHO, Hermínio de. A enxurrada de 40 mil votos. *A Verdade*. Florianópolis, 14 out. 1958.

envidava, solerte e levianamente, a desmoralização dum homem público”.⁷¹⁶ O jornalista referia-se, evidentemente, ao jornal e à rádio de Menezes.

Apesar de expressiva em sua totalidade, Osmar Cunha fez pouco mais de 10% dos seus votos na 13ª Zona Eleitoral – que compreendia, como vimos, 66% do eleitorado da capital. Dos 9.320 votos obtidos pelo PSD, Osmar fez 4.896, 52,3% da votação da legenda. Isso significa que, mesmo que tenha feito votação expressiva na 12ª ZE, a maior parte dos seus votos não foi dada na cidade onde era prefeito. É difícil afirmar as razões da grande votação de Osmar Cunha no estado. Além da acusação de compra de votos, Menezes Filho afirmava que Osmar fora beneficiado com a “chapa de caixão”. Os eleitores do PSD do interior teriam supostamente recebido um envelope com os nomes dos candidatos em que deveriam votar.⁷¹⁷ Entre eles, Osmar Cunha.⁷¹⁸ Por outro lado, na capital, o prefeito era bombardeado diariamente pelos veículos de comunicação de Manoel de Menezes, o jornal e a *Rádio Jornal A Verdade*. Conseguida a partir do diálogo do jornalista com o falecido deputado Leoberto Leal, a rádio foi, possivelmente, um dos fatores decisivos daquela eleição.

Pela pujança econômica de sua campanha, visível nas propagandas nos jornais, a vitória de Osmar Cunha já era esperada. Por outro lado, havia apreensão quanto à votação de candidatos ligados a sindicatos e a organizações operárias. Os comunistas lançaram Aldo Pedro Dittrich, advogado do sindicato dos mineiros de Criciúma, para deputado estadual pelo PTB. Na capital, Manoel Alves Ribeiro e Ednil Gomes Ferrão, ligados ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil, concorreram à vereança pelo PSP e PTB, respectivamente. Lutando pela impugnação das candidaturas comunistas e atrelado ao Círculo Operário, Nereu do Vale Pereira fazia sua campanha buscando uma vaga na Câmara Municipal. Sem uma entidade de classe específica por trás, mas com a rádio recém-lançada e “o jornal mais lido e comentado da cidade”, Hermínio de Menezes Filho e Manoel de Menezes tentavam transformar a audiência em votos.

⁷¹⁶ O mais votado. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 11 out. 1958.

⁷¹⁷ A cédula oficial de votação fora criada e usada pela primeira vez na eleição presidencial de 1955. No entanto, somente em 1962 ela foi empregada em uma eleição para o Congresso. Na eleição para o Congresso de 1958, o eleitor ainda recebia as cédulas dos partidos e as depositava em uma sobrecarta dada pela mesa eleitoral. Ver: NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 102, 103.

⁷¹⁸ MENEZES FILHO, Hermínio de. Por que Adhemar perdeu e Osmar ganhou? *A Verdade*. Florianópolis, 20 out. 1958.

As fontes disponíveis dificultam a análise das eleições de 1958. Como mencionado, há apenas os dados completos da 13ª Zona Eleitoral e, mesmo assim, os documentos disponíveis são as atas de apuração por seção. São duas atas, uma com a apuração da eleição para a Câmara Municipal, com 86 páginas, e outra com a apuração para o Senado, Câmara Federal e Assembleia Legislativa, com 122 páginas. Nos dois documentos, há o número, o local da seção, o distrito e a votação de cada candidato por extenso. A 13ª ZE possuía 66 seções, abrangendo seis distritos diferentes: Florianópolis, Saco dos Limões, Estreito, Coqueiros, Ribeirão da Ilha e Costeira. A tabulação para a análise dos dados implicou, portanto, a leitura e o registro da votação de cada candidato. Em seguida, foi preciso agrupar os votos das seções por distrito de modo a perceber se havia zonas de influência predominante dos políticos.

Encerrado o trabalho de sistematização dos dados, a primeira constatação foi a de que os distritos de Florianópolis e do Estreito concentravam 78% dos votos da zona eleitoral, com 7.998 (42,9%) e 6.536 (35,1%), respectivamente. O primeiro compreendia a região do Centro, o segundo correspondia à região continental da cidade. Ambas as áreas eram compostas por públicos heterogêneos, porém eram locais onde se concentrava a maior parte das moradias de trabalhadores urbanos. Cabia comparar, então, a votação final dos candidatos com o número de sufrágios obtidos nestes dois distritos.

O PSD perdeu uma cadeira e a maioria na Câmara Municipal. A UDN cresceu uma cadeira, igualando o número de vereadores pessedistas: cinco no total. PTB, PSP e PDC mantiveram o mesmo número de representantes, respectivamente dois, dois e um. Se os números finais indicavam que o PSD fora o principal derrotado do pleito municipal, a votação dos candidatos deixou clara a força de alguns personagens políticos. Nereu do Vale Pereira (PDC) foi o vereador mais votado da capital com 934 votos. O segundo mais votado, com 922 sufrágios, foi Hermínio de Menezes Filho (PSP). Apesar das tentativas de impugnação de sua candidatura, Manoel Alves Ribeiro fez 354 votos, mantendo a representação comunista na Câmara.

Por conter a maior parte do eleitorado florianopolitano, não é surpresa que a maioria dos votos dos três candidatos tenha sido dada na 13ª Zona Eleitoral. Mas há alguns detalhes que merecem considerações. Talvez a principal característica da 13ª ZE seja o fato de possuir grande concentração de urnas no Centro e na região continental. As seções

localizadas no interior da Ilha representam 22% do total de votos da zona. À 12ª ZE, resta atender as demais áreas do município, desde as localidades balneárias ao norte, leste e sul da Ilha, bem como as regiões próximas às futuras instalações da universidade – Trindade, Itacorubi, Córrego Grande. Além, é claro, de algumas seções localizadas no centro e regiões próximas aos morros, não contempladas nas seções da 13ª ZE e que aparecem como urnas da 12ª ZE na eleição de 1947 – como é o caso das seções no Grupo Escolar Silveira de Souza, no Tiro 40 e no Morro da Malária, por exemplo.⁷¹⁹

Tabela 4:
Votação para a Câmara de Vereadores por Zona Eleitoral

CANDIDATO	12ª ZE	%	13ª ZE	%	TOTAL
Nereu do Vale Pereira	321	34,4	613	65,6	934
Hermínio de Menezes Filho	189	20,5	733	79,5	922
Manoel Alves Ribeiro	135	38,1	219	61,9	354

Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Ata de apuração por seção da 13ª Zona Eleitoral para o Senado Federal, Câmara Federal e Assembleia Legislativa em Florianópolis – Santa Catarina*. Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. 1958. Doc. 65.

As votações de Nereu do Vale Pereira, Hermínio de Menezes Filho e Manoel Alves Ribeiro mostram que os candidatos tinham zonas de influência específicas. Se compararmos a porcentagem de votos em cada zona eleitoral com a porcentagem de votos feita pelos candidatos, veremos que, apesar de Nereu do Vale Pereira ser o vereador mais votado no geral, Hermínio de Menezes Filho foi o grande vencedor da 13ª ZE. O pai de Manoel de Menezes concentrou quase 80% dos seus votos na área de cobertura desta zona. Nereu e Mimo, ao contrário, fizeram proporcionalmente menos votos. Lembrando que as seções da 13ª ZE abarcavam quase dois terços dos eleitores, ambos fizeram menos do que essa porcentagem de votos, vide tabela 3.

Esse dado sozinho não esclarece muito. Afinal, cada zona tinha seções de diferentes distritos. É preciso, portanto, confrontar essas informações com a distribuição geográfica dos votos. Diante dos dados disponíveis, percebe-se que Menezes Filho fez a maior parte de

⁷¹⁹ Como foi demonstrado anteriormente, houve mudanças na localização e numeração das seções de uma eleição para outra. Todavia, como estas seções não aparecem contempladas na 13ª ZE, é possível inferir que a 12ª ZE mantivesse urnas localizadas na região central. Para mais informações sobre as urnas da 12ª Zona Eleitoral nas eleições de 1947, ver Capítulo 1.

sua votação (59,1%) no distrito do Estreito, parte continental da capital. Outra parte significativa de votos foi dada no distrito de Florianópolis (29,6%).⁷²⁰ Manoel Alves Ribeiro faz uma proporção contrária, 59,8% dos votos em Florianópolis e 28,8% no Estreito. Por sua vez, Nereu do Vale Pereira concentrou 86,8% de sua votação na região central, pertencente ao distrito de Florianópolis.

A localização dos sufrágios dentro da 13ª Zona Eleitoral permite fazer alguns apontamentos.⁷²¹ Apesar de ter boa votação no Centro, Menezes Filho atuava e era forte politicamente no Estreito. Mimo, que foi o vereador eleito com menos votos, teve pouca representatividade no interior da Ilha, marcando presença no continente e, sobretudo, na região central. Nereu demonstrou incrível força no distrito de Florianópolis, contrastando com uma votação apenas razoável nos demais distritos.⁷²²

Pela localização das seções do distrito de Florianópolis, percebe-se que os votos de Manoel Alves Ribeiro e Nereu do Vale Pereira estavam distribuídos pela zona central e próxima aos morros.⁷²³ Nessa lógica, a boa votação dos dois candidatos na 12ª ZE deu-se, provavelmente, nas seções localizadas na mesma região. Tendo isso vista e considerando que ambos tinham relações próximas com os trabalhadores sindicalizados e com as organizações operárias, é factível pensar que disputassem o mesmo eleitorado. Isso explicaria as tentativas de impugnação da candidatura e as propagandas contrárias ao candidato comunista veiculadas nos púlpitos das Igrejas – como lembrou Mimo em seu relato de memórias. Nereu do Vale Pereira e o PDC florianopolitano atuavam com a intenção de disputar os votos dos trabalhadores com os comunistas e sua alta votação quase custou a derrota do candidato vermelho à Câmara Municipal.

⁷²⁰ É importante mencionar que os distritos de Florianópolis e Estreito continham 42,9% e 35% dos eleitores da 13ª ZE, respectivamente.

⁷²¹ Ver tabela 4.

⁷²² Uma das evidências disso é o percentual de votos obtido pelos candidatos por seção. Deve-se destacar que a pulverização de candidaturas nas eleições proporcionais para a Câmara Municipal implicou em uma porcentagem baixa de votação de cada candidato em relação ao total de votantes das seções. No caso de Nereu do Vale Pereira, sua média no distrito de Florianópolis foi de 6,9% do total de votos das seções. No distrito do Estreito, Nereu fez uma média de 0,7% do total de votos das seções. Como comparação, o segundo vereador mais votado, Hermínio de Menezes Filho, recebeu no Estreito, seu reduto político, em média 6,5% do total de votos das seções.

⁷²³ Em 1958, as 28 primeiras seções da 13ª Zona Eleitoral e a 62ª pertenciam ao distrito de Florianópolis. Para a localização das seções eleitorais da 13ª Zona Eleitoral de Florianópolis bem como a votação dos candidatos, ver Anexo I.

Tabela 5:
Votação para a Câmara de Vereadores por distrito da 13ª Zona Eleitoral

DISTRITOS DA 13ª ZE	Nereu V. Pereira	%	Herminio M. Filho	%	Manoel A. Ribeiro	%	TOTAL DISTRITO
Florianópolis	532	86,8	217	29,6	131	59,8	7998
Saco dos Limões	18	2,9	47	6,4	10	4,6	1687
Estreito	44	7,2	433	59,1	63	28,8	6536
Coqueiros	10	1,6	32	4,4	11	5,0	818
Ribeirão da Ilha	9	1,5	4	0,5	4	1,8	1523
Costeira	0	0	0	0	0	0	70
Total Candidato	613		733		219		18.632

Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Ata de apuração por seção da 13ª Zona Eleitoral para o Senado Federal, Câmara Federal e Assembleia Legislativa em Florianópolis – Santa Catarina*. Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. 1958. Doc. 65.

A postura do PDC não surpreende. As propagandas políticas do partido indicavam a retórica da terceira via: “nem para a direita nem para a esquerda. Para a frente e para o alto”. A via alternativa entre o capitalismo e o socialismo pressupunha engajamento social pautado na solidariedade cristã. Até a primeira metade dos anos 1950, o PDC, de forma tímida, afirmava que não haveria democracia sem justiça social e ambas não seriam alcançadas sem o desenvolvimento dos países latino-americanos.⁷²⁴ A partir do final dos anos 1950, as atuações do partido junto aos grupos populares criaram facções internas com propostas distintas: uma de caráter conservador, anticomunista e antirreformista; uma segunda, apoiada pela Juventude Democrata Cristã, que defendia reformas sociais, nacionalismo econômico e se mostrava anti-imperialista; e uma terceira, agente conciliador entre as duas outras tendências, que procurava se distanciar tanto do anticomunismo quanto de uma pretensa busca pelo socialismo.⁷²⁵ No caso de Nereu do Vale Pereira, suas ações durante a campanha de 1958 e nos anos seguintes fazem crer que pertencesse à primeira.

⁷²⁴ BUSETTO, Áureo. *A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas*. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 29.

⁷²⁵ COELHO, Sandro Anselmo. O Partido Democrata Cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 46, 2003. p. 211.

O pleito de 1958 colocou em destaque alguns políticos até então à margem do processo político-eleitoral e acendeu o sinal de alerta nas hostes pessedistas. Apesar de manter sua posição de líder de votos em Florianópolis, o PSD viu seu principal adversário igualar o número de cadeiras na Câmara Municipal. Outrossim, assistiu dois políticos dos chamados pequenos partidos serem os vereadores mais votados da cidade. Para tornar o quadro ainda mais preocupante, teve de observar a vitória do “imprevisível e temido” Manoel de Menezes.⁷²⁶

A eleição de Menezes para deputado estadual seria menos preocupante se ele não tivesse feito tantos votos na capital do estado. Dos 5.113 votos do PSP em Florianópolis, o jornalista fez mais da metade só na 13ª Zona Eleitoral.⁷²⁷ Dos 4.501 votos conquistados no estado, 2.913 foram atribuídos por eleitores alocados na 13ª ZE. Destes, 2.454 (84,24%) residiam no distrito do Estreito (1.523 ou 52,28%) e de Florianópolis (931 ou 31,96%). O dono da *Rádio Jornal A Verdade* foi o deputado estadual mais votado na 13ª ZE, 831 votos à frente do segundo colocado, o pessedista Ivo Reis Montenegro, afilhado político de Aderbal Ramos da Silva.

Em comemoração, o jornalista leu no programa “O povo reclama”, veiculado diariamente, ao meio-dia, em sua emissora de rádio, os versos de uma senhora de 58 anos, moradora de Barreiros, pertencente ao distrito do Estreito: “Sr. Manoel de Menezes, venho lhe homenagear. Nosso grande deputado, ganhou em primeiro lugar. Ganhou em primeiro lugar, pois ele bem mereceu. Como é homem caridoso, o povo o elegeu. (...) Sr. Deputado, Deus lhe há de ajudar. E lhe dar muita saúde, para os ladrões enfrentar.”⁷²⁸

⁷²⁶ A expressão entre aspas foi cunhada por Paulo Konder Bornhausen. BORNHAUSEN, Paulo Konder. Op. cit. p.

⁷²⁷ Não há o número de votos de Menezes na 12ª ZE. Os dados disponíveis informam apenas a quantidade de votos do deputado eleito no estado, a votação do PSP em Florianópolis, a votação do PSP na 13ª ZE e a votação de Menezes por seção da 13ª ZE. As fontes onde se encontram tais informações e que serviram para embasar a argumentação a seguir são respectivamente: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resenha eleitoral: nova série*. Florianópolis: TRESA, 2001. p. 147; TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resultado das eleições realizadas em 3.10.1958 por município: Senado Federal, Câmara Federal e Assembleia Legislativa*. Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. 1958. Doc. 62. Disponível em: <http://www.tre-sc.jus.br/e-docsweb/abreConsulta/tipoConsulta/ARQUIVO_PERMANENTE>. Acesso em: 14 jun. 2013; TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Ata de apuração final das eleições federais e estaduais em Florianópolis – Santa Catarina*. Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. 1958. Doc. 64_3; TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Ata de apuração por seção da 13ª Zona Eleitoral para o Senado Federal, Câmara Federal e Assembleia Legislativa em Florianópolis – Santa Catarina*. Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. 1958. Doc. 65.

⁷²⁸ O povo canta a vitória de Menezes. *A Verdade*. Florianópolis, 20 out. 1958.

Nos versos, além da comemoração pela vitória, alusões às principais estratégias políticas do jornalista: a caridade e o discurso de combate à corrupção. Na nota de agradecimento publicada em *A Verdade*, os Menezes prometiam atuação destacada e vigilante nos parlamentos estadual e municipal. O vereador propunha-se a fiscalizar o dinheiro gasto pela prefeitura e “varrer o lixo das patifarias de Osmar Cunha”. Entre as propostas do deputado, a criação de colônias agrícolas na Ilha, a construção do Hospital Leoberto Leal e a emancipação do Estreito.⁷²⁹ Considerando a grande votação tanto do pai quanto do filho, este último projeto vislumbrava uma hegemonia política da família caso o distrito fosse desmembrado e se tornasse um município.

Por sua grande votação, a eleição de Manoel de Menezes construiu um novo panorama político em Florianópolis, que mirava a eleição para o executivo municipal do ano seguinte. O achaque à sua reputação promovido pelos boletins anônimos foi respondido com votos. O político sensacionalista, escorado na audiência de seu jornal e sua rádio, que promovia ações assistências, subia morros e tomava pinga com os moradores, fora o deputado mais votado, à revelia dos grandes partidos. Renato Barbosa analisaria, às vésperas da eleição para prefeito do ano seguinte, que “o morro, o eleitorado mais simples, foi, indiscutivelmente, ludibriado pelas alopradas promessas do candidato.”⁷³⁰

No continente, área em que obteve maior votação, o reconhecimento público dado pelos eleitores contradisse alguns relatos de memórias, elaborados posteriormente, que tomavam o Estreito como bairro eminentemente pessedista.⁷³¹ O pleito de 1958 deixou claro que as relações entre políticos e eleitores pressupunham uma dinâmica complexa de reconhecimento e barganha. O controle da máquina pública não significava aquiescência das classes trabalhadoras. Em tempos quando a inflação corroía o poder de compra dos trabalhadores, o instável equilíbrio em que se assentavam os “donos do poder” foi duramente questionado um mês após a divulgação dos eleitos. Florianópolis tornava-se palco de uma revolta popular até então sem precedentes em sua história.

⁷²⁹ Nossa eleição e os agradecimentos. *A Verdade*. Florianópolis, 14 out. 1958.

⁷³⁰ BARBOSA, Renato. Balanço final. *O Estado*. Florianópolis, 23 ago. 1958.

⁷³¹ SOARES, Iaponan. *Estreito: vida e memória*. 2 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1991.

3.9 – “O povo protesta contra o custo de vida”: o quebra-quebra de novembro de 1958

Eram dezenove horas do dia seis de novembro de 1958 quando se iniciou a passeata contra o aumento do custo de vida. “Patrocinada” pela União Catarinense dos Estudantes, os manifestantes partiram da sede da entidade estudantil, percorrendo a Rua Felipe Schmidt e a Praça XV de Novembro. Postaram-se, ordeiramente, defronte à Prefeitura Municipal e ao Palácio do Governo. Prosseguiram, então, até o Largo do Fagundes, onde aplaudiram delirantemente os oradores que usavam a palavra para reclamar contra os “escorchantes aumentos do custo de vida, principalmente carne verde e energia elétrica.”

Findo o comício, “elementos estranhos àquela demonstração pública”, “munidos de pedras e cacetes”, dirigiram-se para a Praça XV e depredaram o edifício da prefeitura, da ELLFA (energia elétrica), SAPS (abastecimento) e a iluminação pública do local. A Polícia Militar reagiu com “enérgicas atitudes”, lançando bombas de gás lacrimogêneo sobre o povo. “Tiros de revólver espocaram, assustando a população e fazendo com que a multidão então se recolhesse aos lares.”

Como saldo, o Corpo de Bombeiros teve vinte soldados feridos. Outra dezena do pelotão de choque sofreu escoriações. O Hospital de Caridade, o Serviço de Saúde Pública, o SAMDU e a Farmácia Noturna atenderam dezenas de manifestantes com escoriações generalizadas. Um deles, ferido gravemente, foi hospitalizado.

No dia seguinte, prefeito e governador se encontraram para discutir as manifestações. Abordado por repórteres, Osmar Cunha declarou que “o movimento teve fundo eminentemente comunista, obedecendo a um plano pré-estabelecido”. Disse ainda que acertara providências com o chefe do executivo estadual no sentido de instalar “um competente inquérito” para apurar as responsabilidades.⁷³²

A manifestação estampou a capa dos demais jornais da capital. Similares na descrição, diferiam na interpretação dada aos acontecimentos. Fosse de forma explícita ou por meio de uma linguagem mais rebuscada, os periódicos procuraram narrar o quebra-quebra pontuando aspectos que favorecessem as suas próprias perspectivas políticas. O jornal *O Estado* apoiou a mobilização popular, destacando a legitimidade do movimento, que disse “BASTA aos responsáveis pelos destinos do Estado”. A multidão era formada por

⁷³² O povo protesta contra o custo de vida. *A Gazeta*. Florianópolis, 08 nov. 1958.

“todos os sindicatos, a UCE, estudantes em geral, funcionários públicos, motoristas, o humilde dos morros, entidades de classe, enfim, todos os setores da opinião pública, a imprensa falada e escrita, as mais diversas camadas sociais, sem exceções”.

De acordo com a folha ligada ao PSD, os detentores do executivo municipal e estadual tiveram reações distintas diante do protesto. Enquanto Osmar Cunha foi “ao encontro do povo”, o governador udenista, Heriberto Hulse, “não teve coragem suficiente para ouvir os justos pedidos do povo miseravelmente explorado pela famigerada ELFFA, agora espécie de propriedade do sr. Irineu Bornhausen, para sufocar ainda mais o povo em desespero”.⁷³³ O periódico silenciou com relação às depredações: “A Delegacia da Ordem Política e Social (...) tomou todas as medidas para fazer face frente às depredações que por acaso fossem cometidas. O povo, porém, esteve calmo.” Entretanto, em tom de ameaça, alertava: “A situação é grave e poderá explodir numa insurreição popular, caso o Governo teime em permanecer ausente à calamidade que se alastra”.⁷³⁴

A narrativa do jornal de Aderbal Ramos da Silva contrastava com a descrição do periódico de Jairo Callado. Para *O Estado*, a indignação popular era uma reação ao fracasso administrativo do executivo estadual, comandado pela UDN desde a vitória em 1950. A *Gazeta* descreveu a manifestação e, ao final, destacou a fala do prefeito que vinculou o quebra-quebra à infiltração de comunistas. O *Diário da Tarde*, talvez o principal apoiador da candidatura de Osmar Cunha para deputado federal, adotou abordagem similar a do prefeito.

Não questionou a legitimidade da manifestação. Ela seria justa, mas fora corrompida pela ação de “elementos extremistas”. Os populares que atacaram os prédios públicos teriam sido “açulados pelos comunistas, sempre presentes nessas ocasiões e com esses objetivos”. Já no período da tarde, uma “limusine”, com um alto-falante sobre a capota, “percorria as ruas, atacando o governo municipal, a propósito do encarecimento da carne”. Do ponto de vista do vespertino diário, aquele seria um gesto “visível de preparo do

⁷³³ “Em frente À Prefeitura Municipal, postou-se a multidão, solicitando à edilidade providências enérgicas para que o preço da carne volte aos quarenta cruzeiros. O dr. Osmar Cunha não fugiu. Desceu e veio à calçada da prefeitura escutar as reclamações populares, aplaudiu os que formavam a passeata e sua presença foi bem recebida. (...) Ao chegar em frente ao Palácio do Governo, a multidão compacta sofreu uma rude decepção. Quando todos esperavam a presença do seu governador, o Sr. Heriberto Hulse, temendo a situação criada pelo próprio governo, fugiu ao contato popular”.

⁷³⁴ O povo, miseravelmente explorado, exige providências do poder público. *O Estado*. Florianópolis, 07 nov. 1958.

espírito público para a desordem que se registraria”, que se consubstanciou com o discurso de um “candidato comunista a vereador e que não conseguiu se eleger”. Insuflados, os “elementos perturbadores” ignoraram as advertências policiais, “entrando em luta com os mantenedores da ordem pública, o que gerou a natural reação”.⁷³⁵

A versão do jornal de Tito Carvalho concentrava a narrativa nas depredações após o comício. O vandalismo, tratado como ato espasmódico da massa, foi incitado por um alto-falante acoplado em um carro e pelos discursos dos comunistas. O prefeito seria isento de culpa, uma vez que teria tomado “medidas enérgicas” para fazer cumprir o tabelamento de preços. O teor do discurso do jornal deixa clara sua postura de responsabilizar os comunistas, mas também, de forma mais sutil, sugere a responsabilização de um desafio político.

A referida limusine com alto-falante, que bradava palavras de ordem contra o prefeito, era, provavelmente, o carro de Manoel de Menezes. O automóvel Impala, “uma banheira vermelha”, como lembrou Elias Mafra, aparecera em caricatura do jornalista, em 1957, e se tornara famoso como a “charanga do Menezes”.⁷³⁶ Desfilara pela cidade com Garrincha, no fim dos anos 1950, quando o Botafogo veio jogar em Florianópolis.⁷³⁷ Tendo em vista a rixa política entre o jornalista e o prefeito, não é de se estranhar que, durante o dia marcado para as manifestações, Menezes tenha dedicado parte de seu tempo – ou emprestado seu carro – para atribuir o aumento do custo de vida à administração municipal.

Nos dias seguintes, a Secretaria de Segurança Pública emitiu nota, afirmando que só fora usada a força policial porque “o movimento, rotulado de pacífico e ordeiro, encerrava objetivos escusos”.⁷³⁸ A União Catarinense dos Estudantes também se manifestou, lamentando as depredações e condenando “as arbitrariedades violentas da polícia contra o povo”. Fez ainda um alerta às autoridades: “tomem as providências necessárias para que

⁷³⁵ Contra a carestia de vida. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 07 set. 1958.

⁷³⁶ A descrição do carro de Manoel de Menezes aparece em relato de Elias Mafra sobre as eleições presidenciais de 1960. Fonte: MAFRA, Elias. Episódio pitoresco sobre Manoel de Menezes. In: <<http://www.carosouvintes.com.br/index.php?option=content&task=view&id=1615>>. Data de acesso: 23 de julho de 2007.

⁷³⁷ A imagem de Manoel de Menezes dirigindo sua “charanga” com Garrincha no banco de trás é conhecida e pode ser encontrada no seguinte sítio: <http://200.147.54.155/quefimlevou_especial_foto.php?id=1510&sessao=f&galeria_id=1367&foto_id=102288>. Acesso em 5 de julho de 2013.

⁷³⁸ Nota oficial da Secretaria de Segurança Pública. *A Gazeta*. Florianópolis, 08 nov. 1958.

sejam atendidas as justas reivindicações populares”.⁷³⁹ A nota do gabinete do prefeito eximia-o da responsabilidade pelo aumento dos preços, atribuindo-a ao executivo federal. Sobre os “incidentes”, eles teriam responsáveis certos e diretos, “que o prefeito denunciou, em queixa crime, à autoridade policial”. Finalizava: “Ao povo ordeiro de Florianópolis, não pode ser imputada culpa em virtude da intromissão de certos e conhecidos elementos que não podem nem têm o direito de falar em seu nome.”⁷⁴⁰

Um dos personagens em questão, em seu jornal, deixava clara sua interpretação dos fatos. Os manifestantes cobraram explicações do prefeito e do governador. A este, pediram o retorno dos serviços de luz e força ao governo do estado. Houve apedrejamento dos edifícios da prefeitura, do governo e da ELFFA, é verdade, mas deixava claro: “o mau exemplo veio de cima”. Finalizava com duas denúncias: uma tentativa de invasão de seu jornal, por parte de dois “oficiais da milícia, fardados”; e a agressão praticada pelo tenente Guedes contra Waldemar Pinho. Para o autor, a agressão não estava relacionada às manifestações. Waldemar seria sogro do gerente de *A Verdade*, Jorge de Menezes, e, quando da tentativa de empastelar o jornal, ele teria ocorrido à redação para avisar o genro. Munido de um soco-inglês, Guedes atacou Waldemar, “furioso por não ter podido executar seus covardes planos de assalto”.⁷⁴¹

Ciro Marques Nunes deu sua versão dos acontecimentos do dia seis:

O desespero da gente humilde, especialmente, como era de se esperar, foi crescendo. (...) E teria que explodir, mais cedo ou mais tarde; no momento em que o estômago popular desse o seu grito de alerta, num sinal de que já não mais podia suportar nada; no momento em que a consciência popular se dispusesse à união para se antepor às pretensões dos tubarões, que vinham agindo com o beneplácito de autoridades indiferentes; no momento em que uma voz, conclamando aos demais, lançasse o seu brado de repulsa num “Basta de roubo e exploração”!⁷⁴²

Na mesma edição, a denúncia: “Lacrada a *Rádio A Verdade*”. Na versão do jornalista, teria sido uma manobra de Osmar Cunha para silenciar as críticas que

⁷³⁹ União Catarinense dos Estudantes. *A Gazeta*. Florianópolis, 08 nov. 1958.

⁷⁴⁰ Nota do gabinete do prefeito municipal. *A Gazeta*. Florianópolis, 11 nov. 1958.

⁷⁴¹ MENEZES FILHO, Hermínio de. O mau exemplo veio de cima. *A Verdade*. Florianópolis, 10 nov. 1958.

⁷⁴² Giro Marques Nunes era jornalista do jornal *A Verdade* e foi um dos sócios-fundadores da *Rádio Jornal A Verdade*. Fonte: NUNES, Giro Marques. O povo reclama. *A Verdade*. Florianópolis, 10 nov. 1958.

recebera.⁷⁴³ Sobre o fato, o *Diário da Tarde* noticiou que cerca de dez testemunhas haviam confirmado perante a DOPS que Stelino Montenegro e Ciro Marques Nunes, funcionários da rádio, iniciaram e chefiam as depredações. Ao mesmo tempo, por determinação do Ministério da Viação, os funcionários dos Correios e Telégrafos “fecharam e lacraram uma rádio-emissora de um semanário local”.⁷⁴⁴

Não havia uma correlação jurídica entre o fechamento da rádio e as manifestações. O argumento para a emissora ser lacrada era a falta de documentação.⁷⁴⁵ No entanto, é evidente que a imputação de responsabilidade pelo vandalismo a dois funcionários e sócios da rádio, associada ao seu fechamento justamente nos dias posteriores, dá uma conotação política ao fato. O artigo de Manoel de Menezes antes da passeata também evidenciava que o objetivo dos seus dois veículos de comunicação era relacionar a insatisfação popular à administração municipal.⁷⁴⁶

Por mais que os periódicos tentassem afirmar que o quebra-quebra teria sido incitado pelos comunistas ou por pessoas ligadas ao jornal *A Verdade*, o tamanho do movimento dá um caráter social para além da ação de determinado segmento. O jornal *O Estado* publicou o manifesto da Frente Operário-Estudantil, dia quatro de novembro, conclamando a população para o ato.⁷⁴⁷ Após o quebra-quebra, *A Verdade* também reproduziu o documento, emitido dia primeiro. Assinaram diferentes entidades, estudantis e operárias.⁷⁴⁸ Algumas com representantes comunistas, como a Liga Operária (Manoel Alves Ribeiro) e a Executiva do 2º Congresso Sindical (Ednil Gomes Ferrão).

Não era só em Florianópolis que os trabalhadores se organizavam. No primeiro semestre de 1958, os trabalhadores da indústria do carvão paralisaram a cidade de Criciúma, no sul de Santa Catarina. Em novembro, concomitantemente à manifestação na

⁷⁴³ Lacrada a Rádio A Verdade. *A Verdade*. Florianópolis, 10 nov. 1958.

⁷⁴⁴ Ainda o quebra-quebra. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 10 nov. 1958.

⁷⁴⁵ “A Rádio Guarujá, há mais de um ano, vem funcionando irregularmente com sua emissora de ondas curtas. Nem prefixo possuía. A Rádio do charlatão cínico [refere-se a J. J. Barreto e a Rádio Anita Garibaldi] tem documentação na Comissão Técnica de Rádio que não resistirá ao mínimo detalhe de uma vistoria. A Rádio Diário da Manhã, por questões políticas, viu-se obrigada de certa feita a silenciar. Mas voltou. E continua a apresentar as mesmas irregularidades nas suas ondas curtas.” Fonte: Lacrada a Rádio A Verdade. *A Verdade*. Florianópolis, 10 nov. 1958.

⁷⁴⁶ “A carne passou para 60 cruzeiros o quilo e a energia elétrica foi novamente aumentada pelo Stavros. De nada valerem meus avisos, do contrário o ladrão Osmar Cunha não teria sido eleito com 47 mil votos”. Fonte: Condenado o povo desta terra a morrer à fome! *A Verdade*. Florianópolis, 03 nov. 1958.

⁷⁴⁷ *O Estado*. Florianópolis, 04 nov. 1958.

⁷⁴⁸ Ver a íntegra do documento no Anexo II.

capital, os motoristas de caminhões-tanque anunciavam greve.⁷⁴⁹ Diante do quadro de instabilidade social, o governador em exercício, Heriberto Hulse, emitiu nota afirmando que a situação no estado era de calma. A manifestação contra o aumento de preços não tivera repercussão nas demais cidades do estado.⁷⁵⁰

O conteúdo da nota entrava em contradição com as medidas tomadas pelo executivo municipal. O prefeito, eleito deputado federal com a maior votação da história, após as manifestações, teve de adiar a comemoração que encerraria sua gestão à frente da prefeitura.⁷⁵¹ No dia dezanove de novembro, na cidade portuária de Itajaí, manifestantes também apedrejaram a sede da prefeitura.⁷⁵² Com a rádio fechada, o semanário de Menezes capitalizava politicamente a insatisfação popular, rebatendo as notas dos administradores públicos. Ciro Marques Nunes escrevia: “O ‘balfo’ dirige o espetáculo de mentiras e calúnias enquanto a população risonha vai conhecendo melhor o seu ‘prefeito’.”⁷⁵³ Alberto Cargnin rebatia a acusação de que os “agitadores” seriam comunistas indagando: “agitadores comunistas ou chefes de família em desespero por verem seus lares invadidos pela fome?”⁷⁵⁴

A manifestação popular deu resultados. Na primeira quinzena de dezembro foi anunciado o tabelamento dos preços da carne e demais gêneros alimentícios pela COAP-SC.⁷⁵⁵ A conjuntura dava mostras de que a mobilização coletiva dos trabalhadores surtira efeito. Florianópolis transformava-se politicamente à luz das experiências nos últimos meses de 1958. Construía-se uma dinâmica eleitoral que exigia respostas aos eleitos. Um dos principais beneficiados, nos últimos dias de 1958, conseguiu que sua rádio fosse reaberta. Graças ao advogado Wilmar Dias e à intervenção de Celso Ramos, a *Rádio Jornal A Verdade* voltava ao ar. O político pessedista, ao exercer sua influência política em favor

⁷⁴⁹ A empresa Florianópolis de transportes coletivos publicou uma nota no jornal A Gazeta afirmando que reduziria suas linhas por falta de combustível, em virtude da greve dos motoristas de caminhões-tanque. Dia 13 de novembro, o mesmo jornal publicaria o fim da greve com o acordo entre trabalhadores e patrões no reajuste do valor do frete. Fonte: Empresa Florianópolis S.A. transportes coletivos. *A Gazeta*. Florianópolis, 10 nov. 1958; Terminada a greve dos motoristas em Itajaí. *A Gazeta*. Florianópolis, 11 nov. 1958.

⁷⁵⁰ Em todo o estado é de calma a situação. *A Gazeta*. Florianópolis, 11 nov. 1958.

⁷⁵¹ A comemoração que estava marcada para o feriado de 15 de novembro foi adiada para o dia 23. Homenagem ao prefeito Osmar Cunha. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 13 nov. 1958.

⁷⁵² Notícias de última hora: quebra-quebra em Itajaí. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 20 nov. 1958.

⁷⁵³ NUNES, Ciro Marques. O circo está armado. *A Verdade*. Florianópolis, 17 nov. 1959.

⁷⁵⁴ CARGNIN, Alberto. Agitadores comunistas? *A Verdade*. Florianópolis, 17 nov. 1959.

⁷⁵⁵ Tabelado o preço da carne verde. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 06 dez. 1958; Tabelamento dos gêneros alimentícios. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 12 dez. 1958.

de Menezes, possivelmente esperava ganhar um poderoso aliado no difícil pleito para o executivo estadual que se avizinhava. Não contava, entretanto, que o jornalista preferia a carreira solo e almejava, à revelia dos grupos hegemônicos incrustados nos grandes partidos, a prefeitura municipal. Renato Barbosa demonstrou publicamente sua preocupação com o sucesso do jornalista:

O morro, o eleitorado mais simples, foi, indiscutivelmente, ludibriado pelas alopradas promessas do candidato. A gente de bem, essa, agiu com uma displicência de estarrecer. Inculto, praticante de um jornalismo de escândalo e de calúnias, o referido deputado não logrou identificar o mandato a qualquer iniciativa útil. Ancorou ao largo da demagogia, que nada constrói e nada realiza. (...) O eleitor que compreende a dignidade democrática do voto já pensou um instante sequer – pelo menos para argumentar – o que seria a presença de Manoel de Menezes à frente do erário municipal? Sinto-me tremerem as carnes só de pensar nisso. Confio, entretanto, na minha gente, na dignidade do nosso eleitorado. Qualquer dispersão de votos poderá ser fatal.⁷⁵⁶

A grande votação para deputado estadual, a cobertura das manifestações e a influência da rádio acenderam o sinal de alerta nos núcleos de UDN e PSD quanto à vitória do jornalista para o executivo municipal. Dessa vez, ao contrário de quando foi candidato em 1955, Manoel de Menezes pretendia dormir e acordar prefeito.

⁷⁵⁶ BARBOSA, Renato. Balanço final. *O Estado*. Florianópolis, 23 ago. 1959.

CAPÍTULO 4: “A ‘RALÉ’ NÃO FEZ O SEU PREFEITO, PORÉM AJUDARÁ A ELEGER O PRÓXIMO GOVERNADOR...”: as incertezas das disputas políticas, 1959 E 1960

Florianópolis ainda respirava os ares do recém-findo cortejo momesco quando foi disparado o tiro em frente ao prédio do Tesouro do Estado.⁷⁵⁷ Esbaforido, Acácio Melo adentrou velozmente no recinto. O projétil disparado pelo agressor perfurara sua perna direita, produzindo uma mancha vermelha de sangue na calça de linho branca. Do lado de fora, observado por grande número de populares, um homem portava-se de pé, no segundo degrau da escadaria defronte ao prédio. Ele apontava a arma em direção à porta e dizia: “Eu te mato, covarde!”. O agressor permaneceu ali por alguns minutos, virou as costas e saiu caminhando, desceu a Rua Arcipreste Paiva e depois entrou na Rua Tenente Silveira.

Dentro da repartição, Acácio Melo encostou-se na escada que dava acesso ao cofre-forte da tesouraria. Sangrava muito. Ajudado pelos funcionários, entrou no carro de Bernistan Conceição e foi levado para o Hospital de Caridade. Após ser medicado, prestou depoimento ao tenente coronel Walmor Aguiar Borges. Acácio afirmou desconhecer o motivo do ataque, assim como o agressor. Só mais tarde é que lhe falaram sobre o desafio, lançado a ele e a seu pai, pela rádio, e que a “desforra” estaria marcada para aquela manhã, dia 25 de fevereiro, quarta-feira. Os acontecimentos daquele dia eram um prenúncio das turbulências que marcariam o ano de 1959. Sobretudo para o agressor, o deputado estadual Manoel de Menezes.

4.1 – 30 mil cruzeiros para matar Menezes? Tensões em Florianópolis após o quebra-quebra de 1958 e a agressão a Acácio Melo

No fim do ano de 1958, Menezes denunciou um plano orquestrado para tirar-lhe a vida. O assassino receberia 30 mil cruzeiros.⁷⁵⁸ Na primeira edição do ano seguinte, o suposto plano de assassinato ganhou a capa com uma manchete em letras garrafais: “Fora da prisão o homem que confessou ter recebido a oferta de 30 mil cruzeiros para tirar-me a vida na noite de 27 último”. No corpo do texto, o jornalista e deputado estadual detalhava o

⁷⁵⁷ A narrativa a seguir é baseada no seguinte documento: SECRETARIA DO ESTADO DOS NEGÓCIOS DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Inquérito Policial*. Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Deputados. Caixa 38.

⁷⁵⁸ MENEZES, Manoel de. “30 contos para lhe matar”. *A Verdade*. Florianópolis, 29 dez. 1958.

plano e acusava seu inimigo pessoal, J. J. Barreto, médico, fundador da emissora *Anita Garibaldi*, do extinto jornal *O Tempo*, e de ter participado do caso.⁷⁵⁹

Os dois eventos, a agressão e o suposto plano de assassinato, estão conectados de alguma forma. A despeito do caráter sensacionalista dos relatos de Menezes, os pormenores que envolvem estes casos nos dão uma dimensão de como se teciam as alianças e as inimizades na cidade naquele período. Na reportagem do dia 6 de janeiro, o jornalista informava que dois homens de descendência espanhola estariam envolvidos no plano para assassiná-lo. Um deles, dono de uma “pousada”, prestou depoimento, porém nem sequer fora fichado.⁷⁶⁰ O outro, em situação irregular no Brasil, foi ouvido e fichado pela DOPS.

Em seu testemunho, Fabiano Gonçalves Borrego, dono da *Pousada Espanhola*, afirmou que dia 18 ou 19 de dezembro chegou a seu estabelecimento Silvério Chacón. Fraco e com muita fome, o dono da pousada resolveu dar-lhe guarida sem pedir quaisquer documentos de identificação. Borrego contou ao novo integrante da pousada sua difícil situação financeira. Pegara empréstimo de 50 mil cruzeiros com o senhor Aduci, tendo como avalista o doutor J. J. Barreto. O pagamento dos juros da dívida, contava ele, era da ordem de 3 mil cruzeiros mensais. Borrego e Chacón saíram juntos algumas vezes e conversaram sobre algumas questões. Foram por duas oportunidades na casa de Barreto, no bairro Prainha. Em uma das conversas, de acordo com o depoimento, Borrego contou ao hóspede que Manoel de Menezes desgraçara-lhe a vida, mas em momento algum negociou ou planejou assassiná-lo.⁷⁶¹

O relato de Silvério Chacón Pionerdo foi diferente. Em maio de 1958, veio de Montevidéu para Santos. Foi para São Paulo, Rio de Janeiro até chegar em Florianópolis. Dirigiu-se até a *Pensão Espanhola*, pois ficara sabendo que o dono da pousada precisava de homens para trabalhar. Como não tinha dinheiro algum, foi trabalhar na cozinha para pagar sua hospedagem. Chacón conta em seu depoimento à polícia que em certo sábado, por volta das 21 horas, enquanto conversava com o dono da pousada na sala de refeições, este lhe contou sobre sua difícil situação financeira. Sua pousada não tinha mais hóspedes depois que “um tal de jornal *A Verdade*” fez uma série de denúncias. Em seguida, o

⁷⁵⁹ MENEZES, Manoel de. Fora da prisão o homem que confessou ter recebido a oferta de 30 mil cruzeiros para tirar-me a vida na noite de 27 último. *A Verdade*. Florianópolis, 06 jan. 1959.

⁷⁶⁰ No inquérito policial, o depoente chama de pousada. Na reportagem, Menezes afirma que o estabelecimento nada mais era do que um bordel, localizado a 100 metros do Palácio do Governo do Estado.

⁷⁶¹ Termo de Declarações Prestadas por Fabiano Gonçalves Borrego. Transcrita em: *A Verdade*. 06 jan. 1959.

depoimento ficava contraditório. O depoente afirmava que Borrego oferecera-lhe 30 mil cruzeiros para matar Manoel de Menezes, proprietário do jornal. Como não era de sua índole matar ninguém, foi falar com o pároco local, padre Bianchini. Logo depois, foi à redação do jornal e contou ao jornalista o plano orquestrado para lhe tirar a vida. No final da declaração, no entanto, Chacón esclarece que Fabiano Borrego não o contratou para matar Menezes, mas para guiar um automóvel com intuito de fugir da capital após ele próprio cometer o crime.⁷⁶² Não interessa estabelecer qual das versões é a mais verossímil. O importante é destacar alguns elementos presentes nas narrativas que nos ajudem a compreender o nexó existente entre este episódio e o tiro disparado contra o tesoureiro-geral do Tesouro do Estado. Isso fica mais claro na reportagem de Manoel de Menezes. Deputado estadual e dono do jornal *A Verdade*, Menezes defendia a tese de que o crime fora minuciosamente planejado, e não apenas pelo dono da pousada. Havia um segundo mandante. A polícia não aprofundou as investigações, pois comprometeria J. J. Barreto, figura conhecida da cidade.

Como argumento, Menezes arrolou o fato de o médico estar no Rio de Janeiro em viagem. Ademais, quase todos os funcionários da sua rádio encontravam-se em Tijuca na noite em que ocorreria o suposto assassinato. A construção de álibis para os possíveis suspeitos comprovaria que houve um plano orquestrado para matá-lo. Além disso, a situação do espanhol encarregado da ação – no Brasil clandestinamente, sem registro no hotel e, portanto, sem comprovação de sua existência – reforçava sua teoria conspiratória. Caso acontecesse o planejado, a apuração do crime seria quase impossível.⁷⁶³

Não são apenas estes elementos que aparecem na reportagem. O delegado da capital, responsável pela apuração dos fatos, cometera também alguns equívocos que comprometiam a credibilidade da investigação. Primeiramente, o depoimento dos dois espanhóis foi encerrado sem a assinatura de testemunhas. Em seguida, quando o nome de

⁷⁶² Termo de Declarações Prestadas por Silvério Chacón Pionero. Transcrita em: *A Verdade*. 06 jan. 1959.

⁷⁶³ “Muita coincidência mesmo. Menezes seria assassinado por um espanhol que apareceu por aqui clandestinamente, sem um documento sequer, sem mesmo que as autoridades policiais dessem por isso porque se hospedou na ‘Pensão’ e não apresentou documento apesar de ser estrangeiro!”. Fonte: MENEZES, Manoel de. Fora da prisão o homem que confessou ter recebido a oferta de 30 mil cruzeiros para tirar-me a vida na noite de 27 último. *A Verdade*. Florianópolis, 06 jan. 1959.

Barreto surgiu na investigação, o delegado “esfriou” a apuração dos fatos, não procurando mais informações sobre o empréstimo junto ao agiota do qual o médico fora avalista.⁷⁶⁴

Um dos pontos centrais destacados por Menezes era justamente a ação dos agiotas, não investigada devidamente pela polícia. A artilharia do jornalista voltava-se para essa questão, com intuito evidente de responsabilizar seu inimigo pessoal, avalista do empréstimo. Se agiotagem era considerada contravenção penal, então o delegado de polícia da capital deveria estabelecer um inquérito para identificar e punir o responsável pelo empréstimo de 50 mil cruzeiros destinados a financiar o suposto crime.

Neste caso, a polícia não coibira de forma adequada a ação do agiota e seu avalista. Portanto, Menezes construía a reportagem de forma a atacar duas frentes: a prática da agiotagem, para atingir Barreto, e as deficiências no processo investigativo, mirando o delegado regional de polícia da capital. Menezes afirmava que aquela poderia ser uma ótima oportunidade para o delegado “abrir um rigoroso inquérito para punir o tal agiota que emprestou 50 mil cruzeiros, avalizado pelo tal Barreto ao espanhol”. Lançava, então, o desafio: “Em todo o Brasil agiotagem é crime. Em Florianópolis será caridade, Cel. Trogílio?”.⁷⁶⁵ O caso é mais uma prova das rugas entre o jornalista e o delegado da capital, desentendimentos que não eram recentes.

Quase três anos antes, portanto, em maio de 1956, Menezes lançou uma “campanha moralizadora” contra o jogo do bicho. Como não possuía emissora de rádio, apenas o jornal, fez parceria com a *Anita Garibaldi*, de J. J. Barreto – ainda aliado na época.⁷⁶⁶ Conjuntamente, os dois veículos de comunicação fariam a empreitada contra aquela que seria “a maior praga que infesta a capital”. Segundo ele, a contravenção era feita abertamente pelas ruas da cidade com a conivência das autoridades policiais. A DOPS

⁷⁶⁴ “Devo esclarecer aos nossos milhares de leitores que até então, por parte do delegado de polícia, estava havendo demasiado interesse em apurar o nome do possível segundo mandante. Porém, como logo de cara meteram o nome de J. J. Barreto e mais uma história de uma promissória avalizada por esse médico de 50 mil cruzeiros, com um representante de um dos inúmeros agiotas da capital, de nome Adúcio Vieira, a coisa deu pra trás.” Fonte: MENEZES, Manoel de. Fora da prisão o homem que confessou ter recebido a oferta de 30 mil cruzeiros para tirar-me a vida na noite de 27 último. *A Verdade*. Florianópolis, 06 jan. 1959.

⁷⁶⁵ “E já que falei em agiotagem, aí está uma ótima oportunidade para o delegado da capital abrir um rigoroso inquérito para punir o tal agiota que emprestou 50 mil cruzeiros, avalizado pelo tal Barreto ao espanhol, que, segundo declarou àquela autoridade, foi obrigado a pagar no ato em que recebeu o dinheiro a importância de 10% mais 3 mil cruzeiros mensais.” Fonte: MENEZES, Manoel de. Fora da prisão o homem que confessou ter recebido a oferta de 30 mil cruzeiros para tirar-me a vida na noite de 27 último. *A Verdade*. Florianópolis, 06 jan. 1959.

⁷⁶⁶ Cabe lembrar que a polêmica envolvendo a reportagem sobre o Abrigo de Menores, motivo do fim da amizade dos dois, aconteceu em novembro de 1956. Ver capítulo 3.

estaria “acéfala”, permitindo o lucro dos “contraventores do bicho e do carteadado, do lenocínio e de outras transgressões, que mais e mais prosperam à sombra da indiferença dos poderes públicos.”⁷⁶⁷

No ano seguinte, as críticas às ações da polícia subiram de tom. O jornal denunciou o espancamento de um pescador pelas autoridades policiais. O coronel Trogílio, publicou em resposta uma nota no jornal *A Gazeta* desmentindo as acusações de Menezes.⁷⁶⁸ O jornalista reagiu retomando a campanha contra o jogo do bicho. Dessa vez, responsabilizava diretamente o delegado da DOPS. A reportagem acusava o filho do coronel de envolvimento com os contraventores e partia para o ataque: “se querem guerra, entrarei na guerra. Medo de xerifes eu nunca tive e jamais terei”.⁷⁶⁹ O filho do coronel era nada mais nada menos do que Acácio Melo, presidente do jóquei-clube de Florianópolis e futuro tesoureiro-geral do Tesouro do Estado, alvejado pelo tiro disparado pelo jornalista, em fevereiro de 1959.

A desavença tornara-se pessoal. A capa da edição de *A Verdade* do dia 1º de agosto de 1957 estampou a seguinte manchete: “Responda Cel. Trogílio: existe ou não existe jogo clandestino na sede do Jockey Clube desta capital do qual seu filho Acácio é presidente?”. No corpo do texto, além de denunciar casos de corrupção e violência policial na capital e em outras cidades do estado, Menezes acusava a proximidade entre o filho do delegado e os banqueiros do jogo do bicho. Por fim, questionava as autoridades: “Para que existe a Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina se tudo foi entregue ao Cel. Trogílio, que a única coisa que sabe e soube fazer na vida foi matar, espancar gente inocente e dizer palavrões?”.⁷⁷⁰

O relato das situações acima pode ajudar a compreender a origem da rivalidade entre Manoel de Menezes, Trogílio e Acácio Melo. O tiro disparado no dia 25 de fevereiro

⁷⁶⁷ MENEZES, Manoel de. Duas forças na campanha contra o jogo em nossa capital. *A Verdade*. Florianópolis, 14 mai. 1956; MENEZES, Manoel de. Bicho e pif-paf desgraçam esta Ilha. *A Verdade*. Florianópolis, 25 mai. 1956.

⁷⁶⁸ Em carta ao Secretário de Segurança Pública, Menezes deu sua versão dos fatos: “Há dias, *A Verdade*, como vem fazendo ultimamente, apresentou numa de suas reportagens vergonhosos fatos praticados pela polícia de Santa Catarina. (...) Agora, senhor Secretário de Segurança Pública, vem o Cel. Trogílio Melo, rancoroso como sempre o foi, tornar público que a *A Verdade* mentiu.” MENEZES, Manoel de. Carta aberta ao Sr. Secretário de Segurança Pública. *A Verdade*. Florianópolis, 1 ago. 1957.

⁷⁶⁹ MENEZES, Manoel de. Responda Cel. Trogílio: existe ou não existe jogo clandestino na sede do Jockey Clube desta capital do qual seu filho Acácio é presidente? *A Verdade*. Florianópolis, 01 ago. 1957.

⁷⁷⁰ MENEZES, Manoel de. Responda Cel. Trogílio: existe ou não existe jogo clandestino na sede do Jockey Clube desta capital do qual seu filho Acácio é presidente? *A Verdade*. Florianópolis, 01 ago. 1957.

não pode ser compreendido sem que se estabeleça uma relação com a rixa construída dois anos antes. Neste sentido, é importante retomar o depoimento de Acácio Melo citado em páginas anteriores.

O tesoureiro do estado afirmou que desconhecia o agressor. Depois do acontecido, ficou sabendo de um suposto desafio lançado a ele e a seu pai pela rádio. O tiro desferido por Menezes faria parte da “desforra”, marcada para as nove horas da manhã do dia 25 de fevereiro. Todavia, a versão contada pelo jornalista é bem diferente. Segundo ele, o tiro foi consequência da troca de insultos ocorrida no dia anterior. O episódio envolveu o jornalista, o tesoureiro do estado e o delegado regional de polícia da capital, o coronel Trogílio Melo.

Em 24 de fevereiro de 1959, Menezes dirigiu-se à delegacia da capital para entrevistar Trogílio a respeito da ordem do governador Heriberto Hulse de que fosse coibida a “desenfreada jogatina que tomava conta da cidade”. Com a transmissão ao vivo pela *Rádio Jornal A Verdade*, o jornalista perguntou ao delegado se este colocaria os contraventores na cadeia. O delegado respondeu que sim, que colocaria na cadeia todos os contraventores.

– Todos os contraventores, coronel? – insistiu o repórter.

– Já disse, boto todo mundo na cadeia.

– Até os agiotas? Como aquele que é tesoureiro do Tesouro do Estado?

Trogílio Melo interrompeu imediatamente a transmissão.⁷⁷¹ À noite, nos microfones da rádio *Anita Garibaldi*, o delegado e os referidos “contraventores” fizeram uma série de denúncias contra o jornalista. Entre elas, a de que ele extorquia dinheiro para não difamá-los em seus veículos de comunicação. Segundo Hermínio de Menezes Filho, pai de Manoel de Menezes, o delegado de polícia ainda pronunciou os maiores improperios, ofendendo a mãe do dono do jornal *A Verdade*, a qual se encontrava doente e com a pressão elevada. No dia seguinte, Acácio Melo ligou para a casa do deputado e para a redação do jornal. Fez ameaças e avisou: “se ele tivesse coragem de sair à rua, seria assassinado”. Diante da ameaça, Manoel de Menezes afirmou que em 15 minutos estaria defronte à Praça XV.

⁷⁷¹ Relato contado por Manoel de Menezes em: MENEZES, Manoel de. *Retalhos do tempo: o que vi, fiz e ouvi*. 2 ed. Florianópolis: Edeme, 1977. p. 204, 205. Reproduzido também por: SEVERO, Antunes; MEDEIROS, Ricardo. *Caros ouvintes: os 60 anos do rádio em Florianópolis*. Florianópolis: Insular, 2005. p. 104.

Quando os dois se encontraram, Menezes sacou mais rápido a arma e desferiu o tiro que atingiu o funcionário do Tesouro na perna.⁷⁷²

Estes seriam, portanto, os motivos da “desforra”. De acordo com depoimentos de testemunhas, o encontro dos dois não coincide com a versão contada pelo pai do deputado. Para Hipólito do Vale Pereira, Menezes fez mira, apontou e atirou no funcionário do Tesouro do Estado enquanto este estava de costas, subindo a pequena escada que dava acesso à repartição pública.⁷⁷³

Não é papel desta tese definir qual dos lados tinha razão, ou mesmo determinar qual das versões aproxima-se mais do que efetivamente ocorreu. Mais importante que escolher um lado é entender como as duas histórias se articulam e de que forma elas nos ajudam a compreender a imprensa e as relações políticas em sentido amplo. A acusação feita por Menezes e dirigida ao delegado, transmitida ao vivo pela rádio, não é produto somente de um estilo jornalístico baseado na polêmica, como alguns podem interpretar. A conexão entre as duas histórias reside na forma peculiar de construir alianças e lidar com adversários que eram muitas vezes pessoais.

A história do confronto entre Manoel de Menezes e Acácio Melo é lembrada até hoje nas conversas entre os habitantes mais antigos de Florianópolis. Os relatos daquele dia são permeados de interpretações sobre o caráter irreverente do jornalista, capaz de fazer questionamentos polêmicos aos entrevistados, independentemente da posição que ocupassem, como foi o caso do delegado. E, de fato, os acontecimentos daquele dia 25 de fevereiro, caso analisados isoladamente, poderiam nos levar a pensar que ele fez aquelas perguntas daquela forma e naquele momento por causa de seu estilo jornalístico. Somente isso, um jornalismo sensacionalista que resolveu provocar o delegado regional de polícia e criar uma polêmica atingindo seu filho.

Para além disso, é possível analisar o confronto entre Manoel de Menezes e Acácio Melo como um desdobramento do episódio do plano de assassinato do jornalista e também de divergências anteriores. A construção narrativa da reportagem sobre o plano para assassiná-lo, publicada com destaque no jornal *A Verdade*, em 06 de janeiro de 1959, denunciava a negligência na investigação policial encampada pelo coronel Trogílio Melo,

⁷⁷² MENEZES FILHO, Hermínio de. Contra Manoel de Menezes. *A Verdade*. Florianópolis, 02 mar. 1959.

⁷⁷³ PEREIRA, Hipólito do Vale. Depoimento. Secretaria do Estado dos Negócios de Segurança Pública. *Inquérito Policial*. Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Deputados. Caixa 38.

desafeto do jornalista desde a polêmica sobre os jogos ilegais. O jornalista utilizava a reportagem para alfinetar um inimigo pessoal e demonstrar sua contrariedade pela apuração, segundo ele, indevida dos fatos. Por outro lado, a recente insatisfação em relação ao procedimento adotado pelo delegado nos ajuda a entender a atitude de Menezes um mês e meio depois: ir até a delegacia e questionar o coronel, trazendo novamente à tona as críticas ao jogo do bicho e ao filho dele, Acácio Melo.

O estilo polêmico e assistencialista rendia a Menezes amplo apoio das camadas populares. Após a estrondosa votação no pleito do ano anterior, ficou ainda mais confiante para desafiar quem quer que fosse, inclusive figuras proeminentes de Florianópolis. Na mesma velocidade em que ganhava ouvintes, construía inimizades.

Na condição de deputado, poderia portar arma de fogo, direito exercido no confronto com o filho do delegado da DOPS, e, graças à imunidade parlamentar, “denunciar os aproveitadores dos cofres públicos com mais segurança”.⁷⁷⁴ A conjuntura político-econômica de aumento de preços – que provocaram o quebra-quebra na cidade no ano anterior – criou um quadro de insatisfação popular em relação aos políticos tidos como tradicionais, dos quais Menezes procurou se diferenciar. Sua “vitória” no duelo com Acácio Melo repercutiu na cidade, tornando-o figura ainda mais conhecida e polêmica. Qual seria o limite? Até onde sua carreira política poderia chegar? Quem poderia frear sua ascensão? A resposta para as questões surgiria durante a disputa pela prefeitura.

4.2 –Seis candidatos a prefeito e novos problemas com o abastecimento de carne

Após o duelo entre Menezes e Acácio Melo, começaram as especulações em torno das candidaturas para o pleito municipal, marcado para 30 de agosto de 1959. Em disputa, o executivo de vinte e sete cidades de Santa Catarina. Entre elas, a capital do estado. Era notória a importância da eleição em Florianópolis, tanto do ponto de vista estratégico quanto simbólico – esses dois aspectos serão detalhados mais adiante. Apesar de o PSD ter sido a legenda mais votada nas eleições proporcionais do município, os pleitos

⁷⁷⁴ MENEZES, Manoel de. *Das grades da penitenciária*. Florianópolis: Gráfica A Verdade, 1960. p. 11.

majoritários anteriores apresentaram equilíbrio.⁷⁷⁵ Os reflexos da disputa local seriam preponderantes para as composições visando a importante eleição de 1960.

Vários nomes eram ventilados como eventuais postulantes ao cargo de prefeito, mas o primeiro semestre passou sem que houvesse uma definição quanto às candidaturas. Nesse sentido, não há como analisar a eleição para a prefeitura desconectada dos diálogos para o pleito do ano seguinte, quando se decidiria o governador do estado e o presidente da República. Ciro Marques Nunes, no final de março, questionava: “os partidos políticos parecem que estão temerosos de agitar o problema sucessório da Prefeitura da Capital, ou será que estão escondendo o jogo?”. O jornalista defendia que era importante “largar primeiro”, com um nome que pudesse atrair a simpatia e a confiança do eleitorado. Entretanto, ponderava: “o xadrez político é um jogo complexo e de difícil previsão, às vezes tomando rumos inteiramente diversos daqueles que normalmente seriam de esperar...”.⁷⁷⁶

Ciro Marques Nunes, redator de *A Verdade* e locutor de programas na rádio homônima, vislumbrava a candidatura de seu amigo e sócio, Manoel de Menezes. O recém-eleito deputado estadual era o único que externava sua aspiração de concorrer à prefeitura. No final de maio, surgia a primeira reportagem noticiando Menezes como candidato. O redator da matéria afirmava que a candidatura uniria, no plano local, duas siglas rivais no plano nacional: o PSP, de Adhemar de Barros, e o PTN, de Jânio Quadros. O raciocínio fazia sentido. Manoel de Menezes era deputado estadual pelo PSP e seu pai era o presidente municipal do PTN. A notícia ainda explicava a demora de PSD e UDN em decidir o candidato. Ambos estariam “namorando” o PTB, visando à sucessão estadual e federal do ano seguinte.⁷⁷⁷

Enquanto os partidos discutiam, Menezes entrava em campanha. Hermínio de Menezes Filho dava dicas para o eleitor não errar na hora de assinalar a cédula oferecida pela Mesa Eleitoral. Para saber em qual quadrado marcar o “x”, bastaria “olhar para a

⁷⁷⁵ Outros exemplos podem ser encontrados nos capítulos anteriores. Em 1950, Irineu Bornhausen, da UDN, fez mais votos do que o possedista Udo Deeke para o governo do estado. O trabalhista Carlos Gomes de Oliveira superou Nereu Ramos na disputa pelo Senado. Enquanto Vargas venceu Eduardo Gomes. Em 1955, a Aliança Social Trabalhista venceu todas as disputas majoritárias na capital: Juscelino, Jango, Gallotti e Miranda Ramos. Para maiores informações, ver capítulos 2 e 3.

⁷⁷⁶ NUNES, Ciro Marques. O medo impede uma definição. *A Verdade*. Florianópolis, 30 mar. 1959.

⁷⁷⁷ MENEZES FILHO, Hermínio. Os 100 dias da campanha Manoel de Menezes. *A Verdade*. Florianópolis, 25 mai. 1959.

palma da mão esquerda, depois a da direita em cada qual (...) encontrará (...) um eme (M) na esquerda, um eme (M) na direita, em seguida olhará na lista entregue pelo presidente da Mesa e facilmente destacará também um nome com dois emes: MANOEL DE MENEZES.”⁷⁷⁸

A estratégia veiculada nas páginas de *A Verdade* refletia a preocupação em garantir que os possíveis eleitores do jornalista não errassem no dia da votação. O direito ao voto era exclusivo dos alfabetizados. Entretanto, como Menezes tinha seus principais eleitores entre os grupos com renda mais baixa, a campanha preocupava-se com aqueles que tinham o título eleitoral, mas que liam e escreviam pouco ou nada.⁷⁷⁹

Ao falar sobre a “ousadia” de sair como candidato à prefeitura, Menezes trouxe novamente a analogia com o famoso político paulista: “Aí começou a campanha do TOSTÃO CONTRA O MILHÃO. Lutar contra a UDN e PSD, na Capital, só para doído varrido. Porque são dois partidos bem organizados. De um lado, o Sr. Irineu Bornhausen e do outro Aderbal Ramos da Silva, cada qual com suas fabulosas fortunas.”⁷⁸⁰ A figura de Jânio Quadros o inspirava. O ex-governador de São Paulo era um fenômeno político. Tinha grande apelo popular e carisma. A partir de uma vitória na eleição parlamentar, em 1947, vencera todas as disputas seguintes.⁷⁸¹ Menezes mirava o exemplo paulista para se aventurar na disputa pela prefeitura. Todavia, ambos tinham bases sociais e estratégias políticas específicas, que serão exploradas mais adiante.

Em junho, a imprensa catarinense noticiou o resultado da Convenção Estadual do PTB. Doutel de Andrade foi eleito presidente regional da sigla com 107 votos, desbancando Acácio Garibaldi S. Thiago, que tentava a reeleição e obteve apenas 40. Na chapa vitoriosa,

⁷⁷⁸ MENEZES FILHO, Hermínio. Os 100 dias da campanha Manoel de Menezes. *A Verdade*. Florianópolis, 25 mai. 1959.

⁷⁷⁹ Menezes, em 1960, escreveu sobre sua alta popularidade entre os moradores dos morros da cidade e lamentou o fato de muitos deles não poderem votar: “É que em todo aquele morro, onde residem milhares de pessoas, poucos eram contra minha candidatura. Quase todos estavam comigo; lógico que nem todos eram eleitores, do contrário eu não seria hoje detento da Penitenciária da Pedra Grande, e sim governador do Estado”. MENEZES, Manoel de. *Das grades da penitenciária*. Florianópolis: Gráfica A Verdade, 1960. p. 25.

⁷⁸⁰ MENEZES, Manoel de. *Das grades da penitenciária*. Florianópolis: Gráfica A Verdade, 1960. p. 16.

⁷⁸¹ Em 1947, Jânio elegeu-se vereador. Em 1950, deputado estadual. Em 1953, Jânio se candidatou à prefeitura paulista e venceu. No ano seguinte, se desincompatibilizou do cargo para concorrer ao governo do estado. Nova vitória sobre seu maior rival, Adhemar de Barros. Em 1958, elegeu seu sucessor, Carvalho Pinto, ao governo do estado e conseguiu uma cadeira na Câmara dos deputados pelo estado do Paraná. Em 1960, venceria nova eleição. Dessa vez para a Presidência da República. Ver: MAYER, Jorge Miguel; XAVIER, Libânia. Jânio Quadros (Verbete). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>.

dois deputados estaduais eleitos no ano anterior, Walmor Oliveira e Evilásio N. Caon, como vice-presidente e secretário, respectivamente.⁷⁸² Entre os apoiadores do candidato derrotado, o senador Saulo Ramos.⁷⁸³ A divisão entre novas e velhas lideranças trabalhistas, que aparecera no pleito de 1958, ganhava contornos mais claros.

O PTB foi o primeiro a apresentar seu candidato ao pleito municipal, o engenheiro agrônomo Cesar Seara. Ciente da fragilidade de uma candidatura sem coligações, tentou articular o apoio dos demais partidos.⁷⁸⁴ Especulou-se uma possível aliança com a UDN, articulada no Rio de Janeiro por Doutel de Andrade e Irineu Bornhausen.⁷⁸⁵ O líder trabalhista também teria tido tratativas semelhantes com Celso Ramos.⁷⁸⁶ A esta altura, Manoel de Menezes já aparecia como candidato, mas ainda sem legenda. A tendência natural seria sair pelo PSP. Contudo, a seção regional do partido sofreu intervenção do diretório nacional.⁷⁸⁷ No novo diretório, coube a presidência a J. J. Barreto, secundado por Delamar Vieira e Doralécio Soares, todos “inimigos” do jornalista.⁷⁸⁸ Décadas depois, ao lembrar-se da batalha para conseguir legenda, Menezes explicaria que o PSP teria “acertado” com a UDN o apoio ao seu candidato a prefeito, “fosse quem fosse”. Em suas palavras, “apoio garantido, porque garantido estava o dinheiro”.⁷⁸⁹

Na visão do jornalista, alguns grupos políticos da cidade operaram junto ao PSP para impedir a sua candidatura. O principal personagem a atuar nos bastidores da política local era Aderbal Ramos da Silva. Além do prestígio político de ex-governador e deputado federal, Deba, como era conhecido, exercia grande poder financeiro na capital. Casou-se com Rute Hoepcke, filha de Karl Hoepcke Jr., e herdou o patrimônio da família. Além dos veículos de comunicação, o jornal *O Estado* e a rádio *Guarujá*, possuía casas comerciais, uma fábrica de pontas, um estaleiro, uma fábrica de bordados, um banco e ainda estava por

⁷⁸² Lenzi comenta que dos seis deputados estaduais eleitos pelo PTB, em 1958, cinco eram alinhados politicamente a Doutel de Andrade. O quinto, Braz Joaquim Alves, alinhou-se posteriormente. Ver: LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.

⁷⁸³ Doutel assume a chefia do PTB catarinense. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 01 jun. 1959.

⁷⁸⁴ A coluna “Política em preto e branco” do *Diário da Tarde* noticiou as tratativas do candidato trabalhista com o PDC para obter apoio ao seu nome para a prefeitura. Fonte: Política em preto e branco. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 09 jul. 1959.

⁷⁸⁵ Candidatura Cesar Seara apoiada pela UDN. *A Verdade*. Florianópolis, 08 jun. 1959.

⁷⁸⁶ MENEZES, Manoel. Os grandes partidos contra um candidato forte. *A Verdade*. 22 jun. 1959.

⁷⁸⁷ Nota do PSP. *O Estado*. Florianópolis, 11 jul. 1959.

⁷⁸⁸ A versão de Menezes sobre a impossibilidade de se candidatar pelo PSP encontra-se em: MENEZES, Manoel de. *Das grades da penitenciária*. Florianópolis: Gráfica A Verdade, 1960. p. 25.

⁷⁸⁹ MENEZES, Manoel de. *Retalhos do tempo: o que vi, fiz e ouvi*. 2 ed. Florianópolis: Edeme, 1977. p. 222.

trás dos principais empreendimentos da cidade.⁷⁹⁰ Era um dos sócios da TAC (Transporte Aéreo Catarinense) e da Imobiliária Jurerê, que, no final dos anos 1950, contratara Oscar Niemeyer para projetar um moderno balneário na Praia do Forte, no norte da Ilha.⁷⁹¹ Segundo Reinaldo Lohn, “Praticamente não havia empreendimento de grande vulto na cidade que não contasse com sua participação, embora às vezes preferisse esconder-se por trás de testas de ferro.”⁷⁹²

Na impossibilidade de lançar-se pelo PSP, tentou o PTN, do qual seu pai era o presidente municipal. Nova batalha. Segundo ele, trouxeram o presidente regional do PTN, Octacílio Nascimento, a Florianópolis para impedir a candidatura: “Tempo perdido o do Sr. Cesar Seara, tempo e dinheiro, porque teve de pagar, e muito bem pago, o Sr. Otacílio Nascimento, para impedir minha candidatura a prefeito.” Após cinco dias de articulações internas, o diretório municipal sufragou o nome de Manoel de Menezes à prefeitura da capital.⁷⁹³ A suposta manobra trabalhista faz sentido. A candidatura de Cesar Seara só teria chances se contasse com a adesão de outras siglas. Caso obtivesse o apoio do PDC e do PTN, teria força para negociar o apoio de algum dos grandes partidos em troca de uma coligação para o governo estadual de 1960.

As negociações não deram certo. O PSD, possível aliado dos trabalhistas na sucessão de Juscelino, deliberou candidatura própria, lançando Osvaldo Machado. A notícia da convenção pessedista deixava clara a influência de Aderbal Ramos da Silva na escolha. Ao ser apontado como unanimidade para o pleito municipal, Deba declinou do convite, sugerindo seu amigo e sócio Osvaldo Machado. Em seguida, “por unanimidade de votos, sob demorados e vibrantes aplausos, a convenção consagrou o nome de Osvaldo de Passos Machado como candidato do PSD”.⁷⁹⁴

Ao final de julho, os demais partidos também já tinham definido seus postulantes. O PDC, provavelmente animado por ter o vereador mais votado na última eleição, optou pela candidatura de Nereu do Vale Pereira. O PL decidiu concorrer com o nome do General

⁷⁹⁰ TANCREDO, Luiz Henrique. *Doutor Deba: poder e generosidade*. Florianópolis: Insular, 1998.

⁷⁹¹ “Aderbal Ramos da Silva no comando dos negócios. O mundialmente conhecido Oscar Niemeyer afirmou a *A Verdade*: ‘Espero projetar para Praia do Forte a maior cidade balneária do mundo!’.” Fonte: Na praia do forte surgirá a cidade balneária! *A Verdade*. Florianópolis, 18 abr. 1957.

⁷⁹² LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana Florianópolis, 1950 a 1970*. Porto Alegre, 2002. 442 f. Tese (doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 274.

⁷⁹³ MENEZES, Manoel de. *Das grades da penitenciária*. Florianópolis: Gráfica A Verdade, 1960. p. 15.

⁷⁹⁴ Osvaldo Machado é o candidato. *O Estado*. Florianópolis, 25 jul. 1959.

Paulo Vieira da Rosa. Por fim, a UDN lançou Fernando Viegas. Eram seis candidaturas, pulverizando as escolhas e ampliando as chances de uma surpresa. Entre os principais partidos, PSP e PRP não tinham candidatos. Os correligionários de Plínio Salgado protocolaram apoio inicialmente ao nome do PSD.⁷⁹⁵ O PSP, como mencionado, escolheu o candidato udenista.

O jornal *O Estado* elogiou a elegância de Osvaldo Machado ao oferecer um jantar aos postulantes à prefeitura. Estiveram presentes Vieira da Rosa, Nereu do Vale Pereira, Fernando Viegas e Manoel de Menezes. Seria uma forma de separar as divergências de ideias do ódio e desrespeito que muitas vezes marcam as campanhas. Evidentemente, alfinetava o colunista, “intercâmbio de ideias propriamente dito” o anfitrião só teve com o General Vieira da Rosa, “culto, educado e interessante”, e com Nereu do Vale Pereira, “moço observador e inteligente”. Lamentou também a não adesão dos demais partidos a uma fórmula consensual em torno do ilustre pessedista.⁷⁹⁶

A nota não era ingênua. Não havia segundo turno. O grande número de candidatos tornava o resultado imprevisível. Elogiar os candidatos do PL e do PDC soava como estratégia de convencimento para que desistissem da disputa e apoiassem o candidato pessedista. A UDN não parecia disposta a abandonar o seu nome. Todavia, a busca de um candidato consensual tinha um principal intuito: superar o “inimigo comum”, Manoel de Menezes.

Não eram poucas as menções indiretas ao jornalista. Sem dar nomes, os principais colunistas da capital criticavam as “fanfarrônicas” de certos candidatos. Renato Barbosa deixava clara a diferença entre ele e o *gentleman* Osvaldo Machado, um “estupendo polarizador e dinamizador de equipes”. Em linguagem empresarial, explicava o sucesso financeiro obtido pelo candidato pessedista: “O atual conceito de patronato, amigo de seus colaboradores, são razões precípuas de sua prosperidade”. Ao invés de promessas absurdas, despejadas irresponsavelmente sobre o eleitorado dos morros, garantia aos mais simples que cumpriria “tudo quanto lhes prometer.”⁷⁹⁷

Ser um bom patrão e manter uma boa relação com seus funcionários seriam as qualidades fundamentais para o exercício do cargo em disputa. Era visível que a retórica do

⁷⁹⁵ O PRP com a candidatura Osvaldo Machado. *O Estado*. Florianópolis, 26 jul. 1959.

⁷⁹⁶ BARBOSA, Renato. Método diferente. *O Estado*. Florianópolis, 31 jul. 1959.

⁷⁹⁷ BARBOSA, Renato. Osvaldo e o morro. *O Estado*. Florianópolis, 28 jul. 1959.

candidato nas primeiras movimentações de campanha estabelecia uma diferença entre aquilo que se entendia por “campanha política” e uma “propaganda de baixo estilo”. Criticava a UDN⁷⁹⁸, mas, principalmente, atacava aquele que subia os morros com charanga, escola de samba e foguetório. De um lado, o empresário bem sucedido, técnico, “político profissional”, prometendo proporcionar “duradouras condições de trabalho”; de outro, a “demagogia de meia-porção”, “acenando, idiotamente, com pão, carne, leite e circo de graça”.⁷⁹⁹ Era o “cidadão de gabarito” contra as “tiradas demagógicas”. Ainda restava um último argumento. Caso o cidadão, “impressionável e explorável em sua ingenuidade e boa fé”, achasse exequível “carne, pão, leite e bombom de graça”, que questionasse onde estariam as promessas feitas na eleição anterior, para a Assembleia Legislativa.⁸⁰⁰

Ao mencionar a vitória para a Assembleia, Barbosa deixava claro quem era o alvo maior de suas críticas. Não apenas Manoel de Menezes, mas aquilo que sua candidatura simbolizava: contato direto com o povo, subida aos morros e promessas inflamadas de redução do custo de vida. Amplificadas pelo jornal e pela rádio, a estratégia eleitoral conquistava a população e aumentava as chances de mudança no comando da prefeitura.

Ao ser taxado de demagogo, Menezes respondia como faria para viabilizar suas propostas de diminuição de preços. Garantia que, caso eleito, faria a firma Hoepcke pagar a fortuna que devia em impostos aos cofres municipais. Com esse dinheiro, dizia em sua rádio, “compraria caminhões para ir buscar a carne verde em Guatá (Lauro Muller) e para ir a Tubarão e Criciúma buscar o feijão para ser vendido mais barato ao povo”. Assim, seus

⁷⁹⁸ “Mas também nada de desviar leite em pó da cota federal da merenda escolar, destinada à população infantil necessitada, para criminoso atendimento a discutíveis despesas eleitorais da UDN.” BARBOSA, Renato. Osvaldo e o morro (2ª parte). *O Estado*. Florianópolis, 29 jul. 1959.

⁷⁹⁹ “Os morros, por sua vez, desencantados por completo da demagogia de meia-porção, sabem que o futuro prefeito, na medida do possível e do razoável, procurará lhes minorar dificuldades, não lhes acenando, idiotamente, com pão, carne, leite e circo de graça, mas proporcionando-lhes duradouras condições de trabalho.” BARBOSA, Renato. Método diferente. *O Estado*. Florianópolis, 31 jul. 1959.

⁸⁰⁰ “Se o povo quer governar através de seus representantes profissionais, eleja Osvaldo Machado. Que poderíamos esperar de um cidadão de seu gabarito? Tiradas demagógicas? Promessas ridículas de carne de graça? Desfrutes de discursivas asnáticas pelos morros? Infâmias? Propaganda de baixíssimo padrão? Charangas e escolas de samba? Mas Osvaldo não é disso. (...) Se, entretanto, pensar o eleitor impressionável e explorável em sua ingenuidade e boa fé, que ele poderá dar ao povo carne, pão, leite e bombom de graça, - onde estão, nesse sentido, as promessas feitas pelos morros e no Estreito antes das eleições de 1958 à Assembleia Legislativa? - então vote em outro e aguarde o resultado... O eleitorado está farto de demagogia. De promessas estúpidas de irresponsável. De propaganda de baixo estilo.” BARBOSA, Renato. Participação do povo. *O Estado*. Florianópolis, 06 ago. 1959.

discursos atacavam os atravessadores, mas, sobretudo, golpeavam diretamente o “dono da cidade”, Aderbal Ramos da Silva.⁸⁰¹

A questão do custo de vida era candente. O final do governo JK foi marcado pela espiral inflacionária decorrente, em grande parte, da política econômica para execução do Plano de Metas. Por trás do discurso desenvolvimentista, subjazia uma política de entrada de capital internacional, emissão de moeda e endividamento externo. Benevides analisa que, se por um lado os anos de Juscelino ampliaram as ofertas de emprego através do processo de industrialização, por outro, aumentaram a pressão econômica sobre os assalariados em virtude da inflação, recurso do qual o governo se serviu para financiar o desenvolvimento capitalista.⁸⁰² Em cinco anos, produziu-se aço, borracha e os demais materiais necessários para levantar, praticamente do zero, uma produção anual que, em 1960, chegou a 130 mil veículos.⁸⁰³

O quebra-quebra, em novembro de 1958, decorrente do protesto contra a elevação do custo de vida foi um sintoma da insatisfação crescente dos trabalhadores da capital de Santa Catarina. Em São Paulo, um ano antes, 400 mil trabalhadores cruzaram os braços em um movimento que articulou diferentes sindicatos e organizações de bairro.⁸⁰⁴ Em 1959, alguns meses antes da eleição para a prefeitura de Florianópolis, o tema do aumento da carne verde voltou às páginas dos jornais. O jornal de Jairo Callado, defensor do governo udenista, cobrava explicações do PSD quanto ao aumento dos gêneros alimentícios. Tanto a

⁸⁰¹ “Quando eu dizia que com o dinheiro que obrigaria a firma Hoepcke a pagar impostos compraria caminhões para ir buscar a carne verde em Guatá (Lauro Muller); que com toda aquela fortuna que DEBA devia à municipalidade compraria caminhões para ir a Tubarão e Criciúma buscar o feijão para ser vendido mais barato ao povo. Cada vez que assim falava pelo rádio, DEBA, mesmo com o tanque cheio de uísque, não conseguia dormir. Seria sua maior desgraça perder as eleições para um analfabeto sem tostão...”. Fonte: MENEZES, Manoel de. *Das grades da penitenciária*. Florianópolis: Gráfica A Verdade, 1960. p. 21.

⁸⁰² BENEVIDES, Maria Victória. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 216.

⁸⁰³ MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002. p. 56. ABREU, Marcelo de Paiva. O processo econômico. In: Ângela de Castro Gomes (coord.). *Olhando para dentro 1930-1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

⁸⁰⁴ Para uma análise detalhada da “Greve dos 400 mil”, ver: FONTES, Paulo. “Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo”: a greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo – 1957. In: FORTES, Alexandre. (et. al.). *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

prefeitura quanto o governo federal estavam nas mãos de pessedistas, o periódico exigia alguma providência por parte do partido.⁸⁰⁵

Criara-se uma equação difícil de resolver. Havia uma tendência de alta dos preços dos gêneros alimentícios. Corroía-se o poder de compra dos trabalhadores assalariados. A população das principais capitais do país protestava. Cabia aos administradores públicos tomarem alguma providência. Em Florianópolis, a COAP não permitiu o aumento do preço da carne. Em consequência, o produto sumiu dos açougues. O pescado, alternativa lógica em uma cidade litorânea, também aumentara de preço. No Mercado Público, houve o “aumento escorchantes” do camarão e da corvina – o primeiro oscilando entre Cr\$ 130,00 e 150,00 o quilo e a segunda custando Cr\$ 35,00 o quilo.⁸⁰⁶

Na Câmara de Vereadores, três parlamentares de reconhecido apelo no meio popular, Nereu do Vale Pereira, Hermínio de Menezes Filho e Manoel Alves Ribeiro, usaram a tribuna para protestar contra o aumento do preço do pão.⁸⁰⁷ O vereador comunista também escreveu artigo denunciando a exploração dos marchantes e intermediários da carne.⁸⁰⁸

Dia 13 de julho, a Comissão de Abastecimento e Preços concedeu aos donos de açougue o aumento no preço da carne. Imediatamente, a União Catarinense dos Estudantes publicou uma nota de repúdio, nominando os conselheiros que votaram a favor do aumento.⁸⁰⁹ Procedimento semelhante fizeram alguns sindicatos da capital, publicando uma moção de repúdio na imprensa.⁸¹⁰ Após a deflagração do aumento dos preços, o deputado

⁸⁰⁵ “Carne, aqui, é assunto pessedista. Está afeto à COAP e à Prefeitura. A COAP é órgão do governo federal. O governo federal é pessedista. A Prefeitura é pessedista também.”. Fonte: RAMOS, Jaime de Arruda. Viva o mocotó. *A Gazeta*. Florianópolis, 10 jul. 1959.

⁸⁰⁶ COAP e a carne verde. *A Gazeta*. Florianópolis, 12 jul. 1959.

⁸⁰⁷ Nereu do Vale Pereira encaminhou requerimento pedindo a revisão do novo tabelamento do pão. Manoel Alves Ribeiro (Mimo) solicitou a presença do representante da prefeitura junto à COAP para prestar esclarecimentos sobre sua postura na defesa dos interesses da população. Fonte: MENEZES FILHO, Hermínio. Que exploração! *A Verdade*. Florianópolis, 02 mar. 1959.

⁸⁰⁸ RIBEIRO, Manoel Alves. Conversa mole para boi dormir. *A Gazeta*. Florianópolis, 15 jul. 1959.

⁸⁰⁹ Eram os seguintes: Lúcio Freitas, representante da indústria; Henrique Stéfano, representante do comércio, Professor Fontes, representante do Banco do Brasil; Francisco Ovelha (no manifesto assinado pelas entidades sindicais da cidade, o nome está como Francisco Gouveia), representante da Secretaria da Fazenda. UNIÃO CATARINENSE DOS ESTUDANTES. *Manifesto ao povo*. Acervo do Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Localização: Deputados, propaganda política e requerimentos. Deputado Agostinho Mignoni. Caixa 3.

⁸¹⁰ Assinaram o documento: Osvaldo Germano Fernandes, presidente do Sindicato Empregados do Setor Hoteleiro, Hermes Correa Mendonça, presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria, Humberto Moritz, Presidente da Federação do Comércio, Jorge Leonel de Paula, presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio, Álvaro Máximo de Oliveira, presidente do Sindicato dos Carpinteiros Navais,

trabalhista Agostinho Mignoni encaminhou pedido de instauração de uma Comissão, composta por três deputados, para “estudar o problema do fornecimento da carne verde no município de Florianópolis”.⁸¹¹

A prefeitura defendeu-se das críticas. Na folha pessedista, uma pequena nota no canto da primeira página afirmava que Almir Cabral Faria, chefe de gabinete da Prefeitura de Florianópolis e seu representante junto à COAP, votara contra a majoração do preço da carne.⁸¹² Este argumento foi usado pelos vereadores pessedistas para defender a administração municipal. Em sessão da Câmara, a bancada do PSD colocou-se contra o aumento, mas destacou que a prefeitura fora voto vencido no conselho da COAP. Manoel Alves Ribeiro (PSP) e Moacyr Pereira (PTB) manifestaram-se favoráveis ao rompimento do contrato com os intermediários da carne, sugerindo que a prefeitura assumisse o abastecimento. Hélio Peixoto, principal porta-voz do executivo no parlamento, apesar de elogiar o discurso do vereador comunista em defesa dos interesses populares, encaminhou que, antes de qualquer ação, fosse estudada a viabilidade da proposta pela Comissão Permanente de Defesa à Economia Popular daquela Casa. Após falas e apartes em apoio à medida, o presidente da sessão, Baldicero Filomeno (PSD), comunicou que a Câmara só se reuniria em nova sessão quando a Comissão, composta pelos líderes dos partidos políticos, chegasse a alguma conclusão.⁸¹³ No plano político-institucional, a efervescência criada pelo aumento esfriaria na morosidade do legislativo.

Diante de tal cenário, era compreensível a aceitação do discurso de Menezes. Criticava os políticos tradicionais, tanto do PSD quanto da UDN, incrustados havia anos nos poderes executivo e legislativo. Relacionava o aumento dos preços a atividades ilícitas em âmbito estadual e municipal. Em contrapartida, oferecia soluções que passavam pela cobrança de impostos dos mais abastados de modo a minorar o custo de vida da maior parte da população – como no discurso sobre a firma Hoepcke. Somava-se a isso a abrangência

Álvaro de Souza Dias, tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil. Fonte: Ao povo florianopolitano. *A Gazeta*. Florianópolis, 16 jul. 1959.

⁸¹¹ MIGNONI, Agostinho. *Requerimento*. Assembleia Legislativa, 14 jul. 1959. Acervo do Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Localização: Deputados, propaganda política e requerimentos. Deputado Agostinho Mignoni. Caixa 3.

⁸¹² O representante da prefeitura votou contra o aumento do preço da carne. *O Estado*. Florianópolis, 15 jul. 1959.

⁸¹³ O caso da carne verde debatido na câmara municipal. *A Gazeta*. Florianópolis, 17 jul. 1959.

de sua campanha via rádio, jornal e com suas faladas charangas. Ficava cada vez mais evidente que Menezes pavimentava seu caminho rumo à administração municipal.

4.3 –UDN e PSD unem-se contra o “baixo populismo”

No final de junho, o jornal *A Verdade* denunciou, em primeira página, uma proposta de prorrogação do mandato do prefeito Dib Cherem, e, conseqüentemente, do pleito. Marcado para 30 de agosto de 1959, seria postergado para outubro do ano seguinte.⁸¹⁴ De autoria do deputado Evilásio Nery Caon (PTB), a proposta previa uma alteração na Constituição do estado de modo a alterar o dispositivo de autonomia da capital, fazendo com que a eleição para prefeito coincidisse com o pleito estadual. A ideia teria sido tramada pelos três principais líderes políticos do estado, Celso Ramos (PSD), Irineu Bornhausen (UDN) e Doutel de Andrade (PTB), com um único fim: “impedir a eleição de Manoel de Menezes”.⁸¹⁵ Em outro artigo da mesma edição, o jornalista criticava a manobra de Caon, deputado “brizolista”, “eleito com os votos da região de Lages”. Ameaçava: “Se a camorra se positivar, alguém irá reagir e o pagode poderá não prestar! Faço votos de que não ponham novamente fogo na CASA DO POVO!”.⁸¹⁶ Entretanto, em sua coluna, “O que dizem e... eu não afirmo”, Menezes informou que Evilásio Caon negara a existência da proposta. Isto é, seria mera especulação o acerto entre os grandes partidos para prorrogar a eleição municipal.⁸¹⁷

Essa edição do jornal *A Verdade* chama a atenção por duas questões. Em primeiro lugar, demonstra uma das estratégias políticas de seu proprietário, a pouco mais de dois meses para o pleito. Ao observar a formatação do periódico, percebe-se que há três artigos/reportagens tratando da suposta manobra para prorrogar a eleição. O texto de Menezes, “Essa não!”, aparece em destaque, no alto da primeira página. O outro artigo, detalhando a trama entre os líderes de PSD, UDN e PTB, foi colocado na segunda página

⁸¹⁴ Com o afastamento do prefeito Osmar Cunha para assumir o cargo de deputado federal, a Câmara de Vereadores elegeu o vereador Dib Cherem para completar o mandato à frente da prefeitura. A medida gerou polêmica. Em 1959, o vereador Hermínio de Menezes Filho entrou com mandado de segurança alegando irregularidades regimentais na sessão do parlamento municipal que elegeu o novo prefeito. Fonte: MENEZES, Manoel de. *Essa não!* *A Verdade*. Florianópolis, 29 jun. 1959.

⁸¹⁵ Será que Florianópolis é terra sem dono. *A Verdade*. Florianópolis, 29 jun. 1959.

⁸¹⁶ MENEZES, Manoel de. *Essa não!* *A Verdade*. Florianópolis, 29 jun. 1959.

⁸¹⁷ MENEZES, Manoel de. *O que dizem e... eu não afirmo.* *A Verdade*. Florianópolis, 29 jun. 1959.

mais vista do jornal, a última. Em letras garrafais questionava: “Será que Florianópolis é terra sem dono? A vez do povo fazer ouvir a sua voz nem que seja a porrete!”. Na mesma página, mas com menos destaque, a coluna de Menezes, na qual a denúncia era relativizada.

É possível perceber a diferença na visualização das informações a partir da análise do Anexo 2. Na foto da reportagem “Será que Florianópolis é terra sem dono?”, é possível ver o início da coluna de Manoel de Menezes, “O que dizem e... eu não afirmo”. Nas duas, as letras dos textos são iguais, diferenciando-se apenas no tamanho das letras da manchete da reportagem em relação à coluna. Ao analisar a configuração da coluna, fica visível também que a afirmação de Evilásio Caon, desmentindo a acusação de Menezes, é apenas um item de uma pauta bastante variada. Em outras palavras, a informação que desabonaria duas das principais notícias daquela edição do periódico não recebe nenhum destaque.

A escolha não era fortuita. Um dos pontos centrais da campanha de Menezes era justamente estabelecer uma diferença entre ele e os demais políticos. Nos dois textos em destaque, os três maiores partidos do estado confabulariam de modo a impedir a sua possível vitória – que seria, por certo, uma “vitória do povo”. O PTB, que crescera na eleição anterior e ganhava espaço sob a liderança de Doutel de Andrade, também virou alvo das críticas. Por trás do ataque, parecia estar uma disputa pelo eleitorado trabalhista, composto majoritariamente por trabalhadores urbanos, muitos deles sindicalizados. Portanto, a pauta jornalística criava um factóide cujo teor era desmentido, discretamente, na mesma edição.

O segundo ponto que chama a atenção diz respeito às condições de acesso aos exemplares do jornal *A Verdade*. Coincidentemente ou não, o acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (BPESC) – que já não dispunha das edições do semanário das duas semanas após as eleições de 1954⁸¹⁸ – também não possui os exemplares dos dois meses anteriores ao pleito e das duas semanas posteriores. Isso significa que há cinco edições de *A Verdade*, entre 29 de junho e 21 de setembro de 1959, que não estão disponíveis. Considero importante externar essa ausência na esperança de que esses documentos possam ser encontrados e disponibilizados para consulta pública. A análise

⁸¹⁸ Como mencionado no Capítulo 2, a famosa manchete de *A Verdade*, “Dormi como prefeito e acordei feito palhaço”, publicada após a eleição de 1954, também não estava disponível na BPESC.

desse material seria de grande valia para detalhar os ataques e contra-ataques desferidos por Manoel de Menezes no limiar do pleito “mais disputado da história de Florianópolis”.

A despeito de não conseguir acessar as perspectivas do jornal de Menezes às vésperas da eleição, o jornalista esteve presente nas pautas dos demais periódicos da capital, direta e indiretamente. Em nenhum pleito, desde o reestabelecimento do processo de eleições direitas, a imprensa florianopolitana foi tão coesa em criticar um candidato. O espaço dedicado a Menezes nos três diários da capital – *O Estado*, *A Gazeta* e *Diário da Tarde* – demonstrava claramente a força de sua candidatura.

É possível perceber, através da imprensa, que Osvaldo Machado e Fernando Viegas estabeleceram estratégias políticas similares, transformando-as no decorrer da campanha.⁸¹⁹ Foram três momentos, três formas diferentes de atuação dos candidatos. Primeiramente, logo que decidida a candidatura, exaltaram-se as qualidades do político. Conforme relatado na seção anterior, o periódico do PSD exaltou Osvaldo Machado enquanto empresário competente e bom patrão. Em oposição à candidatura de Menezes, que já percorria a cidade com “charangas e foguetórios”, procurou estabelecer uma diferença entre o político tradicional, de um partido conhecido, e o aventureiro, afeito a demagogias para ludibriar o eleitor. Fernando Viegas justificou sua entrada na disputa pela impossibilidade de um candidato único, que unisse todos os partidos. Assim como Osvaldo Machado, mencionou antigos equívocos eleitorais e criticou o florescimento da “capadoçagem e da demagogia”.⁸²⁰ Tanto o candidato do PSD quanto o da UDN discursavam em favor dos pobres, mas criticavam aqueles que iam aos morros com charangas e fanfarrônicas.

O segundo momento representa uma mudança na estratégia de campanha em relação aos pleitos anteriores. Os políticos dificilmente subiam os morros. UDN e PSD articulavam-se através de cabos eleitorais nas comunidades. Em muitos casos, esses cabos

⁸¹⁹ Não custa lembrar que, em 1959, *A Gazeta*, de Jairo Callado, apoiava a UDN e a administração estadual. *O Estado*, de Aderbal Ramos da Silva, apoiava o PSD. Por fim, o *Diário da Tarde*, administrado por Tito Carvalho, também apoiava o PSD. Ao lembrar dos veículos de comunicação que faziam críticas a ele, Manoel de Menezes levantou que o *Diário da Tarde* teria sido comprado pelo ex-prefeito Osmar Cunha: “Eram os jornais *O Estado*, de propriedade do DEBA, *A Gazeta*, de Jairo Callado, mas financiada pelo Palácio do Governo, o *Diário da Tarde*, de propriedade do lapidador dos dinheiros públicos, Osmar Cunha, e mais dois ou três jornalecos, sendo um de propriedade do escroque Cássio Augusto Mazzoli. As rádios *Anita Garibaldi*, *Diário da Manhã* e *Guarujá*, todas caluniando-me da manhã à noite sem darem tréguas.” Fonte: MENEZES, Manoel de. *Das grades da penitenciária*. Florianópolis: Gráfica A Verdade, 1960. p. 29, 30.

⁸²⁰ “Um município como Florianópolis não poderá cometer novos equívocos eleitorais. Não é possível que se desprezem homens de bem, permitindo o florescimento da capadoçagem e da demagogia.” Fonte: A palavra do candidato Fernando B. Viegas. *A Gazeta*. Florianópolis, 02 ago. 1959.

eram vinculados às intendências dos distritos. A divisão municipal por distritos e a criação de intendências foram instituídas na Primeira República enquanto um mecanismo administrativo do Estado. De acordo com Ricardo Dutra, em um momento em que o contato entre a sede do município e seu interior era difícil em razão da falta de meios de comunicação e acesso, as intendências atuavam no sentido de “aproximar o governo municipal e seus respectivos distritos”.⁸²¹

A Lei Orgânica dos Municípios de 1947 manteve as intendências na estrutura administrativa municipal. Os intendentess eram nomeados pelo prefeito e a ele subordinados.⁸²² Segundo Sandra Born: “O intendente, para ser nomeado, obrigatoriamente tinha que residir no Distrito, assim como eram de sua responsabilidade as nomeações, demissões, licenças, fiscalização dos serviços e repartições distritais, cobrança de impostos, atendimento de reclamações e prestação de contas ao prefeito.”⁸²³

Através das intendências, o partido político detentor do executivo municipal estabelecia um canal de acesso às demandas dos moradores. O administrador do órgão tornava-se o chefe político local, coordenando as obras e melhorias da comunidade. Nas palavras de José Amorim, ex-intendente do Distrito de Canasvieiras, no norte da Ilha:

O intendente era o cabo eleitoral, o chefe político. Era o chefe político, ninguém conseguia nada no Estado, na Prefeitura sem ter um cartãozinho dele. Até para se colocar luz em casa tinha que ter um cartão autorizando. Sem o aval do intendente ninguém se empregava, ou se empregava nós íamos lá e botávamos na rua. A influência era grande. Uma eleição dependia de nós, pois éramos nós quem conseguia o voto para esse ou aquele. O partido depende de nós, se não trabalhássemos tinha gente que não ia votar.⁸²⁴

Percebe-se, portanto, que, através das intendências, estabeleciam-se redes de favores que eram acionadas durante o período eleitoral. A eficácia dessas redes em articular

⁸²¹ DUTRA, Ricardo Aldo. *Florianópolis: A Organização Político-Administrativa. A Intendência Distrital 1889-1992*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, 1994. p. 49, 53.

⁸²² Não custa lembrar que Florianópolis, por ser considerada área estratégica, só teve a primeira eleição para prefeito em 1954. Antes disso, o prefeito era nomeado pelo governador. No período de redemocratização, o PSD governou o município entre 1945 e 1950. Quando Irineu Bornhausen venceu as eleições para o governo do estado, pôde nomear o prefeito da capital. Paulo Fontes administrou o município entre 1951 e 1954. Nesse ano, o pessedista Osmar Cunha venceu o pleito, deixando o PSD mais cinco anos no executivo.

⁸²³ BORN, Sandra Regina. *Falas na cidade: relações de poder e formação de redes sociais (1945-1964)*. Dissertação (Mestrado em Educação). 126 f. Universidade do Estado de Santa Catarina, 2007. p. 93.

⁸²⁴ Depoimento de José Amorim. Apud: DUTRA, Ricardo Aldo. Op. cit. p. 93.

demandas e prestar favores dispensava a presença física dos candidatos de UDN e PSD. Chegamos novamente a um ponto de inflexão importante. Se, pelos resultados, podemos concluir que a estrutura partidária fez diferença nos pleitos anteriores, não podemos pensar o voto sob o estigma da heteronomia e da deferência. O morador não ficava à mercê da ação dos cabos eleitorais. É presumível que o morador, ao dar seu voto a alguém indicado pelo cabo eleitoral do bairro, entendesse que dessa forma seria mais fácil atender às demandas locais e, em caso negativo, cobrar as promessas feitas em épocas de eleição. Votar em alguém pressupunha uma relação de reconhecimento, todavia, investia o político da responsabilidade de corresponder aos anseios do eleitor.

O cenário político e social dava sinais mudança. Os protestos e o quebra-quebra registrado em Florianópolis demonstravam não apenas a insatisfação das classes populares com os detentores do poder, mas a percepção dos serviços públicos (moradia, abastecimento, transporte) enquanto direitos cotidianamente denegados. Menezes, ao contrário de seus concorrentes, transitava pela Ilha e pelo Continente fazendo de cada evento uma festa. Enquanto Osvaldo Machado e Fernando Viegas discursavam sobre sua preocupação com os pobres, Menezes conversava com eles. Logicamente, tornava-se cada vez mais popular. Tanto UDN quanto PSD concluíram que, caso quisessem conquistar a prefeitura, precisariam mudar a tática de campanha. Em agosto, ambos os candidatos arregimentaram seus cabos eleitorais e subiram os morros.

A UDN florianopolitana colocou na rua o “Caminhão do Povo”. Com ele, o candidato e outros próceres udenistas percorriam os bairros da capital. Localidades distantes como Ribeirão, Pântano do Sul, Rio Tavares, Campeche, Rationes e Santo Antônio foram visitadas.⁸²⁵ A iniciativa não era inédita. No Rio de Janeiro, Carlos Lacerda e a UDN carioca adotaram a prática para driblar a Portaria 899, jocosamente apelidada de “Portaria Rolha”, por vedar o acesso do jornalista ao rádio e à televisão.⁸²⁶ Com o “Caminhão do

⁸²⁵O caminhão do povo na campanha de Fernando Viegas. *A Gazeta*. Florianópolis, 09 ago. 1959; Hoje, no norte da Ilha, o caminhão do povo. *A Gazeta*. Florianópolis, 09 ago. 1959; Em atividade o caminhão do povo. *A Gazeta*. Florianópolis, 19 ago. 1959.

⁸²⁶A “Lei Marcial da Imprensa”, de 10 de outubro de 1956, ou “Portaria Rolha”, foi uma medida tomada por Juscelino Kubitschek, através do Ministério de Viação e Obras Públicas, que acrescentava uma nova cláusula aos contratos de concessão. A chamada “Cláusula R” proibia as empresas transmissoras concessionárias de produzir programas obscenos ou que contivessem insultos às autoridades públicas. Era um meio de barrar o acesso de Carlos Lacerda à rádio e à televisão, principalmente após o “contragolpe preventivo” de novembro de 1955. Para mais informações, ver: DELGADO, Márcio de Paiva. *O “golpismo democrático”*: Carlos

Povo”, a UDN carioca venceu as eleições de 1958, elegendo Afonso Arinos para o Senado – superando Lutero Vargas – e tendo Carlos Lacerda como deputado federal mais votado.⁸²⁷

A *Gazeta* noticiou a visita do dono do jornal *Tribuna da Imprensa* a Florianópolis, em agosto de 1959. O motivo da visita era provavelmente as articulações para a sucessão presidencial de 1960. Lacerda não deixou, no entanto, de “manifestar sua viva simpatia pela candidatura de Fernando Viegas”.⁸²⁸ Nos dias seguintes, o candidato udenista à prefeitura, que já havia percorrido o interior da Ilha, marcou sua presença nos morros. Visitou o Morro do Chapecó, o Morro do 25 e o Morro do Mocotó.⁸²⁹

Oswaldo Machado também passou do discurso à prática. Acompanhado de políticos pessedistas, percorreu localidades dos quatro cantos da Ilha e do Continente.⁸³⁰ Osmar Cunha, ex-prefeito e deputado federal mais votado em 1958, veio do Rio de Janeiro para apoiar o candidato pessedista.⁸³¹ Entretanto, o aspecto mais significativo nessa mudança de atitude foi a participação de Aderbal Ramos da Silva. Até então, o “dono da cidade” era uma figura de bastidores. Ungira Oswaldo Machado para a sucessão municipal e assistia, de longe, o desenrolar da campanha. Todavia, a ascensão de Menezes aumentavam as chances de derrota. O que fazer se a elegância e a cordialidade do empresário-candidato não angariavam eleitores como outrora? Se o dono de um jornal sensacionalista e de trato direto com o trabalhador crescia a olhos vistos? A vitória na capital do estado era fundamental para o plano de reconquista do executivo estadual, bem como para garantir a condição de Aderbal Ramos da Silva enquanto “dono da cidade”. Um possível revés traria um prejuízo

Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964). Dissertação (Mestrado em História). 154 f. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006. p. 104.

⁸²⁷MENDONÇA, Marina de Gusmão. *O demolidor de presidentes: a trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968*. São Paulo: Codex, 2002. p.212.

⁸²⁸ De acordo com a reportagem, Lacerda conversou demoradamente com Heriberto Hulse, no Palácio do Governo. Em seguida, foi até a sede da UDN onde “uma multidão o ovacionou entusiasticamente”. Em seu discurso, elogiou o governador e Irineu Bornhausen. Fonte: Em Florianópolis o deputado Carlos Lacerda. *A Gazeta*. Florianópolis, 11 ago. 1959.

⁸²⁹No Morro do Chapecó o candidato Fernando Viegas. *A Gazeta*. Florianópolis, 19 ago. 1959; Entusiasmo no Morro do Mocotó. *A Gazeta*. Florianópolis, 20 ago. 1959.

⁸³⁰“Morros da Caixa d’Água e do Céu visitados na sexta e no sábado. Domingo aclamado pelo povo em Ribeirão, norte da Ilha, Estreito e Prainha. Ontem em Barreiros. Hoje no Pantanal. A vitória se aproxima!”. Fonte: Oswaldo Machado aproxima-se da vitória! *O Estado*. Florianópolis, 18 ago. 1959. “Ontem no Morro do Chapecó. Hoje na Coloninha. Amanhã em Saco Grande. Torna-se cada dia mais patente o triunfo do candidato pessedista.” Fonte: Machado aclamado em Pantanal. *O Estado*. Florianópolis, 20 ago. 1959.

⁸³¹Osmar Cunha defenderá a candidatura Oswaldo Machado. Veio do Rio especialmente para falar ao interior da Ilha. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 18 ago. 1959; Osmar Cunha e Oswaldo Machado empolgam o eleitorado florianopolitano. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 26 ago. 1959

simbólico e colocaria seu prestígio político em xeque. Diante do difícil quadro e sem muitas opções, Aderbal também subiu o morro.

Renato Barbosa, ao escrever sobre as incursões de Aderbal nos morros da capital, ladeado pelo candidato Osvaldo Machado, interpretou aquele gesto como uma advertência. Sem perder a compostura, deixava claro que “uma criatura das qualidades do prestigioso prócer” não precisaria, “para efeitos eleitorais”, subir às casas, “de pires à mão”. Se Aderbal o fez, foi tão somente no sentido de advertir o eleitorado incauto para que não se deixe explorar “pelas promessas mentirosas, pela demagogia barata e pelas soluções amalucadas”. O artigo finalizava enaltecendo a sensibilidade do dr. Deba. Ele não era um deles, mas se condoía com as agruras da gente humilde. Por isso, a “gente do morro”, “nas suas angústias”, seguia em direção ao Centro para pedir ajuda ao dr. Aderbal.⁸³²

O artigo deixava implícita a principal fonte de influência política de Aderbal Ramos da Silva e a razão de ser chamado de “dono da cidade”. Através de seus negócios empresariais e de sua ligação endêmica com a administração pública, Deba tinha recursos para ajudar financeiramente os necessitados e uma capilar rede de contatos de modo a proporcionar e controlar a oferta de empregos.⁸³³ Apesar de o periódico alegar que o maior nome do PSD não precisaria subir os morros de “pires à mão”, foi isso o que aconteceu. Aderbal acompanhou Osvaldo Machado no Morro do Chapecó e no Morro Nova Trento. Marcou presença nas localidades do interior da Ilha, assim como na Coloninha e em Capoeiras, parte continental da cidade. Fez também dois grandes comícios de encerramento, no distrito do Estreito e no Centro.⁸³⁴

⁸³² “Aderbal não é homem de morro. Mas a gente do morro sabe que, nas suas angústias, ao descer ao centro urbano, o primeiro caminho que segue é em direção ao dr. Aderbal. Porque o dr. Deba – para a nossa gente pobre – é sempre o mesmo coração, herdado do pai, transbordante de simpatia humana. Aderbal não necessita convocar charanga, para dizer ao morro que lhe compreende os problemas.” BARBOSA, Renato. Aderbal subiu o morro. *O Estado*. Florianópolis, 20 ago. 1959.

⁸³³ É comum ouvir dos moradores mais antigos de Florianópolis que, até pelo menos meados dos anos 1970, para se conseguir emprego na cidade, bastava pedir ao dr. Aderbal. Menezes, em seu livro de 1960, menciona que, anos antes, Aderbal Ramos da Silva lhe deu uma passagem de terceira classe em um de seus navios. Depois disso, como era de praxe, o dono da firma Hoepcke lembrou da “dívida”: “Como é claro todos aos poucos foram vendo quem era o PAI DOS POBRES, foram vendo quem era o BONZINHO do dr. DEBA, o tal que, quando dá uma passagem de 3ª classe num de seus navios para um desgraçado qualquer, fala a vida inteira. Assim o fez comigo e com muita gente infeliz que teve a desventura de a ele recorrer!” Fonte: MENEZES, Manoel de. *Das grades da penitenciária*. Florianópolis: Gráfica A Verdade, 1960. p. 11.

⁸³⁴ “Mais de 1.000 pessoas aplaudiram o candidato anteontem, no Morro Nova Trento. Desfile pelas ruas da cidade de extensa caravana. Ontem na Trindade e no Rio Vermelho. Hoje comício monstro no Estreito com a presença de Celso Ramos. Amanhã grandioso encerramento na cidade.” Fonte: Encerra-se hoje a campanha de Osvaldo: hoje no Estreito e amanhã na cidade. *O Estado*. Florianópolis, 26 ago. 1959. “Celso, Aderbal e

Concomitantemente a esse segundo momento de “subida aos morros”, a campanha do candidato pessedista enveredou para a tática de desqualificação moral do adversário. Além do corpo-a-corpo com o eleitorado, era preciso abalar o prestígio do candidato favorito. Para fazer frente à campanha feita pela *Rádio Jornal A Verdade*, Viegas e Machado passaram a falar diariamente nas rádios *Diário da Manhã* e *Guarujá*, respectivamente.⁸³⁵ Através das rádios e dos jornais, UDN e PSD criticavam, em uníssono, o “baixo populismo”.

No dia 12 de agosto de 1959, a coluna “Política em preto e branco” do jornal *Diário da Tarde* fez um alerta sobre as eleições municipais que se avizinhavam. Em tom de preocupação, o articulista afirmava que a força partidária já não era mais a mesma de outrora. Isto ocorreria porque os partidos estariam divorciados dos anseios populares, voltados a “grupos ou grupelhos”, perdendo penetração e “dando oportunidade a que se evidencie o aventureirismo político”, que poderia, inclusive, “ocasionar sérias conturbações de ordem política e moral”.

Não se sabia qual seria a tendência do eleitorado. Tudo levava a crer, dizia o jornal, que o fenômeno de 1958 nas eleições para a Assembleia Legislativa e para a Câmara de Vereadores poderia acontecer novamente em 1959. A vitória dos Menezes, em 1958, seria um prenúncio de uma nova vitória, dessa vez para o executivo da capital. O articulista demonstrava preocupação. Caso concretizada, a consequência seria “o esmagamento das elites por um baixo populismo sem endereço às soluções de problemas que Florianópolis vive a reclamar”. Era mister a união dos dois principais partidos, “em função de uma fórmula que resguardasse a dignidade política de nossas elites, preservando-lhes o direito de comandar, através de um sistema de ação que chegue mais próximo das realidades administrativas”. A união dos dois maiores partidos impediria, portanto, “certas e

Machado falarão hoje ao povo, às 20 horas. Ontem o Estreito consagrou Machado. Anteontem, grande comício na Trindade. Passeatas pelas ruas da cidade.” Fonte: Roteiro da vitória: encerra-se hoje a campanha de Osvaldo Machado: Largo Fagundes. *O Estado*. Florianópolis, 27 ago. 1959. Os locais percorridos pelo candidato pessedista também podem ser vistos nas seguintes reportagens: Osvaldo Machado hoje no Morro do Chapecó. *O Estado*. Florianópolis, 19 ago. 1959; Osvaldo Machado: esperança do florianopolitano. *O Estado*. Florianópolis, 23 ago. 1959.

⁸³⁵Ouçã diariamente às 6:30 horas, na “Hora do despertador”, a palavra do candidato Fernando Viegas. *A Gazeta*. Florianópolis, 16 ago. 1959; Inaugurado o programa “A voz do PSD” na rádio Guarujá. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 12 ago. 1959.

determinadas situações que estão se criando, e que atentam violentamente o moral e o bom senso”.⁸³⁶

Foi justamente o “bom senso” que se passou a invocar nos últimos dias de campanha. Não se lutava mais apenas contra a demagogia e as promessas amalucadas, era uma luta contra a “calúnia” e a “infâmia”. Domingos Fernandes de Aquino, vereador pelo PSD, taxava aquela como a “mais sórdida e miserável das campanhas até hoje lançadas numa capital de estado.”⁸³⁷ Rubens de Arruda Ramos, diretor de *O Estado*, deixava claro que “uma campanha elevada” só era possível com cinco dos seis candidatos.⁸³⁸ O sexto, referindo-se indiretamente a Menezes, “substituiu a beleza das contendidas democráticas por marcas de maldade humana, de baixa social, de perversidade orgânica, de inveja doentia, e frustrações, de complexos, de crueldade e de cinismo sem medida.”⁸³⁹

Renato Barbosa foi explícito. Afirmou que votar em Viegas, Nereu do Vale Pereira, Vieira da Rosa ou Cesar Seara seria “jogar o voto fora”.⁸⁴⁰ Era preciso concentrar os votos em Osvaldo Machado de modo a impedir a eleição de Menezes: “O eleitor que compreende a dignidade democrática do voto já pensou um instante sequer – pelo menos para argumentar – o que seria a presença de Manoel de Menezes à frente do erário municipal? Sinto me tremerem as carnes só de pensar nisso. Confio, entretanto, na minha gente, na dignidade do nosso eleitorado. Qualquer dispersão de votos poderá ser fatal.”⁸⁴¹

A rivalidade entre PSD e UDN havia dado lugar à luta contra o “inimigo comum”. O *Diário da Tarde* noticiou, em tom festivo, os comícios de encerramento dos “tradicionais adversários, no mesmo dia, em praças diferentes”. Em tempos anteriores, situações desse tipo descambaram em brigas entre militantes e trocas de acusações através dos jornais.⁸⁴² Naquele pleito, a tônica era diferente. Após os encontros, ambos os partidos saíam em “passeata por algumas ruas da cidade, em ordem, naturalmente”.⁸⁴³

⁸³⁶ Política em preto e branco. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 12. Ago. 1959.

⁸³⁷ Oportunamente. *O Estado*. Florianópolis, 19 ago. 1959.

⁸³⁸ RAMOS, Rubens de Arruda. Guilherme tal. *O Estado*. Florianópolis, 18 ago. 1959.

⁸³⁹ RAMOS, Rubens de Arruda. O bom senso recomenda. *O Estado*. Florianópolis, 29 ago. 1959.

⁸⁴⁰ BARBOSA, Renato. Séria reflexão. *O Estado*. Florianópolis, 22 ago. 1959.

⁸⁴¹ BARBOSA, Renato. Balanço final. *O Estado*. Florianópolis, 22 ago. 1959.

⁸⁴² Em 1947, os jornais noticiaram a briga entre militantes de UDN e PSD às vésperas da eleição para o governo do estado. Ver Capítulo 1.

⁸⁴³ Os tradicionais adversários, no mesmo dia, em praças diferentes. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 27 ago. 1959.

Os discursos invocando o bom senso e a ordem, assim como a cordialidade entre os partidos rivais, não pareciam nem um pouco naturais. Eram bordões que se opunham à pecha de caluniador atribuída ao adversário comum. Na análise dos jornais, há poucos detalhes sobre quais calúnias e quais infâmias o dono de *A Verdade* era acusado. Além dos insultos à família catarinense, abordados adiante, mencionou-se o ataque, por meio de sua rádio, a um religioso local.⁸⁴⁴ Em seu livro, escrito logo após as eleições, Menezes afirmou que criticou um padre que subiu os morros pedindo aos moradores que não votassem nele.⁸⁴⁵

Em contrapartida, o jornalista também acusou seus adversários de recorrerem a expedientes escusos para abalar sua popularidade. Contou que ofereceram 50 mil cruzeiros para uma garota de programa dizer que era sua amante. Pela rádio *Guarujá*, Domingos Fernandes de Aquino e Abel Capela afirmaram que o carro de Menezes tinha sido visto defronte a uma casa de mulheres. Menezes repudiou o procedimento indigno de campanha e respondeu: “Vejam só que crime eu estava praticando... minha esposa enferma já há cinco meses e Manoel de Menezes, quando sobrava tempo, visita uma casa de mulheres... para isso Deus me pôs homem...”.⁸⁴⁶ A enfermidade de sua esposa, Dona Brasília, voltará à tona nos acontecimentos após o pleito.

Nos relatos de Menezes, sua popularidade não diminuía com as acusações. Foi então que Esperidião Amim o chamou no escritório da Ford para fazer-lhe uma proposta: um milhão de cruzeiros para desistir da candidatura e apoiar Fernando Viegas. Menezes

⁸⁴⁴ A menção encontra-se no seguinte artigo: BARBOSA, Renato. Séria reflexão. *O Estado*. Florianópolis, 22 ago. 1959.

⁸⁴⁵ O religioso citado era Dom Felício da Cunha Vasconcellos, arcebispo coadjutor da diocese de Florianópolis. O nome dele é citado entre os injuriados por Manoel de Menezes no artigo de Jaime de Arruda Ramos: RAMOS, Jaime de Arruda. A afronta. *A Gazeta*. Florianópolis, 27 ago. 1959. Além dele, provavelmente o padre Agostinho Staehelin também subiu os morros fazendo campanha contra o jornalista. De acordo com a documentação da Cúria Metropolitana de Florianópolis, Agostinho Staehelin foi coadjutor da Paróquia Nossa Senhora do Desterro – Catedral, localizada no Centro de Florianópolis, entre os anos de 1953 e 1968. Durante a eleição em que seu colega foi injuriado, tinha grande atuação nos morros da capital. Conforme a documentação, interessou-se “de uma maneira especial pela Capela de Nossa Senhora do Mont Serrat (Morro da Caixa d’Água), onde conseguiu movimentar toda a comunidade para um autêntico trabalho religioso e promocional.” Fonte: STAEHELIN, Agostinho. *Currículo Vitae*. Acervo da Cúria Metropolitana de Florianópolis. A atuação do padre Agostinho Staehelin no Morro da Caixa d’Água pode ser vista em minha dissertação de mestrado: ARAUJO, Camilo Buss. *Os pobres em disputa: urbanização, política e classes populares no Morro da Caixa d’Água, Florianópolis – anos 1950 e 1960*. Dissertação (Mestrado em História). 169 f. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

⁸⁴⁶ MENEZES, Manoel de. *Das grades da penitenciária*. Florianópolis: Gráfica A Verdade, 1960. p. 21.

recusou e denunciou a oferta nos microfones de sua rádio.⁸⁴⁷ Em seu livro, o jornalista descreveu diversos casos de ameaças e calúnias veiculadas nos meios de comunicação dos dois grandes partidos: ligações com ameaças de morte, acusação de que faltara a um evento no norte da Ilha por estar bêbado, ou de que fora à maternidade para matar a própria esposa que recém havia parido seu filho.⁸⁴⁸ Em sua autobiografia, publicado no final dos anos 1970, Menezes contou que, durante a campanha, Rubens de Arruda Ramos colocara no jornal uma nota no jornal *O Estado* acusando-o de montar uma casa, na Rua José Elias, no bairro do Estreito, para uma amante: “Disse até o número da casa. Mentir ele não mentiu, mas também não precisava ter posto na primeira página, bem que poderia ser na segunda...”⁸⁴⁹

É difícil dimensionar se as acusações existiram e, em caso afirmativo, se foram da forma relatada. As diversas fontes pesquisadas contam fatos com interpretações distintas. Exemplo disso foi a atuação de Maria Lourdes de Aquino, esposa de Domingos Fernandes de Aquino. De acordo com Luiz Henrique Tancredo, biógrafo de Aderbal Ramos da Silva, a atuação de Maria de Lourdes foi decisiva na campanha de 1959. Preocupado com a ascensão da candidatura de Menezes, Aderbal convocou uma reunião com os cabos eleitorais do partido. Maria de Lourdes pediu a palavra e falou-lhe: “Doutor, se depender de mim, a eleição está no papo. Na minha área de atuação, as fraldas dos morros da cidade, dou a certeza de que já ganhamos”. Segundo Tancredo, fez vigília nos morros, “onde gozava de indiscutível prestígio”. Em seus discursos, nos morros do Céu, Caixa d’Água, Chapecó, Mocotó, Mariquinha e Queimada dizia o seguinte: “Meus amigos, aqui fala a vocês a Dona Lourdes, que tanto os conhece e tanto lhes quer bem. Aqui fala também a *perua*. É isso mesmo, a *perua* que, com a ajuda de vocês, vai acabar com essa praga que

⁸⁴⁷ “O sr. Esperidião Amim, do qual sempre fui amigo, depois desses 8 anos que tenho jornal nesta terra, chamou-me em seus escritórios na Ford para pedir meu apoio à UDN. Falou em dobrar uma proposta que certa vez me havia feito o sr. Genésio de Miranda Lins, no Querência P. Hotel (...) Naquela ocasião, o banqueiro e milionário me falou em 500 mil cruzeiros para que eu não fosse candidato e desse meu apoio a Viegas. (...) Mais tarde, então, quando as coisas estavam correndo feias para a UDN, o sr. Esperidião me ‘conversa’ a aceitar o dobro da proposta do Genésio, proposta essa por mim também repelida. (...) Repelida a oferta de 1 milhão de cruzeiros, que denunciei através do microfone de minha estação de rádio, comecei a receber ‘chumbo’ dobrado.” Ibid. p. 30.

⁸⁴⁸ Estas e outras acusações são detalhadamente contadas no livro: MENEZES, Manoel de. *Das grades da penitenciária*. Florianópolis: Gráfica A Verdade, 1960.

⁸⁴⁹ MENEZES, Manoel de. *Retalhos do tempo: o que vi, fiz e ouvi*. 2 ed. Florianópolis: Edeme, 1977. p. 246.

pretende governa o nosso município. Vamos derrubar esse *pé-de-cana*, mostrando a nossa força e a nossa garra.”⁸⁵⁰

Na versão de Menezes, a descrição da atuação da dileta senhora foi diferente. Segundo ele, a esposa de “Dominguinho” foi chamada por Aderbal para contratar pessoas das localidades para tumultuar os comícios. No Morro da Caixa d’Água, deu dinheiro para que alguém apartasse o discurso de Menezes. O resultado foi contado pelo jornalista da seguinte forma: “Apanhou tanto que ainda hoje deve continuar com os beijos inchados. (...) muitas senhoras e rapazes, ao gritos diziam: ‘Cai fora, perua, cai fora, perua’. Foi assim que uma senhora, ao invés de estar dentro de seu lar, cuidando de seus filhos, adquiriu o mais conhecido apelido desta Ilha dos ocasos raros: PERUA.”⁸⁵¹

As diferentes versões da atuação de Maria de Lourdes não divergem quanto à preocupação dos grupos políticos com uma possível vitória de Menezes. Na versão de Tancredo, embasada em parte pela entrevista feita com a própria Maria de Lourdes de Aquino, constrói-se o protagonismo da militante como um dos fatores responsáveis por abalar o adversário. Na versão do jornalista, a estratégia urdida por Deba não surtira o efeito esperado. UDN e PSD pareciam perecer diante dos discursos inflamados do candidato sensacionalista.

A edição do jornal de Aderbal Ramos da Silva, no dia da eleição, trazia um virulento artigo de Renato Barbosa. Ele elogiava a altivez do eleitorado de Santa Catarina, que sempre correspondeu “à dignidade do voto”. A única exceção foi quando elegeu, em 1958, “o desclassificado Manoel de Menezes”. Na definição de Barbosa, Menezes seria um homem “que não se peja em escrever, na chulice de estilo, as chantagens que pratica, garantidoras de aparente prosperidade, na cavilosa industrialização da calúnia, da injúria, da infâmia, da miséria.” Questionava-se quanto a possibilidade dos eleitores votarem em uma figura como aquela: “Será possível que o eleitorado, dispondo de cinco cidadãos à altura do mandato, sufrague o único que não vale coisa alguma?”. E finalizava com duras palavras: “Manoel de Menezes, de há muito, deveria ser internado em uma colônia de psicopatas.

⁸⁵⁰ TANCREDO, Luiz Henrique. *Doutor Deba: poder e generosidade*. Florianópolis: Insular, 1998. p. 251, 252.

⁸⁵¹ MENEZES, Manoel de. *Das grades da penitenciária*. Florianópolis: Gráfica A Verdade, 1960. p. 25, 26.

Nunca se poderia pensar em conduzir um pobre doente mental à responsabilidade da administração pública.”⁸⁵²

O linguajar utilizado no artigo denota os tipos de discurso de que se revestiram as campanhas naquela eleição. Agressões pessoais de todos os lados impossibilitaram um debate programático. Mas, principalmente, o artigo revelava o medo de um possível sucesso de Menezes e de tudo que aquilo poderia simbolizar: o fortalecimento do “baixo populismo”, que colocava em xeque o “direito das elites de comandar”.

Em editorial, o *Diário da Tarde*, resignado com o possível desfecho do pleito, recomendou: “A presente campanha política revelou que os partidos precisam estar em sintonia com o povo. É função fundamental de sua existência. Não podem estar divorciados das massas, sob pena de se verem superados pelos ídolos de barro...”⁸⁵³ A eleição parecia se encaminhar para a indesejável vitória Menezes quando tomou corpo a reação dos partidos. O movimento começou com um artigo de Jaime de Arruda Ramos.

4.4 – “A ralé não fará o seu prefeito”: a derrota de Menezes e o recado das urnas

“Os eleitores já falavam em meu nome para a governança do Estado, eu poderia ser um Jânio Quadros catarinense, apesar de não ser demagogo!” (Manoel de Menezes)⁸⁵⁴

“Alguém já imaginou Florianópolis com um prefeito dessa laia? Não catarinense, não passaremos por essa humilhação que é a suprema das humilhações. A ralé não fará o seu prefeito.” (Jaime de Arruda Ramos)⁸⁵⁵

Uma semana antes da eleição, o Cel. Lopes Vieira, ex-presidente do PSP, esteve na sede do jornal *A Verdade*. Abraçou Menezes e o cumprimentou: “Parabéns, caboclo. Você vai ganhar bonito essa batalha.” Dias antes, Romeu Sebastião Neves, deputado estadual pela UDN, encontrara Menezes na Assembleia e também o parabenizara.⁸⁵⁶ O tiroteio de acusações não abalara a candidatura do jornalista. Cada denúncia era imediatamente respondida e divulgada em sua rádio e em seu jornal junto com outras tantas acusações contra seus “detratores”. Para evitar sua vitória, seus adversários precisavam de um mote

⁸⁵² BARBOSA, Renato. A grande decisão. *O Estado*. Florianópolis, 30 ago. 1959.

⁸⁵³ Duas palavras. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 30 ago. 1959.

⁸⁵⁴ MENEZES, Manoel de. *Retalhos do tempo*: o que vi, fiz e ouvi. 2 ed. Florianópolis: Edeme, 1977. p. 236.

⁸⁵⁵ RAMOS, Jaime de Arruda. A afronta. *A Gazeta*. Florianópolis, 28 ago. 1959. Publicado também em: RAMOS, Jaime de Arruda. A afronta. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 29 ago. 1959.

⁸⁵⁶ MENEZES, Manoel de. *Retalhos do tempo*: o que vi, fiz e ouvi. 2 ed. Florianópolis: Edeme, 1977. p. 236.

ou, como o próprio jornalista referiu-se em suas memórias, uma “arma secreta”. Ela apareceu 48 horas antes da eleição.

De acordo com a legislação, a propaganda eleitoral se encerraria dia 28 de agosto. A partir dessa data, até o dia da eleição, ficavam vedados comícios ou campanha via rádios. Os candidatos fizeram eventos de encerramento. Osvaldo Machado fez no Largo do Fagundes. Fernando Viegas na Praça Pereira Oliveira. Manoel de Menezes, ao lado de seu pai, Ciro Marques Nunes e Stelino Montenegro, fechou sua campanha em seu reduto eleitoral, no Estreito, com “milhares e milhares de pessoas” atirando-lhe “*corbeilles* e buquês de flores”.⁸⁵⁷ Neste dia, o jornal *A Gazeta* publicou um artigo de Jaime de Arruda Ramos – publicado também no *Diário da Tarde* do dia 29 – em que, dentre outras coisas, acusava Menezes de ofender a esposa de Aderbal Ramos da Silva. Construía-se a “bala de prata” que mudaria a história da eleição.⁸⁵⁸

Intitulado “A afronta”, o artigo denunciava os desvios morais de um candidato que, para se eleger, ofendia a família, as ilustres senhoras e os homens públicos. O articulista afirmava ter ouvido o comício de Menezes e estarrecia-se: “não acreditei que gente medianamente civilizada pudesse ficar em praça pública escutando e aplaudindo tanta miséria, suportando, por tanto tempo, a linguagem baixa e a vilania de um grupo de salafreiros comandados por um débil mental”.⁸⁵⁹

Hermínio de Menezes Filho, pai do candidato e vereador, era taxado de espião nazista e traidor do Brasil. Os adjetivos faziam referência ao jornal *Dia e Noite*, de sua propriedade, editado em Florianópolis nos anos 1940. Na época, enquanto o Brasil não se posicionava quanto a sua participação na II Guerra, *Dia e Noite* deixava clara sua simpatia pelos países do Eixo.⁸⁶⁰ Após definir que entraria na guerra junto aos Aliados, o interventor

⁸⁵⁷ MENEZES, Manoel de. *Das grades da penitenciária*. Florianópolis: Gráfica A Verdade, 1960. p. 47.

⁸⁵⁸ RAMOS, Jaime de Arruda. *A afronta*. *A Gazeta*. Florianópolis, 27 ago. 1959.

⁸⁵⁹ A íntegra do artigo de Jaime de Arruda Ramos pode ser lida no Anexo 4.

⁸⁶⁰ Há poucos exemplares do jornal *Dia e Noite* na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Porém, mesmo diante da escassez documental, é possível ver a inclinação do jornal de Menezes Filho. Em artigo assinado por Silva Monteiro, o jornal falava dos bombardeios da Alemanha sobre a Inglaterra e elogiava a política externa de Hitler: “Recusando o oferecimento de Hitler, que certamente não pensava numa capitulação da Grã-Bretanha e sim em negociar a paz com ela, os ingleses podem ter denotado uma grande soma de coragem, mas uma coragem que ultrapassa as raias da prudência e do bom senso. O motivo dessa recusa só se pôde explicar com uma desconfiança em relação à pessoa de Adolf Hitler. Essa falta de crédito não tem, no entanto, a menor justificação. Hitler desenvolveu, é certo, uma política externa de novo estilo e de grande dinamismo, mas, essa política não prejudicava de modo algum os interesses vitais da Grã-Bretanha, com quem o Fuhrer pensava em viver num regime de cordial amizade, como de resto já assim o havia

federal em Santa Catarina, Nereu Ramos, deu ordem para Menezes Filho fechar o jornal. Diante do passado de Hermínio de Menezes Filho e do presente comício, Jaime de Arruda Ramos questionava: “Então, dois desclassificados, pai e filho, podem afrontar impunemente a família, a sociedade, o governo do estado, os partidos políticos, as mais altas figuras do clero, do comércio, da indústria, acobertados pela sua irresponsabilidade ou pela nossa covardia?”.

A lógica do argumento baseava-se nas denúncias anteriormente publicadas nos periódicos contra Menezes. Exemplificava com as agressões verbais, veiculadas através da *Rádio Jornal A Verdade*, contra o governador Heriberto Hulse e sua esposa, Fernando Viegas, o arcebispo coadjutor da Catedral, Irineu Bornhausen e os “briosos estudantes catarinenses”. No mesmo dia, o Centro Acadêmico XI de Fevereiro, da Faculdade de Direito, publicou uma nota contra o candidato Manoel de Menezes. O candidato fora o único que não comparecera à sabatina promovida pelos estudantes. Não compareceu e nem justificou. Depois, em seu comentário diário na rádio, afirmou que não foi ao evento porque havia sido avisado sobre um plano para assassiná-lo. De forma dura, a nota acusava Menezes de, “no afã de se fazer vítima”, inventar “uma série de inverdades”. Pela forma “vil e covarde” que justificou sua ausência, o candidato recebia o repúdio dos estudantes de direito e demonstrava não ser “digno do voto popular”.⁸⁶¹

anunciado no seu livro ‘Minha Luta’.’ Fonte: MONTEIRO, Silva. Quo vadis Britânia? *Dia e Noite*. Florianópolis, 03 out. 1940.

⁸⁶¹“Ontem, dia 24, deveria ser sabatinado o sr. Manoel de Menezes. Para surpresa da grande plateia que lotou as dependências do Salão Nobre da nossa Faculdade de Direito, o referido candidato, numa prova cabal de sua falta de civismo, de sua falta de espírito público e mostrando que não é digno do voto popular, deixou de comparecer conforme compromisso assumido. Não teve, tampouco, a hombridade de apresentar uma satisfação que viesse justificar a sua ausência. (...) Entretanto, para surpresa geral, eis que, no seu comentário diário, pela emissora de sua propriedade, o referido candidato, desassombradamente, teve a petulância de justificar seu não comparecimento pelo fato de momentos antes, quando diz ele: ‘TENSIONAVA DIRIGIR-SE À FACULDADE DE DIREITO, FOI AVISADO POR ESTUDANTES DE QUE SERIA VÍTIMA DE UMA CILADA’. Disse mais: ‘QUE ESTA CILADA COMPLEMENTAR-SE-IA COM SEU ASSASSINATO’. No afã de se fazer de vítima, o referido candidato inventou uma série de inverdades, inclusive envolvendo elementos componentes do corpo docente da nossa faculdade, que nada tem a ver com a sabatina que foi de EXCLUSIVO PATROCÍNIO E RESPONSABILIDADE DO C. A. XI DE FEVEREIRO. (...) É desfazendo tais acusações que vimos através da presente Nota Oficial tornar público o repúdio dos estudantes de Direito de Santa Catarina, à maneira vil e covarde com que o Sr. Manoel de Menezes tentou justificar o seu não comparecimento à Sabatina Pública, a ele programada. Outrossim, desafiamos o referido candidato que, da mesma maneira como procedeu as acusações acima, indique nominalmente os estudantes que o foram avisar de que estava preparada uma ‘cilada’ para ele.” Fonte: Nota oficial do Centro Acadêmico XI de Fevereiro. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 27 ago. 1959.

Todas essas acusações já haviam aparecido de alguma forma durante a campanha. Entretanto, a afronta à dona Ruth Hoepcke da Silva era inédita. Com o argumento de que o jornalista, na ânsia de agredir o “dono da cidade”, ofendera a sua esposa, “modelo de todas as virtudes e merecedora de nosso maior respeito”, iniciou-se a campanha de desqualificação moral do candidato.

No artigo, não havia informação alguma sobre qual teria sido a ofensa pronunciada por Menezes. Assim como nos demais documentos procurados, não há qualquer detalhe sobre isso. Em seu relato, elaborado da penitenciária, em 1960, Menezes afirma que o acusavam de ter feito um comentário na rádio de que Aderbal casara-se com uma “moça enfeitada” e ameaçado estampar um “retrato impublicável” da senhora.⁸⁶² De acordo com Tancredo, Menezes atacara Aderbal, dizendo que “ele não havia se casado com Dona Ruth, mas, sim, com o dinheiro dela”.⁸⁶³ De qualquer forma, o ponto fundamental foi veiculá-lo como o candidato que agredira a “família catarinense” e os “homens de bem”.⁸⁶⁴

Menezes argumentou que só ficou sabendo do artigo após seu comício de encerramento. Do contrário, teria repellido a acusação e usado as últimas horas de campanha pela rádio para dar uma resposta. Não foi possível. Quando tomou conhecimento, já não era mais permitida a propaganda falada. Calou-se, enquanto, segundo ele, as emissoras *Anita Garibaldi* e *Diário da Manhã* irradiaram diversas vezes o texto.⁸⁶⁵

A acusação espalhou-se como rastilho de pólvora. De súbito, o estado inteiro tomou conhecimento de que um candidato a prefeito da capital ofendera a esposa de um ex-governador. Menezes, até o final da vida, negou peremptoriamente a acusação.⁸⁶⁶ De concreto, apenas um comentário de seu pai, satirizando a presença de dona Ruth em uma procissão no Ribeirão da Ilha. Menezes Filho afirmou que ela, como protestante, jamais

⁸⁶² MENEZES, Manoel de. *Das grades da penitenciária*. Florianópolis: Gráfica A Verdade, 1960. p. 44.

⁸⁶³ TANCREDO, Luiz Henrique. Op. Cit. p. 250.

⁸⁶⁴ Tancredo afirma que Aderbal determinou a Acy Cabral Teive, diretor da Rádio Guarujá, que gravasse todos os programas “Mesa Quadrada”, comandado por Menezes e irradiado pela *Rádio Jornal A Verdade*. Segundo o autor, foram 10 bolachas de 78 rotações por minuto que ainda hoje existem. No entanto, não há indícios de que algum pesquisador tenha tido acesso a tão precioso material.

⁸⁶⁵ Ibid. p. 45.

⁸⁶⁶ De acordo com sua filha mais velha, Kátia, a mágoa com o episódio acompanhou Menezes o resto da vida. No relato escrito da penitenciária, Menezes negou a ofensa e criticou Aderbal Ramos da Silva por não ter desmentido publicamente o boato: “Mas certos políticos, em desespero de causa, fazem qualquer negócio e DEBA fez esse, porque com seu silêncio fez com que eu fosse derrotado nas urnas, horas depois de terem soltado a bomba que anunciavam. (...) Fui vítima da maior calúnia, calúnia endossada por DEBA, devido o seu silêncio.” Fonte: MENEZES, Manoel de. *Das grades da penitenciária*. Florianópolis: Gráfica A Verdade, 1960. p. 48, 49.

fora vista antes em um evento daquele tipo. Isso seria a prova de que “o desespero por que passa o Sr. Aderbal Ramos da Silva deve ser bastante grande”.⁸⁶⁷ Diante da ampla repercussão gerada antes e após a eleição, *A Verdade* publicou o desafio: “Renunciarei ao mandato de deputado e doarei meu jornal ao asilo dos velhinhos se tocarem a gravação daquilo que não falamos!”.⁸⁶⁸ O assunto ganhou uma dimensão que transcendeu a disputa eleitoral. Mal sabia Menezes que o boato serviria de instrumento para, meses depois, cassar o seu mandato de deputado.

De certa forma, pode-se dizer que a eleição de 1959 gravitou em torno da figura do jornalista, tanto pela popularidade quanto pelo esforço em derrotar sua candidatura. Ao final, a votação ficou concentrada nos candidatos de PSD, UDN e PTN – Osvaldo Machado, Fernando Viegas e Manoel de Menezes, respectivamente. Os outros três – Cesar Seara, Nereu do Vale Pereira e Vieira da Rosa – obtiveram, somados, 2.553 votos, menos da metade do terceiro colocado. A baixa votação não significa pouca popularidade dos candidatos, tampouco o tamanho dos partidos. Nereu do Vale Pereira auferiu apenas 603 votos, cerca de dois terços dos votos conquistados na eleição para vereador do ano anterior. A explicação para isso parece residir no expediente do “voto útil”.

A poucos dias da data marcada para a eleição, os colunistas vinculados aos dois principais partidos alertavam para a dispersão de votos. Como mencionado anteriormente, Renato Barbosa chegou a usar a expressão “jogar o voto fora”, referindo-se ao eleitor que não votasse em Osvaldo Machado como forma de vencer o “indesejável” Manoel de Menezes. Diante disso, o PDC lançou nota criticando o discurso, feito por “adversários políticos inescrupulosos”, de que votar em Nereu do Vale Pereira e Vieira da Rosa beneficiaria “determinado candidato”. Afirmava ainda que, caso houvesse esse risco, “caberia aos grandes partidos procurar um entendimento e não valer-se da forma desprezível de espalhar o temor para prejudicar os candidatos pobres mas honrados.” Finalizava apelando para que o eleitor não votasse contra ninguém, ressaltando as

⁸⁶⁷ “O desespero por que deve passar o sr. Aderbal Ramos da Silva deve ser bastante grande, pois, ainda no dia de ontem, esteve com sua esposa dona Ruth acompanhando uma procissão no Ribeirão da Ilha. Note-se que dona Ruth é protestante e nunca em tempo algum foi vista acompanhando procissão de vela na mão, junto com seu esposo. Não precisamos dizer mais nada para provar que o desespero em que se encontra o dr. Deba.” Citado em: MENEZES, Manoel de. *Das grades da penitenciária*. Florianópolis: Gráfica A Verdade, 1960. p. 48.

⁸⁶⁸ MENEZES, Manoel de. *Desafio! A Verdade*. Florianópolis, 30 set. 1959.

qualidades do candidato pedecista.⁸⁶⁹ O alerta não surtiu efeito. Os resultados demonstraram que as três candidaturas sucumbiram diante da disputa entre PSD, UDN e Menezes.

Diante disso, resta-nos identificar como os trabalhadores da cidade votaram. Um dos aspectos a ser investigado é o posicionamento do PCB. Os comunistas atuavam politicamente nos morros, nas periferias e nos sindicatos. Ou seja, disputavam o mesmo eleitorado de Menezes. Uma nota publicada pelo diretório municipal do PRP no jornal *A Gazeta* oferece-nos uma pista. Com o título de “Manifesto ao povo”, o PRP de Florianópolis informou o rompimento da coligação com o PSD. O motivo alegado foi a recusa pessedista em lançar uma nota pública negando qualquer acordo firmado com os comunistas.⁸⁷⁰ A medida da seção local gerou um racha no partido. No mesmo dia, o diretório regional desmentiu o comunicado, informando que tinha em seu poder um documento assinado pelo presidente do diretório municipal do PSD negando qualquer acordo com os comunistas.⁸⁷¹

A situação era delicada. Mesmo na ilegalidade, o PCB organizava-se como partido. Todavia, para disputar a eleição, seus militantes abrigavam-se em outras legendas. No caso florianopolitano, os comunistas elegeram um vereador pelo PSP. A sigla de Adhemar de Barros, na eleição para prefeito, decidiu apoiar o candidato udenista. Em nota, Manoel Alves Ribeiro, informou que não acataria a deliberação do partido pelo qual foi eleito, ou seja, não apoiaria o candidato udenista.⁸⁷² A dúvida com relação ao apoio dos comunistas e a razão do vereador se manifestar publicamente só foram elucidadas após pleito, em uma carta publicada por Mario Bastos. O militante afirmou que “os comunistas efetivamente votaram em Osvaldo Machado”. O principal motivo teria sido o de “evitar que a prefeitura de Florianópolis caísse em mãos da UDN, isto é, das forças que apoiam a candidatura entreguista do Sr. Jânio Quadros”. Ressaltava que “não houve, entretanto, qualquer acordo entre os comunistas e o prefeito eleito ou com o PSD”. Por fim, alfinetava a manifestação do diretório municipal do PRP: “seria falta de objetividade, implicaria pura perda de tempo,

⁸⁶⁹ Nota oficial do Partido Democrata Cristão. *A Gazeta*. Florianópolis, 30 ago. 1959.

⁸⁷⁰ Sensação na política da Ilha. Rompe-se a coligação PSD-PRP. *A Gazeta*. Florianópolis, 30 ago. 1959.

⁸⁷¹ Ao povo de Florianópolis. *O Estado*. Florianópolis, 30 ago. 1959.

⁸⁷² O vereador Mimo não apoiará o candidato udenista. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 21 ago. 1959.

se os comunistas, num momento em que a nação se encontra assoberbada por gravíssimos problemas, fossem se preocupar com o PRP.”⁸⁷³

Novamente, o pleito municipal tangenciava as disputas nacionais. O PCB optou por sufragar o candidato do PSD alegando derrubar as forças consideradas “entreguistas”. Talvez, o candidato ideologicamente mais próximo seria o trabalhista Cesar Seara. Não seria improvável um apoio comunista, visto que as bases partidárias aproximavam-se no sindicalismo a partir da segunda metade dos anos 1950.⁸⁷⁴ Entretanto, a decisão de candidatura própria era questionada pela cúpula trabalhista. De acordo com notícia publicada no *Diário da Tarde*, Douzel de Andrade chegou a sugerir a desistência da candidatura de Cesar Seara.⁸⁷⁵ Tendo em vista o perfil negociador do líder do PTB, estimava-se que a medida teria como objetivo construir uma coligação forte para o pleito de 1960.⁸⁷⁶ Contudo, a manutenção da candidatura e a baixa votação, 1.108 votos, enfraqueceu o poder de barganha do PTB. Menezes, mesmo derrotado, demonstrou força política. Obteve grande votação em algumas seções eleitorais e saía da eleição como figura a ser cortejada pelos pleiteantes ao governo do estado.

De acordo com Menezes, sua derrota deu-se em virtude das ações empreendidas pelos grandes partidos nas últimas 48 horas de campanha, quando já não era mais permitida a propaganda pela rádio. Teve início com a veiculação irregular do artigo de Jaime de Arruda Ramos nas emissoras e em carros com alto-falantes que circulavam pela cidade. Concretizou-se no dia da eleição quando, segundo ele, UDN e PSD colocaram veículos nas ruas e gastaram fortunas em compra de votos: “Contam que a UDN gastou perto de vinte e sete milhões de cruzeiros (Cr\$ 27.000.000,00) na compra de títulos, votos, alimentos para os eleitores e ainda fazer rodar pelo município, desde a véspera do pleito, 317 veículos, enquanto o PSD dispunha de 178, segundo mais tarde fui tomar conhecimento...”⁸⁷⁷

⁸⁷³ BASTOS, Mário. Uma carta. *A Gazeta*. Florianópolis, 05 set. 1959.

⁸⁷⁴ Isso porque se constatou a aproximação dos militantes do PTB e do PCB na segunda metade de 1950. Ver: SANTANA, Marco Aurélio. Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 237-279.

⁸⁷⁵ Política em preto e branco. *Diário da Tarde*. 21 ago. 1959.

⁸⁷⁶ A coluna “Política em preto e branco” noticiou, em agosto de 1959, uma divergência no PTB catarinense com relação à eleição de 1960. Douzel de Andrade queria o partido coligado com UDN ou PSD nas eleições para governador, já Saulo Ramos desejava sair como candidato. Fonte: Política em preto e branco. *Diário da Tarde*. 14 ago. 1959.

⁸⁷⁷ MENEZES, Manoel de. *Das grades da penitenciária*. Florianópolis: Gráfica A Verdade, 1960. p. 52.

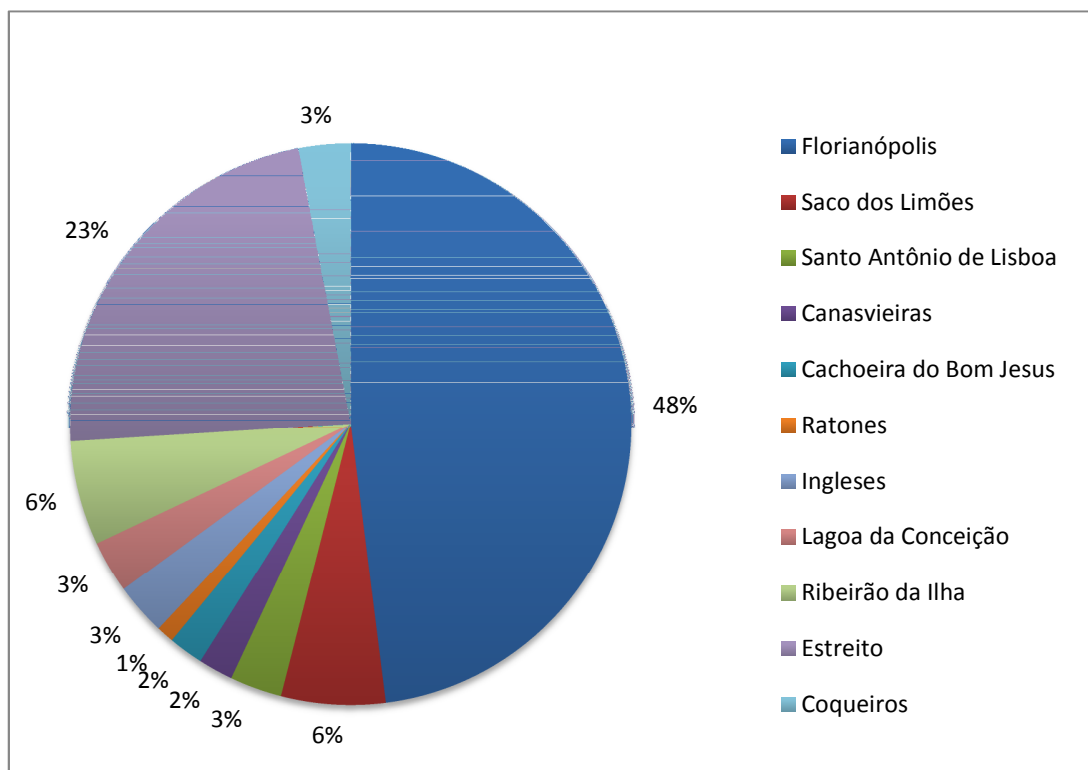
Os resultados finais da eleição foram os seguintes: Osvaldo Machado (PSD) – 8.763 votos (34,5%); Fernando Viegas (UDN) – 7.858 votos (30,9%); Manoel de Menezes (PTN) – 6.261 votos (24,6%); Cesar Seara (PTB) – 1.108 votos (4,4%); Vieira da Rosa (PL) – 842 votos (3,3%); Nereu do Vale Pereira (PDC) – 603 votos (2,4%).⁸⁷⁸ A vitória do candidato pessedista consolidou o discurso da influência de Aderbal Ramos da Silva na política da cidade. A votação de Menezes, apesar de expressiva, ficou longe da do primeiro colocado. Aparentemente, a campanha do “bom senso” dera certo.

Diferentemente da maioria dos pleitos anteriores, nos quais a escassez documental exigia uma série de reflexões sobre as áreas de votação dos candidatos, no arquivo do TRE-SC há os mapas de apuração por seção eleitoral das duas zonas eleitorais de Florianópolis. Ao analisar a distribuição por distrito, é possível ver mais claramente os contornos da vitória de Osvaldo Machado.

Na eleição municipal de 1959, Florianópolis dividia-se em onze distritos, dois deles no Continente e os demais na Ilha. Conforme o Gráfico 10, o distrito de Florianópolis representava quase metade dos votantes. Sua área de abrangência incluía o Centro, a região próxima aos morros e a região dos atuais bairros da Trindade, Córrego Grande, Pantanal e Itacorubi. O segundo distrito com mais eleitores era o do Estreito. Os dois distritos localizados no Continente (Estreito e Coqueiros), somados, compunham aproximadamente um quarto do eleitorado do município. Esses três distritos – Florianópolis, Estreito e Coqueiros – e o distrito do Saco dos Limões compreendem a área central e as regiões próximas. Isso não significa que todas fossem áreas urbanizadas, mas que, em virtude da distância, possibilitavam uma circulação maior. Os demais eram distritos do chamado “interior da Ilha”. Ao norte, Santo Antônio de Lisboa, Rationes, Canasvieiras, Cachoeira do Bom Jesus e Ingleses. Ao sul, Ribeirão da Ilha, que incluía seções no Pântano do Sul e na Base Aérea. Ao leste, Lagoa da Conceição. Além da dificuldade de acesso, muitos desses distritos não tinham energia elétrica, dificultando a divulgação da campanha dos candidatos via rádio. É lógico supor que a estrutura partidária e a ação dos cabos eleitorais fosse um importante diferencial nessas regiões.

⁸⁷⁸ Esses números foram obtidos a partir da soma da votação dos candidatos na 12ª e 13ª Zona Eleitoral, disponível nas seguintes fontes: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Mapa de apuração para prefeito*. 12ª Zona Eleitoral – Florianópolis. Arquivo do TRE-SC. Doc. 73; TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Mapa de apuração para prefeito*. 13ª Zona Eleitoral – Florianópolis. Arquivo do TRE-SC. Doc. 74.

Gráfico 10:
Votantes por Distrito Eleitoral em Florianópolis



Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Mapa de apuração para prefeito. 12ª Zona Eleitoral – Florianópolis.* Arquivo do TRE-SC. Doc. 73; TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Mapa de apuração para prefeito. 13ª Zona Eleitoral – Florianópolis.* Arquivo do TRE-SC. Doc. 74.

Pairam dúvidas quanto ao distrito do Estreito. Relatos de memória de antigos moradores construíram uma identidade pessedista do bairro. O livro de Iaponan Soares exalta a figura de Maria de Lourdes da Costa Vaz Sepetiba, conhecida como Dona Luluda. Cabo eleitoral do PSD, às vésperas das eleições, transformava a casa de sua mãe, Alice Vaz, em “quartel-general” pessedista, distribuindo roupas, calçados e materiais de construção. Ensinava os “analfabetos” a preencher frases de modo a obter o título de eleitor. Acompanhada do jogador de futebol Fateco, subia os morros da Coloninha e de Barreiros para cabalar votos.

No dia da eleição, percorria todas as seções eleitorais, “das quatro da manhã até as seis da tarde”. Montava “uma verdadeira operação de guerra” no Estreito, “como a que fez evaporar os eleitores do candidato a prefeito Manoel de Menezes em caminhões que jamais

chegaram ao seu destino”. Outro ardil relatado era o de lotar as seções eleitorais com gente de confiança. Eles pegavam as senhas para entrar na cabine de modo a postergar o horário de fechamento da seção e permitir a chegada de eleitores transportados em veículos pessedistas.

De acordo com o livro, construído a partir das memórias de alguns moradores: “O bairro foi peça fundamental nas eleições dos prefeitos Osmar Cunha, Osvaldo Machado e Acácio Garibaldi Santiago, este um espírita, que graças ao trabalho de Dona Luluda ganhou o apoio da Igreja local”. O livro destaca também a grande votação dos presidenciáveis Dutra e Lott, além dos candidatos ao governo do estado, Aderbal Ramos da Silva, Celso Ramos e Ivo Silveira. “O PSD jamais perdeu uma eleição no Estreito em meu tempo”, vangloriava-se Dona Luluda.⁸⁷⁹

Assumir a versão da moradora, cabo eleitoral do PSD no Estreito, seria um caminho fácil para resolver o problema. Bastaria confrontar com os números finais do pleito e concluir que o trabalho de Dona Luluda fora bem sucedido. Machado derrotou Viegas e o “indesejável” Menezes. A dedução poderia ser corroborada com um artigo publicado no jornal *O Estado* um mês antes da eleição. Intitulado “O Estreito é pessedista”, afirmava que os resultados das eleições anteriores comprovavam o comprometimento do bairro “em torno dos ideais do saudoso chefe Nereu Ramos”. Segundo jornal, o PSD venceu em todas as vinte seções do Estreito nas eleições para prefeito de 1954, para o governo, em 1955, e para o Senado, em 1958. O placar 20x0 haveria de se repetir.⁸⁸⁰ Não foi o que aconteceu.

Das 23 seções do distrito do Estreito, Menezes só não venceu em uma, no Grupo Escolar José Boiteux. O candidato do PTN venceu nas outras três seções eleitorais da escola, perdendo na quarta por uma diferença de três votos para Osvaldo Machado, 69 a 66. No total de votos do distrito, Menezes fez 39,3% dos votos, contra 28,8% de Osvaldo Machado; 26,2% de Fernando Viegas; 2,4% de Vieira da Rosa; 2,2% de Cesar Seara e 1,1% de Nereu do Vale Pereira.⁸⁸¹ Ao contrário da imagem construída *a posteriori*, o Estreito não era pessedista.

⁸⁷⁹ SOARES, Iaponan. *Estreito: vida e memória*. 2 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1991. p. 70.

⁸⁸⁰ O Estreito é pessedista. *O Estado*. Florianópolis, 26 jul. 1959.

⁸⁸¹ As porcentagens e a votação por distrito foram elaboradas a partir da tabulação dos seguintes documentos: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Mapa de apuração para prefeito*. 12ª Zona Eleitoral – Florianópolis. Arquivo do TRE-SC. Doc. 73; TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE

A comparação entre a votação final dos candidatos e suas porcentagens nas seções eleitorais de cada distrito ajuda a elucidar a conclusão do parágrafo anterior. Menezes fez 24,9% dos votos no município. No Estreito, obteve porcentagem bem superior. Em nenhuma das seções eleitorais do distrito o jornalista obteve menos do que sua média municipal. Em 11 delas auferiu mais de 40% dos votos.⁸⁸² O prefeito eleito, Osvaldo Machado, obteve 34,5% do total de votos. No Estreito, apenas na 38ª seção eleitoral da 13ª ZE conseguiu percentual acima, justamente a única urna em que venceu. Viegas, de modo similar, só conseguiu ficar acima de seu percentual total, 31%, em uma seção, localizada no Clube 6 de Janeiro – fez 31,1%. Foi o segundo mais votado na seção, perdendo para Menezes.

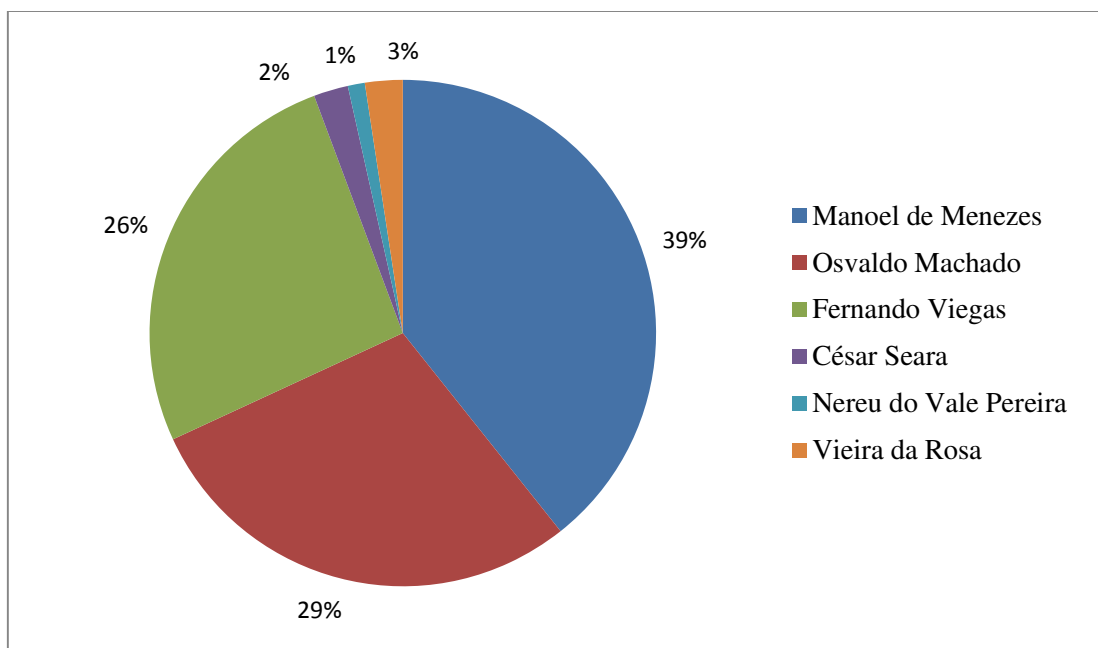
Menezes também superou seus adversários no outro distrito do Continente. Em Coqueiros, onde as moradias populares contrastavam com as casas de veraneio das elites locais, a vantagem do jornalista foi apertada. Fez 32,4%, contra 31,4% de Osvaldo Machado e 30,1% de Fernando Viegas. Venceu em duas das três seções do distrito, todas localizadas no Grupo Escolar Presidente Roosevelt. Machado venceu a outra seção. Ficava claro que, a depender da vontade dos moradores da parte continental do município, o prefeito eleito seria outro.

A vitória de Osvaldo Machado se construiu a partir do distrito de Florianópolis, onde se concentrava quase metade dos votantes do município. Contudo, talvez a principal marca da candidatura pessedista tenha sido o equilíbrio e a capilaridade dos votos. Explicarei com uma breve divagação. Conforme o Gráfico 11, o distrito de Florianópolis concentrava 48% do eleitorado. Um candidato com uma votação idealmente distribuída receberia 48% do seu total de votos nesse distrito. O distrito do Estreito, segundo mais populoso com 23,4% dos eleitores, contribuiria com esse mesmo percentual na votação do hipotético candidato de votação “equilibrada”, assim sucessivamente com os demais distritos. Ressalvo que este raciocínio não serve para justificar a vitória no pleito, mas para visualizar a concentração/distribuição geográfica dos votos de cada candidato.

SANTA CATARINA. *Mapa de apuração para prefeito*. 13ª Zona Eleitoral – Florianópolis. Arquivo do TRE-SC. Doc. 74.

⁸⁸² Menezes auferiu mais de 40% dos votos nas seguintes seções do Estreito, todas da 13ª ZE: 37ª – Grupo Escola José Boiteux; 42ª – Clube Tamandaré; 45ª – Coloninha; 46ª – Barreiros; 50ª – Capoeiras; 51ª – Clube Flamengo de Capoeiras; 59ª – Grupo Escolar Irineu Bornhausen; 60ª – Posto de Arrecadação; 64ª – Capoeiras; 67ª – Capoeiras; 68ª – Barreiros.

Gráfico 11:
Votação para prefeito no Distrito do Estreito, Florianópolis, 1959



Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Mapa de apuração para prefeito. 12ª Zona Eleitoral – Florianópolis.* Arquivo do TRE-SC. Doc. 73; TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Mapa de apuração para prefeito. 13ª Zona Eleitoral – Florianópolis.* Arquivo do TRE-SC. Doc. 74.

Em quase todos os distritos, o percentual de votos de Oswaldo Machado aproximou-se do percentual de eleitores da área em relação ao total do município. As maiores diferenças foram no Estreito, onde fez 19,5% dos seus votos, no Ribeirão da Ilha, no qual obteve 7,5% dos seus votos sendo que o distrito compreendia 6% do eleitorado da capital e em Coqueiros, onde conseguiu 2% dos seus votos, mas o distrito possuía 3% do eleitorado. Nos demais distritos, houve menos de 1% de oscilação.⁸⁸³

⁸⁸³ Coloco a seguir a distribuição dos votos de Oswaldo Machado em relação à sua votação total. Em parênteses a porcentagem de votantes do distrito em relação ao número de votantes do município: Distrito de Florianópolis: 47,9% (48%); Saco dos Limões: 6,5% (6,1%); Santo Antônio de Lisboa 3,2% (2,9%); Ratonés: 0,5% (0,6%); Canasvieiras: 3,3% (2,4%); Cachoeira do Bom Jesus: 2,7% (2,2%); Ingleses do Rio Vermelho: 2,9% (2,5%); Lagoa da Conceição: 3,1% (3,1%); Ribeirão da Ilha: 7,5% (6,0%); Estreito: 19,5% (23,4%); Coqueiros: 2,0% (3,0%). Informações extraídas de tabela elaborada a partir da análise das seguintes fontes: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Mapa de apuração para prefeito. 12ª Zona Eleitoral – Florianópolis.* Arquivo do TRE-SC. Doc. 73; TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Mapa de apuração para prefeito. 13ª Zona Eleitoral – Florianópolis.* Arquivo do TRE-SC. Doc. 74.

A votação de Fernando Viegas teve característica similar. Teve oscilações acima de 1% em apenas quatro distritos: Ingleses do Rio Vermelho, Lagoa da Conceição, Ribeirão da Ilha e Estreito. Os três primeiros para cima e o último para baixo. O caso extremo foi o do General Vieira da Rosa. O candidato do PL obteve 70,7% dos seus votos no distrito de Florianópolis, revelando dificuldade de penetração em outras regiões da cidade. Nereu do Vale Pereira padecia de problema similar. 63,5% dos seus votos foram dados no maior distrito. O trabalhista Cesar Seara, por sua vez, sofreu fenômeno inverso. Apesar da pequena votação total, a distribuição percentual de seus votos demonstra a contribuição dos eleitores do interior da Ilha no seu desempenho. Seara fez 50,1% dos seus votos em sete distritos que totalizavam 19,5% do eleitorado do município.⁸⁸⁴ Ao contrário do candidato do PTB, Manoel de Menezes teve no interior da Ilha seu maior empecilho eleitoral. Nos sete distritos, fez apenas 5,1% dos seus votos. Como era presumível, Menezes teve a maior oscilação positiva no distrito do Estreito, onde obteve 37,5% dos seus votos. Pela análise da tabela (Anexo 3 e 4), ficava patente que seu eleitorado se concentrava nos distritos de Florianópolis e Sacos dos Limões, na Ilha, e Estreito e Coqueiros, no Continente.

Pela abrangência da área e pela heterogeneidade dos moradores, é difícil estabelecer conclusões sobre as bases sociais dos candidatos no distrito de Florianópolis. Das 49 seções, Machado venceu em 26, Viegas em 15 e Menezes em 8. Os documentos do TRE-SC para a eleição de 1959 informam apenas a rua em que se localizava a seção eleitoral. Ao comparar a informação de 1959 com os dados sobre a localização das urnas na eleição de 1947 e com localização das seções na eleição de 1962, é possível fazer alguns apontamentos.

Menezes venceu nas seguintes seções da 12ª Zona Eleitoral: 1ª – Rua Alves de Brito (provavelmente no Grupo Escolar Silveira de Souza); 5ª – Avenida Mauro Ramos (provavelmente no Centro de Puericultura Beatriz Ramos); 10ª – Avenida Frei Caneca (provavelmente no Grupo Escolar Padre Anchieta); 11ª – Abrigo de Menores (próximo ao G.E. Padre Anchieta). À exceção da 1ª seção, na Rua Alves de Brito, as demais são próximas às comunidades incrustadas no Maciço do Morro da Cruz. A 5ª localizava-se próxima ao Morro da Caixa d'Água, por exemplo. A 10ª e a 11ª estavam próximas aos

⁸⁸⁴ Os distritos eram os seguintes: Santo Antônio de Lisboa, Ratones, Canasvieiras, Cachoeira do Bom Jesus, Ingleses do Rio Vermelho, Lagoa da Conceição, Ribeirão da Ilha.

morros do Chapecó e do 25. Na 13ª ZE, Menezes venceu na 23ª seção, Clube Barriga Verde, na 26ª e 27ª, ambas no Clube Veleiros da Ilha, e na 70ª, situada no Depósito da Antártica. As três últimas localizavam-se na região da Prainha, no sopé do Morro do Mocotó.

O distrito de Florianópolis abarcava um público diversificado. Votavam a população mais pobre assim como os grupos economicamente mais abastados. Os bordões repetidos às vésperas do pleito, como “A ralé não fará o seu prefeito”, e as campanhas assistenciais indicam que o eleitorado “menezista” era composto pelas chamadas classes populares. No entanto, isso não significa que as ditas elites não o tenham apoiado. Apesar de pouco provável, é necessário uma pequena reflexão para dirimir a dúvida.

Além das oito urnas em que venceu, o jornalista atingiu votação acima de sua média municipal (24,6%) em outras doze. A média dessas vinte seções foi de 31,9% de votos. Nas demais seções, Menezes auferiu apenas 16,9% dos votos. Uma diferença de 15% entre os dois “modelos” de seção. A discrepância fica evidente se fizermos o mesmo cálculo com os dois candidatos mais votados. Machado obteve 38,9% dos votos nas seções em que ficou acima de sua média municipal e 28,2% nas que ficou abaixo. Diferença de 10,7%. Viegas, por sua vez, conquistou 36,6% nas seções em que obteve votação acima de sua média total e 26,1% nas que ficou abaixo. Diferença de 10,5%. Diante das *démarches* de campanha e da diferença expressiva nos votos de Menezes entre as seções acima e abaixo de sua média, é plausível afirmar que o “candidato do povo” apresentou acentuada rejeição em outros estratos sociais. Se a seção do eleitor é definida com base na localização de sua moradia, supõe-se que moradores da mesma localidade votariam na mesma seção ou em seções próximas. Portanto, a análise dos dados associada às reflexões feitas sobre o processo de campanha eleitoral permite supor que a baixa votação do jornalista em algumas seções do heterogêneo distrito de Florianópolis foi registrada nos locais onde a população mais abastada votou. Nas áreas de votação da população empobrecida, a “campanha do bom senso” não surtiu o efeito esperado. Manoel de Menezes, mesmo derrotado, demonstrara influência.

Menezes perdera a eleição, mas avolumava prestígio. Ciente do seu crescimento político, no final de setembro, o jornalista publicou a seguinte manchete: “A ‘ralé’ não fez o seu prefeito. Porém ajudará no próximo ano a eleger o futuro governador de Santa

Catarina”. No corpo da reportagem, o jornalista lamentou a campanha caluniosa feita contra ele. Argumentava que foram lançadas três “bombas” com o fito de denegri-lo junto aos seus eleitores: a acusação de ter ofendido Dona Ruth Hoepcke da Silva, esposa do “Doutor Aderbal”; afirmações de que não era católico, mas próximo aos comunistas, ressaltando supostos desvios de conduta praticados no Rio de Janeiro, citados anteriormente em boletim anônimo; e, por fim, o discurso de que seria o candidato da “ralé”. A este último, ele respondia:

Os humildes foram considerados RALÉ. Não puderam eleger seu prefeito, porque contra ele foi jogada uma fortuna imensa e ainda, para maior azar, foram os pobres tachados de RALÉ. Não tem importância. Irei, aos poucos, procurando esquecer tantas ofensas, tantas calúnias e infâmias, porque tenho quase a certeza de que eu e a chamada RALÉ iremos ajudar a eleger o futuro governador de Santa Catarina. Ora se iremos!⁸⁸⁵

Cabe aqui um ponto de inflexão quanto ao que representava a chance de vitória de Manoel de Menezes. Afinal, por que grupos politicamente antagônicos se uniram contra esse “inimigo comum”? A resposta, me parece, está ligada a dois fatores. Primeiro, ao apelo popular do candidato, reconhecido pelas classes mais empobrecidas como seu representante. Em segundo lugar, sua independência em relação a esses grupos políticos. Esses dois aspectos combinados indicavam que uma eventual vitória de Menezes poderia alavancar uma carreira política desvinculada das grandes máquinas partidárias. A figura de Jânio Quadros – fenômeno eleitoral, personalista e avesso ao cumprimento de determinações partidárias – inspirava o jornalista e atemorizava políticos tanto da UDN quanto do PSD. Do ponto de vista das relações sociais, a conquista representaria uma vitória simbólica. Seria alçado ao poder um candidato eleito com o apoio majoritário das classes trabalhadoras. Isso não significaria uma orientação ideológica à esquerda, mas um sinal da inserção efetiva dos trabalhadores florianopolitanos no espaço público, tensionando as relações de classe.

A derrota de Menezes não pode obscurecer o fato de que houve chances reais de vitória. A historiografia política catarinense, atenta aos números finais do pleito, pintou um quadro de hegemonia dos grandes partidos. Nesse quadro, não há espaço para as

⁸⁸⁵ MENEZES, Manoel de. A “ralé” não fez o seu prefeito. *A Verdade*. Florianópolis, 30 set. 1959.

contingências políticas e os trabalhadores aparecem sujeitos às imposições das máquinas eleitorais. Não foi o que aconteceu. Muitos, a despeito da campanha contrária, escolheram o dono do jornal *A Verdade*. Outros, seguindo as orientações de militantes comunistas e trabalhistas, escolheram Osvaldo Machado. Ou seja, os números não dizem necessariamente que há ou não representatividade das classes trabalhadoras no pleito. É necessário buscar outros indícios – a notícia de que Aderbal Ramos da Silva subiria os morros, “de pires na mão”, naquela eleição é um deles.

A despeito de Menezes buscar inspiração na figura de Jânio Quadros, é preciso pontuar algumas diferenças entre ele e o político paulista. Jânio tecia redes de relação ligadas às Sociedades Amigos de Bairro, cujo objetivo era compreender e responder rapidamente às demandas dos trabalhadores urbanos. Na capital paulista, o sucesso eleitoral exigia uma atuação de maior monta e capilaridade. Exemplo disso foi a criação dos comitês Lino-Piza durante a disputa pela sucessão de Jânio na prefeitura. De acordo com Duarte, esses comitês “continuaram e sofisticaram o relacionamento que Jânio Quadros havia estabelecido com as SABS”.⁸⁸⁶ Era, portanto, através de organizações desse tipo que, muitas vezes, os políticos paulistanos aproximavam-se das classes trabalhadoras. Estas, por sua vez, aproveitavam o canal de interlocução para fazer valer suas reivindicações.

Em Florianópolis, com pouco mais de 30 mil eleitores, as relações eram muito mais pessoais. Os candidatos conseguiam percorrer praticamente todo o município durante a campanha. Grande parte do eleitorado urbano se conhecia, sabia em quem votava ou em quem estava pensando em votar. Se, por um lado, a máquina partidária dava demonstrações de funcionar na eleição proporcional, era difícil estabelecer como seriam as eleições majoritárias. Os documentos analisados não indicam que Menezes contasse com relações orgânicas junto a associações de moradores. Sua base de campanha eram suas ações assistenciais e seus veículos de comunicação, principalmente a *Rádio Jornal A Verdade*, que chegava diariamente a um público amplo e não necessariamente leitor de seu semanário.

Após a eleição, parecia claro que Menezes construía uma base de apoio que poderia ser decisiva no disputado pleito de 1960. A derrota não o enfraquecera. Ao contrário, na

⁸⁸⁶DUARTE, Adriano Luiz. *Cultura popular e cultura política no pós-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973*. Campinas, 2002. 273 f. Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. p. 122.

condição de deputado e com um jornal e uma rádio à disposição tornava-se um dos principais nomes políticos da capital de Santa Catarina. No entanto, a euforia diante das perspectivas futuras estava com os dias contados. Um dos sinais fora dado na mesma edição, ao noticiar o incêndio, supostamente criminoso, em sua emissora de rádio. O transmissor teve poucas avarias, mas a explosão queimou parte do assoalho e do forro e jogou longe partes da parede.⁸⁸⁷

De acordo com a notícia, Hermínio de Menezes Filho contactou a Secretaria Estadual de Segurança Pública para denunciar que alguém teria sido contratado para incendiar a rádio e o jornal de seu filho. No mesmo dia em que o jornalista recebeu o radiograma, no qual o secretário afirmava que tomaria medidas enérgicas para evitar o suposto atentado, houve o incêndio. O jornalista cobrava respostas do poder estadual e repudiava o boato de que o atentado fora feito intencionalmente por ele para fazer uso do seguro.

Era apenas o prenúncio das agruras vindouras. Três meses depois, publicaria o último número de seu jornal. Partiria de Florianópolis na condição de deputado estadual cassado. Retornaria no ano seguinte, para se apresentar à polícia e ocupar uma cela na Penitenciária Pedra Grande.

4.5 – “Canário na muda não canta”: a cassação do mandato e a prisão de Manoel de Menezes

Na “Ilha dos casos raros”, afeita à criação de curios e outros pássaros, o provérbio português é bastante conhecido. Atribui-se a expressão a Aderbal Ramos da Silva, o Deba. Em 1959, ela se transformou em metáfora, utilizada por Hermínio de Menezes Filho para explicar o processo que culminou com a cassação do seu mandato de vereador e, logo em seguida, do mandato de deputado estadual de seu filho.

Tão logo apuradas as urnas e consagrada a vitória do candidato pessedista como prefeito de Florianópolis, os jornais publicaram análises sobre o pleito. Renato Barbosa, em sua coluna em *O Estado*, externou sua decepção com a grande votação obtida por Manoel de Menezes:

⁸⁸⁷ MENEZES, Manoel de. Incendiaram nossa estação de rádio! *A Verdade*. Florianópolis, 30 set. 1959.

Não me conformo com o fato de haver obtido Manoel de Menezes 6.261 votos. Estou em que essa soma não representou a expressão de um *verdictum*. Foi, para mim, uma afronta. (...) A VERDADE e a RÁDIO JORNAL A VERDADE continuarão a obter polpuda publicidade. Manoel de Menezes, próspero e realizado, prosseguirá na soturna industrialização da infâmia. E a nossa gente, não reagindo, rirá muito da chulice de seu estilo.⁸⁸⁸

Renato Barbosa se preocupava com aquilo que ele definira como a “industrialização da infâmia”, ou seja, a expansão do poder político de Menezes atrelada aos seus veículos de comunicação. A possibilidade real de vitória do jornalista na disputa pela prefeitura, encetando uma nova variável na dicotomia UDN-PSD, certamente deixou os caciques de ambas as greis apreensivos.

No início de outubro, os principais jornais da capital noticiaram em tom comemorativo a instauração do processo de cassação dos mandatos parlamentares de Hermínio de Menezes Filho e Manoel de Menezes.⁸⁸⁹ Ambos eram acusados de procedimento incompatível com o decoro parlamentar. Na Câmara Municipal de Florianópolis, a cassação foi aprovada no dia 5 de outubro por mais de dois terços dos parlamentares. No mesmo dia, na Assembleia Legislativa, tinha início o processo que encerraria a breve atividade parlamentar do dono de *A Verdade*.

Os trâmites regimentais para cassar Manoel de Menezes correram rapidamente. Tiveram início em uma sessão secreta iniciada às 20 horas do dia 5 de outubro, uma segunda-feira, e findaram com a publicação da Resolução nº 227, no *Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina*, no dia 9 do mesmo mês, sexta-feira. Ao processo regimental, sucedeu-se o processo jurídico que envolveu mandado de segurança do deputado cassado, explicações do presidente da Casa, apresentação de defesa por parte do advogado da Assembleia, pedido de assistência ao processo por parte do advogado do deputado suplente e publicação do acórdão.

Não é meu objetivo analisar juridicamente a cassação, percebendo eventuais incoerências ou desobediências regimentais. Procuro compreender o processo de cassação e seu significado político no contexto pós-eleição municipal. Felizmente, o Centro de

⁸⁸⁸ BARBOSA, Renato. Observações sobre o pleito. *O Estado*. Florianópolis, 02 set. 1959.

⁸⁸⁹ Cassado um mandato e pedida a cassação de outro. *O Estado*. Florianópolis, 07 set. 1959; Sensação nos meios políticos de Florianópolis. Cassação de mandatos. O legislativo da cidade toma a iniciativa. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 06 set. 1959.

Memória da ALESC conserva em bom estado as mais de cem páginas referentes à impugnação do mandato. Todavia, porque o ofício do historiador implica caminhos tortuosos, os documentos não se encontravam reunidos organizadamente em uma única caixa. Ao examinar os variados documentos produzidos pelo parlamento catarinense, surpreende, além da celeridade processual do caso, a concordância de todos os parlamentares presentes nas sessões.

Durante a sessão ordinária de 5 de outubro, foi definida uma sessão extraordinária secreta para as 20 horas do mesmo dia, cujas deliberações foram adotadas por unanimidade.⁸⁹⁰ Tratava-se do Projeto de Resolução n° 3/1959 que cassava o mandato de Manoel de Menezes “em face do seu procedimento ser incompatível com o decoro parlamentar”. O projeto foi assinado pelos trinta e sete deputados presentes e encaminhado para a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Assembleia, presidida pelo trabalhista Evilásio Caon.

No dia seguinte, foi publicado o projeto de resolução no *Diário da Assembleia*, informando que a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça se reuniria às 10 horas da manhã do dia 9 de outubro. Seria o momento, alegaram posteriormente os deputados, de Menezes defender-se das acusações. Como a sessão que deliberara o projeto de resolução fora secreta, o conteúdo dos debates só seria conhecido na reunião do dia 9. Quinta-feira, dia 8 de novembro, Menezes, através de seu procurador, apresentou uma petição que apresentava o ponto de vista do requerente quanto ao procedimento de seus colegas parlamentares.

Primeiramente, justificava sua ausência nas sessões por estar em Curitiba, cuidando de sua esposa enferma, “fato que os nobres colegas desta Assembleia conhecem”. Afirmava que Menezes tentara se informar sobre o conteúdo junto à presidência, mas que seu representante dissera “tratar-se de grave acusação, mas era assunto ‘secreto’.” Protocolou, então, a petição n° 1268 no dia 6 de outubro, em que pedia para conhecer a acusação e os documentos que a instruíam. Contudo, até aquele momento não teria tido resposta.

⁸⁹⁰ Conforme o documento produzido pela Presidência da Assembleia, foram retirados “da sala das sessões, das tribunas das galerias e demais dependências todos quantos não integrassem o corpo legislativo como mandatários do povo.” De acordo com o regimento interno, ficariam secretos “os debates, as deliberações e os nomes dos requerentes da dita sessão secreta”. Fonte: GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Sessão secreta. Florianópolis, 5 out. 1959. Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Deputados. Caixa 38.

Dito isso, o documento iniciava o argumento jurídico de nulidade do processo: “o requerente não foi ‘citado’ na forma processual, nem se lhe deu a indispensável contrafé e a ‘vista’ dos documentos”. A publicação no *Diário da Assembleia* não supriria a falta, “porque a citação inicial é pessoal” (grifo original). Ademais, a publicação fazia um “convite” ao requerente para “apresentar ‘alegações’ que entender de ‘direito’ face o processo de cassação”. Portanto, “a falta de citação inicial, na forma do regime processual brasileiro, acarreta a nulidade insanável do processo”. A petição finalizava com dois pedidos:

que se lhe faça, então, a citação pela forma do direito, que se lhe dê contrafé e que se lhe faculte vista dos autos e dos documentos anexados à Representação, a fim de que tenha aplicação o bom e esperado direito. Ou, de outro modo, que esta ilustrada Comissão, tomando conhecimento deste requerimento, depois de mandar juntar aos autos, se digne de propor à Assembleia o arquivamento da referida representação, como se encontra no artigo 106, § 5º do Regimento Interno.⁸⁹¹

Os documentos da Caixa 38 do Centro de Memória mostravam como Menezes pretendia sustentar sua defesa: havia ilegalidade processual. Para dar curso ao projeto de cassação era preciso que o acusado fosse citado pessoalmente, o que não ocorrera. Os acusadores embasariam sua contra argumentação a partir de dois documentos, alocados em outra caixa do Centro de Memória. Eram dois ofícios, um do relator do processo, o deputado Volney Colaço de Oliveira (PSP), e outro de Medeiros Santos, assistente da presidência da Assembleia. O primeiro dirigia-se a Manoel de Menezes, enviando-o a certidão pedida em requerimento.⁸⁹² O segundo dirigia-se ao presidente da Assembleia, comunicando-o que o deputado não fora encontrado. Informava que o oficial de gabinete procurara Menezes em sua residência, na sede da rádio e do jornal *A Verdade* e no escritório de seu advogado, dr. Moura Ferro. Dizia, ao final, que o requerente havia viajado no dia 7 de outubro para Curitiba.⁸⁹³ Para a acusação, os ofícios comprovariam que o

⁸⁹¹ MENEZES, Manoel de. *Requerimento ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 08 out. 1959. Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Deputados. Caixa 38.

⁸⁹² OLIVEIRA, Volney Colaço. *Ofício ao Deputado Manoel de Menezes*. Florianópolis, 07 out. 1959. Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Relatórios. Diversos. Caixa Única (verde). p. 29.

⁸⁹³ SANTOS, Medeiros. *Ofício ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 08 out. 1959. Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Relatórios. Diversos. Caixa Única (verde). p. 29.

deputado teria sido citado caso fosse encontrado. Para Menezes, a enfermidade de um cônjuge explicaria o não comparecimento nas sessões e a sua saída temporária da capital de Santa Catarina, inviabilizando a citação.

A Justificativa do Projeto de Resolução nº 3/1959, publicada no *Diário da Assembleia Legislativa*, defendia que o deputado “fez-se indigno do mandato recebido, caluniando, injuriando e difamando autoridades, manchando lares, atacando o clero, desrespeitando as leis e os princípios de decência, de ética, de compostura”. O ato de cassação seria “a defesa da família, da sociedade, do poder público, do clero, e, sobretudo, da Honra e da dignidade desta Augusta Casa”. Sem explicitar quais seriam as ofensas, o documento mencionava os ataques às esposas de deputados, a um representante do clero, à esposa de um ex-governador, “dama que pelas suas virtudes enaltece a sociedade catarinense”. Apesar de dizer que o procedimento indigno do deputado não era recente, citava os comícios da última eleição, “quando insultava, caluniava e difamava, como que perdido num cipoal de irresponsabilidade”. A Justificativa encerrava afirmando que a medida seria “uma operação de saneamento”, que lacraria “na urna da decência o comportamento de quem não correspondeu aos votos recebidos na urna do civismo e da decência”.⁸⁹⁴

O conteúdo do projeto foi apreciado pelo relator, Volney Colaço de Oliveira, que concluiu pela adoção do Projeto de Resolução 3/1959. Recomendava, entretanto, o debate em plenário de todo o processo, “em sessão pública especial e que a deliberação seja tomada a descoberto, por voto nominal dos senhores deputados”.⁸⁹⁵ Após a aprovação por unanimidade, a Comissão encaminhou o projeto para a presidência da Casa.

Ao final dos trabalhos da sessão ordinária de 9 de outubro, o presidente da Assembleia, o trabalhista Braz Joaquim Alves, convocou sessão extraordinária para as 15 horas daquela sexta-feira. A pauta era a apreciação do parecer da Comissão sobre a cassação do mandato de Manoel de Menezes.⁸⁹⁶ A sessão iniciou indeferindo o requerimento do deputado, protocolado no dia anterior, sob alegação de “contrariar

⁸⁹⁴ Projeto de Resolução Nº 3/1959. *Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 09 out. 1959. p. 191.

⁸⁹⁵ OLIVEIRA, Volney Colaço de. Parecer do Projeto de Resolução Nº 3/1959. *Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 09 out. 1959. p. 192.

⁸⁹⁶ BARRETO, Tupy. Ata da 111ª sessão ordinária da 1ª sessão Legislativa da 4ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, realizada em 9 de outubro de 1959. *Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 13 out. 1959.

disposição expressa da lei interna da Casa e não encontrar amparo na praxe parlamentar”. Seguiu-se o debate em torno do projeto aprovado pela manhã na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça. Falaram os deputados Volney Colaço de Oliveira, Romeu Sebastião Neves, Ivo Silveira, Evilásio Caon e Querino Flach, todos favoráveis ao Projeto de Resolução 3/1959.⁸⁹⁷ Em votação, foi aprovado pelos 37 deputados presentes.

Em obediência ao regimento interno, era preciso encaminhar o projeto para a Comissão Executiva para a redação final. De modo a dar celeridade no processo, os deputados Romeu Sebastião Neves, Ivo Silveira, Evilásio Caon, José Zanin e Querino Flach, líderes das bancadas, requereram a dispensa da impressão da redação final e a convocação de outra sessão extraordinária para as 17 horas e 15 minutos do mesmo dia, com a seguinte pauta: votar a redação final do projeto.⁸⁹⁸ Aprovado por unanimidade, o presidente encerrou aquela sessão extraordinária e encaminhou a abertura da seguinte, que deflagraria a perda do mandato de Manoel de Menezes. Aberta a sessão, o primeiro secretário fez a leitura do Projeto de Resolução 3/1959. Submetido à discussão, nenhum deputado quis fazer uso da palavra. Encaminhou-se a votação com o projeto sendo aprovado por unanimidade.⁸⁹⁹ No mesmo dia, o *Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina* publicava a Resolução N° 227 com a seguinte redação:

Artigo 1° - Fica, na conformidade do que dispõe o § 2° do Artigo 11 da Constituição do Estado de Santa Catarina, cassado o mandato do Deputado Manoel de Menezes, eleito em 3 de outubro de 1958 sob a legenda do Partido Social Progressista (PSP) em face do seu procedimento ser incompatível com o decoro parlamentar.

Artigo 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.⁹⁰⁰

⁸⁹⁷ Os discursos dos deputados estão disponíveis no seguinte documento: SETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Transcrição da 4ª sessão extraordinária da 1ª sessão Legislativa da 4ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 09 out. 1959.* Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Relatórios. Diversos. Caixa Única (verde).p. 18-24.

⁸⁹⁸ BARRETO, Tupy. Ata da 4ª sessão extraordinária da 1ª sessão Legislativa da 4ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, realizada em 9 de outubro de 1959. *Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.* Florianópolis, 13 out. 1959.

⁸⁹⁹ BARRETO, Tupy. Ata da 5ª sessão extraordinária da 1ª sessão Legislativa da 4ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, realizada em 9 de outubro de 1959. *Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.* Florianópolis, 13 out. 1959.

⁹⁰⁰ Resolução N° 227. *Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.* Florianópolis, 09 out. 1959.

Em cinco dias, cassou-se o mandato de deputado estadual de Menezes. O ato consumou o fim da carreira parlamentar da família, já que o pai, Hermínio de Menezes Filho, fora cassado do mandato de vereador da capital na segunda-feira, 5 de outubro. Em ambos os processos, alegou-se procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar. Interessa-nos menos discutir a questão jurídica do processo do que as motivações políticas. Se, conforme mencionado no processo, o procedimento indigno dos parlamentares já se manifestava havia tempo, por que cassá-los logo após o turbulento pleito municipal? Era evidente que não se tratava de uma questão puramente legal ou uma “operação de saneamento”. Minha hipótese é que a candidatura do jornalista ao executivo municipal explicitou uma estratégia política independente dos grandes partidos. Explico melhor.

Até então, Menezes acusava e até mesmo agredia igualmente em seu semanário políticos de UDN, PSD e empresários. Ao contrário dos principais órgãos da imprensa florianopolitana, não se filiava a uma legenda. Isso permitia que adotasse uma posição pendular, negociando ou mesmo vendendo seu apoio aos candidatos dos dois principais partidos. Considerando a crescente popularidade de seu jornal e sua rádio, principalmente junto aos grupos empobrecidos, tornava-se cada vez mais influente na vida política da cidade. No momento em que optou pela carreira solo, usando seu jornalismo sensacionalista para tentar superar as máquinas eleitorais incrustadas no poder local, tornou-se perigoso demais.

A escolha de processá-lo logo após o pleito não fora fortuita. O argumento para a cassação – agressão à família catarinense, ao clero, aos homens de bem – poderia ser usado antes da eleição. Como mostrado no início deste capítulo, no final de fevereiro de 1959, Menezes envolveu-se em uma briga com Acácio Melo, cujo desenlace foi uma bala alojada na perna tesoureiro do estado desferida pelo deputado. Na ocasião, o juiz da Segunda Vara da Comarca da Capital, dr. Euclides de Cerqueira Cintra, enviou ofício à Assembleia pedindo permissão para processar criminalmente o parlamentar.⁹⁰¹ Por unanimidade, os deputados negaram o pedido.⁹⁰²

⁹⁰¹ CINTRA, Euclides Cerqueira. *Ofício N° 131/59 ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 17 mar. 1959. Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Deputados. Caixa 38.

⁹⁰² “Ainda recentemente, quando esta Cassa foi chamada a se manifestar sobre o pedido de licença formulado pelo dr. Juiz de Direito da 2ª Vara da Capital para processar o deputado que teria tentado assassinar um funcionário estadual, decidiu por unanimidade não conceder licença para o aludido processo. Tal fato pôs em

Em outras palavras, em março de 1959, quando do pedido para processá-lo, havia um evento circunscrito que caracterizaria procedimento incompatível com o decoro parlamentar: um tiro desferido em praça pública contra um cidadão. Porém, não havia o interesse político. Em outubro, passado o “pleito mais disputado da história de Florianópolis”, as alegações genéricas de atizar o povo “à desordem e ao desrespeito às autoridades” e os “doestos infamantes e caluniosos” serviram para caracterizar a falta de decoro.

No acórdão relativo ao Mandado de Segurança impetrado por Manoel de Menezes contra sua cassação, o relator, desembargador Osmundo Wanderley da Nóbrega reconheceu que faltava ao processo “a indicação das expressões tidas como caluniosas e infamantes, dos ‘palavrões’ e outros desmandos atribuídos ao impetrante, reputados pela Assembleia suficientes para caracterizar o procedimento incompatível com o decoro parlamentar”. Na visão do jurista, caso fosse um julgamento jurídico, seria indispensável, uma vez que ao juiz, e não à parte, caberia verificar se os fatos alegados pela acusação caracterizariam o crime atribuído ao acusado. Entretanto, a cassação de mandato de membro do Legislativo seria um procedimento interno, “de caráter *sui generis*”. Não se revestiria do “formalismo do procedimento criminal”: “No caso concreto, por exemplo, os juízes foram os próprios acusadores, pois a representação foi assinada, precisamente, pelos mesmos deputados que votaram a Resolução ora impugnada.”(grifo do original). Na opinião do douto, a aprovação por unanimidade indicaria que não houvera abuso ou desvio de poder. Concluía que a resolução não poderia ser invalidada pelo Judiciário sem a “demonstração insofismável de sua ilegalidade ou inconstitucionalidade”. Portanto, indeferia a segurança.⁹⁰³

evidência o propósito dos membros desta Casa em permitir que o deputado Manoel de Menezes permanecesse no exercício do seu mandato, confiantes que estávamos de que sua conduta não mais implicaria em atentado às normas do decoro que se exige dos integrantes de qualquer parlamento do mundo.” Fonte: Projeto de Resolução N° 3/1959. *Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 09 out. 1959. p. 191.

⁹⁰³ “No caso, porém, não ficou caracterizado o abuso ou desvio de poder. É de se considerar também, e sobretudo, que a Resolução impugnada foi votada por 37 deputados, dos 41 que integram a Assembleia Legislativa do Estado. Excluindo o presidente e o impetrante, verifica-se que apenas dois, por ausentes, deixaram de aprova-la. Não se trata, como se vê, de um ato de prepotência dos grandes partidos, mas de resolução unânime de todos eles, grandes e pequenos, inclusive aquele a que pertencia o impetrante. Uma resolução dessa natureza, tomada por unanimidade dos membros do Poder a que a Constituição atribui competência específica, e privativa, para votá-la, não pode ser invalidada pelo Poder Judiciário, sem a demonstração clara e insofismável de sua ilegalidade ou inconstitucionalidade. Por esses motivos, impõe-se o indeferimento da segurança impetrada.” Fonte: NÓBREGA, Osmundo Wanderley da. Acórdão do Mandado

Hermínio de Menezes Filho, ao refletir sobre os atos políticos que culminaram com a sua cassação e a de seu filho, usou metaforicamente o provérbio “canário na muda não canta”. Os muitos criadores de pássaros da capital de Santa Catarina bem sabem que, na muda, isto é, quando troca a plumagem, passarinho não canta. Menezes Filho entendeu que cantara demais e, por isso, fora posto para fora da gaiola: “Solto, sem alpista (sic), entrei na muda”.⁹⁰⁴ Ao final de 1959, Manoel de Menezes lançava a última edição do jornal *A Verdade*. Após a perda do mandato de deputado, estampou a primeira página com a notícia de sua saída de Florianópolis: “Adeus, Florianópolis querida!”. Prometia voltar: “quando não mais tentarem silenciar, com fogo e dinamite, a *Rádio Jornal A Verdade*; quando não mais metralharem meu carro na principal rua de Florianópolis”.⁹⁰⁵

Se há exagero nas descrições do jornalista, é difícil saber. O que parece claro é que, no ano de 1959, Menezes foi do apogeu ao ocaso. O ato principal, a cassação do seu mandato, revestiu-se de caráter iminente político, tanto pela argumentação quanto pela rapidez de sua aprovação. A sintonia das diferentes bancadas permitiu a realização da reunião da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça e mais três sessões da Assembleia, uma ordinária e duas extraordinárias, em um só dia. Garantiu-se, assim, toda a tramitação do processo de cassação no tempo recorde de uma semana.

O desenlace veio logo após sua partida para o Rio de Janeiro. Euclides Cerqueira Cintra, juiz da 2ª Vara da Comarca da Capital, que tentara processá-lo pela agressão a Acácio Melo e fora impedido diante das prerrogativas da imunidade parlamentar, decretou sua prisão preventiva. Apresentou-se ao magistrado e foi para a Penitenciária Pedra Grande. Em sua autobiografia, diz que saiu de lá após aceitar a proposta do deputado federal Wilmar Dias, da dissidência do PSD, para apoiar a campanha de Irineu Bornhausen para o governo do estado.⁹⁰⁶ Em breve período de tempo, Menezes pôde sentir os significados do aforismo: “Aos amigos, tudo. Aos inimigos, a lei”.

de Segurança N° 235 da Comarca de Florianópolis. Florianópolis, 12 abr. 1961. Apud: BORNHAUSEN, Paulo Konder. *Retrato político de uma época (1947-1960)*. Florianópolis: Insular, 1999. p. 254-262.

⁹⁰⁴ MENEZES FILHO, Hermínio. Canário na muda não canta! *A Verdade*. Florianópolis, 24 dez. 1959.

⁹⁰⁵ MENEZES, Manoel de. Adeus, Florianópolis querida! *A Verdade*. Florianópolis, 24 dez. 1959.

⁹⁰⁶ MENEZES, Manoel de. *Retalhos do tempo: o que vi, fiz e ouvi*. 2 ed. Florianópolis: Edeme, 1977. p. 243-245.

4.6 – Das grades da penitenciária para a campanha de Irineu Bornhausen: alianças e dissidências no pleito de 1960

Na cadeia, Menezes escreveu o livro “Das grades da penitenciária”, um relato longo e apaixonado do processo eleitoral de 1959, sua cassação e prisão.⁹⁰⁷ Após a perda da imunidade parlamentar, instaurou-se o processo por tentativa de homicídio de Acácio Melo. O advogado Zany Gonzaga embasou o pedido de *habeas corpus* na falta de elementos concretos para afirmar que o ex-deputado agiu com a “intenção deliberada de matar o seu desafeto”. Por conseguinte, não haveria razão para a manutenção da prisão preventiva. Os dez desembargadores votaram favoráveis ao *habeas corpus*. Menezes foi solto em meados de 1960.

Enquanto esteve preso, o jornalista questionou os interesses políticos por detrás de seu encarceramento. Segundo ele, após a eleição municipal de 1959, ficou claro que ao menos seis mil eleitores votariam seguindo sua indicação, ou seja, “certos políticos” e “rancorosos inimigos” tinham interesse na sua permanência na prisão até as eleições de outubro de 1960.⁹⁰⁸ Ao justificar o apoio a Osvaldo Machado, Mário Bastos também explicou a escolha com base no pleito de 1960: os comunistas não apoiariam o candidato da UDN pelo fato da sigla ter optado pela candidatura do “entreguista” Jânio Quadros.⁹⁰⁹ O “fantasma” da sucessão estadual e nacional pautou boa parte das ações em torno da eleição municipal.

Em novembro de 1959, Jânio Quadros foi escolhido como candidato da UDN à sucessão presidencial. Venceu a disputa interna contra Juracy Magalhães, 205 votos a 83. Contudo, sua campanha tomara corpo desde abril, quando fora lançado o Movimento Popular Jânio Quadros, um movimento que se definia como apartidário, formado por

⁹⁰⁷ Publicada em 1960, o livro possui 177 páginas. Um exemplar da obra encontra-se em uma das estantes do setor de livros catarinenses da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Encontrei-a, por acaso, em um dos muitos dias de pesquisa no acervo de periódicos. Certamente, por seu valor histórico e documental, deveria repousar em melhores condições. Fonte: MENEZES, Manoel de. *Das grades da penitenciária*. Florianópolis: Gráfica A Verdade, 1960.

⁹⁰⁸ “O interesse por parte de certos políticos e meus rancorosos inimigos é muito grande para que eu permaneça nesta prisão pelos menos até as próximas eleições de outubro; é que eles sabem melhor do que ninguém que mais de 6.000 eleitores estão comigo, para seguir o caminho que eu determinar. Pelo menos é isso que de momento a momento eles me afirmam.” MENEZES, Manoel de. *Das grades da penitenciária*. Florianópolis: Gráfica A Verdade, 1960. p. 158.

⁹⁰⁹ Ver seção 4.4.

“gente inconformada de todas as procedências”.⁹¹⁰ Entre os defensores da candidatura de Jânio estava Carlos Lacerda. Durante a convenção do partido, o jornalista fluminense criticou a indicação de Juracy, sugerindo que seria um nome indicado por Juscelino: “a UDN vai com o povo ou se suicida com o Catete?”

A acusação fazia sentido. De acordo com Hipólito, JK defendia uma candidatura de “união nacional” e que esse nome fosse udenista. A ideia seria parte de seu plano de retorno, em 1965. O presidente achava importante “deixar” a UDN governar, de modo a abandonar os propósitos golpistas e absorver todo o desgaste da presidência. Isso porque, previa, o período posterior ao seu governo seria de profunda crise econômica, alimentando o desejo do povo de ter novamente o presidente que encampou o desenvolvimentismo.⁹¹¹ Por acreditar nas articulações interpartidárias – haja vista sua posição de conciliação no governo Dutra - Juracy Magalhães seria o nome ideal.

A proposta de apoiar um nome udenista não vingou no PSD. À revelia de Juscelino, os pessedistas escolheram o General Henrique Lott, ministro da Guerra, como candidato. Lott ganhou notoriedade pelo desempenho firme nas crises políticas nacionais, tanto no “contragolpe preventivo”, em novembro de 1955, quanto na contenção do levante de Jacareacanga, nos primeiros meses do governo JK. No final de 1959, debelaria novo levante, em Aragarças. A indicação teve o apoio entusiasmado da Ala Moça, das forças nacionalistas do Exército e da Frente Parlamentar Nacionalista.⁹¹² O PSD catarinense manifestou seu apoio à indicação do ministro no jornal de Aderbal Ramos da Silva.⁹¹³

Para o PSD catarinense, a eleição de 1960 era decisiva. Com a morte de Nereu Ramos no acidente aéreo de 1958, coube a seu irmão, Celso Ramos, assumir as rédeas da direção estadual do partido. Celso era ligado à Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, da qual fora seu primeiro presidente.⁹¹⁴ Não tinha a influência política nem a

⁹¹⁰ Arquivo pessoal Castilho Cabral. CPDOC-FGV, CCc 59.04.13, I-72. Apud: QUELER, Jefferson. Quando o eleitor faz a propaganda política: o engajamento popular na campanha eleitoral de Jânio Quadros (1959-1960). *Tempo*. 28. p. 66.

⁹¹¹ Este ponto de vista pode ser visto com detalhe em: HIPÓLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p.199-204.

⁹¹² WILLIAM, Wagner. *O soldado absoluto: uma biografia do marechal Henrique Lott*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 264.

⁹¹³ Aranha não: Lott, fato consumado. *O Estado*. Florianópolis, 03 jul. 1959.

⁹¹⁴ A primeira diretoria da entidade foi a seguinte: Celso Ramos (Presidente), Guilherme Renaux (1º Vice-presidente), Ademar Garcia (2º Vice-presidente), Alberto Gonçalves dos Santos (Secretário) e José Elias (Tesoureiro). Fonte: FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Ata da Assembleia Geral de fundação da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 27

oratória do irmão mais velho, porém, buscou compensá-las com planejamento e disciplina. Em março de 1959, o PSD catarinense publicou a “Carta de Blumenau”, na qual declarava a necessidade de se lançar “o problema da sucessão estadual”. O documento afirmava que o candidato do partido deveria possuir alguns atributos: “ação, experiência política e penetração eleitoral, capacidade de comando e de trabalho em equipe”. Finalizava sugerindo ao partido que escolhesse “o nome do eminente catarinense, senhor Celso Ramos”.⁹¹⁵

Seu opositor era o mesmo que o derrotara na disputa pelo Senado, em 1958: o ex-governador Irineu Bornhausen. O jornal pessedista criticou um suposto plano da UDN de trocar os cargos entre Irineu e o governador Heriberto Hulse. Irineu assumiria o posto de Heriberto caso viesse a se concretizara vitória, em 1960. Amparado pelo governador eleito, Heriberto venceria a disputa pelo Senado em 1962. Caso concretizado o plano, a UDN teria dois dos três senadores e completaria quinze anos no poder estadual.

Na charge da página ao lado, o PSD ironizou a soberba udenista demonstrada na suposta articulação. Irineu Bornhausen foi representado de *shorts* e sem camisa, saltando sobre o governador, abaixado, também sem camisa e com um remendo na bermuda na altura das nádegas. Embaixo, os seguintes versos: “Irineu: Se o pulo der certo / Saltando o Heriberto / Deixo o Senado / E volto ao estado! Heriberto: Já foi o Irineu / Agora sou eu / De governador / Passo a senador”. A charge terminava com o comentário: “Mas, na verdadeira liça / É diferente a ‘carniça’.”⁹¹⁶

Os partidos articulavam alianças para o pleito quando foram surpreendidos pela renúncia de Jânio Quadros, no fim de 1959. O ex-governador de São Paulo, pouco afeito ao cumprimento de determinações partidárias, não concordou com a escolha de seu vice, Leandro Maciel, ex-governador de Sergipe. Antes mesmo da homologação de seu nome na convenção udenista, Jânio já havia se comprometido com o Partido Trabalhista Nacional (PTN), o Partido Libertador (PL) e o Partido Democrata Cristão (PDC) que tinham como candidato a vice-presidente o dissidente trabalhista Fernando Ferrari.

mai. 1950. *Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Representantes 1950-1957*. Arquivo da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. p. 1-3.

⁹¹⁵ Na bibliografia consultada, não há a referência do documento: LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983. p. 256.

⁹¹⁶ “Carniça” política. *O Estado*. Florianópolis, 25 set. 1959.

Figura 8:
Charge ironizando a candidatura de Irineu Bornhausen para o governo do estado



Fonte: *O Estado*. Florianópolis, 25 set. 1959.

O episódio repercutiu nos jornais catarinenses. *A Gazeta* publicou com destaque a decisão, juntamente com a transcrição da carta de renúncia e entrevista com o presidente da UDN, Magalhães Pinto.⁹¹⁷ O jornal pessedista *O Estado* criticou a atitude de Jânio, interpretando a ação como “uma solerte solicitação para um regresso triunfal, de super-homem, autossuficiente em tudo e por tudo, sem a desprezível fraqueza de ter que dar ouvidos e atenções às agremiações partidárias”. Concluía taxativo: “Seja qual for o motivo da sua deserção, as circunstâncias em que a efetivou anunciam que o candidato não tinha nível para a chefia da Nação”.⁹¹⁸ Mesmo com a humilhação pública, a UDN voltou atrás e substituiu Leandro Maciel por Milton Campos.⁹¹⁹ Jânio saía para a disputa com dois vices. No decorrer da campanha, teria um terceiro.

⁹¹⁷ Jânio renunciou sua candidatura. *A Gazeta*. Florianópolis, 27 nov. 1959.

⁹¹⁸ RAMOS, Rubens de Arruda. O profeta Juraci. *O Estado*. Florianópolis, 27 nov. 1959.

⁹¹⁹ Ver BENEVIDES, Maria Victória. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 109.

Entre os petebistas, Lott não era unanimidade. A própria aliança com o PSD não o era. Membros do Grupo Compacto defendiam a candidatura própria, entre eles Doutel de Andrade.⁹²⁰ Em julho de 1959, o deputado discursou para Jango, que recém-regressara de viagem ao exterior, defendendo uma candidatura nacionalista e a necessidade de uma candidatura própria, afirmou que havia “1.365 firmas estrangeiras cujos testas de ferro ajudam a levar nosso dinheiro para o exterior”. Portanto, seria “preferível perder com glória a vencer com lama”.⁹²¹ Em setembro, o deputado federal por Santa Catarina mudaria de tom. Em entrevista ao jornal *O Estado*, Doutel disse que o PTB homologara moção indicativa da candidatura de Jango, mas o mesmo teria plenos poderes para declinar, “tomando outros caminhos, dentro das naturais conveniências do partido”.⁹²² O PTB, diante da homologação da candidatura de Lott pelo PSD, em dezembro de 1959, realizou sua convenção em fevereiro de 1960, ratificando a chapa com Lott para a presidência e Jango novamente para vice.⁹²³

A posição do PTB quanto à sucessão estadual foi especulada pelos órgãos de imprensa catarinenses. A *Gazeta*, braço de apoio da administração udenista, ressaltou o trecho da entrevista de Doutel de Andrade em que o líder trabalhista declarava a autonomia do diretório regional quanto à política de alianças.⁹²⁴ Diante das articulações políticas nacionais, era previsível a aproximação entre PTB e PSD no estado. Para os trabalhistas, a coligação representaria um palanque forte para João Goulart. Para o PSD catarinense, significaria o apoio de um partido com penetração entre os trabalhadores urbanos e sindicatos de classe. Um dos indícios de que trabalhistas e pessedistas marchariam juntos aconteceu na visita de João Goulart a Santa Catarina, em dezembro de 1959. Na

⁹²⁰ De acordo com Jorge Ferreira, o Grupo Compacto era composto por trabalhistas, alguns eleitos em 1958, que questionaram certos posicionamentos de Jango, buscando flexioná-lo mais à esquerda. Entre eles, estavam Almino Afonso, Bocayuva Cunha, Fernando Santana e Doutel de Andrade: “Além de se oporem às relações fisiológicas entre o partido e os sindicatos, preconizavam uma reforma agrária em curto prazo e uma política nacionalista agressiva”. FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 191.

⁹²¹ FERREIRA, Jorge. Op. Cit. p. 209.

⁹²² No reino do pitoresco, o golpismo petebista. *O Estado*. Florianópolis, 05 set. 1959.

⁹²³ FERREIRA, Jorge. Op. Cit. p. 209.

⁹²⁴ O jornal, interessado em denotar que o PTB estava aberto a negociações políticas, reproduziu o seguinte trecho: “O sr. João Goulart e a direção nacional do PTB tem conhecimento, como não poderia deixar de ser, da posição de independência em que se coloca a seção de Santa Catarina. Entendemos que, nas atuais circunstâncias, essa posição é a que melhor consulta os nossos interesses. Dessa forma, o sr. João Goulart – cioso da autonomia dos Diretórios Regionais - não poderia se pronunciar sobre a política do nosso estado sem antes conhecer a decisão da Convenção Regional a ser convocada especialmente para essa finalidade”. Fonte: Jango hoje nesta capital. *A Gazeta*. Florianópolis, 13 dez. 1959.

oportunidade, Celso Ramos, acompanhado por Doutel de Andrade, incorporou a comitiva que acompanhou o vice-presidente.⁹²⁵ Todavia, da mesma forma como nos pleitos anteriores, não havia unanimidade no PTB catarinense.

A Convenção Regional do PTB, que homologou o apoio aos nomes de Lott e Jango, na chapa nacional, e de Celso Ramos e Doutel de Andrade, para o governo e vice, aconteceu dia 9 de julho de 1960. Logo após o ato, às 20 horas, houve um comício com os candidatos na Praça Pereira Oliveira.⁹²⁶ O que era para ser uma grande festa de celebração da união entre os partidos transformou-se em ponto de partida para intensas divergências no seio do PTB e que reverberaram durante o resto da campanha política.

O jornal *O Estado* estampou a capa com a manchete: “O povo aprovou: Lott – Jango – Celso – Doutel!”, seguida de foto do comício em que apareciam as faixas com os dizeres “Pela escola pública, com Lott e Jango” e “Nacionalistas do Estreito com Lott e Jango”.⁹²⁷ A aparente harmonia foi quebrada com a declaração de trabalhistas históricos colocando-se contrários à coligação. A nota não questionava a coligação com o PSD, mas o nome indicado pelo PTB para a disputa da vice-governança do estado. A candidatura de Doutel de Andrade teria sido imposta e não traduziria “os anseios e esperanças de milhares de petebistas”. Era uma afronta “aos bríos e à dignidade dos bravos catarinenses, que jamais aceitaram a tutela de pessoas alheias ao PTB deste estado”.⁹²⁸

A nota dizia se embasar em pronunciamento de Carlos Gomes de Oliveira e era assinada pelo senador Saulo Ramos, pelo presidente da Assembleia Legislativa, Braz Joaquim Alves, pelo deputado estadual Paulino Búrigo e lideranças trabalhistas locais, principalmente de Criciúma e da região sul de Santa Catarina. Com o documento,

⁹²⁵ Jango hoje nesta capital. *A Gazeta*. Florianópolis, 13 dez. 1959.

⁹²⁶ Prenúncio da vitória será hoje: Lott, Jango, Brizola, Celso, Doutel e líderes dos dois partidos no comício da Praça P. Oliveira, às 20:00hs. *O Estado*. Florianópolis, 09 jul. 1960.

⁹²⁷ *O Estado*. Florianópolis, 10 jul. 1960.

⁹²⁸ No documento, assinam os seguintes nomes: Saulo Ramos, Senador, Membro do Diretório Nacional do PTB. Deputado Braz Joaquim Alves, Presidente da Assembleia Legislativa. Deputado Estadual Paulino Búrigo. Sr. Rodolfo Koffke, Prefeito de Ibirama. Vereador Aryoval do Huascar Machado, Presidente da Câmara Municipal de Criciúma. Vereador Sérgio Fernandes Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Tubarão. Vereador Vitório Lazzaris, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul. Pedro Andrade, Líder da bancada trabalhista da Câmara Municipal de Criciúma. Vereador Dorizo Francisco Rocha, Vereador à Câmara de Criciúma. Heleodoro Alano de Souza, Presidente do Diretório Municipal do PTB de Nova Veneza. José Maria Soares Noronha, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Beneficiamento do Carvão de Capivari. Sr. Pedro Paulo Campos Côrte, Presidente do PTB de Tijucas. Dr. Rafael Cruz Lima, Fundador do PTB Catarinense. Fonte: Fendeu-se o PTB catarinense: aberta a dissidência trabalhista. *A Gazeta*. Florianópolis, 12 jul. 1960.

explicitavam-se as divergências internas evidentes desde a chegada de Doutel de Andrade. Em dois anos, Doutel foi eleito deputado federal, presidente do diretório regional do PTB e indicado para o cargo de vice-governador do estado. Ficava claro que sua ascensão tirara espaço de lideranças históricas como Carlos Gomes de Oliveira e Saulo Ramos.

Após o anúncio da composição da chapa e da nota de oposição de alguns integrantes do PTB, sucedeu-se uma série de artigos e reportagens atacando Doutel. A principal crítica era o assenhoreamento da seção catarinense por parte de um elemento estranho aos quadros históricos do estado. Apelava-se para o bairrismo. Sobravam críticas ao governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, apoiador da candidatura de Doutel.⁹²⁹ Saulo Ramos criticou duramente a suposta ingerência de Brizola nos “assuntos internos” de Santa Catarina: “Santa Catarina não é um quintal do Rio Grande do Sul e nosso estado não é pista de decolagem para as travessuras do senhor Leonel Brizola”.⁹³⁰

Em agosto, a dissidência trabalhista em Santa Catarina aumentou o tom das críticas. Definiu a convenção estadual como fraudulenta. Não nascera nas bases regionais, mas fora definida em acordos de cúpula, no Rio de Janeiro e em Porto Alegre. Por discordar da indicação do vice-governador e da operação feita, os dissidentes comunicaram o lançamento da candidatura do ex-senador Carlos Gomes de Oliveira.⁹³¹ Jaime de Arruda Ramos aproveitou o ensejo e assinou artigo intitulado “Santa Catarina para os catarinenses”, no qual criticava a invasão estrangeira na política local.⁹³²

A querela partidária crescera. Os dissidentes criaram o Movimento de Recuperação Trabalhista. O periódico udenista veiculou nota afirmando que Doutel pedira intervenção de Jango de modo a conter a “penetração das candidaturas Irineu e Carlos Gomes em redutos tradicionalmente pessedistas e petebistas”.⁹³³ Na última semana de campanha, os dissidentes publicaram a notícia: “Querem entregar o PTB catarinense aos arrivistas”. O Movimento de Recuperação Trabalhista lançava o boato de que, depois de Doutel, os dirigentes da seção catarinense estariam planejando “importar” o governador Leonel

⁹²⁹ “A recomendação do governador gaúcho aos catarinenses para que elejam o senhor Doutel de Andrade vice-governador de Santa Catarina é tanto quanto extravagante e despropositada. Um elemento sem ligação nenhuma com o nosso estado, a recomendar elemento sem nenhuma ligação conosco. Dois de fora.” Fonte: RAMOS, Jaime de Arruda. Porém... *A Gazeta*. Florianópolis, 12 jul. 1960.

⁹³⁰ Avoluma-se a dissidência petebista. *A Gazeta*. Florianópolis, 12 jul. 1960.

⁹³¹ Manifesto dos petebistas. *A Gazeta*. Florianópolis, 03 ago. 1960.

⁹³² RAMOS, Jaime de Arruda. Santa Catarina para os catarinenses. *A Gazeta*. Florianópolis, 05 ago. 1960.

⁹³³ Jango chamado às pressas para salvar PTB-PSD. *A Gazeta*. Florianópolis, 23 set. 1960.

Brizola em uma chapa para o Senado com Aderbal Ramos da Silva. Seria uma manobra decorrente do desgaste do governador gaúcho em seu estado e que pisotearia “as tradições do trabalhismo catarinense”.⁹³⁴ O PTB via-se mais uma vez cindido. Só que dessa vez a cisão tomara uma dimensão que não seria possível controlá-la internamente.

A resposta da ala ligada a Doutel de Andrade veio através do jornal *O Estado*.⁹³⁵ Em artigo, Pedro Torres, pseudônimo de Pedro Diettrich Júnior⁹³⁶, criticava Carlos Gomes por se candidatar pela UDN. Interpretava a postura como uma traição aos seus correligionários e ao nome maior do partido, Getúlio Vargas.⁹³⁷ Apesar de contar com alguns nomes importantes do PTB, a dissidência não ganhou força. O diretório trabalhista de Chapecó, no oeste de Santa Catarina, publicou nota de repúdio à medida de Carlos Gomes de Oliveira, acusando-o de traição ao legado de Vargas.⁹³⁸ A ala majoritária da seção estadual tentou enquadrar os dissidentes. Em São Joaquim, foram impedidos de entrar na sede municipal. Em alguns municípios, ouviam críticas à coligação com a UDN. *O Estado* também fez uso do boato para fragilizar a candidatura adversária. Noticiou que as principais lideranças da dissidência trabalhista acenavam para o abandono da candidatura de Carlos Gomes.⁹³⁹ Na mesma edição, o jornal exaltava o engajamento de Acácio Garibaldi S. Thiago na candidatura de Celso Ramos e Doutel de Andrade. O prócer trabalhista, que havia perdido a disputa interna para Doutel, em 1959, foi eleito “Presidente da Comissão Interpartidária – PSD-PTB-PRP” para dirigir o pleito em Florianópolis e municípios circunvizinhos.⁹⁴⁰ Do alto, as ações de isolamento dos dissidentes pela cúpula trabalhista pareciam surtir efeito.

⁹³⁴ Querem entregar o PTB catarinense aos arrivistas. *A Gazeta*. Florianópolis, 25 set. 1960.

⁹³⁵ No acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, só havia disponíveis os jornais *O Estado* e *A Gazeta* do ano de 1960. Para o ano de 1961, o acervo tem, além dos dois periódicos, também os exemplares do *Diário da Tarde*.

⁹³⁶ De acordo com Silveira Lenzi, Pedro Diettrich Júnior era “fiel amigo e articulador político” de Doutel de Andrade. Ver: LENZI, Silveira. Op. Cit. p. 176.

⁹³⁷ TORRES, Pedro. O candidato do expurgo. *O Estado*. 04 ago. 1960.

⁹³⁸ “... repudiamos sua aceitação candidatura ao cargo de vice-governador do altivo estado de Santa Catarina pela União Democrática Nacional, partido penitente pelo supremo sacrifício do maior estadista sul-americano, o sempre lembrado Getúlio Vargas.” Fonte: Diretório do PTB de Chapecó repudia Carlos Gomes. *O Estado*. 10 ago. 1960.

⁹³⁹ “Afirmam elementos ligados à dissidência que esta acabará antes das eleições, e nela permanecerão apenas os srs. Saulo Ramos e Carlos Gomes de Oliveira, assim mesmo o primeiro já teria manifestado desejo de regressar a Brasília, deixando o segundo entregue à própria sorte. Até mesmo os deputados Braz Alves e Paulino Búrigo já ameaçam de abandonar a dissidência trabalhista.” Dissidentes do PTB desolados. *O Estado*. 12 ago. 1960.

⁹⁴⁰ Acácio S. Thiago chefia campanha do PTB. *O Estado*. 13 ago. 1960.

O PRP aderiu à campanha do líder trabalhista. Inicialmente, o partido havia deliberado em convenção o apoio a Celso Ramos e a indicação de candidatura própria a vice-governador, com Jade Magalhães. Silveira Lenzi elogiou a desistência em favor de Doutel, “verdadeiro representante das forças operárias e laboriosas de Santa Catarina, elo galvanizador de velhas e sentidas aspirações”. Aproveitou para ressaltar que a adesão fora “simples, pura e cristalina, sem celeumas ou maquinações de cúpulas”. Segundo ele, a coligação oposicionista marchava para o pleito “sem promessas de cheques, de vultuosas quantias, ou de pagamentos à busca de cofre, denominador comum usado entre certos chefões e politicóides”.⁹⁴¹

Em resposta, a UDN noticiou o apoio de dissidentes do PRP, liderados por Carlos Bessa, à candidatura de Irineu Bornhausen.⁹⁴² Como contraponto, os pessedistas publicaram telegramas enviados ao presidente regional do PRP, Cel. Maurício Spalding de Souza, protocolando apoio à chapa Celso-Doutel.⁹⁴³ Os partidos usavam estratégias conhecidas de pleitos anteriores. Intrigas, coscuvilhices com o fito de tentar rachar os partidos, foram usadas indistintamente no pleito de 1960.

O PSP também deliberou candidato próprio para a vice-governança, o deputado estadual Volney Colaço de Oliveira. A ideia do partido era apoiar, no plano nacional, Adhemar de Barros e, no estado, uma chapa com Irineu Bornhausen e Volney.⁹⁴⁴ No entanto, a Justiça Eleitoral acatou o pedido de impugnação da candidatura pessepista feito pelo PSD.⁹⁴⁵ No alfobre das disputas políticas, o jornal pessedista anunciou em primeira página que nem Volney nem Irineu seriam candidatos.⁹⁴⁶ A resposta udenista viria no dia seguinte. Jaime de Arruda Ramos criticou o procedimento, deixando claro que a impugnação dizia respeito apenas ao candidato do PSP. Ressaltava ainda que a manobra pessedista apenas servira para enfraquecer a candidatura de Doutel de Andrade. Isso porque Volney teria maior apelo junto aos eleitores de Irineu Bornhausen e, conseqüentemente,

⁹⁴¹ LENZI, Silveira. Doutel soma. *O Estado*. 14 ago. 1960.

⁹⁴² Membros do PRP manifestam apoio a Irineu. *A Gazeta*. 09 set. 1960.

⁹⁴³ Doutel será vice. *O Estado*. 24 set. 1960.

⁹⁴⁴ Convocação do PSP: apoio a Irineu e a Volney como vice-governador. *A Gazeta*. 03 set. 1960.

⁹⁴⁵ Partido social progressista. *A Gazeta*. 15 set. 1960; Impugnada a candidatura de Volney Colaço de Oliveira. *A Gazeta*. 16 set. 1960.

⁹⁴⁶ Irineu e Volney não são mais candidatos. *O Estado*. 14 set. 1960.

tiraria votos de Carlos Gomes de Oliveira. A impugnação teria sido um “tiro no pé” da chapa Celso-Doutel.⁹⁴⁷

No jogo de barganhas entre as siglas, o PDC de Florianópolis externou suas condições de apoio aos pleiteantes ao executivo estadual. Apoiaria o candidato que oferecesse os seguintes cargos: a pasta de Educação e Cultura do governo do estado para Martinho Callado Júnior; a direção do Departamento de Estatística, cujo nome seria indicado pelo diretório municipal.⁹⁴⁸ Na convenção estadual, o partido deliberou sobre o apoio a Celso Ramos para o governo e Martinho Callado Júnior para vice, compondo com Jânio Quadros e Fernando Ferrari, para presidente e vice, respectivamente.⁹⁴⁹ O posicionamento do partido, sobretudo diante das evidências de terem sido baseadas no “toma lá, dá cá” eleitoral, gerou moção de repúdio de alguns correligionários. Os signatários, encabeçados pelo Monsenhor Paschoal Librelotto, militante ativo do partido nas vitórias udenistas nos pleitos estaduais anteriores, expressaram o apoio a Jânio Quadros, Fernando Ferrari e Irineu Bornhausen. Sem citar o nome do correligionário candidato a vice-governador, rejeitaram “todas as vantagens de ordem pessoal que nos foram oferecidas em troca do nosso apoio ao candidato lotista”. Enfatizava: “não somos legenda de aluguel”.⁹⁵⁰

No meio do fogo cruzado das negociações políticas, o jornal *A Gazeta* passava por uma situação insólita. Nos primeiros anos após o Estado Novo, seguindo a orientação de seu fundador, o jornalista Jairo Callado, *A Gazeta* servira de canal de divulgação das obras do governo pessedista – Jairo chegou a ser vereador pelo PSD, entre 1947 e 1950. Após a vitória de Irineu Bornhausen, nas eleições de 1950, e com o retorno de Martinho Callado Júnior às oficinas do jornal, o periódico guinou em direção à UDN. Martinho era o irmão mais velho de Jairo e conhecido membro do PDC de Florianópolis. Durante as gestões de Irineu e Jorge Lacerda, *A Gazeta* manteve-se como porta-voz do situacionismo, recebendo, evidentemente, verbas publicitárias. Contudo, naquele pleito, o jornal vivia uma encruzilhada. Jairo Callado falecera dia 14 de junho de 1960.⁹⁵¹ Sem seu diretor-

⁹⁴⁷ RAMOS, Jaime de Arruda. Burrada incrível. *A Gazeta*. 15 set. 1960.

⁹⁴⁸ Partido Democrata Cristão: Diretório Municipal de Florianópolis. *O Estado*. 29 jul. 1960.

⁹⁴⁹ Com Celso para a vitória. *O Estado*. 09 ago. 1960; Partido Democrata Cristão. A verdade sobre o PDC. *A Gazeta*. 23 ago. 1960.

⁹⁵⁰ A verdade é esta. *A Gazeta*. 07 set. 1960.

⁹⁵¹ Morreu Jairo Callado: luto e dor em todas as classes sociais. *A Gazeta*. 21 jun. 1960.

proprietário e com o PDC de Martinho Callado Júnior optando pelo apoio a Celso Ramos, *A Gazeta* oscilou entre reportagens elogiosas ao candidato pedecista e o apoio a Irineu Bornhausen. Isto é, publicava notícias favoráveis ao candidato da composição PSD-PDC concomitantemente a artigos e reportagens vinculados à UDN.

A campanha encaminhava-se para a reta final quando a ala majoritária do PTB decidiu solapar a cacofonia trabalhista. Em setembro, o partido publicou uma nota comunicando a expulsão de Carlos Gomes de Oliveira. Informava também que procedimento semelhante estaria sendo tomado com relação ao senador Saulo Ramos e aos demais dissidentes. Por fim, reforçava o apoio dos trabalhistas a Lott, Jango, Celso e Doutel, desautorizando o vínculo da legenda a outros nomes.⁹⁵²

A medida era impactante. Principalmente porque excluía de suas fileiras dois nomes de peso: um senador e um ex-senador pelo partido. As negociações políticas por apoio e os rachas nos partidos indicavam que o pleito de 1960 seria decidido em detalhes ao longo da corrida eleitoral. A decisão de lançar uma candidatura paralela, contestando as determinações da seção regional e ignorando as articulações nacionais, não passaria incólume. Para garantir a eleição de Jango, o PTB precisava do apoio do PSD catarinense. Isso seria possível com a atuação dos trabalhistas no sentido de eleger Celso Ramos governador. Com a expulsão de Carlos Gomes, o PTB marcou posição e consolidou a guinada na sigla, que passou definitivamente para o controle de Doutel de Andrade.

Em Criciúma, talvez a cidade em que o PTB tinha maior força em Santa Catarina o racha entre velhas e novas lideranças também culminou com a saída dos dissidentes. De acordo com Lemos, os “novos” foram tomando espaços nos sindicatos de mineiros e nos bairros operários, aproximando-se dos comunistas. As ditas “lideranças históricas”, que ocupavam cargos eletivos na cidade, perdiam respaldo na medida em que crescia a atuação dos “novos” e aumentava a influência de Doutel de Andrade na sigla. Ressentiram-se com os rumos tomados pelo partido e romperam. De acordo com Lemos, os dissidentes de Criciúma apoiaram Irineu, Carlos Gomes e Jânio. Não havia mais volta. Alguns foram expulsos do PTB, caso do deputado estadual Paulino Búrigo. Outros pediram desfiliação, como foi o caso de três dos quatro vereadores do partido, Ariovaldo Machado, Pedro Andrade e Dorizo Rocha. Os trabalhistas rearranjavam-se na esteira do crescimento do

⁹⁵²Partido Trabalhista Brasileiro: seção de Santa Catarina. Resolução. *O Estado*. 17 set. 1960.

movimento sindical na “Cidade do Carvão”, em franco diálogo com os vermelhos. Na nova diretoria do PTB, três membros eram do sindicato dos mineiros.⁹⁵³

No periódico pessedista, eram recorrentes as reportagens sobre a campanha de Celso e Doutel, juntos. Os nomes de Jango e principalmente Lott eram menos frequentes. Aroldo Carvalho comparou as candidaturas dos dois principais partidos em 1955 e em 1960. Segundo ele, em 1955, o PSD carregara uma vedete, JK, e a UDN um elefante, Juarez Távora. Naquela eleição, a situação se invertera. A UDN carregaria uma vedete, Jânio Quadros, e o PSD um elefante, Lott.⁹⁵⁴

Era trabalhoso para o PSD levar a cabo a candidatura do ministro da Guerra. Era visto por muitos como o fiador do regime democrático. Sua candidatura surgiu quase que por aclamação dos grupos nacionalistas. Contudo, tinha perfil pouco ou nada político. Militar disciplinado, Lott tinha hora para dormir e até para tomar água, o que dificultava as tradicionais reuniões noturnas de avaliação de campanha. No decorrer da disputa, a imagem de candidato que não fazia barganha e não cedia ao jogo de interesses políticos afastaria “coronéis” pessedistas e trabalhistas “pelegos”.⁹⁵⁵ Em entrevista a Paulo César Farah e Ignez Cordeiro de Farias, em 1978, Lott sintetizou sua postura naquele pleito:

P.F. – Agora o senhor procurou de qualquer maneira estabelecer acordos com os candidatos a governo estadual ou não?

H.L. – Não.

P.F. – O senhor não fez acordos políticos na sua campanha de forma que pudesse criar uma base que lhe permitisse uma votação maior?

H.L. – Não, naturalmente os governos estaduais que eram ligados aos partidos que me apoiavam, o PSD e o PTB, naturalmente eles deveriam ter me apoiado. [...]

P.F. – E o senhor não procurou também fazer acordo com outros partidos?

H.L. – Não, nunca procurei estabelecer ligações, justamente porque – como eu estou lhe mostrando – só aceitava a presidência da República caso eu fosse eleito de uma maneira limpa. Não queria deixar dúvida de que o povo me queria. [...] Fui candidato à Presidência da República e procurei, na medida das minhas possibilidades e dentro da minha orientação moral e cívica, agir para consegui-la.⁹⁵⁶

⁹⁵³ Para mais informações sobre o movimento sindical em Criciúma e as greves organizadas pelos mineiros, ver:

⁹⁵⁴ CARVALHO, Aroldo. Política em preto e branco. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 09 jul. 1959.

⁹⁵⁵ WILLIAM, Wagner. Op. Cit.

⁹⁵⁶ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. *Henrique Teixeira Lott (depoimento, 1978)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2002. p. 107.

Por mais que o depoimento tenha um cunho retrospectivo, cuja construção narrativa busque muitas vezes a exaltação do depoente, algumas atitudes tomadas pelo presidenciável indicam grande chance de veracidade da assertiva. Lott falava o que pensava, mas, para um candidato em campanha contra um adversário tido como demagogo, faltava-lhe habilidade política e carisma eleitoral. O comício em Florianópolis foi um exemplo disso.

Ao chegar à capital de Santa Catarina, Lott foi recebido por Doutel de Andrade, Celso Ramos e alguns líderes políticos locais. Pediram ao candidato que, em sua fala, não tocasse na questão da nacionalização do ensino, visto que o estado teria cerca de 80% do ensino privatizado, a maior parte religioso. À noite, Lott fazia sua fala sem mencionar o assunto. Tivera um grande *insight* ao relacionar a entrada de capital estrangeiro aos imigrantes. Em um estado formado em grande parte por descendentes de europeus, a comparação fora pertinentíssima: o capital estrangeiro seria bem-vindo desde que viesse para ajudar no desenvolvimento do país, tal qual a mão-de-obra dos imigrantes. De acordo com Carlos Chagas, que acompanhava o comício, os políticos locais respiravam aliviados quando veio a catástrofe. Lott puxou Celso Ramos e disse:

Nosso correligionário aqui presente pediu-me, ao desembarcar, que omitisse o que penso sobre a questão do ensino. Mas sou um homem autêntico, um candidato que não teme a impopularidade, se julga estar de acordo com a sua consciência. Se for eleito, não tenham dúvidas: estatizarei todas as escolas e todos os colégios, porque meu governo não será de privilégios...⁹⁵⁷

Legalista, o candidato explicou sua proposição com a Constituição: ao Estado caberia oferecer instrução primária gratuita e obrigatória. A questão era simples, bastaria seguir o que estava escrito. O pouco tato político gerou constrangimentos locais. A imprensa udenista aproveitou o inoportuno comentário para reverberar a resposta de Irineu Bornhausen: “Defenderei intransigentemente a escola particular, que tantos e tão vultuosos serviços tem prestado ao país, como parte integrante do sistema educacional brasileiro, repelindo, com decisão, toda e qualquer tendência a fazer do ensino monopólio do Estado”.⁹⁵⁸

⁹⁵⁷ CHAGAS, Carlos. O Brasil sem retoque. Vol. II. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 811. Apud: WILLIAM, Wagner. Op. Cit. p. 326.

⁹⁵⁸ *A Gazeta*. Florianópolis, 04 ago. 1960.

A fala foi particularmente infeliz, tendo em vista que o PSD esmerava-se para retomar o controle do executivo estadual perdido há dez anos. Embora defendesse posições consideradas “progressistas”, como restrições às remessas de lucros e o voto dos analfabetos, Lott criticava Fidel, a quem classificava como ditador.⁹⁵⁹ Apesar do apoio do PCB, alguns comunistas ressentiam-se com suas falas. Por outro lado, algumas de suas posições públicas, como no comício em Florianópolis, eram exploradas por seus opositores e afugentavam pessedista, que se sentiam mais seguros com as propostas de Jânio Quadros.

Ao contrário do candidato do PSD, Jânio era habilidoso com as palavras e flexível em seus discursos. Falava para o público específico de cada local. De acordo com William:

Nas regiões operárias, enaltecia as conquistas sociais, a participação nos lucros e chegava, para arrepios da UDN, a citar Vargas; nos grandes centros, buscava o voto jovem, com a cartilha contra o imperialismo americano e elogios a Fidel Castro, a quem, durante visita que fizera a Cuba, classificara como ‘melhor amigo do continente’. Para os empresários, garantia o reconhecimento do lucro e prometia coibir os excessos sindicais.⁹⁶⁰

Em Joinville, no norte de Santa Catarina, o candidato udenista demonstrou que a imprevisibilidade fazia parte de sua estratégia política. A UDN local esperava o presidenciável com expectativa. Considerava que o comício alavancaria as vitórias de Irineu Bornhausen e seu filho, Paulo Konder Bornhausen, que concorria à prefeitura do município. Antes do evento, o candidato a prefeito ofereceu uma recepção para cerca de 200 pessoas, “entre políticos, empresários e lideranças de todo o estado”, com “iguarias” encomendadas em Curitiba. Preocupado com o atraso, Paulo K. Bornhausen avisou Jânio que precisavam se dirigir ao local do evento, onde “mais de dez mil pessoas” o esperavam. Jânio respondeu: “Paulo, meu filho, vá com o Dr. Milton e o Irineu na frente e, quando o Dr. Milton tiver iniciado o seu discurso, me telefone que eu irei daqui.” O jovem candidato, preocupado, não esperava tal resposta. Quando Milton Campos iniciou sua fala, Paulo Bornhausen telefonou para sua residência. Em cinco minutos, Jânio chegava ao comício, ovacionado pela multidão. O candidato a vice-presidente não conseguiu terminar sua fala. Ao usar a palavra, Jânio fez um “memorável discurso”. Na memória do candidato a

⁹⁵⁹ WILLIAM, Wagner. Op. Cit. p. 297.

⁹⁶⁰ Ibid. p. 308.

prefeito, Jânio conversara com alguns udenistas sobre problemas do município e região. Durante o comício, “os abordou como se deles tivesse o mais profundo conhecimento”. Não citou, contudo, seu companheiro de chapa e nem mencionou seu apoio a Irineu e a Paulo. No dia seguinte, escreveu um de seus famosos bilhetinhos, apoiando Paulo Bornhausen para a prefeitura. Deixou com o candidato e disse-lhe para publicar no jornal. O filho de Irineu, entretanto, preferiu guardá-lo.⁹⁶¹

Os problemas internos da chapa PSD-PTB avolumaram-se com a criação dos comitês Jan-Jan, uma “chapa paralela suprapartidária” que apoiava Jânio Quadros e João Goulart.⁹⁶² Jânio não via problemas na formação. O Grupo Compacto do PTB pressionou para que Jango não os reconhecesse, de modo a não prejudicar a candidatura de Lott. O candidato trabalhista, no entanto, não se opôs à proposta, que lhe poderia ser útil para garantir a vitória eleitoral, sobretudo em São Paulo. Nos dois jornais de Florianópolis disponíveis, não foi encontrada menção à chapa Jan-Jan. Waldemar Luz, jornalista que cobriu o pleito trabalhando para a UDN, cita, em seu diário, brevemente, o movimento em Joinville. Ao descrever o comício de Jango na cidade, o jornalista menciona que o candidato a vice-presidente “não desautorizou, como se esperava, a criação, neste município, do Comitê Jan-Jan, sob a orientação da Senhora Inge Colin, dissidente trabalhista.”⁹⁶³ A ideia de que uma aliança PSD-PTB com Lott e Jango seria imbatível desmanchava-se com o passar da campanha.

Em Santa Catarina, a retórica de campanha udenista oscilou entre o bairrismo e o anticomunismo. Lott era alvo de críticas por aceitar o apoio do PCB.⁹⁶⁴ No episódio sobre a nacionalização do ensino, a UDN o acusou de defender a proposta por exigência dos

⁹⁶¹ Paulo Konder Bornhausen, em sua autobiografia, transcreve a íntegra do bilhete: “Meu caro Paulo. Abraços. A sua candidatura a prefeito de Joinville enche-me de esperanças e alegrias. A grande cidade merece-o e sei que, eleito, você fará por ela o possível e o impossível, de acordo, aliás, com a raça dos Bornhausen. Meus amigos, por certo, não o decepcionarão aí, conte, você, com meu apoio integral na Presidência, a bem dessa metrópole do trabalho catarinense. Do amigo, Jânio Quadros. Joinville, 12-9-60”. A descrição do comício pode ser encontrada em: BORNHAUSEN, Paulo Konder. Op. Cit. p. 263-268.

⁹⁶² É difícil precisar como se construiu o movimento. Benevides afirma o Jan-Jan nasceu da aliança da dissidência do PTB paulista com setores sindicais vinculados a Jânio. De acordo com Lucília Delgado, à sua frente estava Dante Pelacani, presidente da Federação Nacional dos Gráficos. Ver: BENEVIDES, Maria Victória. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 110; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)*. 2 ed. São Paulo: LTr, 2011. p.205.

⁹⁶³ Transcrição do diário do jornalista Waldemar Luz: LUZ, Waldemar. Uma campanha política agitada. Apud: BORNHAUSEN, Paulo Konder. Op. Cit. p. 298-307.

⁹⁶⁴ O marechal. A *Gazeta*. Florianópolis, 07 jul. 1960; Apoio de Luiz Carlos Prestes afugenta eleitores de Lott. A *Gazeta*. Florianópolis, 29 set. 1960.

comunistas.⁹⁶⁵ Doutel também teve seu nome ligado ao PCB em um boletim lançado anonimamente. O documento ajuda-nos a matizar alguns artifícios lançados na disputa pelo executivo estadual. Segundo o boletim, Doutel teria negociado o apoio dos trabalhistas ao PSD por uma quantia de 15 milhões de cruzeiros. O apócrifo afirmava também que o político, quando no Rio de Janeiro, “desencaminhou uma distinta moça e a abandonou com 3 filhos menores”. Seria um “homem de maus costumes e uma folha sujíssima”. Fora expulso do exército por agredir um oficial, em 1938. Atuara no Partido Comunista até 1935. Frequentara “rodas de pervertidos no Rio”, onde chegou a ser preso “vestido de mulher”. Por seus desvios morais, pelo passado comunista e por ser um péssimo chefe de família, o boletim afirmava que os católicos não votariam em Doutel.⁹⁶⁶

Novamente o discurso anticomunista e as acusações quanto às veleidades morais do adversário eram usados sob o argumento da defesa da família e da religião. Não custa lembrar que o outro boletim anônimo mencionado neste trabalho – feito contra Manoel de Menezes e distribuído no segundo semestre de 1957 – construía discurso parecido. Acusava Menezes de ter se casado apenas para aparentar ser um homem de família, de modo a facilitar suas extorsões, e de vestir-se de mulher, sendo apelidado pelos cariocas de “Mimi Pachorra”.⁹⁶⁷

Rubens de Arruda Ramos saiu em defesa de Doutel de Andrade. Afirmou que Doutel era um “jornalista dos mais credenciados”, “batalhador incansável por um melhor nível de vida dos trabalhadores”. Ao ler o boletim anônimo, Rubens A. Ramos pinçou duas acusações que demonstravam a falsidade do documento. A acusação de pertencer ao PCB até 1935, quando teria sido preso no porto de Santos junto ao “comunista Sisson”; e a de que fora expulso do exército por agredir um oficial, em setembro de 1938. O diretor de *O Estado* baseava sua análise na data de nascimento do político trabalhista, 17 de novembro de 1920. Doutel teria, portanto, catorze anos à época da Intentona Comunista de 1935 e dezessete anos em setembro de 1938. Não tendo idade suficiente nem para atividades partidárias nem para pertencer ao exército.⁹⁶⁸ Em uma eleição marcada pela infidelidade

⁹⁶⁵ RAMOS, Jaime de Arruda. Santa Catarina para os catarinenses. A *Gazeta*. Florianópolis, 03 ago. 1960.

⁹⁶⁶ Em seu livro, Paulo Konder Bornhausen reproduz a íntegra do documento. Fonte: BORNHAUSEN, Paulo Konder. Op. Cit. p. 283-285.

⁹⁶⁷ Para detalhes sobre o boletim anônimo e a agressão de Manoel de Menezes contra Osmar Cunha, ver capítulo 3.

⁹⁶⁸ RAMOS, Rubens de Arruda. Os burros. *O Estado*. Florianópolis, 23 set. 1960.

partidária no plano nacional, com o apoio de pessedistas a Jânio e a adesão de militantes trabalhistas à chapa Jan-Jan, o posicionamento de Rubens de Arruda Ramos, notório pessedista, deixou claro que o PSD catarinense fazia questão de carregar consigo o candidato trabalhista.⁹⁶⁹

Além do discurso sincrônico, em que o PTB apoiava Celso Ramos e o PSD Doutel de Andrade, a coligação recebeu o apoio dos principais órgãos de classe da capital. Em agosto, líderes sindicais de Florianópolis publicaram um documento de apoio às candidaturas de Lott, Jango, Celso e Doutel. Os signatários justificavam a posição por ser uma chapa “nacionalista” e pelas suas declarações favoráveis às demandas dos trabalhadores. Listava, ao final do documento, reivindicações com relação à política de salários, previdência social, direito de greve e economia nacional.⁹⁷⁰

A expressão “líderes sindicais” é vaga e não diz muito sobre a orientação política dos signatários. Dos 19 que assinaram o documento, dois eram conhecidos comunistas, Manoel Alves Ribeiro e Ednil Gomes Ferrão. O último aparecia como Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário do Estado de Santa Catarina. Ribeiro, conhecido como Mimo, além de vereador eleito em 1958, assinava como membro do Conselho Fiscal do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu. Contudo, faltavam informações sobre os demais. Como estratégia para elucidar as dúvidas, cruzei os nomes publicados no jornal com dois documentos da Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina (DOPS-SC) encontrados no Arquivo Público do Estado do Paraná.

⁹⁶⁹ Em seu diário, Waldemar Luz menciona que uma caminhonete do PSD, fazendo campanha para Doutel de Andrade, estacionara defronte a sua casa, no dia 13 de setembro de 1960. Transcrição do diário do jornalista Waldemar Luz: LUZ, Waldemar. Uma campanha política agitada. Apud: BORNHAUSEN, Paulo Konder. Op. Cit. p. 301.

⁹⁷⁰ Estavam representados os seguintes sindicatos e órgãos de classe: Ednil Gomes Ferrão, presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário do Estado de Santa Catarina; Oswaldo G. Fernandes, presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio Hoteleiro e Similares de Florianópolis; Aldo Ermelino Ribeiro, presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado de Santa Catarina; Jonas Ramos Martins, presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Florianópolis; Florismundo Garcia, presidente do Sindicato dos Operários e Carpinteiros Navais de Santa Catarina, Dibo Elias, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Panificação e Confeitaria de Florianópolis, São José e Biguaçu; Waldir Vargas, secretário do Sindicato dos Oficiais de Barbeiros, Cabelereiros e Similares de Florianópolis; Antonio Jacob Miranda, secretário do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Florianópolis, São José, Biguaçu e Palhoça. Fonte: Líderes sindicais pronunciam-se: Celso e Doutel. Lott e Jango para a presidência. *O Estado*. Florianópolis, 21 ago. 1960.

O primeiro deles foi produzido a partir de um pedido do Centro de Inteligência da Marinha (CENIMAR). Em 29 de dezembro de 1972, o órgão enviou à DOPS-SC uma lista de 236 pessoas e pediu para que fosse realizada uma investigação com fotografia e qualificação dos nominados. Este órgão, por sua vez, realizou o levantamento em duas fases simultâneas, por análise e eliminação. A DOPS-SC fez um levantamento qualificativo nos seguintes órgãos: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC), Instituto de Identificação do Estado (IIE), Arquivo da Divisão Central de Informações (DCI) e Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina (DOPS-SC), e na Polícia Interestadual (POLINTER). Paralelamente, analistas de informações iniciaram a análise dos lançamentos existentes atinentes a cada um dos casos: o pedido do CENIMAR com relação à qualificação de militantes do PCB e o pedido da ACT/SNI com qualificações generalizadas para completar os registros. O resultado foi um documento de 65 páginas com nome, filiação, local e data de nascimento, número do título de eleitor e zona eleitoral, profissão e, em caso de “elemento subversivo”, descrição de suas atividades antes e após o golpe militar.⁹⁷¹

Com relação ao segundo documento, há menos informações sobre as condições de produção da fonte. Na pasta da Divisão Central de Informações de Santa Catarina, há um conjunto variado de documentos, muitos deles são atestados de não envolvimento com organizações subversivas. Eram atestados pedidos em caso de ocupação de cargo público. Os órgãos catarinenses pediram muitas vezes à regional do Paraná informações sobre o pleiteante, de forma a garantir o seu não envolvimento com qualquer atividade que pudesse ser considerada nociva aos interesses da nação. Na prática, funcionava como uma forma de cerceamento ideológico.

Entre os muitos documentos, estava uma lista de nomes de pessoas que assinaram um manifesto pela legalização do PCB. Não há informação sobre a data desse manifesto, nem sobre a data de produção do documento pela DOPS-SC, apenas que a listagem foi produzida após a deflagração da ditadura civil-militar. Junto a essa lista há outra, mais extensa, com nomes de cidadãos florianopolitanos e atividades realizadas antes de 1964. Nessa listagem de nomes, encontram-se pessoas ligadas a diferentes partidos da cidade. Em

⁹⁷¹DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA. *Relatório enviado pela DOPS-SC ao CENIMAR com informações de elementos suspeitos de atividades subversivas*. Arquivo Público do Estado do Paraná. Divisão Central de Informações. Doc. 771, top. 88.

caso de envolvimento com o partido comunista, descrevia as atividades desenvolvidas e, caso houvesse informação, a célula a que estava vinculado. Ao que tudo indica, a preocupação dos militares era distinguir, a partir da reconstituição das principais atividades políticas, aqueles que poderiam ser considerados uma ameaça ao regime.⁹⁷²

Após tabular as informações e confrontá-las com os nomes dos líderes sindicais que declararam apoio à chapa PSD-PTB, foi possível constatar que 9 dos 19 eram fichados como comunistas.⁹⁷³ Embora a maior parte fosse ligada à construção civil, percebe-se que os comunistas tinham a presidência dos sindicatos dos empregados do comércio hoteleiro, dos condutores de veículos rodoviários e dos trabalhadores de panificação e confeitaria. Em suma, sua influência junto às classes trabalhadoras não poderia ser desprezada. A postura não surpreende. Na eleição para prefeito de 1959, Mário Bastos justificou o apoio dos militantes vermelhos a Osvaldo Machado, do PSD, porque o candidato da UDN, Fernando Viegas, representaria a candidatura “entreguista” de Jânio Quadros. Seria lógico, portanto,

⁹⁷² DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. *Lista de nomes que assinaram o abaixo-assinado para a volta do PCB à legalidade*. Arquivo Público do Estado do Paraná. Divisão Central de Informações – SC. nº 698/Top. 80.

⁹⁷³ Os nomes fichados como comunistas e seus respectivos cargos eram os seguintes: Ednil Gomes Ferrão: Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário do Estado de Santa Catarina; Vidalvino Francisco da Rosa: Secretário da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário do Estado de Santa Catarina; Osvaldo Germano Fernandes: Presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio Hoteleiro e Similares de Florianópolis; Jonas Ramos Martins: Presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Florianópolis; Dibo Elias: Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Panificação e Confeitaria de Florianópolis, São José e Biguaçu; Antonio Job de Miranda: Secretário do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu; Álvaro de Souza Dias: Tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu; Manoel Alves Ribeiro: Conselho Fiscal do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu; Fernando Pereira Cristino: jornalista, membro da Comissão Executiva Sindical. A relação completa dos militantes comunista fichados pode ser vista no Anexo 6. Os signatários que não constavam como comunistas na relação da DOPS-SC eram os seguintes: Rogério Silva: Tesoureiro da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário do Estado de Santa Catarina; Ascendino Oliveira: Tesoureiro do Sindicato dos Empregados do Comércio Hoteleiro e Similares de Florianópolis; Manoel Luiz da Silva: Conselho Fiscal do Sindicato dos Empregados do Comércio Hoteleiro e Similares de Florianópolis; Adelino Bonassis Campos: Conselho Fiscal do Sindicato dos Empregados do Comércio Hoteleiro e Similares de Florianópolis; Osmar Moraes: Conselho Fiscal do Sindicato dos Empregados do Comércio Hoteleiro e Similares de Florianópolis; Aldo Hermelino Ribeiro: Presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado de Santa Catarina; Antonio C. Vieira: Secretário do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Florianópolis; Florismundo Garcia: Presidente do Sindicato dos Operários Carpinteiros Navais de Santa Catarina; Teodoro Costa: Conselho Fiscal do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Panificação e Confeitaria de Florianópolis, São José e Biguaçu; Waldir Vargas: Secretário do Sindicato dos Oficiais de Barbeiros, Cabelereiros e Similares de Florianópolis.

que no pleito que decidiria o futuro presidente da República, os comunistas seguissem a mesma perspectiva política, apoiando a chapa considerada “nacionalista” de PSD e PTB.

Assim como em Criciúma e em outras cidades do país, também se constatou a aproximação entre trabalhistas e comunistas em Florianópolis. Diante da eleição que se avizinhava, o Departamento do Trabalhador Catarinense, “órgão de colaboração do PTB”, elegeu sua nova diretoria, cujo presidente era o operário João dos Passos Xavier, figura conhecida em eleições anteriores.⁹⁷⁴ Entre os membros estavam os comunistas Oswaldo Germano Fernandes, como 2º Vice-Presidente, e Jonas Ramos Martins, como 1º Secretário.⁹⁷⁵

Enquanto os udenistas miravam as críticas nos “políticos arrivistas” e no apoio dos comunistas, o PSD retomava o polêmico pleito do ano anterior e suas consequências. Nas páginas de *O Estado*, Rubens de Arruda Ramos criticou Irineu Bornhausen por trazer para sua campanha Manoel de Menezes, “o indecoroso”. Reproduziu parte do projeto de cassação enviado e aprovado na Assembleia para, em seguida, comentar:

Ao indecoroso – assim definido e julgado – o governador abriu as portas do Palácio. E o candidato da UDN ofereceu a sua amizade e as suas liberalidades. Entre a sociedade, o clero, a classe acadêmica, a família, a mulher catarinense e o indecoroso, os srs. Heriberto Hulse e Irineu Bornhausen já optaram, preferindo o último aos primeiros. Mesmo que essa opção valesse dúzia e meia de votos, pagar por eles o preço da própria dignidade é [página rasgada] de empobrecimento moral.⁹⁷⁶

Após o jornalista responder às acusações de ser toxicômano⁹⁷⁷ e de ter desviado dinheiro para construir sua casa⁹⁷⁸, a divergência política com Menezes virou desavença

⁹⁷⁴ João dos Passos Xavier integrou a campanha pessedista para a presidência da República, em 1945. Em 1947, migrou para a campanha udenista. Em 1957, acompanhou a posse de Ednil Gomes Ferrão na presidência do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu. Para mais informações, ver capítulos 1 e 3.

⁹⁷⁵ Eleição e posse dos membros dirigentes do departamento do trabalhador catarinense. *O Estado*. Florianópolis, 30 jul. 1960.

⁹⁷⁶ RAMOS, Rubens de Arruda. Heriberto e Irineu optaram! *O Estado*. Florianópolis, 06 ago. 1960.

⁹⁷⁷ De acordo com Rubens de Arruda Ramos, Menezes publicou o retrato do jornalista com um copo de uísque e fumando cigarro para acusá-lo de ser dependente de drogas. Arruda Ramos afirmou que a foto foi tirada em um jantar oferecida pela TAC aos jornalistas catarinenses e criticou a calúnia: “A crapulice, partida de onde partiu, não espanta, que ela é necessidade orgânica dos profissionais da calúnia, da difamação e da injúria, expulsos, por indecorosos, da Assembleia Legislativa e Câmara Municipal, por unanimidade de votos. O retorno dos canalhas à atividade de escroques e chantagistas, a sociedade florianopolitana deve ao azinhavrado dinheiro e aos interesses políticos do senador Irineu Bornhausen”. Fonte: Desfazendo uma calúnia. *O Estado*. Florianópolis, 11 ago. 1960.

pessoal. Para aumentar a polêmica, *O Estado* publicou uma carta do advogado de Menezes, o pessedista Zany Gonzaga, autor do pedido *habeas corpus*, afirmando que o jornalista propusera “alugar” sua rádio para a campanha de Celso Ramos ao governo do estado. Zany levou a proposta e o preço à direção do partido e disse ter ouvido “um peremptório NÃO”. A carta terminava contando que, ao ouvir a *Rádio Jornal A Verdade* encampar a candidatura da União Democrática Nacional, pediu a Menezes que “evitasse retaliações pessoais e promovesse uma campanha elevada”.⁹⁷⁹

Em um contexto de pulverização de candidaturas, dissidências internas e intrigas, nenhum dos partidos optou por fazer “uma campanha elevada”. Assim como em eleições anteriores, os candidatos acusaram seus adversários de compra de votos, corrupção e uso da máquina pública.⁹⁸⁰ Aproveitando a proximidade do pleito, dois deputados udenistas apresentaram projeto de lei para abertura de crédito para a construção de um monumento em homenagem a Hercílio Tambosi, assassinado em um comício pessedista em 1945. Quinze anos depois, a morte do vice-presidente da UDN do município de Rodeio ainda era instrumento de disputa eleitoral.⁹⁸¹

No plano nacional, a bandeira nacionalista, que deveria aglutinar forças em torno da candidatura de Lott, não foi capaz de segurar a debandada de militantes para a chapa Jan-Jan. Em Santa Catarina, a mencionada chapa, criada por dissidentes trabalhistas de Joinville, reduto eleitoral de Carlos Gomes de Oliveira, não parece ter ganhado amplitude. Falta dimensionar os efeitos das negociações partidárias em termos eleitorais. Jango, diante da inusitada conjuntura política, fez boa parte de sua campanha sem o presidenciável

⁹⁷⁸ RAMOS, Rubens de Arruda. Explicação pessoal. *O Estado*. Florianópolis, 23 set. 1960.

⁹⁷⁹ GONZAGA, Zany. Carta esclarecedora. *O Estado*. Florianópolis, 11 ago. 1960.

⁹⁸⁰ A UDN acusou o PSD de usar as instituições federais para oferecer favores políticos em troca de votos. Dizia a reportagem que o poder estadual, nas mãos da UDN, não recorria a esse expediente. Fonte: Dois comportamentos. *A Gazeta*. Florianópolis, 31 ago. 1960. Por sua vez, o PSD acusou a UDN de exigir de um trabalhador de Joaçaba, para passar um trator em sua terra, o voto em Irineu. Fonte: Assim é a UDN. *O Estado*. Florianópolis, 03 ago. 1960. A UDN também acusou o PSD de usar a estrutura do SESI para sua campanha. Fonte: O SESI se desvirtua em Santa Catarina. *A Gazeta*. Florianópolis, 14 set. 1960. Em outra denúncia, denunciou o PTB por usar funcionários públicos para trabalhar no comitê do partido. Fonte: RAMOS, Jaime de Arruda. Alerta, operário catarinense! *A Gazeta*. Florianópolis, 18 set. 1960.

⁹⁸¹ Para mais informações sobre o assassinato de Hercílio Tambosi, ver o Capítulo 1. Fonte: Monumento em Rodeio a Hercílio Tombosi. *A Gazeta*. Florianópolis, 05 ago. 1960.

pessedista, inclusive em Santa Catarina.⁹⁸² O resultado foi também inusitado. Pela primeira vez era eleito o presidente de uma chapa e o vice de outra.

4.7 – Nem “cristianização” nem abandono: os resultados de 1960 em Santa Catarina

A vitória de Jânio Quadros foi arrebatadora. Com 48,3% dos votos nominais, o político paulista consolidou sua ascensão meteórica. Em treze anos, foi de vereador a presidente da República. Lott ficou em segundo, com 32,9%, e Adhemar de Barros em terceiro, com 18,8%. Jango teve vitória apertada para a vice-presidência. Obteve 41,6% dos votos, contra 38,8% de Milton Campos e 19,6% de Fernando Ferrari.

Em Santa Catarina, Jânio foi o mais votado para presidente e Jango venceu a disputa para vice. Para o governo do estado, Celso Ramos sagrou-se vencedor, desbancando dez anos de poder udenista. Doutel de Andrade foi eleito vice-governador, sacramentando sua liderança e galgando o PTB ao executivo estadual.

A leitura da bibliografia sobre eleições em Santa Catarina dá a impressão de que o estado refletiu em boa parte os fenômenos nacionais. A derrota de Lott e a vitória de Jango poderiam ser explicadas pela falta de habilidade política do primeiro e pelo carisma do segundo, os quais fortaleceram as adesões à chapa Jan-Jan e uma nova “cristianização” do candidato pessedista. No caso do executivo estadual, a vitória do candidato pessedista foi explicada pelo caráter “moderno” de sua campanha, com alianças e um plano político e de governo, previamente delineados na “Carta de Blumenau” e no “Seminário Sócio-Econômico”.⁹⁸³ Nessa perspectiva, a UDN perdeu a eleição por adotar uma campanha “triumfalista”, certa de que o resultado de 1958 iria se repetir. Quanto à atuação do PTB, os resultados comprovariam que ele seria realmente o “fiel da balança”.⁹⁸⁴ Entretanto, as

⁹⁸² Jango esteve em Santa Catarina, sem Lott, em 21 de setembro de 1960. O candidato visitou as cidades de Joinville, Florianópolis, Brusque, Itajaí e Criciúma. Fonte: Jango avoluma a vitória de Celso e Doutel. *O Estado*. Florianópolis, 22 ago. 1960.

⁹⁸³ De acordo com Silveira Lenzi, a “Carta de Blumenau” foi a “agilização no plano político” do candidato pessedista, enquanto o “Seminário Sócio-Econômico” foi “a complementação do plano técnico. Ver: LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983. p. 278.

⁹⁸⁴ Essas perspectivas aparecem nos trabalhos de Silveira Lenzi e Sônia Laus. Ver: LENZI, Carlos Alberto Silveira. Op. Cit.; LAUS, Sônia Pereira. *A UDN em Santa Catarina (1945-1960)*. Florianópolis, 1985. 336 f. Dissertação (mestrado em História) -, Centro de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Santa Catarina.

assertivas ignoram alguns aspectos que aparecem quando comparamos os números de Santa Catarina com os de outros estados brasileiros.

Primeiramente, é necessário tecer algumas considerações com relação à documentação das eleições de 1960. As fontes disponíveis oferecem os números dos candidatos por município, mas não por seção eleitoral. Há também a votação dos candidatos por Zona Eleitoral⁹⁸⁵, mas só para a disputa nacional, não para governador e vice. Por fim, há a votação por Zonas Regionais, uma divisão feita pelo TRE-SC a partir da eleição de 1958. Nessa distribuição, Santa Catarina foi dividida em nove áreas, a saber: Zona do Litoral de São Francisco do Sul, Zona da Bacia do Itajaí, Zona de Florianópolis, Zona de Laguna, Zona do Alto Rio Negro, Zona de Canoinhas, Zona do Rio do Peixe, Zona do Oeste, Zona dos Campos de Lages.⁹⁸⁶ Com base nas análises dos dados eleitorais e nas movimentações de campanha, é possível perceber os contornos que revestiram a vitória dos eleitos.

A diferença de Jânio Quadros sobre Henrique Lott no Brasil, 1.789.798 votos (15,3%), contrasta com uma pequena margem em Santa Catarina.⁹⁸⁷ Entre os catarinenses, Jânio fez 46,2% (226.370) dos votos nominais, contra 45,3% (221.813) de Lott, uma diferença de 4.557 votos, menos de 1%. Adhemar de Barros fez apenas 8,5% (41.706). Na eleição para a vice-presidência, os números de Jango se destacam. Dos oito maiores estados do país em número de votantes, Santa Catarina foi o que deu o maior percentual para o candidato trabalhista, 50,2% (235.547 votos). Milton Campos fez 37,2% (174.509 votos) e Fernando Ferrari 12,6% (58.873).⁹⁸⁸ Nem no Rio Grande do Sul, seu reduto eleitoral, Jango

⁹⁸⁵ As zonas eleitorais muitas vezes englobavam mais de um município. Florianópolis era a única cidade que tinha duas zonas eleitorais, a 12ª e a 13ª.

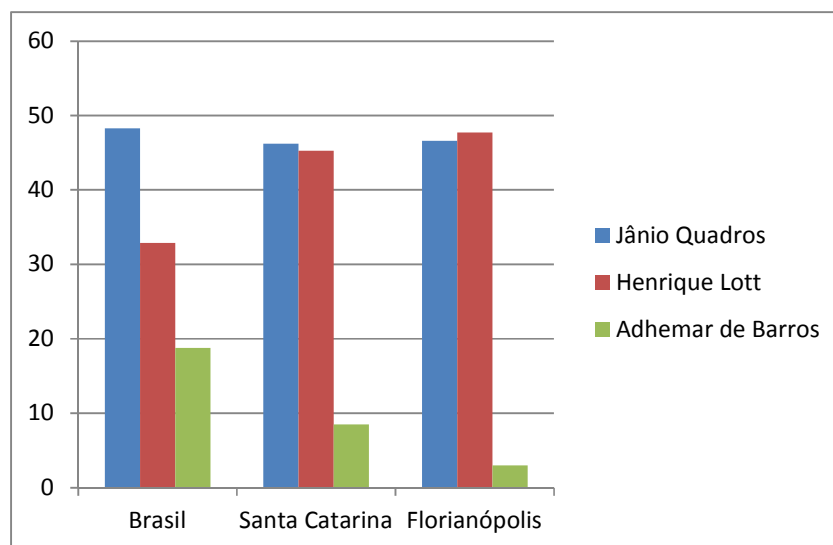
⁹⁸⁶ Para visualizar a localização das zonas regionais no mapa de Santa Catarina e seus respectivos municípios, ver Anexo 9.

⁹⁸⁷ Os percentuais apresentados serão sempre referentes aos votos nominais, ou seja, excluindo os votos brancos e nulos.

⁹⁸⁸ Em votos nominais, os maiores estados brasileiros eram os seguintes: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Guanabara, Paraná, Rio de Janeiro, Bahia e Santa Catarina. Os números dos demais estados foram encontrados tabulados no seguinte sítio: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o_presidencial_no_Brasil_em_1960>. De modo a assegurar a confiabilidade dos dados, comparei os números apresentados pelo sítio com os resultados finais no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Como estão corretos, tomo como verdadeiro os números dos outros estados. Os números do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina podem ser vistos nas seguintes fontes: FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: EducS; Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 438; TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Exemplar Estatístico*. TRE-SC, 1960. Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Doc. 80.

auferiu tal votação. Ao contrário, fez 40,3% dos votos e foi superado pelo dissidente trabalhista Fernando Ferrari, vitorioso no estado com 47,5%. Na Guanabara, ex-capital da República, a chapa Lott-Jango obteve cerca de 30% dos votos (30,1% para Lott, 31,9% para Jango), enquanto Jânio Quadros e Milton Campos passaram da casa dos 40%.⁹⁸⁹

Gráfico 12:
Votação comparativa para Presidente em 1960



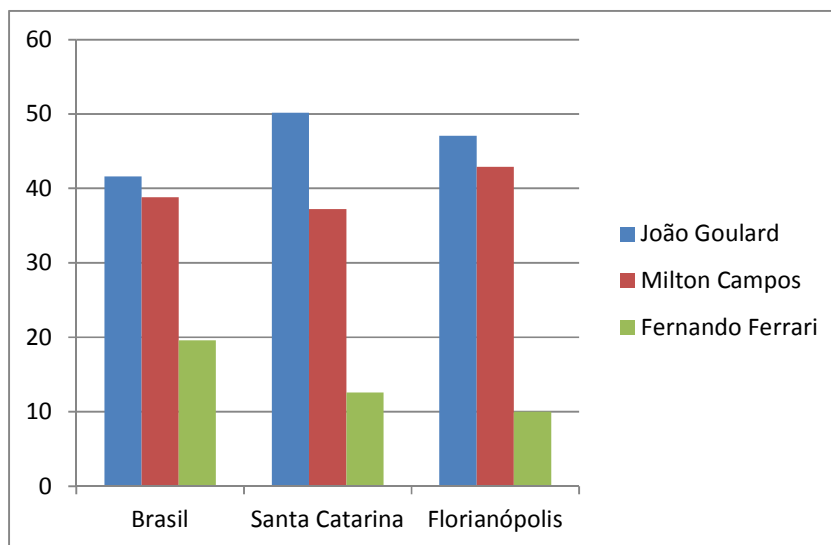
Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Exemplar Estatístico*. TRE-SC, 1960. Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Doc. 80; TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resenha eleitoral: nova série*. Florianópolis: TRES, 2001.

Em Florianópolis, Lott fez mais votos que Jânio, 47,7% votos (13.361) contra 46,6% (13.052). Jango também foi o mais votado, mas com uma diferença inferior ao seu percentual no estado, 47,1% votos (12.836) contra 42,9% de Milton Campos (11.709). Adhemar de Barros e Fernando Ferrari tiveram baixa votação na capital de Santa Catarina,

⁹⁸⁹ Não é o objetivo explicar as razões da votação dos candidatos em outros estados. Na Guanabara, por exemplo, há variáveis difíceis de analisar sem um estudo específico, como a influência das candidaturas para o governo estadual no pleito presidencial. Carlos Lacerda era candidato ao governo do estado pela UDN e, ao que tudo indica, foi beneficiado pela manutenção da candidatura de Tenório Cavalcanti (PST), dividindo os votos dos setores populares com o trabalhista Sérgio Magalhães (PTB).

com percentual inferior ao conquistado no estado e no país. Adhemar obteve 5,7% votos (1.611), enquanto Ferrari conquistou 10% (2.722).⁹⁹⁰

Tabela 6: Votação comparativa para Vice-Presidente em 1960



Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Exemplar Estatístico*. TRE-SC, 1960. Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Doc. 80; TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resenha eleitoral: nova série*. Florianópolis: TREC, 2001.

Na disputa pelo governo do estado, Celso Ramos fez 52% dos votos (261.752) contra 48% (241.724) de Irineu Bornhausen. Para vice-governador, Doutel de Andrade auferiu 50,7% (238.664) contra 45,8% (215.599) de Carlos Gomes de Oliveira e 3,4% (16.105) de Martinho Callado Júnior. Em ambos os cargos, a diferença em favor do vencedor superou os vinte mil votos.

É perigoso estabelecer uma articulação exata entre os números do pleito e as articulações políticas, uma vez que nem sempre os movimentos das cúpulas partidárias foram acompanhados pelas bases. O PTB catarinense, que tinha quatro candidatos claros (Lott-Jango-Celso-Doutel) cindiu. Não fica claro em quem os dissidentes votaram no plano nacional. Acredito que não tenham fechado a questão. Parte votou em Jânio, sem deixar claro quem apoiariam para vice-presidente – como os dissidentes de Criciúma –, outros adotaram a campanha Jan-Jan – exemplo disso é a dissidência trabalhista de Joinville –,

⁹⁹⁰ Em Santa Catarina, Adhemar de Barros fez 41.706 votos (8,5%) e, no Brasil, 2.195.709 (18,8%), puxado pela grande votação em São Paulo e na Guanabara. Ferrari fez, em Santa Catarina, 58.873 votos (12,6%) e no Brasil 2.137.382 (19,6%), destacando-se no Rio Grande do Sul onde foi o campeão de votos.

uma pequena fração optou por Fernando Ferrari – que foi o segundo mais votado na Zona Regional Oeste, fazendo mais votos do que o udenista Milton Campos – e um último grupo apoiou a “chapa nacionalista”, com Lott e Jango. Nos jornais, explicitava-se apenas o apoio a Irineu Bornhausen e Carlos Gomes.

A diferença de vinte mil votos dá a impressão de uma vitória mais tranquila do que ela realmente foi. Ao analisar os números por zonas regionais, é possível perceber equilíbrio em quase todas as regiões. Nesse ponto, os números da região de Laguna se sobressaem. Na eleição para o Senado, em 1958, a candidatura trabalhista de Carlos Gomes de Oliveira teve boa votação e, como analisado no capítulo anterior, prejudicou o rendimento do candidato pessedista, Celso Ramos. Em Criciúma, maior cidade da região, Carlos Gomes foi o candidato mais votado ao Senado. Em 1960, os resultados da Zona Regional de Laguna deram larga vantagem aos candidatos da coligação PSD-PTB.

A chapa Celso-Doutel venceu com uma diferença superior a dez mil votos. Ou seja, dos cerca de vinte mil votos de diferença no estado, mais da metade foram conquistados na região de Laguna, que comportava aproximadamente 17% do eleitorado. A votação surpreende principalmente porque muitos dos signatários do documento contra a candidatura de Doutel de Andrade – que saíam ou seriam expulsos durante a campanha eleitoral – eram da zona regional de Laguna, sobretudo de Criciúma. Na “Cidade do Carvão”, os candidatos da coligação nacional PSD-PTB fizeram mais do que o dobro dos votos de seus adversários.⁹⁹¹ Na eleição para o governo do estado, Celso Ramos fez 64,7% dos votos (7.595) contra 35,3% (4.137) de Irineu Bornhausen. A vantagem de Doutel de Andrade sobre Carlos Gomes foi ainda maior, 67,5% (7.506) contra 30,7% (3.419) do dissidente trabalhista e 1,8% (197) de Martinho Callado Júnior.⁹⁹² No mesmo pleito, os cricumenses elegeram Neri Gesuíno da Rosa para prefeito, com apoio de PSD, PTB e PCB.⁹⁹³

⁹⁹¹ Para presidente da República, a votação em Criciúma foi a seguinte: Henrique Lott: 63,7% (7.378); Jânio Quadros: 32,3% (3.746); Adhemar de Barros: 3,9% (457). Para vice-presidente: João Goulart: 64,8% (7.679); Milton Campos: 21,2% (2.514); Fernando Ferrari: 14% (1.666).

⁹⁹² TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Exemplar Estatístico*. TRE-SC, 1960. Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Doc. 80.

⁹⁹³ LEMOS, Gustavo Perez. *Mineiros e sindicalistas na Cidade do Carvão: Criciúma, 1952-1964*. Florianópolis, 2008. 137 f. Dissertação (mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. p. 96-102.

Os números apontam a derrota da dissidência trabalhista em uma de suas áreas de maior influência, a região sul de Santa Catarina. Não apenas o PTB, mas a força da aliança entre comunistas e trabalhistas no movimento operário foi em grande parte responsável pela vitória dos candidatos “nacionalistas”. Nas demais regiões do estado, não houve uma vantagem dessa monta para nenhum dos lados. Em uma eleição marcada por dissidências partidárias, prevaleceu a polarização entre as duas principais candidaturas. No total de votos nominais, os “terceiros candidatos” – Adhemar de Barros, Fernando Ferrari e Martinho Callado Júnior – tiveram baixa votação.

No pleito para o governo do estado, a UDN venceu em três das nove zonas regionais: Bacia do Itajaí, Alto Rio Negro e Canoinhas. Celso Ramos venceu nas outras seis, invertendo o resultado de 1958, quando Irineu vencera em seis zonas e o candidato pessedista em três. Em 1960, Celso Ramos venceu novamente nas três regiões que havia vencido em 1958 – Campos de Lages, Florianópolis e Oeste – e ainda derrotou seu adversário nas zonas regionais do Litoral de São Francisco do Sul, Laguna e Canoinhas. Nessas três regiões, Carlos Gomes de Oliveira fizera boa votação para o Senado dois anos antes.

Na Zona Regional de Canoinhas, o PSD havia perdido para a UDN, em 1958, por uma diferença de 16,6% (4.397 votos).⁹⁹⁴ Em 1960, Celso Ramos venceu por uma margem de 11,4% (3.122 votos). Doutel de Andrade superou Carlos Gomes em 10,4% (2.552 votos). Na região do Litoral de São Francisco do Sul, em 1958, Celso Ramos perdera por uma diferença de mais de dez mil votos. Na eleição de 1960, o candidato pessedista venceu por uma diferença de 1% (51% a 49%), 987 votos. Doutel de Andrade também venceu e por uma diferença percentual idêntica, 49,2% contra 48,2% de Carlos Gomes e 2,5% de Martinho Callado Júnior.⁹⁹⁵ Na região Oeste, a vitória de Celso Ramos foi por apenas um voto, 20.961 contra 20.960 de Irineu Bornhausen. Doutel de Andrade venceu por uma diferença de 1,1% (48,1% contra 47% de Carlos Gomes). Chama atenção a votação de Fernando Ferrari na região. Foi o segundo mais votado com 33,6% dos votos. O grande

⁹⁹⁴ Irineu Bornhausen fez 46,9%, Celso Ramos 30,3% e Carlos Gomes 22,8%.

⁹⁹⁵ A diferença entre Doutel de Andrade e Carlos Gomes de Oliveira na Zona Regional do Litoral de São Francisco do Sul foi de 461 votos.

percentual do dissidente trabalhista tirou, evidentemente, votos de Jango e Milton Campos, que obtiveram, respectivamente, 41,9% e 24,5%.⁹⁹⁶

Os números de Santa Catarina demonstram votação percentual similar entre o cabeça de chapa e seu vice. Isso ficou evidente na composição estadual e apareceu em alguma medida na nacional. Ou seja, apesar dos votos serem separados, em geral, os catarinenses votaram na chapa fechada. Em Florianópolis, Lott fez 47,7% enquanto seu vice, Jango, obteve 47,1%. Jânio fez 46,6%. O vice udenista, Milton Campos, conquistou 42,9%. Na disputa para o governo, a chapa PSD-PTB conseguiu 50,7% e 48,8% para Celso Ramos e Doutel de Andrade, respectivamente. A chapa formada pela UDN e pela dissidência do PTB fez 49,3% e 47,2%, com Irineu Bornhausen e Carlos Gomes, respectivamente. Ao que tudo indica, não houve a “cristianização” de Lott ou o abandono de Jango por parte do PSD catarinense. Parece ter havido um movimento contrário, de clivagem partidária enquanto estratégia política, isto é, firmar e fortalecer os nomes da sua chapa em oposição à chapa adversária. Havia poucas brechas para infidelidades.⁹⁹⁷

Na conjuntura política regional, as rivalidades entre os dois principais partidos tornaram-se agudas. O pleito de 1960 era de fundamental importância para ambos. Uma nova vitória udenista garantiria uma década e meia no controle da máquina pública estadual – de 1951 a 1965. Para suplantar o seu adversário, ambos foram buscar nas hostes trabalhistas os respectivos vices. Todavia, a meu ver, esse não era apenas um movimento em direção à sigla, mas ao trabalhador urbano. Havia uma insatisfação popular, externada nos protestos contra os aumentos no custo de vida, principalmente o de 1958, ou mesmo na grande votação de Manoel de Menezes, tanto para deputado quanto para prefeito. Tomava corpo um movimento que já crescia em outras regiões do país desde a segunda metade da década de 1950, os sindicatos tornavam-se cada vez mais presentes, com atuação destacada de militantes comunistas. A pauta dos direitos do cidadão era combinada com os discursos em torno da questão nacional.

Após o pleito, Irineu Bornhausen concedeu uma entrevista ao jornal *Última Hora*, seccional do Paraná, avaliando a própria derrota. Acreditava ter sido “atingido pela

⁹⁹⁶ Essa foi a região em que Jango teve seu menor percentual. O candidato trabalhista também teve esse percentual na Zona Regional do Alto Rio Negro. No entanto, essa área compreendia apenas dois municípios, totalizando 5.540 votantes, portanto, com pouco impacto eleitoral.

⁹⁹⁷ Isso não quer dizer que elas não possam ter havido, mas que, diante das circunstâncias, provavelmente foi algo pontual.

tendência oposicionista do eleitorado”. Irineu atribuiu a vitória de Celso Ramos à participação de João Goulart na campanha. Afirmou que o estado de Santa Catarina foi, possivelmente, “o único no Brasil onde as forças partidárias funcionaram coesas”.⁹⁹⁸ O PSD retornava ao executivo estadual depois de dez anos. Com a vitória de Jânio Quadros, a UDN experimentaria, ainda que brevemente, a sensação de ser situação. Lott, ao comentar sobre o candidato que o derrotou, teria dito: “Ele, na presidência, não dura uma gestação”.⁹⁹⁹ Sete meses depois de empossado, Jânio Quadros renunciou o mandato presidencial, convulsionando a política brasileira em torno da posse de João Goulart.

⁹⁹⁸ Irineu: “Também fui atingido pela tendência oposicionista do eleitorado”. *A Gazeta*. Florianópolis, 13 out. 1960.

⁹⁹⁹ WILLIAM, Wagner. Op. Cit. p. 354.

CAPÍTULO 5 – Golpistas e subversivos: apogeu e ocaso da democracia, 1961-1964

5.1 – “Sr. Leonel Brizola [...] o seu primeiro passo contra o estado de Santa Catarina estará sendo exatamente o seu último passo contra si mesmo e contra o valoroso povo gaúcho”: a renúncia de Jânio e a campanha da legalidade

Assim que confirmou sua eleição, Jânio Quadros concedeu entrevista coletiva na sede do Centro do Professorado Paulista, sinalizando algumas das ambiguidades de que se revestiria o governo udenista por ele encabeçado. Manifestou admiração pelo teórico trabalhista Alberto Pasqualini, falecido em 3 de julho daquele ano, defendendo o estabelecimento de um mínimo de garantias ao trabalhador rural para que este fosse amparado pela legislação trabalhista que até então só se aplicava ao trabalhador da cidade. Quando questionado se tal posicionamento seria uma inclinação socialista ou socializante, o presidente eleito respondeu: “Não. Positivamente não. Sou um democrata que acredita na livre empresa, mas transige com o socialismo no atendimento de várias exigências da vida moderna. A crescente intervenção do Estado no campo econômico, mesmo nas democracias mais ortodoxas, comprova, porém, o que afirmei, isto é, não pode a moderna democracia deixar de oferecer aspectos socializantes”.¹⁰⁰⁰ O presidente eleito sequer tinha tomado posse e já causava arrepios nos anticomunistas da UDN.

O mês de outubro de 1960 também foi marcado pela iminência da “onda de greves”, que seria deflagrada no país a partir do dia 31. A medida seria tomada contra a “excepcionalidade do salário-mínimo”.¹⁰⁰¹ Em Santa Catarina, os sindicatos deram um

¹⁰⁰⁰ Jânio e as diretrizes do seu governo. *A Gazeta*. Florianópolis, 15 out. 1960.

¹⁰⁰¹ A expressão remetia à política de reajuste salarial do governo brasileiro, denominada por Jorge Kingston, professor das Faculdades Nacionais de Ciências Econômicas e de Filosofia, de “salário em serrilha”. Em artigo publicado na Revista Brasileira de Economia, em 1960, o professor comparou a política de reajuste implementada no Brasil com a de alguns países do mundo conhecida como “salário móvel”. Em ambas havia problemas econômicos decorrentes da espiral inflacionária. Na política de salário móvel, os trabalhadores teriam seus vencimentos reajustados automaticamente de acordo com as flutuações do índice de custo de vida. A ideia por trás do plano seria a de evitar que, “pela demora na promulgação de atos oficiais, o salário dos trabalhadores não se erodisse em demasia, criando-lhe dificuldades para a manutenção sua e de sua família, e também evitar as lutas esporádicas entre as classes operárias e patronais para o reajustamento.” A ideia, que em tese agradaria trabalhadores e patrões, significaria, na visão do professor, a impossibilidade de combate à inflação, uma vez que os salários acompanhariam a alta de preços e estes, por sua vez, seguiriam as altas automáticas de salários. No caso brasileiro, a situação era ainda mais grave. A política do “salário em serrilha” era uma medida adotada pelo governo que consistia em reajustar os salários dos trabalhadores acima da inflação, já considerando a futura corrosão de seu poder de compra em virtude do movimento inflacionário. Quando o poder de compra do trabalhador fosse corroído pela espiral inflacionária, seria

ultimato ao governo: “ou o salário mínimo sai antes do dia 20 ou será deflagrada a greve geral em todo o estado”. De acordo com *A Gazeta*, havia o risco de quatro estados da federação ficarem sem transporte ferroviário.¹⁰⁰² Era momento de transição de governos, tanto no plano nacional quanto no estadual. Os udenistas acusavam o PSD de insuflar as associações de classe contra a maioria legislativa (governista). Os pessedistas afirmavam que o governador estaria aumentando os gastos públicos de modo a inviabilizar a gestão futura de Celso Ramos.¹⁰⁰³ A UDN catarinense, já tomando o rumo da oposição, responsabilizava a prefeitura da capital pelo aumento no custo de vida. O prefeito autorizara o aumento do transporte coletivo e de praticamente todos os alimentos: a carne verde, o feijão, o pão, “até a empada do Chiquinho (como é conhecida pelo povo) aumentou”.¹⁰⁰⁴

Em dezembro, *A Gazeta* publicou artigo informando que o Conselho de Segurança Nacional vinculava as greves dos marítimos, portuários e ferroviários ao vice-presidente da República, João Goulart, e ao PTB.¹⁰⁰⁵ A ligação de Jango com os sindicatos voltaria à tona no segundo semestre do ano seguinte. Seguindo o movimento nacional, os ferroviários da Estrada de Ferro Santa Catarina (EFSC) pararam suas atividades no dia 23 de dezembro. Na pauta de reivindicações, o pagamento dos meses de novembro e dezembro, o pagamento do salário mínimo da região e a reversão da EFSC à Rede Ferroviária Federal, com todos os

decretada a excepcionalidade do salário e reajustado a um valor acima da paridade. Portanto, concluía o autor, o governo não teria mais o intuito de tomar medidas anti-inflacionárias, que evitassem o aumento do custo de vida. Aceitava-se o fato de que o custo iria continuar subindo, fixava-se um salário com larga margem, a qual iria sendo consumida no futuro. Todavia, o período que antes era de anos, segundo o autor do artigo, em 1960, era de meses. Era o chamado “salário de Sísifo”, em alusão à figura mitológica marcada pela inanidade das tentativas. Outro problema na política brasileira de reajuste salarial era o efeito psicológico. Segundo o autor, ao majorar o salário mínimo muito acima da inflação, a política do salário em serrilha permitia o crescimento do consumo e de hábitos no trabalhador. Construía um padrão de vida não reversível para o trabalhador. Ou seja, a lembrança agiria como um freio a qualquer retorno do trabalhador ao nível de vida anterior. A elevação ocasional da renda do indivíduo funcionaria como um “dente de cremalheira”, impedindo o “retrocesso do veículo que galgou certo aclave”. Ver: KINGSTON, Jorge. Salário Mínimo e Salário Móvel. *Revista Brasileira de Economia*. Vol. 14, nº 3, 1960. p. 45-56.

¹⁰⁰²Onda de greve no Brasil: Santa Catarina estará presente. *A Gazeta*. Florianópolis, 15 out. 1960.

¹⁰⁰³“A maioria governista da assembleia convocou-a, ontem, para novo PANAMÁ: projeto situacionista de aumento dos deputados. Os deputados da oposição, em minoria, nada poderão fazer! Esperam que o povo – roubado – reaja contra os ladrões do seu dinheiro!” Fonte: Escarnecendo do povo. *A Gazeta*. Florianópolis, 15 nov. 1960.

¹⁰⁰⁴Na Assembleia Legislativa: PSD insufla associações de classe contra maioria legislativa. *A Gazeta*. Florianópolis, 06 nov. 1960.

¹⁰⁰⁵Jango e o PTB catarinense responsáveis pela greve. *A Gazeta*. Florianópolis, 01 dez. 1960.

benefícios decorrentes da Lei de Paridade, retroativo à data em que foram beneficiados os funcionários federais.¹⁰⁰⁶

O ano de 1961 trouxe, de forma definitiva, o “espectro do comunismo” para a América Latina. Em abril, Fidel Castro declarou o caráter socialista da Revolução Cubana. O comunicado causou frisson nos militares que assumiram as principais pastas do governo Jânio. O único ministro mantido pelo presidente eleito foi Odylio Denys, substituto de Lott na pasta da Guerra. Nos meses que esteve como ministro, Denys fizera uma limpeza, eliminando do seu gabinete os oficiais ligados a Lott.¹⁰⁰⁷ Para a Marinha, Jânio nomeou o almirante Silvio Heck – que comandara o cruzador Tamandaré no episódio de novembro de 1955 – e o brigadeiro Grun Moss, ligado a Eduardo Gomes, para a Aeronáutica. Golbery do Couto e Silva recebeu a chefia do Gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. A Escola Superior de Guerra (ESG) e o grupo anticomunista das Forças Armadas estavam representados no novo governo.¹⁰⁰⁸

Na composição ministerial de Jânio, a UDN ficou com quatro pastas: Fazenda, com Clemente Mariani; Relações Exteriores, com Afonso Arinos; Minas e Energia, com João Agripino; e Agricultura, com Cabral da Costa. Embora participasse dos ministérios, contasse com vários governos estaduais e tivesse uma bancada razoável no Congresso, as lideranças udenistas reclamavam de estarem afastadas dos centros decisórios. O presidente não as consultava e o partido tinha pouca margem de manobra para distribuir cargos e vantagens.¹⁰⁰⁹ Jânio, afeito a medidas polêmicas, recebeu críticas ao proibir o consumo de lança-perfume durante o carnaval, o uso de biquínis nas praias e de maiôs cavados nos desfiles de beleza, as corridas de cavalo durante a semana e as brigas de galo. No entanto, foi pela política externa que se deu o ocaso de sua gestão.

Afonso Arinos procurou implementar uma política externa independente, sem um alinhamento incondicional ao bloco ocidental liderado pelos Estados Unidos. Em julho de 1961, iniciou o restabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e União Soviética. Retomou as relações comerciais com a República Popular da China. Apoiou os

¹⁰⁰⁶ Paralisados os trens da E.F.S.C: ferroviários decretam greve. *A Gazeta*. Florianópolis, 23-24 dez. 1960; Trens da EFSC continuam paralisados: greve! *A Gazeta*. Florianópolis, 28 nov. 1960; Grevistas da EFSC em palácio. *A Gazeta*. Florianópolis, 29 dez. 1960; Greve dos ferroviários continua sem solução. *A Gazeta*. Florianópolis, 30 dez. 1960.

¹⁰⁰⁷ WILLIAM, Wagner. Op. Cit. p. 356.

¹⁰⁰⁸ Ibid. p. 356, 357.

¹⁰⁰⁹ BENEVIDES, Maria Victória. Op. Cit. 1981. p. 114-117.

movimentos emancipacionistas da África colonial e a autodeterminação de Cuba. Em abril daquele ano, um grupo de mercenários, com o conhecimento do governo americano, tentou invadir Cuba. O desembarque na Playa Girón, conhecido como “Invasão da Baía dos Porcos”, foi derrotado por Fidel Castro e seus companheiros. Jânio, à época, defendeu o respeito à soberania das nações e manifestou a sua apreensão pelos acontecimentos de Cuba.¹⁰¹⁰

Os militares que antes o aplaudiam passaram a criticá-lo. Carlos Lacerda, governador da Guanabara, de dentro da UDN, puxava o coro da oposição ao presidente, radicalizando o discurso anticomunista. Em discurso de caráter demagógico, Lacerda chegou a colocar seu cargo à disposição, desde que o povo carioca não fosse submetido a sacrifícios em nome da política externa do governo de apoio a uma “das mais sanguinárias, uma das mais torpes, uma das mais sujas ditaduras do mundo”.¹⁰¹¹ A direção da UDN eleita em abril de 1961 advertiu os convencionais para o risco do “comunismo disfarçado”, referindo-se aos integrantes do grupo da “Bossa Nova”. Segundo Benevides, a “Bossa Nova” era uma linha da UDN surgida como uma frente de apoio aos projetos reformistas do governo consideradas “nacionalistas” ou de “interesse popular”. Seria uma linha identificada como de “centro-esquerda”, inspirada pela doutrina social da Igreja e que defendia medidas como a lei antitruste e de remessa de lucros, a defesa das riquezas minerais e a reforma da lei de imposto de renda. Na convenção de 1961, o grupo surge publicamente e é alvo das investidas Lacerda. Com a eleição de Herbert Levy e Ernani Sátiro, membros da “Banda de Música”, para, respectivamente, presidente e vice, a UDN fortalece seu anticomunismo e sua inclinação golpista.¹⁰¹²

Em agosto, Jango foi designado pelo presidente para representar o Brasil em uma missão de caráter comercial. Jânio e Jango estavam rompidos em virtude de uma série de sindicâncias realizadas no Serviço de Assistência da Previdência Social (SAPS) e no Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários (IAPB) envolveram o vice-presidente em supostas irregularidades. Foi uma surpresa o convite para Jango ir à China de Mao Tsé-Tung. No dia 19, houve o famoso encontro com o ministro da Indústria e Comércio de

¹⁰¹⁰ MENDONÇA, Marina de Gusmão. Op. Cit. p. 252, 253; WILLIAM. op. Cit. p. 357-359.

¹⁰¹¹ MENDONÇA, Marina de Gusmão. Op. Cit. p. 255.

¹⁰¹² BENEVIDES, Maria Victória. Op. Cit. 1981. p. 114-117.

Cuba, Ernesto “Chê” Guevara. No encontro, o presidente condecorou o líder revolucionário com a Grã-Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

Foi a gota d’água para Lacerda e os militares anticomunistas que o apoiavam. Oficiais devolveram suas condecorações. O governador da Guanabara entregou as chaves da cidade ao líder contrarrevolucionário Manuel Antonio (Tony) Varona, da Frente Revolucionária Democrática Cubana (FRDC), que se encontrava no Brasil em viagem de propaganda anticastrista.¹⁰¹³ Jânio passou a ser duramente atacado. Uma das principais acusações era a de que o presidente preparava um golpe, cujo objetivo era a instauração de uma ditadura personalista.

Dia 25 de agosto, Jânio convocou os ministros militares e comunicou sua renúncia. O ministro da Justiça, Pedroso Horta, entregou ao presidente do Congresso, Moura de Andrade, dois documentos: a carta de renúncia e um manifesto à nação. Moura de Andrade comunicou ao plenário a decisão de Jânio e, em virtude do vice se encontrar no exterior, empossou o presidente da Câmara, Paschoal Ranieri Mazzilli. Na carta de renúncia, escreveu:

Desejando um Brasil para os brasileiros, afrontando nesses sonhos a mentira e a covardia, que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos e indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa da colaboração. Se permanecesse não manteria a confiança e a tranquilidade ora quebradas e indispensáveis ao exercício da nossa autoridade. Creio, mesmo, não manteria a própria paz pública.¹⁰¹⁴

De acordo com Jefferson Queler, esse foi um episódio que contribuiu para a vinculação da imagem de Jânio ao anedotário político brasileiro. Contudo, pontua o autor, os movimentos do político não eram espasmódicos, mas providos de grande racionalidade. As ameaças de renúncia anteriores – inclusive no pleito presidencial, de modo a dar-lhe mais liberdade de condução de sua campanha –, a viagem de Jango à China comunista, a escolha do dia 25 de agosto – um dia após o aniversário da morte de Vargas, cujos reflexos foram a comoção popular em torno do líder – são fatores que sinalizavam que a renúncia mirava cercear as críticas que se avolumavam e dar-lhe mais condições de governabilidade.

¹⁰¹³MENDONÇA, Marina de Gusmão. Op. Cit. p. 256.

¹⁰¹⁴ O manifesto do presidente. *A Gazeta*. Florianópolis, 27 ago. 1961.

A própria condecoração de Chê foi explicada como uma forma de trazer para junto de seu governo os grupos identificados com o PTB.¹⁰¹⁵

O líder do PTB, Almino Affonso, desacreditou a versão de Jânio sobre as “forças poderosas” e afirmou em plenário que a renúncia estava aceita. Gustavo Capanema fez um aparte, pedindo que Affonso retificasse a expressão. A renúncia, segundo o deputado pessedista, era um ato unilateral e irretroatável, portanto, não caberia aceita-la ou recusá-la, apenas tomar ciência. Caberia apenas seguir a Constituição.¹⁰¹⁶

Esse era o problema. Seguir a Constituição implicava dar posse a Jango assim que ele retornasse ao país. A UDN sairia do Catete para dar lugar ao principal representante do getulismo. Seguiu-se uma grande movimentação de todos os lados. Os partidários da posse de Jango articulavam politicamente o retorno do vice-presidente. Mazzili manteve os ministros militares e indicou outros nomes para as demais pastas. Denys, que fora escolhido por Lott como ministro da Guerra, deixava claro que sua posição era contra a posse do vice-presidente. Lott conversou com seu sucessor e tentou convencê-lo da importância de dar posse a Jango enquanto demonstração de respeito à Constituição. Sem resposta, externou sua opinião à imprensa. Como consequência, recebeu ordem de prisão.¹⁰¹⁷

Os ministros militares deixaram claro a “inconveniência” do retorno de Jango. Caso pisasse no Brasil, seria preso. Um grupo de deputados petebistas, entre eles Doutel de Andrade, procurou o ministro da Guerra. O deputado e vice-governador de Santa Catarina aproximou-se do ministro e perguntou: “Permita, marechal, que um deputado provinciano, sem dúvida, mas vice-governador de um grande estado do sul, o de Santa Catarina, faça-lhe uma pergunta simples, mas que envolve questões complexas, de cunho constitucional e democrático. O dr. João Belchior Marques Goulart, vice-presidente da República, eleito e reconhecido pela Justiça Eleitoral do meu país, está vindo aos Estados Unidos do Brasil, cuja presidência se encontra vaga, graças à renúncia do seu titular, o presidente Jânio Quadros. O que acontecerá?”. Denys respondeu: “Será preso”. Doutel, irônico, retrucou: “Muito obrigado, marechal, por esclarecimento tão convincente e jurídico”.¹⁰¹⁸

¹⁰¹⁵ QUELER, Jefferson. *Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)*. Campinas, 2008. 349 f. Tese (doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas. p. 318-335.

¹⁰¹⁶ WILLIAM, Wagner. Op. Cit. p. 361.

¹⁰¹⁷ Lott fez declarações e foi preso. *A Gazeta*. Florianópolis, 29 ago. 1961.

¹⁰¹⁸ Diálogo citado por: FERREIRA, Jorge. Op. Cit. p. 228.

Da tribuna da Câmara, o parlamentar e vice-governador fez um discurso inflamado defendendo a posse de Jango. Foi aparteado por Medeiros Neto, José Joffily, Andrade Lima Filho, Miguel Bahury e Benjamin Farah. Todos defenderam a posse do vice-presidente e manifestaram que não assinariam qualquer medida que a impedisse. Doutel, ao final do discurso, fez alusão à conversa com o ministro da Guerra:

Virá o sr. João Goulart para esta terra, virá com fatalidade oriental, com fatalidade muçulmana mesmo, cumprir o seu dever. E então o que há de ocorrer neste país? Que espetáculo daremos? Por acaso será preso o presidente da República? Mas nesta hipótese é de indagar-se, sr. Presidente, que crime terá ele praticado, que pecado tão grave terá cometido para merecer punição tão grande, tão acachapante, tão selvagem, tão violenta e brutal que arraste, consigo, todo o Brasil, como povo, como nação, como cultura... Dou o aparte a V. Exa. (...) E então pergunto, sr. Presidente e srs. Deputados, como se afirmará o Brasil no consenso internacional, como poderá caminhar ao encontro dos seus alevantados destinos?¹⁰¹⁹

O principal foco de resistência e de luta pela posse de Jango estava em Porto Alegre, no Palácio Piratini. O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola conclamou o povo a lutar em defesa da legalidade. Dia 27 de agosto, a Guarda Civil invadiu os estúdios da *Rádio Guaíba* e os transferiu para o Piratini. Criava-se a *Cadeia Radiofônica da Legalidade*. Era uma medida extrema para reagir à ação do governo federal que fechara as rádios *Capital*, *Farroupilha* e *Difusora* por divulgarem os manifestos de Brizola. No mesmo dia, o governador era informado que Denys dera ordem para o comandante do III Exército, Machado Lopes, movimentar suas tropas em direção ao Palácio Piratini e que a Aeronáutica já estava autorizada a bombardeá-lo. A Brigada Militar instalou “ninhos de metralhadoras” na sede do governo do Rio Grande do Sul e na Catedral Metropolitana. De acordo com Jorge Ferreira, “armamentos da Brigada Militar foram distribuídos aos civis interessados em lutar” e foram-lhes dadas instruções de tiro. Em cidades do interior gaúcho, como Caxias do Sul, Sapucaia, Pelotas, São Leopoldo, Soledade, Passo Fundo, Carazinho, foram fundados comitês em defesa da legalidade.¹⁰²⁰

¹⁰¹⁹ ANDRADE, Doutel. Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados. Apud. GOLLO, Luiz Augusto. *Doutel de Andrade*. Brasília: Coordenação de Publicações da Câmara dos Deputados, 2006. p. 151-158.

¹⁰²⁰ *Ibid.* p. 236, 237.

Machado Lopes contrariou as orientações do ministro da Guerra e aderiu à causa legalista.¹⁰²¹ Junto com ele, as guarnições de Santa Maria, comandadas pelo general Peri Bevilacqua, e de Uruguaiana, liderada pelo general Oromar Osório. As Forças Armadas cindiam-se. Denys destituiu Machado Lopes do comando do III Exército e nomeou o general Cordeiro de Farias. Em resposta, Lopes afirmou que se Farias pisasse em solo gaúcho seria preso. Machado Lopes passou a comandar o conjunto de forças em prol da posse de João Goulart, chamada de Comando Unificado das Forças Armadas do Sul, que incluía o III Exército, a V Zona Aérea, a Brigada Militar e as Forças Públicas. Era uma força considerável, já que só o III Exército contava com regimento de infantaria, unidades blindadas e 40 mil homens.

De acordo com Ferreira, os dois grupos militares agiram. Os contrários à posse tomaram a estrada que liga São Paulo a Curitiba e protegeu Florianópolis com o auxílio de uma esquadra da Marinha de Guerra. Machado Lopes enviou uma coluna pelo litoral até Criciúma, no sul de Santa Catarina, com o objetivo de chegar à capital catarinense; mandou outra de trem até Ponta Grossa, no Paraná; e reforçou a defesa de Porto Alegre, do litoral gaúcho e do porto de Rio Grande.¹⁰²² No Rio de Janeiro, sindicatos foram invadidos pela polícia, fechados e seus líderes presos. Os jornais também foram censurados, à exceção do *Tribuna da Imprensa*, de propriedade do governador da Guanabara.¹⁰²³

As movimentações em Santa Catarina foram intensas. O jornal pessedista *O Estado* foi econômico, noticiou a renúncia do presidente e disse que, por questões legais, Jango seria o novo presidente. Salientou ainda que reinava a calma em todo o país.¹⁰²⁴ Na mesma edição, o governo do estado emitiu nota informando que, na ausência do vice-presidente, seria empossado o presidente da Câmara dos Deputados e apelava ao “nobre povo

¹⁰²¹ Machado Lopes enviou um telegrama a Odílio Denys, ministro da Guerra, informando que não acataria as ordens por ele dadas e aderindo à causa legalista: “O terceiro exército, perfeitamente coeso, não mais acatará ordens de vossa excelência e agirá por conta própria dentro da ideia de manter o regime liberal, democrata e cristão, assegurando integral execução da Constituição vigente sem qualquer modificação que porventura seja nela introduzida.” Fonte: Telegrama circular do general Machado Lopes. Arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Arquivo Ernani do Amaral Peixoto. EAP an 1961.08.26. p. 3. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=EAP_AssNaci&pasta=EAP%20an%201961.08.26

¹⁰²² Entre as medidas de defesa, foi destruído todo o balizamento da Lagoa dos Patos e afundado batelões, de modo a bloquear o acesso marítimo às cidades portuárias do Rio Grande do Sul. OLIVEIRA, Luiz Clóvis de. Manifesto ao governador Brizola. *A Gazeta*. Florianópolis, 05 set. 1961.

¹⁰²³ Ibid. p. 243, 244.

¹⁰²⁴ Apesar do impacto da renúncia de Quadros, reina completa calma em todo o território nacional. Jango o novo presidente do Brasil. *O Estado*. Florianópolis, 26 ago. 1961.

catarinense no sentido de facilitar o cumprimento das ordens já expedidas e das que venham a ser necessárias”.¹⁰²⁵ Quatro dias depois, o jornal trouxe o depoimento do governador do estado, Celso Ramos, em favor da legalidade.¹⁰²⁶ Manifestaram-se também pela posse de Jango a Câmara Municipal de Florianópolis, o prefeito Osvaldo Machado e os profissionais de imprensa.¹⁰²⁷ Como não poderia deixar de ser, a Liga da Mocidade Trabalhista, cujo presidente era o jornalista Silveira Lenzi, também publicou nota de apoio a Jango.¹⁰²⁸ Os estudantes catarinenses, através da UCE e da UCES, declararam-se em greve preventiva enquanto não fosse reconstituída a legalidade.¹⁰²⁹ Em resposta, o Colégio Catarinense, administrado por padres jesuítas e de caráter conservador, comunicou que não autorizaria a greve e que caberia aos pais a autorização para o descumprimento das obrigações escolares de seus filhos, salientou ainda que os alunos ausentes receberiam falta.¹⁰³⁰

Se analisarmos apenas o jornal de Aderbal Ramos da Silva, teremos a impressão de que a efervescência nacional e as agitações no Rio Grande do Sul não tiveram grande repercussão em Santa Catarina. As reportagens do jornal *Diário da Tarde* mudariam essa perspectiva. Apesar de não haver menção direta em lugar algum do jornal, desde a compra junto à herdeira de Adolfo Konder por Tito Carvalho, o jornal foi muitas vezes criticado por ser um órgão ligado ou mesmo de propriedade de Osmar Cunha.¹⁰³¹ Até agosto de 1959, na capa do jornal, aparecem, Tito Carvalho, como diretor, e Túlio César Gondin, como gerente. A partir de agosto, o nome de Tito desaparece e Túlio César Gondin aparece

¹⁰²⁵ Nota do gabinete do governador. *O Estado*. Florianópolis, 26 ago. 1961.

¹⁰²⁶ “Dentro dos precisos termos do cabograma que dirigi ao Exmo. Senhor Presidente da República em exercício, em resposta à comunicação que me fez de haver assumido a suprema magistratura do país, por força da renúncia do presidente Jânio Quadros e da ausência do vice-presidente João Goulart, reitero meu pensamento e minha posição, ambos em prol da legalidade e da Constituição.” Fonte: Pronunciamento do governador de Santa Catarina. *O Estado*. Florianópolis, 30 ago. 1961.

¹⁰²⁷ Manifesto da Câmara de Florianópolis. *O Estado*. Florianópolis, 29 ago. 1961; MACHADO, Osvaldo. Ao povo de Florianópolis e do Brasil. *O Estado*. Florianópolis, 02 set. 1961; Manifestam-se os homens da imprensa e do rádio de Florianópolis. *O Estado*. Florianópolis, 03 set. 1961; A posição do sindicato dos jornalistas profissionais de Santa Catarina. *O Estado*. Florianópolis, 03 set. 1961.

¹⁰²⁸ Liga da Mocidade Trabalhista. *O Estado*. Florianópolis, 02 set. 1961.

¹⁰²⁹ Os estudantes catarinenses e a crise política brasileira. *A Gazeta*. Florianópolis, 30 ago. 1961.

¹⁰³⁰ Mensagem. *A Gazeta*. Florianópolis, 30 ago. 1961.

¹⁰³¹ No acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, não há os exemplares do *Diário da Tarde* do ano de 1960. Em 1959, o jornal mostra-se favorável a Osmar Cunha. Nos momentos em que o PSD ainda não havia decidido quem seria seu candidato a governador do estado no ano seguinte, o jornal dizia que não adiantaria o nome de Celso Ramos, melhor seria Osmar Cunha. Segundo Menezes, no livro “Das grades da penitenciária”, Osmar Cunha era o proprietário do jornal no período de eleição para prefeito. Ver: MENEZES, Manoel de. Op. Cit. 1960. p. 30.

como “Diretor-gerente”. Em 1960, consta apenas seu nome na condição de “Gerente”. Gondin fora presidente da União Catarinense dos Estudantes, em 1957, e esteve na solenidade que empossou o comunista Ednil Gomes Ferrão na presidência do Sindicato dos Empregados na Indústria da Construção Civil.¹⁰³² A atuação do jornalista na campanha pela legalidade lhe renderia uma ficha na DOPS.

A capa do jornal de 29 de agosto destacou, em vermelho, a frase: “Pela Constituição Contra a Ditadura”. O editorial assinado por Túlio César Gondin é elucidativo. Seguiu a linha do discurso de Brizola e clamava para que os brasileiros entrassem na luta pela posse de Jango, mesmo que isso custasse suas vidas: “Por isso, estamos certos de que Santa Catarina também reagirá dando apoio às forças legalistas provindas do sul do país, apoiando a coragem cívica de Leonel Brizola, e morrendo, se necessário, pela manutenção da Ordem, da Justiça e da Constituição”.¹⁰³³ Na mesma edição, há uma série de notícias que destacam a posição do periódico. Aparecem críticas ao posicionamento “xoxo” do PTB catarinense, receoso de contrariar as forças que dominavam “parte da situação do país”¹⁰³⁴, e ao “corvo” e “covarde” Carlos Lacerda.¹⁰³⁵ O periódico também comemorou a adesão do III Exército à causa legalista¹⁰³⁶ e denunciou a censura da *The Western Telegraph*, que negou o envio de telegrama de apoio a Brizola remetido por Ednil Gomes Ferrão e Hermes de Mendonça, respectivamente, presidente da Federação dos Trabalhadores da Construção e Mobiliário e delegado da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria de Santa Catarina – Florianópolis.¹⁰³⁷ Entretanto, não foi censurado o telegrama do pessedista Ivo d’Aquino ao líder do PSD no Senado, Ernani do Amaral Peixoto, informando que o III Exército encontrava-se na cidade de Criciúma, no sul de Santa Catarina, mas o estado estava calmo.¹⁰³⁸

¹⁰³² Para maiores informações sobre a guinada à esquerda da União Catarinense dos Estudantes, ver Capítulo 3, seção 3.4, “Direitos em pauta e as disputas pela representação popular”.

¹⁰³³ GONDIN, Túlio César. Brizola reagirá pela força contra o impeachment. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 29 ago. 1961.

¹⁰³⁴ PTB catarinense distribui nota. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 29 ago. 1961.

¹⁰³⁵ O covarde volta a agir. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 29 ago. 1961.

¹⁰³⁶ III Exército adere a Brizola: unidos pela legalidade. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 29 ago. 1961.

¹⁰³⁷ Western recusa transmissão de telegrama de solidariedade ao governo gaúcho. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 29 ago. 1961.

¹⁰³⁸ FONSECA, Ivo d’Aquino. *Telegrama a Ernani do Amaral Peixoto*. Arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Arquivo Ernani do Amaral Peixoto. EAP an 1961.08.26. p. 5. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=EAP_AssNaci&pasta=EAP%20an%201961.08.26

A censura não abateu apenas os telegramas de apoio à legalidade, as emissoras de rádio de Santa Catarina também sofreram intervenção das Forças Armadas.¹⁰³⁹ *O Diário da Tarde*, que na edição do dia 29 de agosto manifestou ter sido o único jornal do estado a deixar clara sua posição, teve suas edições seguintes censuradas. Só voltou a circular dia 8 de setembro, quando já estava definido o retorno de Jango e a instauração do regime parlamentarista no país.

O terceiro jornal em circulação na capital de Santa Catarina era o jornal *A Gazeta*, ligado à UDN durante os dez anos em que o partido deteve o executivo estadual. Durante a crise, o periódico deu voz aos civis e militares contrários à posse de Jango. A capa de primeiro de setembro anunciava: “Ministros militares contra a posse de Jango”. No corpo da reportagem, publicava os argumentos dos ministros Grum Moss e Silvio Heck de que Jango teria “demasiados vínculos com os comunistas”. O vice-presidente, quando ministro do Trabalho, promovera agitações com “objetivos políticos” e “nocivos às classes trabalhadoras”. Pela admiração de Jango aos países comunistas, empossá-lo levaria o país a um período de agitação e tumulto, de anarquia e luta civil, em que as Forças Armadas “converter-se-iam em uma simples milícia popular”.¹⁰⁴⁰ Em suma, ao não permitir a posse do vice, os ministros militares causavam uma agitação no país justificada porque o cumprimento à Constituição desencadearia “agitações” de cunho “político”. Como se, ao fazer alusão à proximidade do vice-presidente com o comunismo, caracterizasse uma justificativa puramente técnica.

Na mesma edição, o jornal publicou que a Força Tarefa da Marinha nº 14 saiu do Rio em direção ao sul do Brasil, com o intuito de manter a ordem e a tranquilidade, “ameaçadas no estado do Rio Grande do Sul”. A Força Tarefa deveria acatar as ordens do Comandante do V Distrito Naval, sediado em Florianópolis, o contra-almirante Luiz Clóvis de Oliveira. *A Gazeta* aproveitou para publicar o comunicado do contra-almirante ao governo gaúcho:

O sr. Governador Leonel Brizola acaba de tomar medidas atinentes à mobilização geral do Rio Grande do Sul, chamando às armas toda a sua população civil habilitada e, com isso, ferindo frontalmente a Constituição

¹⁰³⁹ Emissoras de Florianópolis sob controle das Forças Armadas. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 29 ago. 1961.

¹⁰⁴⁰ Ministros militares contra a posse de Jango. *A Gazeta*. Florianópolis, 01 set. 1961.

Brasileira. [...] O Governador Leonel Brizola e seus assessores militares assumem neste momento, perante os seus maiores, perante a nação, perante todos os seus patrícios, e diante do tribunal da posteridade, a responsabilidade plena e total pelas consequências desses duros impactos sobre a economia nacional e os sofrimentos a que serão fatalmente submetidos as crianças, as mulheres e os homens desse valoroso estado do Rio Grande do Sul.¹⁰⁴¹

O clima era tenso. Em Florianópolis, por determinação da Secretaria de Segurança Pública, os bares e cafés deveriam fechar às 22 horas. Durante o sábado e o domingo, 2 e 3 de setembro, os estudantes fizeram comícios relâmpago na sede da União Catarinense dos Estudantes, que foi “interditada e dissolvida por forças do Exército e da Marinha”. O presidente da União Catarinense dos Estudantes Secundaristas, Orestes Guerreiro, foi preso pelo secretário de Segurança Pública, Jade Magalhães e com autorização do contra-almirante Luiz Clóvis de Oliveira. Sob acusação de ser comunista, o estudante foi enquadrado no momento em que distribuía, no Centro da cidade, “panfletos mimeografados” em defesa da posse de Jango.¹⁰⁴² Túlio César Gondin, diretor do Diário da Tarde, foi detido pelo V Distrito Naval em meio aos protestos.¹⁰⁴³ O contra-almirante também deteve o secretário do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul, Brochado da Rocha, que desembarcara em Florianópolis para dialogar com o governador Celso Ramos.¹⁰⁴⁴

A capital de Santa Catarina tornou-se ponto de apoio para uma possível ação contra o governador insurgente de Leonel Brizola. Edison Flávio Macedo, figura atuante nos protestos a favor da posse, descreveu que a cidade teria se transformado em uma praça de guerra: “dezenas de belonaves, dezenas de fortalezas voadoras e outros tipos de aviões, milhares de paraquedistas e fuzileiros, um porta-aviões [...] tudo isso e mais alguma coisa prontos para a qualquer instante assegurar o fiel cumprimento das ordens emanadas da cúpula militar...”.¹⁰⁴⁵ A situação não era calma, como descrevia o jornal *O Estado*. Incertos dos resultados, os jornais *O Estado* e *A Gazeta* tergiversaram sobre a posse de Jango. Manifestaram-se pelo cumprimento à Constituição, mas não falaram explicitamente o nome

¹⁰⁴¹ Comunicado dos chefes militares ao governo gaúcho. *A Gazeta*. Florianópolis, 01 set. 1961.

¹⁰⁴² Jade Magalhães prendeu e o almirante mandou encarcerar. *Diário da Tarde*. 11 set. 1961.

¹⁰⁴³ Segundo a DOPS-SC: “Túlio César Gondin foi detido pelo 5º D. N. quando da renúncia do Ex-Presidente JÂNIO QUADROS (dirigia então o Diário da Tarde).” Fonte: DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. *Lista de nomes que assinaram o abaixo-assinado para a volta do PCB à legalidade*. Arquivo Público do Estado do Paraná. Divisão Central de Informações – SC. nº 698/Top. 80.

¹⁰⁴⁴ Secretário de estado do RGS detido em Florianópolis. *Diário da Tarde*. 11 set. 1961.

¹⁰⁴⁵ MACEDO, Edison Flávio. Concentração militar. *Diário da Tarde*. 16 set. 1961.

do vice-presidente. O governador Celso Ramos, vacilante, deixou o estado “a fim de encontrar-se com colegas de outros estados e examinar os aspectos da crise nacional”.¹⁰⁴⁶ Os bastidores políticos estavam agitados e a UDN catarinense não estava ao largo. O informe manuscrito de Alexandre Camacho, auxiliar de gabinete de Amaral Peixoto, PSD, dizia que Antônio Carlos Konder Reis, deputado udenista por Santa Catarina, estaria articulando “um veto pela Câmara da posse de Jango com base constitucional” e que “Mazzili não estaria alheio à manobra”.¹⁰⁴⁷

Enquanto isso, Jango chegava a Porto Alegre em meio a moções de apoio a sua posse em todo o país. A solução para o impasse foi o regime parlamentarista. Jango assumiria como presidente, mas não governaria. Brizola se opôs à medida aprovada pelo Congresso Nacional. Defendia que Jango fosse até Brasília e destituísse o Congresso por ter violado a Constituição. Teria o apoio de 110 mil voluntários civis e o contingente do III Exército.¹⁰⁴⁸

Diante do posicionamento de Brizola, o contra-almirante Luiz Clóvis de Oliveira emitiu outro comunicado com teor de ultimato ao governador do Rio Grande do Sul. Disse que estava suportando, havia dias, as ameaças, a arrogância e os “arremedos de defensor da ordem e da legalidade em nome de uma causa impatriótica e criminosa”. Caso o governador não fizesse regressar imediatamente as tropas posicionadas na região de Lages, na serra catarinense, e no sul do estado, o contra-almirante faria “uso da força”. O militar dizia ter à sua disposição “duas forças tarefas da Marinha de Guerra, capitaneadas por um cruzador e pelo navio aeródromo ‘Minas Gerais’, devidamente equipado com sua força aérea, e todos estes navios em águas de Florianópolis.” Possuía também “grupamento tático do Corpo de Fuzileiros Navais” e “grande contingente da Força Aérea Brasileira”. O militar acusou Brizola de destruir todo o balizamento da Lagoa dos Patos, bloqueando o acesso marítimo às cidades portuárias do Rio Grande do Sul, proibir a praticagem ao longo da Lagoa, afundar batelões, impedindo o acesso do canal do Rio Grande, com objetivo de

¹⁰⁴⁶ Resumo dos acontecimentos nacionais. *A Gazeta*. Florianópolis, 03 set. 1961.

¹⁰⁴⁷ CAMACHO, Alexandre. *Boletim n° 1*. Arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Arquivo Ernani do Amaral Peixoto. EAP an 1961.08.26. p. 9. Disponível em:

http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=EAP_AssNaci&pasta=EAP%20an%201961.08.26

¹⁰⁴⁸ FERREIRA, Jorge. Op. Cit. p. 255.

“impedir a entrada dos navios de guerra aos portos do Rio Grande do Sul”.¹⁰⁴⁹ Ambos os lados preparavam-se para o conflito. O *Diário da Tarde* noticiou que, no dia 4 de setembro, o V Distrito Naval ordenou que fossem dinamitadas cinco pontes entre as cidades de Florianópolis e Tubarão.¹⁰⁵⁰

Contrariando o governador gaúcho e pessoas próximas – incluindo sua esposa, Maria Thereza –, Jango aceitou a solução parlamentarista. Acostumado a negociações políticas, acreditava que era preciso demonstrar maleabilidade para não levar o país a uma guerra civil. A solução intermediária daria uma “saída honrosa” aos ministros militares e agradava a ala legalista das Forças Armadas. Com a atitude, Jango tentava passar tranquilidade, mas os conflitos, aflorados pela tentativa de golpe, se intensificariam. Nas palavras de Edison F. Macedo, diante de “peremptos apologistas de regimes de exceção”, estudantes e operários rejeitavam a pecha de comunistas e marchavam em direção a uma ordem social mais justa.¹⁰⁵¹ Houvera um paliativo administrativo, o parlamentarismo, mas o que se via eram trabalhadores e estudantes cada vez mais presentes em busca de direitos, reformas sociais, sonhos. Enfim, cada vez mais determinados a terem suas vozes ouvidas.

5.2 – Avolumam-se os “agitadores”: as mobilizações populares, o regime parlamentarista e as eleições de 1962

Consagrada a posse de Jango e a vitória dos grupos favoráveis à legalidade, o *Diário da Tarde* voltou a circular, trazendo as reportagens das edições censuradas. Assinavam os editoriais e os artigos conhecidos líderes estudantis, como Edison Flávio Macedo, Políbio A. Braga e o diretor do jornal, Túlio César Gondin. O jornal, porta-voz da UDN e do antigetulismo no início da redemocratização, após mudanças de proprietários e de linha editorial, transformara-se, no início dos anos 1960, no principal veículo de informação dos grupos reformistas.¹⁰⁵² As atitudes do contra-almirante Luiz Clóvis de Oliveira, comandante do V Distrito Naval, durante a “crise político-militar”, foram

¹⁰⁴⁹ Para a íntegra do documento, ver Anexo 15. Fonte: OLIVEIRA, Luiz Clóvis de. Manifesto ao governador Brizola. *A Gazeta*. Florianópolis, 05 set. 1961.

¹⁰⁵⁰ Pontes dinamitadas em S. Catarina. *Diário da Tarde*. 11 set. 1961.

¹⁰⁵¹ MACEDO, Edison Flávio. Pecha de comunistas. *Diário da Tarde*. 11 set. 1961.

¹⁰⁵² Infelizmente, os exemplares disponíveis na Biblioteca Pública Estadual vão até 1962. Não se sabe se, nos anos seguintes, o jornal funcionou mas não se tem as edições ou se o periódico foi fechado.

criticadas pelo jornal. Gondin escreveu uma fábula para criticar o fechamento do jornal e a perseguição de estudantes durante a campanha da legalidade.

A história se passava em um reino animal, chefiado por um leão, notabilizado pelos seus raros dotes de bondade e candura para com seus dirigidos. O leão adoeceu e o tigre, por sua força, assumiu o controle do reino. Forte e poderoso, o tigre mandou os que falavam demais “tomar garapa” em casa. Fechou o “único jornal independente da bicharada”, editado vespertinamente e com o nome de “Defensor da Legalidade”. Proibiu os “filhotes dos bichos” de fazer reuniões periódicas, rugir ou miar contra ele. Com o retorno do leão, foi feita uma assembleia para expulsar o tigre. A ideia seria aprovada caso o macaco não interviesse dizendo que, caso expulso, o tigre iria para outra floresta usurpar os poderes de outro leão e oprimir outros animais. A fábula do editor do *Diário da Tarde* terminava com o tigre permanecendo no reino e recebendo a repulsa, antipatia e aversão de todos.¹⁰⁵³

A atuação do tigre era uma crítica clara à atuação das Forças Armadas, sobretudo ao contra-almirante Luiz Clóvis de Oliveira, que prendera estudantes e fechara o vespertino. Após a posse de Jango, o militar foi alvo de denúncia, publicada no *Jornal do Brasil*, de que estaria disposto a derrubar a Ponte Hercílio Luz, única ligação entre a Ilha e o Continente, caso o movimento liderado por Brizola ameaçasse tomar a capital de Santa Catarina. A notícia fora dada por um “enviado especial” e reproduzida também no *Diário da Tarde*. Possivelmente, o vespertino florianopolitano estabelecia parceria com o jornal carioca, abastecendo-o com informações do estado catarinense. Na notícia, o contra-almirante teria dito aos deputados, que foram à sede do V Distrito Naval pedir-lhe ponderação, que fossem para casa, “tomar sua cachacinha, pois esta briga é para homens”. Prendeu estudantes, classificando-os de agitadores, e afirmou que, caso houvesse ordem judicial para soltá-los, rasgaria os *habeas corpus* na frente dos magistrados.¹⁰⁵⁴

O comandante retrucou a reportagem, classificando as ações descritas como “absurdos e infâmias”, “invencionices de um forasteiro qualquer”. A ponte que liga o Centro de Florianópolis ao Continente não seria destruída, apenas retirariam seu

¹⁰⁵³ GONDIN, Túlio César. Uma fábula. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 22 set. 1961.

¹⁰⁵⁴ O *Diário da Tarde* reproduziu a notícia do *Jornal do Brasil* feita por um “enviado especial”, provavelmente alguém vinculado ao vespertino. Fonte: Comandante naval quis até destruir ponte durante a crise em Santa Catarina. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 18 set. 1961.

“taboamento” em caso de situação extrema. Sobre a cachacinha e o *habeas corpus*, Luiz Clóvis disse que foram informações colhidas em “fontes pouco dignas de fé”. Pediu aos deputados para que não fizessem discursos com intuito de “implantar a desordem na cidade”. Afinal, “a atuação de agitadores, nunca ausentes nessas oportunidades”, representaria um perigo para todos. Afirmou que ouvira de forças policiais que seria inócuo prender os tais “agitadores”, porque eles possuiriam “*habeas corpus* preventivos”, dados por juristas do estado, “notoriamente vermelhos”. Contudo, na condição de comandante das forças federais e dentro de um “Teatro de Operações, ou seja, em plena zona de guerra”, deixou claro que “não vacilaria em tomar medidas extremas para coibir tais desmandos”.¹⁰⁵⁵

A declaração do comandante militar deixava claro que, a depender do V Distrito Naval, o vice-presidente não assumiria e as manifestações em contrário seriam reprimidas, como o foram. Na luta pela legalidade, os catarinenses criaram o “1º Comitê Barriga-Verde contra o golpe e pela posse do presidente João Goulart” e fizeram um abaixo-assinado com centenas de assinaturas. Todavia, o ímpeto popular não atenuaria com a posse de Jango. Eram muitos os temas a se discutir.

Sob o novo regime parlamentarista, o *Diário da Tarde* publicou editorial ironizando os deputados estaduais catarinenses que votaram o aumento dos seus próprios salários. A medida teria como objetivo capacitar os deputados para “enfrentar o encarecimento cada vez maior do custo de vida em nossa capital e, melhor alimentados, vestidos e habitados, poderão sem dúvida nenhuma, defender com mais estoicismo a gente barriga-verde”. O editorial “saudava” o deputado Delamar Vieira, líder do PSP na Assembleia, autor do projeto de lei que presenteava cada líder de bancada com um carro, “a fim de facilitar a locomoção do parlamentar chefe em suas andanças em proveito do povo catarinense”.¹⁰⁵⁶

Os estudantes foram às ruas de Florianópolis protestar contra o aumento. Em resposta, os deputados catarinenses usaram os microfones da *Rádio Diário da Manhã* para taxá-los de comunistas e de coagir os parlamentares.¹⁰⁵⁷ Silvio Pirajá Martins, definido

¹⁰⁵⁵ Comandante do 5º distrito rebate críticas. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 18 set. 1961.

¹⁰⁵⁶ CR\$ 114.000,00 por mês é pouco! Os benfeitores do povo merecem melhor remuneração. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 20 set. 1961.

¹⁰⁵⁷ Deputados respondem a estudantes. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 20 set. 1961.

posteriormente pela DOPS-SC como “agitador comunista”¹⁰⁵⁸, e Orestes Vidal Guerreiro, presidente da União Catarinense dos Estudantes Secundaristas, criticaram a manobra. Não houve coação. Os estudantes “criticaram, protestaram, com excessos, talvez, mas o fizeram bem”.¹⁰⁵⁹ Sobre a acusação de comunismo, questionavam: “Será que o povo é obrigado a suportar ser espoliado e, além disso, levar a pecha de comunista?”. De acordo com os cálculos dos articulistas, cada deputado receberia, somando salários, jetons e gratificações, cerca de Cr\$ 256.000,00, enquanto um operário viveria com aproximadamente Cr\$ 7.200,00 mensais.¹⁰⁶⁰ Em nota, a UCES criticou a postura dos parlamentares, pedindo para aqueles que fossem contra o aumento se manifestassem publicamente e dizendo que iria fazer campanha para que os “aumentistas” não se reelegessem nas eleições de 1962. Reafirmava ainda o apoio ao governador Celso Ramos: “ao vosso lado lutaremos para que o nosso poder não seja desmoralizado”.¹⁰⁶¹

Em outubro de 1961, os funcionários do Banco do Brasil de Florianópolis entraram em greve. O movimento seria em solidariedade à greve dos bancários da Guanabara.¹⁰⁶² Dias depois, o *Diário da Tarde* noticiou que outras categorias adeririam à paralisação caso as autoridades policiais impusessem restrições à atividade sindical.¹⁰⁶³ O deputado federal Osmar Cunha, do PSD, foi à tribuna para defender a greve dos bancários, entendida como uma resposta legítima ao aumento crescente do custo de vida.¹⁰⁶⁴ No final do ano, os transportadores de gasolina do estado de Santa Catarina também paralisaram suas atividades por melhores salários.¹⁰⁶⁵

Em 1962, ano de eleições parlamentares, avolumaram-se os protestos. Em Florianópolis, as empresas de transporte coletivo reivindicaram 60% de aumento nas passagens. Pressionaram a prefeitura para autorizar o aumento, ameaçando parar sua frota se a solicitação não fosse atendida. Aproveitando o ensejo, os motoristas se organizaram e

¹⁰⁵⁸ DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. *Lista de nomes que assinaram o abaixo-assinado para a volta do PCB à legalidade*. Arquivo Público do Estado do Paraná. Divisão Central de Informações – SC. nº 698/Top. 80.

¹⁰⁵⁹ MARTINS, Silvío Pirajá. Passeata dos estudantes. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 21 set. 1961.

¹⁰⁶⁰ GUERREIRO, Orestes Vidal. Ponde a mão na consciência, ou na cabeça... Apiedai-vos, ó deputados, dos funcionários, dos operários e dos estudantes. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 21 set. 1961.

¹⁰⁶¹ UCES: srs. Deputados, nosso compromisso foi, é e será defender o povo! *Diário da Tarde*. Florianópolis, 22 set. 1961.

¹⁰⁶² Funcionários do Banco do Brasil de Florianópolis em greve! *Diário da Tarde*. Florianópolis, 20 set. 1961.

¹⁰⁶³ Alastra-se a greve dos bancários! *Diário da Tarde*. Florianópolis, 23 set. 1961.

¹⁰⁶⁴ Osmar Cunha apoia a greve dos bancários. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 03 nov. 1961.

¹⁰⁶⁵ Transportadores de gasolina de Santa Catarina em greve. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 04 dez. 1961.

decidiram entrar em greve por 60% de aumento nos seus salários. A prefeitura manteve-se irredutível e, com a frota parada, pediu auxílio à polícia militar para dirigir um número mínimo de ônibus de modo a não deixar a população sem transporte. Após negociações, as empresas aceitaram os termos propostos pela prefeitura, reajustaram em 25 e 30% as passagens e concederam o aumento aos motoristas de ônibus.¹⁰⁶⁶

Os estudantes, convocados pela UCE, fizeram comício na capital de Santa Catarina contra o atentado à sede da UNE, feita por integrantes do Movimento Anticomunista (MAC).¹⁰⁶⁷ Marcílio Krieger, presidente da UCE, mandou telegrama ao presidente João Goulart e ao ministro da Justiça, Alfredo Nasser, pedindo providências.¹⁰⁶⁸ Em editorial assinado por Políbio A. Braga, o *Diário da Tarde* pediu punição de modo a não imperar a “onda de terrorismo” comandada por militares e homens públicos, como Pena Boto e Carlos Lacerda. O comício convocado pela UCE era um levante das “forças progressistas” contra as manobras de “reacionários e golpistas”.¹⁰⁶⁹ Enquanto trabalhadores e estudantes aumentavam o volume dos protestos, alguns grupos atribuíam-lhes a pecha de comunistas. Em tempo de guerra fria e revolução em Cuba, os grupos conservadores não ficariam inertes ante as ações populares.

O secretário de Segurança Pública do estado, Jade Magalhães, elogiou o dinheiro vindo dos Estados Unidos para equipar a polícia. A verba viria do acordo conhecido com Ponto IV.¹⁰⁷⁰ A mesma polícia foi acusada de fascismo por Políbio A. Braga, em virtude de sua ação no comício estudantil em repúdio ao atentado contra a UNE. O jornalista denunciou que, sob as ordens de Jade Magalhães, os policiais coagiram manifestantes,

¹⁰⁶⁶ Sobre a polêmica envolvendo o aumento das passagens no início de 1962, ver as seguintes fontes: Coletivos vão parar em Fpolis! *Diário da Tarde*. Florianópolis, 03 jan. 1962; Torpedeada pretensão das empresas de transporte coletivo. *O Estado*. Florianópolis, 04 jan. 1962; O caso dos transportes coletivos. E o povo pagou mais. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 05 jan. 1962; Prefeitura e coletivos não se entendem: dissídio coletivo poderá fazer parar os ônibus na capital. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 05 jan. 1962; Memorial das empresas de transporte coletivo. *O Estado*. Florianópolis, 06 jan. 1962; Ainda a greve dos transportes coletivos. *A Gazeta*. Florianópolis, 04 jan. 1962; Tabela de aumentos das passagens de transportes coletivos. *A Gazeta*. Florianópolis, 11 jan. 1962; Greve dos motoristas e a polícia militar. *A Gazeta*. Florianópolis, 13 jan. 1962; Jade mostrou serenidade. *A Gazeta*. Florianópolis, 13 jan. 1962; Processos reprováveis. *O Estado*. Florianópolis, 11 jan. 1962.

¹⁰⁶⁷ Atacada a sede da UNE por membros da MAC. *A Gazeta*. Florianópolis, 10 jan. 1962; Comício de protesto contra o metralhamento da UNE! *Diário da Tarde*. Florianópolis, 11 jan. 1962.

¹⁰⁶⁸ Os universitários catarinenses e o atentado à UNE. *A Gazeta*. Florianópolis, 11 jan. 1962.

¹⁰⁶⁹ BRAGA, Políbio A. Editorial DT. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 11 jan. 1962.

¹⁰⁷⁰ Jade Magalhães fala sobre sub-acordo do Ponto IV. *A Gazeta*. Florianópolis, 31 mar. 1962.

prenderam um estudante e tentaram desarticular o comício, exigindo que fosse realizado no Largo do Fagundes, enquanto que a convocação fora feita para a Praça Pereira Oliveira.¹⁰⁷¹

A política externa independente do governo brasileiro, não se atrelando indistintamente aos EUA, aumentava os rumores de que a nação estava sob a iminência de uma ação comunista. Em janeiro de 1962, o jornal *O Estado* noticiou que Brasil, México e Argentina não apoiariam o “boicote econômico e político” contra Cuba comandado pelos norte-americanos.¹⁰⁷² Dois meses depois, o periódico divulgou a parceria entre o governo do estado e a principal potência capitalista para trazer para Santa Catarina recursos da Aliança para o Progresso.¹⁰⁷³ O estado recebeu um aporte inicial de 160 mil dólares.¹⁰⁷⁴ Proposta pelos Estados Unidos em uma reunião da OEA (Organização dos Estados Americanos) em Punta del Leste, no Uruguai, no ano de 1961, a Aliança para o Progresso teria como objetivo apaziguar os problemas estruturais e sociais mais candentes dos países latino-americanos, de modo a diminuir o risco de uma revolução comunista “à moda cubana”. Ao adotar o programa, o governo catarinense, formado pela coligação PSD-PTB, demonstrava parte de suas ambiguidades.

Por um lado, o governador catarinense demonstrava capacidade de diálogo com estudantes e trabalhadores sindicalizados. No primeiro ano de mandato, Celso Ramos se comprometeu a pagar o aluguel da Casa do Estudante Secundário, uma residência alugada no Centro de Florianópolis com o objetivo de ajudar na manutenção dos estudantes vindos do interior do estado.¹⁰⁷⁵ No ano seguinte, realizou audiência com a UCES sobre a aquisição de imóvel para a referida Casa.¹⁰⁷⁶ Esteve também presente em Joinville na abertura do IV Congresso Sindical Catarinense.¹⁰⁷⁷ O jornal pessedista chegou a usar sua coluna “Busca-pés” para desfazer a acusação de que o governador do estado apoiaria a instauração de uma “República Sindicalista” no país.¹⁰⁷⁸ Concomitantemente às ações de aproximação dos grupos populares, o governador do estado nomeara Jade Magalhães para

¹⁰⁷¹ BRAGA, Políbio A. Editorial DT. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 16 jan. 1962.

¹⁰⁷² Brasil, argentina e México não apoiam ação contra Cuba. *O Estado*. Florianópolis, 10 jan. 1962.

¹⁰⁷³ Santa Catarina dentro da “Aliança para o Progresso”. *O Estado*. Florianópolis, 11 mar. 1962.

¹⁰⁷⁴ Aliança para o Progresso: 160 mil dólares para Sta. Catarina. *A Gazeta*. Florianópolis, 19 jun. 1962.

¹⁰⁷⁵ Casa do estudante secundário. *O Estado*. Florianópolis, 11 out. 1961; Governador Celso Ramos: “Responderei pelo aluguel da casa do estudante universitário”. *O Estado*. Florianópolis, 14 nov. 1961.

¹⁰⁷⁶ UCES atendida em audiência pelo governador. *O Estado*. Florianópolis, 23 jan. 1962.

¹⁰⁷⁷ Governador Celso Ramos em Joinville: instalação solene do IV Congresso Sindical. *O Estado*. Florianópolis, 01 mai. 1962.

¹⁰⁷⁸ Busca-pés. *O Estado*. Florianópolis, 02 out. 1962.

secretário de Segurança Pública, conhecido pela repressão às manifestações operárias e estudantis.

No caso da aliança com o PTB, a relação foi permeada de idas e vindas. As inflexões à esquerda da base trabalhista e as disputas por cargos e espaços políticos geraram desarranjos na coligação que dava governabilidade a Celso Ramos. Acácio Garibaldi S. Thiago reclamou da destituição do PTB da pasta de Saúde Pública do governo do estado. De acordo com o líder trabalhista, após a aprovação do PLAMEG, plano de governo que destinaria vultosa soma de recursos para a secretaria, o governador optou por dar o cargo a um pessedista, ciente de que poderia render dividendos eleitorais ao partido.¹⁰⁷⁹ Em contrapartida, o jovem trabalhista Silveira Lenzi foi nomeado diretor da Imprensa Oficial do Estado, indicado pelo mesmo Acácio Garibaldi.¹⁰⁸⁰

As divergências geradas pela distribuição dos cargos aumentaram com a eleição para a mesa diretora da Assembleia Legislativa. Segundo Doutel de Andrade, vice-governador, havia um acordo entre PSD e PTB. Os pessedistas teriam a presidência da Assembleia no ano de 1961 e os trabalhistas no ano seguinte. Ocorreu que na eleição para a mesa diretora de 1962, o PSD indicou candidato e ofereceu aos trabalhistas a 1ª vice-presidência e a 1ª secretaria. Insatisfeito pelo não cumprimento do acordo, o PTB não aceitou cargo algum, ficando de fora da mesa diretora. Doutel, no entanto, ressaltou que o partido permaneceria votando com o governo.¹⁰⁸¹ Rubens de Arruda Ramos justificou a opção pessedista argumentando que o PSD sufragaria o nome trabalhista, “com os 15 (quinze) votos dos deputados que integram a bancada (...) desde que existissem condições de êxito nessa eleição”.¹⁰⁸²

Os desentendimentos na aliança PSD-PTB era flagrantes tanto no plano nacional quanto no plano estadual. Acácio Garibaldi S. Thiago manifestou-se pela saída do PTB do governo de Celso Ramos. No entanto, Doutel de Andrade, vice-governador e deputado federal, defendeu a permanência.¹⁰⁸³ A situação política era delicada. Com a tentativa de golpe de 1961, ficou claro que porção considerável dos militares acreditava em uma

¹⁰⁷⁹ THIAGO, Acácio Garibaldi S. “Busca-pés” e uma entrevista. *A Gazeta*. Florianópolis, 04 jan. 1962.

¹⁰⁸⁰ Novo diretor da IOE: jornalista Silveira Lenzi. *O Estado*. Florianópolis, 10 ago. 1962.

¹⁰⁸¹ PTB revela as razões da sua não participação na mesa da Assembleia Legislativa. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 12 abr. 1962; Mesmo desatendido, PTB catarinense continua a honrar compromissos com o governo pessedista. *A Gazeta*. Florianópolis, 12 abr. 1962.

¹⁰⁸² RAMOS, Rubens de Arruda. Restabelecendo a verdade. *O Estado*. Florianópolis, 12 abr. 1962.

¹⁰⁸³ Drágeas políticas. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 03 jan. 1962.

intervenção armada para suprimir os riscos de “comunização” do país. As reformas, defendidas por Jango e reivindicadas pelas bases, esbarravam nos discursos inflamados da oposição e nas ambiguidades dos políticos do PSD.

Durante o regime parlamentarista, Jango procurou manter um equilíbrio político cada vez mais difícil. Seu primeiro gabinete, denominado “conciliação nacional”, foi chefiado por Tancredo Neves (PSD). Na composição ministerial, os pessedistas receberam três ministérios, o PTB dois, a UDN dois e o PDC e o PSP receberam uma pasta cada.¹⁰⁸⁴ Para suceder Tancredo, o presidente indicou San Tiago Dantas, ministro das Relações Exteriores. Dantas era visto pelas forças conservadoras como um “esquerdista”, sobretudo após seu posicionamento de neutralidade em relação a Cuba, defendida na reunião da Organização dos Estados Americanos, em Punta del Leste, em janeiro de 1962.¹⁰⁸⁵

O nome de Dantas foi rejeitado pelo Congresso com votos tanto de udenistas quanto de pessedistas.¹⁰⁸⁶ Da bancada catarinense, apenas Doutel de Andrade votou favorável ao nome indicado por Jango.¹⁰⁸⁷ A rejeição de Dantas e a indicação de Auro Moura de Andrade, presidente do Senado, desencadeou uma greve geral liderada por organizações de esquerda, como a Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, o Fórum Sindical de Debates e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI).¹⁰⁸⁸ Tito Carvalho, que dirigira o *Diário da Tarde* nos anos 1950, assinou artigo em *O Estado* criticando a paralisação. Segundo o jornalista, a greve seria uma manobra dos comunistas para fazer retornar o presidencialismo e instaurar um “ministério esquerdista, ao figurino de San Tiago Dantas”.¹⁰⁸⁹ Andrade renunciou. Diante do impasse, com pressões de ambos os lados, Jango indicou Francisco Brochado Rocha, ex-secretário do Interior e Justiça do

¹⁰⁸⁴ Para a relação completa dos ministérios, ver: FERREIRA, Jorge. Op. Cit. p. 267, 332.

¹⁰⁸⁵ Ibid. p. 304.

¹⁰⁸⁶ Os jornais de Santa Catarina repercutiram o veto do Congresso: Por 164 votos, San Thiago Dantas foi derrotado na câmara. *A Gazeta*. Florianópolis, 29 jun. 1962; Câmara vetou San Thiago por 174 x 110. *O Estado*. Florianópolis, 29 jun. 1962; Câmara rejeitou San Tiago Dantas. *Diário da Tarde*. Florianópolis, 28 jun. 1962.

¹⁰⁸⁷ Os deputados catarinenses que votaram contra a indicação de Dantas foram os seguintes: Antônio Carlos Konder Reis (UDN); Aroldo Carvalho (UDN); Lauro Carneiro Loiola (UDN); Atílio Fontana (PSD); Joaquim Ramos (PSD); Osmar Cunha (PSD); Lenoir Vargas Ferreira (PSD); Wilmar Dias (PSD). A UDN catarinense tinha uma bancada com quatro deputados federais. O quarto nome seria o de Irineu Bornhausen, eleito senador. Não se tem informações se o suplente estava ou não presente no dia da votação. Para a lista dos deputados que votaram contra a indicação de San Tiago Dantas, ver: DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987. p. 711-713.

¹⁰⁸⁸ FERREIRA, Jorge. Op. Cit. p. 304.

¹⁰⁸⁹ CARVALHO, Tito. A situação. *O Estado*. Florianópolis, 10 jul. 1962.

governo de Leonel Brizola – detido pelo V Distrito Naval quando desembarcou em Florianópolis durante a crise de 1961. Dessa vez, com o apoio do PSD, o nome foi aprovado pelo Congresso Nacional, em 10 de julho de 1962.

Uma das consequências do veto de San Tiago Dantas e da deflagração das greves foi o sentimento de que o regime parlamentarista era pouco eficaz na resolução dos problemas do país. Outro aspecto visível era que a aliança entre PSD e PTB dava sinais de esgotamento. Não menos importante, deixava claro para alguns setores que, através das mobilizações populares, o ambiente político rumava para a extensão progressiva dos direitos aos trabalhadores. Foi nesse clima que se deram as eleições parlamentares de outubro de 1962. Em Santa Catarina, seriam escolhidos dois senadores, deputados federais e deputados estaduais. Na capital, havia também a eleição para a Câmara de Vereadores.

Em julho de 1962, foi lançada a seção catarinense da Ação Democrática Popular (ADEP). A entidade era um dos braços de articulação do complexo IPES/IBAD – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática. De acordo com Dreifuss, ambos articulavam uma ampla rede de organização e financiamento de ações anticomunistas e em defesa dos interesses das empresas estrangeiras. Enquanto o IPES congregava políticos e militares destituídos das principais pastas no governo Jango, muitos deles vinculados à Escola Superior de Guerra, o IBAD servia como canal financeiro de fundos multinacionais.¹⁰⁹⁰ Por trás de ambos, os interesses de grupos econômicos que não queriam permitir que, em plena guerra fria, a empresa privada fosse destruída pela “demagogia e ignorância”. Ao todo, 297 empresas americanas deram apoio financeiro ao IPES e outras 101 de outras proveniências.

Para o pleito de 1962, o complexo IPES/IBAD patrocinou candidatos interferindo nos seus programas eleitorais. A ADEP preparou sua lista de candidatos e ajudou a financiar a propaganda eleitoral. Os critérios de seleção dos beneficiários não levavam em conta o partido, mas a orientação ideológica: deveriam se comprometer a lutar contra o comunismo e defender o investimento estrangeiro. Caso eleitos, os políticos deveriam

¹⁰⁹⁰ Dreifuss cita algumas empresas que faziam depósitos nas contas da rede IBAD/ADEP/Promotion S.A.: Texaco, Shell, Esso Brasileira, Standart Oil of New Jersey, Texas Oil Co., Gulf Oil, Bayer, Enila, Shering, Ciba, Gross, General Electric, IBM, Remington Rand, AEG, Coty, Coca-Cola, Standart Brands, Cia. De Cigarros Souza Cruz, Belgo-Mineira, U. S. Steel, Hana Mining Corp., Bethlehem Steel, General Motors, Willys Overland e o IBEC. As informações deste parágrafo podem ser vistas em: DREIFUSS, René Armand. Op. Cit. p. 207.

ingressar na Ação Democrática Parlamentar, representação do bloco multinacional financiador do IPES/IBAD no Congresso. Para a eleição de 1962, a rede IBAD/ADEP contou com mais de 80 programas de rádio semanais, financiou 250 candidatos a deputado federal, 600 candidatos a deputado estadual, 8 a governos estaduais, além de senadores, prefeitos e vereadores. Nos 150 anteriores ao pleito, a ADEP gastou mais de um bilhão de cruzeiros.¹⁰⁹¹ De acordo com Dreifuss:

Mais de um terço da Câmara veio a ser beneficiado com tal apoio. De um total de 110 parlamentares, cujo mandato dependia de financiamento da rede IPES/IBAD/ADEP que, em troca, comprava a posição de cada um contra as reformas estruturais reivindicadas pelo executivo nacional-reformista, 46 pertenciam à UDN, 37 ao PSD, 5 ao PRP, 5 ao PTB, 4 ao PTN, 4 ao PSP, 3 ao PDC, 3 ao PR, um ao PL, um ao PRT e um ao MTR.¹⁰⁹²

Em Santa Catarina, a ADEP publicou seus informes nos jornais *O Estado* e *A Gazeta*. No seu “protocolo de intenções”, publicado no manifesto de instalação da seção estadual, a ADEP explicava sua fundação em virtude da “crescente e ostensiva agressividade dos elementos antidemocráticos (por excelência os comunistas, por demais organizados e atuantes)”. Seria criada uma “trincheira” para lutar contra os extremistas, “comunistas, fascistas ou vendidos ao grande capitalismo internacional”, e os inconscientes ou conscientes cúmplices, “demagogos, oportunistas e corruptos”, empenhados “na destruição da democracia brasileira”. Assinava, como secretário executivo, o general da reserva Paulo Weber Vieira da Rosa.¹⁰⁹³

Vieira da Rosa era membro do Partido Libertador e foi candidato a prefeito de Florianópolis na tumultuada disputa de 1959. Segundo Patrícia Zumblick May, o militar foi presidente por dois mandatos de um dos clubes sociais mais conhecidos da capital, o Clube Doze de Agosto, conhecido reduto de políticos ligados ao PSD. Por desfrutar de bom

¹⁰⁹¹ Em 1977, esse valor foi corrigido e chegou-se à cifra de 5 milhões de dólares. Ver: DREIFUSS, René Armand. Op. Cit. p. 330.

¹⁰⁹² DREIFUSS, René Armand. Op. Cit. p. 331.

¹⁰⁹³ Ação Democrática Popular (ADEP) Seção Santa Catarina. Manifesto de instalação. *O Estado*. Florianópolis, 08 jul. 1962.

relacionamento com pessedistas, escreveu no jornal *O Estado* a coluna “Bilhete”, em que divulgava as concepções ideológicas da Escola Superior de Guerra (ESG).¹⁰⁹⁴

A disputa parlamentar de 1962 foi atravessada pela dinâmica política nacional. Como não havia disputa pelo executivo em Santa Catarina, a repercussão do pleito nos jornais foi restrita. A ADEP publicava frequentemente notas dando sua opinião sobre os acontecimentos nacionais. O tom era o mesmo, repúdio ao comunismo e à infiltração de elementos vermelhos nos partidos e entidades sindicais e estudantis.¹⁰⁹⁵ Poucos dias antes do pleito, a entidade publicou a lista de candidatos por ela indicados. Ressaltava que, independentemente da sigla, os nomes listados teriam manifestado o repúdio aos extremismos e firmado compromisso com os princípios democráticos. Dos candidatos ao Senado, foram recomendados: Atílio Fontana (PSD), Antônio Carlos Konder Reis (UDN), Martinho Callado Júnior (PDC) e Saulo Ramos (PST). O único não listado foi Doutel de Andrade (PTB) – que concorria também a uma cadeira na Câmara Federal. Para suplente, a lista ficou restrita a dois nomes: Celso Ramos Branco, suplente de Antônio Carlos Konder Reis, e Renato Ramos da Silva, suplente de Atílio Fontana. Como o voto para o Senado era casado, ou seja, votava-se no candidato a senador e no suplente, a Ação Democrática Popular recomendava o voto apenas nos candidatos de UDN e PSD.

Para deputado federal, a ADEP listou alguns nomes, a maioria de UDN e PSD. Entre os 8 candidatos pessedistas, os únicos não mencionados foram Osmar Cunha e Osni Régis. Dos 14 candidatos da UDN, não foram listados Aroldo Carneiro de Carvalho, Elias Adaime, Wilmar Dias e Ottolmy Strauch. Entre os 53 nomes listados para deputado estadual, constavam os do vereador anticomunista Nereu do Vale Pereira e dos deputados Ivo Reis Montenegro, Fernando Viegas e Ivo Silveira.¹⁰⁹⁶ Pelo apoio da ADEP, é possível perceber que parte considerável dos candidatos pessedistas estava comprometida com os postulados de seus financiadores, tornando ainda mais complicada a manutenção da aliança com o PTB.

Os trabalhistas lançaram comunicado no jornal ressaltando o apoio a Doutel de Andrade, do PTB, e ao candidato indicado pelo PSD ao Senado, obedecendo assim ao

¹⁰⁹⁴ MAY, Patrícia Zumblick. *Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, 1998. p. 112.

¹⁰⁹⁵ Os piores. *A Gazeta*. Florianópolis, 03 ago. 1962; Característicos odores. *A Gazeta*. Florianópolis, 04 ago. 1962; Por que tão anticomunistas? *A Gazeta*. Florianópolis, 24 ago. 1962.

¹⁰⁹⁶ Ação Democrática Popular. *A Gazeta*. Florianópolis, 27 set. 1962.

acordo firmado na eleição de 1960.¹⁰⁹⁷ Após a escolha do PSD de lançar o empresário Atílio Fontana para uma das vagas de senador, o PTB emitiu duas notas. A primeira manifestando o apoio ao candidato pessedista e a segunda concitando os diretórios do PSD a fazer campanha para a “chapa” PTB-PSD ao Senado. Doutel de Andrade mandou telegramas para as sedes municipais dos dois partidos ressaltando a necessidade de se votar nos dois candidatos.¹⁰⁹⁸

As manifestações do presidente do PTB em Santa Catarina e candidato ao Senado demonstravam que havia preocupação quanto à infidelidade do PSD. Os recentes desentendimentos das duas legendas no cenário nacional e estadual aumentavam o risco de uma aliança tácita entre UDN e PSD. O líder trabalhista demonstrava compreender que, caso o PSD e sua máquina partidária não encampassem sua candidatura, teria poucas chances de vitória. Ademais, como o eleitor votava em dois candidatos para o Senado, Doutel poderia ser prejudicado pelo discurso anticomunista, fortalecido com as propagandas da ADEP. Em depoimento, Evilásio Caon afirmou que, em virtude dos recursos disponibilizados pela ADEP na campanha de 1962, os materiais de campanha de seus candidatos se destacavam pela qualidade, “como papéis coloridos e outros de pouco uso na época devido ao seu alto valor”.¹⁰⁹⁹ Se bem sucedido, o discurso contra o comunismo – que atacava diretamente o governo Jango e o movimento sindical – dificultaria que o segundo voto do eleitor pessedista (e muito menos do udenista) fosse dado ao candidato do PTB.

Às vésperas da eleição, Doutel de Andrade publicou em *A Gazeta* uma carta endereçada a Acácio Garibaldi S. Thiago. O candidato ao Senado orientava o presidente do PTB de Florianópolis a entrar com medidas judiciais contra a campanha de “infâmias e calúnias” promovida contra ele, principalmente no interior do estado. Ressaltava ainda que era “homem católico, educado em colégio de Irmãos Maristas”.¹¹⁰⁰ Ficava explícita a preocupação com a campanha ligando-o ao comunismo, da qual a ADEP tinha importante parcela de contribuição. O trabalhista Silveira Lenzi reclamou da diminuição do tamanho

¹⁰⁹⁷ Nota do PTB. *A Gazeta*. Florianópolis, 02 set. 1962.

¹⁰⁹⁸ PTB concretiza apoio a Atílio Fontana. *A Gazeta*. Florianópolis, 06 set. 1962; PTB concita PSD para campanha ao senado. *A Gazeta*. Florianópolis, 06 set. 1962.

¹⁰⁹⁹ Entrevista de Evilásio Caon concedida a Patrícia Zumblick May, em 25 de julho de 1997. Apud: MAY, Patrícia Zumblick. Op. Cit. p. 115.

¹¹⁰⁰ Doutel enfrenta calúnias. Processo crime contra aqueles que acusam o PTB de comunista. *A Gazeta*. Florianópolis, 04 out. 1962.

de sua coluna “Política em tabela” em decorrência da ocupação da página por propagandas eleitorais pagas. Um dos principais anunciantes era a Ação Democrática, “com aquela linguíça paga de candidatos comprometidos!”. No entanto, resignava-se: “É, enfim, o poder econômico que também recai sobre esse escriba menor”. Abertas as urnas e contados os votos, os resultados demonstrariam que boa parte das preocupações de Doutel estavam corretas.

Antônio Carlos Konder Reis (UDN), com 35,7% (275.226 votos), e Atílio Fontana (PSD), com 33,7% (259.923), foram os dois mais votados para o Senado. Doutel de Andrade (PTB) ficou em terceiro, com 14,6% (112.737). Martinho Callado Júnior (PDC) e Saulo Ramos (PST) ficaram em quarto e quinto com, respectivamente, 10,1% (77.985) e 6% (46.112).¹¹⁰¹ Fica difícil tecer análises sobre a composição dos votos sem os dados por seção eleitoral. No entanto, parece evidente que o segundo voto dos eleitores pessedistas não foi dado, em sua maioria, para o candidato do PTB.

Os números do candidato da UDN chamam a atenção. Konder Reis obteve mais votos do que a legenda udenista para a Câmara Federal e para a Assembleia Legislativa.¹¹⁰² O PSD, campeão de votos nas eleições proporcionais e detentor do executivo estadual, não conseguiu fazer com que seu candidato ao Senado fosse o mais votado.¹¹⁰³ Uma possível explicação estaria na “cristianização” de Doutel de Andrade. Na semana seguinte ao pleito, o político trabalhista deu uma entrevista ao *Diário Carioca* na qual afirmou ter sido “traído pelo PSD”. Avaliava positivamente a eleição para os trabalhistas, em especial porque tiveram de enfrentar a “traição inominável do PSD” e o dinheiro movido “pela ADP e pelo IBAD”.¹¹⁰⁴ Apesar disso, o PTB elegeu dois deputados federais (dobrando o número em relação a 1958) e manteve o número de seis deputados estaduais. Doutel de Andrade “carregou” a boa votação da legenda para a Câmara Federal, sendo o segundo mais votado.¹¹⁰⁵

¹¹⁰¹ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resenha eleitoral: nova série*. Florianópolis: TRESA, 2001. p. 90.

¹¹⁰² A UDN fez para a Câmara Federal 206.465 votos. Para a Assembleia, obteve 149.235 votos.

¹¹⁰³ O PSD fez para a Câmara Federal 216.245 votos. Para a Assembleia, auferiu 210.475 votos.

¹¹⁰⁴ Entrevista ao DC: Doutel considera-se traído pelo PSD. *A Gazeta*. Florianópolis, 14 out. 1962.

¹¹⁰⁵ Para a Câmara Federal, a composição partidária de Santa Catarina foi a seguinte: PSD: 6; UDN: 6; PTB: 2. Para a Assembleia Legislativa: PSD: 20; UDN: 14; PTB: 6; PDC: 2; PRP: 2; PSP: 1. Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resenha eleitoral: nova série*. Florianópolis: TRESA, 2001.

Nos dias seguintes, *A Gazeta* publicou uma série de notícias sobre a nova crise na aliança entre PSD e PTB. O *Jornal de Lages*, na serra catarinense, comandado pelo trabalhista Edézio Caon, irmão do deputado estadual Evilásio Caon, estampou a manchete: “O PSD ‘cristianizou’ Doutel”. Na reportagem, o jornalista afirmava que, “enquanto os trabalhistas desenvolveram a campanha nos termos do acordo, o PSD deixou de cumpri-lo, negando qualquer votação a Doutel de Andrade”.¹¹⁰⁶ No final de outubro, o PTB se reuniu para discutir as condições da aliança com o PSD firmada em 1960.¹¹⁰⁷

Dia 23, o PTB divulgou nota, enviada ao presidente estadual do PSD, Aderbal Ramos da Silva, em que rompia o acordo feito pelas agremiações em 1960. Segundo a nota, o apoio à eleição de Celso Ramos foi dado mediante um pacto de que, em 1962, os dois partidos marchariam juntos, cada qual indicando um candidato ao Senado. Todavia, o que se viu foi o abandono do candidato trabalhista. Além de não fazer campanha para Doutel, os trabalhistas acusaram o PSD de recomendar “em vários municípios, o nome do candidato da UDN, sr. Konder Reis”, o que explicaria sua grande votação. Além disso, os trabalhistas denunciaram que alguns dos “líderes mais responsáveis” do PSD teriam “insuflado e até mesmo patrocinado a campanha difamatória que contra o sr. Doutel de Andrade moveu uma parte do clero catarinense”. Como consequência, o PTB decidiu entregar os cargos ocupados no governo de Celso Ramos, três secretarias, e oficializar o rompimento entre os partidos.¹¹⁰⁸

Ao falar sobre o rompimento, Doutel contou que mandara confeccionar “faixas, cartazes, folhetos, jingles” de ambos os candidatos. O PSD, “estranhamente”, não teria procedido da mesma forma: “aquele partido demonstrava preocupação apenas com o seu candidato ao Senado, o qual, por sua vez, não fez segredo da sua preocupação pela vitória da candidatura do sr. Antônio Carlos Konder Reis, recomendando-a, inclusive, várias vezes, de público”.¹¹⁰⁹ Em resposta, a coluna “Busca-pés” do jornal *O Estado* afirmou que

¹¹⁰⁶ O PSD “cristianizou” Doutel. *A Gazeta*. Florianópolis, 14 out. 1962.

¹¹⁰⁷ PTB reúne-se hoje: estuda relações com o PSD. *A Gazeta*. Florianópolis, 20 out. 1962.

¹¹⁰⁸ A carta de Doutel de Andrade a Aderbal Ramos da Silva, presidente estadual do PSD, dizia o seguinte: “Sr. Presidente: Pelo presente, venho comunicar a Vossa Senhoria que, nesta data, o Partido Trabalhista Brasileiro decidiu, por unanimidade de seu órgão diretivo, considerar renunciado o acordo firmado em julho de 1960 com o Partido Social Democrático, por falta de cumprimento pela agremiação presidida por Vossa Senhoria de cláusula segundo a qual se comprometia o PSD a apoiar o candidato do PTB ao Senado da República, o que não se verificou.” Fonte: PTB rompeu acordo com PSD. *A Gazeta*. Florianópolis, 23 out. 1962.

¹¹⁰⁹ Doutel esclarece o rompimento: “PSD não cumpriu o acordo”. *A Gazeta*. Florianópolis, 25 out. 1962.

o abandono teria sido de ambos os partidos. Isso porque o eleitorado, tanto pessedista quanto trabalhista, mostrava-se insensível ao acordo. Portanto, o denunciamento do PTB seria mera desculpa para justificar a “estagnação eleitoral revelada pelas urnas”.¹¹¹⁰

O que se viu na eleição de 1962 não foi nada parecido com a estagnação eleitoral trabalhista. Ao contrário, o partido aumentou sua bancada de 66 para 104 deputados federais, ficando atrás somente da bancada pessedista. Em Santa Catarina, o partido consolidou-se como terceira força política no estado, demonstrando influência em cidades com grandes contingentes de trabalhadores urbanos, como Criciúma, Joinville e Florianópolis. A “cristianização” do candidato trabalhista parece ter sido causada por dois fatores: a campanha contra a candidatura de Doutel, financiada com volumosos recursos da ADEP, que o ligava ao comunismo; e a escolha de um candidato da ala mais conservadora do PSD, ligado aos grupos empresariais e pouco ou nada receptivo às crescentes demandas populares encetadas naquele período.¹¹¹¹ A partir da boa votação em 1962, o PTB preparava-se para o plebiscito de janeiro de 1963. Em pauta, o retorno do presidencialismo ou a manutenção do regime parlamentarista. Dessa vez, o partido não lutaria sozinho, o PSD, em especial o ex-presidente Juscelino Kubitschek, também tinha interesse na restauração dos poderes presidenciais. Contudo, a convocação do plebiscito e a possibilidade de vitória do presidencialismo aumentavam as inquietações nos meios militares quanto à instauração de uma “República Sindicalista”.

5.3 – “Basta de conciliação!?”: o plebiscito e a polarização política

No final de 1962, Celso Ramos, na qualidade de governador de Santa Catarina, emitiu um comunicado defendendo a participação dos catarinenses no plebiscito convocado para o dia 6 de janeiro do ano seguinte e manifestando sua posição em favor do presidencialismo. Na opinião do líder pessedista, o parlamentarismo fora “uma solução de emergência para uma grave crise política”, contudo, “na tumultuada experiência de pouco mais de um ano, comprovou-se uma forma negativa e instrumento hipertrofiador [sic.] na

¹¹¹⁰Busca-pés. *O Estado*. Florianópolis, 04 nov. 1962.

¹¹¹¹Diferentemente de Leoberto Leal, falecido em 1958, que era um dos representantes mais atuantes da Ala Moça do PSD no Congresso, Atílio Fontana foi um dos fundadores do partido no estado, ligado a Nereu Ramos, e proprietário da empresa Sadia.

movimentação administrativa da Nação”.¹¹¹² A declaração repercutia a reunião do presidente João Goulart com os governadores estaduais. Na ocasião, o presidente pediu o apoio para a aprovação do plebiscito que sufragaria o retorno ou não do presidencialismo.

Figura 9:
Propaganda a favor do presidencialismo no plebiscito de 06 de janeiro de 1963.



Fonte: *O Estado*. Florianópolis, 16 dez. 1962.

¹¹¹²Aos catarinenses. *O Estado*. Florianópolis, 16 nov. 1962.

Na oportunidade, apenas Carlos Lacerda, governador da Guanabara, manifestou-se contrário.¹¹¹³ O jornal *O Estado* veiculou as propagandas a favor do “não”, ou seja, contra a aprovação do Ato Adicional que mantinha o regime parlamentarista, deixando clara a orientação do PSD catarinense.

Jango tentava se equilibrar diante das condições políticas. De um lado, articulava o apoio do PSD ao plebiscito, tentando separá-lo da UDN no Congresso e reaproximá-lo do PTB. Em contrapartida, enfrentava desconfianças do governo dos EUA e dos grupos multinacionais que viram Brizola encampar empresas americanas de serviços públicos que operavam no Rio Grande do Sul. Em 1959, o governador gaúcho encampou a Amforp e parte da International Telephone and Telegraph (ITT).¹¹¹⁴ O cunhado do presidente era visto pelos norte-americanos como a maior ameaça ao país após a Revolução Cubana.¹¹¹⁵ Brizola se tornou o principal porta-voz dos grupos políticos que exigiam reformas imediatas e a insubordinação aos interesses “imperialistas”. Em seus discursos, Cuba pairava como exemplo, “um espelho que, desditosamente, venha a ser o nosso futuro, se os termos de nossas relações com os Estados Unidos continuarem como até agora”. Prestes reconheceu, em entrevista, que Brizola poderia desempenhar no Brasil o papel que Fidel Castro desempenhara em Cuba.

Os conflitos com os EUA aumentaram após a aprovação da Lei de Remessa de Lucros, em setembro de 1962. No mês seguinte, novas tensões envolvendo os governos brasileiro e norte-americano com relação à crise dos mísseis em Cuba. Jango manifestou-se contrário à invasão de Cuba, invocando o direito à autodeterminação dos povos. De acordo com Ferreira, após presentear o governo cubano com uma estação geradora de energia elétrica movida a óleo diesel, levada para a ilha por um avião da FAB, o presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, cessou os diálogos e passou a tratar Goulart como um perigo para a segurança nacional de seu país.¹¹¹⁶

¹¹¹³ A reunião aconteceu em Araxá-MG e foi noticiada pelo Jornal do Brasil em agosto de 1962. Estavam presentes os governadores dos seguintes estados: Goiás, Guanabara, Amazonas, Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Piauí, Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Ver: HIPÓLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 218.

¹¹¹⁴ ABREU, Marcelo de Paiva. O processo econômico. In: Ângela de Castro Gomes (coord.). *Olhando para dentro 1930-1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. p. 222.

¹¹¹⁵ As informações que seguem foram extraídas de: FERREIRA, Jorge. Op. Cit. p. 289.

¹¹¹⁶ Ibid. p. 320.

No dia 6 de janeiro de 1963, os brasileiros foram às urnas para decidir se mantinham ou rejeitavam o regime parlamentarista instaurado após a tentativa de golpe militar, em 1961. O resultado foi significativo, 82% dos votantes rejeitaram o parlamentarismo, restaurando o regime presidencialista.¹¹¹⁷ Em Santa Catarina, o resultado não foi tão elástico, 60,6% (272.163) votaram pelo “não” e 39,4% (176.998) votaram pelo “sim”.¹¹¹⁸ Além de interessar a Jango, o presidencialismo era apoiado pela maior parte do PSD, sobretudo pelo grupo ligado ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, que ansiava por seu retorno à presidência na eleição de 1965.

O primeiro ministério sob o novo sistema de governo nem tinha tomado posse e Jango já se encontrava pressionado.¹¹¹⁹ O jornal florianopolitano *A Gazeta* criticou o Plano Trienal de Celso Furtado e San Tiago Dantas, ministro extraordinário do Planejamento e ministro da Fazenda, respectivamente, e a inflação galopante supostamente dele decorrente.¹¹²⁰ Se antes o descontrole econômico gerador dos aumentos de preços e da corrosão dos salários era justificado pela inoperância do regime parlamentarista, após o plebiscito, a responsabilidade recairia diretamente sobre o presidente.

A condição brasileira arrefecia o crescimento econômico e acelerava o processo inflacionário. Em 1962, o país cresceu 6,6% com uma inflação na ordem 50%. No ano anterior, o país apresentara 8,6% de crescimento e uma inflação de 35%. Em 1960, a taxa inflacionária foi de 25%. De acordo com Marcelo de Paiva Abreu, a inflação de 1962, “em bases mensais, medida pelos preços por atacado, excedia 5%, o que equivalia a uma inflação anual de 80%”.¹¹²¹ O Plano Trienal, implantado após a vitória do presidencialismo, tinha como objetivo manter altas taxas de crescimento (cerca de 7% ao ano), conter a inflação – reduzindo-a para 25% em 1963 e para 10% em 1965 – e realizar reformas

¹¹¹⁷ O resultado foi 9.457.488 votos pelo “Não”, ou seja, contra o parlamentarismo, e 2.073.582 votos para o “Sim”, a favor do regime parlamentarista. Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resenha eleitoral: nova série*. Florianópolis: TRES, 2001. p. 33.

¹¹¹⁸ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. *Ata da 2964ª sessão, em 22 de janeiro de 1963. Livro Ata nº 17 – Referendum de 6/1/1963*. Arquivo do TRE-SC. Doc. 101_3.

¹¹¹⁹ Segundo Hippólito, o primeiro ministério presidencialista tomou posse dia 23 de janeiro de 1963.

¹¹²⁰ “Tão logo foi dado à publicidade o famoso PLANO, a inflação aumentou, a gasolina subiu, lubrificantes e gases aumentaram de preço e o cruzeiro desvalorizou-se ainda mais. Este gigantesco PLANO, que visa aumentar tudo e levar o país à miséria mais miserável, tem trazido nesses poucos dias de duração lágrimas e tristezas ao desprezado povo brasileiro. (...) Enquanto os profissionais da política, comandados pelo seu maior ‘gozador’, João Goulart, discutem a constituição de ministérios e autarquias, o sacrificado povo brasileiro que aperte os cintos e morra de fome e de miséria.” Fonte: Planos trienais, presidencialismo, aumentos: trindade maldita do povo brasileiro. *A Gazeta*. Florianópolis, 20 jan. 1963.

¹¹²¹ ABREU, Marcelo de Paiva. Op. Cit. p. 223.

estruturais no país. Todavia, a dependência brasileira do dinheiro do Fundo Monetário Internacional e a insatisfação norte-americana com a política do governo brasileiro dificultaram a execução do Plano. Dantas não conseguiu reescalonar a dívida externa. O FMI, que inicialmente havia fixado o empréstimo ao país de 100 milhões de dólares, recomendou a redução para 60 milhões. Com a saída de Dantas e Furtado dos ministérios, em junho de 1963, encerraram-se as estratégias econômicas. Neste ano, o governo Jango apresentou descontrole fiscal, crescimento econômico de apenas 0,6% e uma inflação anual próxima aos 100%.¹¹²²

Em tal contexto de crise econômica, não faltaram protestos tanto da direita quanto da esquerda. Após a divulgação do Plano Trienal, que implicava medidas econômicas ortodoxas para cumprir seus objetivos – como negociação com o FMI, restrição salarial e de crédito – líderes das esquerdas criticaram a política conciliatória do governo. Luis Carlos Prestes disse que o plano “preservava os interesses dos capitais internacionais e da burguesia”. O CGT afirmou que o Plano Trienal tinha “caráter reacionário”. O governo deveria abandoná-lo e adotar “a nacionalização das empresas estrangeiras, a expansão dos monopólios estatais e a reforma agrária”. Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, definiu a política econômica como “antipopular, antinacional e pró-imperialista”. Vinícius Brant, presidente da UNE, afirmou que o Plano não se voltava contra o latifúndio e o imperialismo, mas servia aos interesses dos monopólios estrangeiros.¹¹²³ De acordo com Jorge Ferreira, Leonel Brizola passou a liderar a oposição ao Plano Trienal: “A política financeira do atual governo, que tem como mentor o Sr. San Tiago Dantas, não tem nada de original, sendo apenas uma repetição do que já foi preconizado e executado tradicionalmente”.¹¹²⁴

Os trabalhadores se mobilizaram através de greves, organizadas por órgão de classe e entidades intersindicais. O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), fundado em 1962, ganhava força. No segundo semestre de 1973, o Pacto de Ação Conjunta (PAC), ligado ao CGT, pretendia aglutinar 700 mil trabalhadores lotados nas bases de 79 sindicatos e quatro federações, como forma de avançar nas campanhas salariais. O objetivo era que a entidade

¹¹²² Ibid. p. 224.

¹¹²³ FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*. Vol. 24, n° 47, jan-jun, 2004. p. 193, 194.

¹¹²⁴ FERREIRA, Jorge. Op. Cit. 2011. p. 328.

fosse reconhecida como interlocutora junto à Fiesp, negociando as reivindicações das diferentes categorias em bloco. Os patrões viam temerosos a iniciativa. Reconhecer o PAC poderia abrir a possibilidade de, em seguida, admitir a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), comandado por trabalhistas e comunistas.¹¹²⁵

Na “Greve dos 700 mil”, deflagrada no final de outubro de 1963, a Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo acolheu o pedido da CNTI de unificação das tratativas. Entretanto, o Tribunal Regional do Trabalho, negou o pedido. Houve reclamações do presidente da Fiesp, Rafael Noschese quanto às aproximações dos sindicalistas e as delegacias regionais do trabalho, ligadas ao Ministério do Trabalho de Jango. O governador paulista, Carvalho Pinto, através da DEOPS, providenciou o corte dos telefones da CNTI e outras entidades operárias e a dispersão de assembleias dos trabalhadores. A greve se encerrou com um acordo, negociado pela Comissão de Greve, válido para os 700 mil trabalhadores. Foi conquistado um aumento de 80%— os operários haviam pedido 100% e os patrões ofereceram 60%.¹¹²⁶

A situação do presidente era difícil. Havia a organização crescente dos trabalhadores em torno das campanhas salariais e a radicalização dos discursos políticos das esquerdas. Jango pedia às cúpulas sindicais para que aliviassem o tom das críticas e arrefecessem os protestos, mas as bases nem sempre seguiam as orientações de seus líderes. Em agosto de 1963, os portuários de Santos entraram em greve. Após intervenção do presidente da República, a Companhia das Docas de Santos (CDS) assinou o acordo, concedendo a gratificação pleiteada pelos grevistas e o pagamento dos dias parados.¹¹²⁷ A atuação diante das demandas dos trabalhadores organizados fez com que muitos empresários passassem a apoiar a derrubada de Jango.

Jango, que já contava com a oposição de grupos militares, diminuiu ainda mais seu grupo de apoio após a rebelião promovida por cabos, sargentos e suboficiais da Aeronáutica e da Marinha em 12 de setembro de 1963, em Brasília. O movimento dos sargentos se

¹¹²⁵ SILVA, Fernando Teixeira da; NEGRO, Antônio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo de experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Livro 3. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 82, 83.

¹¹²⁶ Ibid. p. 84.

¹¹²⁷ SILVA, Fernando Teixeira da. *Direitos, política e trabalho no Porto de Santos*. In: FORTES, Alexandre (et. al.). *Na luta por direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. p. 76.

fortaleceu com o apoio à posse de João Goulart durante a campanha da legalidade em 1961. Nas eleições parlamentares do ano seguinte, decidiram lançar candidatos. Antônio Garcia Filho, sargento do Exército, se elegeu deputado federal pelo PTB do estado da Guanabara. Aimoré Zoch Cavalheiro, sargento do Exército, foi eleito deputado estadual pelo PTB do Rio Grande do Sul. Edgar Nogueira Borges, também sargento do exército, foi eleito vereador pelo PTB da capital paulista.

No dia 11 de setembro de 1963, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inelegíveis os sargentos eleitos no ano anterior. Conforme a Constituição de 1946, era proibida a eleição de graduados das forças armadas (sargentos, suboficiais e cabos) para mandatos parlamentares. No dia seguinte, em Brasília, cerca de seiscentos cabos, sargentos e suboficiais da Aeronáutica e da Marinha tomaram os prédios do Departamento Federal de Segurança Pública, a Estação Central da Rádio Patrulha, o Ministério da Marinha, a Rádio Nacional e o Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos (DTUI). Oficiais foram presos e levados para a base aérea de Brasília. Os deputados Sérgio Magalhães, Neiva Moreira, Lamartine Távora, Marco Antônio Coelho, Henrique Oest e Emanuel Weissman compareceram à base aérea para dar apoio aos rebeldes em nome da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). Doze horas depois o levante foi debelado pelas tropas do Exército que não haviam aderido à rebelião. O número total de detidos chegou a 536, sendo 284 da Aeronáutica e 252 da Marinha. Como punição, foram alojados no barco-presídio ancorado na Baía de Guanabara.¹¹²⁸

Alguns grupos de esquerda radicalizaram suas posições e manifestaram apoio aos sargentos. A FPN, o CGT e a UNE fizeram nota conjunta manifestando “integral apoio à causa dos sargentos”.¹¹²⁹ A rebelião de subalternos causou preocupação no oficialato. Para uma instituição forjada na obediência da hierarquia e na disciplina, o episódio era intolerável. Mesmo os oficiais que simpatizavam com a causa nacionalista demonstraram preocupação, cobrando punições para os envolvidos. Para Jorge Ferreira, a revolta dos sargentos marcou um ponto de inflexão nas relações da imprensa brasileira com o governo Jango. Segundo o historiador, após o episódio, a maioria dos jornais se afastou e aumentou

¹¹²⁸ LAMARÃO, Sérgio. Revolta dos sargentos. In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>

¹¹²⁹ FERREIRA, Jorge. Op. Cit. 2011. p. 363.

as críticas ao presidente.¹¹³⁰ Intensificava-se o discurso anticomunista e de “comunização” do Brasil.

Em Santa Catarina, o jornal *O Estado* pouco noticiou sobre as movimentações de estudantes e operários catarinenses diante dos acontecimentos de 1963. Há informações sobre o cenário nacional e sobre as ações do governador Celso Ramos. Na composição editorial, o periódico ainda demonstrava apoio ao presidente da República, mas deixava claro seu desconforto em relação às greves “de inspiração política”.¹¹³¹ Para o jornal pessedista, o “clima de greves” não encontraria guarida em Santa Catarina em virtude do trabalho do governador, que pagava os funcionários em dia.¹¹³²

A posição com relação à principal figura de oposição ao governo, Carlos Lacerda, ficava subentendida pela forma como o periódico compunha sua pauta. Em primeira página, o jornal destacou a nota dos ministros militares repudiando a entrevista de Lacerda a um jornal norte-americano. De acordo com a nota, o governador da Guanabara “procurou apresentar o país como qualquer republiqueta subcolonial, mendigando esmolas; o nosso povo, um povo desfibrado, incapaz de se orientar sem tutelas estrangeiras, entregue a um bando de saqueadores comunistas”. Assim, os ministros militares, “a par de repudiar totalmente a ação deste mau cidadão”, conclamavam “as forças vivas da Nação a cerrar fileiras em torno das autoridades constituídas, da lei e da ordem, para que possamos ser dignos das gerações que nos sucederão e que viverão, temos a certeza disto, num grande país sob uma civilização verdadeiramente cristã”.¹¹³³ Com bem menos destaque, o periódico de Aderbal Ramos da Silva publicou, na quinta página, um trecho da referida entrevista. O governador da Guanabara afirmava que Jango não era comunista, mas governava com eles. Dizia ainda que havia “um esforço concentrado para paralisar o país” e profetizava: “Jango poderá cair antes do fim do ano”.¹¹³⁴

¹¹³⁰ Ibid. p. 364.

¹¹³¹ Jango adota providências para evitar a greve de 700 mil trabalhadores paulistas. *O Estado*. Florianópolis, 29 out. 1963; PSD analisa a conjuntura política e define a posição do partido face à situação nacional. *O Estado*. Florianópolis, 25 out. 1963.

¹¹³² Situação em Santa Catarina é de trabalho e paz – funcionalismo em dia – aumento será pago agora. *O Estado*. Florianópolis, 25 out. 1963.

¹¹³³ Ministros militares: “Lacerda em toda sua entrevista falou apenas a voz de um mau brasileiro”. *O Estado*. Florianópolis, 02 out. 1963.

¹¹³⁴ Lacerda afirma a jornal americano que JANGO poderá cair antes do fim do ano. *O Estado*. Florianópolis, 02 out. 1963.

Até o início de 1964, a postura de *O Estado* é apostar na solução democrática. Não havia menção à quebra da legalidade. Os arroubos golpistas de Carlos Lacerda ainda não ressoavam nas hostes pessedistas catarinenses. Em uma mesma edição, o jornal destacava, em primeira página, a crítica à principal voz oposicionista e, na quinta, com pouca visibilidade, apresentava trechos da entrevista do governador. Dias depois, o jornal mencionou que a fala de Lacerda poderia ser enquadrada na Lei de Segurança Nacional.¹¹³⁵ Junto com o repúdio ao discurso golpista de Lacerda, o jornal dava destaque às ações de Juscelino.¹¹³⁶ As propagandas “JK-65” podem ser vistas frequentemente nas edições de 1963. Ao que tudo indica, o PSD ainda não vislumbrava o golpe que viria a se consumir meses mais tarde. A partir de dezembro, Tito Carvalho, declaradamente contrário ao governo Jango, passa a escrever quase diariamente no periódico. Com o acirramento das tensões, a pauta editorial de *O Estado* começaria a mudar.

O outro jornal diário de Florianópolis, *A Gazeta*, tem uma postura ambígua no final do período democrático. Após a morte de seu fundador e proprietário, Jairo Callado, o nome de Maria Iná Vaz aparece na capa, na condição de “diretora-inventariante”. Por um lado, o jornal mantém como seu colunista diário o trabalhista Silveira Lenzi. Através da coluna “Política em tabela”, é possível observar o posicionamento de parte dos trabalhistas de Santa Catarina diante das questões políticas nacionais. Até o golpe civil-militar de 1964, Lenzi defendeu a bandeira das reformas, criticando os extremismos de direita e de esquerda. No rescaldo da revolta dos sargentos, o jornalista afirmou que reinava um clima de inquietude no país. Para piorar, o deputado Neiva Moreira, taxado de comunista, fizera um pronunciamento na tribuna da Câmara criticando o judiciário. Ele até poderia estar certo, dizia o jornalista, mas “o momento nacional não está a admitir este fogo que ele coloca no refogado”. Ilustrava com uma metáfora comum na Ilha de Santa Catarina: “O pirão está escaldando e pode passar do ponto”. Silveira Lenzi finalizava sua coluna deixando clara sua posição política naqueles tempos de instabilidade:

¹¹³⁵Lacerda seria enquadrado na Lei de Segurança Nacional. *O Estado*. Florianópolis, 04 out. 1963.

¹¹³⁶Jornal americano elogia trabalho de Juscelino. *O Estado*. Florianópolis, 06 out. 1963.

Fora da ordem, nós nunca modificaremos as velhas e arcaicas estruturas nacionais. Rompendo os direitos, as garantias, estaremos jogando fora as nossas liberdades. Revolução na teoria é uma coisa, na prática é outra. É disto que não se apercebem os inconsequentes aborígenes que com suas atitudes somente estarão contribuindo para o caos, ou para a ditadura militar.¹¹³⁷

Por outro lado, *A Gazeta* fez críticas à atuação de comunistas e “agitadores” nos órgãos de representação estudantil e à passividade do governo federal em lidar com os grevistas.¹¹³⁸ O jornal também publicou artigos do general Vieira da Rosa, anticomunista declarado e homem forte do IBAD em Santa Catarina. Ao analisar a greve dos bancários em todo o país, o militar criticava o tratamento dado aos grevistas pelo “soviete do Arraes” – governador de Pernambuco. Isso porque o político concedera os 75% de reajuste pleiteado pelos trabalhadores, acima do percentual de elevação dos preços. Para ele, “se o custo de vida subiu xis por cento, o salário logicamente deve subir xis por cento.” Os pedidos exacerbados seriam demagogia eleitoreira de políticos, inflados pelo CGT, PUA, CONTEC e UNE, organizações cujo objetivo é “comunizar o Brasil”. Em sua definição, a greve seria a “conquista democrática que os totalitários mandam fazer uso e abuso na terra dos outros, mas na terra deles dá paredão na certa, como arma para desempedernir a casca dura dos patrões”. Fazia alusão às recentes manifestações dos sargentos para alertar para a “gravidade” da efervescência social que o país passava: “Tudo começa a girar, a brizolar, a sargentear numa azáfama tal que os próprios interessados acabam não sabendo mais o que queriam. Os outros estão a querer por eles”.¹¹³⁹

A fragilidade política do governo Jango fez com que caísse por terra o pedido de estado de sítio. Após a revolta dos sargentos e o repúdio público à entrevista de Lacerda, os ministros militares pediram que Jango decretasse estado de sítio. Ventilou-se invadir a Guanabara e prender Lacerda. Os militares aliados ao presidente prenderiam também o governador de São Paulo, Adhemar de Barros, cujos pronunciamentos públicos desafiavam a autoridade do chefe do executivo federal. Jango enviou o pedido ao Congresso e recebeu de todos os lados. Antes de chegar ao Parlamento, os jornais veicularam a notícia de que um grupo de paraquedistas havia tentado prender Carlos Lacerda a mando do general

¹¹³⁷ LENZI, Silveira. Política em tabela. *A Gazeta*. Florianópolis, 21 set. 1963.

¹¹³⁸ Acusações à UNE. *A Gazeta*. Florianópolis, 30 ago. 1963; Prossegue a greve dos bancários catarinenses. *A Gazeta*. Florianópolis, 21 set. 1963.

¹¹³⁹ ROSA, Vieira da. Opinando. *A Gazeta*. Florianópolis, 08 out. 1963.

Alfredo Pinheiro, leal ao presidente.¹¹⁴⁰ Em Santa Catarina, o jornal *O Estado* duvidou da veracidade do caso.¹¹⁴¹ Todavia, a repercussão foi o suficiente para garantir mais opositores e aumentar o tom do discurso anticomunista.

Jango conversou pessoalmente com Brizola e dirigentes do CGT para pedir apoio ao estado de sítio, que visava “impedir a conspiração da direita e o próprio golpe”. No entanto, as esquerdas também criticaram a manobra presidencial. Havia o receio de que o estado de sítio resultasse nas prisões de Miguel Arraes, Leonel Brizola e Luís Carlos Prestes.¹¹⁴² Criticado à direita e à esquerda, o presidente se viu isolado politicamente. O estado de sítio foi rejeitado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Dia 7 de outubro, o presidente retirou o pedido.¹¹⁴³ Constrangido, dias depois Jango reuniria os ministros militares e alguns generais na Granja do Torto para explicar o recuo.¹¹⁴⁴

Em novembro, Silveira Lenzi elogiou a nomeação de Doutel de Andrade a líder do PTB na Câmara. O parlamentar e vice-governador de Santa Catarina teria a difícil missão de articular PTB e o PSD majoritário para aprovar as reformas.¹¹⁴⁵ O editorial de *A Gazeta* de 14 de dezembro destoou da esperança conciliatória demonstrada por seu colunista, reverberando o discurso anticomunista cada vez mais presente. O jornal criticou o pronunciamento do pessedista Abelardo Jurema, ministro do Interior e Justiça de Jango.¹¹⁴⁶ O editorial de *A Gazeta* disse que só havia “golpe” na “imaginação fértil” do ministro e que “a nação aspira, tão somente, um regime de autoridade, coisa, aliás, que no atual governo não se vê”. Ao ministro da Justiça caberia punir aqueles que a todo instante incitavam o país à revolução, “pregando abertamente a subversão total dos valores, como a PUA (Pacto

¹¹⁴⁰MENDONÇA, Marina de Gusmão. Op. Cit. p. 302.

¹¹⁴¹ “A acusação que a ENTOURAGE do governador Carlos Lacerda está fazendo a uma tropa de elite do nosso Exército é típica nos seus processos, através dos quais, em passado bem recente, foi o sr. Jânio Quadros forçado à renúncia da Presidência da República e o saudoso presidente Getúlio Vargas foi levado ao suicídio”. Fonte: Busca-pés. *O Estado*. Florianópolis, 13 out. 1964.

¹¹⁴²FERREIRA, Jorge. Op. Cit. 2011. p. 368.

¹¹⁴³Goulart retira pedido de implantação de “estado de sítio”. *A Gazeta*. Florianópolis, 08 out. 1963; Jango pede cancelamento da mensagem solicitando estado de sítio. *O Estado*. Florianópolis, 08 out. 1963.

¹¹⁴⁴FERREIRA, Jorge. Op. Cit. 2011. p. 370.

¹¹⁴⁵ “Longe do jogo das extremas, o deputado Doutel de Andrade vem conduzindo as deliberações partidárias harmoniosamente com os interesses do governo que é o de promover as reformas num clima de compreensão entre o PTB e o PSD majoritário.” Fonte: LENZI, Silveira. Política em tabela. *A Gazeta*. Florianópolis, 08 nov. 1963.

¹¹⁴⁶ Jurema pertencia à ala “juscelinista” do PSD. Contudo, o ex-presidente, naquele momento, se distanciava do governo Jango. Avaliava que sua aproximação com a esquerda, cada vez mais radical em suas propostas, traria mais ônus do que benefícios. Não seria considerado o “candidato natural” do PTB em 1965 e corria o risco de perder apoio nas suas bases. Ver: HIPÓLITO, Lúcia. Op. Cit. p. 236, 237.

de Unidade e Ação), CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), UNE (União Nacional dos Estudantes) e outras siglas vermelhas”.¹¹⁴⁷ O próprio Silveira Lenzi, no final de 1963, demonstrava preocupação com a polarização política: “parece até, na figuração, que os dois vagões colocados em trilhos paralelos irão se chocar no final, afunilados que foram pelas radicalizações”.¹¹⁴⁸

Vale ressaltar que as informações trazidas pelos principais periódicos dizem respeito às mobilizações nacionais. Não há informações de distúrbios ocorridos em Santa Catarina. Como *O Estado* e *A Gazeta* são os dois únicos jornais florianopolitanos disponíveis na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina para os anos de 1963 e 1964, temos a falsa impressão de que a efervescência político-social descrita nos anos anteriores arrefecera. Graças à disponibilidade de alguns números do jornal *Reforma*, publicação da União Catarinense dos Estudantes, foi possível perceber outros contornos dos embates travados na capital do estado.¹¹⁴⁹

No final de 1963, os estudantes catarinenses noticiaram o sucesso da ação da Frente Operária Estudantil Popular no apoio às greves dos trabalhadores do estado e da prefeitura. A UCE colocou à disposição dos grevistas o Restaurante Universitário e não poupou o possedista Celso Ramos de críticas: “O governo, que compra prefeito, eleitores, aposenta apadrinhados, dá aumento pomposo a deputados, teve que finalmente ceder aos reclamos dos homens da fome”.¹¹⁵⁰ Segundo os relatos, o movimento foi marcado por comício, greve de fome de estudantes, piquetes e consolidou a ação conjunta entre a Frente Operária Estudantil e o CGT, que garantiu um “nível de vida bem mais humano” aos trabalhadores de Florianópolis, São José, Biguaçu, Palhoça, Paulo Lopes, Tijucas e Santo Amaro da Imperatriz.¹¹⁵¹

Se Silveira Lenzi apostava no caminho conciliatório, as ações dos estudantes marcavam o caminho à esquerda. Era o momento de ir para a rua. O congresso da União Nacional dos Estudantes, marcado para janeiro em Florianópolis, sinalizou a intensificação

¹¹⁴⁷ Nosso comentário. *A Gazeta*. Florianópolis, 14 dez. 1963.

¹¹⁴⁸ LENZI, Silveira. Política em tabela. *A Gazeta*. Florianópolis, 28 nov. 1963.

¹¹⁴⁹ É importante registrar que o acervo de *Reforma* foi doado por Rogério Queiroz e encontra-se disponível para consulta no bem conservado acervo do Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

¹¹⁵⁰ Greve. *Reforma*. Florianópolis, 1-15 dez. 1963. Acervo do Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

¹¹⁵¹ Frente Operária Estudantil Popular saiu vitoriosa na greve de fome. *Reforma*. Florianópolis, 1-15 dez. 1963. Acervo do Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

dos movimentos populares na capital de Santa Catarina. O 3º sargento do Exército, João Carlos Prats, sentou-se junto à mesa que presidiu os trabalhos como “representante das Forças Armadas”. Em represália, o comandante de guarnição do 14º Batalhão de Caçadores ordenou a prisão do praça por oito dias. Seguiu-se, então, a movimentação dos deputados Evilásio Caon (PTB) e Paulo Stuart Wright (PSP), ambos integrantes da Frente de Mobilização Popular, e dos presidentes da UCE, Rogério Queiroz, e da UNE, José Serra, para pressionar o comando militar a soltá-lo.¹¹⁵²

No relato do major Luiz Felipe da Gama Lobo D’Eça, comandante do 14º B. C., o comando recebeu a comissão de deputados e estudantes com a “cordialidade possível”, a despeito da “arrogância e petulância, principalmente dos chamados líderes estudantis”. O major ainda afirmou que foram publicados “grosseiros insultos” contra aquele comando na imprensa, “custeada não se sabe por quem”. Tornava-se, assim, imperiosa “a ação enérgica contra esses grupos de desordeiros que, sob a proteção de imunidades ou sob o disfarce de liderança estudantil, intrometem-se nos quartéis e em todos os setores de atividades do país”. Por fim, o militar contou que as entidades estudantis tentaram veicular um manifesto contra o 14º B. C. na rádio *Anita Garibaldi*, entretanto, a divulgação não se efetivou, “por uma consideração especial da direção da emissora ao Exército”.¹¹⁵³ A postura da direção da emissora não surpreende. Como foi visto em capítulos anteriores, a rádio *Anita Garibaldi* mantinha como proprietário o médico J. J. Barreto, dono também do extinto semanário *O Tempo*. Durante a crise política que culminou com o suicídio de Vargas, o periódico publicou textos de Carlos Lacerda. No ano seguinte, repercutiu os discursos contrários à posse de Juscelino e lamentou o “contragolpe preventivo” articulado pelo então ministro da Guerra, Henrique Lott.¹¹⁵⁴

Os majores Airton Capella e Ary Canguaçu Mesquita, os capitães Deodato Camanho e Maurício Rene Ferrante e o capitão de corveta Armando Luiz Gonzaga, responsáveis pelo relatório da Comissão de Averiguação Sumária sobre as atividades do deputado Evilásio Nery Caon, montada após a deflagração do golpe civil-militar de abril de

¹¹⁵²5º DISTRITO NAVAL. *Relatório do 5º Distrito Naval sobre as atividades do Sr. Deputado Evilásio Nery Caon*. Florianópolis, 22 mai. 1964. Acervo do Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Pasta Evilásio Caon. p. 1-11.

¹¹⁵³5º DISTRITO NAVAL. *Relatório do 5º Distrito Naval sobre as atividades do Sr. Deputado Evilásio Nery Caon*. Florianópolis, 22 mai. 1964. Acervo do Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Pasta Evilásio Caon. p. 7, 8.

¹¹⁵⁴Para mais informações, ver capítulos 2 e 3.

1964, descreveram a prisão do sargento e as ações do parlamentar e de estudantes para soltá-lo. A documentação coletada tinha o objetivo de recolher informações para comprovação da ligação do deputado com “atividades subversivas” e, posteriormente, cassar seu mandato parlamentar. O relatório foi enviado ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas pelo contra-almirante Murillo Vasco do Valle Silva, comandante do 5º Distrito Naval, localizado em Florianópolis, em 22 de maio de 1964.

No relatório militar contra o deputado trabalhista, há a transcrição de reportagens do jornal *Folha Catarinense*, periódico que reverberava as manifestações da Frente de Mobilização Popular e da Frente Operária Estudantil. Nas notícias sobre a prisão do sargento, é possível perceber o uso do termo “gorila” para designar os considerados “inimigos do povo”. Com a prisão do sargento Prats, Florianópolis teria aderido ao “Clube dos Gorilas”. Estamparam-se as manchetes: “Em Florianópolis, ‘Gorila’ comanda o 14º B.C.”; “Gorila no comando do 14º B.C prende sargento”; “Comandante gorila”; “Prates em liberdade”; “Sargento é discriminado”. O comandante do 14º Batalhão de Caçadores de Florianópolis seria um “profissional do anticomunismo”, “agente do ‘gorilismo’ nacional”. Interpelado pela “comissão de deputados e estudantes”, o major Felipe Lobo Gama D’Eça teria afirmado que a punição disciplinar ao sargento deveria ter sido de trinta dias e não de oito como fez o comandante da guarnição.¹¹⁵⁵ Através da alegoria do “gorila” criava-se uma dicotomia entre as “forças populares” e os grupos “contrários ao povo”, “subservientes aos ditames dos chefes militares do Pentágono”.¹¹⁵⁶

Os estudantes catarinenses se solidarizaram com os sargentos que, de acordo com os relatos, seriam discriminados por oficiais. Segundo a denúncia, os tradicionais clubes de Florianópolis, Clube 12 de Agosto e Lira Tênis Clube, vedavam a associação de sargentos, havendo inclusive caso de “expulsão do recinto pelo simples fato de pertencerem àquela categoria militar”.¹¹⁵⁷ Cabe lembrar que um dos principais nomes do Clube 12 de Agosto,

¹¹⁵⁵5º DISTRITO NAVAL. *Relatório do 5º Distrito Naval sobre as atividades do Sr. Deputado Evilásio Nery Caon: Reprodução de reportagens do jornal Folha Catarinense*. Florianópolis, 22 mai. 1964. Acervo do Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Pasta Evilásio Caon. p. 10, 11.

¹¹⁵⁶ FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*. Vol. 24, n° 47, jan-jun, 2004. p. 199.

¹¹⁵⁷5º DISTRITO NAVAL. *Relatório do 5º Distrito Naval sobre as atividades do Sr. Deputado Evilásio Nery Caon: Reprodução de reportagens do jornal Folha Catarinense*. Florianópolis, 22 mai. 1964. Acervo do Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Pasta Evilásio Caon. p. 10, 11.

presidente por dois mandatos, era o general Vieira da Rosa, referência do IBAD em Santa Catarina. Talvez, mera coincidência.

Cada vez mais distante de um caminho do meio, João Goulart abraçou o lema das reformas. Para viabilizá-las, contava com a atuação de Doutel de Andrade, líder do PTB na Câmara, e de San Tiago Dantas para formar um bloco político de apoio. Dantas criou a Frente Parlamentar Nacionalista de Apoio às Reformas de Base. O objetivo era unir setores do PTB, do PSD e de outros partidos de modo a construir uma “esquerda positiva”, em oposição à “esquerda negativa”, representada pela Frente de Mobilização Popular, liderada por Brizola. Era uma manobra política para tentar isolar a “direita golpista” e a “esquerda radical”.

Para conseguir viabilizar a Frente Progressista, Dantas necessitava do apoio da esquerda. No entanto, não contou nem com o apoio de Miguel Arraes, governador de Pernambuco, nem do PCB de Luis Carlos Prestes. Sem uma referência significativa de esquerda, a Frente corria o risco de ser dominada pelo PSD e as reformas sairiam tímidas. Jorge Ferreira afirma que talvez esse seja um dos principais motivos de Jango ter aderido à Frente de Mobilização Popular e não à Frente Progressista. A adesão à proposta de Dantas, sem apoio dos principais setores de esquerda, macularia a imagem do presidente enquanto líder reformista, perdendo espaço para seu cunhado, Leonel Brizola.¹¹⁵⁸ Brizola queria um governo de frente única, mas sem o PSD. Por outro lado, Amaral Peixoto, importante nome do PSD fluminense, condicionava a frente ampla a não participação de forças como o PUA e o CGT.¹¹⁵⁹

Entre o fim de 1963 e o início de 1964, Jango perdeu o apoio do PSD. Em declaração feita na revista *Manchete*, afirmou que as reformas seriam feitas, porque não iria “compactuar com a traição ao povo”. Para sinalizar sua aproximação dos setores nacionalistas que o pressionavam, regulamentou a Lei de Remessa de Lucros, o monopólio estatal do petróleo e o convênio da SUPRA (Superintendência da Reforma Agrária) com as Forças Armadas para desapropriar vinte quilômetros de cada lado das rodovias federais, ferrovias, dos açudes e dos rios navegáveis.

¹¹⁵⁸ FERREIRA, Jorge. História e biografia: as escolhas de João Goulart. *Cadernos AEL*. Campinas, v. 17, n.29, 2010. p. 267-289.

¹¹⁵⁹ HIPPÓLITO, Lúcia. Op. Cit. p. 239.

Em janeiro de 1964, Tito Carvalho, em artigo no jornal *O Estado*, manifestou-se sobre “caráter espoliativo” da reforma agrária proposta por Jango. O jornalista fez longa análise da atuação do PSD no governo. Por ser um partido “centrista”, o partido compunha com o governo apenas em questões pontuais, com o objetivo de “perder os anéis para não perder os dedos”. No entanto, analisava, era do PSD o papel de mantenedor do regime, impedindo “a quebra do equilíbrio das instituições, frente às marolas crespas e violentas dos que amam a destruição pelo gosto à subversão ideológica, para a criação de uma nova ordem em carbono, extremada num socialismo superado, irremissivelmente obsoleto”.¹¹⁶⁰

No final de janeiro, a erupção da ordem democrática construída em 1945 estava iminente. Doutel de Andrade deu entrevista, publicada em *A Gazeta*, demonstrando ceticismo quanto à aprovação das reformas pela via parlamentar: “Falta pouco, realmente, para que eu chegue à definitiva conclusão de que, através das cúpulas partidárias, jamais o presidente Goulart conseguirá efetivar as Reformas de Base”.¹¹⁶¹ Silveira Lenzi deixava

¹¹⁶⁰ “O fracasso da tentativa de uma reforma agrária sem plano organizado e que oferecia caráter nitidamente espoliativo, transformada a desapropriação em puro confisco, levou os ultra-reformistas a atribuir ao PSD o malogro da empresa. (...) O argumento de que a imprensa oficiosa faz arma despistadora e explorativa é infinitamente ridículo: é que os ‘coronéis’ e até representantes pessedistas possuem glebas nos eixos rodoviários. Não se indagou da legitimidade dessa posse. Se o Estado concede, por força de lei em vigência, a determinada taxa por metro quadrado, terras devolutas do seu patrimônio vastíssimo e estas foram requeridas, processadas e pagas, onde há inautenticidade na transação?”.

Ao referir-se ao PSD, Tito Carvalho analisa porque o PSD não compõe com Jango, dizendo que é um partido centrista. Algumas composições são feitas porque, segundo ele, é melhor “perder os anéis do que os dedos”:

“O veterano partido se conduz dentro dos princípios centristas que o informam e prestigiam. Terá, sem dúvida, em muitos lances, consentido em transigir, certo de que, não raro, é preferível perder anéis do que dedos. Integrado ao situacionismo, não se fez incondicional, mas fixou restrições limitadoras, onde termina a tolerância das concessões. E muito sacrifício há de ter arrostado, para conservar a sua unidade e impedir a quebra do equilíbrio das instituições, frente às marolas crespas e violentas dos que amam a destruição pelo gosto à subversão ideológica, para a criação de uma nova ordem em carbono, extremada num socialismo superado, irremissivelmente obsoleto.”

Fala sobre a postura do PSD de mantenedor da ordem, visto que se saísse da esfera governamental, instalarse-ia o caos:

“Se afastasse o seu concurso da esfera governamental, teria desimpedido o caminho para o caos completo, pela ausência de uma força de contenção às fórmulas violentas e inconstitucionais de solução dos nossos maiores problemas. O exemplo aí está, na atitude granítica de oposição a ensaios ditatoriais, sem a qual já teríamos mergulhado na anarquia, com a abolição da liberdade individual e coletiva, defensores das quais se inculcam os profissionais do inescrúpulo, em falso apostolado, para melhor e mais facilmente destruí-la.”
Fonte: CARVALHO, Tito. Desapropriações. *O Estado*. Florianópolis, 08 jan. 1964.

¹¹⁶¹ A notícia sobre a entrevista de Doutel dizia o seguinte: “Sobre a aliança entre PSD e PTB, disse o Sr. Doutel de Andrade que ‘temos com os pessedistas uma aliança no governo e no congresso’, observando: ‘A primeira funciona muito bem. A segunda, muito mal. Isto porque o PSD, pelas suas formações conservadoras, senão mesmo reacionárias, continua a negar ao PTB o apoio de que precisa para levar adiante a implantação, em termos práticos, do seu programa, que é, sem favor, o mais seguro roteiro para o país. Continuo, todavia, esperando que essas divergências sejam aplainadas através do entendimento e do patriotismo.’”
Fonte: Doutel, líder do PTB. *A Gazeta*. Florianópolis, 22 jan. 1964.

claro que a situação política rumava em direção a um golpe de Estado, idêntico ao sofrido por Vargas dez anos antes. No entanto, o colunista apostava no insucesso dos golpistas: “as esquerdas se emanciparam, são nacionalistas, brasileiras, não obedecem ordens nem de Moscou, nem de Pequim. O golpe de 1964, portanto, é de se concluir, caminha, mas será frustrado. É um monstro trôpego, que será devolvido aos seus idealizadores, porque o golpe de 1954, com um tiro, significou a libertação do povo, que ‘não será escravo de mais ninguém’.”¹¹⁶²

Os estudantes catarinenses se posicionaram dispostos a lutar contra a ação das “forças reacionárias” que estariam planejando a “contrarrevolução”. De acordo com a reportagem do jornal *Reforma*, uma revolução em busca de direitos estaria sendo feita a partir do campo, pois o camponês “não teme o poderio dos donos da terra e da polícia”, e se alastrando pelo país inteiro. Apesar da manifestação de alguns “setores político-ideológicos” pedindo calma e serenidade de modo a garantir o caminho pacífico, a “realidade brasileira está impondo que essas posições sejam revisadas”. Fazia uma cobrança indireta aos líderes governistas que não poderiam permanecer estáticos “diante da contrarrevolução em marcha”. Era preciso que camponeses, operários, estudantes, intelectuais e outros agrupamentos se preparassem para a luta política, “luta que brota do cano do fuzil para fazer face às metralhadoras dos detentores do poder”.¹¹⁶³

Ao mesmo tempo em que exortava a população a pegar em armas para impedir um golpe que estancasse o processo de mudanças no país, a União Catarinense dos Estudantes demonstrava acreditar no regime político vigente. No mesmo exemplar do jornal *Reforma*, há notícia sobre as articulações visando a disputa pela prefeitura de Florianópolis, a acontecer em 1964. A Frente Operária Estudantil estaria negociando o lançamento de uma candidatura popular para concorrer ao pleito.¹¹⁶⁴

Nesse momento, Doutel de Andrade se destacava como uma das principais lideranças políticas em defesa do governo. Da tribuna, pronunciou repto às acusações de que Jango estaria armando sindicatos operários para uma “Guerra Revolucionária”. A

¹¹⁶² LENZI, Silveira. Política em tabela. A *Gazeta*. Florianópolis, 24 jan. 1964.

¹¹⁶³ Contrarrevolução em marcha. *Reforma*. Florianópolis, 1-15 fev. 1964. Acervo do Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

¹¹⁶⁴ “A Frente Operária-Estudantil-Camponesa está em constantes reuniões. O tema principal é a sucessão municipal. Aguarda-se para breve o lançamento do candidato que deverá concorrer às próximas eleições”. Fonte: Fatos sem fotos. *Reforma*. Florianópolis, 1-15 fev. 1964. Acervo do Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

acusação partira do deputado Bilac Pinto, presidente da UDN, e de Adauto Lúcio Cardoso, líder da bancada udenista na Câmara. Doutel desafiou os deputados a apresentarem provas das acusações e enfatizou o compromisso do PTB com a legalidade.¹¹⁶⁵ Para Maria Benevides, os depoimentos de Bilac Pinto foram decisivos para consolidar a frente de militares e civis que deporiam Jango meses depois.¹¹⁶⁶ Armando Falcão, ex-ministro da Justiça do período JK, apoiou as denúncias de Bilac Pinto.¹¹⁶⁷ Ficava claro que o PSD passara para a oposição.

Até o último momento, Doutel de Andrade apostaria na solução institucional. Brizola, por seu turno, há muito defendera a mobilização armada dos setores em defesa das reformas. Desde fins de 1963, o político gaúcho pregou a formação do “Grupo dos Onze”, um conjunto de onze pessoas, “como um time de futebol”, com o objetivo de defender as “conquistas democráticas do povo”.¹¹⁶⁸ O jornal *Panfleto*, editado no Rio de Janeiro, era o principal meio de divulgação dos grupos liderados por ele. Em Santa Catarina, a folha era distribuída por Políbio A. Braga. Na documentação levantada pelos militares catarinenses após o golpe, Políbio era definido como “líder agitador, representante em SC do jornal *Panfleto* e distribuidor de instruções do Grupo dos 11”.¹¹⁶⁹

A UCE e ao menos alguns deputados estaduais do PTB catarinense encamparam a linha brizolista. Depois do golpe civil-militar, ao ser questionado por seus pares na ALESC, Evilásio Caon assumiu que fizera parte da Frente de Mobilização Popular, cuja orientação política era dada por Brizola. Por tentar fundar o Clube de Sargentos em Florianópolis, junto com o 3º sargento João Carlos Prats e com o subtenente Valmor Albino Martins, o deputado foi apontado pelos militares como “elemento agitador dos sargentos do Exército”.¹¹⁷⁰ No final de janeiro de 1964, em virtude da visita de Brizola à capital, o jornal

¹¹⁶⁵ Imperativo histórico: PTB contra o golpe. *A Gazeta*. Florianópolis, 28 jan. 1964.

¹¹⁶⁶ BENEVIDES, Maria Victória. Op. Cit. 1981. p. 124

¹¹⁶⁷ Governo implanta República Socialista. *A Gazeta*. Florianópolis, 01 fev. 1964.

¹¹⁶⁸ FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*. Vol. 24, n° 47, jan-jun, 2004.p. 201.

¹¹⁶⁹ Na documentação há troca de correspondências entre Políbio Braga e Edézio Caon, irmão de Evilásio Caon e diretor do *Jornal de Lages*. Entre os assuntos, Políbio pedia que Edézio fosse o representante do jornal *Panfleto* naquela região. Fonte: 5º DISTRITO NAVAL. *Relatório do 5º Distrito Naval sobre as atividades do Sr. Deputado Evilásio Nery Caon*. Florianópolis, 22 mai. 1964. Acervo do Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Pasta Evilásio Caon. p. 19.

¹¹⁷⁰ 5º DISTRITO NAVAL. *Relatório do 5º Distrito Naval sobre as atividades do Sr. Deputado Evilásio Nery Caon*. Florianópolis, 22 mai. 1964. Acervo do Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Pasta Evilásio Caon. p. 6.

Folha Catarinense publicou a seguinte capa: “Brizola em Florianópolis: Basta de conciliação!!!”.¹¹⁷¹ Enquanto parte das esquerdas exigiam o rompimento com os setores “reacionários”, ouvia-se o ribombar dos tambores, afinando-se para executar a marcha militar – para muitos, fúnebre – e silenciar as cacofonias que teimavam em surgir. As dissonâncias, cada vez mais frequentes e mais fortes, precisavam ser suprimidas.

5.4 – O golpe em nome da “democracia”

A radicalização das posições políticas parecia inexorável. No comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, Jango assumiu o discurso da Frente de Mobilização Popular: as reformas sairiam “na lei ou na marra”. Dias depois, enviou ao Congresso propostas para aprovação das reformas universitárias e urbana, do direito ao voto dos analfabetos e sargentos, além da reforma agrária sem indenizações aos latifundiários. Propôs também a delegação dos poderes do Legislativo ao Executivo, um plebiscito para a aprovação popular das reformas de base e a alteração do capítulo da Constituição sobre inelegibilidades – essa supostamente ligada às pretensões de Brizola de se lançar candidato à sucessão presidencial ou mesmo de uma eventual reeleição de Jango.¹¹⁷²

A repercussão das ações do presidente foi imediata. Logo após o comício da Central do Brasil, *A Gazeta* noticiou a boa repercussão entre os catarinenses das ações de repúdio de membros da Igreja Católica às reformas de base, tidas como “socialistas, confiscatórias e anti-cristãs”.¹¹⁷³ Rubens de Arruda Ramos, diretor de *O Estado*, escreveu artigo criticando a forma como o presidente pretendia conduzir as reformas. A partir do posicionamento de seu diretor, o jornal de Aderbal Ramos da Silva aderiu explicitamente à oposição ao presidente da República, usando o argumento da defesa da democracia:

¹¹⁷¹ Brizola em Florianópolis: Basta de conciliação!!! *Folha Catarinense*. Florianópolis, 16-22 jan. 1964. Apud: PACHECO, Diego. *Ecos da resistência: Os Grupos dos Onze e os trabalhistas em Santa Catarina (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, 2012. p. 111.

¹¹⁷² GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 192.

¹¹⁷³ Ainda a reforma de base – questão de consciência. *A Gazeta*. Florianópolis, 15 mar. 1964.

Ouve-se hoje, não somente nos baixios ativistas das pregações interesseiras, como também nos cimos compromissados pela responsabilidade e pelos juramentos solenes, que o povo está acima da Constituição e que as leis não vigem para o Presidente da República. Por esse caminho, abandonado aquele da lei e da ordem pelo qual devemos e queremos que o Brasil também seja beneficiado do sopro sadio de socialização que sacode o mundo – em vez de chegarmos às reformas racionais, imperativas da evolução, estaremos em voo cego para fora da órbita democrática.¹¹⁷⁴

A partir do comício da Central do Brasil a conspiração contra o presidente ganhou corpo. Ao mesmo tempo, amplificavam-se as manifestações de populares, com greves e paralisações organizadas por diversos órgãos de representação operária e estudantil. Apesar da construção de uma imagem de um estado pacífico, pouco afeito a agitações, Santa Catarina não ficou alheia a este processo. Nos primeiros meses de 1964, há greves e paralisações de diferentes setores em volume nunca antes visto. Os jornais tradicionais, mesmo com a postura de privilegiar os acontecimentos nacionais, divulgaram os movimentos. Evidentemente, a cobertura, na maioria das vezes, exaltava a atuação do governador Celso Ramos em dirimir os conflitos.¹¹⁷⁵

Diante do clima de participação popular, Silveira Lenzi apostava na união entre o PTB e a Frente Operária Estudantil em torno do nome do trabalhista Fausto Lobo Brasil para prefeito de Florianópolis. Para o jornalista, a candidatura representaria a formação de uma poderosa frente popular, “que poderá empolgar a grande massa do eleitorado flutuante desta capital, já desacreditada do mando oligárquico de certos chefes políticos”.¹¹⁷⁶ A aliança entre o partido político e a organização que congregava estudantes e operários florianopolitanos sinalizava a opção de mudança social pela via democrático-eleitoral. Essa

¹¹⁷⁴ RAMOS, Rubens de Arruda. Armemo-nos de democracia. *O Estado*. Florianópolis, 15 mar. 1964.

¹¹⁷⁵ Fim da greve dos derivados do petróleo: sindicatos e empresas congratulam-se com Celso e Mattar. *A Gazeta*. Florianópolis, 05 fev. 1964; Greve no ensino secundário: poderá se alastrar em todo o estado barrigaverde se não forem atendidas as justas reivindicações dos professores. *A Gazeta*. Florianópolis, 18 mar. 1964; Servidores públicos estaduais reivindicam 100% de aumento. *A Gazeta*. Florianópolis, 18 mar. 1964; Comando Geral dos Trabalhadores coordena Greve Geral. *O Estado*. Florianópolis, 18 mar. 1964; Funcionalismo estadual pleiteia aumento de vencimentos. *O Estado*. Florianópolis, 18 mar. 1964; Terminou a greve do DER. Celso Ramos atende o operariado. *O Estado*. Florianópolis, 24 mar. 1964; Funcionários vão a palácio e Celso Ramos promete aumento. *O Estado*. Florianópolis, 31 mar. 1964; CGT ameaça greve geral. *O Estado*. Florianópolis, 31 mar. 1964.

¹¹⁷⁶ “Realmente o encontro, se assim se pode dizer, dos trabalhistas de Florianópolis com os estudantes e operários, vem marcar um fato novo nos acontecimentos políticos, pois possibilitará a formação de uma poderosa frente popular, que poderá empolgar a grande massa do eleitorado flutuante desta capital, já desacreditada do mando oligárquico de certos chefes políticos que vêm colocando à frente da Prefeitura Municipal homens incapazes de resolver os mínimos problemas da Capital.” Fonte: LENZI, Silveira. Política em tabela. *A Gazeta*. Florianópolis, 18 fev. 1964.

evidência contraria o argumento de que, no limiar do golpe impetrado por militares e setores da sociedade civil, havia a iminência de uma tomada do poder à força pelos grupos de esquerda.

Enquanto o país vivenciava nova sublevação militar, Florianópolis era palco de conflitos entre militantes de direita e esquerda na principal praça da cidade. No Rio de Janeiro, os subalternos da Marinha foram proibidos pelo ministro Sílvio Mota de realizar ato público em comemoração ao aniversário de fundação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Contrariados, eles fizeram o evento no Sindicato dos Metalúrgicos. O ministro enviou uma tropa de fuzileiros navais para acabar com o ato, mas eles se negaram a atacar e aderiram à revolta. Estava criada a última crise militar do governo Jango.

O ministro da Marinha, desprestigiado, pediu demissão. O substituto escolhido foi Paulo Márcio Rodrigues, “considerado homem de confiança do CGT”. O novo ministro resolveu o impasse e anistiou os revoltosos. Choveram críticas de todos os lados. Políticos opositoristas e oficiais exigiam de Jango o reestabelecimento da ordem e do princípio de hierarquia e disciplina nas Forças Armadas. A resposta do presidente foi controversa. Compareceu à solenidade de posse da nova diretoria da Associação dos Sargentos, no Automóvel Clube, dia 30 de março. Nas palavras de Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira: “Prestigiar uma festa de subalternos das Forças Armadas, ainda sob as cinzas de um motim de marinheiros e com grande parte da oficialidade da Marinha e do Exército em rebelião passiva, era, no mínimo, uma grande imprudência”.¹¹⁷⁷

Em Florianópolis, foi instalado um posto de coleta de assinaturas em frente à Catedral Metropolitana: era a “campanha anticomunista”. De acordo com os relatos de *A Gazeta*, o êxito da campanha era na ordem de cinco mil assinaturas. No domingo, 15 de março, “agitadores esquerdistas” foram até o posto de coleta “com evidente intenção de provocar desordem”. Houve discussão. Por volta das 15 horas, a polícia interveio, “dispersando os agitadores e prometendo garantias à continuação da campanha”. O periódico concluía que o apoio ao manifesto anticomunista era a demonstração de que o

¹¹⁷⁷ GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. Op. Cit. 193.

povo catarinense “é avesso às desordens comunistas, e, cômscio de seus deveres, repudia as Reformas Socialistas”.¹¹⁷⁸

Na semana seguinte, estudantes e trabalhadores se manifestaram contra o aumento dos preços das passagens de ônibus em Florianópolis. Houve confronto com a polícia. Silveira Lenzi analisou o evento, silenciado nas notícias dos principais jornais da cidade. Segundo a análise do jornalista, a população não se postava mais passivamente diante da piora crescente de suas condições de vida. Estudantes, operários, trabalhadores, donas de casa passavam de espectadores a protagonistas. Havia um impasse: ou as “elites dirigentes” se mostravam sensíveis “às modificações de estrutura que o país necessita” ou, do contrário, a roda da história deflagraria suas condenações, “porque agora o povo não cala mais”.¹¹⁷⁹

No dia 31 de março, as tropas de recrutas do general Olímpio Mourão Filho saíram de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro. Sem apoio dos oficiais, Jango foi para Brasília e depois para Porto Alegre. Com o presidente República ainda em território brasileiro, o presidente da Câmara declarou vago o cargo e convocou Ranieri Mazzilli para assumir a chefia do governo. Como chefe do Judiciário, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Álvaro Ribeiro Costa, foi ao Palácio do Planalto legitimar a posse de Mazzilli.¹¹⁸⁰ A mobilização militar fora incentivada pela Marcha da Família com Deus Pela Liberdade, realizada em São Paulo no dia 19 de março. Estima-se que meio milhão de pessoas compareceu ao evento, mais do que o dobro do comício de Jango na Central do Brasil.

Já com as tropas de Mourão Filho em marcha, *A Gazeta* publicou um pronunciamento de Doutel de Andrade defendendo uma solução constitucional para a crise

¹¹⁷⁸ Agitadores esquerdistas tentam tumultuar campanha anticomunista. *A Gazeta*. Florianópolis, 18 mar. 1964.

¹¹⁷⁹ “É interessante de se notar como a conduta popular vem se modificando em Florianópolis, quando passou de simples assistente dos fatos, para ser protagonista e defensora das suas reivindicações. Hoje em dia, estudantes, operários, trabalhadores, donas-de-casa estão unidos e fazem movimentos reivindicatórios. Muito naturalmente os que se manifestam são logo taxados de “comunistas”, “agitadores”, “baderneiros”. É a válvula de escape da reação dos que estão bem na vida e não sofrem as necessidades dos que percebem salários irrisórios e dependem de condução. (...) A paz social, a própria sobrevivência da democracia, está nas mãos das elites dirigentes. Se forem sensíveis às modificações de estrutura que o país necessita, à mudança do pensamento convencional, onde uma minoria vive bem e a maioria sofre, chegaremos a harmonia. Caso contrário, estas mesmas elites estarão contribuindo para o processo histórico de suas condenações, porque agora o povo não cala mais.” Fonte: LENZI, Silveira. Política em tabela. *A Gazeta*. Florianópolis, 26 mar. 1964.

¹¹⁸⁰ GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. Op. Cit. 195.

e rejeitando a denúncia de que o presidente estaria querendo “comunizar” o país.¹¹⁸¹ Na mesma edição, Silveira Lenzi denunciou a aproximação entre PSD e UDN em Santa Catarina em torno de um discurso “reacionário”. As ofensas entre as duas siglas rivais se calaram “diante dos interesses de sobrevivência dos tradicionais agrupamentos político-econômicos”. Pessedistas elogiavam udenistas que, por sua vez, aplaudiam a ação violenta da polícia estadual contra as manifestações populares.¹¹⁸²

Os jornais *A Gazeta* e *O Estado* aplaudiram prontamente a deposição do presidente eleito pelos militares. O jornal de Maria Iná Vaz reproduziu integralmente o editorial do *Correio da Manhã*, intitulado “Basta!”, em que pedia a saída de Jango.¹¹⁸³ Em editorial, *A Gazeta* definiu o movimento civil-militar como uma “vitória da liberdade e da democracia”.¹¹⁸⁴ Na mesma edição, aproveitou para zombar de Brizola: “Brizola o ‘valente’ foge para Uruguai”.¹¹⁸⁵ Já o periódico comandado por Rubens de Arruda Ramos publicou as moções de apoio ao golpe. O governador Celso Ramos declarou sua posição “intransigente e formal” de repulsa ao comunismo. Solidarizou-se, “sem reticências no coração, com as gloriosas forças militares que defendem a verdade democrática”.¹¹⁸⁶ O presidente da Assembleia Legislativa, o pessedista Ivo Silveira, também se mostrou

¹¹⁸¹“Nem hoje, nem em instante algum, o Sr. João Goulart se afastou dos limites da lei e da Constituição. São simplesmente deploráveis e fantasiosas as versões de articulações objetivando a instauração no país de um regime comunizante. O governo tem nas Forças Armadas e no povo, tradicionalmente legalistas e democráticos, o seu mais robusto sustentamentos.” Fonte: Doutel de Andrade e a atual situação política nacional. *A Gazeta*. Florianópolis, 01. Abr. 1964.

¹¹⁸² “O processo histórico está mostrando, cientificamente, como os grupos econômicos reacionários, que se digladiavam há pouco tempo, estão se unindo. Aqui em Santa Catarina, temos o exemplo gritante desta união. Todas as ofensas, as críticas recíprocas, calaram-se diante dos interesses de sobrevivência dos tradicionais agrupamentos político-econômicos. O órgão oficial do governo do estado, aí está, estampando fotografia e rasgados elogios ao outrora odiado chefe do udenismo. O udenismo, por sua vez, aplaude as violências e as arbitrariedades da política do governo, quando o povo tenta se manifestar, democraticamente, contra a espoliação e o assalto à sua bolsa. (...) Ingenuamente, o pessedismo catarinense faz o jogo da UDN. Ingenuamente, o pessedismo prepara a cama para a UDN deitar, no plano federal e no estadual; ingenuamente, o pessedismo ‘marcha’ com o udenismo ‘et reação’. E, ingenuamente, virá depois o pessedismo chorar, tentando a reabilitação com os votos populares do PTB.” Fonte: LENZI, Silveira. Política em tabela. *A Gazeta*. Florianópolis, 01. Abr. 1964.

¹¹⁸³“O Brasil já sofreu demasiado com o governo atual. Agora Basta!”. *A Gazeta*. Florianópolis, 02. Abr. 1964.

¹¹⁸⁴ Vitória da liberdade e da democracia. *A Gazeta*. Florianópolis, 04. Abr. 1964.

¹¹⁸⁵ Brizola o “valente” foge para Uruguai. *A Gazeta*. Florianópolis, 04. Abr. 1964.

¹¹⁸⁶ “Com a certeza e a tranquilidade de, neste momento histórico, poder interpretar o pensamento e a vontade da esmagadora maioria dos catarinenses, radicalmente contrária à sovietação da grande Pátria, solidarizo-me, sem reticências no coração, com as gloriosas forças militares que defendem a verdade democrática, confiante em que a solução que todos desejamos seja ainda uma exaltação da lei.” Fonte: Ao povo catarinense. *O Estado*. Florianópolis, 02 abr. 1964.

favorável à deposição do presidente.¹¹⁸⁷ Rubens de Arruda Ramos, sob o pseudônimo de Guilherme Tal, manifestou também o apoio ao golpe, em sua coluna “Frechando”.¹¹⁸⁸ Nas manifestações dos diferentes atores da sociedade civil que apoiaram o golpe, havia um ponto de legitimação em comum: se o presidente foi retirado do poder pela força, os militares o fizeram em nome da “democracia”.

Em nome da “democracia”, o V Distrito Naval, com sede em Florianópolis, emitiu nota recomendando que não houvesse manifestações contrárias, de modo a evitar “que as autoridades sejam compelidas a usar da força no cumprimento de seus deveres para com a Segurança Nacional”. Pedia ainda “aos que exercem funções de alto nível” que não incitassem a juventude “à prática de atos incompatíveis com a atual conjuntura, sujeitando-a aos vexames de uma ação coercitiva”. Os “instigadores”, de acordo com o comando militar, “indignamente, se acobertam com privilégios e imunidades democráticas de que não se fazem merecedores”.¹¹⁸⁹ Em pouco tempo, o novo governo, “democrático”, daria cabo disso.

Em nome da “democracia”, o V Distrito Naval emitiu nota explicando as razões das diligências “efetuadas por autoridades militares e civis, com farta apreensão de material de pregação subversiva”. Eis o motivo: “O derrame de capitais e de material literário de politização vermelha, se não fosse contido a tempo, importaria num renascimento para muito breve de toda a onda de sublevação e preparo da entrega do Brasil ao domínio soviético”. Por isso, tão logo o “principal responsável pela comunização do país” foi retirado do poder, os militares, apoiados por civis, lançaram-se “à procura de todos os focos de subversão que pudessem, mais tarde, por reagrupamento e reorganização, reiniciarem a marcha para o domínio de nossa terra”. Era de estarrecer que, no regime anterior à

¹¹⁸⁷ Assembleia Legislativa de Santa Catarina – Nota do gabinete da presidência. *O Estado*. Florianópolis, 02 abr. 1964.

¹¹⁸⁸ RAMOS, Rubens de Arruda. Frechando. *O Estado*. Florianópolis, 05 abr. 1964.

¹¹⁸⁹ “... recomenda uma patriótica cooperação de todos os cidadãos, independentemente de opiniões político-partidárias e credos religiosos, com o objetivo de evitar que as autoridades sejam compelidas a usar da força no cumprimento de seus deveres para com a Segurança Nacional, que a qualquer custo e de qualquer forma será assegurada. Faço um apelo todo especial aos que exercem funções de alto nível, tanto na administração pública, como no magistério, na magistratura ou nas profissões liberais, no sentido de que deem o exemplo, deixando de estimular e incitar a mocidade, cuja natural e compreensível impulsividade leva-as à prática de atos incompatíveis com a atual conjuntura, sujeitando-as aos vexames de uma ação coercitiva, enquanto os instigadores, no recesso seguro de seus lares, indignamente, se acobertam com privilégios e imunidades democráticas de que não se fazem merecedores.” Fonte: Nota do comando do V Distrito Naval. *O Estado*. Florianópolis, 08 abr. 1964.

“democracia” inaugurada pelos militares, existissem estudantes possuidores de “verdadeiras bibliotecas subversivas” e “sedes de associações estudantis, verdadeiras tipografias de material de pregação subversiva”.¹¹⁹⁰ Pela descrição do comando militar, a capital de Santa Catarina estava repleta de “subversivos”.

Em nome da “democracia”, o mesmo comando noticiou a repressão às manifestações contra a deposição do presidente democraticamente eleito. O V Distrito Naval deixava claro: “Incitar revolta é crime, capitulado no Código Penal Militar e foi cometido em público nesta cidade por pessoas bastante conhecidas, não só em discursos como também pelo aplauso e ostensiva concordância com esses oradores”.¹¹⁹¹

Em nome da “democracia”, alguns civis depredaram a livraria Anita Garibaldi, de propriedade do escritor Salim Miguel, localizada no Centro de Florianópolis. Arrombaram-na, retiraram os livros de “inspiração marxista” e queimaram-nos “em plena via pública”. O editor de *A Gazeta* interpretou o gesto como uma sobeja prova da “fibra democrata” do povo florianopolitano.¹¹⁹²

¹¹⁹⁰ “O movimento revolucionário que reimplantou a democracia no Brasil teria frustrado seus objetivos se permitisse que permanecessem atuantes os principais focos de propaganda, pregação comunizante e destruição dos direitos e liberdades individuais, principais características do movimento comunista. [...] O derrame de capitais e material didático de politização vermelha, se não fosse contido a tempo, importaria num renascimento para muito breve de toda onde de sublevação e preparo da entrega do Brasil ao domínio soviético, o que representaria a negação, a mais completa, do movimento de renovação e salvação da pátria desencadeado pelas autoridades militares. [...] As diligências que têm sido feitas incansavelmente em todo o país, vem mostrando à sociedade a tremenda obra de infiltração comunista de que estávamos sendo vítimas. Estudantes que possuíam em suas residências verdadeiras bibliotecas subversivas e nas quais não se tem encontrado um só exemplar de obras didáticas; sedes de associações estudantis, verdadeiras tipografias de material de pregação subversiva, documentos comprobatórios de ligação íntima entre entidades estudantis e sindicais com países soviéticos [...] Tal material, em quantidade espantosa, está sendo devidamente arrolado e servirá de prova, futuramente, junto à justiça civil, quando do processo a que serão submetidos esses traidores da pátria por crime contra a segurança nacional.” Fonte: Nota do comando do V Distrito Naval. *O Estado*. Florianópolis, 09 abr. 1964.

¹¹⁹¹ “Ninguém foi ou será preso por ter ideias, quaisquer que elas sejam, mas sim quando em decorrência dessas ideias pratique ou, no momento, se possa, licitamente, admitir que venha a praticar atos atentatórios à ordem pública. Incitar revolta é crime, capitulado no Código Penal Militar e foi cometido em público nesta cidade por pessoas bastante conhecidas, não só em discursos como também pelo aplauso e ostensiva concordância com esses oradores [...] Exército, Aeronáutica, Polícia Militar e Civil e a Marinha, cômicos de suas responsabilidades tudo farão para consolidar e manter o ambiente de liberdade obtido.” Fonte: Comando do V Distrito Naval. *O Estado*. Florianópolis, 09 abr. 1964.

¹¹⁹² “Nessa livraria, reuniam-se funcionários públicos federais, amplamente conhecidos nesta capital, advogados, estudantes e acima de tudo inúmeros pelegos pagos para propagarem os ideais marxista-leninistas em nossa Capital, numa afronta aos brios democráticos de nossa gente. [...] Entretanto, ao cair da tarde do dia 3, populares arrombaram aquela livraria e, retirando de lá todos os livros de literatura marxista, puseram-no fogo em plena via pública, sob aplausos da multidão que ocorreu ao local. Assim, mais uma vez, o povo florianopolitano deu provas sobejas de sua fibra de democrata, extinguindo um foco pernicioso que há vários anos se instalara em pleno coração da cidade, bafejado pela inércia proposital do governo federal, comandado

Em nome da “democracia”, o país saía do seu rumo natural e enveredava para um caminho obscuro, repleto de inquéritos, perseguições, prisões, torturas e mortes.

pele Sr. João Goulart.” Fonte: Populares incendiam livros marxistas na liv. Anita Garibaldi. *A Gazeta*. Florianópolis, 05 abr. 1964.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

MEMÓRIA, POLÍTICA E HISTÓRIA

A partir do final dos anos 1970, quando governantes e parte da imprensa passaram a defender uma transição “lenta e gradual” para o regime democrático, o país foi assolado por intensos movimentos paredistas na região do ABC paulista. À luz daquilo que veio a ser chamado de “novo sindicalismo”, surgiram interpretações sobre as experiências dos trabalhadores durante o período anterior ao golpe militar de 1964. Não cabe aqui destrinchar essas análises – já abordadas e exaustivamente debatidas por conhecidos historiadores – mas destacar que, a despeito das eventuais diferenças, a maioria desses trabalhos fazia uma crítica às relações tecidas entre classes trabalhadoras e políticos, definidos pejorativamente como “populistas”. Construiu-se uma dicotomia entre “novos” e “velhos” movimentos sociais. Os “velhos” traziam em sua definição a heteronomia e a aquiescência do operário frente aos interesses do político demagogo, que se utilizava de vias institucionais do Estado para garantir a subordinação das massas.

Nas últimas duas décadas, diversos estudos de diferentes matizes questionaram essa interpretação, identificando nas experiências dos trabalhadores a negociação de direitos básicos diante das contingências políticas. Estudos de caso demonstraram empiricamente como em cidades com grande concentração operária as relações nas fábricas, nos sindicatos ou nos bairros foram permeadas por ambiguidades. O apoio ou uma eventual deferência a um político era sempre uma via de mão dupla. Havia, no entanto, uma ausência. Como estudar as relações políticas entre trabalhadores e grupos políticos em um espaço urbano que não fosse marcado pela indústria e, portanto, sem a grande presença de uma classe operária no sentido “clássico”?

Este trabalho procurou analisar as relações entre grupos políticos e trabalhadores em uma cidade sem grandes indústrias, mas que, por ser a capital de Santa Catarina, mantinha a condição de centro administrativo do estado. Tentei compreender as mudanças nas formas de campanha ao longo do período de redemocratização, analisando como as siglas e os grupos populares significavam as experiências eleitorais. De início, havia alguns postulados básicos que precisavam ser desnaturalizados, como a prevalência das “oligarquias” e o “perfil conservador” do eleitorado catarinense. Parecia haver um consenso na história

política de Santa Catarina de que havia uma polarização eleitoral entre UDN e PSD. Ao PTB restaria a condição de “terceira força”, o “fiel da balança” no equilíbrio entre as duas facções predominantes. Todavia, pairavam dúvidas sobre essas interpretações. Afinal, se existia mesmo essa pretensa hegemonia dos dois partidos, como ela se estabelecera? E se o PTB era mesmo a “terceira força”, como a relação com os outros dois partidos era construída?

Não havia muita discussão quanto à afirmação de que Florianópolis era uma cidade de forte predomínio pessedista. Os números finais das duas eleições para o executivo municipal, em 1954 e 1959, e a votação do PSD nas eleições proporcionais assegurariam essa premissa. “Estado conservador”, “Florianópolis pessedista”, “PTB como fiel da balança”, propagavam os periódicos locais e reafirmavam boa parte dos trabalhos consultados. Ao invés de respostas, quanto mais os bordões eram repetidos, mais perguntas traziam. Ao vasculhar as fontes, tentei me desvencilhar dos rótulos e compreender como os cidadãos florianopolitanos e aqueles que postulavam ser seus representantes dialogaram durante o período de eleições diretas, entre 1945 e 1964. Afinal, ao afirmar que os moradores Florianópolis elegeram prefeitos do PSD porque a cidade era pessedista, simplificamos as disputas políticas e anestesiámos as relações de troca e barganha inerentes ao ato de votar.

Tendo isso em vista, tentei confrontar os resultados eleitorais com as estratégias de campanha dos partidos em âmbito local e nacional. Ao lidar com os números, foi possível encontrar nuances muitas vezes atenuadas pelos números finais. Houve mudanças nas campanhas políticas que, de alguma forma, também indicavam maneiras diferentes do trabalhador se colocar na cena pública. Na reta final da eleição de 1945, o tom acusatório e as denúncias de violência foram substituídos pelo apelo ao voto do marmiteiro. Iniciava-se um processo de aproximação do trabalhador.

Em janeiro de 1947, os resultados das eleições para o governo do estado demonstraram o perigo de utilizar os dados estatísticos como única fonte para analisar a penetração eleitoral dos candidatos. Apesar de uma campanha declaradamente favorável aos trabalhadores, Irineu Bornhausen, da UDN, foi derrotado por Aderbal Ramos da Silva, do PSD. Os números gerais faziam ecoar novamente os bordões quanto ao conservadorismo do eleitor e à superioridade do PSD na capital. No entanto, a análise da

votação dos candidatos por seção eleitoral deu novos contornos aos resultados. Conhecido em Florianópolis como “o dono da cidade”, Aderbal perdeu a eleição na capital. A diferença em favor do candidato udenista se deu principalmente nas seções localizadas em áreas próximas aos morros e na parte continental, onde residia grande parte dos trabalhadores urbanos. O PCB catarinense, apesar de não obter a votação pujante de cidades com grande densidade operária, como Santos ou Santo André, na única eleição proporcional que disputou, em janeiro de 1947, foi a terceira legenda mais votada em Florianópolis, ficando atrás apenas de UDN e PSD. A boa votação dos comunistas, a vitória de Irineu Bornhausen em Florianópolis e as denúncias de apoio do PCB ao candidato udenista sinalizaram que o eleitorado urbano estava em disputa e que seria ele, e não necessariamente a sigla trabalhista, o “fiel da balança” nos pleitos vindouros.

Destrinchar os números finais do pleito por cidade, zona e seção eleitoral e associá-los ao jogo político local e nacional permitiu matizar melhor as ambiguidades que revestiram o período tachado de “república populista” em uma cidade sem grandes indústrias. Ao invés de uma disputa bipartidária entre UDN e PSD, os operários da construção civil, gráficos, motoristas, empregados do setor hoteleiro, estudantes e outros trabalhadores urbanos sinalizaram que o jogo político seria dado mais pela negociação do que pela obediência a chefes políticos locais. A vitória de um candidato não explica o predomínio de uma sigla, mas serve como ponto de partida para se compreender em quais condições o êxito eleitoral foi obtido.

Nos estudos de história política, a vitória de Vargas (PTB) sobre o brigadeiro Eduardo Gomes (UDN), na eleição presidencial de 1950, foi atribuída ao apoio decisivo oferecido pelo PSD. Como consequência, o candidato oficial, Cristiano Machado, teria sido abandonado por seus correligionários. À infidelidade pessedista deu-se o nome de “cristianização”. Entretanto, os números de Santa Catarina analisados em conjunto com as campanhas locais ofereceram uma interpretação menos totalizante. Vimos que Cristiano Machado não foi abandonado pelos diretórios pessedistas do interior do estado, embora este tenha sido o cenário em cidades mais populosas, como Florianópolis. Subjazia a necessidade de garantir o apoio do eleitorado urbano – que não era necessariamente trabalhista, mas, em sua maioria, apoiava Vargas. O PTB catarinense, ao firmar aliança com a UDN estadual, criou entraves para a candidatura de seu presidenciável.

Muitas vezes, as conclusões sobre a política do estado ou do país tomam por base os depoimentos dos vencedores, seja o candidato sejam seus cabos eleitorais. Os números finais serviriam para comprovar os depoimentos. Todavia, nem sempre os resultados foram lógicos, tampouco fáceis. O voto trazia consigo a noção de reconhecimento e troca. Pedir o sufrágio implicava reconhecer demandas, que eram construídas nas experiências da moradia e do trabalho. As infinitas relações tecidas na lógica urbana e capitalista davam a feição do regime democrático pós-Estado Novo – uma democracia eivada de contradições, como coexistência de eleições diretas e a proibição da legenda comunista. Não havia políticos demiúrgicos que conseguiram controlar o voto dos trabalhadores – por mais que seus partidos tivessem uma ampla rede de cabos eleitorais. Do contrário, não teríamos candidaturas como a de Manoel de Menezes.

O jornalista transformou seu periódico e sua rádio em um canal de veiculação das queixas dos moradores da cidade: uma espécie de central de denúncias das mazelas urbanas. Menezes tornou-se popular não apenas porque construía uma autoimagem de “protetor dos pobres”, mas porque reconhecia direitos historicamente denegados. Cobrava moradia, arruamento, transporte público, criticava o aumento no custo de vida e colocava a culpa nos “tubarões” e políticos inescrupulosos. Espelhava-se na figura de Jânio Quadros, mas construía canais de diálogo diversos. Movimentava-se por fora tanto das associações de bairros quanto dos sindicatos, assim como não contava com uma rede de cabos eleitorais. Sua atuação passava pela imprensa, falada e escrita.

Se fosse verossímil que o PSD era hegemônico em Florianópolis e que Aderbal Ramos da Silva era o “dono da cidade”, por que então o político pessedista teve de subir os morros “de pires à mão” – conforme descrição do jornal da época – para fazer campanha para Osvaldo Machado, na eleição municipal de 1959? As vitórias dos candidatos do PSD nas duas eleições para a prefeitura antes do golpe civil-militar de 1964 ajudaram a obscurecer as contingências que permearam as disputas políticas na capital de Santa Catarina. Superestimou-se o poder coercitivo da máquina pública e dos cabos eleitorais, reduzindo a capacidade dos sujeitos de realizar escolhas e barganhar por suas demandas no jogo político.

Ao construir uma carreira política paralela aos dois grandes partidos do estado, repleta de polêmicas e casos rumorosos, Menezes adquiriu popularidade na mesma

proporção que inimigos. A despeito da campanha feita contra ele por UDN e PSD, obteve grande votação nas seções próximas aos morros. No distrito do Estreito, parte continental de Florianópolis, lembrado pelos “vencedores” como região eminentemente pessedista, Menezes venceu em vinte duas das vinte e três seções e com larga vantagem – à revelia do “dono da cidade” e de seus cabos eleitorais. A forma como se deu o apogeu e o ocaso do jornalista deram mostras de que as relações entre políticos e classes trabalhadoras não podem ser pensadas nem como cooptação nem como aquiescência. O jornalista ocupou um espaço aberto pela dinâmica política e social do período, caracterizada pelo fortalecimento dos sindicatos e pelos protestos contra o aumento do custo de vida, ou seja, pela intensificação da participação popular.

Mesmo quando Menezes saiu de cena, os trabalhadores permaneceram atuando com cada vez mais protagonismo. O que se viu na primeira metade dos anos 1960 foi a aproximação das bases comunistas e trabalhistas e o estremecimento das relações entre as cúpulas de PTB e PSD. A pauta reformista e o nacionalismo como projeto de nação acirraram a polarização ideológica. Estudantes e operários tomaram as ruas de Florianópolis. Multiplicaram-se as greves em Santa Catarina. O estado, descrito como “calmo e ordeiro”, mostrou-se permeado de debates políticos e ideológicos. Para uns, democráticos; para outros, subversivos.

Ao longo da tese, procurei analisar as múltiplas formas de conexão das tramas eleitorais com as demandas urbanas em uma cidade sem grandes indústrias, mas na condição de centro administrativo de um estado. Foi possível demonstrar que o “marmiteiro” do início do período de redemocratização não era igual ao “subversivo” do crepúsculo do regime democrático. Ao longo dos vinte anos de eleições diretas, trabalhadores e estudantes atuaram na construção da cidade de Florianópolis e, ao mesmo tempo, constituíram-se enquanto cidadãos. Aproveitaram as brechas abertas por partidos e candidatos para reivindicar direitos e inserir suas demandas na pauta política. Ao que parece, a intensificação da presença popular na cena pública no limiar do golpe revela mais o fortalecimento do regime democrático-participativo do que a sua crise sistêmica. Essa parece ter sido, suponho, a razão precípua para a supressão dos direitos políticos dos parlamentares e militantes de esquerda taxados pejorativamente de “agitadores comunistas”.

A fim de compreender melhor as movimentações sociais no limiar do golpe civil-militar de 1964, cabe ainda uma análise detalhada do farto material disponível no acervo do Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Os processos de cassação dos mandatos parlamentares possuem vasta documentação sobre a atuação dos políticos e sua ligação com sujeitos ou entidades “subversivas” pré-golpe. A análise desses documentos permitiria, igualmente, matizar melhor o apoio de setores da sociedade civil e de grupos políticos às arbitrariedades das ações cometidas à época.

Além disso, caberia testar a metodologia de uso das fontes que norteou este trabalho em outras cidades. Baseada na análise da distribuição geográfica dos votos dos candidatos e relacionando-a com as estratégias de campanha, essa forma de seleção, análise e interpretação dos diversos documentos, produzidos no alfobre das disputas políticas do período de redemocratização, ainda não foi aplicada a outras regiões. Acredito que, desse modo, seria possível dar novos sentidos aos embates político-eleitorais e reverberar vozes dissonantes, algumas vezes obliteradas pelos resultados gerais.

Com o golpe civil-militar, silenciaram-se as polifonias. Os representantes das Forças Armadas no estado trataram de solapar qualquer moção de repúdio. O PSD catarinense, que recuperara o controle do executivo estadual em aliança com o PTB, fez coro com a UDN e manifestou apoio imediato aos golpistas. Iniciaram-se as perseguições e cassações de direitos políticos. O incipiente regime democrático brasileiro foi mutilado. Em pouco tempo estaria extinto.

FONTES

ACERVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS

STAEHELIN, Agostinho. *Currículo Vitae*. Acervo da Cúria Metropolitana de Florianópolis.

ARQUIVO DO CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

CAMACHO, Alexandre. *Boletim n° 1*. Arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Arquivo Ernani do Amaral Peixoto. EAP an 1961.08.26. p. 9. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=EAP_AssNaci&pasta=EAP%20an%201961.08.26. Acesso em: 15 setembro de 2013.

CPDOC. Telegrama circular do general Machado Lopes. Arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Arquivo Ernani do Amaral Peixoto. EAP an 1961.08.26. p. 3. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=EAP_AssNaci&pasta=EAP%20an%201961.08.26> Acesso em: 15 setembro de 2013.

FONSECA, Ivo d'Aquino. *Telegrama a Ernani do Amaral Peixoto*. Arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Arquivo Ernani do Amaral Peixoto. EAP an 1961.08.26. p. 5. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=EAP_AssNaci&pasta=EAP%20an%201961.08.26>. Acesso em: 15 setembro de 2013.

ARQUIVO DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Ata da Assembleia Geral de fundação da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 27 mai. 1950. *Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Representantes 1950-1957*. Arquivo da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina.

ARQUIVO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA – TRE/SC

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Apuração final do pleito de 19/01/1947 e renovação de 30/03/1947 – Senado, governo, deputado federal e estadual. Nº de eleitores, nº de votos por partido e candidato.* Doc.14. Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Ata de apuração final das eleições federais e estaduais em Florianópolis – Santa Catarina.* Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. 1958. Doc. 64_3.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Ata geral de apuração das eleições municipais em Florianópolis – Santa Catarina.* Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. 1958. Doc. 64_4.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Exemplar Estatístico.* TRE-SC, 1960. Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Doc. 80.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Mapa de apuração das eleições de 3/8/1958.* Arquivo do TRE-SC. Doc. 61.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Livro de atas das eleições de 13ª ZE – Florianópolis – 3/8/1958.* Arquivo do TRE-SC. Doc. 65.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Mapa de apuração para prefeito. 12ª Zona Eleitoral – Florianópolis.* Arquivo do TRE-SC. Doc. 73;
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Mapa de apuração para prefeito. 13ª Zona Eleitoral – Florianópolis.* Arquivo do TRE-SC. Doc. 74.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Mapa geral por município do pleito de 3 de outubro de 1955.* Arquivo do TRE-SC. Doc 50 GF.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resenha eleitoral: nova série.* Florianópolis: TRESA, 2001.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resenha Eleitoral: resultado das eleições de 3-10-1950.* Florianópolis, 1951. Arquivo do TRE-SC. Doc. 38.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resultado das eleições realizadas em 3.10.1958 por município: Senado Federal, Câmara Federal e Assembleia Legislativa.* Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. 1958. Doc. 62.
Disponível em: <http://www.tre-sc.jus.br/e-docsweb/abreConsulta/tipoConsulta/ARQUIVO_PERMANENTE>. Acesso em: 20 de junho de 2013.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Resultados discriminados das eleições de prefeito e vereador – 23/11/47. Nº de eleitores e partido.* Doc. 11. Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. *Ata da 296ª sessão, em 22 de janeiro de 1963. Livro Ata nº 17 – Referendum de 6/1/1963.* Arquivo do TRE-SC. Doc. 101_3.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Dados Estatísticos: eleições federais e estaduais realizadas no Brasil em 1950.* Vol. 2. Departamento de Imprensa Nacional, 1964. Acervo do TRE-SC.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Dados estatísticos: eleições federais, estaduais e municipais realizadas no Brasil em 1952, 1954 e 1955 e em confronto com anteriores.* Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral. Doc. 41.

ARQUIVO EDGAR LEURENROTH - UNICAMP

IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. *Pesquisa de intenção de voto para presidente da República em 1950, realizada em junho de 1949.* Acervo do Arquivo Edgard Leurenroth (AEL). Fundo IBOPE, filme MR/256 – P 08 – 1949.

IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. *Pesquisa política, levada a efeito, no Rio de Janeiro, durante o mês de agosto de 1950.* Acervo do Arquivo Edgard Leurenroth (AEL). Fundo IBOPE, filme MR/256 – PE 09 – 1950.

IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. *Pesquisa de opinião pública sobre matéria política realizada pelo IBOPE no período de 6 a 15 de setembro de 1950, na capital de São Paulo.* Acervo do Arquivo Edgard Leurenroth (AEL). Fundo IBOPE, filme MR/256 – PE 09 – 1950.

IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. *Pesquisa de intenção de voto para presidente da República em 1950, realizada em junho de 1949.* Acervo do Arquivo Edgard Leurenroth (AEL). Fundo IBOPE, filme MR/256 – P 08 – 1949.

IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. *Pesquisa política, levada a efeito, no Rio de Janeiro, durante o mês de agosto de 1950.* Acervo do Arquivo Edgard Leurenroth (AEL). Fundo IBOPE, filme MR/256 – PE 09 – 1950.

IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. *Pesquisa sobre matéria política realizada por incumbência do jornal Última Hora – Rio – Agosto – 1955.* Acervo do Arquivo Edgard Leurenroth (AEL). Fundo IBOPE, filme MR/261 – PE 19 – 1955.

ARQUIVO PESSOAL DA FAMÍLIA DE MANOEL DE MENEZES

MENEZES, Manoel de. *Das grades da penitenciária.* Florianópolis: Gráfica A Verdade, 1960.

_____. *Retalhos do tempo: o que vi, fiz e ouvi.* 2 ed. Florianópolis: Edeme, 1977.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA. *Lista de nomes que assinaram o abaixo-assinado para a volta do PCB à legalidade.* Divisão Central de Informações. Doc. 698, top. 80; Doc. nº 771e, top. 88.

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. *Relatório enviado pela DOPS-SC ao CENIMAR com informações de elementos suspeitos de atividades subversivas*. Divisão Central de Informações – SC. nº 771e/Top. 88.

BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PAIVA, Edvaldo; RIBEIRO, Demétrio; GRAEFF, Edgar. *Florianópolis: Plano Diretor*. Prefeitura Municipal de Florianópolis, 1952.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

A Gazeta, Florianópolis, 1945-1964.

A Semana, Florianópolis, 1955-1958.

A Verdade, Florianópolis, 1952-1959.

Dia e noite, Florianópolis, 1940.

Diário da Tarde, Florianópolis, 1945-1962.

Evolução, Florianópolis, 1951-1953.

O Apóstolo, Florianópolis, 1958-1959.

O Estado, Florianópolis, 1945-1964.

O Tempo, Florianópolis, 1954-1966.

Reforma, Florianópolis, 1963-1965.

Resistência, Florianópolis, 1956-1957.

CENTRO DE MEMÓRIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

5º DISTRITO NAVAL. *Relatório do 5º Distrito Naval sobre as atividades do Sr. Deputado Evilásio Nery Caon*. Florianópolis, 22 mai. 1964. Acervo do Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Pasta Evilásio Caon.

BARRETO, Tupy. Ata da 111ª sessão ordinária da 1ª sessão Legislativa da 4ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, realizada em 9 de outubro de 1959. *Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 13 out. 1959.

CINTRA, Euclides Cerqueira. *Ofício Nº 131/59 ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 17 mar. 1959. Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Deputados. Caixa 38.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Sessão secreta. Florianópolis, 5 out. 1959. Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Deputados. Caixa 38.

MENEZES, Manoel de. *Requerimento ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 08 out. 1959. Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Deputados. Caixa 38.

MIGNONI, Agostinho. *Requerimento*. Assembleia Legislativa, 14 jul. 1959. Acervo do Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Localização: Deputados, propaganda política e requerimentos. Deputado Agostinho Mignoni. Caixa 3.

OLIVEIRA, Volney Colaço de. Parecer do Projeto de Resolução N° 3/1959. *Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 09 out. 1959.

_____. *Ofício ao Deputado Manoel de Menezes*. Florianópolis, 07 out. 1959. Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Relatórios. Diversos. Caixa Única (verde).

SETOR DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Transcrição da 4ª sessão extraordinária da 1ª sessão Legislativa da 4ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 09 out. 1959. Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Relatórios. Diversos. Caixa Única (verde).

PEREIRA, Hipólito do Vale. Depoimento. Secretaria do Estado dos Negócios de Segurança Pública. *Inquérito Policial*. Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Deputados. Caixa 38.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 3/1959. *Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 09 out. 1959.

RESOLUÇÃO N° 227. *Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 09 out. 1959.

SANTOS, Medeiros. *Ofício ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis, 08 out. 1959. Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Relatórios. Diversos. Caixa Única (verde).

SECRETARIA DO ESTADO DOS NEGÓCIOS DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Inquérito Policial*. Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Deputados. Caixa 38.

UNIÃO CATARINENSE DOS ESTUDANTES. *Manifesto ao povo*. Acervo do Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Localização: Deputados, propaganda política e requerimentos. Deputado Agostinho Mignoni. Caixa 3.

ENTREVISTAS

Entrevista de Nereu do Vale Pereira concedida a Camilo Buss de Araujo em 13 de julho de 2010.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Ângela de Castro. *Vargas e a crise dos anos 50*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011. p. 32-35.

AFONSO, Eduardo J. Revolução, democracia e legalidade: a cassação dos comunistas na Assembleia Legislativa de São Paulo (1947/1948). *Projeto História*. São Paulo, nº 33, dez. 2006.

ARAUJO, Camilo Buss. *Os pobres em disputa: urbanização, política e classes populares no Morro da Caixa d'Água, Florianópolis – anos 1950 e 1960*. Florianópolis, 2006. 169 f. Dissertação (mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

ARAÚJO, Maria Fernanda. *Jardins da Revolução: o Partido Comunista do Brasil em Florianópolis, 1945-1947*. Florianópolis, 2006, 134 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História), Universidade Federal de Santa Catarina.

ASSIS, Machado de. *Obras completas de Machado de Assis*. V. III. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BORN, Sandra Regina. *Falas na cidade: relações de poder e formação de redes sociais (1945-1964)*. Dissertação (Mestrado em Educação). 126 f. Universidade do Estado de Santa Catarina, 2007.

BORNHAUSEN, Paulo Konder. *Retrato político de uma época (1947-1960)*. Florianópolis: Insular, 1999. Busetto, Áureo. *A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

CAMPOS, Cynthia Machado. As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na era Vargas. In: BRANCHER, Ana. *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

CARREIRÃO, Yan de Souza. *Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-79)*. Florianópolis, 1988. 278 f. Dissertação (mestrado em Sociologia) –, Centro de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Santa Catarina.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

CORRÊA, Carlos Humberto. *Um estado entre duas repúblicas*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.

CUNHA, Maria Clementina. (org.) *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

D'ARAUJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas (1951-1954)*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)*. 2 ed. São Paulo: LTr, 2011.

DELGADO, Márcio de Paiva. *O "golpismo democrático": Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). 154 f. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO. CPDOC-FGV. Verbetes: Doutel de Andrade. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

DITTRICH, Regina Iara Regis. *O deputado catarinense: Assembleia Legislativa no período de 1947 a 1965*. Florianópolis: EdUFSC, 1981.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. 5 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

DUARTE, Adriano Luiz. *Cultura popular e cultura política no após-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973*. Campinas, 2002. 273 f. Tese (doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

DUTRA, Ricardo Aldo. *Florianópolis: A Organização Político-Administrativa. A Intendência Distrital 1889-1992*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, 1994.

ELIAS. Episódio pitoresco sobre Manoel de Menezes. In: <<http://www.carosouvintes.com.br/index.php?option=content&task=view&id=1615>>. Data de acesso: 23 de julho de 2007.

FALCÃO, Armando. *Tudo a declarar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FALCÃO, Luiz Felipe. A Guerra Interna (integralismo, nazismo e nacionalização). In: BRANCHER, Ana. *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*. Vol. 24, n° 47, jan.-jun., 2004.

_____. História e biografia: as escolhas de João Goulart. *Cadernos AEL*. Campinas, v. 17, n.29, 2010.

_____. *João Goulart: uma biografia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (org.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FONTES, Paulo. *Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FONTES, Paulo; DUARTE, Adriano. O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953). *Cadernos AEL*. Campinas, v. 11, n. 20/21, 2004.

FORTES, Alexandre. (et. al.). *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

_____. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: Educus; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FRENCH, John D. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo/São Caetano do Sul: Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995.

GOLLO, Luiz Augusto. *Doutel de Andrade*. Brasília: Coordenação de Publicações da Câmara dos Deputados, 2006.

HASS, Monica. *Os partidos políticos e a elite chapecoense. Um estudo do poder local. 1945 a 1965*. Florianópolis, 1993. 361 f. Dissertação (mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

HIPPÓLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KINGSTON, Jorge. Salário mínimo e salário móvel. *Revista Brasileira de Economia*. Vol. 14, n° 3, 1960.

LAUS, Sônia Pereira. *A UDN em Santa Catarina (1945-1960)*. Florianópolis, 1985. 336 f. Dissertação (mestrado em História) -, Centro de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Santa Catarina.

LEMOS, Gustavo Perez. *Mineiros e sindicalistas na Cidade do Carvão: Criciúma, 1952-1964*. Florianópolis, 2008. 137 f. Dissertação (mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

LEMOS, Valmir. *Tombados e esquecidos – 1930: a marcha revolucionário sobre Santa Catarina*. Blumenau: Nova Letra, 2005.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950). *Revista Brasileira de História*, 2007, vol. 27, n. 53.

_____. *Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana Florianópolis, 1950 a 1970*. Porto Alegre, 2002. 442 f. Tese (doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916*. Campinas, 2001. 497 f. Tese (doutorado

em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

MAGALHÃES, Felipe Santos. Varrendo a imprensa: a ascensão de Jânio Quadros e o periodismo paulistano (1947-1951). *Projeto História*. São Paulo, n. 35, dez. 2007.

MARIA, Maria das Graças. *Imagens invisíveis de Áfricas presentes: experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940)*. Florianópolis, 1997. 230 f. Dissertação (mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

MARTINS, Celso. *Os comunas: Álvaro Ventura e o PCB catarinense*. Florianópolis: Paralelo 27; Fundação Franklin Cascaes, 1995.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

MAY, Patrícia Zumblick. *Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)*. Florianópolis, 1998. 182 f. Dissertação (mestrado em História) –, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

MENDONÇA, Marina de Gusmão. *O demolidor de presidentes: a trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968*. São Paulo: Codex, 2002.

NEGRO, Antonio. Luigi. No Caminho da Areia. Política, Coexistência e Conflito em Salvador (1945-1949). *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*. Rio de Janeiro, 2011.

NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NÓBREGA, Osmundo Wanderley da. Acórdão do Mandado de Segurança N° 235 da Comarca de Florianópolis. Florianópolis, 12 abr. 1961.

NUNES, Sara. *Caso Canozzi: um crime e vários sentidos*. Florianópolis, 2007. 154 f. Dissertação (mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas “páginas” do Diário de Notícias*. Porto Alegre, 2008. 270 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

PACHECO, Diego. *Ecos da resistência: Os Grupos dos Onze e os trabalhistas em Santa Catarina (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, Mariza. (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

PALMEIRA, Moacir. Política, facções e voto. In: PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz H. *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2010.

PEREIRA, Luiz Teixeira do Vale. *O orador oficial*. Florianópolis: Edição dos Organizadores, 2002.

PIAZZA, Walter F. (org.). *Dicionário político catarinense*. 2 ed. Florianópolis: Edição da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, 1994.

QUELER, Jefferson. *Entre o mito e a propaganda política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959-1961)*. Campinas, 2008. 349 f. Tese (doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

_____. *Quando o eleitor faz a propaganda política: o engajamento popular na campanha eleitoral de Jânio Quadros (1959-1960)*. *Tempo*. 28.

REIS, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista do Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. (org.). *História do marxismo no Brasil*. Vol. 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RENGEL, Simone. Discurso católico e campanha anticomunista no *Diário da Tarde e O Estado* na curta legalidade do PCB (1945-1947). *Tempos acadêmicos*. v. 1. nº 1. Criciúma: Revista da Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2003.

SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global, 1982.

SILVA, Evandro Lins e. *O salão dos passos perdidos: depoimento ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Ed. FGV, 1997.

SILVA, Fábio Paulo. O último reduto legalista: as ações da revolução de trinta em Florianópolis, principal resistência no Brasil Meridional. *Linhas*. v. 8. n. 2. Florianópolis, jul./dez. 2007.

SILVA, Fernando Teixeira da. *Direitos, política e trabalho no Porto de Santos*. In: FORTES, Alexandre (et. al.). Na luta por direitos: estudos recentes em História Social do Trabalho. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

SILVA, Fernando Teixeira da; NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. (org.). *História do Brasil Republicano*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3.

_____. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo de experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Livro 3. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SILVA, Heber Ricardo. A democracia ameaçada: repressão política e a cassação do PCB na transição democrática brasileira (1945-1948). *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo do Estado de São Paulo*. nº 39. São Paulo, 2009.

SOARES, Iaponan. *Estreito: vida e memória*. 2 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1991.

SOUZA, Mayara Paiva de. *O que não devia ser esquecido: a anistia e os usos do passado na Constituinte de 1946*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Goiás, 2010.

TANCREDO, Luiz Henrique. *Doutor Deba: poder e generosidade*. Florianópolis: Insular, 1998.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VARGAS, Getúlio. *A campanha presidencial*. São Paulo: J. Olympio, 1951.

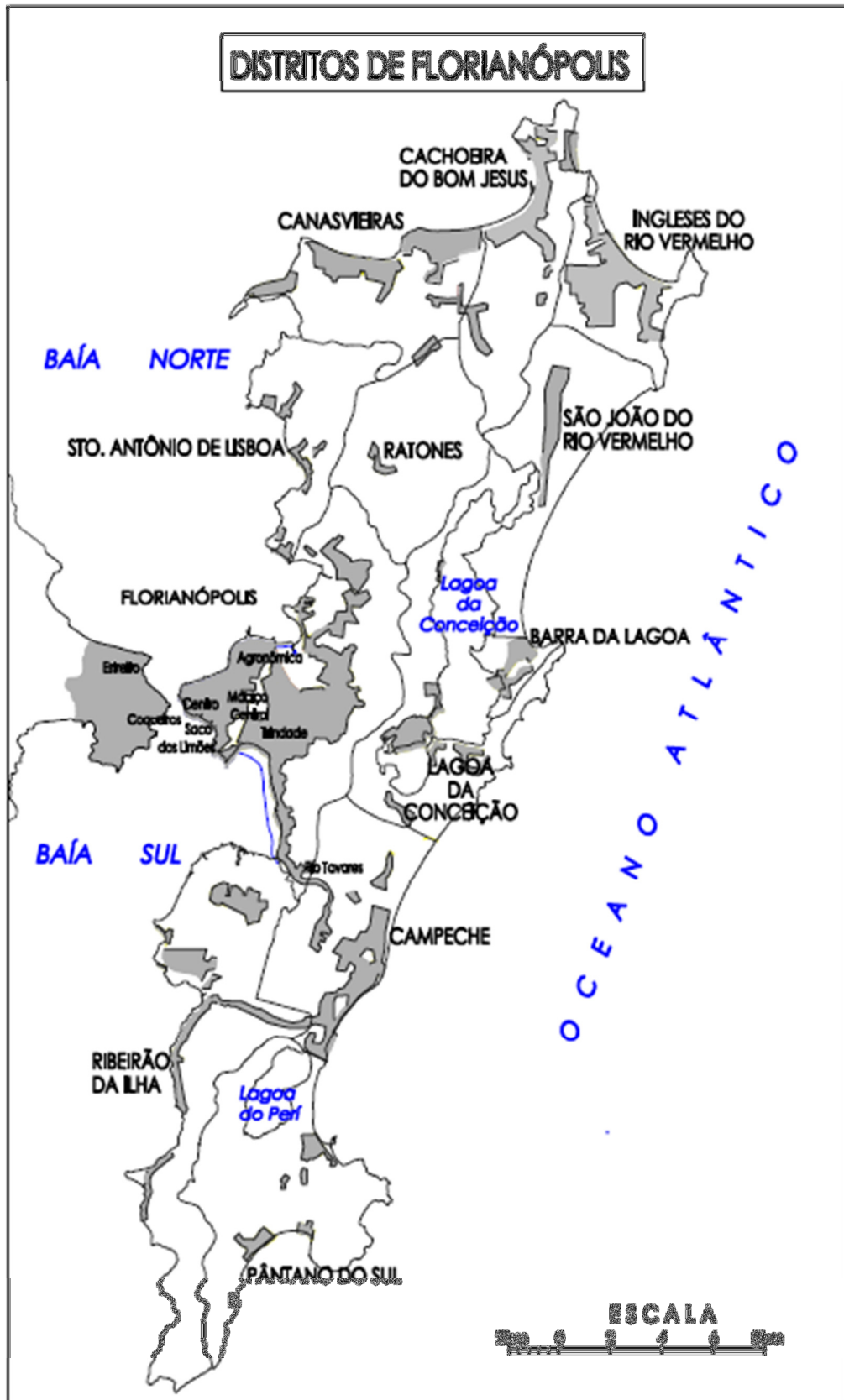
WALMSELY, Silvana. *As origens do janismo: São Paulo, 1946/1953*. Campinas, 1992. 193 f. Dissertação (mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

WILLIAM, Wagner. *O soldado absoluto: uma biografia do marechal Henrique Lott*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

ANEXOS

ANEXO 1 - Mapa de Florianópolis

Fonte: LabGeop/GCN-UFSC



ANEXO 2 – Reportagens de A Verdade especulando sobre a prorrogação do mandato de Dib Chereim

Fonte: A Verdade, Florianópolis, 29 jun. 1959.

ESSA NÃO!

SE A CAMORRA SE POSITIVAR

alguém irá reagir e o pagode poderá não prestar!... Faça votos de que não ponham fogo novamente, na CASA DO POVO!

(TEXTO DE MANOEL DE MENEZES)

Se bem havia pisado no meio da cidade, na última sexta-feira, quando regressava de São Paulo, tomei conhecimento de que algo de grave estava tramando contra a população de Florianópolis, especialmente contra o eleitorado.

Trata-se nada menos, de prorrogar o mandato (que por sinal, é de araque), do sr. Dib Chereim, atual prefeito da capital, até outubro de 1960, para que substitua seja exposto em janeiro de 1961.

Essa "luminosa" idéia, partiu do cérebro do deputado Evilásio Nery Caon, líder do Partido Trabalhista Brasileiro. O que me faz escrever esta nota é a onda que ainda pela cidade de que aquele parlamentar tentará apresentar na Assembleia uma emenda à nossa constituição, na parte da autonomia de nossos municípios.

O sr. Evilásio Nery Caon, que se diz defensor do trabalhador, não quer de maneira alguma que as eleições sejam realizadas conforme determino no nosso Tribunal Eleitoral. Acha ele que os operários podem perfeitamente se passando com seus vencimentos atrasados, conforme é normal na prefeitura, de dele a municipalidade, acha que nossa cidade deva continuar com suas calçadas esburacadas, assim como as ruas que vivem alagadas de lixo. Tudo isso está certo, na opinião do líder do PTB, inclusive que essa curricula de Osmar Cunha continue recebendo vantajosos vencimentos dos cofres municipais, conforme acontece com Osny Ortega, no Rio, ganhando 25 mil cruzeiros mensais, em

Sul e, o agora, ter tido a oportunidade de saber das necessidades do povo de Florianópolis, que diga se de passagem, tem dado um azar dos diabos neste particular de prefeito...

Mas acontece que meu trabalho vida é como se diz: Tudo não dar certo, a opinião do deputado Evilásio Nery Caon, do PTB, em que a viva força, prorrogar o mandato do sr. Dib Chereim, que diga se de passagem, está a prefeitura, ilegalmente, dependendo do resultado que dará Justiça de nossa terra, a mandando de segurança que vereador Heráclio Mendes Filho impetrou, baseado na realidade de um eleitorado que

ANO VII ★ Florianópolis, 2a. feira, 29 de Junho de 1959 ★ N. 494

A Verdade

O jornal mais lido e discutido de Santa Catarina


Proprietário: Manoel de Menezes — Diretor: Heráclio Mendes — Gerente: Jorge de Menezes

A VERDADE
Em toda a parte:
Cr\$ 3,00

SERA' que Florianópolis é terra sem dono?

A vez do povo fazer ouvir a sua voz nem que seja a porrete!

Aproxima-se a data fatal de desta terra, senhores da cidade: se a Constituição do Estado, será contemplado com a nosaltas: 30 de agosto, quando ao elei clusividade das manifestações: prolongando-se o mandato do sa prefeitura, na que res



O que dizem e... eu não afirmo

Manoel de Menezes

... que a vida de artista às vezes, por certo, deve ser um pouco dura. Principalmente a do palhaço, que é forçado a rir quando o coração chora.

... que essa conversa toda é para eu dizer que ao mesmo tempo que acabo de escrever uma reportagem séria, sou, em seguida, forçado a botar na máquina outra folha de papel, para escrever coisas alegres.

... que nesse instante acabo de explicar a oito pessoas, que apesar de candidato a prefeito não consigo e jamais hei de comprar votos.

... que encontrei o Senador Alcides Ferreira, bastante barbado e triste, pelas imediações do Mercado Público. Fui a seu encontro para saber o que estava se passando.

... que o Senador disse apenas isto: "São os concorrentes, Menezes. Meu cassino falou, porque foi aberto no centro da cidade, entre as Ruas Trajano e Tenente Silveira, um cassino que oferece a seus clientes maiores vantagens, inclusive "pagatões" para os que se argolam, porque um dos socios é agiota.

... que eu nessa altura dos acontecimentos não entendi mais nada.

... que o deputado Evilásio Nery Caon, respondendo meu discurso na Assembleia, disse que não tem fundamento o que me atraiu o dr. Cezar Seara, isto é, de que ele, Evilásio, estava tramando uma camorra para prorrogar o mandato do atual prefeito Dib Chereim.

ANEXO 3 – Tabela com a votação por seção eleitoral da 12ª

Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Mapa de apuração para prefeito.*

12ª Zona Eleitoral – Florianópolis. Arquivo do TRE-SC. Doc. 73.

DISTRITO	LOCAL	NÚMERO DE SEÇÃO	PREFEITO												
			VIEIRA DA ROSA	%	CESAR SEARA	%	MANOEL DE MENEZES	%	NEREU DO VALE PEREIRA	%	OSVALDO MACHADO	%	FERNANDO VIEGAS	%	TOTAL
Florianópolis	R. Alves de Brito	1	11	3,4%	8	2,5%	115	35,3%	12	3,68%	82	25,15 %	98	30,06 %	326
Florianópolis	R. Esteves Jr.	2	28	11,5 %	0	0,0%	33	13,6%	4	1,65%	74	30,45 %	104	42,80 %	243
Florianópolis	R. Almirante Alvim	3	14	5,6%	2	0,8%	40	15,9%	12	4,76%	107	42,46 %	77	30,56 %	252
Florianópolis	R. Almirante Alvim	4	20	7,4%	4	1,5%	35	13,0%	12	4,46%	102	37,92 %	96	35,69 %	269
Florianópolis	Av. Mauro Ramos	5	5	1,7%	8	2,7%	100	33,9%	27	9,15%	84	28,47 %	71	24,07 %	295
Florianópolis	Av. Mauro Ramos	6	11	4,2%	5	1,9%	91	34,6%	9	3,42%	97	36,88 %	50	19,01 %	263
Florianópolis	Av. Mauro Ramos	7	24	6,9%	8	2,3%	102	29,3%	14	4,02%	123	35,34 %	77	22,13 %	348
Florianópolis	Av. Mauro Ramos	8	20	5,9%	20	5,9%	83	24,6%	12	3,56%	121	35,91 %	81	24,04 %	337
Florianópolis	R. Alves de Brito	9	18	5,6%	6	1,9%	47	14,5%	11	3,40%	137	42,28 %	105	32,41 %	324
Florianópolis	Av. Frei Caneca	10	10	3,2%	13	4,1%	146	46,2%	10	3,16%	56	17,72 %	81	25,63 %	316
Florianópolis	Abrigo de Menores	11	5	1,6%	10	3,2%	102	32,6%	16	5,11%	96	30,67 %	84	26,84 %	313

Florianópolis	Lauro Linhares	12	10	3,0%	9	2,7%	80	24,4%	2	0,61%	116	35,37 %	111	33,84 %	328
Florianópolis	Itacorubi	13	2	1,2%	5	3,1%	16	9,9%	3	1,85%	65	40,12 %	71	43,83 %	162
Florianópolis	Itacorubi	14	0	0,0%	3	2,1%	14	9,6%	3	2,05%	68	46,58 %	58	39,73 %	146
Florianópolis	Trindade	15	3	0,9%	12	3,8%	79	25,0%	5	1,58%	84	26,58 %	133	42,09 %	316
Florianópolis	Trindade	16	3	1,0%	18	5,8%	52	16,7%	7	2,25%	94	30,23 %	137	44,05 %	311
Florianópolis	Pantanal	17	1	0,5%	8	4,3%	42	22,5%	8	4,28%	90	48,13 %	38	20,32 %	187
Florianópolis	Córrego Grande	18	3	2,0%	17	11,4 %	25	16,8%	5	3,36%	35	23,49 %	64	42,95 %	149
Santo Antonio de Lisboa	Saco Grande	19	3	1,0%	6	2,1%	39	13,6%	17	5,92%	165	57,49 %	57	19,86 %	287
Santo Antonio de Lisboa	Santo Antonio de Lisboa (sede)	20	0	0,0%	65	32,2 %	14	6,9%	8	3,96%	52	25,74 %	63	31,19 %	202
Santo Antonio de Lisboa	Santo Antonio de Lisboa (sede)	21	5	4,1%	32	26,4 %	11	9,1%	4	3,31%	32	26,45 %	37	30,58 %	121
Santo Antonio de Lisboa	Sambaqui	22	0	0,0%	22	19,8 %	13	11,7%	2	1,80%	30	27,03 %	44	39,64 %	111
Ratones	Ratones	23	2	1,2%	44	27,3 %	12	7,5%	3	1,86%	43	26,71 %	57	35,40 %	161
Canasvieiras	Canasvieiras	24	1	0,5%	16	8,3%	15	7,8%	5	2,60%	85	44,27 %	70	36,46 %	192
Canasvieiras	Canasvieiras	25	4	1,8%	16	7,3%	16	7,3%	6	2,75%	105	48,17 %	71	32,57 %	218
Canasvieiras	Vargem Pequena	26	1	0,7%	5	3,6%	8	5,7%	5	3,57%	73	52,14 %	48	34,29 %	140
Canasvieiras	Ponta Grossa	27	1	1,8%	2	3,6%	4	7,1%	7	12,50 %	27	48,21 %	15	26,79 %	56

Cachoeira do Bom Jesus	Cachoeira	28	0	0,0%	17	12,4 %	2	1,5%	1	0,73%	56	40,88 %	61	44,53 %	137
Cachoeira do Bom Jesus	Cachoeira	29	4	3,2%	17	13,6 %	4	3,2%	2	1,60%	58	46,40 %	40	32,00 %	125
Cachoeira do Bom Jesus	Ponta das Canas	30	0	0,0%	23	14,2 %	7	4,3%	0	0,00%	61	37,65 %	71	43,83 %	162
Cachoeira do Bom Jesus	Vargem Grande	31	1	0,8%	19	14,8 %	2	1,6%	2	1,56%	59	46,09 %	45	35,16 %	128
Inglesees do Rio Vermelho	Inglesees	32	1	0,4%	32	13,3 %	4	1,7%	1	0,42%	94	39,17 %	108	45,00 %	240
Inglesees do Rio Vermelho	Rio Vermelho	33	1	1,0%	13	12,9 %	4	4,0%	4	3,96%	48	47,52 %	31	30,69 %	101
Inglesees do Rio Vermelho	Rio Vermelho	34	0	0,0%	9	10,3 %	7	8,0%	1	1,15%	35	40,23 %	35	40,23 %	87
Inglesees do Rio Vermelho	Aranhas	35	2	1,9%	18	16,7 %	1	0,9%	1	0,93%	37	34,26 %	49	45,37 %	108
Inglesees do Rio Vermelho	Capivari	36	1	1,1%	8	8,5%	4	4,3%	1	1,06%	41	43,62 %	39	41,49 %	94
Lagoa	Lagoa	37	3	2,5%	4	3,4%	3	2,5%	5	4,24%	51	43,22 %	52	44,07 %	118
Lagoa	Lagoa	38	2	0,9%	13	5,7%	10	4,4%	6	2,62%	95	41,48 %	103	44,98 %	229
Lagoa	Barra da Lagoa	39	2	1,5%	19	14,0 %	5	3,7%	2	1,47%	44	32,35 %	64	47,06 %	136
Lagoa	Rio Tavares	40	3	1,5%	47	24,2 %	26	13,4%	6	3,09%	50	25,77 %	62	31,96 %	194
Lagoa	Campeche	41	0	0,0%	12	12,2 %	7	7,1%	0	0,00%	33	33,67 %	46	46,94 %	98
Florianópolis	Cidade	42	10	4,0%	4	1,6%	97	38,3%	3	1,19%	86	33,99 %	53	20,95 %	253
Total	156		235	2,74 %	61 9	7,21 %	151 7	17,67 %	26 4	3,08%	309 1	36,01 %	285 7	33,29 %	858 3

ANEXO 4 – Tabela com a votação por seção eleitoral da 13ª Zona Eleitoral de 1959

Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Mapa de apuração para prefeito.*

13ª Zona Eleitoral – Florianópolis. Arquivo do TRE-SC. Doc. 74.

DISTRITO	LOCAL	NÚMERO DE SEÇÃO	VIEIRA DA ROSA											TOTAL	
				%	CESAR SEARA	%	MANOEL DE MENEZES	%	NEREU DO VALE PEREIRA	%	OSVALDO MACHADO	%	FERNANDO VIEGAS		%
Florianópolis	AABB	1	18	6,4%	11	3,9%	33	11,8%	7	2,5%	121	43,2%	90	32,1%	280
Florianópolis	TAC	2	22	10,0%	6	2,7%	32	14,5%	6	2,7%	84	38,2%	70	31,8%	220
Florianópolis	IPASE	3	13	7,7%	5	3,0%	25	14,8%	6	3,6%	56	33,1%	64	37,9%	169
Florianópolis	IAPI	4	16	5,1%	5	1,6%	75	23,7%	11	3,5%	101	32,0%	108	34,2%	316
Florianópolis	Dep. Saúde Pú.	5	7	3,5%	1	0,5%	56	27,7%	0	0,0%	92	45,5%	46	22,8%	202
Florianópolis	Fac. Direito	6	26	11,7%	4	1,8%	27	12,1%	6	2,7%	95	42,6%	65	29,1%	223
Florianópolis	Fac. Direito	7	16	7,3%	3	1,4%	33	15,1%	7	3,2%	79	36,1%	81	37,0%	219
Florianópolis	Escola Prof. Feminina	8	22	7,4%	8	2,7%	47	15,9%	13	4,4%	106	35,8%	100	33,8%	296
Florianópolis	Dias Velho (Inst. Edu.)	9	10	3,4%	5	1,7%	86	29,3%	9	3,1%	91	31,0%	93	31,6%	294
Florianópolis	Inst. Educ.	10	11	3,3%	10	3,0%	94	28,4%	14	4,2%	114	34,4%	88	26,6%	331
Florianópolis	Dias Velho (Inst. Edu.)	11	12	4,2%	7	2,4%	78	27,0%	13	4,5%	93	32,2%	86	29,8%	289
Florianópolis	Ed. Alfândega	12	11	6,8%	2	1,2%	33	20,4%	1	0,6%	47	29,0%	68	42,0%	162
Florianópolis	G.E. São José	13	10	4,1%	5	2,1%	49	20,2%	6	2,5%	112	46,3%	60	24,8%	242
Florianópolis	Dir. Terras e Colonização	14	8	4,7%	2	1,2%	29	17,0%	7	4,1%	62	36,3%	63	36,8%	171

Florianópolis	Clube 12 de Agosto	15	10	6,1%	5	3,1%	27	16,6%	6	3,7%	58	35,6%	57	35,0%	163
Florianópolis	Ed. Tesouro	16	4	2,8%	2	1,4%	24	16,6%	6	4,1%	57	39,3%	52	35,9%	145
Florianópolis	Fomento Vegetal	17	15	5,3%	2	0,7%	29	10,2%	13	4,6%	90	31,6%	136	47,7%	285
Florianópolis	G.E. Lauro Muller	18	10	6,7%	3	2,0%	26	17,4%	5	3,4%	52	34,9%	53	35,6%	149
Florianópolis	G.E. Dias Velho	19	27	9,4%	4	1,4%	41	14,2%	10	3,5%	114	39,6%	92	31,9%	288
Florianópolis	Clube 15 Outubro	20	16	6,5%	11	4,4%	60	24,2%	6	2,4%	74	29,8%	81	32,7%	248
Florianópolis	Assistência Municipal	21	26	8,4%	6	1,9%	67	21,5%	6	1,9%	116	37,3%	90	28,9%	311
Florianópolis	Barriga Verde	22	9	3,7%	8	3,3%	73	29,7%	12	4,9%	86	35,0%	58	23,6%	246
Florianópolis	Clube Barriga Verde	23	7	3,3%	6	2,8%	70	32,6%	9	4,2%	56	26,0%	67	31,2%	215
Florianópolis	Fiscalização dos portos - R. Almirante Lamego	24	9	4,2%	7	3,3%	61	28,6%	3	1,4%	73	34,3%	60	28,2%	213
Florianópolis	Fiscalização dos portos - R. Almirante Lamego	25	13	7,0%	4	2,1%	51	27,3%	7	3,7%	60	32,1%	52	27,8%	187
Florianópolis	Veleiros da Ilha	26	11	4,2%	5	1,9%	101	38,7%	3	1,1%	70	26,8%	71	27,2%	261
Florianópolis	Veleiros da Ilha	27	5	1,8%	8	2,9%	94	33,7%	4	1,4%	88	31,5%	80	28,7%	279
Florianópolis	R. José Maria da Luz	28	18	10,5%	3	1,7%	41	23,8%	2	1,2%	49	28,5%	59	34,3%	172
Saco dos Limões	G.E. Getúlio Vargas	29	4	1,3%	15	5,0%	91	30,2%	11	3,7%	102	33,9%	78	25,9%	301
Saco dos Limões	G.E. Getúlio Vargas	30	6	1,7%	21	6,1%	81	23,6%	10	2,9%	133	38,8%	92	26,8%	343

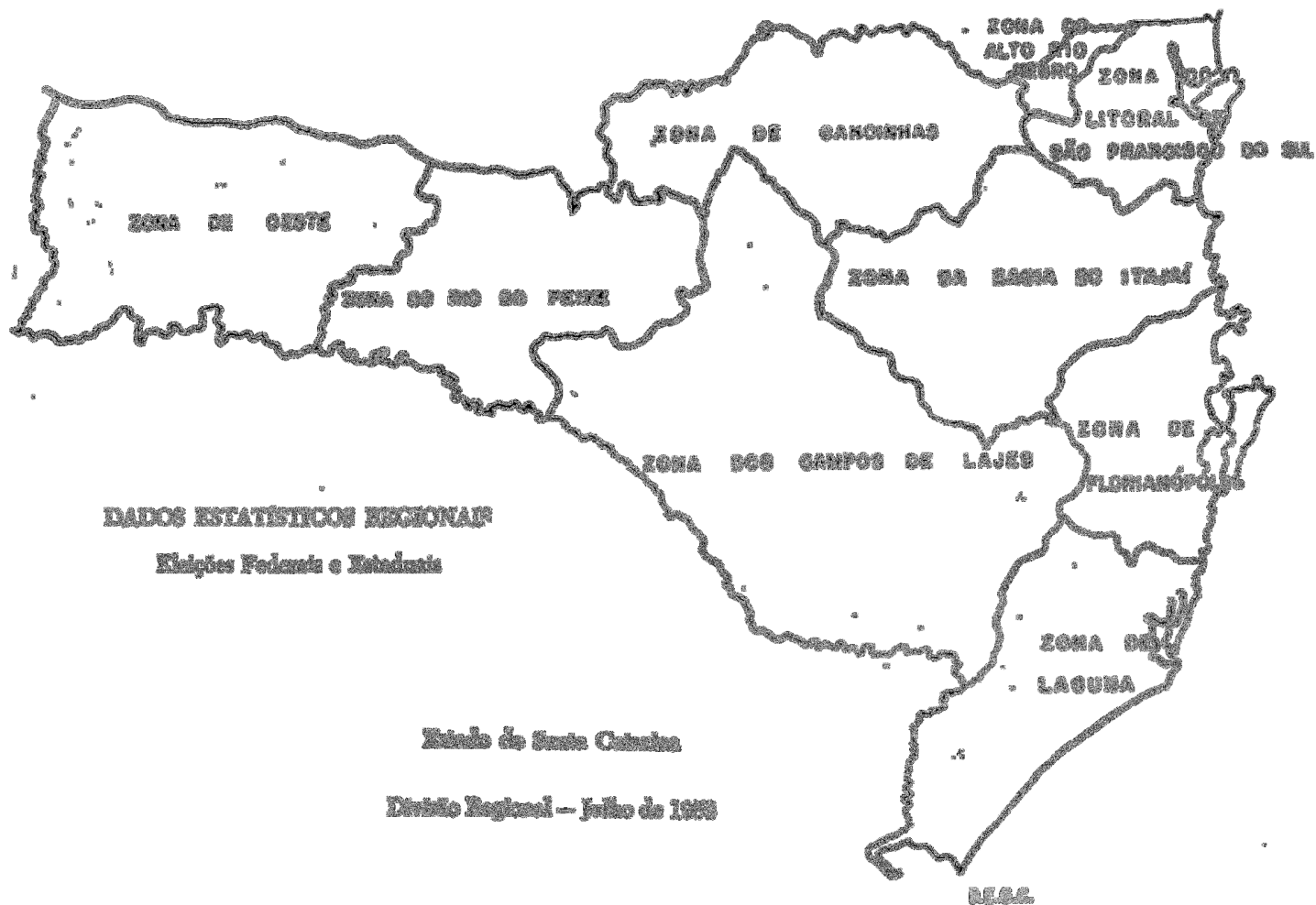
Saco dos Limões	G.E. Getúlio Vargas	31	3	1,0%	12	3,9%	92	29,9%	9	2,9%	112	36,4%	80	26,0%	308
Saco dos Limões	G.E. Getúlio Vargas	32	8	3,0%	17	6,3%	70	25,8%	4	1,5%	103	38,0%	69	25,5%	271
Estreito	Clube 6 de Janeiro	33	8	2,9%	4	1,4%	106	37,9%	2	0,7%	73	26,1%	87	31,1%	280
Estreito	Clube 6 de Janeiro	34	6	2,9%	3	1,5%	71	34,8%	3	1,5%	62	30,4%	59	28,9%	204
Estreito	G.E. José Boiteux	35	7	2,4%	8	2,8%	99	34,6%	3	1,0%	83	29,0%	86	30,1%	286
Estreito	G.E. José Boiteux	36	9	3,6%	7	2,8%	79	31,2%	5	2,0%	78	30,8%	75	29,6%	253
Estreito	G.E. José Boiteux	37	3	1,5%	3	1,5%	80	40,4%	1	0,5%	51	25,8%	60	30,3%	198
Estreito	G.E. José Boiteux	38	3	1,5%	4	2,1%	66	33,8%	3	1,5%	69	35,4%	50	25,6%	195
Estreito	Diretoria Estradas	39	4	2,1%	6	3,2%	61	32,6%	2	1,1%	57	30,5%	57	30,5%	187
Estreito	Caixa Econômica	40	9	3,1%	11	3,8%	114	39,7%	3	1,0%	88	30,7%	62	21,6%	287
Estreito	Clube Tamandaré	41	8	2,4%	9	2,6%	128	37,6%	2	0,6%	106	31,2%	87	25,6%	340
Estreito	Clube Tamandaré	42	7	2,3%	6	1,9%	136	43,9%	2	0,6%	87	28,1%	72	23,2%	310
Estreito	Posto de Saúde	43	10	3,2%	7	2,2%	122	38,7%	7	2,2%	89	28,3%	80	25,4%	315
Estreito	Posto de Saúde	44	14	4,9%	10	3,5%	109	38,4%	2	0,7%	72	25,4%	77	27,1%	284
Estreito	Colônia (Escola Pública)	45	2	1,4%	0	0,0%	59	41,0%	1	0,7%	46	31,9%	36	25,0%	144
Estreito	Barreiros	46	10	4,3%	4	1,7%	101	43,3%	1	0,4%	61	26,2%	56	24,0%	233
Coqueiros	G.E. Pres. Roosevelt	47	8	2,6%	3	1,0%	91	29,8%	5	1,6%	110	36,1%	88	28,9%	305

Coqueiros	G.E. Pres. Roosevelt	48	5	2,3%	7	3,2%	82	37,3%	1	0,5%	56	25,5%	69	31,4%	220
Coqueiros	G.E. Pres. Roosevelt	49	6	2,5%	5	2,1%	74	31,1%	6	2,5%	74	31,1%	73	30,7%	238
Estreito	Capoeiras	50	1	0,3%	7	2,3%	129	41,7%	2	0,6%	86	27,8%	84	27,2%	309
Estreito	Clube Flamengo	51	3	1,2%	5	1,9%	109	42,2%	4	1,6%	81	31,4%	56	21,7%	258
Saco dos Limões	Costeira do Pirajubaé	52	1	0,5%	11	6,0%	49	26,9%	4	2,2%	62	34,1%	55	30,2%	182
Saco dos Limões	Costeira do Pirajubaé	52A	4	2,9%	1	0,7%	31	22,1%	4	2,9%	50	35,7%	50	35,7%	140
Ribeirão da Ilha	G.E. Dom Jaime Câmara	53	1	0,5%	8	3,8%	16	7,6%	4	1,9%	123	58,3%	59	28,0%	211
Ribeirão da Ilha	Escola Estadual do Ribeirão	54	1	0,6%	3	1,7%	9	5,2%	3	1,7%	116	67,4%	40	23,3%	172
Ribeirão da Ilha	Caiacanga	55	1	0,8%	0	0,0%	15	12,3%	1	0,8%	65	53,3%	40	32,8%	122
Pântano do Sul	Pântano do Sul	56	3	1,2%	65	26,9%	14	5,8%	3	1,2%	82	33,9%	75	31,0%	242
Ribeirão da Ilha	Base Aérea	57	2	1,1%	0	0,0%	10	5,6%	0	0,0%	81	45,8%	84	47,5%	177
Ribeirão da Ilha	Base Aérea	57A	3	1,6%	6	3,3%	18	9,9%	2	1,1%	61	33,5%	92	50,5%	182
Ribeirão da Ilha	Armação - Escola Pública	58	3	2,6%	9	7,8%	5	4,3%	0	0,0%	46	39,7%	53	45,7%	116
Estreito	G.E. Irineu Bornhausen	59	9	3,7%	0	0,0%	100	41,0%	1	0,4%	64	26,2%	70	28,7%	244
Estreito	Posto de Arrecadação	60	5	1,6%	7	2,2%	135	42,5%	5	1,6%	82	25,8%	84	26,4%	318
Costeira do Ribeirão da Ilha	Edifício de Caiagangaçu	61	0	0,0%	0	0,0%	3	4,1%	0	0,0%	47	63,5%	24	32,4%	74

Florianópolis	Inst. Educ.	62	8	2,9%	9	3,3%	98	36,0%	2	0,7%	117	43,0%	38	14,0%	272
Estreito	G.E. Irineu Bornhausen	63	10	3,9%	5	1,9%	99	38,4%	3	1,2%	84	32,6%	57	22,1%	258
Estreito	Capoeiras	64	2	0,6%	4	1,3%	137	43,4%	2	0,6%	86	27,2%	85	26,9%	316
Ribeirão da Ilha	Barra do Sul - Escola Pública Municipal	65	0	0,0%	3	3,8%	4	5,1%	0	0,0%	23	29,5%	48	61,5%	78
Ribeirão da Ilha	Base Aérea	66	4	5,1%	0	0,0%	5	6,3%	1	1,3%	8	10,1%	61	77,2%	79
Estreito	Capoeiras	67	4	1,8%	4	1,8%	101	44,3%	3	1,3%	67	29,4%	49	21,5%	228
Estreito	Barreiros	68	5	2,9%	3	1,8%	73	42,9%	2	1,2%	51	30,0%	36	21,2%	170
Florianópolis	Inst. Educ.	69	8	4,4%	5	2,8%	44	24,3%	8	4,4%	69	38,1%	47	26,0%	181
Florianópolis	Depósito da Antártica	70	2	1,1%	10	5,6%	66	36,7%	1	0,6%	44	24,4%	57	31,7%	180
Estreito	Coletoria Estadual	71	5	1,9%	14	5,3%	100	37,7%	3	1,1%	69	26,0%	74	27,9%	265
TOTAL			607	3,6%	489	2,9%	4744	28,2%	339	2,0%	5672	33,7%	5001	29,7%	16852

ANEXO 5 – Mapa de Santa Catarina por Zonas Regionais

Fonte: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA. *Exemplar Estatístico*. TRE-SC, 1960. Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Doc. 80. p.32-33.



ANEXO 6 – Lista de nomes do PCB registrados pela DOPS-SC

Fonte: DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SANTA CATARINA. *Lista de nomes que assinaram o abaixo-assinado para a volta do PCB à legalidade*. Divisão Central de Informações. Doc. 698, top. 80; DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. *Relatório enviado pela DOPS-SC ao CENIMAR com informações de elementos suspeitos de atividades subversivas*. Divisão Central de Informações – SC. nº 771e/Top. 88; ARAÚJO, Maria Fernanda. *Jardins da Revolução: o Partido Comunista do Brasil em Florianópolis, 1945-1947*. Florianópolis, 2006, 134 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História), Universidade Federal de Santa Catarina. Anexo I, p. 115.

NOME	OBSERVAÇÕES DA DOPS	FONTE
A		
Acelino Mário Elias	Comunista. Membro do Comitê Distrital do Estreito. Nascimento: 11/6/1911.	ARAÚJO, M. F. op. cit.
Addo Vanio de Aquino Faraco	Nascido 10 de fev. 1927, natural de Florianópolis. Filho de Addo Caldas Faraco e Iraydes de Aquino Faraco. Residente na rua Barão de Rio Branco, 165, Criciúma-SC. “Teve cassado seu mandato de deputado pelo ex-PTB e suspensos seus direitos políticos.”	DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Adélia Régis Luz	“Pertenceu ao PCB (1946). Foi estruturada na célula César Sartori desta capital.” Assinou livro pela volta do PCB à legalidade. Última anotação em 1946. End: Rua 14 de Julho 146 Coqueiros. Doméstica. Nasc: 30/4/1917	ARAÚJO, M. F. op. cit. DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Adelino Antônio Paulino	Consta como comunista. Última notação de 3/4/47.	ARAÚJO, M. F. op. cit. DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Adelino Francisco da Rosa	“Foi presidente do Sindicato dos Empregados na Construção Civil – SC. Em 1963, subscreveu boletim do Congresso Continental de Solidariedade a Cuba.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Adolfo José dos Santos	Última anotação anotada em 20/2/47. Sapateiro.	ARAÚJO, M. F. op. cit.
Ady Vieira Filho	“Estudante. Esteve preso de 11.06 a 11.07.64. Envolvido IPM. Está impedido de sair do país. R. Servidão Barreto, 297 - Estrada	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Adyr Brígido da Silva	Em 1958 assinou, junto com outros, manifesto ao povo contra o aumento da carne verde, que culminou com o quebra-quebra da prefeitura de Florianópolis.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Agostinho Mignoni ¹¹⁹³	“Suplente de deputado do ex-PTB. Indiciado em IPM. R. Fúlvio Aducci, Estreito.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80

¹¹⁹³ Deputado eleito pelo PTB em 1958 e suplente em 1962. Participou de todas as eleições parlamentares pelo PTB.

Aguinaldo Russ Wagner	Pertenceu ao PCB sendo estruturado na célula do bairro Olga Prestes. Última anotação em 9/2/47.	ARAÚJO, M. F. op. cit. DOPS - DCI – SC, n° 698, top. 80
Alcenor de Deus Cardoso	Contribuiu com 400,00 p/ imprensa popular . Funcionário Público Federal. Rua Ângelo Laporta, 133. Célula Crispim Mira. Nasc: 3/11/1915	ARAÚJO, M. F. op. cit. DOPS - DCI – SC, n° 771e, top. 88.
Alcides Eliseu da Silva	Nome constava no Comitê Municipal de 1946. Pedreiro. Última anotação em 1946. Nasc: 24/8/1909	ARAÚJO, M. F. op. cit.
Alcimiro Silva Ramos	Última notação de 1947. Secretário Político do Comitê Municipal de Fpolis. Última anotação em 1947.	ARAÚJO, M. F. op. cit. DOPS - DCI – SC, n° 698, top. 80
Aldo Ávila da Luz	Advogado. Nascido em 9 de maior de 1913. Residente na rua Melo Alvim, 7. Natural de Palhoça-SC. “Assinou de solidariedade à Cuba. Seu nome consta em uma lista para custear as despesas dos representantes de Santa Catarina ao Encontro Nacional de Solidariedade à Cuba e á Autodeterminação dos Povos.”	DOPS - DCI – SC, n° 771e, top. 88
Aldo Pedro Dietrich	Nascido em 21 de agosto de 1926, advogado. “Foi advogado do Sindicato dos Mineiros de Criciúma. Membro do comitê estadual do PCB de Santa Catarina. Está com prisão preventiva decretada pelo CPJM da 5ª R.M. Está foragido desde 31 de março de 1964.”	DOPS - DCI – SC, n° 771e, top. 88
Alexandre Verzola	Pertenceu ao PCB e foi estruturado na célula do bairro César Sartori. Última anotação de 8/4/47	ARAÚJO, M. F. op. cit. DOPS - DCI – SC, n° 698, top. 80
Algenor de Deus Cardoso	Assinou livro pela volta do PCB à legalidade. Atividade desde 1946.	ARAÚJO, M. F. op. cit.
Alvaro de Souza Dias	Militante Comunista. Operário. Em 1958 assinou manifesto ao povo de Fpolis. Rua José Boiteux, 35. Nasc: 25/11/1903.	DOPS - DCI – SC, n° 771e, top. 88
Anibal Climaco Filho	“Agente da Costeira. Foi tesoureiro do PCB. Reside na rua Juca do Lóide, Coqueiros”.	DOPS - DCI – SC, n° 698, top. 80
Antonio Felix da Silva	“Pertenceu à célula Euclides da Cunha (do PCB), no Estreito.” Última anotação em 06.04.1947.	DOPS - DCI – SC, n° 698, top. 80
Antonio Francisco da Silva	“Pertenceu ao PCB sendo estruturado na célula do bairro Tiradentes. Era seu secretário político.” Última anotação de 26.12.46.	DOPS - DCI – SC, n° 698, top. 80
Antônio Job de Miranda	“Filho de Job Marcelino de Miranda e Francisca Júlia de Souza, nascido em 12 de dezembro de 1908. Natural de Santa Catarina, casado, carpinteiro. (...) Residente a rua Oswaldo Cruz 393 – Estreito – Fpolis/SC. Militante do PCB, foi	DOPS - DCI – SC, n° 771e, top. 88

	secretário político da célula Leocádia Prestes, no Estreito – Fpolis/SC.” ¹¹⁹⁴	
Antonio Nunes da Silva	“Pertenceu à célula Euclides da Cunha (do PCB), no Estreito.” Última anotação em 06.04.1947.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Antonio Pedro de Souza	“Pertenceu ao PCB sendo estruturado na célula Euclides da Cunha, como secretário de divulgação.” Última anotação 6.4.47.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Antonio Suera	“Pertenceu ao PCB, sendo estruturado na célula Euclides da Cunha, em Coqueiros.” Última anotação de 26.12.1946.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Antonio Thadeu da Silva	“Tomou parte em 7.6.63 na reunião no escritório de Aldo Átila da Luz, quando foi discutida a fundação da Frente de Mobilização Popular.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Antonio Ricardo da Silva	Pertenceu ao PCB e era estruturado na célula Benjamin Constant, em Barreiros.” Última anotação de 6.4.47.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Arlindo Gondin	“Seu nome consta do ‘Boletim de convite ao povo’, comissão provisória de organização do Encontro Estadual de Solidariedade a Cuba	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Armando Silvio Carreirão	“Se diz nacionalista, mas é cripto comunista. Diretor das produções Carreirão. End. R. Germano Wendhausen, 51.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Arquimedes Napolini Filho	“Estudante. Envolvido IPM UBES. Está impedido de sair do país”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Aurélio Soares Quadro	“Última anotação é datada de 1946, constando ser Secretário Político da Célula 1º do Maio, desta capital.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
B		
Bento Borges	“Pertenceu ao PCB.” Última anotação 10.04.1947.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Bento Vieira	Foi Secretário político da célula comunista do Saco dos Limões. Última anotação de 26/12/46.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Bonsfield Vieira	Pertenceu ao PCB sendo estruturado na célula do Euclides da Cunha, Estreito. Última anotação de 15/4/47.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
C		
Carlos Fernando Preiss	Nascido em 29 de março de 1934. Natural de Itajaí. Residente em Joinville-SC. “Agitador comunista. Foi membro do CGT e presidente da Campanha Nacional de Ensino Gratuito em Itajaí-SC. 1º e 2º de abril de 1964, fez parte das reuniões da CGT e sindicatos que deflagraram greve em apoio ao ex-presidente João Goulart.	DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Carlos Paulo Jaques	“Como presidente do Sindicato dos Rodoviários, tinha ligações com o presidente da Frente Operária Estudantil (Vidalvino Francisco da Rosa – operário – Rogério Duarte Queiroz – estudante)	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80

¹¹⁹⁴ É irmão de Manoel Job de Miranda, candidato a deputado do PCB para assembleia legislativa em 1947, recebendo 50 votos. Quando da elaboração deste documento, Manoel já era falecido.

Carlos Silveira Lenzi	“Vem atacando de forma sutil, mas ferina, a Revolução – vitoriosa de 31 de março de 1964. Escreve no jornal A Gazeta. A 5ª R. M. diz que será responsável pela imprensa universitária o que ainda não se consumou.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Carlos Pedro Nascimento	Em 1946 tomou parte na fundação de uma célula comunista em Joinville. Aposentado do DCT local por ter sido atingido pelo artigo 7o do AI.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Cícero Pereira	Consta seu nome na documentação apreendida do PCB em Fpolis como pertencente à célula César Sartori, última anotação em 10/4/47	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Clovis Viegas	Pertenceu ao PCB. Última anotação de 20/2/47	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Conrado de Mira	“Agitador comunista do meio sindical de Joinville.”	DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
D		
Davi Trompowski Toulois	“Cel. Da R. R. do Exército. Seu nome consta do boletim CONVITE AO POVO como integrante da comissão provisória de organização do Encontro Estadual de Solidariedade a Cuba. Vários oficiais do exército confirmam suas tendências de esquerda, digo suas tendências ideológicas de esquerda.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Dalmo Basto Silva	“Esteve detido durante a Revolução. Juiz de Direito que se valia da toga para agitar os estudantes contra a polícia, como nos movimentos de 24 e 25/03/64. Vale-se de todos os meios a seu alcance para desprestigiar a polícia. Res. R. Conselheiro Mafra, 90 – 2º andar.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Dário Manoel Feijó	Pertenceu ao PCB. Há necessidade de fazer sindicância a seu respeito.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Dibo Elias	“Embora resida na praça de São José, vive diariamente nesta capital. Comunista convicto. Esteve preso durante a revolução.” Nascimento: 22/5/1904. “Possui antecedentes deste 1945 como militante do PCB”.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80 ARAÚJO, M. F. op. cit. DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Domingos F. de Aquino ¹¹⁹⁵	“Vereador. Assina o boletim ‘Comissão Brasileira Contra Intervenção em Cuba’. Nada mais consta a seu respeito”.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
E		
Édio de Souza Lopes	“Mecânico, residente em Praia Comprida. Pertenceu ao PCB e foi estruturado na célula Euclides da Cunha, em Coqueiros. Foi comunista que deu início ao movimento que culminou, há anos, com o apedrejamento do prédio da SSP.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Edmée Paiva Vieira	Pertenceu ao PCB. Célula César Sartori. Última	DOPS - DCI – SC,

¹¹⁹⁵ Vereador do PSD. Criticado por Manoel de Menezes e ligado ao jornal *O Estado* e à Aderbal Ramos da Silva.

	anotação de 8/4/47	nº 698, top. 80 ARAÚJO, M. F. op. cit.
Ednil Gomes Ferrão ¹¹⁹⁶	“Filho de Ricardo Gomes Ferrão e Joana Gomes Ferrão, nascido em 12 de abril de 1913, natural da Bahia, casado, operário, título de eleitor nº 4054 – 13ª ZE – Florianópolis-SC. Agitador comunista, possuindo registro de antecedentes deste 1956. Foi militante do PCB, estruturado na célula Antonio de Couto – RJ. Após a extinção do PCB continuou a atuar, principalmente no meio sindical. Condenado pela auditoria da 5ª CJM. Foi expedido mandado de prisão. Está foragido.”	DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Eglê Malheiros Miguel	“Registra antecedentes desde 1946. Militante do PCB. Após a extinção do PCB continuou pregando a doutrina comunista. Em 1964 foi presa e recolhida ao quartel da polícia militar de Florianópolis, sendo posta em liberdade em 12 de maio de 1964. Respondeu a IPM presidido pelo major Gama D’Eça.”	DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Eliane Marinho de Souza Santos ¹¹⁹⁷	Natural de Florianópolis, nascida em 27 de junho de 1927, funcionária da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, casada com Alencar Souza Santos. “É comunista, registrando antecedentes deste 1953. Respondeu a IPM presidido pelo major Aru Canguçu de Mesquita e foi enquadrada no artigo 7º § 1º do AI.”	DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Emanuel Campos	“Chefe de gabinete da reitoria da USC. Fichado nesta DOPS quando ainda estudante por suas atividades e ligação com Salim Miguel, Dr. Aldo Luz, desembargador Galloti, Dalmo Bastos. Ultimamente não se tem registrado fatos a seu respeito, a não ser que foi a zona controlada por russos, porém, acompanhando o reitor Ferreira Lima, que é pessoa insuspeita.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Emiliano Peixoto	Pertenceu ao PCB. Célula César Sartori. Última anotação em 10/4/47	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80 ARAÚJO, M. F. op. cit.
Érico Tasch	Pertenceu ao PCB. Pertence à célula Euclides da Cunha /Coqueiros ou Estreito. Última anotação de 6/4/47	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80 ARAÚJO, M. F. op. cit.
Eugênio Victor dos Santos	Pertenceu ao PCB. Pertence à célula Benjamin Constant / Barreiros. Última anotação em 6/4/47.	
Everton Jorge da Luz	“Como presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, fez parte da comissão provisória de organização do encontro estadual de solidariedade a Cuba, pela autodeterminação etc. Assinou o	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80 DOPS - DCI – SC,

¹¹⁹⁶ Personagem atuante no sindicato dos trabalhadores da construção civil de Florianópolis.

¹¹⁹⁷ É mencionada pela DOPS por ser muito ligada a Wilmar Dias, citado também pela DOPS por ter contribuído na campanha de Paulo Stuart Wright.

	boletim CONVITE AO POVO, assinou também o manifesto pela legalidade do PCB. Foi demitido do cargo de promotor que ocupava interinamente.” Advogado, casado. Nascido 30 de julho de 1939. Título de eleitor 12.504, 13ª ZE – Florianópolis-SC. Emitido em 1958. “Foi processado quando exercia suas funções como promotor em São Lourenço do Oeste-SC”.	nº 771e, top. 88
Evilásio Nery Caon	“Deputado estadual do ex-PTB, está indiciado e denunciado pela Justiça Militar da 5ª R. M. Res. Rua São Francisco, 11.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
F		
Fausto Correa	“Assinou o livro de apoio à legalidade do PCB, porém afirma que assim procedeu por pressão de Ado Vânio de Aquino Faraco, a quem na época era subordinado. Há depoimento na DOPS neste sentido. Residente na avenida Mauro Ramos, 211.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Fernando Pereira Cristino	Agitador comunista, membro do Comitê do PC de SC, depois membro efetivo do Comitê Central do Brasil. Nascimento: 11/7/1924. Profissão: jornalista.	ARAÚJO, M. F. op. cit. DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Firmino Machado	Industrial. Suspeito, sendo que a última anotação é de 20/2/47	ARAÚJO, M. F. op. cit.
Francisco Almeida	Pertenceu ao PCB. Pertenceu à célula Euclides da Cunha, em Coqueiros ou Estreito. Última anotação de 6/4/47	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Francisco de Faria	Nascido em 17 de julho de 1891, natural de Santa Catarina, pedreiro. Título de eleitor 1.982 12ª ZE – Florianópolis-SC. Emitido em 1º de outubro de 1957. “Contribuiu com Cr\$ 5.000,00 para custear as despesas dos representantes de SC no Encontro Nacional de Solidariedade à Cuba e Autodeterminação dos Povos.”	DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Francisco Manoel de Almeida	Comunista. Assinou abaixo assinado para legalização do PCB sapateiro 7/6/1905	ARAÚJO, M. F. op. cit.
Francisco Pereira da Silva	Pertenceu ao PCB, porém nada mais consta desde a interdição daquela agremiação política.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
G		
Genésio Leocádio da Cunha	“Foi vereador e comunista muito ativo, porém sua idade avançada não lhe permite desenvolver atividades que preocupa muito. Assinou livro do PCB.” Membro do Comitê Estadual, com antecedentes desde 1946. Foi Vereador. Nascimento: 9/12/1896. Célula: Humberto Freud.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80 ARAÚJO, M. F. op. cit. DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Gerson Lobato	Pertenceu ao PCB. Célula: Benjamin Constant / Barreiros. Última anotação de 6/4/47	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Gertrudes Antônio Pinto	Pertenceu ao PCB. Célula: Olga Prestes. Última	DOPS - DCI – SC,

	anotação de 14/4/47.	nº 698, top. 80
Gilberto Comicholli	Pertenceu ao PCB, Última anotação em 26/12/46 .	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Guilherme Guint	Pertenceu ao PCB. Última anotação de 26/12/46 .	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
H		
Hélio Francisco da Silva	“Mecânico, residente no Estreito a rua Manoel O. Ramos, 242. Fichado por ter provocado greve e discurso a favor dos comunistas (1955).”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Hélio Peixoto	“Vereador do ex-PSD. Assinou juntamente com outros o boletim ‘Comissão Brasileira Contra Intervenção em Cuba’. A primeira assinatura é do ex-governador Doutel de Andrade.” ¹¹⁹⁸	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Henrique Gama da Silva	“Mecânico. Segue o anterior Hélio [Francisco da Silva] na provocação de greve em ‘O nosso posto’. (1955).”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Hercilio Wagner	Secretário político da Célula Olga Prestes durante a legalidade do PCB. Funcionário público. Nascimento: 26/1/1910	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80 ARAÚJO, M. F. op. cit. DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Herculano Nunes da Silva	Pertenceu ao PCB. Célula: Euclides da Cunha Coqueiros ou Estreito. Última anotação em 6/4/47	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Hermínia Vieira	Pertenceu ao PCB. Célula: César Sartori. Última anotação de 1947.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Hidalgo Homero Soares de Araujo	Pertenceu ao PCB. “Não mais se envolveu em qualquer movimento, nem se manifesta mais.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Holdemar de Oliveira Menezes	“Médico. Foi diretor do SAMDU. Assinou o boletim Manifesto ao Povo. Foi encarregado da segurança pessoal de Brizola em 18 de janeiro de 1964, quando da visita do mesmo a Florianópolis.” Casado, médico. “Comunista. Respondeu a IPM, sendo enquadrado no art. 7º, parag. 1e 10º do AI. Reside em Florianópolis-SC. Reside na rua Feliciano Nunes Pires, 34. É professor da Universidade Federal de Santa Catarina.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80 DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
I		
Indalécio Vargas	Natural de Palhoça-Sc, casado, barbeiro. Comunista. Residente a rua Araranguá.	DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Israel Gomes Caldeira	Natural de Florianópolis, casado. “Ex-diretor do DCT em Santa Catarina, foi exonerado por ter sido enquadrado no art. 7º do AI. Comunista.	DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88

¹¹⁹⁸ “A primeira assinatura é do ex-governador Doutel de Andrade.”.

	Atualmente possui uma casa lotérica chamada Chalet Milionário, situada à rua João Pinto, Florianópolis.”	
J		
Jacira Amaral	Pertenceu ao PCB. Última anotação de 6/4/47. célula Euclides da Cunha.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Jacy Duarte Amaral	Pertenceu ao PCB durante a legalidade. Última anotação de 6/4/47. Célula Euclides da Cunha.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Januário Florentino da Silva	Pertenceu ao PCB. Última anotação de 6/1/46. Célula Euclides da Cunha	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
João Alarico de Lima	Pertenceu ao PCB. Última anotação de 26/12/46. Secretário de organização da célula do Bairro Frederico Rola.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
João Alves	Pertencente ao PCB. Última anotação de 6/1/46 César Sartori. Comerciante (aposentado).	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80 ARAÚJO, M. F. op. cit.
João Amorim	Pertenceu ao PCB. Última anotação de 26/12/46 Frederico Rola	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
João Cassimiro da Costa	Pertenceu ao PCB durante a legalidade. Última anotação de 6/1/46	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
João Crisostomo	Pertenceu ao PCB. Última anotação de 10/4/47. Célula César Sartori.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
João Crisostomo Silveira	Pertenceu ao PCB. Última anotação de 8/4/47. Secretário Sindical da Célula César Sartori	
João Feliciano Alves	Pertenceu ao PCB. Última anotação de 3/4/47. Célula Humberto Freud.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
João Jorge do Amaral	“Pertenceu ao PCB. Foi secretário político de célula. Última anotação a seu respeito foi em 25.2..50.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
João Liniski	Pertenceu ao PCB. Última anotação de 26/12/46. Célula 14 de Julho.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
João Paulo Silveira de Souza	Nascido em 27 de julho de 1933, natural de Florianópolis, professor. “Em 1964 era funcionário da Capitania dos Portos – Fpolis/SC. (...) Foi um dos idealizadores do jornal Novos Rumos, de inspiração comunista.”	DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
João Pedro Pires	Pertenceu ao PCB. Última anotação de 2/4/1947. célula Anita Leocádia.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
João Pedro Roque	Pertenceu ao PCB. Última anotação de 26/12/46. Secretário de Massa e Alistamento da Célula 14 de julho.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
João Porto	Pertenceu ao PCB. Última anotação de 3/3/47. Célula Humberto Freud.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
João Verzola	Nascido em 30 de agosto de 1916. “Casado,	DOPS - DCI – SC,

	carpinteiro, militante do PCB pertencente à célula Cesar Sartori de Fpolis-SC. Foi secretário sindical do comitê municipal de Florianópolis do PCB.”	nº 771e, top. 88
João Zanata	“Fez parte de piquete grevista que seguiu a Itajaí apoiar a greve dos bancários daquela cidade.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Joaquim Alves	Pertenceu ao PCB. Célula Luis Carlos Prestes.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Joaquim Francisco Teodósio	Pertenceu ao PCB. Última anotação de 14/4/47. Célula Olga Prestes.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Joel Martins	Pertenceu ao PCB e assinou livro pela volta do PCB à legalidade. Operário. Célula César Sartori.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80 DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Jonas Ramos Martins	“Foi preso durante a Revolução. Foi secretário sindical da Secretaria do Trabalho na gestão Vanio Faraco. Assinou manifestos pró-Cuba, etc. Residia em Lages e atualmente em Florianópolis.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Jorge Kaszas	Pertenceu ao PCB. Última anotação de 26/12/46. Res. Rua Joinville, 10.	ARAÚJO, M. F. op. cit.
Jorge Manuel de Souza	Militante do PCB. Lavrador (empresa de transporte) Empresa internacional de Transportes - seção da célula Guaratan. Res. Barreiros.	ARAÚJO, M. F. op. cit. DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
José Caminha	Pertenceu ao PCB durante legalidade. Última anotação de 3/4/47. Célula Humberto Freud.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
José Chaves Cidade	Pertenceu ao PCB. Última anotação de 6/4/47. Célula Benjamin Constant.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
José Correia Teixeira Filho	Pertenceu ao PCB. Última anotação de 20/2/47. célula Anita Leocádia.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
José de Brito Andrade	“Presidente da Associação dos Servidores Públicos do Estado. Seu nome consta na cópia da ata de 26.09.63 da Frente Operária Estudantil, quando houve o caso aumento passagem de ônibus da capital.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
José do Patrocínio Galloti	“Desembargador aposentado. Preso durante a revolução. Seu filho Paulo está tomando conta da livraria Cruz e Souza, que deve ser da família. Tal livraria provavelmente substituiu a Anita Garibaldi, incendiada durante a revolução.” “Filho de Laudelino Galloti e Laudelina Piazza Galloti, nascido em 14 de abril de 1908, natural de Santa Catarina, casado, desembargador aposentado, título de eleitor nº 4.036 12ª ZE Florianópolis-SC, emitido em 10 de dezembro de 1957. Residente na av. Trompowski, 24, Fpolis-SC. Possui registros de antecedentes desde 1948. Foi fundador do Centro Catarinense de Estudo e Defesa do Petróleo. Promoveu campanhas e	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80 DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88

	conferências de cunho comunista. Em 10 de junho de 1957 defendeu em tese a doutrina marxista em concurso para a Faculdade de Direito. Foi signatário do livro para legalização do PCB. Em 29 de abril de 1964 foi preso e indiciado em IPM como incurso na lei 1802/53 e AI.”	
José Flores	Pertenceu ao PCB. Última anotação de 8/4/47. Célula César Sartori.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
José Garcia	Fichado desde 1946. “Em 1960 recebeu Cartão de Boas Festas de Luis Carlos Prestes (aliás não chegou ao destina esta na DOPS). Fez parte em 1961 da Comissão de Encontro Estadual de Solidariedade a Cuba. Res. Praça Getúlio Vargas.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
José Manoel de Oliveira	Pertenceu ao PCB. Última anotação de 6/4/47. Célula Benjamin Constant.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
José Martins Neto	Pertenceu ao PCB, tendo sido Secretário de massa. Membro do Comitê Municipal de Fpolis. César Sartori. Rua Bocaiúva, 153. Nascido em 5 de agosto de 1908, professor aposentado. “Em 1952, respondeu inquérito por ter pregado doutrina comunista a seus alunos.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80 DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
José Matusalém Comeli	“Bel. Está envolvido em IPM e está impedido de sair do país. É atualmente um dos diretores da Fábrica de Rendas e Bordados – Res. Av. Tromposwvki, 57. Diretor do jornal <i>O Estado</i> .	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
José Menezes	Pertenceu ao PCB e foi Secretário Sindical do Partido . Última anotação de 13/10/46	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
José Paulo Garcia	Pertenceu ao PCB. Última anotação de 11/9/1946. Célula Leocádia Prestes.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
José R. da Cunha	Pertenceu ao PCB durante a legalidade. Última anotação de 24/6/46	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Júlio Paulino da Silva	Como vereador do ex-PTB assinou o boletim contra intervenção em Cuba.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Júlio Todescato	Pertenceu ao PCB. Última anotação de 8/4/47. Secretário Sindical da Célula César Sartori	
Juracy Batista da Silva	Egresso do PCB. Cooperava com o gabinete da SSP e com a 5a DN. Tanto o ex-titular quanto o 5o DN estão desconfiados dos seus propósitos e o 5o DN vai além, desconfiando de seus objetivos ainda não esclarecidos. (Pertenceu ao PDC e é recomendado do Clero Local).	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Juvenal José de Lira	Pertenceu ao PCB e assinou livro pela volta do PCB à legalidade. Foguista. Res. Demétrio Ribeiro.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80 ARAÚJO, M. F. op. cit. DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Juvenal Melquíades de Souza	Pertenceu ao PCB. Última anotação de 1947.	DOPS - DCI – SC,

	Atualmente não tem atividade.	n° 698, top. 80
L		
Laudilino Souza	Mencionado na documentação apreendida do PCB em 1947.	DOPS - DCI – SC, n° 698, top. 80
Laura Filomeno	“Funcionária do DCT. Causou surpresa não ter sido atingida pelo A.I., pois antes da revolução fazia parte de todas as campanhas ilegais, de aparência legal, pelas quais o Partido Comunista PCB dava vazão às suas atividades. Assinou o boletim de Convite ao Povo, como membro da comissão para o encontro estadual de solidariedade a Cuba. Res. Rua Saldanha Marinho, 5.”	DOPS - DCI – SC, n° 698, top. 80
Lauro André de Souza	Pertenceu ao PCB. Última anotação de 1947. Célula Euclides da Cunha.	DOPS - DCI – SC, n° 698, top. 80
Leopoldo F. Saldanha	“Assinou em 1961 boletim como membro da comissão provisória de organização do encontro estadual de solidariedade a Cuba. É estudante.”	DOPS - DCI – SC, n° 698, top. 80
Lino José Pires	Seu nome consta na documentação apreendida do PCB. Última anotação de 1947	DOPS - DCI – SC, n° 698, top. 80
Lucy Taulois	“Seu nome consta no boletim Convite ao Povo – Comissão Provisória do Encontro Estadual de Solidariedade à Cuba.”	DOPS - DCI – SC, n° 698, top. 80
Luis Toneli	Pertenceu ao PCB. Última anotação de 6/4/47. Célula Euclides da Cunha.	DOPS - DCI – SC, n° 698, top. 80
Luiz Almeida	Pertenceu ao PCB. Última anotação de 6/4/47. Célula Euclides da Cunha	DOPS - DCI – SC, n° 698, top. 80
Luiz Gonzaga de Bem	Advogado, natural de Araranguá, nascido em 3 de maio de 1940. “Foi diretor do jornal estudantil <i>Reforma</i> de orientação comunista. Como vice-presidente da UCE (União Catarinense dos Estudantes) participou de movimentos. Seu nome estava entre os elementos denunciados em IPM do 14° BC em Fpolis/SC, presidido pelo major Gama Lobo D’Eça. Possui em Florianópolis o Escritório dos Municípios, entidade que se propõe a auxiliar as administrações municipais.”	DOPS - DCI – SC, n° 771e, top. 88
Luiz Henrique Mendes Campos	Nascido em 9 de outubro de 1937, casado, professor da Faculdade de Educação da UDESC. Residente na rua São Jorge, 49, Fpolis/SC. “Comunista atuante. Pertenceu ao comitê municipal do PC até 1964. Promovia distribuição de material comunista oriundo de diversas fontes. Era ocupante da função de Auxiliar de Escritório do Serviço de Fiscalização da Fazenda de Santa Catarina. (...) Respondeu a IPM instaurado no 14° Batalhão de Caçadores de Fpolis.”	DOPS - DCI – SC, n° 771e, top. 88
Luiz Henrique da Silveira	Funcionário da polícia civil. Esteve preso durante a revolução. Articulista do jornal Folha	DOPS - DCI – SC, n° 698, top. 80

	Catarinense. Em cujas dependências foi recentemente encontrado um artigo seu muito comprometedor. Está denunciado pela auditoria militar da 5ª R.M. “Foi afastado das funções de escrivão da DOPS/SC em 1961 por possuir ideias contrárias ao regime. Era articulista do jornal de esquerda <i>Folha Catarinense</i> . Respondeu a IPM instaurado no 14º Batalhão de Caçadores de Fpolis. Atualmente é advogado e professor em Joinville-SC, continuando atuante como comunista.”	DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Luiz Pedro	Pertenceu ao PCB. Última anotação de 6/4/47 Euclides da Cunha	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Luiz Wagner	Pertenceu ao PCB. Última anotação de 1947.	
M		
Manoel Alves Ribeiro	Velho Militante Comunista. Em 1946 foi eleito para o Comitê Municipal. Esteve na Rússia em viagem de Cortesia ao governo daquele país. Ex-vereador cassado pelo AI. Também assinou, entre outras coisas, pela volta do PCB à legalidade. Célula Luis Carlos Prestes. “Em 1946 foi eleito para o Comitê Municipal do PCB em Florianópolis-SC. Em 1958, foi eleito para a Câmara Municipal de Florianópolis pelo PSP, sempre encabeçando passeatas e assinando boletins de ideologia comunista.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80 ARAÚJO, M. F. op. cit. DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Manoel Gonçalves dos Santos	Pertenceu ao PCB . Última assinatura a seu respeito é de 1947. Possuidor de Oficina de Consertos. Célula Euclides da Cunha.	ARAÚJO, M. F. op. cit. DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Manoel Job de Miranda	Falecido. Velho militante comunista. Indicado pelo partido a concorrer a AL. Assinou livro pela volta do PCB à legalidade.	DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Manoel José Ferreira	Pertenceu ao PCB . Última anotação de 1946. Célula 14 de julho.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Manoel Maurício Xavier	Referido na documentação apreendida ao PCB em 1947	
Manoel Osório	Pertenceu ao PCB . Última anotação de 1947. Célula Olga Prestes.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Manoel Vieira	Pertenceu ao PCB. Última anotação de 1946.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Marcelino Silva	“Estruturado na célula Euclides da Cunha do PCB. Última anotação é de 1952.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Marcílio César Ramos Krieger	“Fez parte da comissão provisória de organização do encontro estadual de solidariedade a Cuba. Responde a IPM e está impedido de sair do país.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Maria Amaral	Pertenceu ao PCB . Última anotação de 1947. Célula Euclides da Cunha.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80

Maria Bittencourt	Pertenceu ao PCB . Última anotação de 1947. Célula Olga Prestes	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Maria Hofman	Pertenceu ao PCB . Última anotação de 1947. Célula Luis Carlos Prestes.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Maria Machado Verzola	Consta que é comunista. Res. Cruz e Souza. Profissão: doméstica.	ARAÚJO, M. F. op. cit.
Maria Perpétua de Oliveira	Pertenceu ao PCB . Última anotação de 1946.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Marina Cavalcanti	“Comunista atuante. Era esposa do falecido médico Miguel Cavalcanti. Continua atuante, tendo inclusive assinado o livro de coleta de assinaturas para volta do PCB à legalidade.” “Pertenceu ao PCB, sendo filiada à célula Olga Prestes. Foi suplente do comitê estadual e membro do comitê de finanças.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80 DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Mirian Sarmento Cavalcanti	Suplente do Comitê Estadual e Membro do Comitê de Finanças. Assinou abaixo assinado pela legalização do PCB. Profissão: doméstica.	ARAÚJO, M. F. op. cit.
Mario José Caldeira Bastos	“Esteve preso durante a Revolução. Dos comunistas mais atuantes. Reside na Praça de São José e trabalha no TRE. Assinou o livro de assinaturas para volta do PCB à legalidade.” “Foi militante do PCB em Florianópolis.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80 DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Mário Moraes	Velho militante comunista. Foi Secretário de Massa e Alistamento. Assinou livro pela volta do PCB à legalidade. Esteve preso durante a revolução e responde auditoria na 5a. RM. Res. Laura Caminha Meira, 60.	ARAÚJO, M. F. op. cit. DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88 DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Mário Tavares	Secretário de Organização de Célula Álvaro Ventura.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Moacyr Rosa	Pertenceu ao PCB . Última assinatura a seu respeito é de 1946. Seu nome é mencionado na documentação apreendida ao PCB por conta do fechamento daquela agremiação política. A última anotação é de 1947. Célula Frederico Rola	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
N		
Napoleão do Amarante	“Seu nome consta no boletim Convite ao Povo como membro da comissão provisória de organização do encontro estadual de solidariedade a Cuba.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Nelson Meira	Pertenceu ao PCB durante a legalidade, nada mais havendo a seu respeito	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Nelson Moraes	Pertenceu ao PCB durante a legalidade, nada mais havendo a seu respeito	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Nery Garcia	Pertenceu ao PCB durante a legalidade, nada mais havendo a seu respeito	DOPS - DCI – SC,

		nº 698, top. 80
Nery Clito Vieira	18 de fevereiro de 1932, capitão da PM/SC reformado, residente na rua 3 de maio, 252, Estreito-Fpolis. “No ano de 1963, deu apoio a greves que vinham irrompendo nesta capital. Em 12 de janeiro de 1964 foi ao aeroporto de Florianópolis-SC para recepcionar o ex-deputado Leonel Brizola, tendo oferecido seus préstimos como presidente do Clube dos Oficiais da PM de Santa Catarina. No congresso de estudantes que se realizava naqueles dias, o capitão Nery foi visto conversando com o deputado Brizola, tendo este perguntado pelos efetivos da PMSC no oeste catarinense...”	DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Nésio Jacques Pereira	Nascido 18 de outubro de 1927, casado, funcionário público federal. “Membro do PCB. Em 19 de maio de 1953, recebeu para distribuição material de doutrinação comunista. Preso em 10 de abril de 1964 e posto em liberdade em 22 de maio de 1964. Com base no AI, foi demitido do DCT de Fpolis onde exercia a função de carteiro.”	DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Newton Gentil	Seu nome consta na documentação apreendida do PCB em 1947, nada mais havendo.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Noemia Florentina da Silva	Pertenceu ao PCB durante a legalidade, nada mais havendo a seu respeito	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
O		
Odílio da Cunha Malheiros	Casado, jornalista, nascido em 4 de fevereiro de 1932. “Comunista. Registra antecedentes desde 1951 como distribuidor de jornais e revistas comunistas.”	DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Olavo Soares	Foi membro do PCB. É de 1947 a última anotação a seu respeito. Célula Anita Leocádia	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Olga Luz	Seu nome é mencionado na documentação apreendida do PCB quando este é interditado	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Olívia Marques de Oliveira	Pertenceu ao PCB durante a legalidade	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Ondina Borges	“Vive maritalmente com Antonio Job de Miranda e já ouvida pela DOPS por questões ligadas ao boletim subversivo.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Orestes Almeida ou Orestes Gomes de Almeida	Durante a legalidade do PCB foi Secretário de Massas da Célula Euclides da cunha	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Orestes Vidal Guerreiro	“Estudante. Ainda é atuante em seu meio. Impedido de sair do país. Denunciado pela Justiça Militar. Foi candidato dos esquerdistas do	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80

	CAXIF, não deixando a SSP que a eleição se realizasse.” ¹¹⁹⁹	
Orival Prazeres	15 de fevereiro de 1938. “Como estagiário de Serviço Social, aplicou o método Paulo Freire de alfabetização, motivando debates onde apresentava soluções nitidamente comunistas. Em 7 de abril de 1964 foi preso por atividades subversivas, sendo posto em liberdade em 6 de maio de 1964. Respondeu a IPM no 14º BC Fpolis-SC. Em 15 de dezembro de 1965 a procuradoria ofereceu denúncia à auditoria do 5ª RM.	DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Orlando Andrezzo	“Em dezembro de 1954, distribui boletins que lhe foram passados por Antonio Job de Miranda. Alfaiate. Res. A Travessa São Isaac, 36, fundos.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Orlando Dalmasio Busato	Durante a legalidade foi Secretário de Organização da célula Anita Leocádia	
Orlando Farias	Pertenceu ao PCB durante a legalidade	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Orlando Osório Farias	Foi membro do PCB e Assinou livro pela volta do PCB à legalidade. Em 1946 frequentou cursos de marxismo no RJ.	DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Orlando Passos da Silva	Foi membro do PCB. É de 1947 a última anotação a seu respeito. Olga Prestes	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Orlando Peixoto	Foi estruturado na célula César Sartori durante a legalidade do PCB	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80 DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Orlando Pereira	“Recebia livros comunistas e mantinha correspondência com diversos líderes comunistas. Em 1964, estava foragido. A 5ª RM solicitou sua captura.”	DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Orli Andrezzo	Foi militante comunista durante a legalidade do PCB	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Oscar Manoel Ammon	Natural de Joinville. Secretário político do Comitê Estadual de 1945-1947.	DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Osmar Caetano	Pertenceu ao PCB durante a legalidade	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Osmar José Gonzaga	“Foi preso em 28.11.1964 por embriaguez e encontrado em seu poder uma moeda com esfígie de Luiz Carlos Prestes. Res. A rua Mauro Ramos s/nº.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Osni Coelho Rodrigues	Foi da Juventude Comunista. Última anotação e 1947. Célula Olga Prestes	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80

¹¹⁹⁹ Orestes Guerreiro aparece principalmente no jornal Diário da Tarde de 1961, assinando muitos artigos. É, no entanto, mencionado como líder estudantil de esquerda, junto com Políbio A. Braga e Edison Flávio Macedo.

Osni Pedro Roque	Pertenceu ao PCB durante a legalidade	
Oswaldo Germano Fernandes	Nascido em 6 de novembro de 1932. “Comunista. (...) Ex-Presidente do Sindicato dos Empregados Hoteleiros e Similares de Florianópolis-SC. Foi indiciado em IPM instaurado no 16ºCSM-SC.”	DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Otília Linhares de Oliveira	Foi Secretário da célula Luis Carlos Prestes durante a legalidade do PCB	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
P		
Paulino Francisco Inácio	Pertenceu ao PCB durante a legalidade.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Paulo Manzolli Filho	Nascido em 15 de fevereiro de 1931, natural de Florianópolis, casado, motorista. Residente na rua Monsenhor Topp, 39, Fpolis-SC. Contribuiu com Cr\$ 100,00 para custear despesas dos representantes catarinenses no Encontro Nacional de Solidariedade à Cuba e Autodeterminação dos Povos.	DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Paulino Marques da Silveira	Suplente da célula Benjamin Constant durante a legalidade do PCB	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Paulo Benjamin Fragoso Galloti	“Estudante. José Manoel Soar alega em suas declarações que o manifesto dado como de sua autoria foi redigido por Galloti. Tem sido visto constantemente tomando conta da livraria Cruz e Souza.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Pedro Adão Schmitz	Durante a legalidade do PCB foi da célula César Sartori	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Pedro Alcântara da Silva	Secretário político da célula Tiradentes durante a legalidade do PCB	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Pedro Alexandre Tamos	Durante a legalidade do PCB foi da célula César Sartori	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Pedro Dietrich Júnior	“Trabalha com o vice-governador Doutel de Andrade, nada havendo de positivo a seu respeito.” ¹²⁰⁰	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Pedro Julião Roque	Durante a legalidade do PCB foi Secretário político da Célula 14 de julho.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Pedro Weinhardt Borges	Membro do comitê provisório do encontro estadual em solidariedade a Cuba. Assinou pela legalidade do PCB. Reside na rua Monsenhor Topp, 62 ¹²⁰¹ .	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Perpétua de Oliveira	Pertenceu ao PCB durante a legalidade	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80

¹²⁰⁰ Doutel de Andrade (PTB) foi vice-governador entre 1961 e 1965, durante o governo de Celso Ramos (PSD). Portanto, o documento foi produzido pela DOPS entre 1964 e 1965. Não necessariamente porque quando o documento fala de Helio Peixoto cita Doutel de Andrade como ex-vice-governador.

¹²⁰¹ Vizinho de Paulo Manzolli Filho.

Políbio Adolfo Braga	Nascido em 18 de junho de 1941, natural de Blumenau-SC. “Registra antecedentes desde 1962 como estudante comunista ativo. Em julho de 1962 foi eleito para compor a diretoria da União Brasileira dos Estudantes Secundários (UBES). Em agosto de 1962, durante a reunião com representantes de 43 municípios para a escolha do novo presidente da UCES, procurou por todos os meios fazer vitoriosa a chapa comunista. No início de 1964, era distribuidor para Santa Catarina do jornal <i>Panfleto</i> , de ideologia comunista...”	DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
R		
Raul Tiago de Souza	Pertenceu ao PCB durante a legalidade.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Raulino Hohr Ferro	Pertenceu ao PCB durante a legalidade.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Rita Costa Ávila Malheiros	Membro do comitê Municipal do PCB, em 1945 foi lançada sua candidatura à Câmara Federal. Assinou o livro pela volta do PCB à legalidade. Atingida pelo artigo 7o AI, sendo demitida do DCT. Professora e funcionária pública César Sartori	DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Robernal Silva	“Dentista. Fichado desde 1950. Responsável por distribuir boletins subversivos.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Roberto Ganguçu de Mesquita	“Pertenceu ao PCB do Paraná. Ao se mudar para esta capital renunciou.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Rogério Duarte Queiroz	“Ex-presidente da UCE. Está impedido de sair do país e denunciado pela justiça militar. Res. Rua Saldanha Marinha, 32. DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Romeu Fernandes	Pertenceu ao PCB durante a legalidade. Em 1947 foi membro do Comitê Distrital do Estreito. Assinou o abaixo assinado pela legalização do PCB. Marceneiro. Res. Souza Dutra, Estreito	
Rosa Conceição de Souza	Pertenceu ao PCB durante a legalidade.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Rubem Lira	Pertenceu ao PCB durante a legalidade.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Rui Cadamil	“Estudante. Participou do congresso da UNE realizado no ano passado como membro da UCE.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Rup Santos	Pertenceu ao PCB durante a legalidade.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
S		
Salim Miguel	Pertenceu ao PCB durante a legalidade. Nascido em 30 de janeiro de 1924, casado com a comunista Eglê Malheiros Miguel, jornalista.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80 DOPS - DCI – SC,

	“Era sócio-proprietário da livraria Anita Garibaldi, especializada em livros comunistas. Até 1964, era servidor contratado do estado de Santa Catarina, tendo seu contrato rescindido em 8 de abril de 1964. Em 12 de novembro de 1964, foi para o Rio de Janeiro para assumir função na Agência Nacional.”	nº 771e, top. 88
Saul Torquato	Pertenceu ao PCB durante a legalidade.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Sebastião Bonsfield Vieira	Pertenceu ao PCB durante a legalidade.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Sebastião Magalhães	Pertenceu ao PCB durante a legalidade.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Sebastião Pinto	“Como presidente do Sindicato dos Viajantes, assinou o boletim “Comissão Brasileira contra Intervenção em Cuba”.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Selma Adam	“Envolvida no IPM da UBES. Está impedida de sair do país.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Silvio Eduardo Pirajá Martins	“Advogado. Esteve foragido durante a revolução. Atuante desde 1950. Assinou o livro de coleta de assinaturas para o retorno do PCB à legalidade.” Falecido. Agitador comunista.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80 DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Silvio Rodrigues da Silva	Pertenceu ao PCB durante a legalidade.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Solange Pirajá Martins	Casada, advogada, nascida em 16 de agosto de 1931. “Comunista. (...) Em 1971 foi desaconselhável sua integração no governo de Colombo Machado Salles como representante da Federação das Indústrias de Santa Catarina.”	DOPS - DCI – SC, nº 771e, top. 88
Soledade Ricci	Pertenceu ao PCB durante a legalidade.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
T		
Tadeu Spoganitz	“Foi solidário à greve de seus colegas em Itajaí, cedendo sua KOMBI para transportar o piquete de grevistas desta capital.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Teófilo Guilherme dos Santos	Pertenceu ao PCB durante a legalidade.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Thomaz Pereira	Pertenceu ao PCB durante a legalidade.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Tomaz João Raimundo	Pertenceu ao PCB durante a legalidade.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Túlio Cesar Gondin	“Foi detido pelo 5º D.N. quando da renúncia do ex-presidente Jânio Quadros (dirigia então o Diário da Tarde).	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Trajano Regis	Pertenceu ao PCB durante a legalidade.	DOPS - DCI – SC,

		n° 698, top. 80
U		
Ubaldo Cabral	Pertenceu ao PCB durante a legalidade.	DOPS - DCI – SC, n° 698, top. 80
Ubaldo Umir Dias	Pertenceu ao PCB durante a legalidade.	DOPS - DCI – SC, n° 698, top. 80
Ubelino de Oliveira	Pertenceu ao PCB durante a legalidade.	DOPS - DCI – SC, n° 698, top. 80
Uricea Coutinho	Pertenceu ao PCB durante a legalidade.	DOPS - DCI – SC, n° 698, top. 80
Ury Coutinho de Azevedo	Pertenceu ao PCB durante a legalidade. Tipógrafo. Célula Luis Carlos Prestes. Res. Conselheiro Mafra, 96.	ARAÚJO, M. F. op. cit. DOPS - DCI – SC, n° 698, top. 80 DOPS - DCI – SC, n° 771e, top. 88
V		
Valmir Antonio da Silveira	“Assinou o boletim do CGT”	DOPS - DCI – SC, n° 698, top. 80
Vidalvino Francisco da Rosa	“Ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e da Frente Operária Estudantil, foragiu-se durante a revolução e foi preso posteriormente. Responde a IPM. Reside em Capoeiras. Assinou o livro do PCB para o retorno à legalidade.” Nascido em 27 de agosto de 1930, casado, carpinteiro. “Agitador comunista, atuante no meio sindical.”	DOPS - DCI – SC, n° 698, top. 80 DOPS - DCI – SC, n° 771e, top. 88
Vitalino Alexandre Pereira	“Como presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos procurou intervir na administração da SSP quando da mudança do ponto de automóveis. Prestigiava o movimento operário estudantil, muito embora não procurasse disso deixar vestígio. Residente no Saco dos Limões.	DOPS - DCI – SC, n° 698, top. 80
W		
Waldemiro Manguilhot Junior	Pertenceu ao PCB durante a legalidade.	DOPS - DCI – SC, n° 698, top. 80
Waldir Carvalho	“Acompanhou Ademir Pereira de Abreu na greve de solidariedade dos bancários grevistas de Itajaí. Estudante e bancário.	DOPS - DCI – SC, n° 698, top. 80
Walmy Bittencourt	“Seu nome consta de uma perícia grafotécnica a esta DOPS. Surpreendeu com Fernando Pereira Cristino um pacote de correspondências onde havia um cartão de boas festas assinado por Luiz Carlos Prestes.”	DOPS - DCI – SC, n° 698, top. 80
Walter Novogrod	Pertenceu ao PCB durante a legalidade.	DOPS - DCI – SC,

		nº 698, top. 80
Wanderley Vargas	Pertenceu ao PCB durante a legalidade.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Wilmar Oranaldo Dias ¹²⁰²	“Esteve em Cuba, em viagem de cortesia do governo daquele país. Contribui com Cr\$ 60.000 para a campanha do ex-deputado estadual Paulo Stuart Wright. Muito ligado a Eliani Marinho de Souza Santos.”	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Z		
Zedar Perfeito da Silva ¹²⁰³	“Foi preso durante a revolução. Responde a IPM. Afastado pela revolução do IBC. Reside à rua São Francisco.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Zeferino Passos	Pertenceu ao PCB durante a legalidade.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80
Zulma Almeida	Pertenceu ao PCB durante a legalidade.	DOPS - DCI – SC, nº 698, top. 80

¹²⁰² Provavelmente a grafia correta seja Wilmar Orlando Dias.

¹²⁰³ Foi candidato a deputado estadual pela UDN em 1947. Marcou briga pública com Manoel de Menezes em 1954 (noticiado no jornal *A Verdade*). Aparece nos bastidores da política catarinense em 1956 (jornal *A Verdade*).

ANEXO 7 – Capa do jornal com a reportagem contra Manoel de Menezes
 Fonte: *Diário da Tarde*, Florianópolis, 29 ago. 1959.



ANEXO 8 – Artigo de Jaime de Arruda Ramos contra a candidatura de Manoel de Menezes, Eleição de 1959.

Fonte: A afronta. *Diário da Tarde*, Florianópolis, 29 ago. 1959.

Eu ontem a noite me senti um pulha. Um pulha numa terra de covardes. Repelindo o nojo, escutei a transmissão do comício do candidato à prefeitura de Florianópolis – a capital do estado de Santa Catarina – cujo estofo moral se bitola no palavrório de sua propaganda.

Jamais acreditei [que] se pudesse dizer em público tanto palavrão. E não acreditei que gente medianamente civilizada pudesse ficar em praça pública escutando e aplaudindo tanta miséria, suportando, por tanto tempo, a linguagem baixa e a vilania de um grupo de salafrários comandados por um débil mental.

Chego a ter vergonha de mim mesmo por ter de confessar que as leis que nos governam permitem o espetáculo de ontem. Garantem o espetáculo de ontem. Sujeitam decentes ao espetáculo de ontem. A indignidade de ontem. A vergonha de ontem. A miséria de ontem. Ao escárnio de ontem.

Então, dois desclassificados, pai de filho, podem afrontar impunemente a família, a sociedade, o governo do estado, os partidos políticos, as mais altas figuras do clero, do comércio, da indústria, acobertados pela sua irresponsabilidade ou pela nossa covardia?

Mas quem são eles?

O pai é o conhecido ladrão que roubou e vendeu o jornal “Dia e Noite” do engenheiro João Acácio Gomes de Oliveira.

É o espião nazista que, durante a guerra, traiu o Brasil, a soldo dos nazistas. E que, por denúncia das potências aliadas, teve o dito jornal fechado, para não mais poder difundir notícias contra sua pátria, que os nazistas forjavam e ele publicava.

O filho é isso que todo mundo sabe.

Além de tudo deve ser louco. Só pode ser louco. Tem de ser louco.

Enriqueceu na chantagem. À custa de golpes. E ainda se gaba do feito, no mais acintoso descaramento.

E o patife ofende impunemente a tudo e a todos. Não lhe escapam ao lambuzamento da baba nem as mais ilustres senhoras da sociedade catarinense. Como a esposa do dr. Aderbal Ramos da Silva, modelo de todas as virtudes e merecedora de nosso maior respeito. Como a esposa do governador Heriberto Hulse, citada como aproveitadora da posição do marido.

É ferido pelas suas calúnias o próprio governador do estado. Esse homem de bem que é Aderbal Ramos da Silva. Esse honrado Osvaldo Machado. Esse digno moço que é Fernando Viegas. Esse virtuoso Dom Felício da Cunha Vasconcellos, arcebispo coadjutor da diocese de Florianópolis. Os membros todos da família do governador do estado. O senador Irineu Bornhausen. A classe toda dos briosos estudantes catarinenses.

Mas, Deus meu, que terra é a nossa?

Que gente é a nossa?

Que leis são as nossas?

Que vergonha é a nossa?

Será que somos todos o que o canalha diz?

Será que nesta terra só o canalha não é canalha, para vergonha até dos canalhas?

Por que ataca até os americanos e a Souza Cruz na questão do fumo?

Porque lhe negaram quarenta mil cruzeiros mensais para não atacá-los.

É o cinismo deslavado, em forma perigosa de loucura adiantada.

E as nossas leis permitem ser candidato a prefeito da capital de um estado um tipo dessa ordem.

Alguém já imaginou Florianópolis com um prefeito dessa laia?

Não, catarinense, não passaremos por essa humilhação, que é a suprema das humilhações.

A ralé não fará seu prefeito.

Florianópolis não passará por essa vergonha.
Nosso brio e nossa dignidade não o permitirão.
Isso é terra civilizada.
Aqui existe gente de bem.
Essa candidatura não é uma candidatura.
É uma afronta.

ANEXO 9 – Transcrição do documento do Contra-Almirante Luiz Clóvis de Oliveira a Leonel Brizola durante a Campanha da Legalidade, 1961

Fonte: *A Gazeta*, Florianópolis, 5 set. 1961.

Manifesto ao governador Brizola

Exmo. Sr. Leonel Brizola, Governador do Rio Grande do Sul.

Faço a V. Exa. Um apelo público!

O povo do Rio Grande do Sul é testemunho; é testemunha o povo brasileiro que as Forças sob o meu Comando nada fizeram contra o seu estado. Devo, porém, adverti-lo de que o seu primeiro passo dado contra o estado de Santa Catarina estará sendo exatamente o seu último passo contra si mesmo e contra o valoroso povo gaúcho. Será a sua última tentativa no sentido de ensanguentar a nossa pátria comum.

Como a maior autoridade militar nos estados do Sul e representante das forças federais nesta região; como comandante das forças armadas congregadas na área da quinta região, venho suportando, sr. Governador, nesta vigília cívica ininterrupta que se prolonga há 10 dias, todas as suas ameaças, toda a sua arrogância, todos os seus arremedos de defensor da ordem e da legalidade em nome de uma causa impatriótica e criminosa.

Tem falado V. Exa. em nome da legalidade constitucional. E ninguém nesta terra, no momento, tem tão pouco direito de falar em legalidade quanto V. Exa. – em nome da legalidade, V. Exa. lançou-se a uma campanha de descrédito das instituições quando o país possuía um governo legal, legitimamente empossado, em virtude da ausência do país do sr. Vice-presidente eleito; em nome da legalidade, V. Exa. levou à subversão e à indisciplina as tropas do 3º Exército e da 5ª Região Militar; em nome da legalidade V. Exa. amotinou a base aérea de Gravataí; em nome da legalidade V. Exa. destruiu todo o balizamento da Lagoa dos Patos, bloqueando assim o acesso marítimo às cidades portuárias do seu estado, V. Exa. proibiu a praticagem ao longo da Lagoa, V. Exa. fez afundar batelões impedindo o acesso do canal do Rio Grande, e com tais gestos, pensando ingenuamente em impedir a entrada dos navios de guerra aos portos do Rio Grande do Sul, nada mais fez que barrar o caminho marítimo à navegação mercante, trazendo assim um criminoso e incalculável prejuízo à economia do povo gaúcho e ao Brasil; em nome da legalidade V. Exa. manteve aquarteladas todas as tropas do 3º Exército que, por se terem tornada sediças e revoltosas, foram desmobilizadas pelo sr. Ministro da Guerra; em nome da legalidade V. Exa. forçou a incidir em crime de deserção o sr. General Machado Lopes; em nome da legalidade V. Exa. Cometeu ato flagrantemente ilegal ao promover a mobilização civil em seu estado; em nome da legalidade V. Exa. fez avançar contra o estado de Santa Catarina as tropas do 18º R. A. de Batalhaes (sic.) da Brigada do Rio Grande, e colocou em posição de ataque e combate as tropas do 19º R. I. de Lages.

Tudo isto V. Exa. tem feito em nome da legalidade.

Tudo isto eu tenho suportado, sr. Governador, sem dar um passo em atitude puramente defensiva, na esperança de que a meditação, a ponderação e o bom senso poderiam, ao fim, encontrar guarida em V. Exa.

Mas é bom que, agora, finalmente, o povo brasileiro saiba de qual o critério que usa V. Exa. para definir o que seja legalidade. Há poucos dias tive a honra de considerar meu hóspede nas dependências do 5º Distrito Naval, ao dr. Brochado Rocha, Secretário do Interior e Segurança do seu governo e professor de Direito Constitucional, e a quem V. Exa. Mandou a Sta. Catarina a fim de parlamentar com o sr. Governador Celso Ramos. E esse emérito brasileiro, contra quem não quis cometer a injúria de considerá-lo meu prisioneiro, disse-me, a mim e ao exmo. Sr. Governador Celso Ramos, como jurista que é, que a emenda parlamentarista era uma solução absolutamente legal e que não poderia deixar de ser acatada pelo governo do estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, hoje, invade o território deste estado na tentativa de lançar o país à Guerra Civil.

Foi sob a influência da palavra assinada do vice-presidente eleito que o Congresso conseguiu maioria imediata e esmagadora para aprovar a emenda constitucional em causa. Votando favoravelmente a ela até mesma bancada do Partido Trabalhista Brasileiro. E tão certos estavam os parlamentares, tão certos estávamos todos nós militares da validade da palavra do sr. João Goulart, que se marcou até mesmo a data da posse do novo Presidente da República.

E que fez o sr. Governador Brizola dos conceitos jurídicos do seu Secretário de Interior e Justiça? Esperou que os congressistas apoiados em seu compromisso votassem a emenda parlamentarista para lançar-se violentamente contra ela, mobilizando o estado do Rio Grande do Sul para a guerra civil.

Apesar disso, sr. Governador Brizola, apesar de tudo isto, ainda me encontro disposto a lançar a V. Exa. este apelo público. Este último apelo que faço, não em meu nome pessoal, mas representando a família brasileira, pelos nossos filhos e irmãos, em defesa de nossas esposas e de nossas mães, pensando muito mais no Brasil que é a nossa pátria comum do que em termos de orgulho ou de honra pessoal. Tenho para mim que qualquer renúncia em prol do bem estar do povo brasileiro e dos altos interesses nacionais terá perante a história muito maior significação que qualquer atitude de intransigência e de intolerância diante dos brios pessoais feridos.

Disponho neste momento, sr. Governador Brizola, de forças militares necessárias para esmagá-lo definitivamente ao primeiro tiro. Tenho sob meu comando duas forças tarefas da Marinha de Guerra, capitaneadas por um cruzador e pelo navio aeródromo “Minas Gerais”, devidamente equipado com sua força aérea e todos estes navios já em águas de Florianópolis. Disponho de um grupamento tático do Corpo de Fuzileiros Navais. Disponho de grande contingentes da Força Aérea Brasileira.

Se V. Exa. não atender a este meu apelo fazendo regressar imediatamente aos seus quartéis as tropas que já avança para Florianópolis, e este apelo é o último aviso que dou a V. Exa., serei constringido a fazer uso da força.

Em defesa desta cidade de Florianópolis, em defesa deste estado de Santa Catarina, em defesa da família brasileira, em defesa do nosso destino e do nosso futuro e em defesa – agora sim, sr. Governador Brizola, em defesa da legalidade.

Florianópolis, 4 de setembro de 1961.

(Assinado) LUIZ CLÓVIS DE OLIVEIRA, Contra-almirante. Comandante das Forças Militares